24/1

revista do centro de estudos humanísticos
série ciências da linguagem
2010

diacrítica

Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos

Título: **DIACRÍTICA** (Nº 24/1 – 2010)
Série Ciências da Linguagem

Directora: Ana Gabriela Macedo

Directores-Adjuntos: Carlos Mendes de Sousa; Vítor Moura

Coordenadora: Pilar Barbosa

Comissão Redactorial: Maria do Pilar Pereira Barbosa, Andréia S. Rauber, José de Sousa Teixeira

Comissão Científica: Ubiratã Kickhöfel Alves (U. Federal do Rio Grande do Sul), Jorge Morais Barbosa (U. Coimbra), Anabela Barros (U. Minho), Maria Clara Barros (U. Porto), Henrique Barroso (U. Minho), Adair Bonini (U. Federal de Santa Catarina), Rossana de Felippe Böhlke (U. Federal do Rio Grande), António Branco (U. Lisboa), Ana Brito (U. Porto), Ivo Castro (U. Lisboa), João Costa (U. Nova de Lisboa), Antónia Coutinho (U. Nova de Lisboa), Sónia Cyrino (U. Estadual de Campinas), Luís Cunha (U. Porto), Isabel Cristina Costa Alves Ermida (U. Minho), Débora Figueiredo (U. Federal de Santa Catarina), Adriana Fischer (U. Minho), Cristina Flores (U. Minho), Maria João Freitas (U. Lisboa), Sónia Frota (U. Lisboa), Filomena Gonçalves (U. Évora), José Luís Cifuentes Honrubia (U. Alicante), Mary Kato (U. Campinas), Denise Cristina Kluge (U. Federal do Paraná), Sílvia Lima (U. Minho), Luciane Malatér (U. Federal do Rio Grande), Maria Aldina Bessa Ferreira Rodrigues Marques (U. Minho), Ana Maria Martins (U. Lisboa), Gabriela Matos (U. Lisboa), Carmen Lúcia Barreto Matzenauer (U. Católica de Pelotas), Dieter Messner (U. Salzburgo), António Miranda (U. Aveiro), Maria Antónia Mota (U. Lisboa), Fátima Oliveira (U. Porto), Conceição Paiva (U. Federal do Rio de Janeiro), Aleksandra Piasecka-Till (U. Federal do Paraná), Maria Emília Pacheco Lopes Pereira (U. Minho), Hans Schemann (U. Minho), Amadeu Torres (U. Católica Portuguesa), Graça Rio-Torto (U. Coimbra), José Luís Rodrigues (U. Santiago de Compostela), Álvaro Sanromán (U. Minho), Pedro Santos (U. Algarve), Izabel Christine Seara (U. Federal de Santa Catarina), Augusto Silva (U. Católica Portuguesa), Rosane Silveira (U. Federal de Santa Catarina), Flaviane Svartman (U. Estadual de Campinas), Marina Vigário (U. Lisboa), José Teixeira (U. Minho), Monserrat Comesaña Vila (U. Minho)

Obs: Para além de artigos de professores e investigadores convidados, a revista acolhe propostas de publicação de colaboradores internos e externos ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, que serão sujeitas a arbitragem científica segundo um modelo de revisão por pares.
Os artigos propostos para publicação devem ser enviados ao Coordenador.
Não serão devolvidos os originais dos artigos não publicados.

Edição: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho em colaboração com Edições Húmus – V.N. Famalicão. *E-mail*: humus@humus.com.pt

Publicação subsidiada por
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ISSN: 0807-8967

Depósito Legal: 18084/87

Composição e impressão: Papelmunde – V.N. Famalicão

ÍNDICE

5 **Percepção e produção de vogais anteriores do inglês por falantes nativos de mandarim**
Andréia Schurt Rauber | Anabela Rato | Ana Lúcia Silva

25 **Discourse-agreement features, phasal C and the edge: A mimimalist approach**
Ángel Jiménez Fernández

49 **A percepção de vogais do alemão por bilingues luso-alemães: remigrantes sofrem erosão fonológica?**
Cristina Flores | Andréia Schurt Rauber

75 **Português Médio: uma fase de transição ou uma transição de fase?**
Esperança Cardeira

97 **Os lemas em '-acção' e a base IV do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990**
Francisco Miguel Valada

109 **Sintaxe e prosódia na organização da estrutura frasal do português: um estudo da distribuição sintática entre advérbios e complementos**
Gabriel de Ávila Othero

123 **Representações étnicas na imprensa americana:**
A construção do outro na cobertura jornalística do 11 de Setembro
Isabel Ermida

151 **Os conflitos linguísticos no mundo: a situação no Quebeque**
Jony Do Mar

193 **Academic writing practices in Portugal:**
survey of Humanities and Social Science researchers
Karen Bennett

211 **Atitudes linguísticas: uma pesquisa em escolas públicas de Juiz de Fora (MG – Brasil)**
Lucia F. Mendonça Cyranka
Claudia Roncarati

233 **Evidências para uma abordagem pancrônica da mudança linguística e da estabilidade: o caso do verbo *poder***
Lucia M. A. Ferreira

249 **Aspectos fonológicos e morfossintácticos da aquisição dos ditongos nasais em Português europeu**
M. João Freitas | Anabela Gonçalves | Fernanda Gonçalves

267 **Estruturas cordenadas sem especificadorr ealizado em português europeu**
Madalena Colaço | Gabriela Matos

289 **Frontiers of Cognitive Neuroscience: An interview with Marcel Just**
Mailce Borges Mota | Augusto Buchweitz

303 **Effectivity of perceptual training tasks: The case of the English voiceless plosives**
Mara Silvia Reis

323 **Gramaticalização de formas dêiticas no português do Brasil**
Maria da Conceição de Paiva | Maria Luiza Braga

349 **A variação *ser/estar* num *corpus* alcobacense medieval**
The variation *ser/estar* in a medieval corpus from Alcobaça
Maria José Carvalho

373 **A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino em Portugal (Lisboa, 1786)**
Rolf Kemmler | Carlos Assunção | Gonçalo Fernandes

395 **Le passé simple/l'imparfait et leur co-texte: examen de quelques éléments co(n)texuels demandeurs de perfectivité ou d'imperfectivité**
Sílvia Lima Gonçalves Araújo

431 **Análise da dupla concepção discursiva – oral e escrita – em manuscritos setecentistas**
Soélis Teixeira do Prado Mendes

449 **Uma abordagem semântica dos verbos simétricos do PB**
Teresa Cristina Wachowicz | Lara Frutos

471 **Gêneros e Tipos de texto: aproximações e distinções**
Vera Lúcia Paredes Silva

491 **Les voies d'avenir de la langue galicienne à l'ère de la globalisation**
Xosé Ramón Freixeiro Mato

Percepção e produção de vogais anteriores do inglês por falantes nativos de mandarim

Andréia Schurt Rauber*
Anabela Rato e Ana Lúcia Silva **

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de duas experiências que testaram a percepção e a produção de vogais anteriores inglesas por dez falantes nativos de mandarim. No que diz respeito à produção, foram medidos os dois primeiros formantes e a duração das vogais. Os resultados revelam que as informantes chinesas tiveram dificuldades em produzir vogais inglesas sem equivalentes na língua nativa (L1) (/ɪ, ɛ, æ/), mostrando tendência para perceber duas categorias da língua estrangeira (L2) como sendo apenas uma e para produzir as vogais da L2 com menor duração do que as informantes americanas que formavam o grupo de controlo. Quanto à percepção, os resultados de um teste de identificação mostram que a vogal da L2 com uma equivalente na L1 (/i/) foi a que teve taxas de identificação correcta mais elevadas. Os resultados demonstram que a performance perceptiva é superior à produtiva, e que a percepção e a produção estão relacionadas: as taxas de identificação mais elevadas no teste de percepção correspondiam a resultados melhores em termos de produção; e as taxas de identificação mais baixas a uma produção menos precisa.

Palavras-chave*:* vogais; percepção; produção; mandarim; inglês

* Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, Brasil. asrauber@gmail.com
** Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, Braga, Portugal. asrato@ilch.uminho.pt; untuneric@gmail.com

Abstract

This paper reports the results of two experiments that tested the perception and production of English front vowels by ten native speakers of Mandarin. As regards production, the first two formants and duration were measured. The findings reveal that the Chinese participants had difficulty producing the English vowels with no L1 analogs (/ɪ, ɛ, æ/), tending to merge two L2 categories into one and to produce the L2 vowels with shorter duration than the Americans who formed a control group. As regards perception, the results of an identification test show that the L2 vowel with an L1 analog (/i/) was the one with highest identification rates. The results provide evidence that perception outperforms production, and that perception and production are related: higher identification rates in the perception test were related to better production results, lower identification rates were related to poorer production.

Keywords*:* vowels; perception; production; Mandarin; English

1. Introdução

Os aprendentes de L2 adultos caracterizam-se por ter um "sotaque estrangeiro perceptivo" (Strange, 1995: 22), que é o equivalente perceptivo de um sotaque estrangeiro falado. O modo como as categorias fonológicas da L2 são mapeadas em categorias preexistentes da L1, e o tipo de intervenção que poderia ser feita para atenuar falsas correspondências (treino perceptivo) têm atraído um número crescente de investigadores desde os anos 80.

Um dos investigadores mais influentes nesta área tem sido James E. Flege. No seu Modelo de Aprendizagem da Fala (*Speech Learning Model*–SLM), Flege (1995) coloca a hipótese de o estabelecimento completo de categorias fonéticas para a L1 impedir a subsequente formação de categorias para a L2. Segundo o autor, isto poderá acontecer porque a fonologia da L1 leva a que os estudantes da L2 filtrem diferenças acústicas perceptivas. Este obstáculo à formação de novas categorias deve-se ao mecanismo cognitivo da classificação por equivalência. Devido a esse mecanismo, os estudantes da L2 podem perceber uma categoria da L2 e uma categoria da L1 como sendo semelhantes o suficiente para serem consideradas equivalentes. Porém, a quantidade de exposição à L2 e/ou o treino na distinção de categorias da L1 e da L2 têm-se mostrado eficazes no aperfeiçoamento da percepção e da produção de sons da L2.

No entanto, o tempo de exposição não é em si suficiente. *Input* de boa qualidade, frequência de uso da língua, e idade de aprendizagem/aquisição são também variáveis que influenciam a aprendizagem/aquisição de sons de uma L2 (Flege, Bohn & Jang, 1997; Flege, MacKay & Meador, 1999). No caso dos estudantes que aprendem a L2 num contexto formal, a prática da L2 tende a circunscrever-se à sala de aula, e a exposição a *input* de elevada qualidade pode ser mínima (limitando-se à televisão, rádio ou a materiais didácticos, tais como CDs ou DVDs). Além disso, os estudantes tendem a interagir sobretudo com outros estudantes com sotaques estrangeiros. Assim, aulas da L2 a partir de uma idade pré-pubertária são aconselháveis, mas a filosofia "quanto mais cedo melhor" no que concerne aprender uma pronúncia da L2 que se aproxime da nativa nem sempre garante que este objectivo seja atingido.

Um outro aspecto que favorece a mestria de alguns sons e não de outros é a importância da detecção de diferenças entre palavras da L2 com contrastes mínimos, tal como foi dito por Best e Tyler (2007: 30) no seu Modelo de Assimilação Perceptivo (*Perceptual Assimilation Model*–PAM-L2). Isto é, se as palavras têm uma frequência de uso elevada ou se precisam de ser discriminadas para permitir que haja compreensão correcta (exemplo: *beach* ([bitʃ] – praia) e *bitch* ([bɪtʃ] – cadela)), a pressão para soar compreensível provavelmente encorajará os falantes da L2 a aprender a distinção.

Neste estudo, investigámos a forma como um grupo de falantes nativos de mandarim percebe quatro vogais anteriores inglesas (/i, ɪ, ɛ, æ/). As quatro vogais foram escolhidas tendo em consideração a teoria PAM-L2 dos contrastes mínimos que ocorrem em áreas fonológicas densas e em palavras com alta frequência de uso. A escolha de falantes de mandarim deve-se ao facto de, segundo Wang (1997: 16-17), o mandarim padrão conter um inventário vocálico de cinco fonemas (/i, y, e, a, u/) e nove alofones (/ɨ, ɯ, ə, ɤ, o, ɛ, ɔ, æ, ɑ/). Assim, enquanto que o inglês tem os monotongos /i, ɪ, ɛ, æ/, o mandarim tem apenas as vogais anteriores /i/ e /e/ e a vogal central /a/ em posição tónica. Considerando o seu inventário da L1, é interessante investigar como falantes nativos de mandarim categorizam as vogais /ɪ, ɛ, æ/ do inglês. Um breve resumo de estudos que investigaram a relação entre a percepção e a produção de sons será apresentado na próxima secção. A Secção 1.2 descreverá mais informação sobre o presente estudo.

1.1. Estudos prévios sobre percepção e produção de fala

O Modelo de Aprendizagem da Fala (SLM) desenvolvido por Flege (1995: 238) explica que "sem 'alvos' perceptivos correctos para guiar a aprendizagem sensora-motora dos sons da L2, a produção dos sons da L2 será incorrecta" [nossa tradução][1]. No entanto, tal não significa que um indivíduo que perceba correctamente os sons da L2 seja capaz de os produzir de forma precisa. Há outros aspectos que podem dificultar a produção, tais como a restrição ou complexidade articulatória. Alguns estudos explicam a relação entre percepção e produção (por exemplo, Thomson, 2007; Bion, Escudero, Rauber & Baptista, 2006; Koerich, 2006; Flege, Bohn & Jang, 1997; Flege, MacKay & Meador, 1999; Rauber, Escudero, Bion & Baptista, 2005; Wang, 1997). Estes estudos revelaram que os sons que são percebidos de forma mais precisa são aqueles também produzidos de forma mais correcta. Destacam-se, como fundamentais para o presente estudo, os trabalhos de investigação de Thomson (2007) e Wang (1997), dado que ambos investigaram a percepção e a produção de vogais inglesas por falantes nativos de mandarim que adquiriram o inglês como segunda língua (ESL) e focaram um vasto conjunto de vogais, facilitando assim a compreensão da distribuição das vogais inglesas no espaço vocálico da L2 dos participantes.

Os resultados do estudo de Wang (1997) mostram que as vogais localizadas numa área densa do espaço vocálico da L2 (tal como as vogais anteriores inglesas) irão dificultar a produção e a percepção dos participantes chineses, cuja L1 possui poucas vogais nessa área. Os falantes nativos de inglês que avaliaram a inteligibilidade das produções dos informantes chineses tiveram dificuldade em distinguir as vogais dos pares /i-ɪ/ e /ɛ-æ/. Os resultados obtidos mostram que as vogais da L2 que têm equivalentes na L1 foram significativamente mais inteligíveis do que aquelas presentes apenas no inventário da L2. No que concerne a relação entre percepção e produção, os participantes da L2 obtiveram melhores resultados na percepção do que na produção das vogais /ɪ, ɛ, æ/ da L2 (ausentes no inventário da L1). Relativamente às vogais /i, e/ que têm equivalentes na L1, a produção superou a percepção.

---

[1] "Without accurate perceptual 'targets' to guide the sensorimotor learning of L2 sounds, production of the L2 sounds will be inaccurate."

Thomson (2007) investigou o efeito do treino perceptivo na percepção e na produção das vogais inglesas por chineses. Os resultados do seu estudo mostram que houve uma melhoria significativa da produção após um período de três semanas de treino perceptivo, que incluiu um total de 4 sessões de treino e de 200 itens por sessão (20 repetições de cada uma das dez vogais alvo). As vogais alvo foram inseridas nos contextos /bV/ e /pV/ (V = vogal). Primeiro, as vogais foram apresentadas em pares e só depois contrastadas com vogais previamente trabalhadas. Foram treinados três grupos de participantes com diferentes estímulos: o Grupo 1 ouviu estímulos artificialmente manipulados de forma a produzir vogais longas, facilitando-lhes assim a detecção de informação acústica relevante; o Grupo 2 ouviu um subconjunto de vogais produzidas naturalmente (no contexto /CV/; C= consoante), que foram avaliadas por falantes nativos do inglês como sendo mais distantes da pronúncia mandarim (e mais próximas da pronúncia da L2) do que outras vogais produzidas pelo mesmo grupo de chineses; o Grupo 3 ouviu o subconjunto oposto de vogais inglesas naturais, as avaliadas como mais semelhantes às do mandarim. Os resultados corroboraram as observações de Wang (1997) relativamente às vogais anteriores /i/ e /e/, presentes no inventário da L1, que obtiveram os melhores resultados na identificação, enquanto que /ɪ, ɛ, æ/ foram frequentemente confundidas com outras vogais. Igualmente, as vogais com maiores percentagens de identificação foram também as produzidas de forma mais correcta. O treino aperfeiçoou as competências de percepção e de produção e o grupo treinado com as vogais inglesas consideradas as menos próximas de qualquer categoria do mandarim (ou seja, mais parecidas com a língua alvo) obteve os melhores resultados.

Considerando os resultados obtidos nos estudos supramencionados, o presente trabalho teve como objectivo aprofundar a investigação sobre a relação entre percepção e produção das vogais inglesas. O grupo de participantes é constituído por falantes nativos de mandarim que estudaram formalmente a produção de vogais, mas não fizeram nenhum treino perceptivo sistemático. A secção seguinte faculta informação mais detalhada sobre este estudo.

1.2 Justificação do presente estudo

Nos últimos dez anos, tem-se verificado, em Portugal, um aumento significativo do número de imigrantes chineses (de 2.782 imigrantes legalizados em 1999 para 13.331 em 2008 – SEF, 2009). Com excepção do projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*, desenvolvido pelo *Instituto de Linguística Teórica e Computacional* (ILTEC), não têm sido desenvolvidos muitos estudos que investiguem as dificuldades com que os imigrantes chineses se deparam na aprendizagem/aquisição da língua portuguesa. O conhecimento sobre as dificuldades que os imigrantes têm para pronunciarem os sons do português europeu (PE) é útil para a preparação de materiais didácticos apropriados e para informar os professores dos ensinos primário e secundário sobre as melhores formas de lidar com os problemas de comunicação dos alunos. Considerando estes aspectos, foi reunido um grupo de dez estudantes universitários, que estudavam português na China, mas, durante oito meses, frequentaram o terceiro ano da sua licenciatura na Universidade do Minho, em Braga. Uma vez que os alunos estavam a estudar português e inglês, a percepção e a produção de sons específicos das duas línguas foram testadas e analisadas. Neste trabalho serão descritos os resultados do estudo sobre as vogais inglesas.

Partindo dos resultados de Wang (1997) e Thomson (2007), o estudo teve como objectivo testar as seguintes hipóteses:

> 1) os participantes terão dificuldade na produção das vogais /ɪ, ɛ, æ/ da L2, ausentes no inventário vocálico da L1: terão tendência para pronunciar como pertencentes a uma única categoria fonológica os pares de vogais /i/ e /ɪ/, e /ɛ/ e /æ/. No caso do primeiro par, a categoria /ɪ/ da L2 e a categoria /i/ da L1 serão percebidas como suficientemente semelhantes para serem consideradas equivalentes;
>
> 2) devido à ausência de equivalentes na L1, as vogais /ɪ, ɛ, æ/ serão as mais facilmente confundidas com outras (exemplo, /i/ confundida com /ɪ/, /ɛ/ com /æ/, /æ/ com /ʌ/) num teste de identificação de vogais.

2. Experiência A: Produção da fala

2.1 Informantes

O grupo observado foi constituído por dez informantes chinesas, com idades compreendidas entre os 19 e os 22 anos (média = 20,6 anos, desvio padrão (DP) = 0,9 anos). Este grupo incluía estudantes universitárias que tiveram aulas de inglês durante, pelo menos, oito anos, (média = 9,1 anos, DP = 1,8 anos) na China. Todas declararam que a sua pronúncia se aproximava a do inglês americano e afirmaram nunca terem tido aulas com um falante nativo de inglês. As informantes faziam parte de um grupo de 15 alunos de licenciatura chineses que estudaram português e inglês durante oito meses na Universidade do Minho através de uma parceria entre o Instituto Confúcio, sediado na Universidade do Minho, e a Universidade de Línguas Estrangeiras de Tianjin, China. Estes alunos são futuros professores de português na China, mas a maioria informou que, devido às dificuldades inerentes às condições de trabalho, poderão tornar-se professores de inglês e/ou tradutores de português/inglês-chinês. Assim, foi interessante observar o seu desenvolvimento fonológico em ambas as línguas, português e inglês, sendo que este artigo analisa apenas os dados do inglês.

Foi também seleccionado um grupo de controlo constituído por sete falantes nativos de inglês americano. As informantes eram mulheres com idades entre os 22 e os 39 anos (média = 32,3 anos, DP = 6,8 anos). Estas incluíam estudantes, professoras ou funcionárias administrativas da Universidade de St. Ambrose, em Davenport, EUA. Nenhuma destas informantes tinha formação em linguística e foram seleccionadas consoante a sua disponibilidade. Apesar de haver uma grande variação na produção de vogais nos Estados Unidos, as produções das informantes desta região específica do país foram seleccionadas aleatoriamente apenas para mostrar como é configurado o espaço vocálico dos falantes nativos de inglês quando o mesmo conjunto de palavras lido por um grupo de informantes de L2 é também lido por um grupo de falantes nativos. A preferência pelo inglês americano foi devida ao facto de o grupo de informantes chinesas ter sido exposto predominantemente à variante americana na China e em Portugal.

2.2 Procedimentos

A sessão de recolha de dados foi realizada oito meses após a chegada das informantes chinesas a Portugal. Durante esse período, elas tiveram alguma formação sobre a fonologia do inglês, mas não foi realizado nenhum treino sistemático de percepção ou de produção. A professora de inglês, que os acompanhou durante esse período, foi informando os alunos sobre o seu desempenho e corrigindo a sua produção durante as aulas, embora não o tenha feito de forma sistemática e nem a todos os alunos. Assim, apesar de os alunos não terem recebido o treino fonético ideal, a professora tentou alertá-los para a produção correcta das vogais inglesas.

Os instrumentos e procedimentos de teste foram os mesmos para os grupos de controlo e observado (chinesas). Primeiro, pediu-se aos participantes que lessem a frase veículo "*Say X now*" que integrava palavras com a estrutura silábica CVC contendo os monotongos ingleses (/i, ɪ, ɛ, æ/). Todas as palavras utilizadas neste estudo foram seleccionadas de acordo com o estudo de Hagiwara (1997) e continham uma vogal precedida por uma consoante oclusiva ou /h/, e seguida de uma consoante oclusiva (ver Tabela 1). O controlo do contexto consonântico facilitou a medição da duração, uma vez que as consoantes seleccionadas permitiram uma visualização mais perceptível dos pontos de início e de fim de cada vogal no oscilograma e espectrograma. Para minimizar os efeitos da influência da ortografia, antes de apresentar a frase a ser lida, era exibida uma imagem ilustrativa de uma palavra que continha a vogal alvo e dizia-se aos participantes que a palavra que a imagem representava deveria rimar com a palavra alvo da frase. Quando uma palavra não era lida de acordo com o esperado, principalmente devido à falta de atenção, a imagem era mostrada novamente e os participantes reliam a frase. As imagens, criteriosamente seleccionadas, representavam palavras simples de uso frequente para facilitar a sua associação à produção ideal da palavra alvo. As imagens adequadas para cada vogal foram /i/: *bee* (abelha), /ɪ/: *pig* (porco), /ɛ/: *egg* (ovo), e /æ/: *cat* (gato). Os conjuntos de imagem+frase foram apresentados de forma aleatória em diapositivos num computador portátil. Desta forma, os participantes viam, por exemplo, a imagem de um gato num diapositivo, pronunciavam a palavra isolada "*cat*" e depois liam a frase "*Say bat now*", mostrada no diapositivo seguinte. Foi pedido aos participantes que les-

sem as frases com entoação descendente e a ritmo normal. Para evitar a entoação característica de leitura de lista, incluiu-se apenas uma frase por diapositivo. A gravação dos dados do grupo de chinesas foi realizada numa sala silenciosa na Universidade do Minho e a do grupo de controlo numa sala silenciosa na Universidade de St. Ambrose, com um gravador Edirol R-09HR e um microfone unidireccional Edirol CS-15, a uma taxa de amostragem de 22kHz e quantização de16-bit.

Tabela 1. Palavras utilizadas para incitar a produção das vogais alvo.

	/i/	/ɪ/	/ɛ/	/æ/
b_t	beat	bit	bet	bat
t_k	teak	tick	tech	tack
h_d	heed	hid	head	had

Cada palavra alvo foi lida três vezes pelo grupo observado e duas vezes pelo grupo de controlo. O número total de vogais produzidas pelo grupo observado foi de 360 (4 vogais x 3 contextos x 3 repetições x 10 participantes), e o número total de vogais produzidas pelo grupo de controlo foi de 168 (4 vogais x 3 contextos x 2 repetições x 7 participantes).

2.3 Medições das vogais

As vogais foram segmentadas e etiquetadas manualmente e posteriormente normalizadas, de acordo com a intensidade de pico, usando o programa Praat Versão 5.0.21 (Boersma & Weenink, 2008). Para medir a duração, o primeiro pico positivo da porção periódica foi considerado o início da vogal e o ponto onde a amplitude e complexidade da forma de onda diminuíam foi considerado o seu fim. Os pontos de início e de fim da vogal foram marcados em cruzamentos zero (onde a forma de onda cruza a amplitude zero). As frequências para os dois primeiros formantes[2] (F1 e F2) foram medidas usando a análise de Codificação

[2] Dependendo da configuração do tracto vocal (por exemplo, grau de abertura da mandíbula, protusão labial, altura da língua), as suas frequências naturais de resssonância formam diferentes picos vocálicos que podem ser visualizados num espectro. Estas frequências de ressonância naturais do tracto vocal são chamadas de formantes (Johnson, 2003: 96).

de Predição Linear (LPC), com cinco formantes por quadro. Os valores medianos da porção equivalente aos 40% centrais de cada vogal foram calculados automaticamente e, se um valor medido fosse substancialmente diferente de outros encontrados para a mesma vogal produzida pelo mesmo participante, a vogal era medida novamente, mas desta vez manualmente, movendo-se o cursor para uma porção estável adjacente e recalculando-se os valores formânticos. Através deste procedimento, obtiveram-se valores em maior conformidade com o valor esperado. A mediana foi utilizada em detrimento da média para reduzir o efeito de erros de medição dos formantes, já que a mediana considera os valores do meio de uma distribuição. A distância Euclidiana foi calculada para os pares de vogais /i, ɪ/ e /ɛ, æ/ para verificar o quão distante uma vogal se encontrava de outra em termos de valores de F1 e F2. Assim, o objectivo foi comparar diferenças em termos de *distância* entre as vogais de cada par produzidas pelas chinesas e americanas e não comparar valores de formantes para cada vogal isolada.

2.4 Resultados

Foram analisadas diferenças de performance na L2, comparando-se a produção do grupo de informantes chinesas à do de americanas. Os testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov revelaram que os dados sobre duração e distância Euclidiana dos dois grupos apresentaram distribuição normal. Relativamente à duração, as diferenças entre os dois grupos ocorreram apenas para as vogais /æ/ e /i/ (/æ/: $t(15) = -3{,}61$, $p = 0{,}003$; /i/: $t(15) = -3{,}40$, $p = 0{,}004$), isto é, as vogais foram produzidas com duração significativamente menor pelas chinesas do que pelas americanas. Quanto à variação intra-grupo dos valores de duração entre as vogais produzidas pelas chinesas, uma análise de variância unifactorial (ANOVA) revelou diferenças significativas ($F(3)=3{,}55$, $p = 0{,}024$). Os testes *post-hoc* de Scheffe mostraram que apenas as vogais /æ/ e /ɪ/ diferiram significativamente uma da outra ($p = 0{,}033$), sendo esta última a mais curta.

Tabela 2. Valores médios de duração (em milissegundos), F1, F2 e distância Euclidian (DE, em Hz) dos grupos de chinesas e americanas (DP = desvio padrão)

		/i/	/ɪ/	/æ/	/ɛ/	DE /i-ɪ/	DE /æ-ɛ/
Chinesas							
	Dur	100 (23,3)	78 (13,8)	109 (26,7)	100 (24,0)		
Média (DP)	F1	421 (32,1)	438 (36,7)	823 (93,7)	753 (80,3)	115 (121)	104 (34)
	F2	2754 (143,9)	2648 (184,5)	2077 (180,4)	2098 (177,4)		
Americanas							
	Dur	134 (14,4)	82 (16,4)	154 (23,3)	104 (18,0)	580 (81)	129 (42)
Média (DP)	F1	393 (29,4)	565 (32,1)	816 (27,8)	713 (15,7)		
	F2	2744 (146,5)	2228 (154,5)	1998 (97,1)	1968 (79,1)		

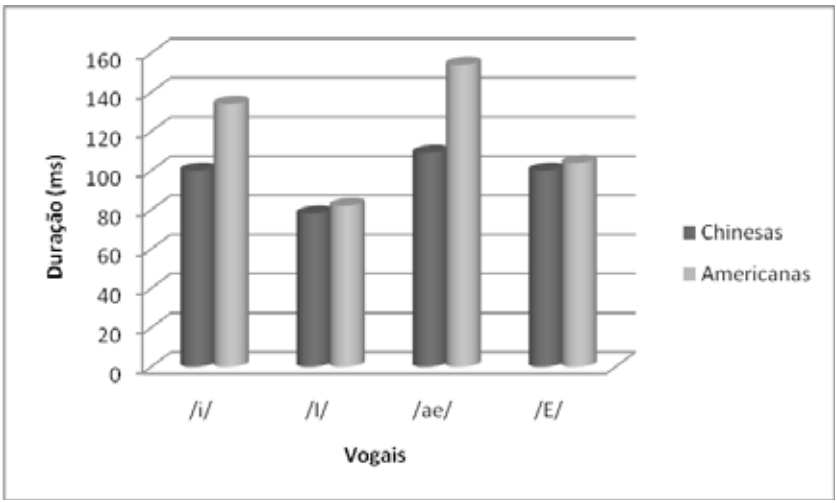


Figura 1. Valores médios de duração (em milissegundos) de vogais produzidas pelas informantes chinesas e americanas

Os resultados sobre a qualidade espectral revelaram que as informantes chinesas tenderam a agrupar as vogais dos pares /i-ɪ/ e /æ-ɛ/ (ver Figura 2). Relativamente à distância Euclidiana entre as vogais do contraste /i-ɪ/, os testes-t de amostras independentes mostraram diferenças significativas entre as chinesas e as americanas ($t(15) = -8{,}82$, $p < 0{,}001$). Todavia, para o contraste vocálico /æ-ɛ/, não foi encontrada nenhuma diferença significativa. No entanto, no caso deste contraste em específico, apesar de não se verificar uma diferença significativa nos valores de distância Euclidiana, as duas vogais produzidas pelas chinesas não seguiram a mesma direcção das produzidas pelas americanas: a vogal /ɛ/ ou tem valores de F2 muito semelhantes à /æ/ ou é mais anteriorizada, diferentemente das americanas, cuja vogal /æ/ é mais centralizada do que /ɛ/. Para além deste aspecto, as duas vogais foram produzidas de forma mais anteriorizada pelas chinesas do que pelas americanas.

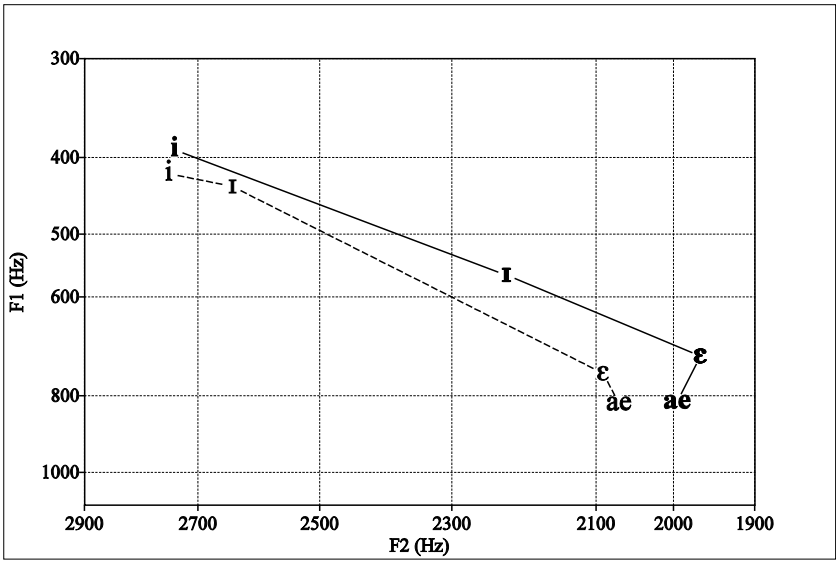


Figura 2. Vogais anteriores do inglês produzidas pelas americanas (linha) e chinesas (pontilhado)

3. Experiência B: Percepção de fala

3.1 Informantes

As mesmas falantes nativas de mandarim descritas na Secção 2.1 formaram o grupo observado na Experiência B. Devido à disponibilidade de informantes, o grupo de controlo foi formado por cinco americanos, um homem e quatro mulheres, com idades entre 22 e 24 anos (média = 22,5 anos, DP = 0,9 anos), alunos de mestrado do curso de Terapia Ocupacional da Universidade de St. Ambrose, em Davenport. Todos os informantes afirmaram não ter problemas de audição.

3.2 Estímulos

As vogais /i, ɪ, ɛ, æ, ʌ/ foram inseridas em estruturas CVC(C) (ver Tabela 3) e gravadas por quatro estudantes universitários de Sacramento e Berkeley, Califórnia. Os informantes eram dois homens e duas mulheres, com idades entre 25 e 27 anos (média = 25,8 anos, DP = 0,9 anos). As palavras reais e artificiais foram inseridas na frase veículo "*X and Y sound like Z*" ("X e Y soam como Z"), lidas com entoação decrescente e a ritmo normal. As três palavras alvo da frase veículo continham a mesma vogal, por exemplo: "*Beat and Pete sound like seat.*" (*Beat* e *Pete* soam como *seat*). Os procedimentos e os informantes foram os mesmos de Rauber (2006). A vogal central /ʌ/ foi incluída para testar se os informantes falantes da L2 confundiriam esta vogal com outras vogais baixas.

Tabela 3. Estímulos utilizados no teste de percepção

/i/	/ɪ/	/ɛ/	/æ/	/ʌ/
beat	bit	bet	bat	but
keep	kit	kept	cat	cut
Pete	Pitt	pet	pat	putt
seat	sit	set	sat	shut
teak	tick	tech	tack	tuck
teat	tit	tet	tat	tut

Cada palavra foi apresentada isoladamente quatro vezes, tendo sido duas vezes pronunciada por uma mulher e duas por um homem. Assim, as informantes chinesas foram expostas a diferentes vozes, o que fez com que tivessem que ignorar diferenças audíveis (qualidade da voz), mas foneticamente irrelevantes em termos de variação intra-categórica. O número total de palavras ouvidas foi de 120 (5 vogais x 6 palavras x 4 repetições). As palavras alvo foram segmentadas e normalizadas de acordo com o pico de intensidade no software Praat e depois apresentadas isoladamente às informantes através de um teste de identificação, também elaborado e apresentado no Praat. Mais detalhes sobre o teste são descritos nas subsecções seguintes.

3.3 Procedimento

O teste foi realizado nos computadores de um laboratório de línguas e durou aproximadamente 30 minutos. Os grupos observado e de controlo ouviram os estímulos através de auriculares e tiveram que seleccionar o símbolo fonético que melhor representasse o som que ouviam. Já que nem todos estavam familiarizados com os símbolos fonéticos, as palavras *beat, bit, bet*, *bat* e *but* foram utilizadas como as etiquetas dos botões apresentados no ecrã do computador através do software Praat. Antes do teste, os informantes leram as palavras para se familiarizarem com as opções. Foi realizada uma sessão de treino com 10 estímulos, usando os próprios estímulos do teste. As palavras eram automaticamente aleatorizadas cada vez que o teste era iniciado. O grupo de controlo desta experiência foi importante para validar os estímulos. Estes informantes foram testados numa sala silenciosa utilizando um computador portátil e auriculares. Os informantes americanos identificaram todos os estímulos /i, ɪ/ correctamente. Contudo, os resultados médios de identificação foram de 98,3% para /ɛ/ e 96,7% para /æ/. Assim, os estímulos foram considerados fiáveis para testar o grupo de chinesas. Os testes de percepção e de produção foram realizados em dias diferentes.

3.4 Resultados

Tal como referido na Secção 2.4, as informantes chinesas tenderam a não produzir as diferenças em termos de duração e de qualidade espectral

entre os contrastes /i/-/ɪ/ e /ɛ/-/æ/como as americanas. Uma explicação possível para este resultado é a dificuldade em *perceber* as vogais da L2 que não estão presentes no inventário da L1 e assimilar duas vogais como pertencentes a uma única categoria. Esta dificuldade pode ser observada na Tabela 4, que mostra os resultados individuais e as médias de identificação do grupo de chinesas.

Tabela 4. Resultados individuais e médios das informantes chinesas

Part.	/i/	/ɪ/	/æ/	/ɛ/
1	95,8	83,3	83,3	37,5
2	95,8	91,7	100,0	50,0
3	75,0	41,7	62,5	25,0
4	91,7	95,8	79,2	54,2
5	100,0	87,5	62,5	70,8
6	95,8	91,7	50,0	83,3
7	100,0	100,0	75,0	62,5
8	87,5	54,2	91,7	50,0
9	62,5	75,0	70,8	62,5
10	100,0	91,7	79,2	70,8
Média (DP)	75,4 (14,8)	56,7 (17,1)	90,4 (12,4)	81,3 (19,1)

Uma vez que os dados de percepção não apresentaram uma distribuição normal, realizámos os testes não-paramétricos de Wilcoxon. Uma matriz de confusão (ver Tabela 5) mostra que a vogal /i/, presente no inventário da L1 (mandarim), foi a vogal que obteve as maiores percentagens de identificação correcta, sendo apenas ocasionalmente confundida com /ɪ/. A vogal /ɪ/ teve a tendência para ser confundida com /ɛ/ em vez de /i/. Quando as informantes ouviam /æ/, muitas identificavam esta vogal como sendo /ʌ/ mais frequentemente do que como sendo /ɛ/, provavelmente porque tanto /æ/ como /ʌ/ estão mais próximas do seu /a/ do que do seu /e/ da L1, ou seja, a referência era uma vogal baixa e central. Finalmente, quando /ɛ/ era equivocadamente identificado, a confusão tendeu a ser com /æ/.

Tabela 5. Percentagens médias de identificação dos estímulos do inglês por vogal. Os valores representam a percentagem das vogais reconhecidas como pertencentes a cada categoria vocálica do inglês.

Estímulo	**Vogal identificada**				
ouvido	/i/	/ɪ/	/æ/	/ɛ/	/ʌ/
/i/	**90,4**	9,6	—	—	—
/ɪ/	5,0	**81,3**	—	13,7	—
/æ/	—	—	**75,4**	9,2	15,4
/ɛ/	—	3,3	39,2	**56,7**	0,8

4. Discussão e notas finais

Este estudo investigou a percepção e a produção de vogais anteriores do inglês por 10 falantes nativas de mandarim que receberam alguma instrução sobre produção durante um curso de nível pós-intermédio de inglês. Os resultados confirmam as hipóteses do estudo. Quanto aos resultados de produção, as informantes tiveram dificuldade em produzir as vogais da L2 /ɪ, ɛ, æ/, que são vogais sem equivalentes na L1. Relativamente à qualidade espectral das vogais altas, as chinesas produziram valores de F1 e F2 para /i/ muito próximos dos das americanas, mas a distância Euclidiana entre as duas vogais altas foi muito pequena. Por outro lado, para o contraste /æ-ɛ/, os valores formânticos mostram que as informantes chinesas produziram a vogal /æ/ mais baixa do que /ɛ/, mas esta foi produzida de forma tão centralizada como aquela. Como previsto pelo SLM de Flege (1995), a tendência verificada foi a de agrupar duas categorias como pertencentes a uma única categoria, como foi o caso das duas vogais altas (/i/ e /ɪ/) e das duas vogais baixas (/ɛ/ e /æ/). Em termos de duração, os resultados revelam que as informantes chinesas pronunciaram as vogais frouxas /ɪ/ e /ɛ/ com valores de duração similares aos das americanas. Embora as vogais tensas /i/ e /æ/ tenham sido produzidas com maior duração do que as frouxas, foram significativamente mais curtas do que as vogais alvo. Isto indica que as falantes de L2 *fazem* uso de informação duracional para distinguir entre vogais tensas e frouxas, mas não tanto como as americanas.

No que concerne a percepção, a vogal da L2 com uma equivalente na L1 (/i/) foi a que teve maiores índices de identificação (90,4%). A segunda vogal mais bem percebida foi /ɪ/ (81,3%), seguida por /æ/ (75,4%). A vogal frouxa /ɛ/ teve os menores índices de identificação (56,7%), sendo muito frequentemente identificada como /æ/ (39,2%). Os resultados para /ɪ/ e /æ/ corroboram estudos como os de Bion *et al.* (2006), Flege (1995), Flege *et al.* (1997, 1999) e Rauber *et al.* (2005) ao indicar que a percepção precede a produção e os resultados gerais indicam que há uma relação entre altas percentagens de identificação no teste de percepção e melhores resultados de produção (/i/), e entre baixas percentagens de identificação e uma produção mais deficiente (/ɪ, ɛ, æ/). Uma razão para essa tendência pode ser o facto de que alguns aspectos da percepção mudam antes do que as alterações correspondentes sejam implementadas na produção; no entanto, não se pode descartar a possibilidade de que mudanças na produção aconteçam primeiro ou que ocorram mesmo que não haja mudanças na percepção.

A dificuldade em perceber e produzir categorias da L2 inexistentes na L1 leva a uma questão polémica em relação ao momento mais propício para fornecer treino fonético ou instrução sobre pronúncia a alunos de uma L2. Se um aluno precisa de aprender, por exemplo, léxico e regras gramaticais desde as fases mais iniciais de aprendizagem desta L2, este também deveria ser instruído quanto às diferenças entre a estrutura sonora da L1 e da L2. É comum desprezar este tipo de informação linguística em contextos formais de aprendizagem. A opção de soar mais ou menos inteligível é certamente do aluno, mas incluir comentários e/ou instrução para direccionar o foco de atenção e consciencializá-los do funcionamento fonético-fonológico da L2 não podem ser vistas como não sendo importantes. As informantes chinesas deste estudo tiveram uma média de oito anos de instrução sobre a língua inglesa, mas nunca tinham recebido treino ou instrução específica sobre a pronúncia da L2. Portanto, o princípio de "o quanto antes, melhor" para adquirir uma boa pronúncia, tão comummente encontrado nas teorias sobre idade de aquisição/aprendizagem, deveria também ser aplicado ao início da exposição formal à L2, independentemente da idade: quanto mais cedo houver consciência sobre as regras fonológicas da L2, mais facilmente se evitam problemas de inteligibilidade relacionados com a produção.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer às informantes chinesas que se voluntariaram para este estudo; aos professores, alunos e funcionários da Universidade St. Ambrose, em Davenport-Iowa, por concordarem em fazer parte do grupo de controlo das duas experiências; ao CEHUM pelo financiamento parcial da viagem para a recolha de dados nos Estados Unidos; e aos valiosos comentários dos pareceristas anónimos.

Referências

Best, C. T., & Tyler, M. D. (2007). Nonnative and second-language speech perception: Commonalities and complementarities. In O.-S. Bohn, & M. J. Munro (Eds.), *Language Experience in Second language Speech Learning. In honor of James Emil Flege (pp.* 13-34*).* Amsterdam: John Benjamins.

Bion, R. A. H., Escudero, P., Rauber, A. S., Baptista, B. O. (2006). Category formation and the role of spectral quality in the perception and production of English front vowels. *Proceedings of INTERSPEECH'2006 ICSLP* (pp. 1363-1366). Pittsburgh, USA.

Boersma, P. & Weenink, D. (2008). *Praat: Doing phonetics by computer* (Version 5.0.21) [Computer program]. Disponível em http://www.praat.org [consultado em 22 de Abril de 2008].

Crystal, D. (1997). *English as a global language*. Cambridge: Cambridge University Press.

Flege, J. E. (1995). Second language speech learning theory, findings, and problems. In W. Strange (Ed.), *Speech perception and linguistic experience: Issues in cross-language research* (pp. 233-277). Timonium, MD: York Press.

Flege, J. E., Bohn, O.-S, & Jang, S. (1997). Effects of experience on non-native speakers' production and perception of English vowels. *Journal of Phonetics, 25*, 437-470.

Flege, J. E., MacKay, I. R. A., & Meador, D. (1999). Native Italian speakers' perception and production of English vowels. *Journal of the Acoustical Society of America, 105*(5), 2973-2987.

Jenkins, J. (2009). *World Englishes: A resource book for students* (2. ed). Routledge.

Johnson, K. (2003). *Acoustic and auditory phonetics* (2 ed.). Malden/Oxford/ Victoria: Blackwell.

Koerich, R. D. (2006). Perception and production of vowel paragoge by Brazilian EFL students. In B. O. Baptista, & M. A. Watkins (Eds.), *English with*

a Latin Beat: Studies in Portuguese/Spanish – English Interphonology (pp. 91-104). Amsterdam: John Benjamins.

Hagiwara, R. (1997). Dialect variation and formant frequency: The American English vowels revisited. *Journal of the Acoustical Society of America, 102* (1), 655-658.

ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional (2009). *Diversidade linguística na escola portuguesa.* Disponível em http://www.iltec.pt/divling/index.html [consultado em 20 de Setembro de 2009].

Rauber, A. S. (2006). *Perception and production of English vowels by Brazilian EFL* speakers. Unpublished doctoral dissertation. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Rauber, A. S., Escudero, P., Bion, R. A. H., Baptista, B. O. (2005). The interrelation between the perception and production of English vowels by native speakers of Brazilian Portuguese. *Proceedings of INTERSPEECH'2005 - EUROSPEECH* (pp. 2913-2916). Lisboa, Portugal.

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2009). *Estatísticas*. Disponível em http://www.sef.pt/ [consultado em 20 de Setembro de 2009].

Strange, W. (1995). Cross-language study of speech perception: A historical review. In W. Strange (Ed.), *Speech perception and linguistic experience: Issues in cross-language research* (pp. 3-45). Timonium, MD: York Press.

Thomson, R. I. (2007). *Modeling L1/L2 interactions in the perception and production of English vowels by Mandarin L1 speakers: A training study*. Unpublished PhD dissertation. Edmonton: University of Alberta.

Wang, X. (1997). *The acquisition of English vowels by Mandarin ESL learners: A study of perception and production*. Unpublished master's thesis. Vancouver: Simon Fraser University.

Discourse-agreement features, phasal C and the edge: A mimimalist approach[1]

Ángel Jiménez Fernández*

Abstract

In this paper I deal with the syntactic process of AGREE in the Minimalist Program, the role of discourse/agreement features in it and their combination with an EF (edge feature) to trigger attraction. Miyagawa (2005) has classified languages as focus or agreement prominent, depending on the type of grammatical features (discourse or agreement) they allow to inherit from C(omplementiser) to T(ense). Some languages highlight discourse functions (Korean or Japanese), other languages put a special emphasis on agreement marking (English), but I claim that there is a third type of language which gives precedence to both discourse features and agreement features (Spanish). Following Chomsky's Uniformity Principle, all languages contain discourse features and agreement features. By feature inheritance, these inflectional features percolate down from a phasal head to the immediately lower head, thus accounting for the feature selection of languages, their flexible/rigid word order, and the different position that is targeted by discourse-driven moved constituents across languages. In languages of the Spanish group the landing site of displaced topics is shown to be the specifier of the Tense Phrase. Evidence in favour of this analysis comes from Binding facts.

Key Words: Feature inheritance, phasal heads, preposed topic, focus, word order, agreement features, discourse features.

* Departamento de Filología Inglesa (Lengua Inglesa), Universidad de Sevilla, Spain. ajimfer@us.es

[1] I thank Andrew Radford, Sumru Özsoy, Shigeru Miyagawa, Cedric Boeckx and Alain Rouveret, for their insightful comments on some preliminary parts of this work. In particular, Andrew Radford's initial guidance has been really helpful and fruitful for me. Some points risen in this work have been previously presented at the Mediterranean Syntax Meeting 2, held at Boğazici University in Istambul in 2008. I am grateful to the audience there for their feedback. Any errors or misconceptions are all mine.

1. Introduction

In this work I am concerned with the interaction of different types of grammatical features to explain why languages may vary in their surface word order. In current generative grammar, it is assumed that all languages are uniform and their differences may be reduced to specific traits of utterances. This is what Chomsky (2001: 2) states in his Uniformity Principle. This principle has led many linguists to explore the possibility of explaining parametric differences in terms of grammatical features (cf. Miyagawa, 2005; Sigurðsson, 2003, 2009). Following this line of research, all languages contain the same kind of featural system. However, variation in the nature of grammatical features has received different explanations. Sigurðsson (2003) holds that although all languages share the same type of features, some of these features are not pronounced,[2] while Miyagawa (2005) presents evidence that all features are present in all languages, but some of them are given a special prominence at the expense of other features. Miyagawa concentrates on agreement and focus features and establishes a classification of languages according to whether they put a special emphasis on agreement features or on focus features.[3]

As a preliminary task, I will clarify the notions of topic and focus that I deal with and some assumed properties that affect these two discourse functions. In line with Reinhart (1982), Zubizarreta (1999), among others, the topic of a sentence is what this sentence is about. This is also known as the Aboutness-topic (cf. Lambrecht, 1994; Frascarelli & Hinterhölzl, 2007). In example (1a), the subject functions as the topic of the whole sentence, whereas in (1b) the object is picked up as the topic:

---

[2] Sigurðsson (2003: 7) actually holds that the fact that a language does not overtly instantiate a feature does not mean that this grammatical feature is absent from its narrow syntax. For example, Finnish does not contain articles, but this does not imply that this language does not express definiteness. This is exactly how 'pronunciation' should be understood in this work. However, one pending issue, which is not addressed by Sigurðsson, is when a feature can be left unpronounced.

[3] As Rouveret (p.c.) suggests, another possibility is that Universal Grammar (UG) provides with a universal set of features and languages differ in the number and type of features that they select (cf. Marantz and Halle, 2008). Chomsky (2001: 10) observes that languages vary in their featural inventories, making different choices upon a common set of features. This is clearly in contrast with the Uniformity Principle, which states that languages are uniform suggesting that UG features will be attested in all languages, albeit some grammatical features are rather blurred in some languages (See Sigurðsson, 2003 for a similar position).

(1) a. *Spain* has won this year's World Cup.
b. *The World Cup*, Spain has won only once.[4]

As regards focus, following Chomsky (1971), Jackendoff (1972), Zubizarreta (1999), among others, it can be defined as the non-presupposed part of the sentence, conveying new information not shared by speaker and hearer in discourse. For instance, the italicised constituent in (2) is the focus of the sentence and satisfies the information request in the previous question:

(2) Q: How many times has Spain won the World Cup?
A: Spain has won the World cup *only once*.

This type of focus is usually termed information focus, to be distinguished from contrastive focus. The latter expresses some kind of correction or contrast in relation to a previous assertion (cf. Kiss, 1998; Zubizarreta, 1999):

(3) Speaker A: Spain has won the FIFA World Cup twice.
Speaker B: No, *only once* has Spain won the FIFA World Cup.

Concerning the syntax of topics and focus, throughout this work, I assume that topics move to the left periphery of the clause (contra Cinque, 1990), and in line with Rizzi (1997), Haegeman (2006, 2007) and Grohmann (2003), among others, in principle, I do not make a difference between Topicalization and Clitic Left Dislocation in principle (though see Frey, 2005 for a different approach). In both types of phenomena the crucial property is that topics are displaced to the front of the sentence (cf. Erteschik-Shir, 2006). Finally, contrastive focus may undergo movement to the left periphery of the clause, as illustrated in (3).

The article is organised as follows. Section 2 introduces Miyagawa's classification into agreement-prominent and focus-prominent languages, which I basically adopt; but my analysis shows that there is a third type of language which is based on both types of feature: agreement and discourse features.[5] This is discussed in section 3, whose core point is the

[4] I am grateful to Marcelle Cole, who has been my informant for the examples in English.

[5] That agreement features and discourse features are closely related should not come as a surprise. Simpson and Wu (2001) argue that in their evolution some languages show that agreement is

interaction of agreement and topic features with the EPP or Edge Feature (EF, hereafter) under T(ense).[6] Section 4 presents evidence in favour of analysing topic preposing as undergoing A-movement to Spec-TP in languages such as Spanish. This evidence is based on Binding facts and Floating Quantifiers. Finally, section 5 summarises my findings.

I concentrate on the syntax and discourse interpretations of several constructions in English, Japanese and Spanish to propose that in languages such as Spanish the EF works in tandem with both discourse features and agreement features, similar to what Miyagawa (2010) proposes for Finnish and other languages. I depart from Miyagawa's novel analysis, though, in that no extra-categories are added to derivations.[7] This three-fold typology explains certain differences as regards word order with respect to languages such as English. Obviously, this does not mean that English has no discourse-based rearrangement process in relation to its basic word order (cf. Prince, 1981).[8] The fact that English does not give prominence to discourse feature means that these features are not inherited by T. More precisely, these features are retained in C. Therefore, if some topic constituent moves to the left periphery in English, it will target the specifier of CP, as opposed to what happens in

a consequence of a focus structure. Branigan (2005) also posits that in Algonquian languages the verb inflects for object agreement when the object is a topic or a focus. The same pattern is found in Tsez by Polinsky and Potsdam (2001). This interconnection justifies the position I am taking that agreement and discourse features are two values of a single parameter.
Rouveret (p.c.) points out that in some languages (Italian or Spanish) Topic structures require an agreement marker (clitic) on the verb (cf. Alexopoulou & Kolliakou, 2002). This suggests that movement to the periphery goes along with the realization of agreement features. However, focus constructions exclude the presence of a clitic, which might be taken as evidence that the relation between agreement and discourse is not so straightforward. Turkish, on the other hand, illustrates the possibility that focus can also be associated with agreement, since it contains clitics which are consistently related to the focus of a clause. Such is the case of the marker *dA*, as Göksel and Özsoy (2003) show.

6 The EF has received different names and treatments. More standardly, it is known as the EPP feature. In my work, I adopt Chomsky's (2001, 2008) proposal that the EPP feature or Edge Feature triggers movement of the probed category. Alternatively, Rouveret (2010: 237) claims that "EPP is not the feature which causes post-Agree Move." He considers the possibility that a principle such as the EPP should be kept independent from the idea that some probes attract their goal. See also Biskup (2007) for different approaches to EPP.

7 Specifically, Miyagawa (2010) proposes an αP between CP and TP, which is the locus of inherited features in case the specified of TP is already filled. I use a multiple-specifier approach, so that if more than one constituent is displaced they move to different specifiers of TP (Richards, 1999).

8 Statistically, topic fronting is much less frequently used than in other languages (cf. Erteschik-Shir, 2006: 45).

Japanese and Spanish, in which topics may move to Spec-TP when a topic feature is lowered from C to T (cf. *infra*).

2. Grammatical/discourse features and phases

Miyagawa (2005) and Chomsky (2008) have claimed that agreement features are associated in the Lexicon with phasal heads (C and *v*). This way, they are on a par with focus and topic features under the assumption that Focus and Topic depend on the region of C (Rizzi, 1997, 2004, in his cartographic approach; Beninca'/Poletto, 2004; Kiss 1998, 2002; among many others).

The exploration of these discourse-driven movements and their role in the rearrangement of word order has led to the proliferation of many functional categories, which, in a way, might be regarded as uneconomical. In fact, Chomsky (2008: 139) states that discourse-related properties make up a subcomponent within the Conceptual-Intentional (C-I) interface, not strictly marked in the narrow syntax by specific discourse-like categories. What is clear is that at least in some languages there are discourse-driven movements in the narrow syntax and the interpretation of these displaced constituents is to be assigned at the C-I interface.

In my analysis, lexical items are extracted from the Lexicon with a [Top]- or [Foc]- feature (Aboh, 2010; Erteschik-Shir, 2006). These features are interpretable because the informational load that they carry is necessary in the semantic component. Following Miyagawa (2005, 2010), phasal heads contain agreement features and discourse features.9 In conformity with the Uniformity Principle, Miyagawa argues that all languages contain the same set of features, which will be universally manifested in some way. He concentrates on the inflectional features of agreement and focus (discourse, more generally), and uses this set of features to establish parametric variation between two types of languages: those that exploit agreement features to trigger movement, Indo-European languages, and those that highlight focus features, Japa-

[9] Actually Miyagawa (2005) claims that C contains agreement features and focus features. I add a [Top]-feature to both phasal heads, C and *v*. Tense features may also be seen as originating in C. However, if Chomsky (2008) and Miyagawa (2005) are right when positing that non-phasal heads enter the derivation only with interpretable features, it follows that tense features will be sheltered under T from the very beginning of a derivation. I will not pursue this issue any further as I will not consider tense features in my analysis.

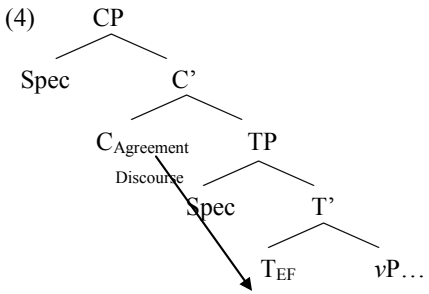
nese. In other words, Miyagawa (2005) classifies languages according to whether they are agreement-prominent or focus prominent.

Miyagawa assumes that T has an EPP or edge feature universally that has to be satisfied in conjunction with agreement or focus features, which are inherited from the phasal head C.

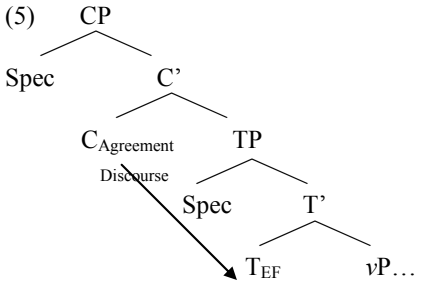
I adopt this parametric variation in essence, but, as I have already suggested, in my system there is a third class of languages, which emphasise both discourse and agreement features. Spanish is an example of this type of language. I view the inflectional system of languages as consisting of strictly morphological features and syntactic features. More specifically, a difference should be made between morpho-syntactic and discourse-syntactic features. Both of them are responsible for the activation of AGREE in the narrow syntax and work in conjunction with the EF under T.

Let's see how the interaction of agreement/discourse features with the EF may explain the basic differences between languages:

(4)



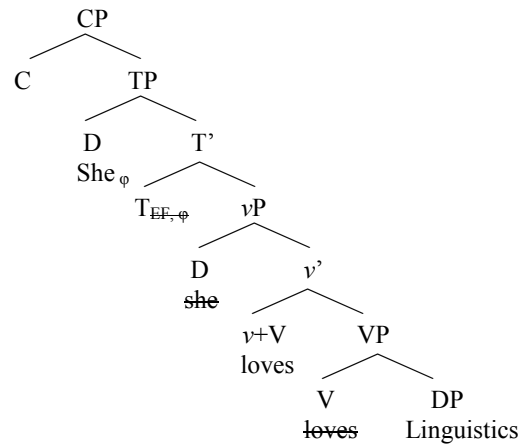
(5)



Building on Miyagawa's work, if a language is agreement prominent, the agreement features spread down from C to T and, along with the EF under T, attract the category agreed with to Spec-TP. On the other hand, if a language is discourse prominent, the discourse feature under C is inherited by T and in conjunction with its EF motivates the Internal Merge of a constituent with the same discourse feature to Spec-TP.[10] English and Japanese illustrate the two types of language that Miyagawa (2005) argues for. To start with English, a sentence such as (6) is derived as in (7), where agreement features clearly play a crucial role:

(6) She loves Linguistics.

(7)



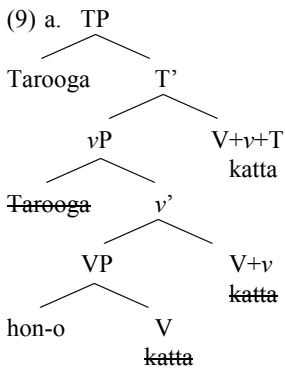
On the other extreme of this typological classification is Japanese, which is claimed to highlight discourse features. This explains the different word orders attested in such a language, as seen in the examples in (8) –taken from Miyagawa (2005: 220)– and their corresponding derivations in (9):

[10] On previous approaches to a possible classification of languages depending on their discourse configurational character, see Li and Thompson (1976) and Kiss (1995). They suggest that languages can be classified as subject-prominent or topic-prominent. However, Miyagawa's (2005, 2010) typology has theoretical consequences which are absent from these preliminary studies. For him, if a language is agreement-prominent, agreement features are lowered onto T and AGREE relation is established with a suitable goal; conversely, in discourse-prominent languages, it is discourse features that trigger the AGREE relation between T and the category agreed with.

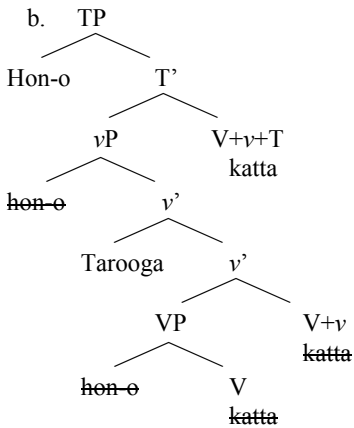
(8) a. Taroo-ga hon-o katta.
Taro-NOM book-ACC bought
'Taro bought a book.'
b. Hon-o Taroo-ga katta.
book-ACC Taro-NOM bought
'A book, Taro bought.'

Contra Miyagawa (2005), in my system, on a scale from discourse prominence to agreement prominence there is an intermediate point represented by those languages which highlight both agreement and discourse features. This intermediate point is exemplified by Spanish, which is the proposal I put forward in next section.

(9) a.



b.



3. The counterexample: Spanish (and beyond)

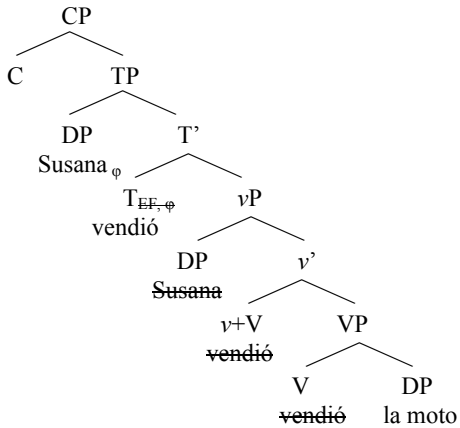
Miyagawa (2005, 2006) holds that Indo-European languages are always agreement-prominent. I depart from his view and show that Spanish is both agreement- and discourse-prominent.

That Spanish overtly marks subject/verb agreement is no news. This concord relation has been claimed to manifest itself by movement of the subject into Spec-TP (cf. Zagona, 2002).[11] Example (7) may illustrate this assertion:

(10) Susana vendió la moto.
Susana sell-PAST.3sg the motorbike
'Susana sold the motorbike.'

This sentence follows the canonical pattern for Spanish in terms of word order: SVO. One plausible way to explain how to derive this order is to move the DP subject *Susana* to Spec-TP and the verb *vendió* into T:[12]

(11)



[11] Alongside the view that preverbal subjects move to Spec-TP in Spanish, we find other proposals which are based on the possibility that preverbal subjects move to the left periphery. See Uriagereka (1995) for the plausibility of this proposal. Barbosa (2009) also entertains this possibility for Portuguese. From a cartographic perspective, Paoli, 2007 also identifies a position for preverbal subjects on the left periphery in a variety of Romance languages. Ordóñez and Treviño (1999) claim that preverbal subjects in Spanish are also left-dislocated, so that they behave as typical cases of dislocated objects. In my view, this is explained if, as I claim, Spanish lowers both agreement ad discourse features from C to T.

[12] On overt movement of V to T in Spanish, see Gutiérrez Bravo (2007), Suñer (1992), Zagona (2002), among many others.

According to the word order obtained in (11), Spanish should be on a par with English in that it overtly shows subject-verb agreement and this is captured if T contains an EF which, in conjunction with the φ-features inherited from C, attracts the subject. This is compatible with the view that Spanish is an agreement-prominent language. However, Spanish also allows other linear possibilities which seem to involve some kind of rearrangement of the canonical pattern SVO. Alongside (10), we find the following additional word orders:

(12) a. Vendió Susana la moto. (V-S-O)
b. Vendió la moto Susana. (V-O-S)
c. La moto vendió Susana. (O-V-S)
d. La moto(,) la vendió Susana. (O-cl-V-S)
e. La moto Susana vendió. (O-S-V)
f. La moto Susana la vendió. (O-S-cl-S)
'Susana sold the motorbike.'

From a first look at these sentences, the descriptive conclusion is that elements can be freely reordered in Spanish. Nevertheless, in my view this rearrangement is not completely free. It is subject to discourse rules. Chomsky (2008) holds that optional movement is not truly optional in that it reflects some type of discourse-related properties. This is exactly what we may find in (12): all these sentences have a different informational reading. To be more precise, in (12b) a special discourse emphasis is placed on the subject, which is seen as the informational focus (new information); in (12d) the object has been preposed to the left periphery and it is the topic of the whole sentence.

From the data in (12) the following generalisation can be extracted: in Spanish movement of constituents is not optional, it has a discourse-determined motivation. It makes extensive use of discourse movement: (12d) exemplifies a case of Topicalisation (more specifically, Clitic Left Dislocation), but also in (12c) a contrastive focus is detected when preposing the object. In this sense it is very similar to Japanese and other languages where a robust informational structure is found. In other words, it seems that Spanish is a discourse-prominent language. This leads me to a paradoxical conclusion: on the one hand, given its subject-verb agreement properties, Spanish is an agreement-prominent language; but on the other hand, due to the information-based movements

detected in the language, Spanish is a discourse-prominent language. Obviously, this conclusion appears to argue against the two-extreme-poles parameter that Miyagawa (2005) proposes.

Implementing Miyagawa's original typology, I claim that in between the two extremes there are languages which give prominence to both agreement and discourse features. Word order rearrangement in languages like Spanish gives credence to this proposal. In addition, if the same set of inflectional features is present in all languages, albeit that some languages highlight agreement features, while others emphasise discourse features, it is also predicted that there will be languages which show both. However, this third linguistic type poses some problems: (i) if a language is both agreement and discourse prominent, it should be the case that T will attract any category to satisfy its EF; (ii) if T inherits both agreement and discourse features from C, T will attract as many constituents as possible to value its features; and (iii) if categories other than subjects may raise to Spec-TP and if concord is standardly established between subject and V via T, how come Spanish shows examples of clause-final subjects?

The solution to these three closely linked mysteries is related to the inflectional features lowered onto T and the operation of AGREE. Following Gutiérrez Bravo (2007) and Zagona (2002), in Spanish any topic category may move to Spec-TP (cf. Holmberg & Nikanne, 2002 for a similar proposal in Finnish). This explains the different word orders that sentences in (10) and (12) illustrate. The canonical SVO pattern is obtained by raising the subject into Spec-TP, but this is possible only if the EF under T works in conjunction with both φ-features and a [Top]-feature.[13] In order for this process to take place, T inherits the unvalued

[13] Dealing with null-subject Romance languages, Barbosa (1994) suggests that the EPP feature under T is satisfied by the rich inflection of the verb. If there is an overt subject, it is placed in a higher specifier position on the periphery. This implies that there is no need to project Spec-TP. Rouveret (2010) rejects this possibility by showing that subjects, in the pattern /SVO/, in Romance are not exactly topics as they can be expressed by negative quantifiers such as *ninguém* 'nobody' in Portuguese (*Ninguém provavelmente errou* 'Nobody probably failed'). This is a sign that subjects in Portuguese are not left-dislocated topics. The same point is hold by Costa and Galves (2000), who claim that in the above-mentioned Portuguese sentence the subject may externalise to an A-position without being marked as topic or focus.
In my view, the presence of a negative quantifier in these constructions is due to the fact that the subject is the focus of the relevant sentence and focused constituents allow for negative quantifiers. Spanish also instantiates focused subjects which are realised by quantified expressions (*Nadie ha venido todavía* 'Nobody has come yet'), which illustrates the possibility that subjects

φ-features and the unvalued [Top]-feature from C. The whole process for (10) is represented in (13):[14]

(13) [$_{CP}$ [$_{C}$ ø] [$_{TP}$ Susana [$_{T}$ vendió+ø] [$_{vP}$ ~~Susana~~ [$_{v}$ ~~vendió+ø~~] [$_{VP}$ [$_{V}$ ~~vendió~~] la moto]]]]
[3rd, SG] [past-tns]
[Top] [~~3rd, SG~~]
[~~Top~~]
[~~EF~~]

Following Chomsky (2007, 2008), when the derivation is transferred to the semantic and phonological components, the already valued uninterpretable features are deleted. The rest of the grammatical features involved are necessary for the interpretation of the sentence at LF.[15] The derivation in (10) will account for the canonical pattern SVO in Spanish. Note that this derivation is based on my claim that T inherits both agreement features and discourse features from C in languages like Spanish. T is the category responsible for activating the process of valuation of agreement and discourse features.[16] This complies with Zubizarreta's (1998) description of T as a multifunctional category in Spanish. The EF feature will be responsible for multiple specifiers of TP. Rouveret (p.c.) suggests that independent evidence for the multifunctionality of T can be found in subject-initial clauses in Germanic languages. In this respect, Travis (2005) and Zwart (2005) claim that the initial subject is in Spec-TP, rather than Spec-CP. This generalisation needs further inquiry, but space precludes me from addressing the issue here.

As mentioned earlier, Spanish seems to be a free word order language. As such, it shows other possible rearrangements which have been illustrated in (12). To start with, (12c) exemplifies the use of the OVS

in Romance may move to Spec-TP due to a (contrastive) focus feature. See Costa and Galves (2000) for a different analysis.

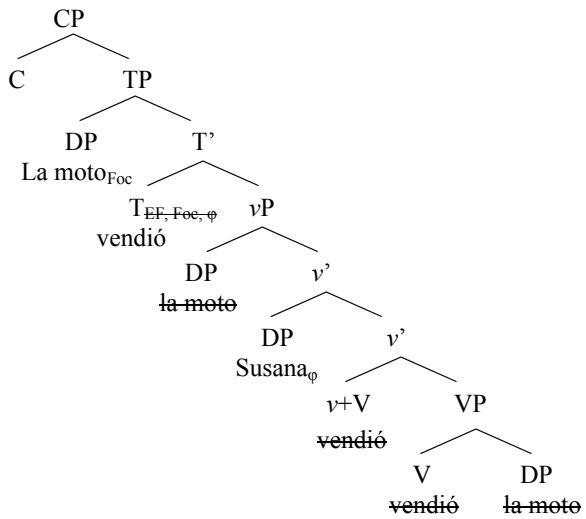
[14] This derivation is partial in that I do not pay attention to Case features or to the role of the object in the process of feature valuation.

[15] For an alternative proposal, see Bailyn (2003), who argues for the existence of a Functional Form, responsible for the informational interpretation of sentences. It might be the case that apart from PF and LF there is an FF, but I will not pursue the issue any further.

[16] Miyagawa (2001) and Rizzi (1990) also suggest that in certain cases the *wh*-feature can occur on T. One question that this raises (posited by Miyagawa, p.c.), is how then is the *wh*-phrase related to the Q(uestion) feature on C to give the appropriate question meaning. If my proposal about feature spreading is correct, the Q-feature would also be inherited by T so that the interrogative interpretation is obtained by associating Q and *wh* in T.

construction in Spanish, where the object has a [Foc]-feature.[17] In the light of my claim that in Spanish both agreement and discourse features are lowered from C to T, I analyse this sentence as in (14):

(14)



The sentence in (12c) is the typical construction exemplifying contrastive focus in Spanish. The DP *la moto* 'the motorbike' has entered the Numeration with an interpretable [Foc]-feature (Aboh, 2010). The EF of T in combination with the unvalued [Foc] inherited from C will probe and locate the suitable goal *la moto*. AGREE will ensure the valuing of T's [Foc]-feature. Due to its uninterpretability, this feature gets deleted in the Transfer process.[18]

---

[17] Contrastive focus seems to be overtly manifested in syntax through the instantiation of a contrastive [Foc]-feature which will motivate the internal merge of the corrective/contrastive constituent to the left periphery (cf. Kiss, 1998; Rizzi, 1997). On the contrary, informational focus instantiates in languages just as a derivative function, not to be related to a specific [Foc]-feature. See Ishihara (2000) and Neeleman and Reinhart (1998) for a similar claim.

[18] This is a partial derivation. I am not taking into account the valuation of Case features. However, following recent ideas proposed by Chomsky (2007, 2008) and Hiraiwa (2005), I assume that the DP object *la moto* 'the motorbike' gets its unvalued Case feature valued as ACC. Additionally, this DP moves to the periphery to value the [Foc]-feature under T. In conformity with the Phase Impenetrability Principle, this DP will also leave a copy in the outer specifier of *v*P on its way to its final position in Spec-TP.

Evidence that the focalised constituent moves to a position lower than CP comes from the fact that when Focalisation takes place in finite subordinate clauses the complementiser *que* 'that' precedes the focalised element, as the example in (15) shows:

(15) Te repito que LA MOTO ha vendido Susana, no la bici.
CL repeat-1sg that the motorbike has sold Susana, not the bike
'I repeat that Susana has sold the motorbike, not the bicycle'.

Apart from the [Foc]-feature, T also inherits φ-features from the phasal C. Spanish illustrates a double choice in languages: (i) probing a goal with the relevant agreement features and applying AGREE; or (ii) combining the φ-features under T with its EF and attracting the relevant category agreed with. In both cases, the process of feature valuation will ensure that the φ-features in T get valued. If we choose the first option, Long-Distance agreement will be at issue. If we opt for the second possibility, movement of the relevant category will apply. Evidence that Spanish instantiates both options is that the focalised constituent can co-occur with the subject in the region of T, as (16) illustrates. In such a case both the subject *Susana* and the object *la moto* have been attracted to the T-zone as multiple specifiers. The resulting sentence basically corresponds with the word order OSV in (12e):

(16) LA MOTO Susana ha vendido, no la bici.
The motorbike Susana has sold, not the bike
'Susana has sold the motorbike, not the bicycle'

Another construction where the φ-features and discourse features are mingled with the EF is (12d), repeated here for convenience:

(12) d. La moto, la vendió Susana.

In this sentence the DP object *la moto* 'the motorbike' has been dislocated to the left periphery due to its [Top]-feature, but also this construction shows overt subject-verb concord. In my view, the interweaving of both types of features is captured in terms of percolation of the φ-features and the [Top]-feature from C to T. AGREE will apply at this level and in conjunction with the EF under T, the topic *la moto* is

attracted to Spec-TP.[19] Again a Long-Distance version of AGREE will be responsible for the valuation of the T's φ-features via a <Probe, Goal> relation with the subject *Susana*.[20]

Spanish also exhibits the patterns VSO and VOS illustrated in (12a-b):

(12) a. Vendió Susana la moto. (V-S-O)
b. Vendió la moto Susana. (V-O-S)

In (12b) the EF under T appears to be satisfied by attracting the whole VP to its specifier position due to a [Top]-feature, and the DP subject *Susana* remains in situ in accordance with Alexiadou and Anagnostopoulou's (2001) Subject-in-Situ Generalisation.[21] By contrast, T enters the derivation with no EF in (12b), which is possible in the light of the optional character of the EF proposed by Chomsky (2008). This explains why the verb *vendió* 'sold' raises to T and no specifier position is projected and occupied by any of the arguments involved. What is interesting about this construction is that the EF is rather optional and then, agreement and discourse features may work in isolation, i.e., they will not always combine with an EF.[22]

It seems safe to conclude that Spanish is placed between the two extreme poles of the scale which will classify languages as giving prominence to agreement features or to discourse features. In this sec-

---

[19] As I have previously mentioned, I assume that an EF can be satisfied by a phrase of any category (cf. Alexiadou & Anagnostopoulou, 2001; Lasnik, 1995, 1999).

[20] I am not taking into account the insertion of the third-person feminine clitic pronoun *la* in (12d). As a Romance language, Spanish shows resumptive clitics which are attached to the verbal stem. If the topicalised constituent is the object, this is doubled by means of a resumptive clitic. The phenomenon is known as Clitic Left Dislocation, and it is extensively discussed in Belletti, 2005; Camacho, 2006; Demonte, 1995; Rouveret, 2002, 2008; Barbosa, 2008; inter alios.

[21] An alternative analysis of VOS constructions is proposed by Ordóñez (1998), which is based on three steps: first, the subject moves to a focus position; second, the object moves to a position higher than the one occupied by the subject; and finally, the remnant TP is raised to even a higher position. I agree with Ordóñez in that the in-situ subject involves focus, specifically informational focus, but this particular type of focused constituent needn't move in order to be marked as such.

[22] Alternatively, Alexiadou and Anagnostopoulou (1998) suggest that in VSO/subject drop languages, V-to-I movement satisfies the EF (their EPP). See also Barbosa (2009). However, following Chomsky (2008), I assume that EF/EPP can be satisfied only by (internal/external) phrasal Merge.

tion Spanish has been shown to highlight both types of inflectional features. This intermediate position of some languages implies that both their agreement features and their discourse features are lowered from C to T.

4. Empirical evidence for moving topics to Spec-TP

In this last section I provide with strong evidence in favour of lowering discourse features onto T, thereby triggering movement of topics into Spec-TP. This evidence is based on Binding effects and the syntax of floating quantifiers.

Movement of a DP to Spec-TP is hold to be an instance of A-movement since it does not allow for reconstruction, contrary to A'-movement (cf. Chomsky, 1995; Lasnik, 1999, 2003; Temürcü, 2005). If reconstruction applies in A'-movement, as suggested by Lasnik (1999, 2003), and preposed topics undergo movement to Spec-CP, it is predicted that a displaced topic containing an anaphor should be interpreted in its original position (after reconstruction). By contrast, if topic displacement is actually A-movement in languages such as Spanish (hence, movement to Spec-TP), the prediction is that no reconstruction is allowed and the preposed topic is interpreted in the targeted position (See Temürcü, 2005 for a similar conclusion in Turkish).

In this connection, it must be noted that the c-command relation between binder and bindee may be modified as a consequence of topic displacement, which is clearly symptomatic of A-movement:

(17) a. *Su$_i$ enfermera llamó al paciente$_i$ ayer.
Self's nurse called-PAST.3SG to.the patient yesterday
'His nurse called the patient yesterday.'
b. Al paciente$_i$ su$_i$ enfermera lo llamó ayer.
to.the patient self's nurse CL called-PAST.3SG yesterday
'The patient was called by his/her nurse yesterday.'

Originally, sentence (17a) leads to the violation of conditions A and C in that the anaphor *su* 'his/her' remains unbound (on the relevant reading) and the R-expression *el paciente* 'the patient' is c-commanded

by the DP *su enfermera* 'his/her nurse'.[23] However, when the object is preposed to a topic position the c-command relation is reversed so that the possessive anaphor is bound and the R-expression is free, hence avoiding any violation of condition A and C respectively. If Temürcü (2005) is right in asserting that A-movement involves modifying the c-command domain, the conclusion to be drawn is that in (17b) amelioration of the binding relation is caused by the argumental nature of movement. In other words, *el paciente* undergoes movement to Spec-TP thereby reversing the c-command relation.

Movement of preposed topics to Spec-TP can only be accounted for if previously discourse features are lowered from C to T. Accordingly, Binding effects give credit to my claim that in languages such as Spanish discourse features are transferred from C to T.

Floating Quantifiers (FQ) constitute a second piece of evidence which supports my analysis of topic/focus fronting to Spec-TP, hence to an A-position, in Spanish. On the basis of Catalan data, López (2009) concludes that FQs are allowed only in A-movement, not in A'-movement (cf. Mahajan, 1990; Lasnik, 2003).[24] In Spanish, the same constraint is found, thus cases of A-movement such as raising and passive constructions are compatible with FQs.

(18) a. *Los niños* parecen haber terminado **todos** la tarea. [Raising]
The kids seem-PRES.3PL to.have finished all the homework
'The kids seem to have all finished their homework.'
b. *Las aceitunas* han sido recolectadas **todas**. [Passive]
the olives have-PERF.3PL been picked all
'The olives have all been picked.'

Similarly, if topic/focus displacement involves A-movement (movement to Spec-TP), it should be concurrent with FQs. This prediction is borne out, as shown in (19). This strongly suggests that topic fronting is an instance of A-movement in languages such as Spanish:

[23] Sentence (17c) has an additional reading, in which the possessive *su* 'his' is understood as referring to somebody else in the context. On this interpretation, this sentence is completely felicitous.

[24] See Valmala (2008) for the information-sensitive nature of FQs. See also Bobaljik (2003) for an overview of the syntax of FQs through the history of generative grammar.

(19) a. *Las peras* se las ha comido María **todas**.
the pears CL CL have-PERF.3SG eaten Maria all
b. *Las peras*, *María* se las ha comido **todas**.
c. *María*, *las peras* se las ha comido **todas**.
'Maria has eaten all the pears.'

In strong contrast with Spanish, English is classified as purely agreement-prominent languages. Accordingly, it does not allow inheritance of discourse feature onto T. Thus, as is generally assumed (Rizzi, 1997), topic dislocation must undergo movement to Spec-CP, hence A'-movement. If this is on the right track, no FQ should be expected to co-occur with topic fronting, provided that FQ is incompatible with A'-movement. This is confirmed in (20):[25]

(20) a. *Those problems this computer could solve all in a second.
b. *Those problems this computer could all solve in a second.

On its way to the CP-domain, the DP object *those problems* sits in Spec-*v*P, so that its features are visible for C (PIC), and subsequently raises to Spec-CP. As regards (20b), it is in the spec-*v*P position that the Q *all* is stranded. Alternatively, the FQ could have been stranded in the original object position, as complement of VP (example (20a)). In both

[25] McCloskey (2000) has observed that in West Ulster English FQs are compatible with certain types of A'-movement. In particular, he shows that a Q can float in *wh*-movement:

(i) a. What did you get all for Christmas?
b. Who did you meet all when you were in Derry?
c. Where did they go all for their holidays? (McCloskey 2000: 58)

So far it seems that the behaviour of wh-movement with respect to the FQ is similar to the typical subject A-movement to Spec-TP. Consequently, either wh-operators target an A-position or else the argument based on FQs should be abandoned. However, despite their similarities the interaction between FQs and A'-movement should be analysed as a phenomenon independent from the interplay of FQs and A-movement. This receives support from the difference drawn in (ii):

(ii) a. Who was throwing stones all around Butchers' Gate?
b. *They were throwing stones all around Butchers' Gate.

As is clear, stranding in a post-object position is illegal under A-movement, while it is licensed under A'-movement. This distinction suggests that actually the Q *all* should not be analysed as a FQ in cases of A'-movement, since it clearly does not signal the syntactic slot from which the *wh*-operator has been extracted.

cases, the outcome is ill-formed. However, the result is incorrect due to the fact that the second cycle of this successive cyclic movement is an instance of A'-movement in English, hence incompatible with the FQ.

5. Concluding Remarks

In this work I have implemented Miyagawa's (2005) hypothesis that languages show parametric variation as regards the type of inflectional features that percolate from C to T by proposing that languages such as Spanish instantiate a third class of language which gives prominence to both agreement and discourse features.

Giving priority to a set of features means that the relevant features are lowered from the phasal head onto its complement's head. The features that are somehow blurred remain in the original phasal head. Certain surface differences that define languages may reduce to the interaction of an Edge Feature of T with either φ-features or [Top]-features, or both. When T does not contain an EF, its agreement/discourse features activate a Long-Distance AGREE operation with the relevant categories, accounting for the fact that these constituents stay in situ.

I have given evidence to the effect that Spanish preposed topics move to Spec-TP, an A-position. The emergence of a new binding configuration after fronting a topic and the interplay between topic preposing and the syntax of FQ suggest that this hypothesis is on the right track.

References

Aboh, Enoch (2010), Information structure begins with the numeration, *IBERIA: an International Journal of Theoretical Linguistics* 2 (1), pp. 12-42.

Alexiadou, Artemis and Elena Anagnostopoulou (1998), "Parametrizing AGR: Word order, verb-movement and EPP checking", *Natural Language and Linguistic Theory* 16, pp. 491-539.

_____, (2001), "The subject-in-situ generalization and the role of case in driving computations", *Linguistic Inquiry* 32, pp. 193-232.

Alexopoulou, Theodora and Dimitra Kolliakou (2002), "On linkhood, topicalisation and clitic left dislocation", *Journal of Linguistics* 38, pp. 193-245.

Barbosa, Pilar (1994), "A new look at the null subject parameter", in Joao Costa, Rob Goedemans and Reuben van de Vijer (eds.), *Proceedings of Console IV*. Leiden, Holland Institute of Linguistics, pp. 375-395.

_____, (2008), "Deslocação local, cliticização e *spell out* cíclico", *Diacrítica (série ciências da linguagem)* 22 (1), pp. 131-156.

_____, (2009), "Two kinds of subject *pro*", *Studia Linguistica* 63 (1), pp. 2-58.

Bailyn, John (2003), "Does Russian scrambling exist?", in Simin Karimi (ed.), *Word Order and Scrambling*. Oxford, Blackwell, pp. 156-176

Belletti, Adriana (2005), "Extended doubling and the VP periphery", *Probus* 17, pp. 1-35.

Beninca', Paola and Cecilia Poletto (2004), "Topic, focus, and V2: Defining the CP sublayers", in Luigi Rizzi (ed.), *The Structure of CP and IP – The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 2. Oxford & New York, Oxford University Press, pp. 52-75.

Biskup, Petr (2007), "Phase featuring-driven EPP-features and EPP-feature-driven subjacency in Czech", in Peter Kosta and Lili Schürcks (eds.), *Linguistic Investigations into Formal Description of Slavic Languages*. Frankfurt am Main, Peter Lang, pp. 127-146.

Bobaljik, Jonathan David 2003. "Floating quantifiers: Handle with care", in Lisa Cheng and Rint Sybesma (eds.) *The Second Glot International State-of-the-Article Book*. Berlin, Mouton de Gruyter, 107-148.

Branigan, Phil (2005), Case valuation by phase, Manuscript, Memorial University of Newfoundland.

Camacho, Victoria (2006), *La Arquitectura de la Gramática: Los Clíticos Pronominales Románicos y Eslavos*, Sevilla, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.

Chomsky, Noam (1971), "Deep structure, surface structure and semantic interpretation", in Danny Steinberg and Leon Jakobovits (eds.), *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 183-216.

_____, (1995), *The Minimalist Program*, Cambridge, MA, MIT Press.

_____, (2001) "Derivation by phase", in Michael Kenstowicz (ed.), *Ken Hale: a Life in Language*. Cambridge, MA, MIT Press, pp. 1-52.

_____, (2007), "Approaching UG from below", in Uli Sauerland & Hans-Martin Gärtner (eds.), *Interfaces + Recursion = Language? Chomsky's minimalism and the view from syntax-semantics*, Berlin: Mouton de Gruyter, pp. 1-30.

_____, (2008), "On phases", in Robert Freidin, Carlos Otero and M. Luisa Zubizarreta (eds.), *Foundational Issues in Linguistic Theory*. Cambridge, MA, MIT Press, pp. 133-166.

Cinque, Guglielmo (1990), *Types of A-bar Dependencies*, Cambridge, MA, MIT Press.

Costa, Joao and Charlotte Galves (2000), "External subjects in two varieties of Portuguese: Evidence for a non-unified analysis", in Claire Beyssade, Reineke Bok-Bennema, Frank Drijkoningen and Paola Monachesi (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory 2000*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, pp. 109-126.

Demonte, Violeta (1995), "Dative alternation in Spanish", *Probus* 7, pp. 5-30.

Erteschik-Shir, Nomi (2006), "On the architecture of topic and focus", in Valéria Molnár and Susanne Winkler (eds.), *The Architecture of Focus*. Berlin/New York, Mouton de Gruyter, pp. 33-58.

Frascarelli, Mara and Roland Hinterhölzl (2007), "Types of topics in German and Italian", in Kerstin Schwabe and Susanne Winkler (eds.), *On Information Structure, Meaning and Form*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, pp. 87-116.

Frey, Werner (2005), "Pragmatic properties of certain German and English left peripheral constructions", *Linguistics* 43 (1), 89-129.

Göksel, Aslı and A. Sumru Özsoy (2003), "'dA': a focus/topic associated clitic in Turkish", *Lingua* 113, pp. 1143-1167.

Grohmann, Kleanthes K. (2003), *Prolific Domains: On the Anti-locality of Movement Dependencies*, Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.

Gutiérrez-Bravo, Ricardo (2007), "Prominence scales and unmarked word order in Spanish", *Natural Language and Linguistic Theory* 25, pp. 235-271.

Haegeman, Liliane (2006), "Argument fronting in English, Romance CLLD and the left periphery", in Raffaella Zanuttini, Héctor Campos, Elena Herburger and Paul H. Portner (eds), *Cross-Linguistic Research in Syntax and Semantics: Negation, Tense and Clausal Architecture*. Georgetown University Press, pp. 27-52.

_____, (2007), "Operator movement and topicalisation in adverbial clauses", *Folia Linguistica* 41, pp. 279-325.

Hiraiwa, Ken (2005), Dimensions of symmetry in syntax: agreement and clausal structure, Phd Thesis, MIT.

Holmberg, Anders and Urpo Nikanne (2002), "Expletives, subjects and topics in Finnish", in Peter Svenonius (ed.), *Subjects, Expletives, and the EPP*. New York and Oxford, Oxford University Press, pp. 71–105.

Ishihara, Shinichiro (2000), "Stress, focus, and scrambling in Japanese", *MIT Working Papers in Linguistics* 39, pp. 142-175.

Jackendoff, Ray (1972), *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, MA, MIT Press.

Kiss, Katalin É. (1995), *Discourse Configurational Languages*, Oxford and New York, Oxford University Press.

_____, (1998), "Identificational focus versus information focus", *Language* 74, pp. 245-273.
_____, (2002), *The Syntax of Hungarian*, Cambridge, Cambridge University Press.
Lambrecht, Knud (1994), *Information Structure and Sentence Form: Topic, Focus and the Mental Representations of Discourse Referents*, Cambridge, Cambridge University Press
Lasnik, Howard (1995), "A note of pseudo-gapping", *MIT Working Papers in Linguistics* 27, pp. 143-163.
_____, (1999), "On feature strength: three minimalist approaches to overt movement", *Linguistic Inquiry* 30, pp. 197-217.
_____, (2003), *Minimalist Investigations in Linguistic Theory*, London, Routledge.
Li, Charles N. and Sandra A. Thompson (1976), "Subject and topic: A new typology of language", in Charles N. Li. (ed.), *Subject and Topic*. New York, Academic Press, pp. 457–589.
López, Luis (2009), *A Derivational Syntax for Information Structure*. Oxford, Oxford University Press.
Mahajan, Anoop (1990), The A/A-bar distinction and movement theory. Doctoral dissertation, MIT.
Marantz, Alec and Morris Halle (2008), "Clarifying 'blur': paradigms, defaults and inflectional classes", in Asaf Bachrach and Andrew Nevins (eds.), *The Bases of Inflectional Identity*. New York and Oxford, Oxford University Press, pp. 55-72.
McCloskey, James (2000), "Quantifier float and wh-movement in an Irish English", *Linguistic Inquiry* 31 (1), 57-84.
Miyagawa, Shigeru (2001), "EPP, scrambling, and wh-in-situ", in Michael Kenstowicz (ed.), *Ken Hale: A Life in Language.* Cambridge, MA, MIT Press, pp. 293-338.
_____, (2005), "On the EPP", in Norvin Richards and Martha McGinnis (eds.), *Perspectives on Phases*, Cambridge, MA, MIT Press, pp. 201-236.
_____, (2006), "Moving to the edge", *Proceedings of the 2006 KALS-KASELL International Conference on English and Linguistics*. Busan, Korea, Pusan National University, pp. 3-18.
_____, (2010), *Why Agree? Why Move? Unifying Agreement-based and Discourse-configurational Languages*, Cambridge, MA, MIT Press.
Neeleman, Ad and Tanya Reinhart (1998), "Scrambling and the PF interface", in Miriam Butt and Wilhelm Geuder (eds.), *The Projection of Arguments: Lexical and Compositional Factors*. Stanford, California, CSLI Publications, pp. 309- 353.

Ordoñez, Francisco (1998), "Post-verbal asymmetries in Spanish", *Natural Language and Linguistic Theory* 16, pp. 313-346.
Ordóñez, Francisco and Esthela Treviño (1999), "Left dislocated subjects and the pro-drop parameter: A case study of Spanish", *Lingua* 107, pp. 39-68.
Polinsky, Maria and Eric Potsdam (2001), "The syntax of topic and long-distance agreement in Tsez", *Natural Language and Linguistic Theory* 19, pp. 583-646.
Prince, Ellen 1981. "Towards a Taxonomy of Given-New Information". In Peter Cole (ed.), *Radical Pragmatics*. New York, Academic Press, pp. 223-255.
Reinhart, Tanya (1982), Pragmatics and Linguistics: An Analysis of Sentence Topics, manuscript, Indiana University.
Richards, Norvin W. (1999), "Cyclicity and the ordering of multiple specifiers", in Samuel Epstein and Norbert Hornstein (eds.), *Working Minimalism*. Cambridge, MA, MIT Press, pp. 127-158.
Rizzi, Luigi (1990), *Relativized Minimality*, Cambridge, MA, MIT Press.
_____, (1997), "The fine structure of the left periphery", in Lilian Haegeman (ed.), *Elements of Grammar*. Dordrecht, Kluwer, pp. 281-337.
_____, (2004), "Locality and left periphery", in Adriana Belletti (ed.), *Structures and Beyond - The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 3. New York and Oxford, Oxford University Press, pp. 223-251.
Rouveret, Alain (2002), "How are resumptive pronouns linked to the periphery?", *Linguistic Variation Yearbook* 2, pp. 123-184.
_____, (2010), "On verb-subject languages", *Lingua* 120 (2), 232-263.
Sigurðsson, Halldór Ármann (2003) "Meaningful silence, meaningless sounds", unpublished manuscript, Lund University.
_____, (2009), "Language quarks", *IBERIA: An International Journal of theoretical Linguistics* 1 (1), pp. 169-183.
Simpson, Andrew and Zoe Wu (2001), "Agreement, shells, and focus", *Language* 78, pp. 287-313.
Suñer, Margarita (1992), "V-movement and the licensing of argumental wh-phrases in Spanish", *Natural Language and Linguistic Theory* 12, pp. 335-372.
Temürcü, Ceyhan (2005), "The Interaction of Syntax and Discourse in Word Order: data from Turkish", in Helga Weyerts, Martina Penke and Thomas Münte (eds.), *Dilbilim ve Uygulamaları*. İstanbul, Multilingual, pp. 123-159.
Travis, Lisa (2005), "VP-internal structure in a VOS language", in Andrew Carnie; Heidi Harley and Shiela Ann Dooley (eds.), *Verb First: On the Syntax of Verb-Initial Languages,* Amsterdam, John Benjamins, pp. 203-224.
Uriagereka, Juan (1995), "Aspects of the syntax of clitic placement in Western Romance", *Linguistic Inquiry* 26, pp. 79-123.

Valmala, Vidal (2009), "Topic, focus and quantifier float", in Xabier Artiagoitia and Joseba A. Lakarra (eds.), *Gramatika Jaietan*, Bilbao, Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 837-857.

Zagona, Karen (2002), *The Syntax of Spanish*, Cambridge, Cambridge University Press.

Zubizarreta, M. Luisa (1998), *Prosody, focus and word order*, Cambridge, MA, MIT Press.

_____, (1999), "Las funciones informativas: tema y foco", in Ignacio Bosque and Violeta Demonte (eds.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid, Espasa, pp. 4214-4244.

Zwart, C. Jan-Wouter (2005), "Verb second as a function of Merge", in Marcel den Dikken and Christina Tortora (eds.), *The Function of Function Words and Functional Categories*. Amsterdam, John Benjamins, pp. 11-40.

A percepção de vogais do alemão por bilingues luso-alemães: remigrantes sofrem erosão fonológica?

Cristina Flores [*]
Andréia Schurt Rauber[**]

Resumo

Este estudo investigou a percepção de vogais do alemão por um grupo de oito adolescentes e jovens portugueses que cresceram como bilingues na Alemanha e retornaram a Portugal na infância (com as idades entre 5 e 10 anos). Todos os informantes afirmaram não utilizar o alemão desde o seu regresso e já não ser capazes de formular frases correctas nesta língua. O estudo teve como objectivo testar se a sua habilidade perceptiva para discriminar sons do alemão tinha sofrido erosão ou se tinha mantido invulnerável à falta de uso da língua. Diferentemente do alemão, as vogais do português não se distinguem em termos de duração e o inventário fonológico desta língua não contém as vogais arredondadas /ʏ/ e /y:/. Assim, testámos a habilidade perceptiva dos informantes para discriminar vogais em termos de (i) duração, no contraste /a-a:/; (ii) duração+qualidade, nos contrastes /ɪ-i:/ e /ʊ-u:/; e (iii) qualidade, nos contrastes /i-ʏ/, /ʊ-ʏ/, /i:-y:/ e /u:-y:/ por meio de um teste de discriminação categórica. Os resultados revelam que os informantes regressados foram capazes de fazer distinções entre vogais que diferiam em termos de duração, duração+qualidade e qualidade na língua que sofreu erosão. Isto indica que, embora sejam incapazes de reactivar a gramática e o léxico da língua não utilizada, a sua habilidade para discriminar os sons do alemão parece permanecer estável.

Palavras-chave: erosão linguística; percepção; fonologia do alemão

[*] Universidade do Minho, Departamento de Estudos Germanísticos e Eslavos, Braga, Portugal. cflores@ilch.uminho.pt
[**] Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, Brasil. asrauber@gmail.com

Abstract

This study investigated the perception of German vowels by a group of eight Portuguese adolescents and young adults who were raised bilingually in Germany and returned to Portugal in early childhood (between the ages 5 and 10 years). All the participants reported not using German once in Portugal and being unable to formulate accurate sentences in that language. Our aim was to test whether their perceptual ability to discriminate German sounds had undergone attrition or remained invulnerable to the lack of language use. Differently from German, Portuguese vowels are not distinctive in duration and the Portuguese inventory does not contain the rounded vowels /ʏ/ and /y:/. Thus, we tested the participants' perceptual ability to discriminate vowels in terms of (i) duration, in the contrast /a-a:/; (ii) duration+quality, in the contrasts /ɪ-i:/ and /ʊ-u:/; and (ii) quality, in the contrasts /i-ʏ/, /ʊ-ʏ/, /i:-y:/ and /u:-y:/ by means of a categorical discrimination test. The results reveal that the returnees were able to make vowel duration and quality perceptual distinctions in the attrited language. This indicates that although they seem unable to reactivate the grammar and lexicon of the non-used language, their ability to discriminate German sounds seems to have remained stable.

Keywords: language attrition; perception; German phonology

1. Introdução

A diversidade de estudos publicados nas últimas três décadas sobre o tema da perda linguística (*language attrition,* doravante designada de erosão linguística de acordo com Flores, 2008) mostra bem a complexidade deste fenómeno. Definir o processo de erosão de forma precisa é praticamente impossível. As definições genéricas apresentadas por autores como Köpke e Schmid (2004) pouco dizem sobre este fenómeno. Neste sentido, a ideia de que erosão linguística é o declínio não-patológico da competência linguística de um indivíduo ao nível de uma língua que tinha adquirido previamente (Köpke & Schmid, 2004) deixa a porta aberta a diferentes interpretações relativamente ao que se entende por "declínio". No seu extremo, o declínio da competência linguística de um indivíduo pode ser entendido como a perda total da sua habilidade para falar ou mesmo reconhecer uma língua adquirida na infância. Estes casos de perda total são descritos em estudos que incidem sobre

indivíduos que foram adoptados na infância por casais de nacionalidade diferente da sua e que, consequentemente, perderam o contacto com a sua primeira língua (doravante L1) (cf. Hyltenstam, Bylund, Abrahamsson & Park, 2009; Pallier, Dehaene, Poline, LeBihan, Argenti, Dupoux & Mehler, 2003; Ventureyra, Pallier & Yoo, 2004). No outro extremo, também as alterações detectadas ao nível da intuição nativa de falantes adultos que se mudam de um contexto em que a L1 é predominante para um contexto em que domina uma segunda língua (doravante L2) são caracterizadas como erosão linguística (cf. Sorace, 2000).

Também em relação à natureza do processo de declínio, encontramos interpretações muito divergentes. Enquanto alguns autores defendem que as alterações da proficiência linguística de falantes bilingues se dão apenas ao nível do processamento *online* da linguagem, equivalendo à perda de controlo de uma língua menos usada, outros entendem-nas como consequência de modificações definitivas na gramática mental do indivíduo em situação de erosão (ver discussão em Sharwood Smith, 1983, 1989). Da mesma forma, não é certo se a língua "perdida" é de facto eliminada da mente do falante (como defendem Pallier et al, 2003) ou apenas fortemente inibida (como argumenta Paradis, 1997, 2004).

Outra questão que se reveste de alguma complexidade é a natureza selectiva do processo de erosão. Os estudos conduzidos nesta área nas últimas três décadas têm demonstrado que certos domínios do conhecimento linguístico são mais vulneráveis à ocorrência de fenómenos de perda do que outros (Seliger, 1989, 1996). Enquanto a morfologia flexional e o léxico aparentam ser as áreas mais afectadas, a sintaxe parece ser bem mais resistente à erosão, embora estudos mais recentes tenham relativizado esta suposição. Neste âmbito, autores como Sorace (2000), Gürel (2004), Montrul (2004) e Tsimpli, Sorace, Heycock e Filiaci (2004) demonstraram que, dentro do domínio sintáctico, certos aspectos são mais resistentes do que outros, atribuindo esta diferença à *hipótese da interface* ("interface hypothesis"; Sorace, 2000), segundo a qual os fenómenos linguísticos situados na interface entre sintaxe e outros sistemas cognitivos (como por exemplo o léxico-semântico ou o pragmático-discursivo) são mais vulneráveis à erosão que os aspectos puramente sintácticos (Sorace, 2004: 143).

A fonologia é o domínio menos estudado nesta área de investigação. A grande diversidade de métodos e focos de investigação (percepção

ou produção) torna impossível tirar uma conclusão consistente quanto à vulnerabilidade do domínio fonético/fonológico. Relativamente ao estudo da evolução da habilidade perceptiva de falantes em situação de erosão, Major (1992) descreve a ocorrência de erosão fonológica ao nível da L1 de falantes nativos de inglês que viveram por um período alargado no Brasil. Colantoni e Gurlekian (2004) reportam a ocorrência de erosão no domínio prosódico em falantes bilingues de espanhol e italiano, atribuindo a variação observada no espanhol destes falantes à influência do italiano. Já o estudo de Major e Baptista (2009) incide sobre a capacidade de imigrantes brasileiros, que residem há muitos anos nos Estados Unidos, detectarem sotaque estrangeiro na sua L1, o português. Os resultados deste estudo mostram que falantes bilingues que têm um contacto reduzido com a sua língua materna demonstram perda de sensibilidade neste domínio.

Quanto ao domínio da percepção, Cancila, Celata e Giannini (2005) estudaram a habilidade perceptiva de imigrantes italianos nos Estados Unidos ao nível da sua língua nativa após longo período sem exposição à L1. Os autores concluem que os participantes demonstram erosão na percepção de consoantes geminadas do italiano. Investigando indivíduos adoptados, Pallier et al. (2003), Ventureyra et al. (2004) e Hyltenstam, Bylund, Abrahamsson e Park (2009) estudam informantes que aparentam ter perdido a sua língua nativa por completo durante a infância. Pallier et al. (2003) e Ventureyra et al. (2004) investigam a ocorrência de erosão linguística em falantes adultos de origem coreana que foram adoptados por casais franceses durante a infância (idades de adopção entre 3 e 9 anos), tendo perdido todo o contacto com a língua coreana. Ambos os estudos visaram testar a capacidade dos falantes em identificar os sons da sua L1, o coreano. Os resultados demonstraram que os participantes não se distinguiam significativamente dos grupos de controlo (falantes franceses sem conhecimentos prévios do coreano) quanto à habilidade de discriminar os sons desta língua, levando à conclusão de que o grupo testado tenha de facto perdido por completo a sua língua nativa. Hyltenstam et al. (2009) apresentam resultados diferentes. Estes autores analisaram a competência fonológica e sintáctica de falantes de origem coreana adoptados por casais suecos. O estudo baseia-se em dois testes de proficiência: um exercício de gramaticalidade e um teste de percepção de VOT. Neste caso, todos os participantes testados

(incluindo o grupo de controlo, falantes monolingues suecos) estavam a frequentar um curso de iniciação do coreano. O estudo demonstra que, ao nível do teste de gramaticalidade, os falantes adoptados apresentam resultados semelhantes aos do grupo de controlo, mas alguns têm resultados muito mais elevados quando é testada a sua habilidade perceptiva, levando os autores a concluir que este grupo mantém um conhecimento residual da sua L1 no domínio fonético/fonológico, mas perdeu toda a competência sintáctica.

Outra variável importante na ocorrência de erosão linguística é o factor idade. Apesar das diferenças metodológicas que se verificam no campo da investigação em erosão linguística, os investigadores concordam que o processo de perda é muito mais severo quando ocorre durante a infância. Os estudos que incidem sobre crianças (e.g., Olshtain, 1986; Cohen, 1989; Kaufman & Aronoff, 1991; Turian & Altenberg, 1991; Kuhberg, 1992; Tomiyama, 2000; Kaufman, 2001; Hansen & Shewell, 2002; Nicoladis & Grabois, 2002) retratam níveis de erosão muito mais elevados que os estudos baseados em participantes adultos (cf. Flores, 2010). Este facto aponta para a existência de uma idade crítica, após a qual a ocorrência de erosão se torna quase insignificante. Bylund (2009), depois de ter feito uma revisão exaustiva dos estudos que exploram a influência do factor idade sobre a ocorrência de erosão, apontou os 12 anos como essa idade crítica.

2. O presente estudo

Os estudos que incidem sobre a percepção e produção dos sons de uma segunda língua/língua estrangeira por parte de falantes adultos demonstram que estes têm um *sotaque estrangeiro perceptivo* ("perceptual foreign accent"; Strange, 1995: 22), o que equivale ao conceito de sotaque estrangeiro ao nível da percepção. Isto significa que o falante adulto se baseia nos parâmetros acústicos da sua L1 quando tenta perceber os sons da L2/língua estrangeira. Flege (1995) explica este processo propondo o Modelo de Aprendizagem da Fala (*Speech Learning Model,* SLM), o qual parte do pressuposto de que a aquisição completa das categorias fonéticas da L1 vai impedir a formação subsequente das categorias da L2, uma vez que o sistema fonológico da L1 leva o falante a filtrar, ao nível da percepção, as diferenças acústicas relativamente à sua L2.

Este obstáculo à formação de novas categorias deve-se ao mecanismo cognitivo da classificação por equivalência. Flege (1987) afirma que este mecanismo, que é útil para a aprendizagem da L1 porque permite que as crianças identifiquem sons produzidos em diferentes contextos ou por diferentes falantes como pertencentes à mesma categoria fonética, pode impedir a formação de categorias para sons "semelhantes", já que quanto mais subtis as diferenças fonéticas entre um som da L2 e um da L1, mais difícil será discernir as diferenças fonéticas entre estes dois sons. Por outro lado, Flege (1987) considera um som da L2 que não se assemelha a nenhum da L1 como "novo" e mais fácil de ser percebido e produzido.

Assim, considerando-se o SLM e os conceitos de sons "semelhantes" e "novos", este estudo contribui para a discussão sobre a natureza da erosão linguística na infância ao questionar se falantes bilingues que perdem o contacto com uma das línguas durante a infância também perdem a sua sensibilidade perceptiva face a sons da língua que sofreu erosão. Em outras palavras, este estudo tem por objectivo investigar como um grupo de bilingues alemão-português que perdeu o contacto com a língua alemã percebe as vogais desta língua que tenham características de duração e qualidade espectral diferentes das do português. Ou seja, mesmo que os informantes tenham adquirido o alemão e o português na infância, reveste-se da maior importância investigar se a falta de contacto com o alemão resulta em dificuldades para perceber características acústicas específicas da língua perdida.

Consequentemente, o presente estudo pretende contribuir para a discussão em torno do fenómeno da erosão linguística, partindo de uma questão central: será que falantes bilingues, que perdem o contacto com uma das suas duas línguas ainda durante a infância, perdem a sensibilidade perceptiva face aos sons da língua não usada?

O grupo investigado no estudo é constituído por participantes que nasceram na Alemanha, sendo imigrantes de segunda geração, mas que, ainda durante a infância, vieram viver para Portugal, o país natal dos seus pais. Ao investigarmos participantes que cresceram num país de emigração, tendo mais tarde "regressado"[1] ao país de origem, temos a

[1] No fundo, estes falantes não são verdadeiros emigrantes regressados, pois nasceram no país de acolhimento, nunca tendo vivido em Portugal, o país natal dos seus pais. Mesmo assim decidimos designá-los de *falantes bilingues regressados* pois inserem-se num grupo mais vasto de emigrantes de primeira e segunda geração, que viveram na Alemanha durante vários anos e voltaram para Portugal a certa altura da sua vida.

possibilidade de investigar a competência linguística de falantes que adquiriram a língua do país acolhedor como falantes nativos, mas que perderam o contacto com essa língua a certa altura da sua vida.

O presente estudo surge na sequência da execução de um projecto I&D, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)[2], no âmbito do qual foi constituída uma base de entrevistas orais a ex-emigrantes de segunda geração, que cresceram num país de língua alemã e se mudaram para Portugal em determinada altura da sua vida. Uma parte das gravações corresponde a entrevistas de cariz sociolinguístico, nas quais os participantes falam sobre o seu percurso biográfico, sobre as suas experiências de emigração e retorno e sobre aspectos como a escolha de línguas e a alternância de códigos. As entrevistas mostraram uma tendência generalizada que parece caracterizar a geração de emigrantes de segunda geração que voltam para Portugal: o momento de mudança de ambiente linguístico implica uma alteração drástica do domínio das línguas. O alemão, que até ao momento da mudança era claramente a língua dominante destes falantes, é excluído da comunicação quotidiana. Os participantes que não seguiram uma via académica ou profissional que envolvesse o alemão deixaram de o falar por completo, tendo apenas algum contacto passivo com esta língua através da televisão.

Num estudo prévio, conduzido no âmbito do projecto supramencionado, Flores (2010) investigou um grupo de 32 falantes luso-alemães de segunda geração que vieram viver para Portugal, focando a competência sintáctica destes participantes, em particular a posição do verbo em contextos que exigem V2 ou a posição final do verbo na oração. O factor que serviu como principal variável de classificação dos falantes foi a 'idade de regresso', isto é, a idade em que os participantes perderam a exposição regular e activa à língua alemã. Por essa razão. constituíram-se dois grupos: um, com participantes que perderam o contacto com a sua L2 algures entre os 7 e os 10 anos, e um outro, com participantes que deixaram o país de expressão alemã a partir dos 11 anos.

A comparação entre os dois grupos mostrou que a idade entre os 10 e 11 anos parece ser, de facto, uma idade crítica para a retenção do conhecimento sintáctico. Os falantes que perderam o contacto com o alemão até aos 10 anos mostraram grandes défices na colocação do

[2] Projecto I&D "O Bilinguismo luso-alemão no Contexto Europeu" (POCI/LIN/ 59780/2004)

verbo, enquanto os falantes com regresso mais tardio mostraram proficiência nativa neste domínio.

Tendo este estudo por base, o presente trabalho pretende mudar o foco de investigação da sintaxe para a fonologia, partindo da seguinte questão: será que a perda prematura da exposição à L2 e a consequente perda da capacidade de comunicar nesta língua influencia a habilidade do falante em discriminar os sons da língua não usada? Com o objectivo de responder a esta questão, restringimos o grupo de informantes do projecto da FCT aos participantes que vieram para Portugal precocemente e que afirmaram não ser já capazes de comunicar em alemão. Nos seus casos, a entrevista sociolinguística foi conduzida em português.

Os estudos sobre a aquisição bilingue que incidem especificamente sobre a aquisição do domínio fonológico (Werker, Gilbert, Humpfrey & Tees, 1981; Burns, Werker & McVie, 2002; Bosch & Sebastián-Gallés, 2003; Brasileiro, 2009) têm demonstrado que, apesar de algum atraso temporário em fases precoces do seu desenvolvimento, as crianças bilingues rapidamente igualam os seus pares monolingues na habilidade de discriminarem os sons nativos, diferenciando claramente os sistemas fonológicos das duas línguas em aquisição, facto também defendido na âmbito da aquisição sintáctica (cf. Meisel, 2001). Neste sentido, assumimos que as crianças de segunda geração, que têm contacto precoce com ambas as línguas (a língua do país de acolhimento e a língua de herança), desenvolvem competência nativa na percepção dos sons de ambas as línguas. O desafio que se coloca neste estudo é analisar como se desenvolve esta competência nativa depois de se deixar de contactar com uma das línguas em idade pré-pubertária. Em concreto, pretende-se verificar como é que estes falantes percebem as vogais do alemão que diferem das vogais portuguesas em termos de duração e qualidade. Na seguinte secção serão descritos os sistemas vocálicos de ambas as línguas e formulados os objectivos e as hipóteses do estudo.

3. Os sistemas vocálicos do alemão e do português

O português europeu (PE) tem três vogais orais não arredondadas anteriores (/i, e, ɛ/), três vogais orais arredondadas posteriores (/u, o, ɔ /) e duas vogais orais centrais (/ɐ, a/), o que perfaz um total de oito vogais orais em posição acentuada (Barroso, 1999; Mateus, Falé & Frei-

tas, 2005). O sistema vocálico alemão, por sua vez, contém cinco vogais anteriores não arredondadas (/i:, ɪ, e:, ɛ, ɛ:/), quatro vogais anteriores arredondadas (/y:, ʏ, ø:, œ/), duas vogais posteriores não arredondadas (/a, a:/) e quatro vogais posteriores arredondadas (/u:, ʊ, o:, ɔ/), perfazendo um total de 15 vogais orais em posição acentuada (Wiese, 1996: 11, 20). Ao contrário do alemão, o sistema vocálico do português não é distintivo em termos de duração e o seu inventário não contém vogais anteriores arredondadas nem as vogais frouxas /ɪ/ e /ʊ/. De acordo com Wiese (1996:11, 20), os pares vocálicos /i/-/ɪ/ e /u/-/ʊ/ do alemão são muito similares em relação à qualidade, distinguindo-se essencialmente em relação à duração e ATR (raiz da língua adiantada; do inglês, *tongue root retraction* – vogais tensas e frouxas). Partindo deste pressuposto, o presente estudo visa testar a habilidade perceptiva dos informantes relativamente à discriminação de vogais que se distinguem (i) apenas em duração, no contraste /a-a:/; (ii) em duração+qualidade, nos contrastes /ɪ-i:/ e /ʊ-u:/; e (iii) apenas em qualidade, nos contrastes particulares /ɪ-y/, /ʊ-y/, /i:-y:/ e /u:-y:/. A inclusão das vogais /y/ e /y:/ teve como objectivo testar se o traço 'arredondamento', ausente no inventário vocálico do português, seria mais saliente que os traços 'altura', 'tensão' e/ou 'duração'.

Tendo em consideração as diferenças descritas entre os inventários vocálicos do português e do alemão, formulamos as seguintes hipóteses:

a) No que concerne à duração e duração+qualidade, os bilingues regressados e os falantes nativos de alemão são capazes de discriminar as vogais similares do alemão /a-a:/, /ɪ-i:/ e /ʊ-u:/, ao invés, os falantes nativos de português irão considerá-las equivalentes, uma vez que já foram estabelecidas, na sua L1, as categorias /a/, /i/ e /u/ e o português não dispõe do traço distintivo 'duração';

b) Relativamente ao traço 'qualidade', os três grupos testados (falantes nativos de alemão; falantes nativos de português e bilingues regressados) são capazes de discriminar entre os pares /ɪ-y/, /ʊ-y/, /i:-y:/ e /u:-y:/. Uma vez que o inventário vocálico do português não dispõe de vogais anteriores arredondadas, o traço 'arredondamento' será considerado mais saliente do que a tensão ou altura de /ɪ/ e /ʊ/; pelo que os falantes nativos do português e os bilingues regressados apresentem menos dificuldades em discriminar entre as vogais anteriores arredondadas novas e as vogais semelhantes (/ɪ, ʊ/) ou idênticas (/i:, u:/).

4. Metodologia

4.1 Informantes

O grupo sob investigação é composto por oito informantes, seis do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 13 e os 22 anos (média de idades = 17,1 anos; desvio padrão (DP) = 3,3 anos). Todos os informantes nasceram na Alemanha, adquirindo precocemente o português, a sua L1, e, depois, o alemão, a sua L2. Todos vieram viver para Portugal (região do Minho) ainda durante a infância. O processo de aquisição da língua é muito semelhante em todos os casos: o português era a língua doméstica, falada no seio da família e da comunidade emigrante adulta; o alemão, que seguindo o critério 'ordem de aquisição' classificamos como L2, foi adquirido ainda em fase precoce no infantário. A Informante 6 é a única que adquiriu ambas as línguas simultaneamente, já que a mãe, que também era falante bilingue, falava ambas as línguas com a filha desde a nascença. Em todos os casos, com o aumento da exposição à língua alemã (através do infantário e da escola), o domínio das línguas foi mudando progressivamente de língua dominante 'português' para língua dominante 'alemão'. Quando questionados sobre a sua proficiência ao nível do alemão, todos os bilingues regressados afirmaram que, antes da mudança para Portugal, o alemão era indubitavelmente a sua língua dominante. Segundo os mesmos, o português era nessa altura bastante deficitário, criando-lhes algumas dificuldades de integração no momento de ingresso no sistema educativo português.

Relativamente à idade de regresso, todos os participantes vieram para Portugal antes dos 11 anos de idade, ou seja, ainda durante a fase considerada crítica para a retenção da língua (cf. Flores, 2008). No momento da recolha de dados, todos os falantes viviam em Portugal há mais de 5 anos. O tempo de estada vai dos 5,01 aos 15,06 anos (média 10,0 anos; DP= 3,10 anos). Relativamente ao tempo de estada, podemos encontrar na literatura sobre erosão linguística variadas propostas para a definição de um limite mínimo de estada no novo meio linguístico. Alguns autores propõem um mínimo de 10 anos para a ocorrência de fenómenos de erosão (e.g., Gürel, 2004). No entanto, esta proposta refere-se a adultos. Os estudos sobre erosão em idade pré-pubertária têm demonstrado que, no caso das crianças que mudam de ambiente

linguístico dominante, os efeitos de erosão surgem muito mais cedo. As crianças investigadas por Kaufman e Aronoff (1991), Kuhberg (1992) e Tomiyama (2000), por exemplo, apresentam mudanças significativas ao nível da sua competência linguística um a dois anos depois da mudança de país de residência. Também Flores (2010) encontra sinais de erosão em falantes bilingues que viviam em Portugal há aproximadamente dois anos. Neste sentido, decidimos estabelecer um mínimo de 5 anos de estada em Portugal.

Relativamente à frequência de contacto com o alemão depois da mudança de país de residência, em todos os casos verificou-se uma redução drástica do *input* da língua alemã. Nenhum dos falantes continuou a falar a L2 no seu dia-a-dia em Portugal. Alguns mencionaram apenas um contacto receptivo através da televisão. Será ainda importante realçar que, em Portugal, o alemão não é ensinado como língua estrangeira no 1º ciclo, ou seja, os falantes perderam também a oportunidade de continuar a sua escolarização em alemão no momento do regresso. A entrevista sociolinguística inicial foi revelando outros factores que influenciaram a substituição progressiva do alemão pelo português no seu quotidiano como, por exemplo, a pressão de pares. A necessidade de melhorar a língua portuguesa e, em muitos casos, também a atitude dos pais, que viam o bilinguismo dos seus filhos como factor que dificultava a sua integração na sociedade portuguesa, impulsionaram um declínio radical do contacto com a língua alemã. Seguindo a classificação proposta por de Bot, Gommans e Rossing (1991), que dividiram a frequência de contacto com a língua em erosão segundo os parâmetros "frequente" e "infrequente", todos os participantes regressados podem ser classificados como falantes *infrequentes* do alemão. Na altura da recolha de dados no âmbito do projecto FCT, a proficiência produtiva destes falantes tinha regredido de forma tão drástica, que toda a entrevista sociolinguística teve de ser feita em português.

A idade actual dos participantes varia entre os 13 e os 22 anos. O Quadro 1 apresenta o sumário da idade de regresso, da idade actual e do tempo de estada em Portugal.

Quadro 1: Idade de regresso, idade actual e tempo de estada em Portugal (DP=desvio padrão)

Informante	Idade de regresso	Idade actual	Tempo de estada
1	8	13	[5,05]
2	6	16	[10,03]
3	5	19	[14,00]
4	7	22	[15,06]
5	8	15	[7,07]
6	9	14	[5,01]
7	10	21	[11,00]
8	6	17	[11,05]
Média (DP)	7,4 (1,7)	17,1 (3,3)	[10,0] ([3,10])

Além do grupo de bilingues regressados, foram ainda testados dois grupos de controlo: oito falantes nativos de alemão e oito falantes portugueses sem conhecimentos prévios do alemão. Os alemães (nAlem) são quatro participantes do sexo feminino e quatro do sexo masculino, todos residentes na cidade alemã de Bamberg, no sul da Alemanha (Baviera). As suas idades variam entre os 23 e os 48 anos (média = 33,2 anos; DP = 8,8 anos). Quatro são estudantes universitários, uma é secretária, um é médico e os outros dois são professores de alemão. O grupo de controlo português (nPort) também é constituído por quatro participantes do sexo feminino e quatro do sexo masculino, todos residentes no norte de Portugal. Têm idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos (média = 26,9; DP = 6,9 anos), sendo quatro estudantes universitários e os outros quatro trabalhadores de diferentes ramos profissionais. A escolha da região de onde provêm os participantes deveu-se exclusivamente à disponibilidade. Nenhum participante dos três grupos afirmou ter problemas de audição.

4.2 Estímulos

Para investigar a capacidade de discriminação entre os pares de vogais, elaborámos um teste de discriminação categórica (CDT), com formato ABX, baseando-nos em Flege, Munro e Fox (1994). Os estímulos foram

gravados por quatro falantes nativos de alemão, um homem e três mulheres, cujas idades variavam entre os 28 e os 43 anos (média = 35 anos; DP = 6,8 anos). Três nasceram e viveram a maior parte das suas vidas na cidade de Bamberg e outro nasceu em Amberg, mas já morava em Bamberg há 12 anos. Assim, os quatro falantes nativos de alemão são oriundos da Baviera, sul da Alemanha, sendo todos professores de alemão língua estrangeira. As vogais alvo foram inseridas em estruturas "bVk" (V = vogal) e os falantes foram instruídos a ler a frase veículo "Ich sage [bVk]." (Digo [bVk]) com entoação decrescente e ritmo de fala normal. As consoantes /b/ e /k/ foram seleccionadas por estarem presentes nos inventários fonológicos do português e do alemão, por permitirem uma identificação fácil das fronteiras vocálicas para medir a duração da vogal e por resultarem em palavras artificiais alemãs que não violam restrições fonotácticas. Quando uma frase era lida muito rapidamente ou com uma entoação crescente, o item era relido e utilizava-se a gravação mais apropriada. As vogais alvo inseridas na estrutura bVk foram /a, a:, ɪ, i:, ʊ, u:, ʏ, y:/, e uma vez que todos os informantes eram professores de alemão familiarizados com símbolos fonéticos, a transcrição da palavra alvo era apresentada no seguinte formato: por exemplo, "Ich sage [ba:k].", "Ich sage [bʊk]". O Quadro 2 mostra os valores médios de duração e o desvio padrão em milissegundos das vogais gravadas pelos quatro falantes nativos de alemão.

Quadro 2. Duração média e desvio padrão (DP) em milissegundos das vogais utilizadas como estímulos no teste de discriminação categórica

Vogal	/a/	/a:/	/ɪ/	/i:/	/ʊ/	/u:/	/ʏ/	/y:/
Média	95,1	265,3	60,3	262,3	65,3	227,7	63,3	223,7
DP	7,0	9,3	6,1	4,9	2,8	11,1	7,6	3,2
Diferença	/a-a:/		/ɪ-i:/		/ʊ/-/u:/		/ʏ-y:/	
em duração	170,2		202,0		162,4		160,4	

As frases foram gravadas numa sala silenciosa com um gravador Edirol R-09HR e um microfone unidireccional Edirol CS-15, com taxa de amostragem de 22 kHz e quantização de 16-bit. As palavras bVk foram segmentadas e normalizadas de acordo com a intensidade de pico no software Praat, Versão 5.0.21 (Boersma & Weenink, 2008). Como

o objectivo do estudo era investigar a discriminação entre as vogais que diferem em termos de duração (/a-a:/), duração+qualidade (/ɪ-i:/, /ʊ-u:/) e qualidade (/ɪ-ʏ/, /ʊ-ʏ/, /i:-y:/, /u:-y:/), sequências contendo três estímulos (trios) foram elaboradas para que em cada trio pudesse haver ou um item diferente ou todos com a mesma vogal. Cada estímulo do trio era pronunciado por um falante nativo de alemão. Os trios cujos estímulos continham todos a mesma vogal foram incluídos para testar a habilidade dos informantes em ignorar diferenças audíveis (qualidade da voz) mas foneticamente irrelevantes em termos de variação intra-categórica, que não foram, porém, tidos em consideração neste artigo. O intervalo inter-estímulos foi ajustado em todos os trios para 1,3 segundos e estes eram automaticamente aleatorizados no sofware Praat (experiência de audição de escolhas múltiplas forçadas - Multiple Forced Choice listening experiment) sempre que se iniciasse o teste. O número total de trios foi de 88 (8 trios com o item diferente x 7 contrastes + 4 trios com todos os itens com a mesma vogal x 8 vogais). A estes trios foram adicionadas dez sequências de distratores (e.g., [bik] [bak] [bak]), a fim de disfarçar o objectivo do estudo e de verificar se os participantes estavam de facto a prestar atenção aos estímulos.

4.3 Procedimentos

Os informantes foram testados individualmente numa sala silenciosa através de um computador portátil. Os falantes nativos de português e os bilingues foram testados nas suas casas ou na Universidade do Minho. Os falantes nativos de alemão foram testados nas suas casas ou num instituto de alemão, na cidade de Bamberg, Alemanha. As instruções aos dois primeiros grupos foram lidas em português e aos nativos de alemão, em alemão.

Os informantes tanto do grupo sob observação quanto do grupo de controlo ouviram os estímulos através de auriculares a um volume confortável. O teste foi elaborado e apresentado no software Praat. Quando os informantes ouviam um trio, deveriam clicar num botão marcado com "1", "2" ou "3", caso o primeiro, segundo ou terceiro estímulos fossem o item diferente, ou "4", se todos os itens fossem iguais. O trio a seguir era tocado apenas quando uma alternativa era seleccionada e não era permitido ouvir um trio mais do que uma vez. Assim, os participan-

tes ouviriam, por exemplo, a sequência "[bak], [ba:k], [bak]", e neste caso teriam que clicar no botão equivalente à alternativa dois, já que o segundo item é que é o diferente. Não havia limite de tempo para os participantes escolherem uma alternativa. Uma sessão de treino com cinco dos trios do teste foi feita antes do início formal do experimento para que os informantes se familiarizassem com os procedimentos do teste. Um grupo de controlo formado por falantes nativos de alemão testou a fiabilidade dos estímulos: os resultados médios revelaram, com excepção do contraste /ʊ/-/u:/, que todos os outros foram discriminados de forma correcta em mais de 98,5% das vezes. A percentagem média de discriminação correcta para o par de vogais altas posteriores foi de 90,9% (veja todos os resultados dos falantes nativos de alemão nos Quadros 3 e 4).

5. Resultados e discussão

O número limitado de participantes em cada grupo aponta para o uso de testes estatísticos não-paramétricos. No entanto, conforme aconselhado por Fife-Schaw (2006), usámos a estratégia de calcular tanto o teste paramétrico como o seu equivalente não-paramétrico. Uma vez que as conclusões obtidas através de ambos os testes foram iguais, preferimos reportar os resultados dos testes paramétricos para as análises que identificam as diferenças gerais de discriminação entre os diferentes grupos (ANOVA unifactorial) porque são mais robustos e o número de testes rodados é reduzido.

5.1 Pares de vogais que diferem em termos de duração e duração+qualidade

Em relação à duração e duração+qualidade, os resultados do Quadro 3 e Figura 1 mostram as percentagens de discriminação correcta dos pares de vogais pelos três grupos de ouvintes. Uma ANOVA unifactorial revela que há diferenças significativas entre os grupos de falantes em relação à discriminação de todos os pares de vogais (/a-a:/ - $F(2,21) = 19.86$, $p=.001$; /ɪ-i:/ - $F(2,21) = 24.85$, $p=.001$; /ʊ-u:/ - $F(2,21) = 35.65$, $p=.001$). Os resultados do teste post-hoc de Scheffe mostram que, como esperado, há diferenças significativas entre os falantes nativos de alemão e os falantes nativos de português na percepção de cada um dos três pares

de vogais ($p < .001$). Em relação aos regressados e aos alemães, não foram encontradas diferenças significativas para a discriminação das vogais dos pares /a-a:/ ($p=.051$) e /ɪ-i:/ ($p=.052$), mas já se encontram diferenças significativas para a discriminação das vogais /ʊ-u:/ ($p=.002$). Comparados aos falantes nativos de português, as percentagens de discriminação correcta dos bilingues regressados diferiu significativamente para todos os pares de vogais: /a-a:/ ($p=.006$), /ɪ-i:/ ($p=.001$), e /ʊ-u:/ ($p=.001$). Isto mostra que os resultados destes falantes estão em posição intermédia entre os dos alemães e os dos portugueses, tendendo em todo o caso a aproximar-se dos resultados dos alemães nos pares /a-a:/ e /ɪ-i:/.

Quadro 3. Percentagens médias de discriminação correcta dos pares de vogais que diferem em termos de duração (/a-a:/), e duração+qualidade (/ʊ-u:/, /ɪ-i:/) (DP entre parênteses)

Informante	**/a/-/a:/**	/ɪ/-/i:/	/ʊ/-/u:/
nAlem	98,5 (4,2)	100,0 (0,0)	90,9 (8,7)
Reg	65,9 (31,4)	72,0 (31,9)	56,5 (25,9)
nPort	20,5 (29,2)	25,2 (19,0)	20,6 (9,2)

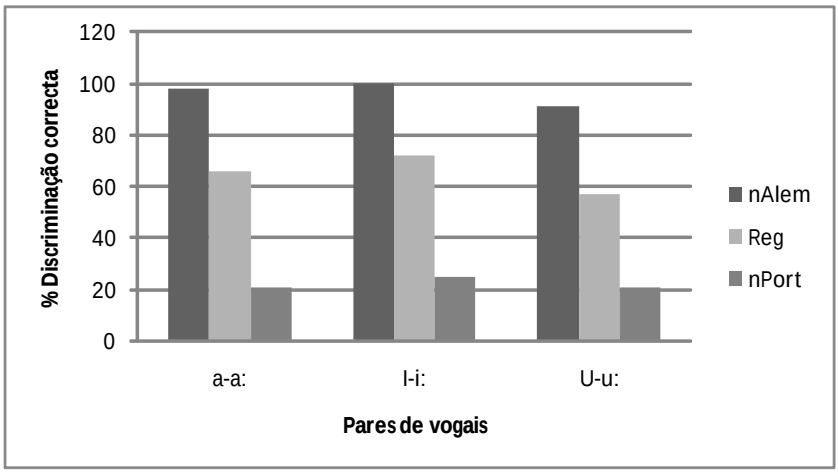


Figura 1. Percentagens de discriminação correcta das vogais que diferem em termos de duração (/a-a:/), e duração+qualidade (/ʊ-u:/, /ɪ-i:/)

Em termos de dificuldade, os informantes dos três grupos tiveram as percentagens mais altas de discriminação para o contraste /i-i:/ e as mais baixas para o contraste /ʊ-u:/. Este facto pode dever-se à diferença de duração entre cada par de vogais: 162,4 ms do contraste /U-u:/ comparados a 202 ms do contraste /ɪ-i:/ e 170,2 ms do contraste /a-a:/.

Em termos de diferenças intra-grupos, testes Friedman revelaram uma diferença significativa entre os resultados dos três pares apenas para os falantes nativos de alemão ($\chi 2(2) = 8.4$, p=0,015). Como revelado pelos testes de Wilcoxon com correcção de Bonferroni (alfa: 0,05/3 = 0,017), não houve diferenças significativas para os contrastes /a-a:/-/ɪ-i:/ e /a-a:/-/ʊ-u:/. Porém, o facto de o teste Friedman ter revelado diferenças significativas entre os resultados dos três pares discriminados pelos alemães deveu-se à diferença marginalmente significativa para o contraste /ɪ-i:/-/ʊ-u:/ (Z=-2.121, p = 0,034). Apesar desta diferença marginalmente significativa, é possível afirmar que, no que concerne aos resultados intra-grupos, a ordem de dificuldade de discriminação dos pares de vogais para os três grupos de ouvintes foram semelhantes. Os resultados são compatíveis com a classificação por equivalência sugerida por Flege (1987, 1995) no que diz respeito à hipótese de os sons da L2 serem classificados de acordo com as pistas fonológicas da L1. Os alemães, cujo inventário fonológico possui vogais que diferem em termos de duração e qualidade espectral, foram capazes de detectar facilmente as diferenças de duração e duração+qualidade, enquanto que os falantes nativos de português, cujas vogais diferem apenas em termos de qualidade espectral, não foram capazes de perceber as diferenças de duração e, já que a diferença em termos de qualidade entre /ɪ-i:/ e /ʊ-u:/ é subtil no alemão e inexistente no português, esta não foi facilmente detectada. No entanto, os resultados do grupo sob observação ficaram em posição intermédia entre os dos nativos de alemão e os de português, revelando que, mesmo tendo perdido contacto com o alemão, foram mais sensíveis a diferenças de duração e duração+qualidade entre as vogais de cada contraste.

Dignas de observação são as diferenças individuais no grupo de falantes bilingues regressados (ver Figura 2). No entanto, estas diferenças parecem não estar relacionadas com factores como o tempo de estada e a idade em que ocorreu o teste. Por exemplo, as Informantes 5 e 7 discriminaram com 100% de acurácia as vogais do contraste /ɪ/-/i:/,

enquanto que a Informante 8 não teve sensibilidade às diferenças de duração nos pares /a/-/a:/ e /ɪ/-/i:/, e conseguiu discriminar correctamente (12,5%) apenas um único trio com o contraste /ʊ/-/u:/. Poderíamos tentar explicar estes resultados apontando para as diferentes idades com que estas informantes deixaram a Alemanha. De facto, a Informante 8 tinha a menor idade de regresso. Ela frequentou o jardim-de-infância e três meses do primeiro ano da escola básica na Alemanha. Contudo, os Informantes 2 e 3 vieram para Portugal com idades muito semelhantes às da Informante 8 e obtiveram melhores resultados. As diferenças entre os informantes também não podem ser explicadas pelo uso da língua, porque nenhum dos informantes tem usado o alemão como língua para as suas actividades diárias desde o regresso a Portugal. Na verdade, a única informante que teve mais *input* do que os demais foi a Informante 6. Mesmo não querendo falar alemão com a sua mãe bilingue, a mãe informou-nos que de vez em quando fala com a filha em alemão para manter o *input* da língua alemã presente. A Informante 6 é também, entre os informantes, uma com menor tempo de estada em Portugal. Neste sentido, é interessante observar que, embora estes factores pudessem favorecer uma melhor performance, a Informante 6 é, entre os informantes, uma com piores resultados no teste de percepção. Assim, mesmo que os resultados médios revelem que a performance do grupo sob observação tendeu a ser mais semelhante aos dos alemães do que aos dos portugueses, a Informante 8 foi uma excepção evidente. Todavia, esta excepção, como outras diferenças individuais, não pode ser explicada pela diferença na idade do regresso ou pelo tempo de estada. Bylund, Abrahamsson e Hyltenstam (2010) destacam os efeitos da aptidão linguística na erosão pré-pubertária. Eles demonstram que os falantes que sofrem erosão linguística e que têm um grau de aptidão linguística acima da média tendem a exibir conhecimento linguístico mais estável, semelhante ao de um nativo, do que falantes com nível de aptidão abaixo da média. Uma vez que estudos sobre aptidão linguística confirmam que indivíduos variam no seu talento (inato) para adquirir e processar estruturas da língua, este factor também pode influenciar a performance dos nossos informantes. Também deve haver outros factores, como a motivação, que podem influenciar os resultados, mas que não foram controlados neste estudo.

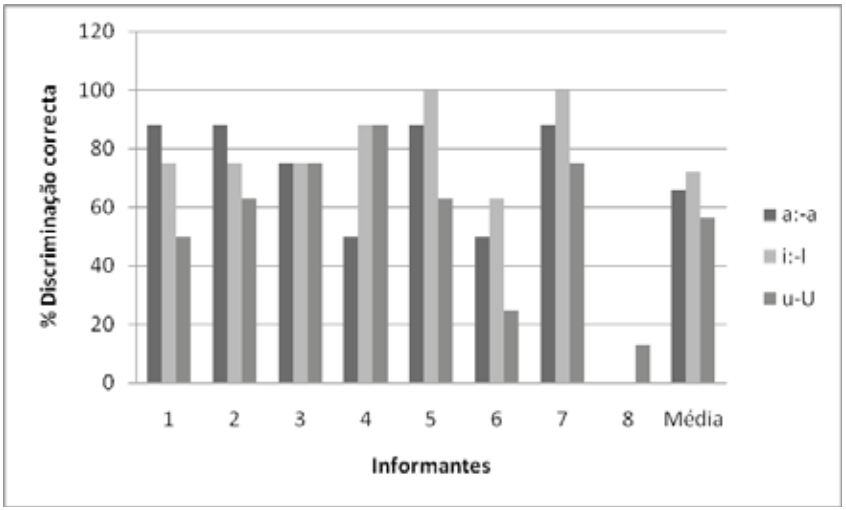


Figura 2. Percentagem de discriminação correcta do grupo experimental para as vogais que diferem em termos de duração e duração+qualidade

5.2 Pares de vogais que diferem apenas em termos de qualidade

Em relação aos resultados para a discriminação de vogais que diferem apenas em termos de qualidade (ver Quadro 4 e Figura 3), uma ANOVA unifactorial revela diferenças significativas entre os três grupos para a discriminação de todos os pares (/ɪ-ʏ/: ($F(2,21) = 5{,}49$, $p=0{,}012$; /ʊ-ʏ/: ($F(2,21) = 9{,}66$, $p=0{,}001$; /u:-y:/: $F(2,21) = 4{,}03$, $p=0{,}033$ e /i:-y:/: $F(2,21) = 3{,}69$, $p=0{,}042$). Resultados do teste post-hoc de Scheffe revelam diferenças significativas entre os alemães e os falantes bilingues regressados apenas para o par /ɪ-ʏ/ ($p = 0{,}048$). Não foram encontradas diferenças significativas entre os resultados de discriminação dos bilingues regressados e dos portugueses em relação a nenhuma vogal. No entanto, os resultados dos alemães diferiram significativamente dos dos falantes nativos de português na percepção dos pares /ɪ-ʏ/ ($p=0{,}022$), /ʊ-ʏ/ ($p=0{,}001$) e /u:-y:/ ($p=0{,}044$). De novo, os resultados dos falantes regressados estão numa posição intermédia entre os dos alemães e os dos portugueses, com excepção do par /i:-y:/, uma vez que neste caso os portugueses obtiveram resultados 1,7 pontos percentuais melhores do que o grupo sob observação.

Quadro 4. Percentagens médias de discriminação correcta dos pares de vogais alvo que diferem em termos de qualidade (desvio padrão entre parênteses)

Informante	/ɪ/-/ʏ/	/ʊ/-/ʏ/	/i:/-/y:/	/u:/-/y:/
nAlem	100 (0,0)	98,5 (4,2)	98,5 (4,2)	100 (0,0)
Reg	78,5 (19,7)	84,5 (11,1)	75,1 (22,1)	82,9 (17,6)
nPort	75,4 (20,0)	70,4 (18,7)	76,8 (22,5)	72,1 (31,2)

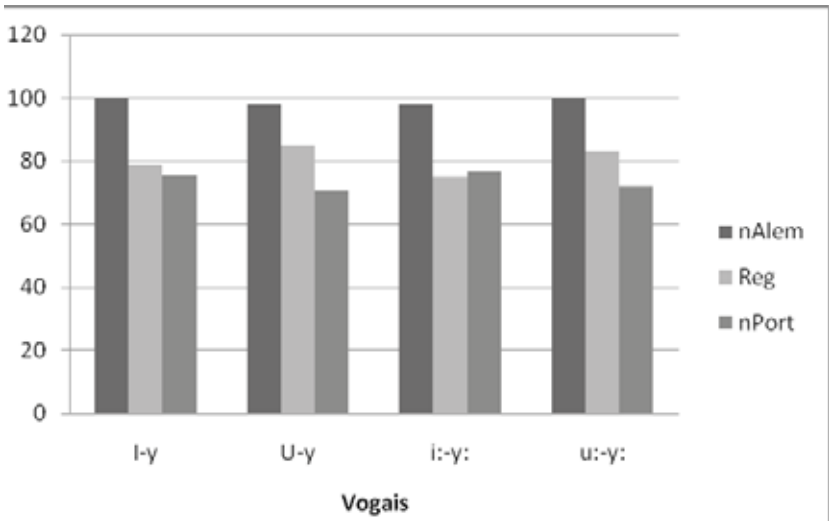


Figura 3. Percentagens de discriminação correcta das vogais que diferem em termos de qualidade

Em relação às diferenças intra-grupos nas percentagens de discriminação entre os quatro pares de vogais, embora os falantes regressados tenham tido resultados ligeiramente mais altos para a discriminação dos contrastes /ʊ-ʏ/ e /u:-y:/ do que para /ɪ-ʏ/ e /i:-y:/, testes Friedman não revelaram diferenças significativas para nenhum par discriminado por nenhum grupo. Comparando-se as médias de discriminação dos pares que diferem em termos de duração (Quadro 3) e qualidade (Quadro 4), verifica-se uma associação significativa entre a discriminação de vogais e os grupo de informantes regressados e portugueses: os falantes regressados ($\chi 2(1) = 5{,}99$, $p = 0{,}01$) e os falantes nativos de por-

tuguês ($\chi 2(1) = 53{,}34$, $p < 0{,}001$) são mais sensíveis às diferenças de qualidade da vogal do que de duração e duração+qualidade espectral, já os falantes nativos de alemão obtêm altas percentagens de discriminação para todos os pares. Os resultados corroboram o SLM, já que quanto mais diferente ou "nova" for a vogal da L2 (/ʏ, y:/), mais fácil é discriminá-la de uma vogal idêntica (neste caso, /i:/, /u:/) ou semelhante (/ɪ, ʊ/). Além disto, como a duração das vogais não é distintiva no português, tanto os regressados como os falantes nativos de português têm dificuldades para discriminar entre as vogais semelhantes /a/-/a:/, /ɪ/-/i:/ e /ʊ/-/u:/.

Resultados individuais mostram que (novamente) a Informante 8 teve a maior dificuldade em discriminar entre as vogais dos pares /ɪ-ʏ/ e /i:-y:/ (38% de discriminação correcta em ambos os contrastes). Porém, no caso dos outros dois contrastes, os seus resultados estiveram próximos dos resultados médios do grupo. Mesmo que esta informante tenha tido resultados baixos no geral, ela ainda foi mais sensível a diferenças em termos de qualidade do que de duração, seguindo a tendência geral.

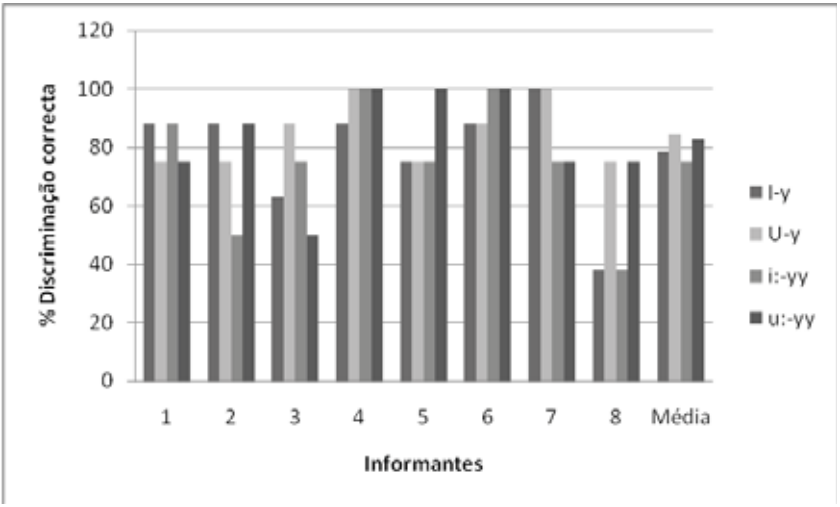


Figura 4. Vogais que contrastam em qualidade (percentagem de respostas correctas)

6. Conclusão

O presente estudo incidiu sobre a capacidade de percepção de vogais que não estão presentes no inventário vocálico da L1 (em termos de duração, tensão e arredondamento). Aplicou-se um teste de discriminação categórica a um grupo de informantes que nasceu na Alemanha e retornou a Portugal (o país de origem dos seus pais) antes dos 11 anos de idade. Uma vez em Portugal, os falantes regressados deixaram de falar a língua alemã e actualmente mostram altos índices de erosão nos domínios da sintaxe e morfologia (ver Flores, 2008), sendo incapazes de manter uma conversa básica nesta língua. Apesar da falta de exposição ao que foi uma vez a sua língua dominante, os nossos resultados corroboram os de Hyltenstam et al. (2009) no sentido em que, em ambos os estudos, os falantes regressados/adoptados que são capazes de discriminar os sons da língua alvo (alemão/coreano) tendem a obter resultados muito mais elevados do que os não-nativos do grupo de controlo (neste caso, os portugueses). O nosso grupo sob observação tem resultados mais semelhantes aos dos falantes nativos de alemão do que aos dos falantes nativos da língua de uso actual (o português). Acreditamos que estes resultados indicam alguma habilidade perceptiva estável neste grupo de informantes, o que contrasta com o seu baixo nível de proficiência em domínios linguísticos como a morfologia e a sintaxe. De forma semelhante ao que é sugerido por Hyltenstam et al. (2009), os nossos resultados reforçam a ideia de que o domínio fonológico parece ser mais resistente à erosão do que outras áreas linguísticas.

Em relação às diferenças entre duração, duração+qualidade e qualidade das vogais, as nossas hipóteses foram parcialmente corroboradas. As hipóteses previam que tanto os falantes regressados como os falantes nativos de alemão discriminariam entre as vogais de todos os contrastes, enquanto que os falantes nativos de português não discriminariam entre vogais semelhantes, mas estes teriam menos dificuldades para discriminar entre uma vogal semelhante e uma nova. Os resultados revelam que o arredondamento das vogais novas /y/ e /y:/ foi uma característica mais saliente do que a duração, altura e tensão das demais vogais. Assim, a falta de duração como uma característica distintivo-contrastiva nas vogais da L1 (português) resultaram em maiores dificuldades para os falantes regressados e para os falantes nativos de português do que a

falta de vogais anteriores arredondadas /ʏ/ e /y:/ no inventário vocálico da L1. Porém, estas dificuldades são consideravelmente mais expressivas no grupo de controlo formado pelos portugueses, que nunca tiveram contacto com o alemão, do que no grupo dos falantes regressados, que adquiriram na infância a duração como uma característica básica da fonologia do alemão.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a todos os informantes voluntários e também à directora do *Treffpunkt Sprachinstitut*, na Alemanha, por gentilmente nos permitir ter acesso aos funcionários da escola e aos seus professores de alemão.

Referências

Barroso, H. (1999). *Forma e substância da expressão da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina.

de Bot, K., Gommans, P. & Rossing, C. (1991). L1 loss in an L2 environment: Dutch immigrants in France. In H. W. Seliger & R. M. Vago (Eds.), *First language attrition* (pp. 87–98). Cambridge: Cambridge University Press.

Brasileiro, I. (2009). *The effects of bilingualism on children's perception of speech sounds.* Utrecht: LOT.

Boersma, P. & Weenink, D. (2008). *Praat: Doing phonetics by computer* (Version 5.0.21) [Computer program]. Disponível em http://www.praat.org [acessado em 22 de Abril de 2008].

Bosch, L. & Sebastián-Gallés, N. (2003). Simultaneous bilingualism and the perception of a language-specific vowel contrast in the first year of life. *Language and Speech, 46* (2/3), 217-243.

Burns, T. C., Werker, J. F. & McVie, K. (2003). Development of phonetic categories in infants raised in bilingual and monolingual environments. In B. Beachley, A. Brown & F. Conlin (Eds.), *Proceedings of the 27th Annual Boston University Conference on Language Development* (pp. 173–184). Somerville, MA: Cascadilla Press.

Bylund, E. (2009). Maturational constraints and first language attrition. *Language Learning, 59* (3), 687-715.

Bylund, E., Abrahamsson, N. & Hyltenstam, K. (2010). The role of language aptitude in first language attrition: The case of prepubescent attriters. *Applied Linguistics*, 31, 443-464.

Cancila, J., Celata, C. & Giannini, S. (2005). Phonological attrition and perceptual decay: The consonant length feature in the Lucchese community of San Francisco. Paper presented at the *Second International Conference on First Language Attrition*, Amsterdam.

Cohen, A. (1989). Attrition in the productive lexicon of two Portuguese third language speakers. *Studies in Second Language Acquisition, 11* (2), 135-149.

Colantoni, L. & Gurlekian, J. (2004). Convergence and Intonation: Historical Evidence from Buenos Aires Spanish. *Bilingualism: Language and Cognition*, *7* (2), 107-119.

Fife-Schaw, C. (2006). Levels of measurement. In G. M. Breakwell, S. Hammond, C. Fife-Schaw & J. A. Smith (Eds), *Research methods in psychology* (3rd ed) (pp. 50-63). London: Sage.

Flege, J. E. (1987). The production of "new" and "similar" phones in a foreign language: Evidence for the effect of equivalence classification. *Journal of Phonetics, 15*, 47-65.

Flege, J. E. (1995). Second language speech learning theory, findings, and problems. In W. Strange (Ed.), *Speech perception and linguistic experience: Issues in cross-language research* (pp. 233-277). Timonium, MD: York Press.

Flege, J. E., Munro, M. J. & Fox, R. A. (1994). Auditory and categorical effects on cross-language vowel perception. *Journal of the Acoustical Society of America, 95* (6), 3623- 3641.

Flores, C. (2008). A competência sintáctica de falantes bilingues luso-alemães regressados a Portugal: Um estudo sobre erosão linguística. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho.

Flores, C. (2010). The effect of age on language attrition: Evidence from bilingual returnees. *Bilingualism: Language and Cognition*, 13 (4), 533-546.

Gürel, A. (2004). Selectivity in L2-induced L1 attrition: A psycholinguistic account. *Journal of Neurolinguistics, 17* (1), 53-78.

Hansen, L. & Shewell, J. (2002). Keeping a second language: The influence of literacy and motivation in the attrition of Japanese, Chinese and Korean. *Korean Journal of Applied Linguistics, 18* (2), 61-83.

Hyltenstam, K., Bylund, E. Abrahamsson, N. & Park, H-S. (2009). Dominant-language replacement: The case of international adoptees. *Bilingualism: Language and Cognition, 12*, 121-140.

Kaufman, D. (2001). Tales of L1 attrition – Evidence from pre-puberty children. In T. Ammerlan, M. Hulsen, H. Strating & K. Yamur (Eds.), *Sociolinguistic and psycholinguistic perspectives on maintenance and loss of minority languages* (pp. 185–202). Münster: Waxmann.

Kaufman, D. & Aronoff, M. (1991). Morphological disintegration and reconstruction in first language attrition. In H. W. Seliger & R. M. Vago (Eds.), *First language attrition* (pp. 175–188). Cambridge: Cambridge University Press.

Köpke, B. & Schmid, M. (2004). Language attrition: The next phase. In M. Schmid, B. Köpke, M. Keijzer & L. Weilemar (Eds.), *First language attrition: Interdisciplinary perspectives on methodological issues* (pp. 1-47). Amsterdam: John Benjamins.

Kuhberg, H. (1992). Longitudinal L2-attrition versus L2-acquisition in three Turkish children - empirical findings. *Second Language Research, 8* (2), 138-154.

Major, R. C. (1992). Losing English as a first language. *The Modern Language Journal, 76*, 190-208.

Major, R. C. & Baptista, B. (2009). First language attrition in foreign accent detection. In M. A. Watkins, A. S. Rauber & B. O. Baptista (Eds.), *Recent Research in Second Language Phonetics/Phonology: Perception and Production* (pp. 256-269). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.

Mateus, M. H. M., Falé, I. & Freitas, M. (2005). *Fonética e fonologia do português*. Lisbon: Universidade Aberta.

Meisel, J. M. (2001). The simultaneous acquisition of two first languages: Early differentiation and subsequent development of grammars. In J. Cenoz & F. Genesee (Eds.), *Trends in bilingual acquisition* (pp. 11-41). Amsterdam: John Benjamins.

Montrul, S. (2004). Subject and object expression in Spanish heritage speakers: A case of morpho-syntactic convergence. *Bilingualism: Language and Cognition, 7* (2), 125–142.

Nicoladis, E. & Grabois, H. (2002). Learning English and losing Chinese: A case study of a child adopted from China. *International Journal of Bilingualism*, *6* (4), 441-454.

Olshtain, E. (1986). The attrition of English as a second language with speakers of Hebrew. In K. Weltens, K. de Bot & T. van Els (Eds.), *Language Attrition in Progress* (pp. 187-204). Dordrecht: Foris.

Pallier, C., Dehaene, S., Poline, J.-B., LeBihan, D., Argenti, A.-M., Dupoux, E. & Mehler, J. (2003). Brain imaging of language plasticity in adopted adults: Can a second language replace the first? *Cerebral Cortex*, *13*, 155–161.

Paradis, M. (1997). The cognitive neuropsychology of bilingualism. In A. M. B. de Groot & J. F. Kroll (Eds.), *Tutorials in bilingualism: Psycholinguistic perspectives* (pp. 331–354). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

Paradis, M. (2004). *A neurolinguistic theory of bilingualism.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

Seliger, H. W. (1989). Deterioration and creativity in childhood bilingualism. In K. Hylstenstam & L. K. Obler (Eds.), *Bilingualism across the lifespan* (pp. 173–184). Cambridge: Cambridge University Press.

Seliger, H. W. (1996). Primary language attrition in the context of bilingualism. In W. Ritchie & T. Bhatia (Eds.), *Handbook of second language acquisition* (pp. 606-625). London: Academic Press.

Sharwood Smith, M. A. (1983). On first language loss in the second language acquirer: Problems of transfer. In S. Gass & L. Selinker (Eds.), *Language transfer in language learning* (pp. 222–231). Rowley, MA: Newbury.

Sharwood Smith, M. A. (1989). Crosslinguistic influence in language loss. In K. Hyltenstam & L. K. Obler (Eds.), *Bilingualism across the lifespan* (pp. 185–201). Cambridge: Cambridge University Press.

Sorace, A. (2000). Differential effects of attrition in the L1-syntax of near-native L2 speakers. In C. Howell, S. Fish & T. Keith-Lucas (Eds.), *Proceedings of the 24th Boston University Conference on Language Development* (pp. 719–725). Somerville, MA: Cascadilla Press.

Sorace, A. (2004). Native language attrition and developmental instability at the syntax-discourse interface: Data, interpretations and methods. *Bilingualism: Language and Cognition, 7* (2), 143–145.

Strange, W. (1995). Cross-language study of speech perception: A historical review. In W. Strange (Ed.), *Speech Perception and Linguistic Experience: Issues in Cross-Language Research* (pp. 3-45). Timonium, MD: York Press.

Tomiyama, M. (2000). Child second language attrition: a longitudinal case study. *Applied Linguistics, 21* (3), 304-332.

Tsimpli, I., Sorace, A., Heycock, C. & Filiaci, F. (2004). First language attrition and syntactic subjects: A study of Greek and Italian near-native speakers of English. *International Journal of Bilingualism, 8* (3), 257-277.

Turian, D. & Altenberg, E. P. (1991). Compensatory strategies of child first language attrition. In H. W. Seliger & R. M. Vago (eds.), *First language attrition* (pp. 207–226). Cambridge: Cambridge University Press.

Ventureyra, V., Pallier, C. & Yoo, H. (2004). The loss of first language phonetic perception in adopted Koreans. *Journal of Neurolinguistics, 17* (1), 79-91.

Werker, J. F., Gilbert, J. H. V., Humpfrey, K. & Tees, R. C. (1981). Developmental aspects of cross-language speech perception. *Child Development, 52*, 349-353.

Wiese, R. (1996). *The phonology of German*. Oxford: Oxford University Press.

Português Médio: uma fase de transição ou uma transição de fase?

Esperança Cardeira*

Abstract

Some timelines for the Portuguese language propose an intermediate phase called the Middle Portuguese. This period has been conceived as a prolonged transition phase between the Ancient and the Classic periods. The aim of this paper is to clarify this period. We will describe some linguistic changes during this period, on the basis of a sample of literary and non-literary documents produced in the northern and southern regions of Portugal, between 1350 and 1500. The results highlight some variables that act as key phenomena to delimit the Middle Portuguese, and support the hypothesis that the first half of the fifteenth century should be considered as a critical period for the elaboration and standardization of Portuguese language.

Key-words: Middle Portuguese, elaboration, standardization.

As propostas de periodização

A evolução de uma língua é determinada não só por factores estritamente linguísticos mas também por mudanças históricas, económicas, sociais, culturais. Por isso, as periodizações da história da língua portuguesa que têm sido propostas divergem quanto à escolha dos factores a

* Departamento de Linguística Geral e Românica, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal. ecardeira@hotmail.com

ter em conta: umas partem das divisões tradicionais da história, outras baseiam-se na produção literária, outras, ainda, pretendem ater-se, exclusivamente, aos factos linguísticos. Em geral, contudo, de muitas destas propostas emerge um consenso em relação à necessidade de considerar uma fase cujos meridianos se situam nos séculos XIV e XV-XVI.

Já Leite de Vasconcellos (1911: 16 e 133), que considera uma longa época arcaica que se estende do século XII a meados do XVI, a qualifica de "nem sempre uniforme". Também Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1946: 19) refere que o período arcaico se prolonga "até 1500 ou mesmo ainda mais além dessa data", admitindo, embora, a sua divisão em duas fases: a *trovadoresca*, até 1350, e a da *prosa histórica verdadeiramente nacional*. A mesma subdivisão é feita por Serafim da Silva Neto (1986: 405): a um período *trovadoresco* (até 1350) seguir-se-ia um período do *português comum*, que corresponde àquele que Michaëlis designa como período da prosa histórica.

Estas propostas de periodização têm em comum um olhar sobre a evolução linguística que decorre do destaque dado à produção literária. Mas outros factores podem ser levados em conta: Pilar Vázquez Cuesta e Lindley Cintra apresentam propostas que se fundamentam nos efeitos linguísticos das grandes transformações histórico-sociais. Para Vázquez Cuesta (1980: 185-6) o facto que simboliza o fim da primeira fase do português arcaico é a batalha de Aljubarrota. Mas se Cuesta propõe a data de 1385 para o início do período pré-clássico, Cintra entendia que o português antigo se deveria prolongar ainda durante algum tempo e que só algumas décadas mais tarde a vitória da burguesia sobre a aristocracia rural nortenha se reflectiria a nível linguístico, propondo a data de 1420 como fronteira entre português antigo e médio.[1]

Mais recentemente, Clarinda Maia (1986) retoma esta questão, introduzindo um novo aspecto, ao destacar o processo de diferenciação entre o galego e o português. Também a *Historia da Lingua Galega* de Ramón Mariño Paz realça a separação entre as normas linguísticas galega e portuguesa, provocada pela ruptura política e pelo deslocamento da corte portuguesa para sul, separação que é já bem visível na língua escrita dos séculos XIV e XV (Mariño Paz, 1998: 104-5). Esta nova

[1] É esta, aliás, também a opinião de Vitorino Magalhães Godinho (1968), quanto à divisão da história de Portugal em períodos. Magalhães Godinho considera um corte por volta de 1420, justificado pela repercussão da expansão ultramarina e pelo novo ambiente gerado pela revolução de 1385.

perspectiva, que já tinha, aliás, sido aflorada por outros historiadores da língua – Vazquez Cuesta dizia "denominamos português pré-clássico o que já está diferenciado do galego" (Vazquez Cuesta, 1980: 185) -, permite aliar factores de ordem linguística aos dados históricos.

Rosa Virgínia Mattos e Silva, considerando *arcaico* todo o período que se estende do início do século XIII ao fim do século XV, afirma, contudo, que "tudo leva a crer que no eixo diacrónico pode ser estabelecida mais de uma sincronia na fase arcaica do português" (Silva, 1989: 38), aceitando a data da batalha de Aljubarrota como limite entre essas duas possíveis sincronias. Em trabalho mais recente, retorna à questão da subperiodização do português arcaico, distinguindo uma primeira fase galego-portuguesa de "outra que se definirá como portuguesa, sobretudo a partir da centralização política no eixo Coimbra-Lisboa" (Silva, 1991: 19). Adverte, ainda, para a dificuldade de datar com exactidão os limites entre períodos, limites que poderão configurar "não um ponto no tempo, mas uma fase de transição delimitável no tempo" (*ibid*: 16-17). No mesmo sentido vão as afirmações de Clarinda Maia (1995), que propõe, com base na diferenciação não só diacrónica, mas também diatópica, a subdivisão do período arcaico em duas fases: a primeira fase prolonga-se até meados do século XIV e caracteriza-se por uma unidade essencial galego-portuguesa; a segunda fase, que a autora designa por *arcaica média*, é já nitidamente portuguesa e apresenta-se como uma fase de transição, em que coexistem antigas e recentes tradições linguísticas. Os limites destas fases corresponderiam a uma "franja de separação" (Maia, 1995: 28). A expressão "franja de separação" é de Vitorino Magalhães Godinho, que preconiza uma periodização da história de Portugal que, ao invés de datas precisas, se traduza por "franjas de separação, mais ou menos largas temporalmente" (Godinho, 1968: 12).

Se o limite inicial desta segunda fase do português arcaico não encontra consenso, o mesmo sucede com o seu limite final: Vazquez Cuesta fixa-o com base na data da impressão da *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira, tomada como símbolo do início de uma nova etapa na história do português. Contudo, enquanto Vazquez Cuesta aceita 1536 e 1540 - as datas em que surgiram as gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros - como marcos que assinalam o fim de um período, Lindley Cintra, considerando que o efeito da reflexão metalinguística sistemática e a intenção normativizadora inaugura-

das pelas primeiras gramáticas só se fará sentir alguns anos mais tarde, prefere datar de 1550 a fronteira entre português médio e português clássico.

As propostas de periodização que aceitam uma subdivisão do período que pretendemos estudar podem ser resumidas no seguinte quadro:

C. Michaëlis	**Silva Neto**	**Vazquez Cuesta**	**Teyssier**	**Cintra**	**Bechara**
trovadoresco	trovadoresco	gal-português	gal-português	antigo	arcaico
prosa histórica	port. comum	pré-clássico	port.europeu	médio	arc. médio

Como se vê, se a datação das fronteiras temporais entre fases da história do português oscila, também a sua designação é objecto de propostas diversas. As divergências terminológicas devem-se às diferentes perspectivas em que assentam as várias propostas: a produção literária, as circunstâncias históricas e os factos linguísticos tiveram peso variável para cada um dos autores. Ao *português pré-clássico* de Vazquez Cuesta (1980: 173) corresponde o *português médio* de Lindley Cintra (Castro, 1999). Decalcado da designação francesa (*moyen français*), não é completa novidade o termo *médio* aplicado a um período da história do português. Epifânio da Silva Dias (1970) refere um "português arcaico médio", embora sem definir essa fase da língua, e já anteriormente Pacheco da Silva Júnior (1878) dizia "ao portuguez dos seculos XIII e XIV deve-se denominar *antigo*, e *medio* ao do XV" (*apud* Spina, 1987: 9n.1). Evanildo Bechara (1991: 68) retoma este termo, propondo a seguinte periodização: fase *arcaica* até final do século XIV, fase *arcaica média* durante todo o século XV e até à primeira metade do XVI, quando começa a fase *moderna*.

Um olhar diferente sobre a periodização do português é o de Ivo Castro (2006), que prefere repartir a história do português em dois ciclos evolutivos, correspondentes a dois movimentos sucessivos de crescimento. No primeiro, o ciclo da *formação da língua*, entre os séculos IX e XV, a língua abandona a sua área inicial, a Galécia Magna, e, acompanhando o movimento da Reconquista, expande-se para sul. No segundo ciclo, o da *expansão da língua*, que corresponde ao período das Descobertas, o português instala-se fora da Europa e consolida-se em

Portugal. Esta proposta de Ivo Castro aproxima-se da forma como Paul Teyssier (1982) divide a sua *História da Língua Portuguesa*, ao dedicar um capítulo à formação do português e outro ao galego-português (até cerca de 1350), preferindo, depois, distinguir a evolução do português europeu (do século XIV em diante) do percurso do português no Brasil, em África e na Ásia.[2].

Julgo que poderemos encontrar pontos de contacto entre as perspectivas de Teyssier e Castro e a de Kloss e Muljačić, que distinguem duas fases no nascimento dos idiomas. Na primeira fase uma língua distancia-se das outras línguas da mesma família, tornando-se um diassistema claramente diferenciado. Exemplos deste processo de *distanciamento* são os romances: na sequência do declínio do Império Romano do Ocidente, a Europa não conhece ainda grandes centros hegemónicos, mas a pouco e pouco as diversas áreas dialectais dão origem a novas identidades que já não são 'romanas' mas pré-nacionais (Muljačić 1988). Numa segunda fase, a criação de forças centrípetas (tradições literárias, *scriptae*) põe em curso um processo de unificação linguística, eliminação dos dialectos e *elaboração* de um idioma nacional[3]. A vontade popular e a determinação pelos próprios falantes do carácter distinto da sua língua têm uma influência decisiva sobre a elaboração linguística[4], mesmo que as tendências elaboracionistas sejam expressas apenas por uma pequena minoria de locutores (Thiers 1986). Nesta 'vontade popular' deve incluir-se o que Muljačić (1981: 93) denomina 'força nacionógena' (*nationenstiftende Kraft*, na terminologia klossiana). A língua é, assim, encarada como uma realidade plástica dinamizada pela história

---

[2] Teyssier, considerando "muito complexo" o problema da periodização, prefere não o abordar, contentando-se "em isolar, na evolução histórica, vários eixos que permitam ordenar, esclarecer e melhor compreender os fenómenos linguísticos" (Teyssier, 1982: 36), atitude que explica a ausência de subdivisões no extenso período do *português europeu*.

[3] Coseriu (1979: 105) propõe uma distinção entre *mudanças de diversificação* (o *distanciamento* de Kloss) e *mudanças de unificação*, que se realizam em épocas de extensão de uma norma cultural. A este último tipo pertenceriam, diz Coseriu, as mudanças que constituíram a chamada 'revolução fonológica' espanhola do Século de Ouro. No mesmo conceito poderemos incluir as mudanças da época portuguesa que nos ocupa.

[4] Também Henrique Monteagudo atribui grande importância à consciência dos falantes e à sua percepção de possuírem uma língua distinta e analisa a consciência da individualidade da língua a partir do(s) nome(s) que a designam, pois o acto de nomear indica que existe a consciência do objecto (Monteagudo, 1994: 171-4). Na mesma linha, a *Historia da lingua galega* de Ramón Mariño Paz dedica um subcapítulo às designações expressas que revelam uma percepção individualizada do galego (Mariño Paz, 1998: 140-152).

das comunidades e talhada pelos interesses dos grupos que a compõem (Thiers, 1986: 66).

Um outro ponto de vista a considerar julgo ser o de Dieter Messner (1983 e 2002). Messner, que também considera uma subdivisão do português arcaico, faz notar que os estudos históricos sobre as línguas românicas relativos à segunda metade do século XIV e à primeira do XV apontam unanimemente para o fim de um período e o início de outro e interpreta esta cesura como o resultado da destruição da estrutura sociopolítica e económica tradicional. Um acontecimento decisivo para esta ruptura terá sido a peste, que dizimou grande parte da população europeia (no caso de Portugal, um terço da população) e que se tornou um factor de mudança linguística. Para as cidades, fortemente atingidas e quase desertificadas, acorreram as populações rurais, constituindo-se, assim, uma nova estrutura social. Os centros urbanos conheceram então um considerável crescimento, à custa de um movimento migratório que os transformou num cadinho de gentes e dialectos. Aí, a necessidade de comunicação entre falantes de variedades diversas terá acabado por favorecer mudanças linguísticas que tornaram a comunicação mais fácil, eliminando diferenças entre os falantes, simplificando a língua e criando espaço para um nivelamento, uma koineização linguística[5].

Em suma: embora os marcos balizadores devam ser procurados nos factos linguísticos, a história externa da língua ou a sua tradição literária não podem ser esquecidas. A fronteira entre português antigo e português médio pode ser encontrada algures durante a época em que, finda a produção trovadoresca, se inicia a prosa histórica; em que a elevação ao trono do Mestre de Avis significa a falência da velha nobreza da fundação da nacionalidade e a conversão de Lisboa em centro do estado; mas também em que a ruptura da unidade galego-portuguesa se torna definitiva. Nos anos seguintes a língua sofrerá um processo de koineização e de emergência de 'forças centrípetas' (a corte, a literatura, o eixo Coimbra-Lisboa, a nacionalidade) que centralizarão a elaboração de um idioma nacional.

Alguns períodos históricos parecem ter sido particularmente favoráveis à difusão de mudanças. O período do português médio[6] tem sido

[5] Uso o termo 'koineização' no sentido em que Siegel (1985) o aplica, como um resultado estabilizado da mistura de subsistemas linguísticos.

[6] Abordo, também, a questão da periodização e definição do português médio em Cardeira 2009.

encarado como um período de transição da língua medieval para a clássica, transição durante a qual "coexistem as formas e os tratamentos próprios da etapa anterior com formas e tratamentos que já anunciam o português do período clássico" (Maia, 1995a: 79). Já Bechara (1991: 69-70) também definira a fase *arcaica média* com as seguintes palavras: "Esta fase se caracteriza pelo seu aspecto de transição, onde alguns fenômenos correntes na fase anterior, ainda que persistindo, já denunciam acentuada tendência de mudança". Julgo que, mais do que um período de convivência entre formas arcaicas e aquelas que virão a perdurar, o português médio é um período que demonstra como as mudanças linguísticas nem sempre ocorrem paulatinamente, um período em que as vicissitudes históricas moldam um ambiente propício à elaboração da língua. Mais do que um 'período de transição', trata-se de um 'período crítico', relativamente curto, que regista mudanças que anunciam, já, o português que hoje falamos.

O português médio

1. As mudanças sociais

São as circunstâncias históricas, políticas e culturais, que determinam em cada momento da vida de uma sociedade qual é a língua prestigiada e, portanto, o modelo a imitar. Daí que uma mudança de molde político e cultural numa comunidade possa produzir um razoável número de mudanças linguísticas. Nos finais do século XIV Portugal, já constituído como um reino com uma língua (D. Dinis decretara o português língua oficial da documentação da Chancelaria Real), mergulhara na crise económica que atingia toda a Europa. O campo perdera população em favor das cidades, onde se desenhava uma nova estruturação social.

Em 1383-85 ocorre uma crise dinástica que instaura uma nova dinastia. Com D. João I a antiga aristocracia declina e sobe ao poder a burguesia. Apoiada pelo povo e pela burguesia aliada aos mesteirais, a nova dinastia impõe a reconstrução dos antigos quadros sociais, mas agora em proveito de burgueses e escudeiros, que vão preencher as vagas deixadas pela antiga nobreza derrotada[7]. A estrutura social não

[7] Diz Borges Coelho (1995: 168): "Nunca tanto a propriedade mudou de mãos depois da Reconquista como na revolução, iniciada em Lisboa no final de 1383". E Oliveira Marques (1985: 228): "A vitória do mestre de Avis significou uma nova dinastia e uma nova classe dirigente."

será exactamente subvertida, mas haverá renovação dos quadros dirigentes e considerável aumento da força política das classes populares.

Até ao século XIV português e galego constituem uma unidade que se foi definindo através de um processo de distanciamento em relação às outras línguas românicas; do século XV em diante, enquanto o português sofre mudanças que o encaminham no sentido da elaboração de um padrão que terá como modelo a língua literária, na Galiza castelhanizada o galego sobrevive apenas no uso oral. A fase comum *galego-portuguesa* termina no momento em que a vitória da burguesia sobre a aristocracia rural nortenha, simbolizada pela batalha de Aljubarrota, determina a deslocação do centro vital do país para o sul, conduzindo à separação entre português e galego. Quando o poder e o saber se instalam em Lisboa e a língua abandona as fórmulas dos antigos Cancioneiros, virando-se para sul, fica decidida a localização da norma.

Mas não é só em Portugal que o outono da Idade Média se conjuga com sinais de renovação. Por toda a Europa, à afirmação das identidades nacionais e linguísticas vem agora juntar-se a dinâmica da expansão marítima.

2. Os Descobrimentos

As cruzadas, o comércio, o desenvolvimento de técnicas (o leme, a bússola, a cartografia) que proporcionarão o impulso para a conquista do oceano assentam, ao longo da Idade Média, os alicerces da náutica oceânica. A estagnação de uma economia exaurida pela peste, pela guerra, pela fome, empurrará a Europa para os descobrimentos e conquistas dos séculos XV e XVI. A depressão económica, a expansão das cidades, conseguida à custa do declínio das zonas rurais, e a carência de rendas para a nobreza, constituem conjuntura propícia à necessidade de expansão territorial.

Em Portugal, estabelecida a paz com Castela (1411), D. João I e a nova nobreza, saída da revolução, dirigem o pensamento para a expansão do território: em 1415 Ceuta é conquistada e a partir dessa data até Alcácer Quibir a ocupação militar no Norte de África estará sempre no programa político. A nova monarquia, empenhada em fortalecer o país no contexto peninsular e preocupada com o estigma da ilegitimidade -

que virá a compensar por meio de vários casamentos reais - vira-se para o combate aos mouros. Em 1418 descobre-se o Porto Santo e em 1425 inicia-se a colonização da Madeira. Começa, então, um período que, no imaginário dos portugueses, sobressai como uma 'idade de ouro'.

A empresa dos Descobrimentos constitui-se como expansão territorial e crescimento económico mas também como afirmação nacional, de que a afirmação linguística será corolário. A expansão da língua acompanha a expansão do território e o português torna-se uma 'língua franca', a língua do comércio e da evangelização, nos portos onde os portugueses traficavam.

A expansão implicou um renovado interesse pelas questões da língua. Ao louvor da língua portuguesa e à sua valorização enquanto factor de consolidação de um império aliou-se o interesse pela codificação. A fixação de uma norma linguística tornou-se um objectivo dos gramáticos. Norma que se elabora a partir de uma língua que se afasta, cada vez mais, do português antigo: separado do galego, implantado na koiné centro-meridional, o português ganha identidade própria. Cresce, nos portugueses, a consciência dessa identidade, potenciada pelo confronto com 'o outro', que descobrem, agora, no 'novo mundo'.

3. A cultura

Na corte régia, nas cortes senhoriais e mesmo nas residências dos burgueses mais ricos viviam mestres que exerciam funções de aios e professores. A Universidade - e a actividade intelectual - estava ligada ao poder real, apesar de depender de rendimentos eclesiásticos[8]. O *Estudo Geral,* que visava principalmente a formação de clérigos, aceitava, contudo, muitos leigos.

Em redor de D. João I forma-se uma geração de infantes ilustrados. Os príncipes liam, escreviam, traduziam e possuíam bibliotecas particulares. A de D. Duarte contava cerca de oitenta volumes[9]. O facto de muitos desses códices serem, já, em linguagem é significativo: Aires Nascimento (1993: 277) considera que o predomínio do vernáculo nas bibliotecas

[8] A Universidade era custeada por rendas eclesiásticas de igrejas e mosteiros que pertenciam ao padroado real, estando, portanto, subordinada não apenas à Igreja mas principalmente ao rei. Era ao rei que competia a nomeação de professores, sob proposta da Universidade.

[9] Uma grande biblioteca albergaria umas poucas dezenas ou centenas de livros: a biblioteca do mosteiro de Alcobaça, a maior do reino, teria uns quinhentos livros e a de Santa Cruz de Coimbra ainda menos.

dos príncipes de Avis corresponde a uma tendência de conjunto entre as bibliotecas portuguesas quatrocentistas. A literatura começa a libertar-se da esfera da clerezia, passando para um domínio mais alargado que já inclui uma elite secular, assim como a linguagem vulgar se emancipa do império do latim eclesiástico e invade todos os ramos do pensamento.

4. As mudanças linguísticas

As primeiras reflexões sistemáticas e normatizadoras da língua, as gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros, descrevem, na primeira metade do século XVI, uma língua já muito distinta do português antigo. Se compararmos essas descrições com os elementos que Rosa Virgínia Mattos e Silva (1989) fornece para o português trecentista, teremos que concluir que as grandes mudanças linguísticas que separam o português antigo do português clássico se processaram depois de 1350 e antes de 1536.

Observemos mais de perto alguns destes processos de mudança. Para o efeito organizei um *corpus* constituído por uma diversidade de textos que considero necessária para que a amostra se torne representativa:

- Textos literários e não-literários (originais, cópias e traduções);
- Documentos datados (ou datáveis) não apenas dos séculos XIV e XV mas também dos períodos arcaico e clássico (i.e., textos anteriores e posteriores ao português médio, o que permite acompanhar os processos de mudança linguística);
- Documentação produzida em ambientes diversos, quer em termos geográficos (setentrionais/meridionais) quer em termos socioculturais (corte portuguesa/escribas regionais e isolados)[10].

[10] Concretizando: a recolha de dados, abrangendo um período que vai de 1350 a 1500, foi efectuada num *corpus* constituído por edições modernas dos seguintes documentos:
Livro da Cartuxa de D. Duarte (= *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, 1423-1438, ed. J. J. Alves Dias, 1982);
Vidas de Santos (= *Colecção Mística de Frei Hilário da Lourinhã*, 1431-1446, ed. Ivo Castro, 1985);
Livro Verde da Universidade de Coimbra (1367-1456, ed. Rocha Madahil, 1940);
Documentos notariais portugueses do Noroeste e da região de Lisboa (1350-1500, ed. Ana Maria Martins, 2001);
Documentos Históricos da Cidade de Évora (1355-1470, ed. Gabriel Pereira, 1885-7);
Actas das Vereações de Loulé (1384-1408, ed. H. Baquero Moreno, 1984);
Capítulos de Cortes (documentos datados de 1404 a 1449, editados por H. Baquero Moreno, 1978 e 1982, e por Alberto Iria, 1990).

Dos processos de mudança linguística que observei nesse *corpus*, seleccionei apenas três[11], aqueles que considero os fenómenos 'balizadores', ou seja, os que me parecem definir com mais justeza o período do *português médio*: a substituição do particípio passado em *–udo* por *–ido*, a síncope do *–d-* intervocálico da 2ª pessoa do plural da flexão verbal e a substituição da terminação nominal *–vil* por *–vel*.

O português arcaico possuía três terminações de particípios passados: *-ado*, da primeira conjugação (*amar-amado*), *-udo*, da segunda (*haver-havudo*) e *-ido*, da terceira conjugação (*dormir-dormido*). A terminação *-udo* acabará por desaparecer, substituída por *-ido*[12]. O momento em que a frequência de formas com a nova terminação *-ido* se torna a mais elevada ocorre no segundo quartel do século XV:

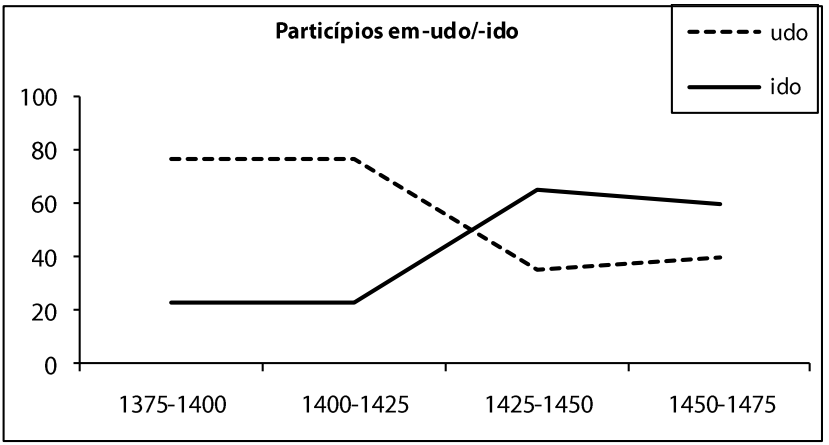


Figura 1. Particípios em *-udo* / *-ido*: percentagem13.

Quanto ao processo que consiste na síncope de *-d-* intervocálico na 2ª pessoa plural da flexão verbal (*amades* > *amais, fazedes* > *fazeis*, etc.), o momento de inversão da tendência ocorre precisamente na viragem

[11] Para uma descrição mais pormenorizada destes e de outros processos de mudança em curso no português médio, bem como para a metodologia de constituição do *corpus* e de recolha e interpretação dos dados, *vd*. Cardeira 2005.

[12] Encontramos um bom exemplo desta inversão da tendência nos *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (ed. Gabriel Pereira, 1885-7): entre 1375 e 1400 os particípios em *–udo* têm 15 ocorrências e os particípios em *–ido* apenas 6; entre 1425 e 1449 já só se registam 2 terminações em *–udo*, frente a 18 em *–ido*.

[13] Reproduzo, aqui, figuras de Cardeira 2005.

do primeiro para o segundo quartel do século xv, como se constata na figura seguinte[14]:

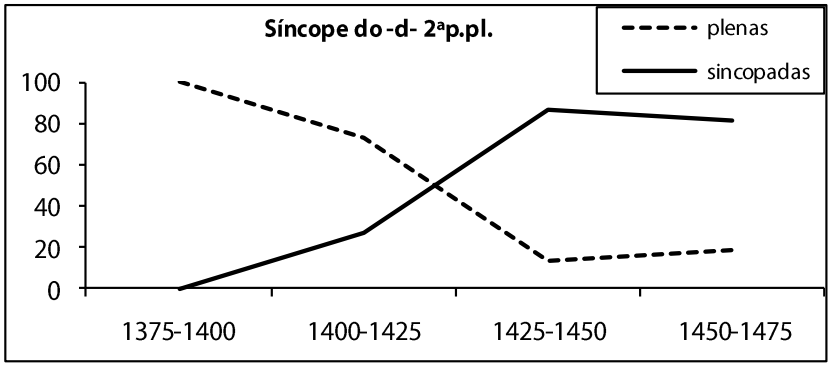


Figura 2. Formas plenas e sincopadas: percentagem.

Outro processo de mudança que se verifica nesta época consiste na substituição da terminação *–vil* por *–vel*. No português arcaico existia alternância entre palavras paroxítonas terminadas em *–vil* (< -BĪLE, p. ex. *perduravil*) e em *–vel* (< -BĬLE, p. ex. *razoavel*). A antiga terminação *–vil*, que era a mais frequente no período do português antigo, foi suplantada por *–vel*. Também esta substituição se verifica durante o primeiro quartel do século xv:

Note-se que os dados revelaram o uso preferencial da terminação *-vel*[15] nos textos de carácter literário: na primeira metade do século xv os textos literários observados registam 93.7% da nova terminação[16], enquanto na documentação não-literária[17] a terminação *–vel* apenas

[14] Sirvam de exemplo, mais uma vez, os dados recolhidos nos *Documentos Históricos da Cidade de Évora:* na década de 1380-9 registam-se apenas formas plenas (29 ocorrências), mas na de 1420-9 as formas sincopadas têm 45 ocorrências e as plenas 3.

[15] Registo como ocorrências quer as formas de singular *–vil* /*-vel*, quer os plurais (*-viis*, *-veis*, etc.) que supõem esse singular.

[16] Refiro-me ao *Livro da Cartuxa* e a *Vidas de Santos*. No *Livro da Cartuxa* (1423-1438) já não se regista qualquer ocorrência da terminação *–vil*; em *Vidas de Santos*, copiado na primeira metade do século xv, *-vel* tem 41 ocorrências mas *–vil* ainda se regista 4 vezes.

[17] Como documentação não-literária considerei: *Documentos notariais portugueses do Noroeste e da região de Lisboa*, *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, *Actas das Vereações de Loulé* e *Capítulos de Cortes*. Em conjunto, nestes documentos a terminação *–vil* regista 14 ocorrências e *–vel* 34.

atinge 70.8%. Tratava-se, portanto, de uma variação opcional, dependente do estilo textual; o prestígio que a variante em *-vel* adquiriu devido à sua selecção nos textos literários terá determinado o desaparecimento da antiga variante em *-vil*.

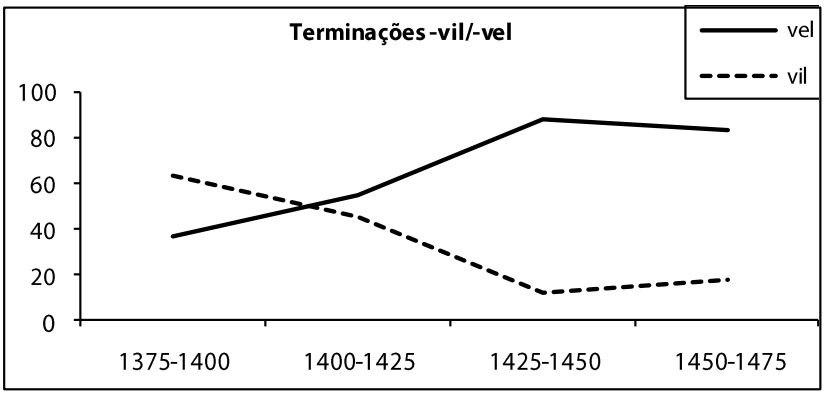


Figura 3. Terminação *-vil* / *-vel*: percentagem.

Vejamos, agora, a inversão de tendência destas três variáveis, tomadas em conjunto:

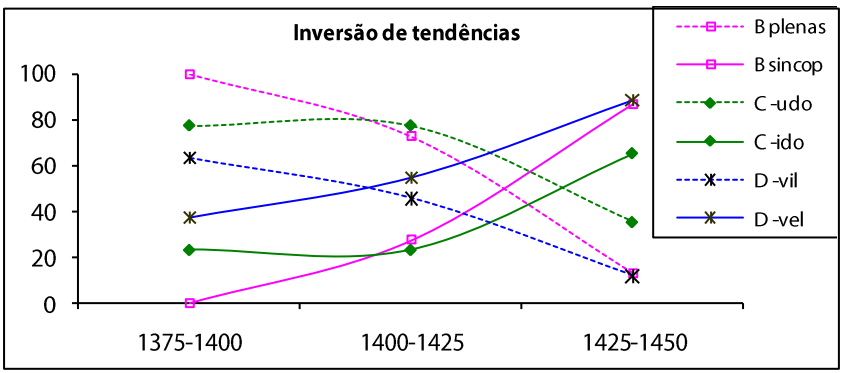


Figura 4. Inversão de tendência: formas plenas / sincopadas na 2ª pes. pl., particípios em *-udo* / *-ido* e terminação paroxítona em *-vil* / *-vel*.

Entre 1400 e 1450 ocorre a substituição das variantes antigas pelas modernas: no primeiro quartel do século XV a terminação *-vil* é substitu-

ída por *-vel* e as formas plenas de 2ª pessoa plural da flexão verbal pelas formas sincopadas; no segundo quartel do século os novos particípios em *-ido* suplantam os antigos em *-udo*. São cinquenta anos em que se efectivam algumas das mudanças linguísticas que poderemos aceitar como parâmetros para a periodização do português. E nos cinquenta anos seguintes estabilizar-se-á a frequência de cada uma das novas variantes.

Estes três processos de mudança têm um carácter morfo-fonético. Uma outra mudança, que se processa a nível da sintaxe, confirma a 'revolução linguística' que se verifica no português médio. O trabalho desenvolvido por Ana Maria Martins (2002) sobre a colocação dos clíticos em português em orações principais afirmativas mostrou que a estratégia preferencial do português antigo, a ênclise, foi progressivamente preterida a favor da próclise, que se torna dominante no séc. XV e quase exclusiva no XVI (sendo esse o português que será 'exportado' para o Brasil). Veja-se o quadro abaixo, que adapto de Martins 2002:

	Orações principais afirmativas	
Português antigo	Variação entre ênclise e próclise, com maior frequência de ênclise	
Português médio	Variação entre ênclise e próclise, com maior frequência de próclise	
Português clássico	Próclise (ênclise residual)	**Português do Brasil**
Português moderno	Ênclise (próclise residual)	

Pensando em termos de periodização da história da língua portuguesa, a preferência pela próclise coincide com a fase do português médio (o momento da inversão da tendência relativa à posição do clítico situa-se precisamente na primeira metade do séc. XV).

Consideremos em conjunto as variáveis observadas no período compreendido entre 1375 e 1475:

A figura 5 mostra a tendência média das variáveis em comparação com a evolução que essa tendência mostraria ao longo destes cem anos se o processo de mudança se pautasse pela linearidade, isto é, se fosse representado por uma recta. Mas o processo de mudança não é, claramente, linear. A frequência do uso de novas variantes não vai cres-

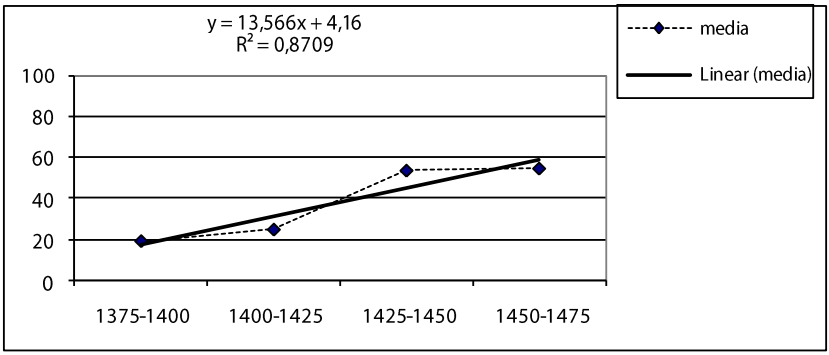


Figura 5. Assentamento linear e média das tendências.

cendo paulatinamente à medida que decresce a frequência das variantes antigas; o processo de selecção implica variação e essa variação tem momentos de grande aceleração. Por isso, se em vez de utilizarmos um assentamento linear, recorrermos a um assentamento com polinómio de 3ºgrau[18], veremos mais claramente o salto qualitativo que se verifica na média das tendências entre 1400 e 1450:

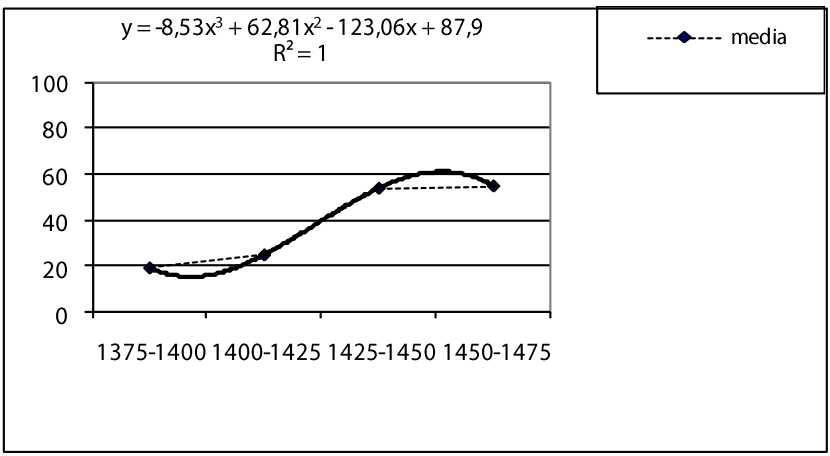


Figura 6. Assentamento com polinómio de 3ºgrau e média das tendências.

[18] O valor de R2=0.87 no assentamento linear indica uma aderência da recta estimada à curva de pontos reais de 87% , uma razoável representatividade; no assentamento com polinómio de 3ºgrau o valor de R2 tende para 100%.

De facto, o processo de mudança linguística representa-se mais adequadamente através de uma curva sigmóide do que por uma evolução linear[19]. Ora, esta curva em *S* representa uma mudança de estado, ou seja, uma transição de fase que ocorre entre 1400 e 1450: entre 1375 e 1400 a variação atinge um limiar em que os parâmetros adquirem valores que implicam o rearranjo do sistema; no terceiro quartel do século XV a mudança atinge um outro limiar que aponta para uma estabilização do processo. A curva sigmóide que esta figura apresenta é típica da dinâmica (transformação no tempo) de sistemas complexos como a língua e representa, nesses sistemas, uma transição de fase[20]; a sua presença vem demonstrar que na evolução da língua fases de 'permanência'[21] alternam com momentos de grande 'aceleração' e que a primeira metade do século XV foi um desses momentos de renovação linguística.

Os sistemas complexos estão sujeitos a alguns princípios gerais:

- ausência de linearidade;
- existência de transições de fase ou mudanças de estado (um estado pode ser definido como um ponto de rearranjo ou equilíbrio dinâmico);
- existência de limiares (um limiar é uma zona da dinâmica do sistema em que se transita de fase e que surge porque alguns parâmetros atingiram um certo valor);
- perto dos limiares de transição de fase os sistemas tendem a apresentar uma variação adicional, uma flutuação crítica.

Aplicados à língua, estes princípios traduzem-se na presença de uma etapa de variação (durante a qual coexistem e alternam formas linguísticas rivais) que precede a mudança linguística: quando essa varia-

[19] As descrições de Labov de processos de mudança em tempo aparente e real apresentam o mesmo tipo de curva em *S*: "Sound changes begin at a slow rate, progress rapidly in mid course, and slow down in their last stages. The rate of sound change thus follows an S-shaped curve or ogive. […] These results fit in with our understanding of how sound changes are generalized throughout the structure." (Labov, 1994: 65-6).

[20] Tal como em outros sistemas, a transição de fase caracteriza-se por alguns aspectos essenciais: (i) grande dependência de condições iniciais com efeitos muito amplificados de pequenas causas que em outras condições de estabilidade seriam insignificantes; (ii) oscilação de formas alternativas que não se afirmam predominantemente a não ser num novo estado do sistema; (iii) ocorrência de um crescendo de variações nos momentos que antecedem a transição de fase.

[21] 'Permanência' entendida não no sentido estático mas enquanto *reconstituição*, como propõe Coseriu (1979: 69): "Mesmo quando um 'estado de língua' se torna praticamente idêntico a um estado anterior, isso não significa que este estado *permanece*, mas apenas que se *reconstitui* com suficiente fidelidade pelo falar."

ção atinge determinado limiar, assistimos a uma transição de fase; perto desse limiar, a frequência da variação tornar-se-á elevada. Se admitirmos que a mudança linguística não se traduz por uma continuidade linear mas por patamares mais ou menos descontínuos, esperaremos encontrar em cada patamar uma variedade de soluções linguísticas tendencialmente crescente; mas essa variação será, necessariamente, reduzida por uma qualquer acção interna ou externa que provoque uma passagem ao patamar seguinte (a um novo arranjo qualitativo, uma nova fase, um novo período).

Conclusões

Nascida no isolamento de um espaço culturalmente homogéneo, com raízes numa antiga latinidade vulgar galaica, constitui-se, por *distanciamento*, uma primitiva unidade galego-portuguesa que irá dar lugar a uma deriva independente das variedades galega e portuguesa. Nos finais do século XIV a história portuguesa revela-nos a criação de um núcleo político e cultural gerador de uma força centrípeta capaz de aglutinar as variantes regionais. Com a revolução de 1383-1385, Portugal afirma definitivamente a sua independência e define-se como nação em expansão. Não é certo que as convulsões históricas determinem necessariamente convulsões linguísticas, mas as manifestações de nacionalidade reflectir-se-ão, seguramente, numa tendência para a unificação da língua e para a fixação de uma norma linguística. Norma que irá nascer no eixo Coimbra-Lisboa, agora centro vital da nação, residência da corte e antigo território moçárabe, terra reconquistada, repovoada e, por isso, receptiva a inovações, principalmente a inovações niveladoras.

Com D. Dinis e a adopção do português escrito como língua oficial da chancelaria régia, deu-se o primeiro passo no sentido da criação de um idioma nacional. Digo que foi apenas um primeiro passo porque não se tinha ainda formado o conceito de nação. No plano histórico, uma língua não é apenas um sistema linguístico mas uma instituição sociocultural. Na sua constituição os factores políticos são, pelo menos, tão importantes quanto os linguísticos. E foram factores políticos que determinaram o destino da 'língua portuguesa'. A língua, adaptando-se a uma nova situação (a de factor de identificação e coesão social), virá a tornar-se um símbolo do império. Nesse contexto, é importante realçar

o papel da corte de Avis[22] que, funcionando como uma vanguarda do poder - e do saber -, promove o processo de unificação e *estandardização*[23] de um idioma nacional[24].

Vimos, já, que desde Leite de Vasconcellos as diferentes propostas de periodização concordam em subdividir o português arcaico em dois períodos, embora divirjam no traçado de uma fronteira entre essas duas fases. As propostas de periodização que escolhem como fronteira entre o português antigo e o português médio a crise de 1383-85 ou o seu símbolo, a batalha de Aljubarrota, realçam o papel desta ruptura política, social e cultural, no sentido da deriva linguística do português, mas parecem esquecer o facto de que as mudanças inovadoras já ocorriam antes dessa data; mais conforme com os factos que observámos talvez seja admitir a existência de uma 'franja de separação' entre o português antigo e o português médio e nessa franja de separação se deve situar a segunda metade do século XIV. O mesmo é dizer, usando a terminologia de Coseriu (1983), que entre a segunda metade do século XIV e a primeira do XV nos encontramos perante as duas últimas fases do processo de mudança, a *selecção*, com o uso alternado de formas diacronicamente concorrentes, e a *mutação*, com a elevação à categoria de constante de uma das variantes. Quanto ao português médio, a sua localização não ultrapassa a primeira metade do século XV e configura, se usarmos a terminologia klossiana, um período de *elaboração* da língua. Na segunda metade do século (e talvez também no princípio do século seguinte) a presença de um 'patamar de estabilização' aponta para uma segunda franja de separação, de pelo menos cinquenta anos, entre o português médio e o português clássico.

A transição de fase caracteriza o período médio como um momento decisivo na elaboração do português e não como uma 'fase de transição'. 'Fase de transição', no sentido de período intermédio em que convivem variantes antigas e modernas cuja selecção virá a definir-se mais tarde,

---

[22] As divergências que se verificaram entre os dados resultantes da análise do *Livro da Cartuxa* e da restante documentação mostram, em geral, o papel pioneiro que textos como o de D. Duarte, reflexo, certamente, da língua da corte, podem ter tido na aceitação e difusão de inovações linguísticas: o acolhimento das variantes inovadoras na língua prestigiada do rei e da Corte só pode ter pressionado favoravelmente a sua difusão.

[23] Uso o termo *estandardização* no sentido em que Joseph (1987) o aplica, como um produto cultural resultante de um processo consciente de regulação planeada e centralizada da língua.

[24] Serafim da Silva Neto (1961: 3-4) distingue a *formação do domínio linguístico português* (determinada pela Romanização, de Sul para Norte, e pela Reconquista, de Norte para Sul) da *formação da língua nacional* (que decorre da constituição do Estado).

quando essa convivência configurar um patamar de estabilização, é um conceito que se materializa não no português médio mas nas franjas de separação que delimitam português antigo / médio / clássico.

Referências

BECHARA, Evanildo (1991), "As fases da língua portuguesa escrita", in Dieter Kremer (ed.), *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes,* Tübingen, Max Niemeyer Verlag, vol.III, pp. 68-75.

CARDEIRA, Esperança (2005), *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CARDEIRA, Esperança (2009), "Revisitando a periodização do português: o português médio", *Domínios de Lingu@gem*, ano 3, nº 2, pp. 103-115, disponível em http://www.dominiosdelinguagem.org.br/, consultado em 10.7.10.

CASTRO, Ivo (1985), "Vidas de Santos de um manuscrito Alcobacense (Colecção Mística de Fr. Hilário da Lourinhã, Cod.Alc.CCLXVI/ANTT 2274)", *Revista Lusitana*, Nova Série, Separ. nº 4 e 5.

CASTRO, Ivo (1999), "O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica)", in Isabel Hub Faria (ed.), *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Cosmos & Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp.367-370.

CASTRO, Ivo (2006), *Introdução à História do Português,* Lisboa, Colibri.

COELHO, António Borges (1995), "O tempo e os homens: séculos XII a XIV", in João Medina (ed.), *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. III, Lisboa, Clube Internacional do Livro, pp. 95-193.

COSERIU, Eugenio (1979), *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*, trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira, Rio de Janeiro, Presença.

COSERIU, Eugenio (1983), "Linguistic change does not exist", *Linguistica Nuova et Antica. Rivista di Linguistica Classica Medioevale e Moderna*, ano 1, pp. 51-63.

DIAS, Augusto Epifânio da Silva (1970), *Sintaxe Histórica Portuguesa,* Lisboa, Clássica Editora [1918].

DIAS, João José Alves (1982), *Livro dos Conselhos de el- rei D.Duarte*. (Edição diplomática), Lisboa, Editorial Estampa.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1968), "A divisão da história de Portugal em períodos", in *Ensaios*, vol.II, Lisboa, Sá da Costa, pp. 1-12.

IRIA, Alberto (1990), *O Algarve nas Cortes Medievais Portuguesas do século XV (Subsídios para a sua história). I. 1404-1449*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

JOSEPH, John Earl (1987), *Eloquence and power: The rise of Language Standards and Standard Languages*, London, Frances Pinter.

LABOV, William (1994), *Principles of Linguistic Change*, *vol. I: Internal Factors*. Oxford-Cambridge, Blackwell.

MADAHIL, António Gomes da Rocha (1940), *Livro Verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XV),* Coimbra, Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1986), *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno),* Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1995), "Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre *português arcaico* e *português moderno*", *Diacrítica,* 10, pp. 3-30.

MAIA, Clarinda de Azevedo (1995a), *História da Língua Portuguesa. Guia de Estudo,* Coimbra, Faculdade de Letras.

MARIÑO PAZ, Ramón (1998), *Historia da lingua galega*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1985), *História de Portugal*, *vol.I: Das Origens ao Renascimento*, Lisboa, Editorial Presença.

MARTINS, Ana Maria (2001), *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MARTINS, Ana Maria (2002), "Mudança sintáctica e História da Língua Portuguesa". Separ. *História da Língua e História da Gramática*, Braga, Universidade do Minho.

MESSNER, Dieter (1983), "A peste de 1348, um factor muito pouco considerado nas Histórias das Línguas Românicas", *Boletim de Filologia*, 28, pp. 237-239.

MESSNER, Dieter (2002), "Conjecturas sobre a periodização da língua portuguesa", in *Descrição do Português*: *lingüística histórica e historiografia lingüística*, *Trilhas Lingüísticas*, 3, 97-117.

MONTEAGUDO, Henrique (1994), "Aspectos sociolingüísticos do uso escrito do galego, o castelán e o latin na Galicia tardo-medieval (ss. XIII-XV)", in Elvira Fidalgo e Pilar Lorenzo Gradín (eds.), *Estudios galegos en homenaxe ó profesor Giuseppe Tavani*, Santiago de Compostela, Publicacións do Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias Ramón Piñeiro, pp. 169-185.

MORENO, Humberto Baquero (1978), "As Cortes de Lisboa de 1448", Separ. *Revista Portuguesa de História*, *16*, pp. 185-208.

MORENO, Humberto Baquero (1982), "As Cortes de Lisboa de 1448 (Capítulos especiais de Évora)", Separ. *Bracara Augusta*, *36*, pp. 14-16.

MORENO, Humberto Baquero (1984), *Actas das Vereações de Loulé* (Leitura paleográfica, transcrição e índice por Luís Miguel Duarte e João Alberto Machado), Loulé, Câmara Municipal de Loulé.

MULJAČIĆ, Zarko (1981), "Il termine *lingue distanziate apparentemente dialettalizzate* e la sua rilevanza per la sociolinguistica romanza", *Studia Romanica et Anglica Zagrabiensia*, 26, 1-2, pp. 85-101.

MULJAČIĆ, Zarko (1988), "Emergence et genèse des langues romanes", in Dieter Kremer (ed.), *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes,* Tübingen, Max Niemeyer Verlag, vol.V, pp. 186-191.

NASCIMENTO, Aires Augusto (1993), "As livrarias dos Príncipes de Avis", *Biblos*, 69, pp. 265-287.

NETO, Serafim da Silva (1986), *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Presença [1952-1957].

NETO, Serafim da Silva (1961), *A Constituição do Português como Língua Nacional,* Lisboa, Universidade de Lisboa.

PEREIRA, Gabriel (1885-7), *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, Évora, Typographia da Casa Pia (parte I) e Typographia Económica de José d'Oliveira (parte II).

SIEGEL, J. (1985), "Koines and koineization", *Language in Society*, 14, pp. 357-378.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1989), *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1991), *O português arcaico: fonologia*, São Paulo: Contexto.

SPINA Segismundo (1987), *História da Lingua Portuguesa III. Segunda metade do século XVI e século XVII*, São Paulo, Ática.

TEYSSIER, Paul (1982), *História da língua portuguesa,* trad. Celso Cunha, Lisboa, Sá da Costa.

THIERS, Jacques (1986), "Epilinguisme, élaboration linguistique et volonté populaire, trois supports de l'individuation sociolinguistique corse", *Languages*, 83, pp. 65-74.

VASCONCELLOS, José Leite de (1911), *Lições de Philologia Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1946), *Lições de Filologia Portuguesa, seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico*, Lisboa, Dinalivro.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar & Maria Albertina Mendes da LUZ (1980), *Gramática da Língua Portuguesa,* trad. Ana Maria Brito e Gabriela de Matos, Lisboa, Edições 70.

Os lemas em '-acção' e a base IV do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990

Francisco Miguel Valada*

Resumo

O presente artigo aborda e ilustra a função diacrítica da letra consonântica *c* nos lemas com terminação '-acção' (doravante, "lemas em '-acção'") na norma ortográfica do português europeu (PE). A Base IV, 1.º, b), do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 estipula que sejam eliminados o *c* e o *p* "nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua". Pretendemos mostrar a insustentabilidade grafémica da supressão da letra consonântica *c* nos lemas em '-acção', pois a sua função não é a de "consoante articulada"; nesses lemas, a letra *c* faz parte do grafema complexo (dígrafo) <ac>, tem função diacrítica (relativamente à prolação da letra vocálica precedente) e constitui elemento fundamental para a manutenção do padrão grafofonémico da ortografia portuguesa europeia.

Palavras-chave: Acordo Ortográfico; Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, grafema, Grafemática, ortografia

Abstract

The goal of this article is to discuss the diacritical function of the consonant letter *c* in lemmata ending in '-acção', according to the orthographic norm of European Portuguese. Article IV 1-b of the Orthographic Agreement of the

* Intérprete de Conferência junto das Instituições da União Europeia, domiciliado em Bruxelas, Bélgica. fmvalada@hotmail.com.

Portuguese Language (1990) decrees the suppression of consonant letters such as *c* and *p* when they are "silent letters", i.e. when they do not match any uttered sound in the standard language. We will show that the suppression of silent *c* in lemmata ending in '-acção' is inadequate for graphemic reasons, for *c* is part of the digraph <ac>; *c* has a diacritical function in respect to the oralization of *a*, and so it plays a fundamental role in the graphophonemic structure of the written European Portuguese.

Keywords: Graphematics; grapheme; Orthographic Agreement; Orthographic Agreement of the Portuguese Language (1990); orthography

Introdução

Com este artigo, pretendemos tornar públicos os resultados de parte da nossa investigação, relacionada com determinadas alterações preconizadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AO 90).

Pretendemos comprovar a função diacrítica da letra *c*, enquanto elemento do grafema complexo (dígrafo) < ac >, nos lemas em '-acção'. Por "função diacrítica da letra *c*", entendemos que esta letra consonântica tem função distintiva (própria), como a de um (sinal) diacrítico, exercendo a mesma função de marcação ortográfica de um acento, instruindo relativamente à não alteração do timbre da vogal *a* que a precede (cf. Martins, 2005: 126 e Castro & Duarte, 1987: 35).

Demonstramos a actual existência de uma Regra 1 sem excepções (< ac > ⇒ /a/, nos lemas em '-acção' em que *c* não tem valor fonético [k]) e de uma Regra 2 (< a > ⇒ /ɐ/, nos lemas em '-ação') com uma quantidade marginal de excepções (0,29%). Com a eliminação da letra *c*, enquanto elemento do grafema < ac > nos lemas em '-acção', ditada pela Base IV, 1.º, b), do AO 90 (v. *infra*), demonstramos o fim da Regra 1 e a sextuplicação das excepções à Regra 2 (1,74% = 6 x 0,29%).

Incidindo o nosso estudo sobre a supressão do dígrafo < ac >, no contexto preciso dos lemas em '-acção', não iremos analisar aqui a supressão de outros dígrafos em que, restringindo-nos à Base IV, 1.º, b), letras consonânticas com função relevante e de importante valor grafémico são eliminadas, alterando-se injustificadamente o padrão grafémico do português europeu (PE).

O Acordo Ortográfico de 1945 (AO 45) estipula, na sua Base VI, 1.º, a supressão de letras consonânticas que não sejam pronunciadas ou

que não tenham qualquer valor particular, ou seja, sem valor diacrítico e sem função de harmonização gráfica com formas afins (cf. Gonçalves, 1947: 25 [suplemento]).

Uma das alterações previstas para a ortografia do PE, após a aplicação do AO 90, é a supressão da letra *c* do grafema < ac > em lemas em '-acção'. [1]

Contrariamente à opção teórica de Rebelo Gonçalves, o AO 90, através da sua Nota Explicativa (NE), remete para um "critério fonético (ou da pronúncia)" a base teórica das alterações de conteúdo, que conduziram à "supressão de consoantes não articuladas" (cf. AR, 1991: 4383).

Não iremos aqui analisar as opções teóricas enunciadas na NE, pois isso extravasaria o âmbito do estudo que pretendemos apresentar. Contudo, impõem-se duas referências importantes, para que não se percam de vista os princípios de um sistema de escrita de base alfabética:

1 – Um sistema de escrita de base alfabética não se reduz a mera correlação entre fonemas e grafemas, pois, como exemplarmente nos recorda Emilia Ferreiro (1993: 98), enquanto se mantiver a ideia de que a alfabetização se limita à decifração do código das "correspondências grafofonéticas", passa-se ao lado da língua escrita, em toda a sua complexidade. [2] Por seu turno, Valle Arroyo (1984: 516, *apud* Pinto, 1994: 172) limita a conversão grafema-fonema ao estado pré-lexical, salientando que um leitor experiente passa do código visual ao semântico, não se aplicando na sua abordagem da leitura as regras de conversão grafema-fonema.

2 – Não se pode ignorar o princípio semiográfico, [3] um dos dois princípios que compõem um sistema de escrita de base alfabética, pois, como sublinham Riegel *et al.* (2009: 115), os grafemas remetem para aspectos gramaticais ou semânticos das palavras, sem corresponde-

---

[1] Neste artigo, referimo-nos exclusivamente a 'lemas' e não a 'palavras' ou 'unidades lexicais' porque nos reportamos unicamente às entradas de verbete da MorDebe, sendo o objecto da nossa análise a quantidade de entradas e não a sua categoria sintáctica, embora todas constituam lemas nominais. Por outro lado, não nos debruçamos sobre a existência de derivados de lemas em '-acção' (*e.g.* acção → accionar), com a mesma característica grafofonémica e afectados igualmente pelo AO 90.

[2] "[A]ussi longtemps qu'on continue à croire que l'alphabétisation consiste seulement à donner accès au code des correspondances grapho-phonétiques, on passe à côté de la langue écrite, dans toute sa complexité".

[3] Riegel *et al.* apresentam agora como semiográfico o princípio até 2007 designado como ideográfico. Apenas se altera a denominação do princípio, mantendo-se inalteradas as suas características. Esta nova denominação foi proposta por Fayol e Jaffré, 2008: 33-5.

rem necessariamente a fonemas, sendo este aspecto sublinhado pelas modernas teorias da leitura. [4]

A Base IV do AO 90 e o grafema < ac > nos lemas em '-acção'

A Base IV, 1.º, a) e b), do AO 90 estipula que:

> O *c*, com valor de oclusiva velar, das sequências interiores *cc* (segundo *c* com valor de sibilante), *cç* e *ct*, e o *p* das sequências interiores *pc* (*c* com valor de sibilante), *pç* e *pt*, ora se conservam, ora se eliminam.
>
> Assim:
>
> a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos nas pronúncias cultas da língua: *compacto*, *convicção*, *convicto*, *ficção*, *friccionar*, *pacto*, *pictural*; *adepto*, *apto*, *díptico*, *erupção*, *eucalipto*, *inepto*, *núpcias*, *rapto*;
>
> b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: *ação*, *acionar*, *afetivo*, *aflição*, *aflito*, *ato*, *coleção*, *coletivo*, *direção*, *diretor*, *exato*, *objeção*; *adoção*, *adotar*, *batizar*, *Egito*, *ótimo* (AR, 1991: 4372).

Tendo em conta que, dos 46 lemas em '-acção' (ver Tabela 1), constantes da base de dados MorDebe (ver Tabela 2), apenas no lema "impacção" se pronuncia o *c* da sequência interior *-cç-*, concluímos que 45 lemas são afectados pela aplicação da Base IV, 1.º, b), do AO 90, pois neles esse *c* é invariavelmente não pronunciado, sendo o lema "impacção" abrangido pela Base IV, 1.º, a), do AO 90.

Quer o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (DLPC), da Academia das Ciências de Lisboa, quer o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Casteleiro, 2009), da Porto Editora, o primeiro com organização e o segundo com coordenação científica do Professor João Malaca Casteleiro, confirmam, respectivamente, dois dados:

1. não existe prolação do *c* da sequência *-acç-* nestes 45 lemas, pois não ocorre prolação [aks]; [5]

[4] "Les graphèmes opèrent un renvoi global à des aspects grammaticaux ou sémantiques des mots, sans nécessairement correspondre à des phonèmes (ce qui soulignent les théories modernes de la lecture)» (Riegel *et al.*, 2009: 115).

[5] Quanto ao ponto 1, deixamos aqui uma nota, que não nos irá desviar do objecto do nosso estudo. A ocorrência do lema "impacção", tal como mencionamos *infra* (n. 8), não se enquadra no âmbito específico do nosso estudo. Contudo, o seu tratamento no âmbito do AO 90

2. o *c* da sequência *-acç-* destes lemas é suprimido.

Todos os 45 lemas em '-acção', constantes da base de dados MorDebe, em que o *c* não tem valor de oclusiva velar, têm vogal pretónica aberta [a] (ver Tabela 1).

Não existem excepções a esta regra. Chamemos-lhe Regra 1.

Dos 3052 lemas do PE em '-ação', constantes da base de dados MorDede, apenas 9 (nove) têm vogal pretónica aberta [a], segundo a transcrição fonética do DLPC:

colação
deflação
delação
desinflação
dilação
estagflação
hiperinflação
ilação
inflação

Estes nove lemas [6] constituem, portanto, um número extremamente reduzido de excepções a um padrão grafémico muito abrangente e estável e correspondem a 0,29% do total de lemas em '-ação' (ver Tabela 1).

---

merece-nos um comentário. Os lemas "impação" e "impacção" não ocorrem no contexto da grafia dupla, pois "impação" significa o acto ou efeito de "impar", enquanto "impacção" significa o acto ou efeito de "impactar" (cf. ABL, 2009: 450 e Teixeira, 2004: 837), embora a simples listagem, sem explicações adicionais, possa conduzir a dúvidas por parte dos consulentes (cf. Casteleiro, 2009: 332), uma vez que se trata de terminologia não comummente usada, como se pode inferir da sua ausência de listas lexicais de referência (*e.g.* CLUL, 2000). Deste modo, é difícil subscrever a proposta de "impação" para a "ortografia nova" de "impacção", na "variante brasileira", como apresentam Janssen *et al.* (2008: 90) e a MorDebe. A grafia "impacção" é a prescrita pela norma ortográfica do português do Brasil para o "ato de impactar" (ABL, 2009: 450).

[6] Os nove lemas que aqui apresentamos reportam-se exclusivamente à transcrição fonética do DLPC. No entanto, impõe-se que aqui recordemos a referência da NE à palavra "oblação", como pertencendo ao grupo de palavras "com vogal pré-tónica aberta" (AR, 1991: 4384) e a transcrição fonética de "translação", segundo o Grande Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora (Teixeira, 2004: 1520), que sanciona [a].

A regra de correspondência grafofonémica que os lemas em '-ação' exibem quanto à prolação da vogal pretónica apresenta, portanto, uma "fiabilidade" de 98,71%. Chamemos-lhe Regra 2.

Pela aplicação da Base IV do AO 90, a Regra 1 deixará de existir: em vez de 3052 lemas em '-ação' passaremos a ter 3097. Destes, 3043 (98,26%) têm vogal pretónica fechada (média baixa) [ɐ] e 54 (1,74%) têm vogal pretónica aberta (baixa) [a] (ver Tabela 1).

O número de excepções à Regra 2 será, portanto, sextuplicado. É, certamente, um aumento não desprezável (para não dizer exponencial) das excepções à Regra 2.

Os dados confirmam que o *c* tem valor diacrítico, que se manifesta na oralização da vogal pretónica a que corresponde o grafema complexo (dígrafo) <ac>; de facto, a ausência de *c* corresponde regular e previsivelmente a uma realização fechada da vogal pretónica a que corresponde o grafema simples <a>, excepto em exemplos cujo número é reduzido.

Confirma-se a base grafémica da disposição de Rebelo Gonçalves (não sancionada nem pela NE, nem pelo AO 90), quando, ao determinar a conservação de letras consonânticas (como o *c* após a vogal *a*) — na "possibilidade de num dos dois países [Portugal e Brasil] exercerem influência na vogal precedente" (Gonçalves, 1947: 26 [suplemento]) — menciona, entre outros, o exemplo de "acção".

Justifica-se, desta forma, a manutenção da letra consonântica *c*, enquanto elemento do grafema < ac >, nos lemas em '-acção', uma vez que a sua supressão acarretará maior opacidade grafémica da ortografia face ao sistema fonológico do PE (pela supressão de grafemas com função relevante).

A existência da vogal pretónica aberta [a] em formas deste tipo (e noutras, como 'caveira', 'padeiro', 'invasão') constitui excepção lexicalmente marcada ao chamado 'Processo do Vocalismo Átono (PVA)' (cf. Castro & Duarte, 1987: 34-5, Mateus, 2003: 1010-7, Emiliano, 2009: 29). Tal como nos diz Maria Raquel Delgado Martins, "existem excepções a esta regra [regra geral do sistema vocálico do português, em que ocorre a redução vocálica], isto é, onde a vogal átona não é reduzida" (Martins, 2005: 126). A função do dígrafo <ac> é justamente a de marcar o carácter fonológico excepcional desses lemas no PE.

No português do Brasil (PB), a situação é completamente distinta, pelo simples facto de o PVA ter incidência lexical mais restrita, confinando-se às vogais finais. Ou seja, e em termos mais precisos, em posição pretónica as vogais átonas médias do PB não sofrem o mesmo grau de fechamento que as vogais átonas do PE e o fonema vocálico baixo /a/ permanece inalterado.

Pela aplicação do "critério fonético (ou da pronúncia)" da NE — que resulta na supressão de *c* e na concomitante eliminação do dígrafo <ac>, conduzindo a alterações grafémicas que não têm em conta um aspecto específico e diferenciador da fonologia do PE — a Regra 1 desaparece e a Regra 2 adquire um número significativamente maior de excepções. Estes factos não podem deixar de ter consequências ao nível da aprendizagem da ortografia do PE por crianças euro-luso-falantes ou por aprendentes do PE como L2.

Um outro facto, que decorre da supressão do *c* nos lemas em '-acção', é a criação de homografias, cujo provável carácter polissémico e cuja subsequente ambiguidade fonética aqui não nos compete analisar, pois extravasam o âmbito do presente estudo. As duas homografias são *coação* e *fação*. Sublinhamos apenas o facto de não constituírem homonímias totais, dado que a prolação do *a* pretónico difere, consoante nos estejamos a referir ao substantivo correspondente ao verbo "coar" ou ao substantivo correspondente ao verbo "coagir", ou aludamos ao substantivo correspondente a um grupo de indivíduos partidários de uma causa comum ou a uma localidade do concelho de Sintra. Obviamente, neste último caso, o <f> inicial, minúsculo na primeira situação e maiúsculo na segunda, desambiguará semanticamente, mas a ambiguidade na prolação do *a* pretónico é previsível.

Apresentação dos dados

Apresentamos de seguida alguns dados quantitativos, relevantes para a análise desta questão (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1. Comparação numérica e percentual entre lemas em '-acção' e '-ação', à luz do AO 45 e do AO 90.

AO 45				AO 90			
'-ação'		'-acção'		'-ação'		'-acção'	
3052 lemas		45 lemas		3097 lemas (3052+45)		0 lemas	
[ɐ]	[a]	[ɐ]	[a]	[ɐ]	[a]	[ɐ]	[a]
3043	9	0	45	3043	54	n.a.	n.a.
Regra (%)	Excepção (%)	Excepção (%)	Regra (%)	Regra (%)	Excepção (%)	Excepção (%)	Regra (%)
99,71	**0,29**	0	100	98,26	**1,74**	n.a.	n.a.

Tabela 2. Lemas em '-acção', segundo a norma do AO 45 e respectivas quantidades de ocorrência na MorDebe e a sua nova forma ortográfica, à luz do AO 90 (de acordo com Casteleiro, 2009). [7]

Ref.	#	Lema (AO 45)	*c* ⇒ /k/	<ac> ⇒ /ɐ/	<ac>⇒ /a/	Lema (AO 90)
1	45116	ab-reacção	Não	Não	Sim	ab-reação
2	48130	abstracção	Não	Não	Sim	abstração
3	103212	acção	Não	Não	Sim	ação
4	84700	arefacção	Não	Não	Sim	arefação
5	31488	atracção	Não	Não	Sim	atração
6	76458	birrefracção	Não	Não	Sim	birrefração
7	21421	calefacção	Não	Não	Sim	calefação
8	58366	coacção	Não	Não	Sim	coação
9	17964	contra-reacção	Não	Não	Sim	contrarreação
10	6576	contracção	Não	Não	Sim	contração
11	17479	contrafacção	Não	Não	Sim	contrafação
12	85603	cutirreacção	Não	Não	Sim	cutirreação

[7] Excluímos três lemas em '-acção', reconhecidos pela MorDebe, pois dois deles têm a referência "Brasil" ("liqüefacção" e "transacção") e num terceiro, já mencionado *supra* ("impacção"), existe prolação da letra consonântica *c*. Excluímo-los desta lista, pois remeto-nos exclusivamente a lemas em '-acção' que preencham duas condições: pertencerem à norma PE e inserirem-se no grupo denominado pelo AO 90 de palavras com "consoantes não articuladas".

Ref.	#	Lema (AO 45)	*c* ⇒ /k/	<ac> ⇒ /ɐ/	<ac>⇒ /a/	Lema (AO 90)
13	49173	descontracção	Não	Não	Sim	descontração
14	69550	detracção	Não	Não	Sim	detração
15	122061	difracção	Não	Não	Sim	difração
16	105636	distracção	Não	Não	Sim	distração
17	82285	efracção	Não	Não	Sim	efração
18	37479	estupefacção	Não	Não	Sim	estupefação
19	112829	exacção	Não	Não	Sim	exação
20	58563	extracção	Não	Não	Sim	extração
21	72755	facção	Não	Não	Sim	fação
22	117520	fracção	Não	Não	Sim	fração
23	71197	imputrefacção	Não	Não	Sim	imputrefação
24	114210	imunorreacção	Não	Não	Sim	imunorreação
25	78249	inacção	Não	Não	Sim	inação
26	92272	infracção	Não	Não	Sim	infração
27	91684	interacção	Não	Não	Sim	interação
28	60135	liquefacção	Não	Não	Sim	liquefação
29	87304	madefacção	Não	Não	Sim	madefação
30	54064	obstupefacção	Não	Não	Sim	obstupefação
31	10382	olfacção	Não	Não	Sim	olfação
32	20471	putrefacção	Não	Não	Sim	putrefação
33	17502	rarefacção	Não	Não	Sim	rarefação
34	8339	reacção	Não	Não	Sim	reação
35	52659	redacção	Não	Não	Sim	redação
36	13687	refracção	Não	Não	Sim	refração
37	60188	retracção	Não	Não	Sim	retração
38	79700	retroacção	Não	Não	Sim	retroação
39	52660	retrotracção	Não	Não	Sim	retrotração
40	81475	rubefacção	Não	Não	Sim	rubefação
41	105074	subtracção	Não	Não	Sim	subtração
42	7869	torrefacção	Não	Não	Sim	torrefação
43	61704	tracção	Não	Não	Sim	tração
44	49960	transacção	Não	Não	Sim	transação
45	114782	tumefacção	Não	Não	Sim	tumefação

Conclusão

Concluímos que a Base IV do AO 90, através da prescrita supressão de uma letra consonântica, opera uma obliteração não razoada de um grafema complexo, não sendo considerada a especificidade da norma do PE, em que determinadas letras consonânticas têm função diacrítica em posição pós-vocálica.

Acresce que esta supressão fomenta uma menor fiabilidade do sistema ortográfico do PE, desfazendo um padrão grafémico estável e opacificando a ortografia, ao tornar menos estável a descodificação grafema-fonema (cf. Rey & Sabater, 2008: 28), ao contribuir para a irregularidade na relação entre fonema e grafema (cf. Fayol & Jaffré, 2008: 32) e, em última análise, ao ignorar a função semântica do grafema na relação com lemas derivados (*e.g.* acção → accionar), que exibem a mesma característica grafofonémica e são igualmente afectados pelo AO 90.

Embora o número de frequências tenha uma fiabilidade maior quando analisado em termos de ocorrências em texto (trabalho que desenvolvemos actualmente, com resultados em fase de conclusão), as frequências em *corpora* merecem igualmente uma menção, não sendo despiciendo o número de frequências de lemas em '-acção'. Referimo-nos ao Léxico Multifuncional Computorizado do Português Contemporâneo (CLUL, 2000), onde em oito (8) lemas o número de frequências é superior a cem (100), sendo de distinguir "acção" (3059), "reacção" (741) e "redacção" (364), e ao *Corpus do Português* (Davies & Ferreira, 2006), onde nove (9) lemas têm mais de cem (100) ocorrências, sendo de salientar "acção" (2153) e "reacção" (640).

Considerando que um instrumento ortográfico tem a função de criar regras e não de aumentar nem criar excepções a regras, sublinhamos que a supressão diacrítica nos exemplos por nós apreciados leva ao aumento das excepções a uma regra (Regra 2) e à eliminação de uma regra sem excepções (Regra 1).

Outras disposições de natureza e âmbito grafémicos (similar ou distinto), que decorrem das opções do AO 90, apresentam previsíveis consequências negativas para a ortografia da norma PE. Contudo, por constituírem matéria sobre a qual ainda nos debruçamos, com resultados que ainda não nos encontramos em condições de apresentar, seria prematuro mencioná-las aqui em pormenor e remetemos a sua apresentação para trabalhos futuros.

Referências

Abl (Academia Brasileira de Letras) (2009), *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, 5.ª Ed., São Paulo, Global.

Ar (Assembleia da República) (1991), "Resolução da Assembleia da República n.º 26/91", *Diário da República* (1.ª série-A —N.º 193), 23 de Agosto, pp. 4370-88.

Casteleiro, João Malaca (org.) (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea,* Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2 Volumes.

Casteleiro, João Malaca (orientação científica) (2009), *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora.

Castro, Ivo e Duarte, Inês, "Comentário do Acordo" (1987), in Ivo Castro *et al.* (org.), *A Demanda da Ortografia Portuguesa: Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*, 2.ª ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa.

Clul (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa) (2000), *Léxico Multifuncional Computorizado do Português Contemporâneo*, disponível em http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_lmcpc.php (consultado em 14/12/2009).

Davies, Mark e Ferreira, Michael (2006-), *Corpus do Português (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX)*, disponível em http://www.corpusdoportugues.org (consultado em 15/01/2010).

Emiliano, António (2009), *Fonética do Português Europeu – Descrição e Transcrição*, Lisboa, Guimarães Editores.

Fayol, Michel e Jaffré, Jean-Pierre (2008), *Orthographier*, Paris, PUF.

Ferreiro, Emilia (1993), "Psycholinguistique et conceptualisation de l'écrit", in J.M. Besse *et al.* (dir.) (1993), *L'illettrisme en questions*, Lyon, PUL, pp. 89-99.

Gonçalves, Francisco Rebelo (1947), *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*, Coimbra, Atlântida.

Janssen, Maarten (org.) *et al.* (2008), *Ortografia em Mudança – Vocabulário – as palavras que mudam com o Acordo Ortográfico*, Lisboa, ILTEC e Caminho.

Martins, Maria Raquel Delgado (2005), *Ouvir Falar – Introdução à Fonética do Português*, 4.ª ed., Lisboa, Caminho [1988].

Mateus, Maria Helena Mira (2003), "Fonologia", in *Idem et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, 7.ª ed., Lisboa, Caminho, pp. 987-1033.

MorDebe, *uma Base de Dados Morfológica de Português*, disponível em http://www.portaldalinguaportuguesa.org/ (consultado em 05/12/2009). [8]

Pinto, Maria da Graça L. Castro (1994), "A Ortografia numa perspectiva psicolinguística", in *Idem, Desenvolvimento e Distúrbios da Linguagem*, Porto, Porto Editora, pp. 151-178.

Rey, Véronique e Sabater, Carine (2008), *Écriture*, *orthographe*, *dysorthographie*, Aix-en-Provence, PUP.

Riegel, Martin *et al*. (2009), *Grammaire Méthodique du Français*, 7e Éd., Paris, PUF.

Teixeira, Graciete (dir. ed.) (2004), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora.

Valle Arroyo, Francisco (1984), "The importance of grapheme-to-phoneme conversion rules in beginning readers", in R.N. Malatesha e H.A. Whitaker (orgs.). *Dyslexia: a Global issue*, The Hague, Boston, Lancaster, Martinus Nijhoff Publishers, pp. 511-516.

[8] Após reformulação levada a cabo pelo ILTEC na base de dados MorDebe, em Fevereiro de 2010, terminou a possibilidade de consulta pública nessa base dos lemas conformes à norma do AO 45. Solicitámos ao ILTEC, para futura comprovação da fiabilidade do nosso estudo, os dados da ortografia segundo o AO 45, conforme se encontravam quando demos por terminada esta parte da nossa investigação (Dezembro de 2009). Foram-nos gentilmente facultadas listas pelo ILTEC (devemos um agradecimento muito especial a José Pedro Ferreira), sob condição de transcrição da mensagem que se segue, em que "limitada e desatualizada" [sic] e "atual" [sic] significam tão-somente AO 45 e AO 90, excluindo-se qualquer outra leitura, uma vez que, à data em que as listas nos foram enviadas (09/04/2010), o Diário da República continuava a ser redigido segundo a norma do AO 45: "Este documento foi produzido com a única intenção de servir de base a um trabalho em elaboração por Francisco Miguel Valada até junho [sic] de 2010, não sendo autorizada qualquer outra sua utilização. Os dados aqui representados constituem uma parcela limitada e desatualizada [sic] da base de dados MorDebe (a versão atual [sic] pode ser consultada em http://www.portaldalinguaportuguesa.org). Em qualquer utilização destes dados deve ser referida a sua fonte reproduzindo esta mensagem. A equipa do Portal da Língua Portuguesa, ILTEC, fevereiro [sic] de 2010".

Sintaxe e prosódia na organização da estrutura frasal do português: um estudo da distribuição sintática entre advérbios e complementos[1]

Gabriel de Ávila Othero[*]

Abstract
In this article, we show how an optimality theoretical approach allows us to review some issues traditionally conceived as exclusively syntactic, such as the variation of word order in verb phrases in Portuguese. From an optimality theoretical point of view, we propose three constraints that can explain the distribution of nuclear accent of the sentence and the distribution of light elements inside the verb phrase: **FocStress**, **AlignFoc** e **Minimal Rhythmic Complexity**.

Keywords: Word order; Focus; Information Structure; Optimality Theory.

Resumo
Em nosso trabalho, mostraremos como uma abordagem otimalista permite rever questões tradicionalmente concebidas como exclusivamente sintáticas, como questões relativas à variação da ordem de palavras no sintagma verbal em português. A partir de uma abordagem otimalista, propomos três restrições que podem explicar a distribuição do acento nuclear da frase e a distribuição de elementos leves dentro do sintagma verbal: **AcentueFoco**, **AlinheFoco** e **Complexidade Rítmica Mínima**.

Palavras-chave: Ordem de palavras; Foco; Estrutura Informacional da Frase; Teoria da Otimidade.

[*] Mestre e Doutor em Letras, área de Linguística Aplicada, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Pós-Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. gab.othero@gmail.com

[1] O presente trabalho é parte do projeto "Estrutura sintagmática em Teoria da Otimidade: interação de condições gramaticais na organização da sentença em português", processo n. 505331/2008-0 do CNPq. Agradeço os comentários e sugestões dos dois pareceristas anônimos que avaliaram este artigo. Agradeço também a Sérgio de Moura Menuzzi e Maria Cristina Figueiredo Silva por muitas das ideias que foram desenvolvidas aqui.

Introdução

Neste artigo, veremos alguns mecanismos que atuam na ordenação de elementos, como complementos e adjuntos, dentro do sintagma verbal (VP) em português brasileiro (PB). Apresentaremos três restrições para explicar a relação entre a atribuição de acento nuclear da sentença e o ordenamento de elementos leves e pesados dentro do VP em português. Em nossas análises, adotamos a Teoria da Otimidade (TO), que nos permite colocar em pé de igualdade condições de natureza sintática, prosódica e de estrutura informacional da frase que atuam sobre o fenômeno da distribuição dos elementos dentro do VP em português. O artigo é uma reanálise dos dados tratados em Othero & Menuzzi (2009), com base na continuação da investigação original e nos comentários críticos e pertinentes que recebemos de colegas sobre a leitura do texto.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na primeira seção, apresentaremos a arquitetura básica da TO e algumas de suas ideias centrais. Na segunda seção, mostraremos as três restrições (duas relativas à estrutura informacional da frase e uma de natureza prosódica) que podem explicar, de maneira econômica e relativamente bem motivada, a variação de ordem entre os advérbios e os complementos do verbo dentro do VP, além da distribuição do acento nuclear da frase quando temos elementos leves dentro do VP em PB. Finalmente, na última seção, faremos algumas considerações finais sobre as ideias que apresentamos aqui.

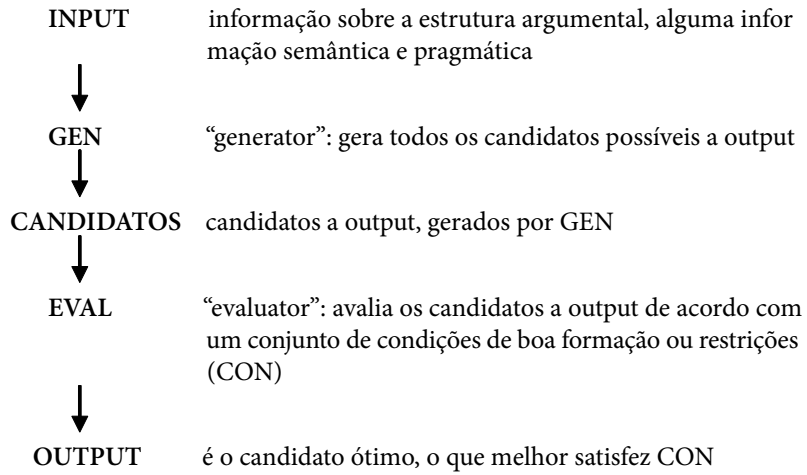
1 Teoria da Otimidade[2]

A Teoria da Otimidade é uma teoria recente de base gerativa que difere substancialmente da tradição gerativa derivacional por enfatizar o caráter representacional das restrições gramaticais (cf. Prince & Smolensky 1993, McCarthy & Prince 1993). Uma das grandes inovações da TO é que ela é essencialmente uma formalização da ideia de gramática como instrumento de resolução de conflitos entre princípios gramaticais. Essa concepção garante que as condições gramaticais sejam avaliadas simultaneamente, em paralelo – sem isso, não há conflito entre condições. Uma consequência natural da teoria é que não é necessário conceber a relação entre os diferentes componentes da gramática – léxico, morfolo-

[2] Adaptamos esta seção de Othero & Menuzzi (2009).

gia, sintaxe, semântica, prosódia – como sendo linear ou sequencial ou, ainda, de *input-output*; essa relação pode ser simplesmente paralela, com atuação simultânea de diferentes componentes sobre as mesmas representações. É em virtude dessa atuação simultânea que as condições de diferentes componentes da gramática podem entrar em conflito entre si. Em sintaxe TO, comumente é assumido que o *input* contém uma representação do "conteúdo proposicional" de uma sentença – i. e., informação especificando os predicadores da frase, seus argumentos, etc. –, assim como alguma informação de natureza pragmática, como a função discursiva dos diferentes elementos do conteúdo proposicional (por exemplo, qual argumento é o "tópico" da frase; qual o "foco", etc.).[3]

Abaixo, apresentamos um modelo esquemático da arquitetura básica da TO.[4]



Eval é o mecanismo que seleciona o melhor candidato entre todos os candidatos gerados por **Gen**, através da avaliação de cada candidato de acordo com um conjunto de restrições **violáveis** e **universais** que são ran-

[3] Cf. Bresnan (1996), Grimshaw (1997) e Kuhn (2003), por exemplo.

[4] O esquema abaixo foi adaptado de McCarthy (2002: 10).

queáveis na gramática particular da língua. O candidato que incorrer em menos violações a essas restrições, ou que violar restrições mais baixas na hierarquia da língua, será escolhido como o candidato ótimo ou gramatical.

As restrições são condições universais que regem diferentes aspectos da boa formação das expressões. Elas atuam de forma paralela e podem, portanto, ser de componentes gramaticais distintos, o que permite que entrem em conflito uma com a outra. Uma restrição pode ser violada, desde que essa violação seja necessária para que outra restrição conflitante mais alta na hierarquia da língua seja satisfeita.

Suponhamos, por exemplo, que a gramática da língua L apresente um conjunto de princípios universais tais como C_1, C_2 e C_3 que atuam sobre determinado fenômeno. A gramática da língua L organiza essas condições de acordo com a seguinte hierarquia: $\mathbf{C_1 >> C_2 >> C_3}$.

Suponha que tenhamos três candidatos a output: A, B e C. Podemos avaliá-los utilizando o seguinte tableau:

Tableau 1

Candidatos	C_1	C_2	C_3
A	*!		
B		*!	*
☞**C**			*

O tableau deve ser lido como segue: as restrições C_1, C_2 e C_3 estão apresentadas de maneira hierárquica, obedecendo ao ranking $\mathbf{C_1 >> C_2 >> C_3}$. O sinal ☞ aponta o candidato ótimo, aquele que melhor satisfez CON e que será gerado como output. O asterisco significa uma violação a uma condição; o ponto de exclamação marca uma violação fatal. Finalmente, os campos sombreados do tableau representam violações que não são relevantes para a escolha do candidato ótimo.[5]

[5] Para uma introdução à TO, cf. Archangeli (1997), Costa (2001a), McCarthy (2002), Cristófaro-Silva (2003), Schwindt (2005) entre outros. Para uma introdução informal à TO, cf. Dresher (1996) e Othero (2009).

Para a língua L em questão, o candidato ótimo será C, pois ele viola apenas a restrição gramatical mais baixa na hierarquia da língua. Ainda que ele tenha violado uma das condições (C_3), ele satisfez duas outras restrições mais importantes na hierarquia (C_1 e C_2). Os demais candidatos violaram condições mais altas na hierarquia e, por isso, foram descartados: o candidato A violou apenas uma restrição, mas foi a restrição mais alta na hierarquia (C_1); o candidato B violou duas restrições (C_2 e C_3).

As duas ideias centrais da TO são, portanto, (i) que as condições gramaticais são **violáveis** e **ranqueáveis**; e (ii) que os candidatos ótimos não necessariamente satisfazem **todas** as restrições gramaticais.

2 Restrições atuantes na distribuição de elementos leves dentro do VP e sua relação com o acento nuclear

Iremos propor aqui três restrições para lidar com o fenômeno da variação posicional entre complementos e adjuntos dentro do VP e sua relação com a atribuição de acento nuclear da sentença. Duas restrições dizem respeito a propriedades de estrutura informacional da frase e uma restrição lida com sua prosódia. Abaixo, apresentamos as três restrições. Em seguida, mostraremos análises com elas.

> (1) **AcentueFoco**: o foco informacional deve ser marcado pelo acento mais proeminente da sentença.
>
> (2) **AlinheFoco**: um constituinte que é foco informacional deve ocupar a posição mais à direita da frase.
>
> (3) **Complexidade Rítmica Mínima (CompMin)**: todo sintagma fonológico deve ser minimamente ramificado (prosodicamente).[6]

A restrição em (1) é uma restrição de interface entre marcação acentual e função de foco informacional. Ela reflete princípios já bastante conhecidos acerca da relação entre foco e realce prosódico do enunciado; cf., por exemplo, os trabalhos de Jackendoff (1972), Selkirk (1984), Erteschik-Shir & Lappin (1993), Reinhart (2003), Truckenbrodt (2005), Erteschik-Shir (2007).

[6] Restrição proposta por Menuzzi & Mioto (2006: 11).

A restrição em (2) diz respeito à posição que um constituinte focalizado ocupa na frase. Ela é baseada no princípio de organização sintática da frase em sua relação com a organização de sua estrutura informacional. É sabido que, em frases assertivas[7], as línguas tendem a organizar sintaticamente os elementos TÓPICO – FOCO (grosso modo, informação velha – informação nova) da esquerda para a direita (em TO, há restrições que exprimem esse princípio nos trabalhos de Grimshaw & Samek-Lodovici 1995, 1998, Costa 2001b, entre outros)[8].

Finalmente, a restrição em (3) baseia-se no fato de que as línguas, de maneira geral, não favorecem, como sintagmas fonológicos e autônomos, elementos que sejam "leves", i.e., que não sejam ramificados prosodicamente. Restrições – ou princípios – como essas são comuns em trabalhos de teoria prosódica ou fonológica. Em TO, por exemplo, encontramos as restrições semelhantes Parse-Syll (toda sílaba pertence a um pé silábico) e Ft-Bin (os pés silábicos são constituídos de duas sílabas), apresentadas em McCarthy & Prince (1994), além da restrição Binary Minimum(MaP) (um sintagma maior deve consistir ao menos de dois sintagmas menores/acentuados), proposta por Selkirk (2000)[9]. Como dissemos, princípios como esses são já bem conhecidos em estudos de prosódia: eles seguem linha semelhante ao Princípio de Licenciamento Prosódico, proposto em já em Itô (1986), de acordo com o qual as unidades prosódicas de um determinado nível devem estar associadas a estruturas prosódicas em níveis superiores.

---

7 Sobre o alinhamento sintático do constituinte focalizado em sentenças interrogativas com elementos-*wh*, cf. Menuzzi & Othero (2009).

8 Repare que não há uma relação entre as restrições **AcentueFoco** e **AlinheFoco**; elas são de naturezas distintas e estão presentes nas gramáticas das línguas por diferentes motivos. Não acreditamos (como Costa 1998 e Cinque 1993, por exemplo) que um constituinte **deva** ser movido para a posição mais encaixada da frase para receber o acento mais proeminente. Cf., a esse respeito, Othero & Menuzzi (2009, 2010), em que discutimos mais profundamente a questão.

9 Em Selkirk (2000:244): "A major phrase must consist of at least two minor/accentual phrases". Agradeço a um dos pareceristas anônimos por me apontar a restrição de Selkirk.

Vejamos algumas análises com essas restrições. Comecemos com as frases (4) e (5), que apresentam variação da posição do advérbio monossilábico dentro do VP:

(4) A: Que língua o João fala bem?

B: a) O João fala bem INGLÊS.

b) ? O João fala INGLÊS bem[10].

c) # O João fala BEM inglês.

d) # O João fala inglês BEM.

(5) A: O João morou na Austrália por dois anos.

B: Como é que ele fala inglês?

A: a) # Ele fala bem INGLÊS.

b) # Ele fala INGLÊS bem.

c) ? Ele fala BEM inglês.

d) Ele fala inglês BEM.

Em termos de segmentação prosódica, repare como o advérbio monossilábico pode se unir ao constituinte verbal, formando os seguintes sintagmas fonológicos[11]:

(6) O João fala inglês BEM.

[O Joáo]Φ [fála inglês BEM]Φ

A representação em (6) é a representação prosódica preferencial, ao invés de, por exemplo, outras possíveis representações, como em (7):

[10] O ponto de interrogação (**?**) indica que a frase não é a mais natural, mas é aceitável, no contexto; os dois pontos de interrogação (**??**) marcam uma frase pouco natural, talvez inaceitável, no contexto; o sinal **#** marca uma frase inaceitável no contexto.

[11] As análises prosódicas das frases que apresentaremos aqui seguem Menuzzi & Mioto (2006), que adotaram teoria da hierarquia prosódica de Nespor & Vogel (1986).

(7a) ? O João fala inglês BEM.

[O Joáo]Φ [fála inglês]Φ [BEM]Φ

(7b) ?? O João fala inglês BEM.

[O Joáo]Φ [fála]Φ [inglés]Φ [BEM]Φ

(7c) # O João fala inglês BEM.

[O Joào fála]Φ [inglès BEM]Φ

A melhor representação, em (6), se justifica porque o NP leve [inglês] pode ser integrado ao sintagma fonológico do verbo, fazendo com que o advérbio passe a integrar o sintagma fonológico formado por verbo e complemento, formando, assim, a estrutura que apresentamos em (6)[12].

Vejamos as análises dessas frases[13].

Tableau 2. Que língua o João fala bem? – Foco no complemento

	AcentueFoco	CompMin	AlinheFoco
☞ a. Ele fala bem INGLÊS			
b. Ele fala INGLÊS bem			*!
c. Ele fala BEM inglês	*!		
d. Ele fala inglês BEM	*!		*

[12] No entanto, julgamos relevante registrar aqui uma das observações de um dos pareceristas anônimos: "A restrição **CompMin** deve ser qualificada na sua aplicação. A literatura sobre prosódia mostra que o acento de foco pode constituir uma forma equivalente de legitimar sintagmas fonológicos".Esse é um ponto que merecerá nossa atenção na continuidade de nossos trabalhos sobre o tema.

[13] Para não sobrecarregar a leitura dos tableaux 3 e 4, entenda-se que a segmentação prosódica dos candidatos a output são aquelas que apresentamos em (6), ou seja, com o advérbio formando um sintagma fonológico juntamente com o verbo e com o complemento: [fala inglês bem]Φ. Nenhum dos candidatos vai violar, portanto, a restrição **CompMin**.

Tableau 3. Como é que o João fala inglês? – Foco no adjunto

	AcentueFoco	CompMin	AlinheFoco
a. Ele fala bem INGLÊS	*!		*
b. Ele fala INGLÊS bem	*!		
c. Ele fala BEM inglês			*!
☞ d. Ele fala inglês BEM			

No tableau 2, o melhor candidato é o candidato (a), que não viola nenhuma das três restrições propostas. O candidato (b), curiosamente o segundo candidato em termos de graus de aceitabilidade, é o segundo melhor candidato, já que ele viola apenas uma restrição, justamente a mais baixa do *ranking* (**AlinheFoco**). Os candidatos (c) e (d), claramente inaceitáveis no contexto, violam a hierarquia mais alta do *ranking* (**AcentueFoco**); o candidato (d), além disso, também viola a restrição mais baixa.

No tableau 3, acontece o inverso: o candidato ótimo é (d), que não viola nenhuma das restrições propostas. Novamente, de maneira curiosa, o candidato pouco aceitável (c) viola apenas a restrição mais baixa no *ranking*, enquanto os candidatos (a) e (b), claramente inaceitáveis, violam a restrição mais alta na hierarquia da língua (**AcentueFoco**); o candidato (a) também viola a restrição mais baixa.

A hierarquia das restrições que estamos propondo para o português é, portanto, a seguinte:

AcentueFoco >> **CompMin** >> **AlinheFoco**.

Vejamos a análise de frases com sintagmas preposicionais (PPs) e com sintagmas nominais complexos.

(8) O João andava meio doente. Como é que ele saiu da aula ontem?

a. Ontem o João saiu BEM da aula.

b. ? Ontem o João saiu da aula BEM.

c. # Ontem o João saiu DA AULA bem.

d. # Ontem o João saiu bem DA AULA.

(9) A: É verdade que o João só aprendeu inglês na escola pública?

B: a. Sim, mas posso te garantir que ele fala BEM o inglês que ele aprendeu na escola.

b. ?? Sim, mas posso te garantir que ele fala o inglês que ele aprendeu na escola BEM.

Tableau 4. Como é que o João saiu da aula ontem? – Foco no adjunto

	AcentueFoco	CompMin	AlinheFoco
☞ a. Ele saiu BEM da aula			*
b. Ele saiu da aula BEM		*!	
c. Ele saiu DA AULA bem[14]	*!	*	
d. Ele saiu bem DA AULA	*!		*

Tableau 5. É verdade que o João só aprendeu inglês na escola pública? – Foco no adjunto

	AcentueFoco	CompMin	AlinheFoco
☞ a. Ele fala BEM o inglês que aprendeu na escola			*
b. Ele fala o inglês que aprendeu na escola BEM		*!	

No tableau 4, o candidato ótimo é (a), ainda que ele esteja violando a restrição **AlinheFoco**. Repare que essa restrição é violada para que a restrição **CompMin**, mais baixa na hierarquia, possa ser respeitada. Repare ainda que o candidato (b) viola a restrição **AlinheFoco** para respeitar **CompMin**. Como esta é mais importante do que aquela no *ranking* do português, o candidato (b) é descartado. Os candidatos (c) e (d) violam a restrição mais alta na língua e, por isso, são descartados.

O tableau 5 traz novamente o contraste entre dois candidatos que diferem na violação das restrições **AlinheFoco** e **CompMin**. Como

[14] Os candidatos (b) e (c) apresentam a seguinte segmentação prosódica, respectivamente: [O João]Φ [saiu da aula]Φ [BEM]Φ e [O João]Φ [SAIU DA AULA]Φ [bem]Φ. Por isso, ambos violam a restrição **CompMin**.

o ranqueamento que propusemos em português é o que apresentamos nos tableaux acima (AcentueFoco >> CompMin >> AlinheFoco), o candidato (a) é o candidato ótimo. Aliás, se nossas restrições estiverem adequadas e a organização do ranking estiver correta, poderemos explicar ainda mais um fato concernente ao comportamento da ordenação de elementos dentro do VP. Podemos explicar formalmente por que os **elementos leves**, **de maneira geral**, preferem ficar próximos ao núcleo, como nos VPs com um NP pesado seguido de advérbio monossilábico ou com advérbios fonologicamente complexos que são modificadores de VPs com objetos "leves", como mostramos em (10).

(10) A: O João morou na Austrália por dois anos.
B: Como é que ele fala inglês?
A: a) # Ele fala perfeitamente INGLÊS.
b) # Ele fala INGLÊS perfeitamente.
c) ? Ele fala PERFEITAMENTE inglês.
d) Ele fala inglês PERFEITAMENTE.

Vejamos essa análise no tableau abaixo:

Tableau 6. Como é que o João fala inglês? – Foco no adjunto

	AcentueFoco	CompMin	AlinheFoco
a. Ele fala perfeitamente INGLÊS	*!		*
b. Ele fala INGLÊS perfeitamente	*!		
☞ c. Ele fala inglês PREFEITAMENTE			
d. Ele fala PERFEITAMENTE inglês			*!

No tableau 6, o candidato ótimo é (c), que respeita todas as restrições propostas. O candidato (d), curiosamente um candidato aceitável mas não ótimo, viola apenas a restrição mais baixa no *ranking*. Os can-

didatos (a) e (b) violam a restrição mais alta – além disso, o candidato (a) também viola a restrição mais baixa.

Nos tableaux 5 e 6, vemos que a hierarquia proposta parece correta e, mais do que isso, as restrições que propusemos podem explicar não só o comportamento dos advérbios monossilábicos dentro do VP, mas também a distribuição de elementos leves e pesados, de maneira geral, dentro do VP. Pudemos fazer isso sem precisar dispor de nenhum mecanismo estritamente sintático que fosse "cego" frente a necessidades fonológicas, prosódicas ou de estrutura informacional da língua. Além disso, também explicamos corretamente por que frases como (6a), (7d) e (10c) são consideradas **não marcadas** na língua: elas obedecem a todas as restrições propostas, sem necessidade violá-las. E em não violando nenhuma restrição, não há, como enfatiza Smolensky (1993), literalmente, nenhuma marca(ção) referente às restrições em questão na gramática da língua.

Considerações Finais

Este artigo retomou o ponto central que já abordamos em Othero & Menuzzi (2009), a saber: tentamos mostrar que algumas explicações concebidas como exclusivamente sintáticas merecem ser revistas se levarmos em consideração que não há necessidade de os fatores sintáticos terem primazia sobre outros componentes da gramática que estejam atuando na organização dos constituintes na frase. Mais especificamente, apresentamos uma análise em TO que mostrou como restrições de natureza prosódica e de estrutura informacional da frase estão atuando sobre a distribuição dos elementos dentro do VP em português. Ou seja, a ordem dos constituintes do VP em português brasileiro parece resultar da interação de condições prosódicas e de articulação informacional. Em trabalhos futuros, teremos de dar outro passo: efetuar uma análise de tipologia linguística, pesquisando em outras línguas como se dá a distribuição de elementos leves e a atribuição de acento nuclear na frase. Teremos de pôr à prova nossas restrições e verificar o ranqueamento de outras línguas.

Referências

Archangeli, D. (1997), "Optimality Theory: an introduction to Linguistics in the 1990s", in Archangeli, D.; Langendoen, D. T. (eds.) *Optimality Theory: an overview*, Oxford, Blackwell.

Bresnan, J. (1996), *Optimal syntax: notes on projection, heads, and optimality*, Stanford University, 1996.

Cinque, G. (1993), "A null theory of phrase and compound stress", *Linguistic Inquiry* 24.

Costa, J. (1998), *Word order variation – a constraint-based approach*, The Hague, Holland Academic Graphics.

Costa, J. (2001a), *Gramática, conflitos e violações: introdução à Teoria da Optimidade*, Lisboa, Editorial Caminho.

Costa, J. (2001b), "The emergence of unmarked word order", in Legendre, G.; Grimshaw, J.; Vikner, S. (eds.) *Optimality-theoretic syntax*, Cambridge, MIT Press.

Cristófaro-Silva, T. (2003), "Teoria da Otimidade", in Cristófaro-Silva, T. *Exercícios de Fonética e Fonologia*, São Paulo, Contexto.

Dresher, E. (1996), "The rise of Optimality Theory in first century Palestine", *GLOT International* 2, 1/2.

Erteschik-Shir, N. (2007), *Information structure: the syntax-discourse interface*, Oxford, OUP.

Erteschik-Shir, N.; Lappin, S. (1993), "Under stress: a functional explanation of sentence stress", *Journal of Linguistics* 19.

Grimshaw, J. (1997), "Projections, heads, and optimality", *Linguistics Inquiry* 28(3).

Grimshaw, J.; Samek-Lodovici, V. (1995), "Optimal subjects", in Beckman, J. et al. (eds.) *University of Massachusetts occasional papers 18: papers in Optimality Theory*, GSLA, University of Massachusetts, Amherst.

Grimshaw, J.; Samek-Lodovici, V. (1998), "Optimal subjects and subject universals", in Barbosa, P. et al. (eds.) *Is the best good enough? Optimality and competition in syntax*, Cambridge, MIT Press.

Itô, J. (1986), *Syllable theory in Prosodic Phonology*, University of Massachusetts, Tese de Doutorado, 1986.

Jackendoff, R. (1972) *Semantic interpretation in Generative Grammar*, Cambridge, MIT Press.

Kuhn, J. (2003), *Optimality-theoretic syntax - a declarative approach*, Stanford, CSLI Publications.

Mccarthy, J. (2002), *A thematic guide to Optimality Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.

Mccarthy, J.; Prince, A. (1993), *Prosodic Morphology I: constraint interaction and satisfaction*, Manuscrito, University of Massachusetts, Amherst, and Rutgers University, New Brunswick, N. J.

Mccarthy, J.; Prince, A. (1994), "The emergence of the unmarked: optimality in Prosodic Morphology", *Proceedings of the North East Linguistic Society 24*, Amherst, GLSA Publications.

Menuzzi, S.; Mioto, C. (2006), "Advérbios monossilábicos pós-verbais no PB: sobre a relação entre sintaxe e prosódia", *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 14, n. 2.

Menuzzi, S.; Othero, G. A. (2009), "Componentes universais da interrogação: uma introdução funcional à Teoria da Otimidade", *Revista Matraga*, v. 6, n. 24.

Nespor, M.; Vogel, I. (1986), *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris.

Othero, G. A. (2009), "Isaac Asimov e a Teoria da Otimidade", *Linguasagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem*, v. 6.

Othero, G. A.; Menuzzi, S. M. (2009), "Distribuição de elementos leves dentro do VP em português: interação entre Sintaxe, Prosódia e Estrutura Informacional em Teoria da Otimidade", *Fórum Linguístico* v. 6, n. 1.

Othero, G. A.; Menuzzi, S. M. (2010), *Estrutura Sintagmática em Teoria da Otimidade: interação de condições gramaticais na organização da sentença em português*, Relatório Final de Projeto de Pós-Doutoramento, CNPq.

Prince, A.; Smolensky, P. (1993), *Optimality Theory: constraint interaction in Generative Grammar*. RuCCs Technical Report 2, Rutgers University Center for Cognitive Science, Piscataway, N. J.

Reinhart, T. (2003), "Focus – The PF Interface", in Reinhart, T. *Interface Strategies: Reference Set Computation*, Cambridge, MIT Press.

Schwindt, L. C. (2005), "Teoria da Otimidade e fonologia", in Bisol, L. (org.) *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*, 4ª ed., Porto Alegre, EDIPUCRS.

Selkirk, E. (1984), *Phonology and Syntax: the Relation between Sound and Structure*, Cambridge, MIT Press.

Selkirk, E. (2000), "The interaction of constraints on prosodic phrasing", in: Horne, M. (ed.). *Prosody: theory and experiment*. Netherlands, Kluwer Academic Publishers.

Smolensky, P. (1993), "Harmony, markedness, and phonological activity", Handout, *Rutgers Optimality Archive*, ROA.

Truckenbrodt, H. (2005), "The Syntax-Phonology Interface", in De Lacy, P. (Org.) *The Cambridge Handbook of Phonology*, Cambridge, Cambridge University Press.

Representações étnicas na imprensa americana: A construção do outro na cobertura jornalística do 11 de Setembro

Isabel Ermida

Resumo

O presente artigo* investiga o papel da imprensa americana na representação dos autores dos atentados terroristas de 11 de Setembro, tendo em vista revelar as estratégias linguísticas que subjazem aos retratos ideologicamente marcados da comunidade islâmica na América. A análise centra-se num *corpus* de notícias e artigos de opinião publicados em *The New York Times* e *The Washington Examiner*, usando um quadro teórico de Análise Crítica do Discurso (van Dijk 1991, 1998, 2000, 2002, 2006). Concebendo a linguagem como uma prática comunitária que simultaneamente determina e é determinada pela realidade social, o artigo aborda a esfera política e ideológica através da sua realização na linguagem. Mais especificamente, procura descrever os mecanismos discursivos de auto-representação positiva *versus* hetero-representação negativa, tais como inversão da culpa, mitigação, desculpabilização, ridículo, contraste e divisão, bem como estratégias léxico-semânticas e sintácticas de nominalização, passivização, marcação, pressuposição e implicação, entre outras. Pretende-se, assim, contribuir para o debate sobre a construção das identidades étnicas na linguagem da imprensa.

Palavras-chave: Imprensa, Discurso, 11 de Setembro, Terrorismo, Muçulmano, Americano, Etnicidade, Ideologia, Representação.

* Agradeço aos dois revisores anónimos deste texto as oportunas sugestões, assumindo naturalmente inteira responsabilidade por quaisquer imperfeições remanescentes. iermida@ilch.uminho.pt

Abstract

The role of the American press in representing the perpetrators of the terrorist attacks of Sept 11 is the focus of this paper, with a view to unveiling the linguistic strategies that convey ideology-laden portrayals of the Muslim community in America. The paper analyses a corpus of news reports and opinion articles published in *The New York Times* and *The Washington Examiner* by using a critical discourse analysis framework (van Dijk 1991, 1998, 2000, 2002, 2006). It looks into the political and ideological sphere and its realization in language insofar as it conceives the latter as a social practice which determines, and is simultaneously determined by, social reality. In particular, the paper aims at describing the discursive mechanisms of positive self-representation versus negative hetero-representation, such as blame reversal, mitigation, excuse, ridicule, contrast and division, as well as lexico-semantic and syntactic devices such as nominalization, passivization, markedness, presupposition and implication, among others. It thus hopes to contribute to discussing the construction of ethnic identities in the language of the press.

Keywords: Press, Discourse, Sept 11, Terrorism, Muslim, American, Ethnicity, Ideology, Representation.

Introdução

Os atentados de 11 de Setembro tornaram-se, pela sua natureza devastadora, terrífica e implausível, num ícone do princípio do novo milénio. Na verdade, as imagens televisivas e jornalísticas do colapso das Torres Gémeas e de partes do Pentágono deixaram por todo o mundo um sabor amargo de terror e incredulidade que os anos não conseguiram apagar. A representação discursiva desses acontecimentos nos meses que se seguiram, tanto na TV como nos jornais, colocaria a tónica nos actores que participaram na história, entendidos não como indivíduos mas como representantes de uma vasta comunidade. O ónus ético, social e político do massacre recairia no povo islâmico como um todo e, em particular, na comunidade muçulmana emigrada nos EUA.

Neste contexto, o presente artigo procura analisar como representam os americanos na imprensa escrita as comunidades de origem dos autores dos atentados. Como retratam os primeiros as motivações, proveniências e objectivos dos segundos? Como configura a imprensa americana, ideologicamente, os muçulmanos, um grupo étnico minori-

tário (e heteróclito) na América? Estas e outras perguntas afins têm sido objecto fértil de investigação na era da "guerra ao terrorismo", sobretudo no âmbito da ciência política, dos estudos da comunicação, da sociologia e da psicologia social (cf., por exemplo, Ahmed, 2002; Craft & Wanta, 2004; Greenberg, 2002; Hess & Kalb 2003; Huk, 2005; Nacos, 2003; Noll, 2003; Palmer, 2003; Persson & Musher-Eizenman, 2005; Schechter 2003; Shultz & Vogt, 2003; Tucker, 2004). Na área da Análise Crítica do Discurso, há a assinalar a publicação de um número da *Discourse & Society* dedicado ao 11 de Setembro (Maio 2004, vol. 15), no qual são tratadas questões como alinhamento (Martin), moralização (Chouliaraki), categorização da pertença (Leudar *et al.*) e uso de provérbios na retórica sobre a catástrofe (G¡ndara). Em particular, o uso de estratégias de manipulação e auto-representação positiva versus *out-casting*, que constituem *grosso modo* a perspectivação do presente artigo, são o enfoque de Butt *et al.*, Edwards e Lazar & Lazar.

No intuito de complementar estes estudos, a presente análise pretende revelar as estratégias linguísticas e discursivas que (re)produzem, por um lado, construções negativas dos muçulmanos como o "outro", como o inimigo generalizado da nação americana, e por outro, construções positivas baseadas na ideia de vitimização. O *corpus* é constituído por um conjunto de notícias e artigos de opinião publicados no *New York Times* e no *Washington Examiner*, que será analisado a partir da perspectiva teórica da Análise Crítica do Discurso de recorte vandijkiano. Mais concretamente, trata-se de uma selecção de 15 textos de cada um dos jornais, publicados num período dilatado que dista entre 2001 e 2009 (cujos títulos e datas são apresentados em anexo por ordem cronológica, do menos para o mais recente). A perspectiva crítica adoptada parte do pressuposto de que a linguagem é uma prática social que determina e é determinada pela sociedade. Esta concepção da interface entre o linguístico e o social permite explorar a esfera política e ideológica através da sua realização no discurso.

Antes, porém, impõem-se três breves secções preliminares, de carácter teórico: a primeira relaciona sucintamente as questões de etnicidade, nacionalismo e construção da diferença; a segunda aborda os conceitos de ideologia e poder na imprensa; e a terceira, finalmente, enuncia o problema da (im)parcialidade no caso específico da imprensa americana.

1. Identidades Étnicas, Nacionalismo e Construção da Diferença

As questões de etnicidade, identidade nacional e nacionalismo subjazem à cobertura jornalística do 11 de Setembro, ou não fossem os confessos autores do ataque terrorista muçulmanos convictamente anti-americanos. Discutir a representação linguística e discursiva de um grupo étnico por outro, quando aquele é minoritário e este dominante, e sobretudo quando se vive o rescaldo de um crime de proporções gigantescas, não pode deixar de levantar questões de identidade, valoração e diferença. Uma citação de Said (1978:325) ajuda a situar a discussão:

> How does one represent other cultures? What is another culture? Is the notion of a distinct culture (or race, or religion, or civilization) a useful one, or does it always get involved either in self-congratulation (when one discusses one's own) or hostility and aggression (when one discusses the 'other')?

A cisão entre o próprio e o outro, típico do discurso da etnicidade, surge ligada à atribuição de valores positivos e negativos aos dois pólos do eixo representativo. Os termos usados por Said – "raça, religião e civilização" – invocam o conceito de "etnia", imbuído de um forte peso cultural e identitário. Como sabemos, etimologicamente *ethnos* significa 'nação' em grego, a qual pode ser definida em traços largos como uma comunidade que partilha uma história, uma língua, tradições culturais e religiosas. Mas *etnia* e *nação* estão longe de ser sinónimos na semântica da actualidade, sobretudo quando consideramos um terceiro termo, *estado*. Veja-se o caso dos EUA: a nação americana (ou estado) engloba múltiplas etnias, do mesmo modo que abarca muitas religiões. De entre estas, a muçulmana estende-se por vários estados para além do americano (desde a África do Norte à Índia) e, por sua vez, abrange outras tantas etnias, distintas a outros níveis que não o religioso (como a árabe, a indiana, ou a indonésia). Portanto, um ponto de ordem que se impõe no início desta discussão é o facto de a comunidade islâmica compreender múltiplas etnias e variadas nacionalidades, nos EUA e fora dele, mas ser frequentemente considerada (no contexto americano) como um "grupo étnico" falsamente monolítico.

Note-se que o emprego actual do termo *étnico* em expressões como "grupo étnico" (o qual só entrou no *Oxford English Dictionary* em 1972)

reflecte, como Cohen (1978) aponta, os encontros – e confrontos – entre os estados conquistadores ou industrializados e grupos subordinados, tais como, respectivamente, os povos colonizados e os imigrantes. Assim, "grupo étnico" veio a designar identidades culturais distintas que, através da colonização ou da migração, foram submetidas a um estado estrangeiro. Por outro lado, há diferentes usos do termo "étnico" de cada lado do Atlântico, como Wallman (1978) aponta: na Grã-Bretanha conota "raça", só que de um modo mais difuso e com uma carga valorativa mais leve, ao passo que na América *ethnics* significa os descendentes de imigrantes relativamente recentes de países não-anglófonos.

Segundo Eriksen (2002), o estudo da etnicidade admite duas perspectivas: na perspectiva primordialista, os indivíduos percepcionam os laços étnicos colectivamente, como se de uma ligação social imposta exteriormente se tratasse; na perspectiva instrumentalista, a etnicidade é vista como um elemento *ad-hoc* criado com fins estratégicos e políticos, sendo usado como um recurso para que grupos de interesses atinjam objectivos secundários, tais como riqueza, poder ou estatuto social. É curioso verificar que, no caso da comunidade islâmica nos EUA, alguns grupos reclamaram uma identidade (étnica) própria (como é o caso da "Nação do Islão", associação política nascida no seio da comunidade islâmica afro-americana), ao passo que outras facções tentam expandir a noção de pertença étnica através da ideia de uma "nação islâmica" sem fronteiras, rica, poderosa e unida, sob a égide do conceito de *ummah* (que designa no Corão "toda a comunidade islâmica"). No s*ite* intitulado "One Muslim Nation", por exemplo, apela-se justamente a uma união transnacional dos países muçulmanos, que mais não é do que a expressão do movimento político mais vasto conhecido por "pan-islamismo".

Neste contexto, cabe indagar em que consiste o conceito de nação. Uma definição como a de Smith (1991:14), que se tornou muito popular entre os cientistas sociais, enferma de uma indiferenciação face ao conceito de 'estado': diz Smith que *nação* é "uma população que partilha um território histórico, mitos comuns, uma cultura pública e de massas, uma economia comum e direitos legais comuns para todos os seus membros" [tradução nossa, doravante]. À luz desta definição, custa conceber, por exemplo, a nação basca como uma comunidade legal e economicamente definida, sendo que atravessa as fronteiras de Espa-

nha e França. Já Anderson (2006:6-7) tenta ir mais longe, dizendo que uma nação é concebida como uma comunidade que se baseia numa "camaradagem profunda e horizontal". Importa, portanto, distinguir os conceitos de *nação* e *estado-nação*, os quais transportam diferentes implicações de etnicidade: como Barbour (2000:5) acertadamente sintetiza, "o estado-nação é uma entidade legalmente definida", ao passo que "nação é um povo".

Quando o sentimento de pertença nacional é exacerbado, surge o conceito de nacionalismo – o qual, como Anderson (2006:141) faz notar, tem "um carácter quase patológico" e se enraíza "no medo e no ódio ao Outro". Sobre a vastíssima bibliografia, sobretudo de natureza antropológica, relativa ao fenómeno do nacionalismo, impossível de rever neste espaço, ficam algumas referências: veja-se Baumann (1999), Berdún *et al.* (1997), Eriksen (2002), Gellner (2006), Hobsbaum (1990) e Ozkirimli (2000). Com as ressalvas devidas à especificidade do caso americano, faz sentido inquirir até que ponto as manifestações mediáticas pós-11 de Setembro revelam um travo nacionalista, em que medida se revestem de preconceitos étnicos e se induzem ou não sentimentos de rejeição da comunidade islâmica nos EUA.

Dito isto, a questão fulcral que se nos coloca é a de saber como se organiza a identidade de uma nação, como a americana, que abraça múltiplas etnias. Singh (1999:84) defende que a identidade nacional num estado multicultural é etnicamente não-marcada, o que faz com que a etiqueta "étnico" queira dizer "diferente". Por outras palavras, as etnias "diferentes" serão grupos minoritários, vistos como o "outro", como a excepção, como a facção marcada, enquanto que a cultura maioritária é entendida como a norma e, como tal, assume características genéricas e universais. Em termos discursivos, a 'marcação', ou construção da diferença, do distanciamento do outro, é feita por via lexical, semântica e gramatical (sintáctica, pronominal, etc.), como veremos no presente artigo.

2. Ideologia e Poder na Imprensa

O papel dos *media* na formação de opiniões e na consciencialização das audiências é central para uma análise crítica do discurso jornalístico. Na verdade, os teóricos da ACD têm correctamente defendido que o discurso dos *media* – e, em particular, da imprensa escrita – está inti-

mamente relacionado com as estruturas de poder na sociedade. Muito sucintamente, passamos a desenhar um esboço representativo de quatro autores que se movem neste pressuposto heurístico.

Van Dijk tem privilegiado na sua pesquisa a problemática dos preconceitos étnicos *media*tizados, tendo-se destacado no estudo das complexas interrelações entre ideologia, racismo (ou, latamente, etnicismo) e discurso. O pressuposto básico que alimenta estudos como *Racism and the Press* (1991) e vários outros posteriores (1998, 2000, 2002, 2006, etc.) é o de que "as ideologias racistas, bem como os preconceitos étnicos / raciais, são expressáveis nos textos e na conversação"[1] (2000:98), pelo que podemos "esperar estratégias interaccionais, pragmáticas, semânticas e estilísticas que seleccionam e enfatizam informação positiva sobre Nós e negativa sobre Eles", ou que, em contrapartida, "evitam informação negativa sobre Nós e positiva sobre Eles" (*ibid*). Mais radicalmente, van Dijk advoga que "os *mass media* são hoje a principal fonte de conhecimento e opinião sobre etnicidade na sociedade" (2002:152). Ora, ao fornecerem "'factos' especialmente seleccionados" e ao pré-formularem "sentidos e opiniões preferenciais" (1991:39), os *media* distorcem o processo cognitivo dos receptores. Neste contexto a questão da *manipulação* ganha particular relevo. Van Dijk (2006:359) entende-a, em termos discursivos, como um conjunto de estratégias ideológicas destinadas a "enfatizar as coisas boas 'nossas' e as coisas más 'deles'." Ao contrário da persuasão ou da informação, a manipulação na imprensa consiste em "fazer [o leitor manipulado] acreditar em ideias que são contra os seus interesses e a favor dos interesses do manipulador" (2006:360): daí van Dijk afirmar que a manipulação é o exercício, não só de poder, mas de "abuso de poder" (*ibid*). Em suma, se a imprensa apoiar, digamos, uma ideologia xenófoba, provavelmente "ignorará, desacreditará e problematizará as posições e os grupos [de outras nacionalidades]" (1991:39). Ao mesmo tempo, fará uma escolha facciosa dos tópicos noticiosos: diz van Dijk que "os tópicos mais importantes nas notícias 'étnicas' nos vários países ocidentais (…) podem ser classificados como sendo sobre a diferença, o desvio e a ameaça." (2002:152).

Fowler (1991:4-11) também aponta que, como em qualquer discurso, a imprensa "não é uma reflexão dos factos isenta de valorações". Em vez disso, ela fornece aos leitores uma selecção prévia de acontecimentos,

[1] Tradução nossa, doravante

que lhes dá uma "visão parcial do mundo" e é social, económica e politicamente determinada. Por conseguinte, o "mundo da imprensa não é o mundo real, mas um mundo filtrado e julgado", com base em estereótipos e preconceitos. Daí a necessidade de uma "linguística crítica", cuja tarefa seja "investigar as relações entre os signos, os significados e as condições históricas que governam a estrutura semiótica do discurso".

Riggins (1997), igualmente, olha para o discurso jornalístico como uma máquina ideológica destinada a fazer os grupos minoritários (não-brancos, não-cristãos, não-masculinos) sentir-se excluídos, inferiores e culpados. A isto chama ele, numa tradução muito livre, a "retórica do *outramento*" (*a rhetoric of othering*) – um conjunto ideológico de mecanismos linguísticos e discursivos que estereotipam e demonizam as vítimas potenciais.

Segundo Fairclough (2001:27), finalmente, o discurso jornalístico é "um processo fortemente interpretativo, e não simplesmente uma narrativa dos 'factos'". Na verdade, à imagem dos outros *media* e de instituições como a lei, a religião e a família, a imprensa exerce poder ideológico – ou seja, "o poder de projectar as próprias práticas como universais e do senso comum" – de tal forma que consegue "fabricar consensos" e abster-se de formas mais complexas de controlo, como a coacção ou a repressão (2001:3). Neste sentido, pode ser vista como "parte da maquinaria de governação" (2003:85), envolvendo "relações camufladas de poder" (2001:41). Sendo propriedade dos grupos poderosos, os jornais conseguem ainda a perpetuação das desigualdades, na medida em que "o equilíbrio entre fontes, perspectivas e ideologias é largamente a favor daqueles que detêm o poder" (2001:43).

3. Parcialidade na Imprensa Americana

O problema da carga ideológica da imprensa está estreitamente relacionado com a questão da (im)parcialidade. Que realidade nos é dada nos jornais? Que filtros atravessa? Que interesses serve? Reportemo-nos ao caso americano. Em 1807, Thomas Jefferson refere-se à imprensa nos seguintes termos:

> Nothing can now be believed which is seen in a newspaper. Truth itself becomes suspicious by being put into that polluted vehicle.

As palavras de Jefferson devem ser entendidas no contexto dos primórdios da América, em que a imprensa era propriedade dos partidos políticos, que a operavam de acordo com a ideologia que defendessem (cf. Pasley 2001). Hoje, no entanto, as grandes empresas noticiosas alegam estar acima dos interesses partidários e praticar neutralidade ideológica. Contudo, muitos americanos na actualidade concordariam com as palavras de Jefferson na medida em que manifestam suspeitas generalizadas em relação aos *media*. Eisinger *et al.* (2005) referem uma sondagem de Julho de 2003 feita pelo *Pew Research Center* segundo a qual 56% (dos cidadãos americanos) afirmam que as notícias dos jornais são frequentemente imprecisas, ao passo que 62% dizem que a imprensa geralmente tenta encobrir os seus erros em vez de os admitir. Os próprios jornalistas, entretanto, não são unânimes quanto à falta de isenção nos *media*: o *pivot* da CBS, Dan Rather, diz que "a ideia de parcialidade nas notícias é um dos grandes mitos políticos", enquanto que o jornalista da *Fox News*, Morton Kondracke, afirma que "os *media* americanos *mainstream* estão à esquerda do centro" (Eisinger *et al.*, 2005).

Os académicos, de igual modo, dividem-se quanto à natureza dessa alegada parcialidade. Goldberg (2002), por um lado, defende que existe um tipo subliminar mas sistemático de parcialidade 'liberal', ao passo que Nunberg (2003) e Alterman (2003) advogam a existência de sinais consistentes de uma parcialidade republicana na imprensa americana. No primeiro caso, Goldberg aponta que é muito mais frequente ver os conservadores referidos nas notícias como "conservadores", ou "de direita", do que ver os liberais identificados com a respectiva etiqueta. Isto deve-se, segundo Goldberg, ao facto de "haver a ideia de que os conservadores estão fora do *mainstream* e que por isso precisam de ser identificados ou etiquetados; ao passo que os liberais são dados 'como sendo' *mainstream*, o que dispensa catalogações" (2002:59). Em contrapartida, Alterman afirma a existência de tendenciosidade republicana nos *media*, argumentando que são os liberais que mais frequentemente aparecem "marcados" com o rótulo identificativo. A sua base argumentativa é um estudo de Nunberg (2003), que contabiliza o número de "rótulos" (*labels*) atribuídos a cinco senadores liberais e a outros tantos conservadores em 30 jornais americanos. Nesse estudo, Nunberg conclui que a maior probabilidade (de 30%) da ocorrência de "marcação" aos liberais se deve, "não ao desejo de informar o leitor da ideologia do

político, mas a uma estratégia de assegurar que o jornal está confortavelmente ao centro, a uma distância segura dos extremos" (2003:40).

Ao invés de procurar culpas à esquerda ou à direita do espectro político, outros investigadores refutam simplesmente a existência de uma tal parcialidade. D'Alessio e Allen (2000), por exemplo, afirmam que as provas que sustentam tais teorias não são suficientemente sólidas. De igual modo, Niven (2004:322) defende que "quando os democratas e os republicanos se comportam da mesma maneira [por exemplo, trocando de partido], recebem exactamente a mesma cobertura jornalística". Já Jamieson e Waldman (2003:169) fazem notar que as acusações de tendenciosidade nos *media* são um ciclo que se auto-perpetua: "Quanto mais discussão há sobre parcialidade, mais as pessoas acreditam que ela existe".

Independentemente das provas circunstanciais dessa (in)existência, convém registar três categorias de parcialidade (ou *media bias*) apontadas por D'Alessio e Allen (2000): em primeiro lugar, a parcialidade dos editores na selecção tendenciosa de certas histórias a partir de um leque de histórias potenciais (*gate-keeping bias*); em segundo lugar, a parcialidade na cobertura de um tópico ou acontecimento (*coverage bias*); e por último a parcialidade na inserção de opiniões pessoais no texto jornalístico (*statement bias*). Veremos, de seguida, através da análise do *corpus* em foco, se alguma destas categorias se verifica.

4. Parcialidade Étnica na Cobertura Jornalística dos Efeitos do 11 de Setembro

As identidades políticas explicitamente opostas dos dois jornais em foco – *The Washington Examiner* é republicano e *The New York Times* democrata – determinam visões largamente dissonantes quanto aos efeitos do 11 de Setembro no modo como os americanos vieram a encarar os muçulmanos no seu seio. Isto é tanto mais verdade quanto é possível agrupar dois conjuntos latos de textos, pertencentes respectivamente aos dois jornais supra-citados: no primeiro caso (a seguir referido pela letra A), os muçulmanos são vistos como o 'Outro'; no segundo (referido pela letra B), são encarados como vítimas.

4.1 O Muçulmano como o 'Outro': Estratégias de Culpabilização e Estranhamento

A representação da comunidade islâmica a viver nos EUA através de mecanismos de "othering" (cf. Riggins 1997) e de "out-casting" (Lazar & Lazar 2004) está patente no corpus do *Washington Examiner*. Comecemos pela escolha lexical – a qual, segundo van Dijk (1991:179), é um dos elementos que consubstanciam a "perspectivação" discursiva da notícia e correspondente alinhamento. A passagem seguinte é um bom exemplo de escolhas de adjectivos que caracterizam os muçulmanos e de verbos cuja agência é também muçulmana, os quais enfatizam propriedades negativas:

> Islamist activists are "filing a series of **malicious** lawsuits in American courts and abroad, designed to **punish** and **silence** those who engage in public discourse about radical Islam. (...) The lawsuits are often **predatory**, (…) and undertaken as a means to **intimidate**, **demoralize**, and **bankrupt** defendants." "Claims are often based on **frivolous** charges ranging from defamation to workplace harassment (…)" (A14) [Negrito nosso, doravante*]*

O emprego de substantivos de óbvia conotação insultuosa relativos a Maomé – nas suas versões concreta ("pedófilo") e abstracta ("pedofilia") – demonstra a tendência para a selecção de incidentes negativos como material de notícia (ou seja, aquilo a que Fowler [1991] se refere como *partial news selection* e D'Alessio & Allen [2000] como *gate-keeping bias*):

> Another politician has been charged with "humiliating a religion" for calling Mohammed "a **pedophile**". Expert on Islam Robert Spencer reacts: "Is truth no defense? Of course, the whole concept of **pedophilia** did not exist in Mohammed's day. But (…) Mohammed's consummation of his marriage with Aisha when she was nine is in the hadith collection Muslims consider most reliable several times." (A9)

Para além da escolha lexical, outro recurso fulcral da construção semântica do discurso jornalístico é, segundo van Dijk (1991:181; 2006:371), o uso de sentidos implícitos, que também transmitem as ideologias latentes dos jornais. Na categoria do implícito, uma subcate-

goria está patente no corpus: a da **implicação**. Antes de mais, o uso do termo "alegado" *implica* dúvida quanto ao substantivo que qualifica. No seguinte extracto, a 'islamofobia' é pois tida como não-existente:

> Her case and the reaction to it tells us [nothing] about **alleged** Islamophobia (…) (A3)

De um modo semelhante, o emprego do verbo '**fail**' transmite a implicação de que alguma coisa deveria ter sido feita mas não foi:

> Still, they noted that U.S. foreign policy, such as it is, has **failed** to halt the rising tide of extremism in the Muslim world and is also losing the "struggle for ideas." (A4)

A colocação contígua de palavras ao longo do eixo frásico pode também ter implicações. Na frase seguinte, o substantivo 'Muslims', 'war' e 'terrorism' são listados consecutivamente, como se pertencessem à mesma categoria e estivessem relacionados:

> Cair also hopes "to hold town meetings to talk about their feelings about **Muslims, the war and terrorism**." (A3)

A terceira categoria de análise discursiva de van Dijk (1991:187) é a das 'estratégias semânticas'. Estabelecer contrastes e divisões entre os dois grupos étnicos – muçulmanos e não-muçulmanos (i.e. "americanos") – é uma estratégia recorrente no *corpus*. Vejamos a primeira:

> Politicians were charged with 'hate speech' **while radical Muslims insult gays**. (A9)

Nesta citação, a conjunção 'while' marca claramente um contraste entre ser acusado de algum crime e efectivamente cometê-lo.

A segunda passagem também marca um contraste, desta feita entre a tecnologia americana do séc. XXI e a ideologia muçulmana do séc. VIII:

> During the Islamic terror attack in India last year, tech-savvy terrorists used BlackBerries and Google Earth satellite-imaging to plan and carry out their atrocities. Once again, the West's enemies were employing **21st century technology to spread its dangerous 8th century ideology**. (A13)

Um modo frequente de estabelecer divisões ideológicas é recorrer à dicotomia "(good) us / (bad) them" (van Dijk 1998:267; 2006:274). Como pode ver-se nos seguintes excertos, o uso do determinante "our" transmite claramente a ideia de uma cisão entre americanos e muçulmanos, sendo que o jornal alinha pelo lado americano, assumindo a primeira pessoal do plural:

> The attack on the Pentagon touched **our** husbands and wives, **our** teachers, **our** co-workers, **our** neighbors and **our** friends — and right in **our** backyard. (A1)

> The (…) threat to silence critics of radical Islamists weakens **our** ability as a society to confront and defeat those who would weaken **our** liberties. (A3)

> Muslim supremacists are trying to take over the U.S. through **our** courts, charities, colleges and even public elementary schools… (A8)

O emprego dos pronomes "eles" e "nós" no extracto seguinte também aliena os muçulmanos, sendo reforçado pela generalização que subjaz ao uso do quantificador *all*:

> The truth is that **all** Islamists, violent or not, lack answers to the problems of the modern world. **They** do not have a world view that can satisfy the aspirations of modern men and women. **We** do. That's the most powerful weapon of all. (A11)

O mesmo uso marcado do pronome 'nós' e do determinante 'nosso' – que surgem expressivamente assinalados a itálico no original – aparece numa interessante passagem imbuída de ironia. Trata-se de uma crítica, por parte do *Washington Examiner*, a um artigo do *Washington Post* que alegadamente tenta justificar o acto suicida de um jovem islâmico radical:

> Of course, (…) his [the suicide bomber's] indoctrination in jihad, actually living with and fighting with the Taliban had nothing to do with his radicalization...it's ***our*** fault. Never mind that his own family members admit that he was up to no good, that he admitted to fighting against the coalition, never mind that. ***We*** radicalized the poor innocent twenty-three

> year old. His assault on his own defence attorney's interpreter with hot tea, you guessed it, ***our*** fault. His return to jihad and murder of thirteen Iraqis via a suicide bombing? ***Our*** fault. (A10)

De seguida estão exemplos de comparação, outra estratégia semântica de alinhamento *versus* distanciamento. O primeiro compara os males do islamismo radical aos danos do catolicismo. A veemência dos verbos, adjectivos e substantivos usados fala por si:

> Both religions want an excuse to **destroy**, **pillage**, **convert** by force, and **exploit**. In scientific terms, these are the **reptilian-brainers**, governed by **fanatical** ritual and the **lowest** human emotions of **hate** and **fear**. (A7)

Na segunda comparação lê-se:

> **In the same way** that Muslim terrorists **hijacked American planes** and flew them into American buildings on 9/11, some Muslims are **hijacking the West's freedoms and legal system** to undermine civilization itself. (A14)

Uma terceira, e curiosa, comparação é estabelecida entre a "Guerra ao Terrorismo" e a II Guerra Mundial. Na seguinte passagem, a defesa da prisão de Guantánamo faz-se invocando os prisioneiros de guerra alemães e japoneses:

> Terrorists held in Guantanamo are to be provided lawyers and have access to the courts of the United States to challenge their detention. Imagine if, during World War II, every German and Japanese prisoner of war had been given an attorney and a trial to challenge whether or not they could be detained for the duration of the war. (A12)

Um outro tipo de comparação – esta estilística (designada por *símile*) – estabelece diversos paralelos entre problemas como a condição feminina, a investigação científica e a liberdade de expressão e conceitos como a lepra, a asfixia e Satã:

> In much of the Muslim world, (…) women are violently oppressed and shut away **like lepers**, scientific inquiry is **stifled**, and free expression is **like an act of Satan**. (A6)

O uso do exagero – ou hipérbole, em terminologia estilística – também marca presença no jornal em análise, aliás como van Dijk (1991:196; 2006:373) prevê para casos de manipulação ideológica da imprensa. A questão da politização das universidades americanas em favor de ideologias de esquerda (leia-se: liberais, pró-integração islâmica) surge no excerto seguinte hiperbolizada, através da comparação de professores universitários a bombistas suicidas:

> During a recent visit to several university campuses in the U.S., I [journalist Abu Toameh] discovered that there is more sympathy for Hamas there than there is in Ramallah. Listening to some students and professors on these campuses, for a moment I thought **I was sitting opposite a Hamas spokesman or a would-be-suicide bomber**. (...). (A15)

A questão educacional emerge igualmente na citação que a seguir apresentamos, a qual diz respeito à política editorial. Segundo o *Washington Examiner*, os livros educativos discriminam positivamente o Islão, tentando alegadamente branquear ou omitir termos problemáticos, como *sharia* ou *jihad*, cujas verdadeiras significações constituem "verdades inconvenientes":

> "Textbook editors try to avoid any subject that could turn into a political grenade," wrote Gilbert Sewall, director of the [American Textbook] council, who railed against five popular history texts for "adjust[ing] the definition of jihad or sharia or remov[ing] these words from lessons to avoid inconvenient truths." (A5)

O recurso ao ridículo é uma outra "estratégia semântica" enunciada por van Dijk (1991:187). No extracto que se segue, o já referido artigo do *Washington Post* é pretexto para ridicularizar os democratas e o seu apoio à comunidade islâmica. O título da peça é significativo ("WaPo feels the love for suicide bomber"):

> Oh, if only this *Washington Post* article had come out a week ago. **It is better suited for a Valentine's Day card than for journalism**. The *Post* begins with a harlequinesque description of the manly lead: "The scraggly beard that his young son once loved to play with had been shaved off, leaving only an exiguous moustache. His curly, shoulder-length locks had been clipped down to a crew cut. Gone, too, were the crisp, white headdress he

> often wore and any semblance of the good humor once familiar to his family." The object of *The Washington Post*'s **amorousness**? Why a serial killing, radicalized Muslim terrorist of course! (A10)

Uma passagem que também merece atenção diz respeito à política de imigração muçulmana dos EUA, que é vista como algo a "prevenir" e a "temer". Apesar de o artigo se reportar à opinião de um representante republicano da Virgínia, Virgil Goode, importa notar que o jornal lhe dá acriticamente voz:

> Goode's letter said immigration policy changes were necessary to prevent more Muslims from entering the country and that he feared more Muslim representatives would take office in the future. (A2)

Mas talvez a mais forte asserção anti-islâmica encontrada no corpus do *Washington Examiner* esteja contida no título de uma peça que também versa sobre a imigração muçulmana. Note-se o uso da forma imperativa (que transmite autoridade e inflexibilidade), juntamente com o emprego do verbo "halt", de conotações algo marciais, e do determinante "all", que transmite uma postura radical e implacável:

> Halt all Muslim immigration to America (A8)

4.2 O Muçulmano como Vítima: Marcas de Integração e Pertença

Ao invés de retratar a comunidade muçulmana de uma forma negativa, ressentida ou amarga, o *New York Times* opta por uma abordagem mais humana e politicamente correcta, representando-a como vítima da histeria pós-11 de Setembro e também das facções terroristas radicais do islamismo. Contrariamente ao *Washington Examiner*, logo, o *NYT* dá-nos um retrato claramente positivo de um grupo étnico que é entendido como parte integrante da nação americana.

Esta genérica tendência discursiva torna-se evidente, desde logo, numa análise das escolhas lexicais. Começando pelos adjectivos, o jornal retrata os muçulmanos como americanos *orgulhosos*, mas também como cidadãos compreensivelmente *defensivos* e *frustrados* em virtude do tratamento *injusto* que recebem como consequência dos atentados. É importante notar que esta adjectivação surge citada em discurso directo,

sendo da autoria dos próprios muçulmanos – a quem o jornal, muito significativamente, dá voz e, por extensão, protagonismo locutório:

> "As a **proud** American, I find it hard to take that such violations [against Muslims] are being committed", Ms. Jaghlit said. (B2)

> In the United States, many Muslims have felt on edge since Sept. 11 and **defensive** about the image of Islam. (B8)

> "I talked about (…) how we've been connected to terrorism and it's not **fair**," said Dr. Alsaghir after arriving in Detroit. ''We are both **frustrated** by the far right in our religion." (B8)

Ao mesmo tempo os muçulmanos são representados como cidadãos americanos exemplares, respeitadores dos valores democráticos e seculares dos EUA, mas condenados ao sofrimento de, por um lado, terem constantemente de separar a sua fé do terrorismo e, por outro, de se interrogarem sobre a autoria islâmica de uma tal atrocidade:

> (…) The **overwhelming** desire of many Muslims is that America remain true to its **democratic** and **secular** values. (B9)

> Publicly, American Muslims have spent the year trying to explain their faith and disassociate it from terrorism. Privately, many of them have nursed painful questions about how such an aberration sprouted from the soil of Islam. (B7)

Em contrapartida, o jornal também usa adjectivos para qualificar as atitudes mostradas por aqueles que se opõem aos muçulmanos. São estes *nativistas*¸ *ignorantes* e *histéricos*, o que consiste numa forma *contraproducente* de lidar com o problema islâmico:

> But since 9/11 there has been a **nativist**, **Know-Nothing** streak in politics; (…) It was **counterproductive** for Republicans to get so **hysterical** about national security that they justified locking up hundreds of Muslims after 9/11. (B12)

As escolhas verbais incidem nos mesmos aspectos, culpabilizando os americanos em vez dos muçulmanos, que "lutam" por restaurar a sua imagem, "destruídos" que foram os seus sonhos. No entanto, e este é

um ponto nevrálgico, esta luta fá-los "reconectar-se" com a realidade e, crucialmente, tornar-se mais "poderosos":

> Recently, American Muslim organizations have been **struggling** to improve the image of Islam and Muslims and to respond constructively to the rather draconian measures (…) against many Muslims in the United States. (B4)

> The aftermath of Sept. 11 may have **shattered** some dreams, but it has also forced **us** to **reconnect** with reality and **empower ourselves**. (B9)

Este *empowerment* (em tradução livre, "apoderamento", cf. Fairclough 2001) decorre, por um lado, de uma tomada de consciência identitária e, por outro, da tomada de voz acima referida, que jornais como o *NYT* mediatizam. Ao figurarem como sujeitos locutórios, os muçulmanos automaticamente invertem os pólos da díade "nós/eles", assumindo a mesma estratégia de "outramento" dos seus agressores. De facto, o uso de *us* e de *ourselves* na citação anterior, e do *they* que subjaz às seguintes, é tão manipulador e alienante como quando é empregue pelo *Washington Examiner*, tomando de igual forma por unificado e homogéneo o que é parcelar e heterogéneo. Por outras palavras, se os muçulmanos são vistos como "o outro" pelo *WE*, os americanos são igualmente o "outro" para os muçulmanos a que o *NYT* dá voz. Esta estratégia é reforçada pelas estruturas verbais passivas com ocultação de agente, como as que ocorrem nas passagens seguintes, a que corresponde uma vitimação islâmica com agência americana:

> "(…) We [Muslims] are being **blamed** and **vilified** in the media and **attacked** in the streets." (B6)

> [Muslim] noncitizens were **abused** and their constitutional rights **violated** in detentions after the terror attacks. (…) (B14)

Mas talvez sejam as escolhas de substantivos que mais profusamente exprimem a ideia de "bode expiatório" em que a comunidade islâmica se transformou:

> "An ad hoc group of Muslim civic groups have accused the administration of racial and religious **harassment**." (B2)

> "Mainstream religious figures must speak out against the growing **demonization** of Islam by extremist right-wing commentators. (…)." (B5)

> In the aftermath of Sept. 11, Muslims across the country experienced a range of **discrimination**, from the loss of jobs to hate crimes (…) (B10)

A questão da culpabilização, e correspondente estratégia discursiva de "inversão de culpa" (ou *blame reversal*, cf. van Dijk, 1991:190-7), também está patente quando o *NYT* investiga as reacções no Afeganistão aos atentados ao *World Trade Center*. No excerto que se segue, um transeunte local afirma que os americanos devem "procurar no próprio coração" a culpa da tragédia:

> And he [an Afghan passer-by] considered the perpetrators, whoever they are, to be "enemies of God", though he also felt "Americans should look into their hearts and minds about why someone would kill themselves and others" in such a way. (B1)

Significativamente, a afirmação da "verdadeira" natureza do Islão – que é também uma correcção de supostos preconceitos – é na passagem seguinte uma vez mais transmitida através de substantivos poderosos:

> Islam is about **invitation** and **peace**, not conflict. (B9)

As pressuposições, outra categoria de sentidos implícitos de van Dijk, abundam no corpus do *New York Times*. Todavia, cumprem aí uma função diametralmente oposta à do *Washington Examiner*, servindo para transmitir a ideia de que as situações de vitimização dos muçulmanos são uma realidade:

> "But we must also insist that the Bush administration **stop** practising terrorism in reverse against us." (B2)

Esta citação emprega o verbo 'stop' (um verbo de "mudança de estado", segundo Sellars 1954): se o negarmos, ou seja, se aplicarmos o teste lógico de negação (e dissermos "the Bush administration does **not** stop…") o resto da proposição mantém-se inalterada – designadamente, "that the Bush administration **has** practised terrorism in reverse against Muslims". O mesmo se aplica ao verbo 'continue', no excerto seguinte:

> We [Muslims] **continue** to face hostility and prejudice in many corners of society. (B9)

Se negarmos a frase ("we do **not** continue to face hostility…"), a pressuposição que se mantém constante é que "**tem** havido hostilidade" contra os muçulmanos.

A citação que se segue é um caso de comparação:

> Some Muslim leaders say the government is persecuting them **as** it once did suspected supporters of Japan or the Soviet Union more than 50 years ago. (B2)

O segundo exemplo de comparação é um paralelo estabelecido entre os muçulmanos e outras vítimas dos atentados de 11 de Setembro. É particularmente interessante porque o adjectivo participial *victimized* é abertamente expresso:

> "On the one hand, we were victimized just **like** other people," because, he said, "there were a lot of Muslims killed (…)" (B6)

Também consiste numa comparação a estratégia a seguir apresentada. No entanto, este é um caso em que muçulmanos e americanos são colocados lado a lado (e não os primeiros num plano inferior aos segundos) quanto à questão da restrição de liberdades em épocas de guerra. Ou seja, nem uns nem outros a merecem, de acordo com uma sondagem divulgada pelo *New York Times*:

> [P]olls showed the public was scarcely readier to restrict the freedom of Muslims than that of other Americans. (B3)

Dois outros casos de comparação consistem em contrastes (cf. van Dijk 2006:374). O primeiro envolve a alegada superioridade dos imigrantes muçulmanos no que diz respeito ao desempenho escolar e ao emprego, quando comparados com outros residentes americanos na América pré-11 de Setembro:

> A **larger** percentage of immigrants from Muslim countries have graduate degrees than other American residents, and their average salary is

about 20 percent **higher**, according to census data. But Sept. 11 altered the course of Muslim life in America. (…) (B13)

O segundo caso de contraste, combinado com estratégias de "mitigação" e "inversão de culpa", é o seguinte:

They cited Central Intelligence Agency reports showing that Latin Americans were responsible for **more** terrorist incidents than Muslims. They blamed Israel or American foreign policy. (B11)

O emprego ideologicamente marcado dos pronomes "nós" *versus* "eles" volta a estar presente nas seguintes passagens do *New York Times*. O que é curioso neste caso é que o pronome de primeira pessoa se dilata aqui de modo a englobar muçulmanos e americanos sob a égide de uma mesma nação – a América. Contrariamente ao *Washington Examiner*, o contraste pronominal surge pois, aqui, como um meio de integrar os muçulmanos e de mostrar que eles são parte da América:

Muslim groups dismissed Mr. Graham's statements. (…) "He's serving **our** enemies, the enemies of America. Now people who don't like **us** will use his comments to show the quote-unquote American hatred of Muslims." (B5)

Já o uso de ***we*** e ***our*** nas passagens seguintes é pautado pela assunção da diferença, transmitindo a ideia de que a pertença e a integração passaram a ser a maior preocupação da comunidade islâmica, a qual, paradoxalmente, se "guetifica" defensivamente contra o inimigo comum que ameaça esse desígnio – a América pós-11 de Setembro:

Parts of the official face of Islam are planning a wide range of events. Many have the same underlying motive, as if to say, "**we** belong." (B6)

These were some of the frequent sentiments [of Muslims] that I heard: "America is **our** home, **we** will not become foreigners in **our** own homeland." (B9)

Para terminar, apresentamos um excerto que epitomiza a postura ideológica do *New York Times*, que abraça a causa islâmica em plena

ressaca pós-terrorista, cujas repercussões internacionais também espelham o anti-islamismo de que muitos muçulmanos se dizem vítimas:

> We must offer moral leadership, treating all people – including detainees – with respect for the rule of law and human decency. And we must put forward an agenda of opportunity for the Islamic world. This includes support for pragmatic political reform, as well as education and economic empowerment. (B15)

Conclusão

As filiações políticas dos dois jornais em análise neste trabalho mostram ser determinantes na selecção do tópico, na perspectivação da notícia e no correspondente alinhamento ideológico, dando origem a representações discursivas marcadamente divergentes. Assim:

O carácter liberal do *New York Times* torna quaisquer sinais de preconceito contra a comunidade islâmica na América pós-11 de Setembro mais difícil, se não impossível, de localizar, ao passo que esses sinais marcam forte presença no *Washington Examiner*, cuja filiação é assumidamente conservadora.

Em segundo lugar, o *Washington Examiner* escolhe materiais que focam recorrentemente situações de demonização, as quais implicitamente subscreve, enquanto que o *New York Times* se concentra por sistema em acontecimentos que vitimizam os muçulmanos, os quais implicitamente condena.

Em terceiro lugar, os dois jornais exibem construções identitárias que diferem radicalmente. O *Washington Examiner* apresenta a comunidade islâmica a viver nos EUA como estranha e estrangeira, retrógrada e fanática, perigosa e conspirativa, em suma, como uma ameaça para a América, hoje e no futuro. Em contrapartida, o *New York Times* oferece um retrato sobejamente favorável dos muçulmanos americanos, como sendo moderados e tolerantes, discretos e trabalhadores, cultos e bem-sucedidos, mas também, significativamente, como sendo vítimas de discriminação étnica, religiosa e nacionalista.

Em quarto lugar, o uso da dicotomia "nós/eles" (van Dijk 1998, 2000, 2006, Leudar *et al.* 2004), que percorre ambos os jornais e é marcado ideologicamente, não é privativo do grupo dominante. Na verdade, a

análise revela que tanto os americanos no *Washington Examiner* como os muçulmanos no *New York Times* assumem discursivamente a primeira pessoa, procedendo ao "outramento" (*othering* – Riggins 1997) ou "estranhamento" (*out-casting* – Lazar & Lazar 2004) do grupo rival, através de estratégias de generalização, alienação e culpabilização. Por outras palavras, a construção da diferença tem dupla agência, assumindo pólos opostos do eixo identitário. Ao mesmo tempo, o protagonismo locutório que assim exibem os dois grupos é uma forma de "apoderamento" (*empowerment*, Fairclough 2001) – agressivo, do lado americano, e defensivo, do lado muçulmano – ao constituir a manutenção (por parte daqueles) ou a conquista (por parte destes) do espaço discursivo. De notar, ainda, que este *empowerment* islâmico é entretanto facultado pelo *New York Times*, que assim promove uma agenda política de integração e tolerância.

Por outro lado, e finalmente, as visões fortemente antagonistas dos mesmos objectos textuais, e correspondentes construções discursivas, não podem senão confirmar a existência de parcialidade política e ideológica na imprensa americana (tal como Goldberg 2002, Nunberg 2003 e Alterman 2003 defendem – mas Jamieson & Waldman 2003 e Niven 2004 refutam). De facto, a análise demonstra a existência de parcialidade em termos de selecção de material noticioso, cobertura informativa e inserção de opiniões, ou seja, comprova a ocorrência das três categorias de tendenciosidade enunciadas por D'Alessio & Allen (2000): *gatekeeping, coverage* e *statement bias*. Em suma, a construção unilateral e facciosa das notícias e seus actores corrobora a hipótese de que os jornais americanos em foco manipulam a informação, dando aos leitores uma visão dos acontecimentos e dos indivíduos que é ideologicamente determinada.

Anexo (Corpus de Análise):

A. ***The Washington Examiner*:**

1. "9/11 ... The worst terrorist attack ever on U.S. soil" - Sept 4, 2006.
2. "Muslim activists seek change in Baltimore County curriculum" - Dec 27. 2006
3. "Conn. teacher encourages Muslim mau-mauing" - May 27, 2007.
4. "9/11 lesson - be vigilant" - Sept 11, 2007.

5. "Textbook council accuses publisher of being politically correct on Islam" - June 7, 2008.
6. "America is a secular nation" - Oct 8, 2008.
7. "The Vatican, Muslims and tomorrow" - 12 Nov, 2008.
8. "Halt all Muslim immigration to America" - November 24, 2008.
9. "Politicians charged with 'hate speech' while radical Muslims insult gays." January 6, 2009.
10. "WaPo feels the love for suicide bomber" - Feb 27, 2009.
11. "Radical Islam; 'The veil is not the same as the suicide belt'" - March 8, 2009.
12. "Global War on Terror ends - overseas contingency operation begins" - March 30, 2009.
13. "Radical Muslims wage jihad on the internet" - April 2, 2009.
14. "Radical Muslims use 'lawfare' to undermine the West" - April 16, 2009.
15. "Muslim teaching, influence spreads in American colleges" - May 4, 2009.

B. ***The New York Times*:**

1. "Taliban Plead for Mercy to the Miserable in a Land of Nothing" - Sept 13, 2001.
2. "A Nation Challenged: American Muslims Cry Persecution" - March 27, 2002.
3. "U.S. Attitudes Altered Little by Sept. 11, Pollsters Say" - May 20, 2002.
4. "Moderate Muslims under Siege" - July 1, 2002.
5. "Evangelist Says Muslims Haven't Adequately Apologized For Sept. 11 Attacks" - August 15, 2002.
6. "For Muslims, An Uneasy Anniversary; Urge To Speak Out Conflicts With Low-Profile Instincts" - August 19, 2002.
7. "Beliefs; With More Than A Year Gone By, American Muslims Debate Islam, Intolerance, Terrorism And The Significance Of Sept. 11" - December 7, 2002.
8. "Threats and Responses: American Muslims; Pilgrims Find Changes on Both Ends of Journey" - February 16, 2003.
9. "Putting the American in 'American Muslim'" - September 7, 2003.
10. "Study Finds City's Muslims Growing Closer Since 9/11" - October 5, 2004.
11. "Muslim Leaders Confront Terror Threat Within Islam" - September 2, 2005.
12. "The Arabs Are Coming!" - February 26, 2006.
13. "More Muslims Arrive In U.S., After 9/11 Dip" - February 27, 2006.
14. "U.S. Is Settling Detainee's Suit in 9/11 Sweep" - February 28, 2006.
15. "10 Ways to Avoid the Next 9/11" - September 10, 2006.

Referências:

Ahmed, N. M. (2002), *The war on freedom. How and why America was attacked, September 11th, 2001*. Joshua Tree, Calif.: Media Messenger Books.

Alterman, Eric (2003), *What Liberal Media?: The Truth about Bias and the News.* New York: Basic Books.

Anderson, Benedict (2006), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.

Barbour, Stephen (2000), "Nationalism, Language, Europe". In: Barbour & Carmichael (Eds.), *Language and Nationalism in Europe*. Oxford: O.U.P. pp. 1-17.

Baumann, Gerd (1999), *The Multicultural Riddle: Rethinking National, Ethnic, and Religious Identities*. New York: Routledge.

Berdún, Guibernau, M. Montserrat and John Rex (1997), *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism, and Migration*. Cambridge, UK / Malden, MA: Polity Press; Blackwell Publishers.

Butt, David G., Annabelle Lukin, and Christian M. Matthiessen (2004), "Grammar–The First Covert Operation of War". *Discourse & Society,* May 2004; vol. 15: pp. 267 - 290.

Chouliaraki, Lilie (2004), "Watching 11 September: The Politics of Pity". *Discourse & Society,* May 2004; vol. 15: pp. 185 - 198.

Cohen, Ronald (1978), "Ethnicity: Problem and Focus in Anthropology". *Ann. Rev. Anthropol.* 1978. 7:379-403

Craft, S., & Wanta, W. (2004), "US public concerns in the aftermath of 9-11: A test of second level agenda-setting". *International Journal of Public Opinion Research*, 16(4), 456-463.

D'Alessio, Dave & Allen, Mike (2000), "Media Bias in Presidential Elections: A Meta-Analysis". *Journal of Communication* 50, 133-156.

Edwards, John (2004), "After the Fall". *Discourse & Society*, May 2004; vol. 15: pp. 155 - 184.

Eisinger, Robert M., Loring R. Veenstra, and John P. Koehn (2005), "What Media Bias?: conservative and liberal labelling in major U.S. newspapers, 1991-2004". Paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Washington, D.C., September 1-4, 2005. (Acedido em http://www.allacademic.com//meta/p_mla_apa_research_citation/0/4/1/6/5/pages 41656-2.php, a 21 de Novembro de 2009.)

Eriksen, Thomas Hylland (2002), *Ethnicity and Nationalism. Anthropological Perspectives*. London: Pluto Press. 1st ed. 1993.

Fairclough, Norman (2001), *Language and Power*. 2nd ed. (1st ed. 1989). London: Longman.

Fairclough, Norman (2003), *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. London-NY: Routledge.

Fowler, Roger (1991), *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. London-NY: Routledge.

Gellner, Ernest (2006), *Nations and Nationalism (New Perspectives on the Past)*. 2nd Ed. London: WileyBlackwell.

Gindara, Lelia (2004), "'They That Sow the Wind...': Proverbs and Sayings in Argumentation". *Discourse & Society,* May 2004; vol. 15: pp. 345 - 359.

Goldberg, Bernard (2002), *Bias: A CBS Insider Exposes How the Media Distort the News.* Washington, D.C.: Renergy.

Greenberg, B. S. (Ed.). (2002), *Communication and terrorism. Public and media responses to 9/11*. Cresskill, N.J.: Hampton Press.

Hess, S., & Kalb, M. L. (2003), *The media and the war on terrorism*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

Hobsbaum, E. (1990), *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge: C.U.P.

Huk, P. (2005), "Monological discourse and the creation of villains: a staging of witnesses after 9/11". *Third World Quarterly*, 26(3), 543-550.

Jamieson, Kathleen Hall and Paul Waldman (2003), *The Press Effect: Politicians, Journalists, and the Stories That Shape the Political World.* New York: Oxford University Press.

Jefferson, Thomas (1807), "A Letter to John Norvell". *Library of Congress Archives*. (Recuperado a 29 de Maio de 2009 em: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?-collId=mtj1&fileName=mtj1-page038.db&recNum=0591>).

Lazar, Annita and Michelle M. Lazar (2004), "The Discourse of the New World Order: 'Out-Casting' the Double Face of Threat". *Discourse & Society*, May 2004; vol. 15: pp. 223 - 242.

Leudar, Ivan, Victoria Marsland and Jirí Nekvapil (2004), "On Membership Categorization: 'Us', 'Them' and 'Doing Violence' in Political Discourse". *Discourse & Society,* May 2004; vol. 15: pp. 243 - 266.

Martin, J. R. (2004), "Mourning: How We Get Aligned". *Discourse & Society*, May 2004; vol. 15: pp. 321 - 344.

Nacos, B. L. (2003), "Terrorism as Breaking News: Attack on America". *Political Science Quarterly*, 118(1), 23-52.

Niven, David (2004), "Objective Evidence on Media Bias: Newspaper Coverage of Congressional Party Switchers". *Journalism & Mass Communication Quarterly* 80, 311-326.

Noll, A. M. (Ed.) (2003), *Crisis communications. Lessons from September 11*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield.

Nunberg, Geoffrey (2003), "The Liberal Label". *The American Prospect* 8: 36-40.

Ozkirimli, Umut (2000), *Theories of Nationalism: A Critical Introduction*. London: Palgrave Macmillan.

Palmer, N. (2003), *Terrorism, war, and the press.* Cambridge, MA: Harvard University Hollis.

Pasley, Jeffrey L. (2001), *"The Tyranny of Printers": Newspaper Politics in the Early American Republic.* Charlottesville, VA: University of Virginia Press.

Persson, A. V., & Musher-Eizenman, D. R. (2005), "College students' attitudes toward blacks and Arabs following a terrorist attack as a function of varying levels of media exposure". *Journal of Applied Social Psychology*, 35(9), 1879-1893.

Riggins, Stephen H (1997), "The Rhetoric of Othering". In: Riggins (Ed.), (1997), *The language and politics of exclusion: Others in discourse*. Thousand Oaks, CA: Sage, pp. 3-29.

Said, Edward W. (1978), *Orientalism: Western Conceptions of the Orient*. 25th anniversary ed. 2003, Harmondsworth: Penguin.

Schechter, D. (2003), *Media wars. News at a time of terror*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield.

Shultz, R. H., & Vogt, A. (2003), "It's war! Fighting post-11 September global terrorism through a doctrine of preemption". *Terrorism and Political Violence*, 15(1), 1-30.

Singh, Ishtla (1999), "Language and ethnicity". In: Thomas, Linda & Shân Wareing (Eds.) (1999), *Language, Society and Power*. London: Routledge.

Smith, Anthony D. (1991), *National Identity*. Harmondsworth: Penguin.

Tucker, J. (2004), "Making difference in the aftermath of the September 11th 2001 terrorist attacks." *Critique of Anthropology*, 24(1), 34-50.

van Dijk, Teun A. (1991), *Racism and the Press*. London & New York: Routledge.

van Dijk, Teun A. (1998), *Ideology*. London: Sage.

van Dijk, Teun A. (2000), "Ideologies, racism, discourse: Debates on immigration and ethnic issues". In: Jessika ter Wal & Maykel Verkuyten (Eds.), *Comparative Perspectives on Racism*. Aldershot etc.: Ashgate, 91-116.

van Dijk, Teun A. (2002), "Discourse and racism". In David Goldberg & John Solomos (Eds.), *The Blackwell Companion to Racial and Ethnic Studies*. (pp. 145-159). Oxford: Blackwell, 2002.

van Dijk, Teun A. (2006). "Discourse and manipulation". *Discourse & Society*, 17(2), 359-383, 2006.

Wallman, S. (1978), "Ethnicity research in Britain". *Current Anthropology*, v. 18, n. 3, 1978, pp. 531–532.

Os conflitos linguísticos no mundo: a situação no Quebeque

Jony Do Mar

Resumo

O Quebeque é uma província autónoma do Canadá, que tem por língua oficial o francês, enquanto que em todo o continente norte-americano se fala inglês. Após ter sido abandonado pela França às mãos dos Ingleses no seguimento da derrota dos Franceses na guerra dos Sete Anos (1756-1763), procurou desde logo emancipar-se, na defesa dos seus valores culturais e linguísticos.

Durante a guerra de Independência dos Estados-Unidos, esteve inteligentemente do lado dos Ingleses em troca de uma grande autonomia e de direitos próprios. Estes, ora tentavam assimilar os Franceses do Quebeque, ora recuavam perante as fortes agitações sociais e a ingovernabilidade da região. Naturalmente, já na Confederação Canadiana a situação manteve-se, com os conflitos entre os Canadianos ingleses a desejar anglicizar, à força, os Canadianos franceses, e com parte dos Canadianos franceses a propor a Independência do Quebeque. Mas o estatuto de autonomia protegia de uma certa forma o Quebeque, que, perante as fortes influências económicas e políticas dos vizinhos anglófonos na era da industrialização, e o enfraquecimento da identidade francófona, dotou-se a partir de 1960 de uma série de leis que viriam assegurar o domínio exclusivo socio-económico do francês.

No entanto, a província nunca chegou a viver realmente a paz linguística. Prosseguiram os avanços e os recuos, devido às tensões entre as comunidades anglófonas e francófonas, e também entre o Governo Provincial e o Governo Federal, no que diz respeito à interpretação das leis e à constitucionalidade das mesmas. Hoje não se sabe qual será o futuro da sociedade quebequense, se será definitivamente assimilada ou se descobrirá o caminho para a independência.

Résumé

Le Québec est une province autonome du Canada, avec pour langue officielle le français, alors que dans tout le continent nord-américain on parle anglais. Après avoir été abandonné par la France aux mains des Anglais lors de la défaite des Français pendant la guerre des Sept Ans (1756-1763), il a cherché très vite à s'émanciper, afin de préserver ses valeurs culturelles et linguistiques.
Pendant la guerre d'Indépendance des États-Unis, le Québec s'est mis intelligemment du côté des Anglais en échange d'une grande autonomie et de droits propres. Cela dit, ces derniers ont tantôt essayé d'assimiler les Français du Québec, tantôt ont reculé face aux fortes agitations sociales rendant la région ingouvernable. Naturellement, alors dans la Confédération Canadienne la situation s'est maintenue, avec des conflits entre les Canadiens anglais désirant angliciser, par la force, les Canadiens français, et une partie des Canadiens français proposant au contraire l'indépendance du Québec. Quoi qu'il en soit, le statut d'autonomie protégea en quelques sortes le Québec, qui, alors qu'il subissait les fortes influences économiques et politiques de ses voisins anglophones lors de l'ère industrielle, et que son identité francophone se fragilisait, se dota en 1960 d'une série de lois visant à assurer l'hégémonie socio-économique du français.
Toutefois, la province n'a jamais réussi à vivre réellement la paix linguistique. Les avancées et les reculs se sont poursuivis, à cause des tensions entre les communautés anglophones et francophones, mais aussi entre le Gouvernement Provincial et le Gouvernement Fédéral, notamment par rapport à l'interprétation des lois à leur constitutionnalité. Aujourd'hui personne ne connait l'avenir de la société québécoise, si celle-ci sera définitivement assimilée ou si elle découvrira le chemin vers l'indépendance.

Segundo o jornal *Sol*, datado de 23 de Setembro de 2006, «28% dos Portugueses consideram que Portugal e Espanha deveriam ser um só país». Aceita-se que muitos Portugueses sintam que o nosso país está mal governado e que se o governo central estivesse em Madrid viveriam muito melhor. Pois bem. Olhando para o mundo que nos rodeia, verificamos que são mais os povos submissos a procurar a soberania, do que países soberanos a quererem perdê-la. Porque será? País Basco, Irlanda do Norte, Palestina ou ainda Ossétia do Sul, tem havido nestas regiões reivindicações a favor da independência. Na maioria dos casos existe, perante o governo central, um mau estar social e político, traduzindo-se por um desejo de emancipação, na procura da liberdade. Outra das razões, provavelmente uma das mais importantes, tem a ver com o direito linguístico, ou seja o direito de se exprimir no seu próprio idioma, quer em casa, quer no trabalho ou na administração pública. Como se de repente fôssemos todos obrigados a falar castelhano e deixássemos de falar português. Seria o fim do nosso querido idioma? Talvez. Em todo o caso, temos no mundo numerosos exemplos de conflitos linguísticos. E a situação mais sintomática é aquela que se vive actualmente no Quebeque.

O Quebeque... Província autónoma do Canadá localizada na costa oriental, a cerca de 3500km de Portugal, tem a particularidade de ter como única língua oficial o francês, quando o inglês é preponderante em todo o continente norte-americano. Poder-se-á pensar que o Quebeque tem todas as condições para viver num clima favorável de estabilidade social e política dada a sua grande autonomia mas, na realidade os conflitos linguísticos estão vivos e bem patentes. Reflectindo um pouco, não será difícil imaginar a pressão linguística que existe sobre o habitante do Quebeque, quando no resto do país o idioma dominante é o inglês. E mesmo estando protegido pelas leis da sua província, a sua preocupação não diminui atendendo ao facto de que o inglês não é somente a língua mais falada no Canadá, mas também noutras partes do globo, e a sua influência política e económica é poderosíssima.

Como acontece connosco Portugueses, também a história do Quebeque é feita de uma dualidade. Só que a outra face da moeda não é a Espanha, é o Canadá. E há diferenças que distinguem o Quebeque de todas as outras nações e regiões do mundo, as que levaram a sociedade quebequense a ser única, com uma cultura própria e uma identidade...

ainda difícil de definir. Sabemos que tudo começou na época das colonizações francesas e inglesas. Mas o que raramente sabemos é que foram os vicissitudes da história que moldaram o Quebeque tal como o conhecemos hoje. Ou seja, dificilmente se poderia acreditar nos séculos XVI e XVII de que o destino desta província no seio do Canadá seria este. E que destino!

Da chegada dos colonizadores franceses, passando para a conquista dos Ingleses, da guerra norte-americana à submissão do Quebeque à Coroa Inglesa, do reconhecimento de um estatuto especial à integração plena no Canadá Federal, até chegar ao desejo de emancipação unida a uma Confederação ou pelo contrário aliada a uma independência, são essas as facetas que criaram o Quebeque de hoje, como vamos ver a seguir.

Um passado turbulento

1.1. A colonização da Nova-França (séculos XVI e XVII)

Logicamente a história do Quebeque está intimamente ligada à história do Canadá. Temos é duas perspectivas consoante nos pomos do lado inglês ou do lado francês. Neste caso, para compreender as razões das veleidades do povo do Quebeque, o que nos interessa é o lado francês. Pois tal como a Inglaterra, a França desde cedo manifestou interesse pelas terras setentrionais do continente americano. Tudo começou realmente em 1524 quando os irmãos venezianos Giovanni e Girolamo da Verrazzano, trabalhando para o rei Francisco I, foram explorar estas terras. Baptizaram a zona que se estende da Terra Nova à Nova Inglaterra de Francesca (em homenagem ao rei) e Nova Gália. Ciumento das conquistas espanholas e portuguesas, Francisco I nomeou seguidamente Jacques Cartier (1491-1557) para descobrir novos territórios e fundar, eventualmente, um império colonial. Entre 1534 e 1542, Jacques Cartier efectuou então várias expedições marcando as suas descobertas ao colocar cruzes com inscrições em latim, afirmando o seguinte:«Franciscus primus Dei gratia Francorum rex regnat» (Francisco Primeiro, pela graça de Deus, rei dos Franceses, reina). Ao deixar vestígios das suas expedições, Jacques Cartier apenas copiou os hábitos que os colonizadores europeus (e nomeadamente portugueses) tinham na altura.

Todavia, essas inscrições em latim tinham um forte simbolismo, pois a mensagem podia ser compreendida por qualquer outro povo europeu. Desta forma, os Franceses estavam a dizer ao mundo que essas terras lhes pertenciam. De qualquer forma, apesar destas descobertas, pode-se afirmar que, no final do século XVII, a colonização da região do Quebeque era um fracasso, pois nenhum Francês ainda se tinha instalado lá. Mesmo assim, Jacques Cartier fez um trabalho admirável. Além de dar à França os direitos sobre este território, estabeleceu as bases da cartografia canadiana e contribuiu grandemente para a toponímia dos lugares, ao defini-los a partir da língua francesa e amerindiana (o rio Saint-Laurent é um exemplo). Apesar de não se ter aventurado fora da região actual do Quebeque, é dele que provém o nome de Canadá. Ao ouvir a palavra iróquia *Kana:ta* que significa cidade ou vila, ele pensou que este termo referia-se ao país inteiro.

Mais tarde, em 1607, foi realizado, por iniciativa de Samuel de Champlain, um mapa da região onde surgiu pela primeira vez o nome de «Nova França» em vez de «Francesca» ou de «Nova Gália». Samuel de Champlain teve um papel preponderante na colonização do território. Fundou em 1608 a cidade do Quebeque, que significa em algonquim «estreitamento do rio», pois neste sítio o rio Saint-Laurent é muito menos largo. Em 1612, Samuel de Champlain tornou-se governador do território. O objectivo era povoar a região de colonos franceses. Apesar da criação em 1627 da Companhia da Nova-França, tal objectivo não foi conseguido. Assim, em 1641, a Nova-França contava 240 habitantes, contra 50000 habitantes das futuras colónias inglesas da Nova-Inglaterra. Surge então o paradoxo da colonização francesa na América do Norte. A França, que era neste século o país mais povoado da Europa com cerca de 20 milhões de habitantes, deveria ter conseguido, proporcionalmente fora da metrópole, um maior número de habitantes à população da Nova Inglaterra (cerca de 6 milhões de habitantes). Este fiasco da colonização da América do Norte tem várias motivos. Primeiro, houve sempre o receio, por parte dos governantes franceses, de despovoar o país.[1] Ora o exemplo inglês provou o contrário. Se a França tivesse enviado

[1] A este propósito, a 5 de Janeiro de 1666, o ministro Colbert escreveu ao intendente Jean Talon o seguinte: «O Rei não pode concordar de todo com o raciocínio que vós fazeis sobre os meios de formar no Canadá um grande e poderoso Estado. Não seria prudente despovoar o seu reino como seria preciso fazê-lo para povoar o Canadá» (Lamontagne, 1952: 42-61).

durante o reinado de Luís XIV 500 emigrantes por ano para o Canadá, teria tido em 1760 mais de 500000 habitantes. Assim estaria em posição de força em relação às colónias inglesas da Nova-Inglaterra que na altura tinham cerca de 300000 colonos. Contudo, durante este período, a emigração francesa existiu, pois saíram do território mais de 300000 habitantes. Mas a sua maioria escolheu as Índias Ocidentais (as Antilhas actuais, nomeadamente as ilhas Martinica, Guadalupe, Domínica, Santa Lúcia, São Domingos, Guiana, etc.). A Nova-França não era um destino atractivo. Além do clima severo, os amerindianos e os Ingleses da Nova-Inglaterra manifestavam uma grande hostilidade. Entre 1642, data da fundação de Montreal, e 1760, data da queda da Nova-França, o território conheceu apenas 29 anos de paz. Compreende-se, então, a razão pela qual em 100 navios que saíam do porto de La Rochelle, apenas 15 tinham como destino o Canadá. Além disso, 2/3 dos emigrantes regressavam mais tarde à metrópole, enquanto que do lado inglês a proporção era apenas de 10%. O fraco povoamento da Nova-França iria ter, como vamos ver mais tarde, grandes consequências.

1.2. A oposição entre Franceses e Ingleses (séculos XVII e XVIII)

A França possuía no século XVIII um enorme território na América do Norte, a Luisiana e a Nova-França, cujas fronteiras estavam definidas apenas a Este. Ou seja, a oeste da Nova-França, havia muito território por descobrir e conquistar. Contudo, infelizmente, a França nunca soube gerir devidamente as suas províncias americanas. Como a Administração Francesa era representada pelo governador da Nova-França o qual residia no Quebeque e devido às longas distâncias geográficas e à lentidão das comunicações, os governadores locais beneficiavam de uma grande autonomia. Além disso, logo na primeira metade do século XVII havia uma certa desorganização civil, social, religiosa e económica, enquanto que as vizinhas Nova-Holanda e Nova-Inglaterra, mais povoadas, eram muito bem geridas. Durante o reinado de Luís XIV, os Franceses pensaram em abandonar as suas colónias da América do Norte. Mas mudaram de ideia e, pelo contrário, enviaram para o Canadá cerca de 13000 militares, o que representava, no final do século XVII, cerca de 30% da população. Os contingentes estavam principalmente estacionados na região do Quebeque e participavam sempre que era

preciso em acções de manutenção da paz, perante as hostilidades amerindianas e inglesas. Assim, no início do século XVIII, a Nova-França era um território imenso, que representava cerca de metade do Canadá actual e metade dos Estados Unidos actualmente. Mas o Império Francês iria fraquejar devido, em primeiro lugar, às guerras que envolveram a metrópole. A primeira foi a guerra de Sucessão Espanhola que se iniciou em 1701 e acabou com a derrota da França e da Espanha em 1714. Para não perder territórios na Europa, a França decidiu abdicar, no Tratado de Utrecht, da baía de Hudson, da Terra Nova, do Labrador e da Acádia (A Nova-Escócia hoje). Seguiu-se a guerra de Sete Anos, que opôs, mais uma vez a França à Inglaterra, traduzindo-se em uma derrota francesa em 1763. Desta vez, a Europa não foi o único palco das operações, passou a ser a América do Norte. A Inglaterra, com os seus territórios cercados pelo mar e pelas colónias francesas, tinha um forte desejo de expansão. Assim, em 1754, começaram as fricções. Os Ingleses tentaram conquistar a região do Ohio. Segundo eles, este território deveria ter-lhes sido entregue, à luz do Tratado de Utrecht. Questão de interpretação. Na maioria das batalhas, os Ingleses saíram derrotados. Enquanto isso, os colonos ingleses da Nova-Escócia perseguiram os Acádios francófonos, levando-os a fugir para o Quebeque ou para as Antilhas. Até 1757, a Nova-França resistiu veementemente, vencendo numerosas batalhas. Com o início da guerra dos Sete Anos, os colonos ingleses conseguiram importantes reforços provenientes da Grã-Bretanha. Em forte inferioridade numérica, os colonos franceses e os seus aliados amerindianos iriam ceder com a invasão inglesa em três frentes (a Norte, a Centro e a Sul), provocando a queda da cidade do Quebeque em 1759 e de Montreal em 1760. Desta forma, aquando do Tratado de Paris, a França preferiu ceder o Canadá à Grã-Bretanha e a Luisiana à Espanha, ficando com os seus territórios nas Antilhas, que na altura eram mais muito rentáveis (o comércio da cana de açúcar era mais lucrativo do que o da pele). Além disso, a França mantinha os direitos piscatórios da costa canadiana. Era o fim da Nova-França. Mas não era o fim da guerra na América do Norte. Pouco depois começava a guerra de Independência dos Estados Unidos.

Entretanto, a população do Canadá francês tinha crescido exponencialmente, devido a casamentos precoces, a uma grande fertilidade e a uma longa esperança de vida. O estilo de vida na colónia desde cedo foi

superior ao da metrópole (essencialmente pelo facto dos colonos beneficiarem de uma melhor alimentação). Assim, em 1740 o Canadá de origem francesa tinha cerca de 50000 habitantes, dos quais 5000 estavam estabelecidos na cidade do Quebeque e 3500 em Montreal. A grande maioria já tinha nascido no Canadá e já não eram imigrantes. Com a protecção dos militares franceses, formavam uma comunidade próspera, composta de agricultores, de artesãos, de pescadores e de negociantes, gozando de uma boa saúde. Durante a guerra dos Sete Anos, os habitantes francófonos do Canadá identificavam-se como Canadianos, não como Franceses. Aliás, a guerra onde estavam envolvidos era uma guerra entre Canadianos francófonos e Ingleses, à qual deram o nome de guerra da Conquista (1756-1760) (os Americanos mais tarde definirão esta guerra como sendo a *French and Indian War*). Isolados, receberam muito pouco apoio militar da França enquanto que as colónias inglesas beneficiaram sempre de reforços provenientes da Grã-Bretanha. Além disso, os governadores franceses eram sempre olhados com desconfiança. Do lado inglês a situação era contrária. Para eles, os Canadianos eram Franceses. Só se tornaram Canadianos quando a Nova-França se desmoronou.

1.3. O Canadá francês abandonado (século XVIII até ao ano 1763)

Assim sendo, podemos resumir que a relação que existia entre a França e as suas colónias americanas era como uma relação familiar tensa. Aqui, o filho Canadá nunca foi realmente amado pela mãe-pátria França. Prova disso, é o episódio da guerra da Conquista que representou apenas o culminar do desprezo manifestado pela França, que preferiu guardar a sua filha querida, as Antilhas, e abandonar à sua sorte o filho indesejado, o Canadá. Aliás, muitas vozes, em França, exprimiram a sua satisfação pela assinatura do Tratado de Paris.[2]

Só e abandonado, o povo do Quebeque iria erguer a cabeça e revelar, como iremos ver, uma força inestimável na luta pela defesa dos seus

[2] Voltaire já dizia em 1762 numa carta dirigida ao Ministro da Guerra Duque de Choiseul que «Sou como o público, amo mais a paz do que o Canadá e creio que a França pode ser feliz sem o Quebeque» (Calmettes & Choiseul, 1902: 163). O próprio Duque de Choiseul, que esteve no Canadá e que participou activamente nas negociações do Tratado de Paris escreveu num relatório em 1770 dirigido ao Rei Luís XV que «Creio que posso avançar que a Córsega é mais útil de todas as maneiras à França do que era ou tinha sido o Canadá» (Arzalier, 1993: 475).

interesses, frente ao poderio do Canadá inglês. Assim, da sua história trágica, iria nascer um povo com uma cultura e uma mentalidade própria e única no mundo francófono. Entretanto, o final do século XVIII revelava-se difícil para as ex-colónias francesas. A classe dirigente do Canadá era agora britânica e a relação entre os ingleses e os franceses seria baseada numa oposição entre «dominante» e «dominado». Os Canadianos franceses tiveram então de desenvolver mecanismos de sobrevivência, que se podem definir em três eixos: a religião (católica), a língua (francesa) e a lei (civil francesa). Estava em marcha um longo processo de assimilação à língua e à cultura dos conquistadores. Quanto aos amerindianos aliados dos franceses, muitos foram massacrados e os sobreviventes tiveram de se submeter forçosamente.

1.4. O Quebeque no Canadá inglês (1763 - 1774)

Após a capitulação da França em 1763 e a entrega do Canadá francês aos ingleses, os militares, assim como a nobreza francesa, deixaram a região e refugiaram-se em França e nas Antilhas. A maioria dos Canadianos nativos decidiu ficar (representavam todavia apenas 5,7% da população, sobre 70000 que contava a província). Logo após o Tratado de Paris, a Inglaterra redefiniu as fronteiras da região, delimitando a província do Quebeque e os territórios indianos. Pouco depois, estabeleceu uma política de assimilação, implantando a religião de estado (o anglicanismo), assim como as estruturas políticas e administrativas conforme à tradição britânica. Incentivou desde logo a imigração inglesa. O Governador do Canadá, James Murray, foi até mais longe ao estabelecer a lei do sermão do teste para todos os empregados do Estado, que consistia em renunciar à religião católica e ao não reconhecimento do papa. A partir do estabelecimento dessa lei, todos os Canadianos franceses ficaram afastados de todas as funções públicas. No entanto, perante a dificuldade na aplicação desta lei, houve por parte da administração inglesa muita tolerância,[3] embora contra a vontade política que pretendia a assimila-

[3] Comentando esta situação, o historiador quebequense André Vachon (1962, 57-58) escreveu «Assistiu-se então a um espectáculo insólito de uma população francesa de 70000 almas governadas por conselheiros de língua inglesa, representantes de cerca de duzentos mercantes e funcionários ingleses instalados no país: de uma população francesa julgada seguindo leis das quais ignorava a primeira palavra, e por juizes que não compreendiam as partes (…). De tudo isto só podia resultar em incertezas, confusões e quiproquós».

ção definitiva de todos os francófonos.[4] Assim, os Canadianos franceses eram não só afastados dos cargos públicos, mas também de todos os domínios ligados à economia, à banca, ao comércio, à informação, à indústria, etc.[5] Quem dirigia, na realidade, a província eram os Ingleses, a língua veiculada era o inglês e os Canadianos franceses viram-se obrigados a refugiarem-se nas suas terras e a trabalharem na agricultura.

1.5. A afirmação do Quebeque como província autónoma (1774 - 1791)

Um acontecimento iria provocar grandes tumultos no Canadá: a agitação das 13 colónias anglo-americanas. No sentido de conservar a fidelidade da população francesa no conflito que iria opor a Coroa às suas colónias, o novo governador Guy Carleton promulgou em 1774 o Acto do Quebeque, que viria atribuir à província um território mais amplo, a autorização da prática religiosa e o restabelecimento das leis cívicas francesas. De uma certa forma, a lei definia um estatuto especial para os Canadianos franceses no seio do Império Britânico.[6] No que diz respeito à língua, a lei assegurava implicitamente o uso do francês como língua quase oficial.[7] Obviamente, o Acto do Quebeque foi muito mal recebido

---

[4] Francis Maseres, procurador geral da Província do Quebeque, entregava um relatório em 1768 onde afirmava que era possível inverter a situação demográfica da província, se as leis fossem mais favoráveis à comunidade anglófona (Shortt & Doughty, 1918: 327-392).

[5] Na revista *Langue Française* o linguista do Quebeque Jean-Claude Corbeil escreveu a este propósito o seguinte: «A Inglaterra, pelos seus representantes, dirige a economia do país, exige que o comércio se faça por intermediário das sociedades instaladas nas colónias inglesas do litoral atlântico ou na Inglaterra mesmo. Os comerciantes franceses, ou deixaram o país, ou ficaram arruinados pela derrota. Aqueles que persistem não conhecem ou não são conhecidos das sociedades inglesas, ou ainda não obtêm crédito destas sociedades. Os comerciantes das colónias americanas invadem o Quebeque considerando estar em território conquistado» (31 de Dezembro de 1976, Paris, Larousse, p. 6-7).

[6] Anos mais tarde, em 1809, o deputado anglófono de Warwick do Baixo Canadá escrevia sobre esta singularidade: «Um estrangeiro que viaje pela província sem entrar nas cidades estaria convencido de estar a visitar uma parte da França. A língua, as maneiras, cada símbolo (…) se unem para melhor o enganar (…). Se ele entrar numa casa, a boa educação francesa, o vestido francês (…) impressionarão o seu olhar (…). Se uma das raparigas da casa decidir cantar, ouvirá provavelmente a linda balada de *Sur les bords de la Seine*, ou qualquer outra canção, que o levará para um destes lindos vales da velha França. Ao visitar o quarto de convívio, reparará no meio dos outros santos, o retrato de Napoleão. Em resumo, não poderá imaginar-se que terá atravessado as fronteiras do Império Britânico» (Wallot, 1967: p. 273).

[7] É de notar que o artigo VII do Acto do Quebeque dizia o seguinte: «É também estabelecido, pela supracitada autoridade, que todos os sujeitos Canadianos da Sua Majestade da dita província do Quebeque (somente exceptuadas as Ordens religiosas e Comunidades) poderão também manter

pelos mercantes ingleses, assim como por todos os habitantes das 13 colónias da Nova-Inglaterra. Estes consideravam que estas cedências em relação ao Quebeque eram uma provocação, enquanto que eles próprios tinham apresentado as suas reivindicações e até ao momento estas lhes tinham sido recusadas. A guerra de Independência dos Estados Unidos iniciou-se então num grande clima de tensão, com os Americanos a invadirem a província do Quebeque. Daí resultou a perda definitiva do sul do seu território, a região dos Grandes Lagos. Curiosamente, a França teve um papel importante nesta guerra, pois financiou-a em grande parte (cerca de mil milhões de libras, o equivalente hoje a oito mil milhões de euros!). Além disso, o marquês La Fayette, amigo de George Washington, participou activamente nalgumas batalhas ajudando os Americanos a obter vitórias decisivas, como a de Yorktown, a Outubro de 1781. Na realidade, por detrás dessa ajuda estava escondido o desejo de reaver todo o território canadiano.[8] Infelizmente, para La Fayette e para os Franceses, esta estratégia revelar-se-ia um fracasso, pois quando precisaram do apoio americano para conquistar o Canadá, este ser-lhe-ia retirado no último momento. George Washington não podia tolerar uma potência colonial como a França às portas do seu novo país.[9] Mais uma vez o Quebeque saiu prejudicado. Além de ter perdido grande parte do seu território, via chegar milhares de refugiados anglófonos (cerca de 7000) que se estabeleceram na periferia, essen-

as suas propriedades e posses, e o gozo das mesmas, junto de todos os usos e costumes que os concernem, e de todos os outros direitos dos cidadãos, de uma maneira tão ampla, tão larga, e tão vantajosa, que se as ditas proclamação, comissões, portarias, e outros actos e instrumentos, não tenham sido feitos, guardando à Sua Majestade a fé e fidelidade que eles lhe devem, e a submissão devida à Coroa e ao Parlamento da Grã-Bretanha (…)». Este artigo ambíguo iria ser fonte de oposição entre as duas comunidades, pois os francófonos rapidamente consideraram que a língua era um direito garantido pois fazia parte integral dos tais «usos e costumes» deste artigo. Quanto aos Ingleses eles iriam pelo contrário contestar a legalidade do uso da língua e das leis cívicas francesas.

[8] Logo a 3 de Fevereiro de 1778 La Fayette escrevia sobre este assunto à sua esposa: «Não vos darei longos detalhes sobre a confiança que a América me honra. Basta-lhe-á saber que o Canadá está oprimido pelos Ingleses, todo este imenso país está na posse dos inimigos, eles têm uma frota, tropas e fortes. Eu vou-me lá dirigir com o título de General da Armada do Norte e ao comando de 3000 homens, para ver se podemos fazer algum mal aos Ingleses nestas terras. A ideia de devolver toda a Nova-França livre e de a libertar de um jugo pesado é demasiado brilhante para parar nela. Empreendo esta terrível obra, sobretudo com poucos meios». (Trudel, 1948: 177).

[9] George Washington escreveu a La Fayette as razões seguintes: «Estou convencido que toda a gente aprovará a prudência que vos fez renunciar a este empreendimento cuja perseguição vos levaria numa luta vã com impossibilidades físicas» (Trudel, 1948: 181).

cialmente a oeste, pedindo de imediato direitos próprios (não queriam submeter-se ao Acto do Quebeque).

Os anos seguintes foram de tensões entre as duas comunidades. Para acabar com elas, o Parlamento britânico separou, em 1791, a província em duas partes, o Alto Canadá (a oeste – hoje a região do Ontário) entregue aos refugiados ingleses e o Baixo Canadá (a este – o Quebeque actual) entregue à Comunidade francófona. A Coroa pretendia desta forma manter alguma coesão no Canadá perante a ameaça de uma nova guerra contra os Estados Unidos. Imediatamente, o Primeiro Governador do Alto Canadá, John Simcoe, apressou-se a suprimir os efeitos do Acto do Quebeque, retirando todos os direitos adquiridos pelos francófonos. Foi mais longe, anglicizou muitos topónimos franceses e amerindianos tais como Toronto, que foi alterado para York, o Lago das Claies, alterado para Simcoe Lake, o rio La Tranche para Thames River, o rio Chippewa para Welland River, o rio Toronto para Humber River, etc.

Em termos administrativos, foi elaborada uma constituição canadiana que dotava cada província de uma Assembleia legislativa, de um Conselho legislativo, de um Conselho executivo e de um Governador. Assim, as duas províncias beneficiavam de uma larga autonomia que podia apenas ser contrariada pelo Governador geral, que detinha o direito de veto nas leis votadas. No fundo, o modelo legislativo adoptado pela Coroa era inspirado da Revolução Francesa de 1789. Mas a barbaridade vivida em França, no final do século XVIII, com a execução do rei Luís XVI e da rainha Marie-Antoinette, assim como o assassínio de muitos nobres e religiosos, provocou uma onda de consternação na Império britânico, agarrado às tradições monárquicas, mas também na província do Quebeque, profundamente religiosa. Assim, os Canadianos franceses revelavam satisfação em poder manter o culto católico e viver em paz sob a protecção da Coroa inglesa.

1.6. Primeira fase de oposição entre as Comunidades francesas e inglesas (1791 - 1837)

O período 1791-1840 viria a conhecer conflitos permanentes entre francófonos e anglófonos. Na província do Quebeque, a maioria das leis era vetada pelo Governo central. Desta forma, vivia-se uma certa paralisia no Estado, tal como a não aprovação dos orçamentos e as sucessivas

demissões da Assembleia, provocando regularmente novas eleições. Perante o impasse governativo, a Coroa inglesa decidiu manter essa situação, a qual de certa forma lhe convinha, pois não podia aceitar que uma população francesa e católica, vencida na guerra da Conquista, tomasse o controlo das instituições de uma colónia da Sua Majestade.

Quanto às questões linguísticas, os problemas surgiram logo em 1792 com a eleição do governador do Baixo Canadá, Jean-Antoine Panet, que não dominava a língua inglesa,[10] tornando a comunicação entre a província e o Governo central difícil. Perante a indecisão dos direitos linguísticos, a Coroa britânica decretou em 1793 que a língua oficial da colónia seria o inglês. O francês seria apenas uma língua de tradução. Assim, no Quebeque, o espaço da língua francesa reduzia-se aos discursos parlamentares e à redacção das leis (como língua de tradução).[11] [12]

1.7. Os primeiros sinais do nacionalismo francófono (1837 - 1840)

No início do século XIX houve vários movimentos internacionais de libertação nacional que levaram à independência de muitos Estados, como o Brasil, a Sérvia, a Grécia, a Bolívia, a Bélgica e o Uruguai. No Baixo Canadá falava-se cada vez mais de nação canadiana[13], que repre-

[10] A 20 de Dezembro de 1792, Panet apresentou-se ao tenente-governador da província Alured Clarke declarando-lhe «Suplico-lhe Vossa Excelência que considere que eu só possa exprimir-me na língua primitiva do meu país natal, e de aceitar a tradução em inglês daquilo que eu terei a honra de lhe dizer» (Roy, 1906: 47).

[11] O Primeiro Ministro Britânico William Pitt estava convencido que «Com o tempo, os Canadianos adoptarão se calhar as leis inglesas por convicção. Será a experiência que deverá ensinar aos Canadianos que as leis inglesas são as melhores» (Wade, 1953: 106).

[12] Por outro lado o procurador geral do Baixo-Canadá James Stuart entregava em 1823 um memorando sobre o projecto de União onde resumia as seguintes razões da recusa dos Canadianos em assimilar-se: «O Baixo-Canadá é na sua maioria habitado por uma população que podemos chamar de povo estrangeiro, apesar de terem passados mais de sessenta anos desde a Conquista. Esta população não progrediu nada para a sua assimilação com os seus concidadãos de origem britânica, pela língua, pelas maneiras, pelos hábitos e os pelos sentimentos. Continua, com algumas excepções, a ser tão perfeitamente francesa que quando foi transferida para o domínio britânico. A principal causa desta adesão aos particularismos e aos preconceitos nacionais é devido certamente à concessão impolítica que lhes foi concedida, de um código de leis estrangeiras numa língua estrangeira» (Stuart, 1824: 26).

[13] O jornal *Le Canadien* de facto escrevia na sua edição de 21 de Maio de 1831 que: «Não há, pelo que sabemos, de povo francês nesta província, mas um povo canadiano, um povo religioso e moral, um povo leal e apaixonado pela liberdade ao mesmo tempo, e capaz de gozá-la, este povo não é nem francês, nem inglês, nem escocês, nem irlandês, nem *Yankee*, é canadiano». Pouco depois, James Craig, governador do país, suspendia o jornal por este se opor ao projecto de União.

sentava o desejo de emancipação em relação à Coroa inglesa.[14] Pelo contrário, o Alto Canadá mantinha-se coeso e fiel à sua Majestade, exprimindo, todavia, o desejo de união dos dois Canadá, no sentido de erradicar, definitivamente, o francês da colónia inglesa.[15]

Em 1837 rebentou uma rebelião dos francófonos, que não aceitavam que o poder fosse detido por uma minoria anglófona. Os Ingleses intervieram imediatamente, reprimindo violentamente a rebelião e espalhando o terror, ao pilhar e queimar várias aldeias. As consequências foram terríveis para o Baixo Canadá. Em 1840 o governo britânico decretou a Lei da União (*Union Act*) e juntou as duas Assembleias numa só. O inglês, através do artigo 41 da dita lei, tornava-se, então, a única língua oficial do país. A partir daí, os francófonos tiveram que aprender a viver em minoria.

1.8. O inglês cada vez mais presente (1840 - 1864)

A língua francesa nunca foi realmente afastada da vida política e social canadiana. O governo do Canadá Unido sentiu, logo à partida, dificuldades em elaborar, publicar e aplicar leis que não eram entendidas na região do Quebeque. Assim, o parlamento canadiano procurou imediatamente atenuar os efeitos do artigo 41 da Lei da União, ao traduzir, sistematicamente, as leis e outros documentos parlamentares em francês. Em 1848, perante a inutilidade deste artigo 41, o governo britânico revogou-o e regressou-se então à situação linguística que se vivia antes da Lei da União, ou seja, duas línguas oficiais no Canadá, o inglês e o francês. Os deputados francófonos voltavam a ter o direito de se exprimir em francês nos debates parlamentares, embora só alguns o fizessem, devido aos reduzidos conhecimentos dessa língua.

[14] Ainda sobre o desejo de emancipação dos canadianos francófonos, Craig escrevia em 1810 «Quero dizer que pela língua, pela religião, pela afeição e pelos costumes, este povo é completamente francês, e que não nos é ligado por nenhum outro laço a não ser por um governo comum, e que, pelo contrário, alimenta a nosso respeito sentimentos de desconfiança (…), sentimentos de ódio (…). A linha de separação entre nós é completa» (Skelton, 1919: 30).

[15] Durante estes anos conturbados o jornal *The Montreal Gazette* avisava os seus leitores que a ambição dos Canadianos franceses era de fundar *a French Canadian domination and a French Canadian nationality in America (...), a french Republic in the hearth of British American province*, o que significa «um domínio canadiano-francês e uma nacionalidade canadiana-francesa na América (…), uma República francesa no coração de uma província americano-britânica» (Lefebvre, 1972: 62).

Em todo o caso, eram permanentes as tensões. Desta vez, a Província do Ontário (Canadá-Oeste), anglófona, contestava o facto de ter apenas direito a metade dos deputados da Assembleia, quando a sua população começava a ultrapassar a população do Quebeque (Canadá-Este), fruto da forte imigração anglófona. Pediam então uma representação proporcional.

Por outro lado, a população do Quebeque diminuía. Perante a crise na agricultura muitos emigravam para os Estados Unidos. Calcula-se que cerca de 1,2 milhões de habitantes saíram do país entre 1840 e 1930 (cerca de 5 a 10% da população por ano). Contudo o Quebeque não se despovoava completamente já que, ao mesmo tempo, chegavam milhares de imigrantes anglófonos, que acabavam por ocupar postos de trabalho relacionados com o comércio e a indústria.

Na realidade, o inglês impunha-se cada vez mais: na administração, na economia, na indústria e na economia. Com a industrialização do início do século XX, chegaram os grandes patrões anglófonos que introduziram normas e nomenclaturas inglesas, além da criação de termos linguísticos não traduzidos em francês. Desta forma, a língua francesa no Canadá evoluía rapidamente e afastava-se ainda mais do francês falado na Europa.[16] No entanto, não podemos esquecer a existência de uma larga camada da população que vivia no campo, e que era exclusivamente francófona. Como raramente ia à cidade, a sua língua mantinha ainda alguma unidade, provocando ao longo do tempo, grandes diferenças entre o francês falado na cidade e o francês falado no campo. Este francês falado no campo tinha a particularidade de ser bastante arcaico, próximo do «velho francês».[17] Opinião esta, que não era partilhada por todos.[18]

---

[16] O professor de Literatura Francesa no Colégio de França Jean-Jacques Ampère escrevia em 1853 o seguinte, a propósito da evolução da língua francesa no Quebeque e da sua influência pelo inglês: «A nossa língua está em minoria nos letreiros, e quando aparece, é muitas vezes alterada e corrompida pela vizinhança do inglês. Leio com dor *manufacteur de tabac*, *sirop de toute description*, o sentimento do género desaparece, porque não existe em inglês, o sinal do plural desaparece por estar ausente na língua rival. Signo aflitivo de uma influência estrangeira sobre uma nacionalidade que resiste, conquista da gramática depois da das armas!» (Ampère, 1853: 305).

[17] O Francês Alexis de Tocqueville dizia a este respeito que «Sentíamo-nos como em casa, e por todo o lado recebiam-nos como compatriotas, filhos da Velha França, como eles chamavam. Na minha opinião, o epíteto é mal escolhido: a velha França está no Canadá, a nova está na nossa casa» (Trépanier, 2004: 132).

[18] Pierre-Joseph-Olivier Chauveau (1853: 364), futuro Primeiro Ministro do Quebeque, escrevia o seguinte: «A linguagem dos Canadianos menos instruídos é ainda o francês e do francês melhor

1.9. O nascimento da Confederação (1864 -1867)

As primeiras negociações para formar uma federação das Colónias Britânicas na América do Norte arrancaram em 1864. O inglês e o francês eram as línguas oficiais do Canadá (Alto e Baixo Canadá), mas apenas o inglês tinha este estatuto nas outras colónias, na Nova-Escócia, no Novo-Brunswick, na Ilha-do-Príncipe-Eduardo e na Terra Nova. Nas resoluções adoptadas na Conferência de Quebeque em 1864, é definido um quadro federal no qual cada Província teria o seu governo, logo, autonomia no que diz respeito à língua. Esta situação enfraqueceria, não só os francófonos da Província do Ontário mas também os anglófonos da Província do Quebeque. Na realidade em nenhuma resolução a questão da língua é tratada, a não ser a Resolução n.º 46, que estipulava que as línguas inglesas e francesas podiam ser simultaneamente aplicadas nas deliberações do Parlamento geral, assim como na legislatura e nos tribunais do Canadá-Este. Esta resolução visava proteger de certa forma, os direitos linguísticos dos anglófonos do Quebeque, não trazendo garantia para os francófonos da outra província.

Em 1867 era promulgada a Lei Constitucional, que criava a Confederação do Canadá, reunindo as províncias do Ontário (Canadá-Oeste), do Quebeque (Canadá-Este), do Novo-Brunswick e da Nova-Escócia. Nesta altura, o território do Canadá ainda era pequeno, não englobava os Territórios do Noroeste, Terra de Rupert, Colômbia-Britânica, Terra-Nova e a Ilha-do-Príncipe-Eduardo, que ainda eram colónias britânicas autónomas. Além disso, o Canadá não adquirira totalmente a sua independência mantendo ainda o estatuto de colónia britânica.

1.10. A radicalização das posições anglófonas e francófonas (1867 – 1910)

A partir desta época os Ingleses começavam a identificar-se como Canadianos, termo este que anteriormente designava os Franceses. Quanto aos Franceses, os Ingleses seriam apelidados de Canadianos ingleses e

que aquele que é falado pelos pastores das províncias de França onde se fala francês. Nunca saberemos admirar demasiado a estupidez de alguns turistas ingleses e americanos que escreveram que os Canadianos falam uma gíria. O facto é que, tirando alguns provincialismos, algumas expressões envelhecidas, mas charmosas nelas mesmas, o francês dos Canadianos parece-se mais com o melhor francês de França do que a língua do *Yankee* se parece com à do Inglês puro sangue».

os Franceses de Canadianos franceses. O final do século XIX foi recheado de tensões, com a fragilização da influência francesa quando começaram a dar entrada na Confederação mais províncias, todas inglesas (Manitoba, Colômbia Britânica, Alberta, etc.). O francês era cada vez mais uma língua minoritária no Canadá. Havia, assim, um extremar das posições, com grande parte dos Canadianos ingleses a desejar anglicizar, à força, os Canadianos franceses, e com parte dos Canadianos franceses a propor a Independência do Quebeque. Do lado inglês, o ódio anti-francês aumentava exponencialmente.[19] Do lado do Quebeque francófono, havia um desejo de autodeterminação e de uma criação de uma grande aliança internacional francófona com sede em Paris.[20] Mas o Governo central mantinha a unidade nacional ao controlar a vida política do Quebeque.

Entretanto, o bilinguismo do Canadá apenas existia a nível institucional e o francês era apenas utilizado como língua de tradução. Existia pouca vontade política para instituir uma igualdade plena entre os dois idiomas. Prova disso, são as tardias adopções do bilinguismo nos selos dos correios (1927), das notas de banco (1936) e dos cheques federais (1962). Na prática, estávamos em presença do unilinguismo anglófono.

Os Canadianos franceses começaram a ficar cada vez mais isolados. Até ao momento, a língua francesa não se limitara às fronteiras do Quebeque. Havia grandes comunidades francófonas, no Ontário e no Novo-Brunswick. Rapidamente a maioria das províncias inglesas começaram a adoptar leis anti-francesas, entre as quais proibir simplesmente esta língua (Novo-Brunswick em 1871, Manitoba em 1890 e Ontário em

---

[19] Exemplo disso é o relativo sucesso do partido McCarthyita, fundado pelo anti-católico e anti-Canadiano francês D'Alton McCarthy, que obteve uma votação importante nas eleições federais de 1898, nomeadamente em Simcoe-Norte e no Ontário.

[20] A este propósito Honoré Mercier, Primeiro Ministro do Quebeque de 1887 a 1891, declarava a 4 de Abril de 1893 em Montreal o seguinte: «Quando eu digo que não devemos nada à Inglaterra, falo do ponto de vista político, porque eu estou convencido (…) que a união do Alto e do Baixo-Canadá assim como a Confederação nos foram impostos num objectivo hostil ao elemento francês e com esperança de a fazer desaparecer num futuro mais ou menos afastado (...). Vocês têm a dependência colonial, eu ofereço-vos a fortuna e a prosperidade, vocês só são uma colónia ignorada do mundo inteiro, eu ofereço-vos de se tornarem um grande povo, respeitado e reconhecido no seio das nações do mundo» (Gallichan, 1994: 71). No fundo, tinha esperança de formar uma grande aliança francófona com sede em Paris. Era a Francofonia antes da hora! Infelizmente, Honoré Mercier teve um fim trágico: por ter criado tantas inimizades no seio dos anglófonos foi demitido em 1891 pelo Governador de Ottawa e acusado de fraudes criminais. Ilibado pouco depois, morreu completamente arruinado e doente em Montreal a 30 de Outubro de 1894.

1912). Estas medidas chocavam todos os Canadianos franceses e deixaram antever um sentimento que eles pouco a pouco iriam exprimir: a língua francesa limitar-se-ia apenas à Província do Quebeque, símbolo do Canadá francês, capital da América francesa.[21] Infelizmente para os Canadianos franceses, o governo provincial ainda não era suficientemente autónomo para aceder aos desejos dos seus habitantes.

Na realidade, em virtude da Constituição canadiana, o Parlamento Central tinha a possibilidade de vetar as leis votadas no Parlamento do Quebeque. Além disso, 60% dos rendimentos do Quebeque provinham do Governo Central, o que provocava uma sujeição financeira.

1.11. Primeiras tentativas de defesa da língua francesa (1910 - 1937)

Perante os ataques à língua francesa no Canadá, o governo do Quebeque mostrava-se pouco reactivo. No início do século XX, apenas em dois momentos se manifestou a favor da defesa do francês. Em 1910, quando o deputado Armand Lavergne conseguiu, com o apoio de uma petição de cerca de 1,7 milhões de assinaturas (quase toda a população do Quebeque – anglófonos incluídos), que o Código Civil obrigasse as empresas do sector público a dirigir-se aos seus clientes em inglês e em francês. Esta data é para o Quebeque importante porque representa o primeiro momento de afirmação no que diz respeito à matéria linguística. Embora pouco aplicada, fora um sucesso só pelo facto de se ter obtido uma lei a favor da comunidade francófona. Mais tarde, em 1937, o primeiro ministro do Quebeque, Maurice Duplessis conseguiu fazer votar uma lei que dava prioridade ao texto francês na interpretação das leis e dos regulamentos da província. Um ano depois, perante as pressões anglófonas (da comunidade minoritária e do Governo central), Maurice Duplessis admitiu ter errado e revogou esta mesma lei, o que levou os anglófonos a elogiá-lo pelo seu acto de «coragem» política.

---

[21] Anos depois, em 1945, o Jesuíta Richard Arès resumia esta ideia em *Notre Question Nationale*: «Não estamos ainda em crer que o Quebeque constitui sozinho o Canadá francês ou que possamos falar e escrever como se, de facto, existisse equivalência entre Franco-Quebequense e Canadianos franceses (…). Se a província do Quebeque não é todo o Canadá francês, ela já o foi e ela permanece a célula-mãe, o pólo dinâmico e o centro vital (…). O Quebeque não é uma simples capital de província, é a capital do Canadá francês, é a capital da América francesa».

1.12. A anglicização da sociedade do Quebeque (décadas de 1940 e 1950)

Perante as pressões que subiam de tom por toda a parte, os francófonos do Quebeque tinham dificuldade em afirmar-se, devido à influência constante do inglês no dia a dia. Assim, as leis eram primeiro redigidas neste idioma, moldadas nos textos anteriormente votadas nos Estados Unidos ou nas províncias canadianas inglesas. Acrescenta-se ainda que as traduções em francês eram muitas vezes imperfeitas, o que tornava necessário recorrer à versão original. Por outro lado, muitos funcionários do Quebeque eram unicamente falantes de língua inglesa. A classe económica e jurídica da província falava exclusivamente inglês, o que criava uma dependência linguística em relação a este idioma. Finalmente, o governo do Quebeque sofria uma enorme influência dos Estados Unidos, grande responsável pela industrialização e pela urbanização da província, provocando o êxodo rural e crise na agricultura, sector onde a presença francófona era elevada. Assim, em 1867, 85% da população do Quebeque era rural, mas em 1951 só representava 33%. Todavia, nas cidades, apenas 6,7% dos quadros superiores empresariais eram francófonos. A maioria tinha empregos pouco valorizados ou viviam situações de desemprego.

A anglicização no Quebeque estava irremediavelmente em curso. Quem não falasse inglês dificilmente podia alcançar sucesso na sua vida social e profissional. Existia discriminação favorável aos anglófonos, que tinham facilidades em obter uma promoção social. A imigração (essencialmente anglófona) aumentava (calcula-se que terão entrado no Quebeque meio milhão de imigrantes entre 1900 e 1950). Quanto ao francês falado, este enriquecia-se de termos ingleses, devido à evolução tecnológica e científica. Também a língua francesa era anglicizada pelo fenómeno da industrialização. A influência da França e da Francofonia, no que diz respeito à língua, era nesta altura praticamente nula.

1.13. Do estado defensivo para o estado ofensivo (década de 1960)

Na década de 60 iria decorrer uma viragem importante no panorama político, social e cultural do Quebeque com o fim do comportamento conservador e imobilista para uma nova fase de mudança, de modernismo e de valoração política, económica e linguística da nação. Estava em curso uma nova política de desenvolvimento colectivo, em que a

língua francesa iria ter um papel determinante, o de ser um argumento de combate e um símbolo de libertação de uma sociedade que já não aceitava o seu estatuto de menoridade mais ou menos alienada.[22]

O primeiro sinal de mudança ocorreu a 5 de Julho de 1960, quando o partido liberal do Quebeque chegou ao poder. O seu presidente, Jean Lesage, tinha uma visão da política que ia para além das meras reformas económicas. No seu programa eleitoral manifestava a vontade de transformar as instituições, assim como as mentalidades do Quebeque. Jean Lesage daria então início a um período chamado de «Revolução tranquila», baseado na consagração do Estado Moderno e da acção socio-económica assim como na afirmação da identidade do Quebeque e da consciência linguística. Em termos económicos, o governo de Jean Lesage investiu grandemente em projectos de estado através da nacionalização das riquezas naturais e da criação de empresas de estado. Na tentativa de obter alguma independência em relação ao governo federal, criou ministérios tais como o da Educação, do Rendimento, dos Negócios Culturais ou ainda o dos Negócios Federais e Provinciais. Procedeu igualmente a uma reforma profunda do Ensino e criou delegações regionais do Quebeque, em Paris e em Londres. Desta forma, a Função Pública era criadora de empregos, pois o seu número de efectivos aumentou cerca de 53%.O Quebeque estava então a viver uma nova era de grande desenvolvimento.

Quanto à identidade do Quebeque, esta foi sem dúvidas um dos traços mais marcantes da «Revolução tranquila». Pouco a pouco as palavras «Nação» e «Quebeque» tornavam-se sinónimos e a noção de «Canadianos franceses» desaparecia do vocabulário dos quebequenses. Na realidade, os habitantes do Quebeque sentiam-se cada vez mais como «Québécois» (Quebequense). A província começava a conhecer o nacionalismo activo. Eram criados partidos, a maioria autonomista ou independentista, tais como o RIN (*Rassemblement pour l'indépendance nationale* – Reunião para a Independência Nacional), o RN (*Ralliement national* – Reunião Nacional) ou ainda o MSA (*Mouvement souveraineté-association* – Movimento Soberania-Associação, futuro Partido *Québécois*).

[22] Uma das causas prováveis da viragem política do Quebeque é a atitude arrogante e autoritária do Governo Federal, segundo Daigle G. e Rocher G. (1992, 428). Escreveram que o facto da direcção do Canadá Nacional ter decidido construir um edifício com o nome de «The Queen Elizabeth Hotel» sem tomar nota da forte contestação francófona e do abaixo-assinado de 200 000 assinaturas deu um impulso decisivo à viragem política do Quebeque.

Todo este desenvolvimento institucional, político e sócio-económico era acompanhado pelo crescimento da vida intelectual e da produção cultural, traduzindo-se esta especificidade do Quebeque na canção, no teatro, no cinema, na televisão e na literatura.

1.14. As dificuldades da Língua Francesa no Quebeque (década de 1960)

A «Revolução tranquila» levantava o problema da questão linguística. O francês falado no Quebeque era cada vez mais considerado como atrasado, degradante e corrompido pelo inglês.[23] Era urgente purificar a língua restabelecendo uma ligação com a mãe-pátria, a França.[24] Esta ideia não era partilhada por alguns que consideravam a particularidade do francês falado na Província como única e característica da cultura do Quebeque.[25] Esta divisão sobre esta questão iria durar várias décadas, até que se chegou a um consenso. Assim, hoje poder-se-á afirmar que o quebequense não fala nem um francês de França correcto, nem sequer o tal francês atrasado e degradante, mas sim um francês «quebequense» sem nenhum sentimento de inferioridade.

Além da indecisão respeitante à língua, havia na década de 60 outro problema ainda mais preocupante: a questão demográfica. Até ao momento, a natalidade dos francófonos tinha sido muito elevada (8,3 filhos por casal nos séculos XVIII e XIX) o que tinha compensado os movimentos migratórios favoráveis aos anglófonos. Mas nos anos 60 esta tendência tinha-se invertido. À fraca natalidade, juntava-se uma

---

[23] O editorial do quotidiano *La Presse* de Montreal, publicado em 1973, era sintomático a este respeito: «Se ouvirmos por aí uma mistura de inglês e de francês guarnecido de palavrões ou de expressões abjectas... não podemos hesitar um instante. Devemos impedi-la de triunfar, porque esta é um calão para iniciados, uma gíria tribal insignificante que não pode pretender veicular uma cultura real. É uma linguagem mais próxima do animal do que do homem».

[24] Numa das primeiras publicações do Instituto de Língua Francesa nos anos 60 e intitulado *Norme du français écrit et parlé au Québec* era afirmado que «Para resistir às pressões enormes que exerce sobre o francês do Quebeque o meio norte americano de língua inglesa, é indispensável apoiar-se no mundo francófono: isto quer dizer que o uso deve alinhar-se no francês internacional, abrindo todavia o seu espaço à expressão das realidades especificamente norte-americanas».

[25] Michel Tremblay, dramaturgo, era uma dos maiores defensores do francês quebequense (apelidado de *joual*) e justificava em 1953 a sua posição ao dizer o seguinte: «Não precisamos de defender o *joual*, este defende-se sozinho. Não serve de nada bater-se desta forma. Deixamos os detractores porque eles são uns complexados, uns snobes ou uns colonizados culturais. Deixamo-los gritar, os seus choros ruidosos não impedirão o nosso destino de se realizar. O *joual* tal como é porta-se às mil maravilhas, é mais vivo que nunca... Alguém que tenha vergonha do *joual*, é alguém que tem vergonhas das suas origens, da sua raça, que tem vergonha de ser quebequense».

imigração canadiana e anglófona forte. Em 1967, o Relatório do Comité Interministerial sobre o Ensino das Línguas dos Canadianos, revelava que a Comunidade francófona do Quebeque não tinha nenhum poder assimilador, pois em 20 anos tinha havido 500 000 novos imigrantes no Quebeque, dos quais 50 000 francófonos. E 90% dos imigrantes escolhiam a língua dominante, o inglês. Estava em curso o processo de anglicização do Quebeque e da perda de influência dos francófonos no seu próprio território.

Além disso foi publicado em 1965, pelo Governo federal, um Relatório Preliminar sobre o bilinguismo na província do Quebeque. 83% dos quadros e dos administradores das empresas eram anglófonos, os francófonos recebiam ordenados de cerca de 35% inferiores aos dos anglófonos, que mesmo assimilados, os francófonos não ganhavam mais e que a situação tinha piorado nos últimos 30 anos. Para o Quebeque este relatório era considerado uma provocação, isto porque colocava os anglófonos numa posição privilegiada do ponto de vista do rendimento. Economicamente o conhecimento do francês não trazia nenhuma vantagem, antes pelo contrário. Pouco a pouco a população francófona do Quebeque começava a mostrar sinais de descontentamento, reivindicando o estatuto de unilinguismo francês na província. Mas o governo de Jean Lesage nunca quis intervir nesta área, temendo criar uma situação explosiva e insustentável entre o governo federal e a província do Quebeque.[26]

2. As políticas linguísticas modernas

2.1. A lei 63 que devia satisfazer as duas comunidades linguísticas (1969)

A época das leis linguísticas começou efectivamente em 1968 quando os comissários escolares de São-Leonardo (antigos subúrbios de Montreal) adoptaram uma resolução obrigando os novos imigrantes, italianos, a inscreverem-se nas escolas francesas. Esta decisão teve logo o apoio dos partidos nacionalistas do Quebeque mas em contrapartida uma forte oposição da comunidade anglófona.

---

[26] A situação já era de uma certa forma explosiva pois grupos radicais tais como a Frente de Libertação do Quebeque (Front de Libération du Québec – FLQ) tinham durante a década de 60 uma actividade intensa, com a explosão de diversos edifícios e símbolos do Governo Federal, o que chocava a maioria do povo canadiano.

Perante este clima de tensão social, o novo Primeiro Ministro do Quebeque, Jean-Jacques Bertrand, elaborou um projecto de lei destinado a anular esta resolução dos comissários escolares de São-Leonardo, gerando vivos protestos por parte da maioria francófona (Egretaud, 1970; Levine, 1990: 68-73). Com a forte instabilidade social vivida entre as comunidades francófonas e a coligação anglófona (que incluia os italófonos), foi adoptada em finais de Novembro de 1969, a lei 63 que visava contentar toda a gente ao anular a decisão dos comissários escolares de São-Leonardo e ao incentivar o ensino da língua francesa nas escolas inglesas. Na prática, a lei, chamada igualmente de «Lei para promover a língua francesa no Quebeque» (*Loi pour promouvoir la langue française au Quebeque*) – um paradoxo[27] – seguia as indicações do Governo Federal, que defendia o multiculturalismo na província do Quebeque. Desta forma, todos os cidadãos do Quebeque tinham liberdade para enveredar pelo o ensino de uma das línguas à sua escolha, o francês ou o inglês. Apenas era garantida a presença da língua francesa como disciplina curricular das escolas inglesas. Mesmo assim, a lei 63 provocava uma grande viragem no panorama linguístico do Quebeque, pois apesar de ter conseguido seduzir o eleitorado anglófono, o Governo de Jean-Jacques Bertrand tinha causado, no eleitorado francófono, uma grande consternação que o levou a uma derrota eleitoral, nas eleições de 1970.[28]

2.2. A lei 22 que oficializa o francês como língua oficial no Quebeque (1974)

A chegada de Robert Bourassa do Partido Liberal ao poder era sinal de esperança para a Comunidade francófona. Contudo, o novo Governo iria debater-se com dificuldades provocadas pela Frente de Libertação do Quebeque (*Front de libération du Quebeque* – FLQ) em Outubro de

[27] Plourde (1988, 11-12) escrevia a este respeito: «A Lei 63, obra-prima de ambivalência, enganosamente intitulada de «Lei para promover a língua francesa no Quebeque» (…) reconhece oficialmente, pela primeira vez num texto jurídico, o estatuto particular da língua inglesa e os privilégios dos anglófonos do Quebeque. Ou seja, em vez de «promover» a língua francesa e o carácter francês do Quebeque, como pretende fazê-lo, ela consagra o *statu quo* e favorece o deslizamento do Quebeque para a anglicização».

[28] A revolta dos francófonos era tal que durante o mês de Outubro de 1970 o ministro Pierre Laporte e o diplomata britânico James Cross foram raptados pela FLQ. O estado federal declarou imediatamente uma Lei sobre as medidas de guerra e as tropas militares invadiram a província quebequense. Pouco depois Pierra Laporte era assassinado e James Cross libertado.

1970, pelo fracasso da Conferência Constitucional de Vitória em 1971 e com as greves do sector público, em 1972.

Em relação à Conferência Constitucional de Vitória, esta tinha uma grande importância para o Quebeque, pois colocava a questão da descentralização do poder central, com a atribuição de uma maior autonomia às províncias (nomeadamente nos sectores da saúde, dos serviços sociais e do trabalho). No entanto o Governo Central mostrava-se renitente em dotar a província do Quebeque de mais competências. Além disso, considerava intolerável as referências aos conceitos de «nação», de «povo do Quebeque». O fracasso da Conferência foi muito mal vivido nas províncias anglófonas que atribuíram todas as responsabilidades ao Governo do Quebeque.[29] [30]

Fragilizado pelas difíceis decisões tomadas, o Governo de Robert Bourassa teve, em 1972, à sua disposição, o relatório Gendron que iria dar-lhe elementos de análise e de reflexão necessários acerca da situação linguística do francês no Quebeque.[31] As conclusões não traziam nenhuma novidade, apenas confirmavam que o inglês era preponderante em todos os sectores da sociedade, nomeadamente nas comunicações administrativas e técnicas dos trabalhadores e nas comunicações verbais do mundo do trabalho. Seguindo as recomendações do relatório, o Governo do Quebeque adoptou em 1974 a lei 22, dita «Lei sobre a língua oficial» (*Loi sur la langue officielle*).

Esta lei iria revolucionar a situação linguística da província. Logo no 1º dos 123 artigos era proclamado que «O francês era [é] a língua oficial do Quebeque». Os artigos 6 a 17 definiam que o francês era a língua da administração pública, garantindo, todavia, o uso da língua

---

[29] No dia seguinte ao Não de Robert Mourassa, o jornal Telegram de Toronto culpava o Primeiro Ministro do Quebeque de falta de coragem e de liderança. Quanto ao jornal Star também de Toronto, interrogava-se sobre futuros acordos entre o Governo Federal e o Governo do Quebeque, sabendo que na altura o Primeiro Ministro de Ottawa era um Canadiano-Francês e o entendimento entre ambos deveria ter sido facilitado. Em todos os casos, muitos médias anglófonos esqueciam que tanto o Saskatchewan como a Colômbia Britânica também tinham rejeitado o acordo de Vitória.

[30] Em todos os casos, Robert Mourassa reconheceu pouco depois que a decisão de recusar a oferta federal tinha sido extremamente difícil. Dizia ele que «Sentia o torno que se fechava sobre o Quebeque. Por um lado queremos manter-nos no regime federal, queremos tirar proveito. Mas por outro lado queremos guardar o nosso orgulho, afirmarmo-nos, ter o máximo de poderes».

[31] O relatório tinha três volumes: *Livre premier, La langue de travail* (A língua de trabalho, 379 páginas); *Livre deux, Les droits linguistiques* (Os direitos linguísticos, 474 páginas); *Livre trois, Les groupes ethniques* (Os grupos étnicos, 570 páginas).

inglesa. Quanto aos artigos 18 a 23, estabelecia o francês como língua das empresas e das profissões (mas os comunicados em inglês seriam permitidos). Os artigos 24 a 29 iam mais longe ao definir o francês como língua de trabalho. Além disso, as empresas eram incentivadas a aplicar programas de afrancesamento, isto se queriam beneficiar dos apoios e de outros subsídios públicos. Os artigos 30 a 39 diziam respeito à afixação pública, às ementas dos restaurantes e à etiquetagem. Aqui o inglês também seria permitido. Quanto aos artigos 40 a 44, era atribuído ao francês o estatuto de língua de ensino, sendo possível receber o ensino em inglês se o aluno demonstrasse aptidão nos testes previstos para o efeito. Finalmente, os restantes artigos tinham como objectivo adequar todas as outras leis a esta Lei sobre a língua oficial.

A publicação da lei 22 provocou reacções virulentas no seio das duas comunidades linguísticas da Província. Do lado dos anglófonos, havia uma grande consternação devido à perda dos privilégios. Não aceitavam o facto do francês ser a única língua oficial, queriam, pelo contrário, o bilinguismo oficial. Apesar da lei colocar o francês em primeiro plano, o inglês não sofria uma grande perda de influência, pois mantinha-se presente em todos os sectores da sociedade.[32] Do lado dos francófonos, existia algum descontentamento pelo facto da lei 22 não ir tão longe como pretendiam. Por exemplo, os filhos dos imigrantes podiam escolher a língua de ensino (apenas eram encaminhadas nas escolas francófonas caso reprovassem nos testes de aptidão). Quanto ao mundo empresarial, nada mudava concretamente, pois a lei não definia sanções para as empresas incumpridoras. De facto, havia por parte do Governo do Quebeque o receio de fazer uso do seu poder para aplicar à risca esta lei. As tensões entre as duas partes eram demasiadas elevadas. Assim, tal como a lei 63, a lei 22 não travava a assimilação dos francófonos e dos novos imigrantes nem impedia a supremacia socio-económica do inglês. O Governo de Robert Bourassa acabava por pecar tal como o

[32] Levirne (1990, 99) criticou a lei 22 ao escrever que «A Lei 22 não era absolutamente uma política do unilinguismo francês: apesar de comportar uma forma de prioridade do francês em muitos domínios, os direitos da língua inglesa estavam explicitamente protegidos pela lei e os anglófonos retomavam o controlo das suas instituições sociais». Por seu lado Plourde (1988, p. 18) ia mais longe ao afirmar que «Além das declarações simbólicas, constatamos claramente, à leitura dos artigos que se seguem [o preâmbulo], que o legislador consagra antes de mais, na maioria dos sectores, não a preeminência da língua francesa, mas a possibilidade de um bilinguismo *de facto* capaz de ocultar o carácter oficial ou prioritário do francês».

Governo anterior de Jean-Jacques Bertrand e iria perder surpreendentemente as eleições de 1976 para o Partido *Québécois*.

2.3. A lei 101 e a promoção socio-económica do francês (1977)

A 15 de Novembro de 1976, decorria uma viragem decisiva no que diz respeito à política linguística do Quebeque, com a vitória eleitoral do Partido *Québécois*. O novo Governo de René Lévesque tomou imediatamente a decisão de resolver definitivamente a questão linguística. Seguindo os seus ideais de soberania e, contando com o apoio maioritário dos francófonos (representando 54% do eleitorado), o Governo de René Lévesque sentiu uma grande liberdade de acção.

Em primeiro lugar, o Governo do Quebeque quis afirmar a predominância do francês na província, em oposição à predominância do inglês na província vizinha do Ontário. Esta vontade política iria provocar uma grande transformação na vida social e económica do Quebeque, pois o francês não se tornaria apenas numa língua de comunicação, iria corresponder à expressão da vida do quebequense, através do trabalho, do comércio, do ensino e dos negócios. Foi o que aconteceu a 26 de Agosto de 1977 aquando da promulgação da Carta da Língua Francesa (*Charte de la langue française*), a famosa lei 101.

A lei 101 foi elaborada seguindo quatro objectivos gerais: anular o processo de assimilação dos francófonos, assegurar o domínio socio-económico do francês, realizar a afirmação do francês *de facto* e reconhecer os direitos linguísticos dos anglófonos. Para alcançar estes objectivos, a lei 101 veio proibir o acesso às escolas anglófonas dos imigrantes (incluindo os imigrantes anglófonos provenientes das outras províncias do Canadá),[33] alargar a presença dos francófonos nas empresas, afrancesar as empresas de mais de 50 empregados (nas comunicações internas e externas, nos manuais, nos catálogos, nas terminologias,

[33] Era a chamada «Cláusula Quebeque» que limitava o acesso às escolas inglesas apenas às crianças cujos pais tinham realizado no Quebeque (e não numa outra província) os estudos primários em inglês. Todavia estavam previstos «entendimentos de reciprocidade» com as províncias que disponibilizam aos imigrantes francófonos quebequenses o acesso às escolas francesas, o que raramente acontecia. Após a Lei Constitucional de 1982, esta cláusula tornou-se caduca mas o Quebeque continuou a aplicá-la, pelo que a 26 de Julho de 1984 esta cláusula foi mesmo declarada inconstitucional pelo Tribunal Supremo do Canadá. Foi então substituída pela «Cláusula Canadá» que alargava o acesso às escolas inglesas a todos os Canadianos (quebequenses e imigrantes) anglófonos.

etc.) e assegurar a presença exclusiva do francês nas afixações públicas e na publicidade. A lei 101 terminava assim de vez com o bilinguismo. O francês tornava-se língua oficial e no principal factor de coesão social, numa Província onde 80% da população falava francês e apenas 11% o inglês.[34]

A lei 101 tinha também o objectivo de garantir os direitos linguísticos das minorias linguísticas, sobretudo os da minoria anglófona. Assim, esta lei conservava os direitos dos anglófonos na legislação (apesar dos textos jurídicos serem sancionados exclusivamente em francês), nos tribunais, no ensino, nos serviços sociais e culturais. Além disso, a língua inglesa era obrigatoriamente ensinada nas escolas francófonas a partir do 4º ano.

Curiosamente, a publicação da lei 101 apaziguou por um momento os conflitos entre as duas comunidades linguísticas. Em relação aos anglófonos, eles consideravam no fundo que a política linguística do Governo de René Levesque era relativamente moderada. As preocupações diziam respeito principalmente a outras questões, tais como o aumento dos impostos.[35] Por outro lado, os Canadianos ingleses das outras províncias não manifestaram nenhuma solidariedade, assistindo passivamente à evolução do Quebeque para uma sociedade unilinguista francófona, tal como as suas províncias eram sociedades unilingues anglófonas.

2.4. A soberania do Quebeque em questão: a resposta do referendo (1979 - 1982)

A 20 de Dezembro de 1979 o Governo nacionalista do Partido *Québécois* propôs à Assembleia Nacional a realização de um referendo colocando a questão da soberania-associação do Quebeque em relação ao Canadá Federal. O objectivo era dotar o Quebeque de uma soberania política

[34] O antigo Presidente do Conselho da Língua Francesa dizia a este propósito que «No Quebeque, é o francês. O francês é a língua comum de todos os quebequenses: francófonos, anglófonos e alófonos. É a língua que todos os quebequenses têm o direito de possuir, de saber e de utilizar. Esta a regra fundamental do nosso espaço linguístico: o francês primeiro, para toda a gente».

[35] Dois universitários de Toronto, Kenneth McRoberts e Dale Posgate, declararam em 1978 que «a lei 101 constitui (…) o exemplo mais marcante da moderação das reformas do governo quebequense. (…) A atenção dos quadros anglófonos está mais virada para o aumento do imposto provincial sobre os altos rendimentos».

com o estatuto de associado económico privilegiado com o Canadá. Mas era ir longe de mais. A 20 de Maio de 1980, 59,4% dos quebequenses votavam Não ao referendo.[36]

A realização do referendo de 1980 teve várias consequências no Quebeque. Primeiro, enfraqueceu a posição do Governo de René Levesque. Deu legitimidade ao Governo Federal de Pierre Elliot Trudeau, igualmente francófono, de elaborar alterações constitucionais que reforçassem o poder de Ottawa sobre as províncias canadianas. As negociações que decorreram em 1980 e 1981 foram tumultuosas, perante a oposição forte do Governo do Quebeque, sendo que a 17 de Abril de 1982 foi elaborada, sem o seu acordo, mas com o apoio das outras 9 províncias, uma nova lei constitucional.

2.5. A Lei Constitucional de 1982: curto-circuito da lei 101 (1982)

O objectivo da Lei Constitucional era restabelecer o bilinguismo no Quebeque, por forma a proteger a língua inglesa na província. Assim, os imigrantes teriam novamente liberdade em escolher a língua do ensino, os textos jurídicos e as leis tinham de ser traduzidos em inglês e iria haver, por exemplo, a possibilidade da afixação pública ser unicamente em inglês, ao abrigo da liberdade de expressão. Desta forma, alguns artigos da lei 101 tornar-se-iam caducos.

Por outro lado, os legisladores anglófonos depararam-se mais tarde com as mesmas reivindicações por parte das minorias francófonas presentes nos seus territórios. Mas desta vez, à excepção do Novo-Brunswick, nenhuma Província quis aplicar os direitos reconhecidos em matéria de acesso escolar. Perante as numerosas queixas constitucionais, as minorias francófonas acabaram por obter em todo o país o acesso às escolas francesas e o direito de as gerir através de um conselho escolar próprio.

Quanto ao Quebeque, os receios em relação ao acesso às escolas inglesas acabaram por não se justificar. Mas começava a existir, no seio

[36] A vitória do Não no referendo tem várias explicações, segundo diversos autores. Ferland e Rocher por exemplo (1987, 63-67) afirmaram que a lei 101 provocou nos quebequenses francófonos dois sentimentos: para alguns, o sentimento de terem alcançado tudo o que podiam esperar (ou mais ainda) e para outros o sentimento de a lei ter ido longe de mais (ao revelar nomeadamente dificuldades em assimilar a ideia da hegemonia do francês). Por isso, para muitos quebequenses francófonos a soberania não era um fim em si.

da população, uma certa indignação, humilhação, desilusão, e mais tarde, impotência, desolação e recuo. O Partido *Québécois* vivia horas agitadas, com vozes a pedir a independência pura e simplesmente e outras a defenderem o mal menor, o federalismo (*le beau risque*). Era o fim do Governo de René Levesque que caía sem glória, no início do Outono de 1985.

2.6. A combatividade anglófona e a passividade francófona (1982 -1985)

Numa altura em que a comunidade francófona revelava desunião e fraca combatividade, nasciam no lado oposto, movimentos cujos objectivos eram defender os direitos dos anglófonos e restabelecer de vez o bilinguismo na província. Em 1982 era fundada a associação «Alliance Québec» que iria obter algum êxito, fruto dos seus cerca de 15000 membros. Durante a década de 80, esta associação pedia modificações quanto à afixação pública e a dissolução da Comissão de protecção da Língua Francesa. Ou seja, pretendia revogar a Lei 101 e voltar às leis linguísticas em vigor em 1969.[37] Com o passar dos anos, o movimento perdeu força e com o fim dos subsídios, extinguiu-se em 2005. Na realidade, os anglófonos pouco a pouco começavam a aceitar a situação, revelando apenas preocupações respeitante às políticas económicas e fiscais.

Por outro lado, o regresso ao poder de Robert Bourassa do Partido Liberal em finais de 1985 não alterou a situação do francês na Província do Quebeque. Antes pelo contrário, havia cada vez mais entorses à lei 101 (a nível essencialmente da afixação pública e do mercado de trabalho)[38] sem nenhuma intervenção do Governo. Mas a aparente acalmia no seio das comunidades linguísticas do Quebeque não ia durar, com a publicação de uma nova série de leis entre 1988 e 2000.

---

[37] Também se pode explicar a forte combatividade anglófona dos anos 80 pelo facto de não aceitarem que o Quebeque seja a única província do mundo onde eles tinham um estatuto minoritário. Ou seja, não tinham nenhum modelo de comportamento (mesmo em termos históricos) que podia servir a causa deles.

[38] Bouchard (1991, 197) a este propósito lamentou a inacção do governo de Robert Bourassa, ao revelar que « (…) algumas empresas, aquelas que têm mais afinidades com o grupo anglófono, resistiram e resistem ainda de forma mais ou menos aberta ao afrancesamento. A 31 de Março de 1990, havia ainda 37% de empresas de 100 empregados ou mais para certificar. Lembramos que o prazo previsto inicialmente na Lei previa que toda a operação de afrancesamento estaria terminado a 31 de Dezembro de 1983».

2.7. Os reajustamentos do Governo de Robert Bourassa (1984-1993)

Ainda em 1984 fora levantada a questão nos tribunais da afixação pública. Tinha que ser unicamente em francês, como estipulava a Lei 101 nos seus artigos 58 e 59. A 28 de Dezembro desse ano, o Tribunal Superior do Quebeque invalidou estes dois artigos, pois considerava que violavam a liberdade de expressão. Em 1987, os 11 Primeiros-Ministros (Federal e das Províncias) assinaram um acordo (acordos do Lago Meech) que visava proteger a dualidade inglesa e francesa, protegendo as minorias de todas as Províncias (inglesas no Quebeque, francesas nas restantes Províncias). A 15 de Dezembro de 1988, o Tribunal Supremo do Canadá confirmou o julgamento do Tribunal Superior do Quebeque, afirmando que este tinha todo o direito de impor o uso do francês, mas não podia proibir o uso do inglês. Era, portanto, proibido limitar a liberdade de expressão, mesmo de cariz comercial.

Perante a pressão dos nacionalistas, o Governo de Robert Bourassa decidiu criar uma nova lei, a lei 178, que aproveitaria o artigo 33 da Lei Constitucional de 1982, para obter uma derrogação de algumas disposições da lei federal por um período nunca superior a 5 anos. Na prática, mantinham-se em vigor os artigos 58 e 59 da lei 101. A afixação pública ia continuar a ser exclusivamente em francês.

As reacções foram fortes. Todo o Canadá inglês condenou esta medida. O Quebeque acabava por suprimir as liberdades individuais dos anglófonos.[39] Por outro lado, muitos nacionalistas também revelaram insatisfação pelo facto do Governo não se ter oposto definitivamente à lei federal ao adiar a questão para 1993. Mais uma vez, o Governo de Robert Bourassa, contestado por todas as partes, vivia uma grande instabilidade política, o que levou à queda de três ministros.

Ao chegar ao termo da validade da lei 178, o Governo adoptou, a 17 de Junho de 1993, a lei 86, cujo objectivo era normalizar as ques-

[39] A questão da afixação pública era talvez um dos aspectos mais polémicos no seio da comunidade anglófona, que apelava à liberdade de expressão. Por isso, muitos anglófonos revelavam obstinação em manter a afixação pública em língua inglesa, como constatou Proulx no jornal *Le Devoir* a 19 de Abril de 1991: «A taxa de conformidade à Lei 101, em matéria de afixação exterior, progride, mas de maneira inconsistente, nos bairros anglófonos ou alófonos de Montreal. Num bairro onde tínhamos observado uma taxa de conformidade de 66% em Janeiro de 1990, houve uma descida para 55%, doze meses mais tarde. No entanto, num outro sector, a taxa de conformidade passou de 66% em Abril de 1989 a 84% em Dezembro de 1990. No sectores francófonos, todavia, a taxa de conformidade permanece estável para cima dos 90%».

tões linguísticas. Desta vez, a opção era estar em conformidade com a Lei Constitucional de 1982. Assim, alguns artigos da lei 101 sofreriam alterações. Voltaria a ser permitida a afixação pública nas duas línguas, seria alargado o acesso à escola inglesa, seria dada uma maior tolerância às empresas quanto ao afrancesamento, seriam reduzidos os poderes e o papel do Instituto da Língua Francesa (*Office de la langue française*) e ainda seria suprimida a Comissão de Protecção da Língua Francesa. O Governo de Robert Bourassa reencontrava com esta lei 86 alguma «paz linguística», paz esta que mais uma vez não iria durar muito tempo. Entretanto, vivia-se uma crise económica e graves conflitos na função pública. Em finais de 1993, Robert Bourassa demitia-se perante a sua incapacidade em arranjar soluções consensuais para a crise. Sucedia-se um governo transitório, o de Daniel Johnson. Em Setembro de 1994 regressava ao poder o Partido *Québécois*, liderado por Jacques Parizeau, após umas eleições muito disputadas (apenas 1 ponto percentual os separou do 2º partido mais votado, o Partido Liberal). Um ano depois, era realizado um novo referendo a propósito da independência do Quebeque. Desta vez, o Não ganhava por uma margem mínima (50,6% contra 49,4%).

Em 1996, Julien Bouchard, sucessor de Jacques Parizeau, propôs uma nova lei, a lei 40, que vinha alterar alguns aspectos da lei 101. Recriou a Comissão de Protecção da Língua Francesa e reprimiu mais severamente o não cumprimento da lei 101. Mas como na altura vivia-se uma crise financeira mundial, o Governo de Julien Bouchard optou por apenas abandonar a ideia do unilinguismo na afixação pública. Estava em jogo a imagem do Quebeque na opinião pública internacional.

2.8. A política linguística do Governo Federal nos anos 90

Em 1991 o Governo Federal modificava a lei Constitucional de 1867 ao inserir o artigo 2, prevendo que seria da responsabilidade das províncias conservar as duas maiorias e minorias linguísticas do Canadá. Além disso, era necessário, igualmente, proteger as minorias autóctones. Um ano depois, a 28 de Agosto de 1992, chegava-se ao acordo constitucional de Charlottetown, que dava garantias ao Quebeque acerca do Senado Canadiano (equilíbrio linguístico), da Câmara dos Comuns (25% dos lugares), assim como o direito de veto sobre todas as modificações das

instituições centrais (tal como para as outras Províncias). Reconhecia-se o Quebeque como uma sociedade distinta, mas que tinha o dever de proteger a minoria inglesa.[40]

Somente a 26 de Outubro de 1992, 55% dos Canadianos votavam Não a este acordo (a maioria do Quebeque, da Nova-Escócia, do Manitoba, do Saskatchewan e da Colômbia-Britânica). Do lado das províncias anglófonas, existia o receio que o Quebeque aproveitasse para tomar medidas no sentido de proteger as comunidades francófonas espalhadas no país. Quando aos francófonos do Quebeque, estes não queriam aceitar o bilinguismo na sua província.[41]

Em 1997, os nove Primeiros-Ministros das Províncias anglófonas (sem a presença do Quebeque) assinaram a Declaração de Calgary, onde reconheciam a especificidade do Quebeque, e exigiam que todas as Províncias fossem tratadas de igual modo. Afirmavam, desta forma, que não aceitavam que o Quebeque tivesse poderes específicos mais alargados (representados por exemplo na famosa lei 101).[42]

Embora a Declaração de Calgary acabasse por passar despercebida, esta teve na prática um efeito determinante no que diz respeito às futuras modificações constitucionais: todas as propostas do Quebeque estariam condenadas ao fracasso.

---

[40] O primeiro parágrafo detalhava as características fundamentais do Canadá, nomeadamente as seguintes alíneas:
c) O facto que o Quebeque forma no seio do Canadá uma sociedade distinta, que contém nomeadamente uma maioria de expressão francesa, uma cultura que é única e uma tradição de direito civil.
d) O compromisso dos Canadianos e dos seus governos para o florescimento e o desenvolvimento das comunidades minoritárias de língua oficial de todo o país (…).
h) A sociedade canadiana confirma o princípio de igualdade das províncias no respeito da sua diversidade.

[41] Victor Goldbloom, um crítico do Governo Federal, reagia da seguinte forma: «Torna-se urgente que o Governo Federal explique ele-próprio em termos simples o que é a dualidade linguística. Não podemos pedir às pessoas para se apoiarem nalguma coisa que não compreendem».

[42] Dois artigos desta Declaração são relevantes nesta matéria. O artigo n.º 5: «Neste regime federal, onde o respeito pela diversidade e igualdade é um dos fundamentos da unidade, o carácter único da sociedade quebequense, constituída nomeadamente pela sua maioria francófona, da sua cultura e tradição de direito civil, é fundamental para o bem estar do Canadá. Em consequência, a Assembleia Legislativa e o Governo do Quebeque têm o papel de proteger o carácter único da sociedade quebequense no seio do Canadá e de favorecer o seu florescimento».
Mas o artigo n.º 6 referia seguidamente que «Se uma futura modificação constitucional devia atribuir poderes a uma província, será necessário que estes mesmos poderes sejam acessíveis a todas as províncias».

2.9. Os Estados Gerais sobre a Língua Francesa e os seus efeitos (1998-2008)

Em 1998, o Governo do Quebeque de Lucien Bouchard criou uma Comissão dos Estados Gerais sobre a Situação e o Futuro da Língua Francesa no Quebeque (*Commission des États généraux sur la situation et l'avenir de la langue française au Québec*), cujo objectivo era analisar os factores que influenciavam a situação e o futuro da língua francesa, examinar as possibilidades de revisão da lei 101 (a nível da afixação pública e do ensino) e apresentar recomendações ao Governo para assegurar o uso, a visibilidade e a qualidade da Língua Francesa.

Em 2001, foram apresentadas as conclusões ao governo sucessor de Bernard Landry. Algumas foram eliminadas, por serem demasiado controversas (como por exemplo a recomendação para «constitucionalizar» a lei 101 e criar uma «cidadania do Quebeque»). Outras, todavia, levaram o Governo a fazer uma série de emendas à lei 101 em 2002. Assim, foi criado o Conselho do Quebeque da Língua Francesa (*Conseil québécois de la langue française*) que ia juntar os quatro organismos existentes desde 1977, o Instituto, o Conselho da Língua Francesa, a Comissão de Protecção da Língua Francesa e a Comissão de Toponímia). Foram dadas igualmente mais horas ao ensino da língua francesa materna e tornado obrigatório o conhecimento do francês para a obtenção do diploma universitário.

Em 2003, o Partido Liberal regressava ao poder, pela mão de Jean Charest, e mais uma vez se fizeram recuos, tais como: a introdução do ensino do inglês desde o 1º ano; a redução dos subsídios atribuídos ao afrancesamento dos imigrantes e ao Instituto do Quebeque da Língua Francesa. Perante os protestos feitos por parte das organizações comunitárias, o Governo teve de injectar uma parte das somas que tinham sido reduzidas. Em todos os casos, e como ia sendo tradição, o Governo Liberal de Jean Charest tentava manter o *statu quo*, evitando criar novos conflitos linguísticos entre as duas comunidades do Quebeque. Em 2003 a Assembleia Nacional do Quebeque reconheceu que os quebequenses formam uma nação e em 2006, o mesmo reconhecimento era feito pela Câmara dos Comuns do Canadá,[43] apesar da forte oposição anglófona

[43] Há no entanto uma pequena diferença na formulação deste conceito. Se para a Assembleia Nacional do Quebeque é quebequense toda a pessoa que reside no Quebeque e que se sente como tal, para a Câmara dos Comuns do Canadá os quebequenses formam uma nação no seio do Canadá unido, ou seja, um residente do Quebeque é quebequense e canadiano.

de todo o país. Curiosamente a 17 de Outubro de 2008 o Presidente da França Nicolas Sarkozy utilizou o termo de «nação quebequense» quando se exprimiu pela primeira vez na Assembleia Nacional do Quebeque.[44]

Conclusão: a situação soció-linguística actual

Em todo o caso, 2008 era um ano importante no que diz respeito ao futuro do Quebeque, pois eram realizadas novas eleições provinciais. Grande parte do debate político era dedicado à questão da soberania. Mais uma vez, voltava-se a falar da realização de um novo referendo. Porém, a 8 de Dezembro, o Partido Liberal ganhava as eleições, e mantinha-se, desta feita, no poder. O Governo Federal podia respirar de alívio.[45] Para os Canadianos anglófonos, essas eleições eram a prova que os quebequenses estavam fartos das velhas quezílias entre os centralizadores e os separatistas.[46] Por outro lado, a oposição lembrava que a vitória não tinha sido assim tão expressiva (42% para o Partido Liberal, 35% para o Partido Québécois), pois o Partido no poder não obtinha a maioria absoluta. Segundo eles, só podia significar que os quebequenses estavam insatisfeitos e que colocavam os liberais sob vigilância. Para Gilles Duceppe, Presidente do Bloc *Québéquois* (Partido Federal do Canadá, quebequense, e favorável à soberania do Quebeque), o projecto de soberania não estava enterrado, continuava a ser

[44] É preciso todavia relativizar os efeitos da visita de Sarkozy ao Quebeque. Na realidade os francófonos sentem uma grande cólera para com o Presidente francês, por este ter elogiado o excelente domínio do inglês do Primeiro Ministro do Quebeque Jean Charest e por este ter ao mesmo tempo dirigido duras críticas aos autonomistas e independentistas tratando-os de «sectários» e «gente furiosa fechada sobre si que detesta os seus vizinhos». Não há dúvidas que a aproximação de Sarkozy ao mundo anglófono (EUA e Nato) deixou marcas na sua política internacional (Rioux em *Le Devoir* a 6 de Fevereiro de 2009 e Bourgeois em http://resistancequebecoise.org a 3 de Fevereiro de 2009). Os anglófonos pelo contrário regozijaram-se (Kay em *The National Post* a 3 de Fevereiro de 2009 e Simpson em *The Globe and Mail* a 4 de Fevereiro de 2009).

[45] O Primeiro Ministro Stephen Harper reagia por comunicado ao dizer que estas eleições revelavam que os quebequenses estavam contra a realização de um novo referendo, contra a opção de soberania, e a favor de um federalismo de abertura em que se reconhece a existência da nação quebequense.

[46] Para os Canadianos anglófonos, também fartos desta situação, essas eleições representavam um grande sinal de esperança, como escreveu o *Edmonton Journal*: «E os Canadianos cansados da obsessão, em aparência sem fim, do Quebeque para a questão nacional, deverão observar com um novo olhar esta província surpreendente e em transformação, ainda devota ao nosso país».

uma meta. Reconheceu que a realização de um novo referendo a curto prazo, estava fora de questão. Mas, mais do que isso, perante a fraca participação do povo quebequense nestas eleições (cerca de 57%), criticou todos os partidos (do governo e da oposição) ao apelar a um «exame de consciência».

De qualquer forma, como principal partido da Oposição, o Partido *Québécois* tem todas as hipóteses de regressar, no futuro, ao poder. O seu programa para a soberania do Quebeque é bastante ambicioso e controverso, como provam os objectivos seguintes que dizem respeito à soberania: adoptar uma constituição e instituir a cidadania do Quebeque, fazer progredir a nação do Quebeque e reforçar o estatuto da língua francesa. Como se vê, o assunto está longe de ser encerrado.

Entretanto, percebe-se que a província ainda vive uma crise de identidade. Em primeiro lugar e consoante a origem do interlocutor, o quebequense identifica-se de várias maneiras. Frente ao Canadiano inglês, o quebequense distingue-se pelo seu europeísmo (próximo da França). Em relação ao Europeu, o quebequense afirma-se como Norte-Americano (próximo dos Estados-Unidos). Frente aos Americanos, o quebequense identifica-se como Nortenho (próximo do Canadá inglês) (Armony, 2002: 32). Esta complexidade não termina aqui, devido à forte presença dos Estados Unidos no Quebeque (Primeiro parceiro comercial da província). Assim, por um lado os quebequenses invejam a sociedade americana pela sua qualidade de vida. Por outro, defendem a sua especificidade e rejeitem a afirmação segundo a qual se vive melhor nos Estados Unidos do que no Quebeque. Por isso, a maioria dos habitantes do Quebeque define-se primeiro como quebequense, e depois como Norte-Americano (Robitaille em *Le Devoir* a 10 de Maio de 1998). Na realidade sentem-se mais Canadianos do que Americanos. Aliás, para muitos quebequenses, o amor do Canadá é sinónimo de patriotismo enquanto que o amor exclusivo do Quebeque faz sobressair um perigoso nacionalismo de teor étnico (Labelle, Rocher F. e Rocher R., 1995: 243). Percebe-se então que a crise identitária não está perto de acabar.[47]

[47] O cineasta Pierre Falardeau resumiu muito bem esta situação no filme *Elvis Gratton* (1985). Durante um voo de avião, um passageiro perguntou à personagem principal, Bob «Elvis» Gratton, de onde ele vinha. Respondeu: «Eu sou um Canadiano quebequense». Depois especificou: «Um Francês canadiano-francês». Acrescentou ainda: «Um Americano do Norte, francês. Um francófono quebequense, canadiano... Somos Canadianos americanos francófonos da América do Norte».

Além disso, apesar de todas as tentativas de assimilação do povo quebequense, actualmente apenas um terço da população é bilingue. A maioria fala somente francês. Existe, no entanto, por parte do Governo Federal uma grande vontade de impor o bilinguismo em todo o país (principalmente o inglês na província do Quebeque). Por outro lado, há que ter em conta a forte progressão das comunidades alófonas (nomeadamente na região de Montreal), não só por causa da imigração mas também pelo facto da natalidade, nessas comunidades, ser muito mais elevada. Coloca-se igualmente a questão do afrancesamento das empresas, obrigatório apenas para aquelas que têm mais de 50 empregados. Ora, a maioria dos imigrantes alófonos trabalha em médias e pequenas empresas onde se falam principalmente as línguas de origem dos imigrantes e o inglês.[48] [49] Os Centros de Orientação e de Formação dos Imigrantes (*Centres d'orientation et de formation des immigrants* (COFI)), entretanto extintos por restrições orçamentais, não tiveram muito êxito, por isso muitas vozes apelam a um alargamento da lei 101 para as empresas com menos de 50 empregados, assim como ao fim da exigência do domínio de uma outra língua (o inglês), como condição de emprego (apelos que fizeram eco no principal partido de oposição, o Partido *Québécois*). Coloca-se também aqui a questão da identidade. Aos olhos do imigrante, ele emigrou para uma simples província do Canadá. Daí a dificuldade em aceitar que lhe sejam impostos um certo conhecimento da língua francesa para se poder integrar na sociedade quebequense (Labelle, Rocher F. e Rocher R., 1995: 243).

Na esfera política coloca-se o problema da partilha de poderes entre o Governo Federal e o Governo do Quebeque. Como já se viu anteriormente, as fronteiras nunca foram claramente definidas em termos legislativos. Do lado do Quebeque houve sempre a tendência em gerir a província de uma forma muito autónoma, em detrimento, por vezes, das leis federais. Quanto ao Governo de Ottawa, pelo contrário, exis-

---

[48] Segundo o Conselho Superior da Língua Francesa (*Conseil supérieur de la langue française*), 87% dos imigrantes latinos ou oriundos de países francófonos adoptam o francês na ilha de Montreal (contra 26% em 1971). Nos outros imigrantes (eslavos, escandinavos, chineses, paquistaneses, indianos, etc.), que representam 35% do total, são apenas 15% a aprender a falar francês (a mesma percentagem em 1971).

[49] Guay a este propósito lamenta no jornal *Le Devoir* a 28 de Julho de 2006 a moleza das políticas do Governo Quebequense e que este deveria tomar por exemplo os Americanos que souberam anglicizar as suas populações imigrantes oriundas de origens tão diversas.

tiu sempre vontade em tornar nulo as políticas quebequenses, ao criar novas leis ou ao alterar a constituição canadiana. Actualmente, esta situação mantém-se, razão pela qual existem actualmente partidos federais quebequenses que tentam defender os interesses autonomistas do Quebeque. Na província, muitos acreditam que estão a ser administrados por Ottawa, que lhes impõe as suas escolhas, os seus meios, e que as competências provinciais são cada vez mais reduzidas (Laplante, 2009 e Desroches, 2009). Esta situação é para muitos insuportável, como provam alguns acontecimentos recentes. Por exemplo, no Verão de 2009, na cidade do Quebeque realizaram-se as comemorações das batalhas da planície de Abraão, um ano depois das celebrações da fundação da cidade do Quebeque (1608-2008). No Parque dos Campos de Batalha comemorou-se o 250º aniversário da famosa batalha que levou à derrota dos Franceses e à queda da cidade do Quebeque nas mãos dos Ingleses. Muitos quebequenses consideram esta atitude federal como uma provocação[50] e uma resposta aos festejos francófonos do ano anterior.[51] Daí, pedirem que todos os activos federais (parques, fortificações, sítios e monumentos históricos, edifícios administrativos, etc.) sejam transferidos para as mãos do Governo do Quebeque.

Outra questão diz respeito à atitude crítica e negativa que os francófonos quebequenses têm em relação à língua, como já vimos anteriormente. Há aqui também uma crise, a «crise da língua», devido, obviamente, à frágil existência do francês no continente anglófono. Neste contexto, pode-se questionar se será possível introduzir no francês quebequense as correcções necessárias (de sintaxe, de elocução, de vocabulário) para que os francófonos jamais sintam desconforto em falar e escrever este idioma. E que os imigrantes o adoptem sem reticências. A ajuda, neste contexto, da Francofonia é sem dúvidas preciosa (através da normalização internacional do francês contemporâneo). Para muitos, a situação só pode evoluir favoravelmente com a soberania definitiva do Quebeque. Ou seja, o francês só sairá socialmente valorizado por todos

[50] Boucher (em *Le Devoir*, edição do 18 de Fevereiro de 2009), ex-Presidente e Director Geral da Comissão da Capital Nacional do Quebeque está ofuscado com o que qualifica de «duplo erro de julgamento». Para ele, os administradores do Parque estão «irresistivelmente preocupados em promover o [nosso] «bom» Canadá». E os «mestres» de Ottawa, segundo ele, «acreditam que os quebequenses estão desprovidos de memória colectiva».

[51] E o mais curioso é que justamente em 2008 muitos francófonos criticaram estas celebrações por serem comedidas e coniventes com o Governo Federal (Payne em www.vigile.net).

os quebequenses (francófonos, anglófonos e alófonos) quando o Quebeque for soberano.[52]

Numa altura em que se questiona de novo o direito à autodeterminação com os conflitos vividos na Palestina, no Kosovo, na Ossétia do Sul ou no País Basco, os independentistas quebequenses querem aproveitar o movimento para se afirmar internacionalmente e recolher apoios com vista à futura soberania do Quebeque. Contudo, a comunidade internacional não se quer ingerir nos assuntos internos do Canadá. A forma como foi gerido o processo de independência do Kosovo é sintomática. Até ao momento 56 países reconheceram este novo estado, mas países como a Rússia, a Grécia, a Roménia ou a Espanha recusam este facto, receando criar um precedente que ponha em causa a integridade dos respectivos países. A posição do Canadá neste assunto foi de algum desconforto. O governo de Ottawa considerava que o Quebeque e o Kosovo eram duas situações completamente diferentes. Primeiro mostrou-se renitente. Acabou por reconhecer o Kosovo a 18 de Março de 2008 e insistindo em não querer comparar o Kosovo com o Quebeque, pois este já era, segundo o parlamento canadiano, uma nação (resolução datada de 26 de Novembro de 2006). O líder parlamentar do Bloco *Québécois*, Pierre Paquette, aproveitou esta abertura, por parte de Ottawa, para afirmar que a Comunidade Internacional estava cada vez mais sensível à vontade de um povo em querer ter o seu destino nas suas mãos, ou seja, em autogovernar-se (alusão inteligente à situação vivida no Quebeque).De qualquer forma, são várias as personalidades que adivinham um Quebeque Independente a médio e longo prazo. É só uma questão de tempo, como afirmou o ex-Primeiro Ministro do Quebeque, Bernard Landry, na Radio France, no dia 31 de Março de 2007. Por enquanto o Quebeque vive outras preocupações maiores, as que estão relacionadas com a famosa crise internacional. Todos os problemas já referidos ao longo deste trabalho ainda não estão sanados e o Quebeque já mostrou, por diversas vezes, ao longo da sua história, que de um momento para o outro o caminho em direcção à soberania poderá ser retomado. Resta saber como os conflitos linguísticos vão ser

[52] Labelle, Rocher F. e Rocher R. (1995, 238) são claros a este respeito: «Era preciso mais do que a soberania do Quebeque para corrigir imagens tão negativas – e para o futuro, perigosamente tão negativas. Mas será necessário a soberania do Quebeque para lá chegar. Só no quadro de um Quebeque soberano é que a afirmação do estatuto da língua francesa sairá do equívoco, da fraqueza e da marginalização que ditam o seu destino na Confederação canadiana».

vividos até lá. Pois não é tão depressa que esta província, tão única, tão diferente e tão viva, conhecerá a verdadeira paz linguística.

Referências

Ampère, J-J. (1853). «Promenade en Amérique. La Nouvelle Angleterre et la Nouvelle France» em *Revue des Deux Mondes*, vol. 17, pp. 292-319.

Arès, R. (1945), *Notre Question Nationale*, vol 3, *La Vérité*, Montreal, Éditions de l'Action Nationale.

Armony, V. (2002). «Des Latins du Nord ? L'identité culturelle québécoise dans le contexte panaméricain» em *Recherches sociographiques*, vol. 43, n.º 1, Quebeque, Département de sociologie, Faculté des sciences sociales, Université Laval, pp. 19-48.

Arzalier, F. (1993). «Les déportés guadéloupéens et haïtiens en Corse» em *Annales historiques de la Révolution française*, n.º 293-294, pp. 475.

Bariteau, C. (1991). «À la recherche d'un projet pour une "société distincte". Le Québec aux portes de la souveraineté», *Le Monde Diplomatique*.

Boucher, P. (2009). «Que les plaines soient rendues au Québec», *Le Devoir*.

Bouchard, P. (1991). *Les enjeux de la francisation des entreprises au Québec (1977-1984)*, Québec, Office de la langue française.

Bourgeois, P. (2009). *Sarkozy en remet!* [em linha] disponível no endereço <http://resistancequebecoise.org> [consultado em 13.05.2009].

Calmettes, P. e Choiseul, E-F. (1902). *Choiseul et Voltaire, d'après les lettres inédites du duc de Choiseul à Voltaire*, Paris, Plon.

Chauveau, P-J-O. (1853). *Charles Guérin, roman de mœurs canadiennes*, Montreal, Des Presses à Vapeur de John Lovell.

Commission d'enquête sur la situation de la langue française et sur les droits linguistiques au québec (1972). *La situation de la langue française au Québec*, Québec, Éditeur officiel du Québec.

Commission royale d'enquête sur le bilinguisme et le biculturalisme (1969). *Rapport de la Commission royale d'enquête sur le bilinguisme et le multiculturalisme*, *Le monde du travail*, Ottawa, Imprimeur de la Reine.

Conseil de la langue française (1991), em conjunto com o Secrétariat à la politique linguistique, l'Office de la langue française et la Commission de protection de la langue française, *Indicateurs de la situation linguistique au Québec*, Québec, Conseil de la langue française.

Corbeil, J.-C. (1976). «Origine historique de la situation linguistique québécoise», *Langue française*, n° 31, pp. 6-19.

Daigle, G. e Rocher, G. (1992). *Le Québec en jeu. Comprendre les grands défis*, Capítulo 15, Montreal, Les Presses de l'Université de Montréal.

De Tocqueville, A. (1991). «Voyage en Amérique», *Cahier alphabétique A, Oeuvres I*, Paris, Gallimard.

Desroches, D. (2009). *Le Québec en N/B et en couleurs* [em linha] disponível no endereço <http://www.vigile.net> [consultado em 28.05.2009]:

Dutrisac, R. (2008). «État de la langue française - Québec "ne doit pas laisser aller les choses"», *Le Devoir*.

Falardeau, J-C. (1953), *Essais sur le Québec contemporain*, Quebeque, Les Presses Universitaires Laval.

Ferland, M. e G. Rocher (1987). *La Loi 101 et l'école primaire à clientèle pluriethnique. Perception des intervenants*, Quebeque, Éditeur officiel du Québec.

Gallichan, G (1994). *Honoré Mercier. La politique et la culture*, Sillery, Éditions du Septentrion, pp. 70-72.

Guay, S-A. (2006), «Libre opinion: Montréal pris au piège du multiculturalisme», *Le Devoir*.

Gouvernement du québec (1972). *Rapport Gendron*, Livre 1: *La langue de travail*, Quebeque.

Gouvernement du québec (1972). *Rapport Gendron*, Livre 2: *Les droits linguistiques*, Quebeque.

Gouvernement du québec (1972). *Rapport Gendron*, Livre 3: *Les droits ethniques*, Quebeque.

Joyal, S. e P-A. Linteau (2008), *France-Canada-Québec*, Montreal, Presses de l'Université de Montréal.

Kay, J. (2009), «Vive Nicolas Sarkozy !», *The National Post*.

Labelle, M., Rocher, F. e G. Rocher (1995), «Pluriethnicité, citoyenneté et intégration: de la souveraineté pour lever les obstacles et les ambiguïtés» em *Cahiers de recherche sociologique*, n.º 25, Montreal, Département de sociologie – UQÀM, p. 213-245.

Lacoursière, J. (1996), *Histoire populaire du Québec*, vol. 3, Quebeque, Septentrion.

Lamontagne, R. (1952), *Revue d'histoire de l'Amérique française*, vol. 6, n.° 1, pp. 42-61.

Laplante, R (2009), «Le procès du régime», *L'Action nationale*.

Leclerc, J. (2009), «Québec» em *L'aménagement linguistique dans le monde*, Québec, TLFQ, Université Laval.

Lefebvre, A. (1972), *La Montréal Gazette et le nationalisme canadien (1835-1842*). Montréal, Guérin, pp. 1-79.

Levine, M.V. (1990), *The Reconquest of Montreal. Language Policy and Social Change in a Bilingual City*, Philadelphia, Temple University Press.

McRoberts K. e D. Posgate (1983), *Développement et modernisation du Québec*, Montreal, Boréal Express.

Payne, N. (2008), *Vivement un mouvement indépendantiste québécois fort* [em linha] disponível no endereço <http://www.vigile.net> [consultado em 08.05.2009]:

Plourde, M. (1988), *La politique linguistique du Québec, 1977-1987*, Québec, Institut québécois de recherche sur la culture.

Plourde, M. e P. Georgeault (2003). *Le français au Québec, 400 ans d'histoire et de vie*, Montreal, Fides – Les Publications du Québec.

Proulx, J.-P. (1991). «L'affichage en français progresse en cahotant dans les quartiers anglophones et allophones», *Le Devoir*.

Rioux, C. (2009), «Ingérence», *Le Devoir*.

Robitaille, A. (1998). «L'insondable âme américaine des Québécois. Les Québécois veulent s'ouvrir à l'Amérique», *Le Devoir*.

Roy, P-J. (1906). *La famille Panet*, Quebec, Levis, pp. 46-48.

Shortt, A. e A. Doughty (1918). *Documents relating to the constitutional history of Canada (1759-1791)*, Ottawa, Order of Parliament, pp. 327-392.

Simpson, J. (2009). «The 'mother country' gives Quebeckers a wake-up call», *The Globe and Mail*.

Skelton, O. (1919). *The Canadian Dominion*, Londres, BiblioBazaar, pp. 11-37.

Stuart, J. (1824). *Observations on the Proposed Union of the Provinces of Upper and Lower Canada*, Londres, William Clowes, pp. 11-38.

Trépanier, A. (2004). «Le voyage identitaire (et imaginaire) de Tocqueville au Bas-Canada: Vieille France ou Nouvelle France?» em *Mens*, vol. 5, n.º 1, Ottawa, Université d'Ottawa, pp. 119-149.

Trudel, M. (1948). «Projet d'invasion du Canada au début de 1778 : Lafayette, commandant en chef du corps expéditionnaire américain» em *Revue d'histoire de l'Amérique française*, volume n.º 2, n.º 2, Montreal, Institut d'histoire de l'Amérique française, pp. 163-184.

Vachon, A. (1962). *Histoire du notariat canadien*, Québec, Presses de l'Université Laval, pp. 54-55.

Wade, M. (1953). *Les Canadiens français de 1760 à nos jours*, volume n.º 1, Ottawa, Cercle du livre français, pp. 33-238

Wallot, J-P. (1967), «Le Bas-Canada et les imprimés (1809-1810)» em *Revue d'histoire de l'Amérique française*, volume n.º 21, n.º 2, Montreal, Institut d'histoire de l'Amérique française, p. 268-280.

Academic writing practices in Portugal: survey of Humanities and Social Science researchers

Karen Bennett*

Abstract

The world of academic research is becoming increasingly globalised, and as a result, Portuguese researchers are under pressure not only to publish abroad but also to bring their discourse into line with Anglo-Saxon norms. The survey described here was designed to gauge the attitude of Portuguese researchers towards the hegemony of English Academic Discourse and find out something about their habits as regards the production of academic texts in English.

Keywords: Academic Discourse; Portuguese; English; Survey; Portuguese researchers; linguistic imperialism.

Introduction

The world of academic research is becoming increasingly globalised, and as a result, researchers all over the world are under pressure not only to publish abroad but also to bring their discourse into line with Anglo-Saxon norms. This has led to suggestions that English Academic Discourse (EAD) is engaged in an imperialistic mission (Phillipson, 1992; Pennycook, 1994; Swales, 1997; Canagarah, 2002; Tardy, 2004) to impose its own worldview upon the global scientific community,

* Centre for Comparative Studies, Faculty of Letters, University of Lisbon. karen.bennett@netcabo.pt

eliminating other ways of construing knowledge in the process (Santos, 2001:266; 2007: 29).

The study described here aims, amongst other things, to assess Portuguese researchers' perceptions of and attitudes to the question of linguistic imperialism. It was carried out within the ambit of a much broader project to describe Portuguese academic writing practices from the perspective of Translation Studies,[1] with a view to determining whether there exists a coherent academic discourse in Portuguese that is radically different in its underlying epistemology and values from EAD. The results of the Corpus study (Bennett, 2010) suggest that such a discourse does exist and that it is still very prevalent in the humanities and social sciences, despite the pressures of globalization.[2]

In addition to establishing whether Portuguese researchers perceived such a difference and gauging their attitudes towards the hegemony of EAD, this survey also attempted to find out something about their habits with regards to publication abroad. That is to say, it was concerned with whether Portuguese researchers felt pressure to publish internationally, and if so, whether this was achieved by writing their texts directly in English or resorting to translation.

Method

The survey was carried out by means of a questionnaire, prepared in Portuguese and sent out by e-mail to Portuguese researchers operating in the Humanities and Social Sciences. It was applied twice, firstly in 2002, and then again in 2008, partly to compensate for the paucity of responses received the first time and also to take account of any changes that might have occurred in the meantime. The questionnaire covered issues such as: the differences between Portuguese and English discourse in the respondent's discipline; perceived advantages/disadvantages of

[1] The project included a Corpus study involving 408 academic texts (1,333,890 words) of different genres and disciplines, which were analysed for the presence of particular discourse features not usually found in EAD (Bennett, 2010), and a review of Portuguese academic style manuals currently on the market (unpublished). Claims about the nature of EAD are derived primarily from another survey into the many academic style manuals on the market in the UK (Bennett, 2009).

[2] Historical and cultural reasons for this situation have been suggested elsewhere (Bennett, 2007a, 2007b).

EAD in relation to Portuguese; the respondent's attitude towards the hegemony of English; their experience of publication in English, and methods used to produce English texts.

In the first instance (2002), it was sent to all the researchers listed as members of national research centres in the humanities and social sciences by the Foundation for Science and Technology (http://alfa.fct.mctes.pt), the body responsible for funding research in Portugal. However, by 2008, this channel was no longer available, as the listings had been removed from the website. Therefore, an alternative route had to be found for the second application. I considered using client lists from the various Translation Services that have recently sprung up in many Portuguese universities, but found that, in each case, records had not been kept of people that had used the service. Consequently, I decided to make use of my own client lists[3], which had the advantage of creating a closer correlation with the Corpus.

Results

Overall, a total of 590 questionnaires were sent out and 192 completed questionnaires were received (32.5%). The disciplines represented were: Anthropology (5); Archaeology (3); Architecture (1); Art (4); Economics (37); Education (23); Geography (18); History (22); Linguistics (2); Literary Studies (24); Musicology (5); Philosophy (13); Psychology (12), Sociology (18) and Other[4] (5).

Most of the respondents had answered the questions fully and had left few blank. Indeed, many had gone to considerable lengths to explain or justify their answers, even when this was not required by the questionnaire.

1) Perceived differences between Portuguese and English academic discourse by discipline

In Question 1 of the questionnaire, respondents were asked to assess the extent of the difference between Portuguese and English academic

[3] I have worked as a translator since 1992, specializing, in recent years, in academic translation.

[4] This category corresponds to researchers from more scientific fields that for some reason had been listed under the humanities or social sciences.

discourse in their discipline (choosing between *no significant differences*; *a little different*; *quite different*; and *very different*). They then had to indicate the aspects of the discourse where the differences were most marked, selecting from *textual organization/structure of argument*; *paragraph structure; syntax/sentence structure; lexis/vocabulary; other*). In the first part of the question they could only choose one response, while in the second part, they could tick as many as they felt were relevant.

During the processing of the data, the responses to the first part of the question were allocated a number (*no significant differences* (0); *a little different* (-1); *quite different* (-2); and *very different* (-3)) to bring them into line with the system used to assess Variance Factor in the Corpus Study (Bennett, 2010). The most common response overall was *a little different* (42.2%), followed by *quite different* (33.3%). However, there were some disciplinary variations. The most "scientific" of the subjects covered, Economics was the one with the highest proportion of 0 scores (27%), although admittedly responses for this discipline did cover the full range of options, as also happened in Geography, Education and Literary Studies. Other areas, such as Anthropology, Archaeology, Art, History, Philosophy, Psychology and Sociology showed a clearer predominance of -1 and -2 (though of course the numbers were really too small to indicate significant disciplinary differences). As for the response of *very different* (-3), these occurred in 9 of the 12 disciplines covered.

As regards the distinguishing features, sentence structure and text organization/argumentation were the most frequently indicated in most disciplines, though lexis/vocabulary was considered to be more significant than sentence structure in History, Musicology and Art. Most of the comments made under the category of "Other" tended to refer rather vaguely to "Style", understood as a general orientation or "feel" to the text.

It should be pointed out that there were inconsistencies in some questionnaires on this point. For example, some of the people that answered in the first part of Question 1 that there were few or no differences between Portuguese and English academic discourse in their field went on in the second part to identify areas of difference, or to claim in Question 6 that they significantly altered their writing style when writing in English. This, to my mind, does not necessarily disqualify their answers; rather, it would seem to suggest that they had not given seri-

ous thought to the issue and required prompting to encourage them to reflect more deeply.

2) Relative advantages and disadvantages of English and Portuguese as means of communication in different disciplines

Question 2 asked about the perceived advantages and disadvantages of English and Portuguese respectively as a means of communication within the respondent's area of study. This question was deliberately left open to avoid conditioning the responses, and as a result, was interpreted in several ways.

The main advantage given for English across all disciplines was *the opportunity for international exposure* that it offered researchers,[5] while the most frequently mentioned disadvantage of Portuguese was the correlative restrictedness of the discourse community. Indeed, these responses were often presented together by respondents as two sides of the same coin.

However, there were some that presented the hegemony of English in negative terms. 22 respondents complained of the *standardization of thought* that hegemony entails;[6] others referred to the *subalternization of work produced by other linguistic communities;*[7] the *exclusion of non-English-speaking scholars* from the international scene,[8] and even *the colonization of the Portuguese language* by English.[9]

---

[5] "*Não publicar em inglês é não existir*"; "*Torna os textos escritos por portugueses acessíveis à comunidade científica internacional*"; "*A grande vantagem consiste no facto de ser a língua de publicação das melhores revistas de carácter científico e de ser lida por toda a comunidade científica mundial*"; "*…divulgação (e, já agora, prestígio, logo financiamentos...)*", etc.

[6] "*risco de favorecer o pensamento único, resultante de uma globalização excessiva e indesejável*";"*limitação das ideias à estrutura conceptual da língua inglesa*", *etc.*

[7] "*desvalorização de outras comunidades linguísticas /…/ que assim se vêem remetidas de forma ainda mais agravada ao estatuto de parceiras periféricas, secundarizadas*"; "*...face ao domínio da produção científica norte-americana /…/, outros contributos científicos /…/ acabam por ser marginalizados e bastante ignorados*", etc.

[8] "*o domínio* [do inglês] *favorece uma maior visibilidade e eventual reconhecimento àqueles que a dominam*"; "*a sistemática marginalização de obras, por vezes de grande qualidade, que não podem competir em matéria de divulgação*", etc.

[9] "[o inglês] *coloniza as outras línguas com jargão que acaba por não ser traduzido para a língua materna; subjuga as diversas línguas maternas a ponto de os encontros científicos realizados em Portugal terem como língua oficial o inglês (considero isso lamentável)*"; "*desincentivo à criação de um corpo lexical próprio em português*".

Some also mentioned the English affinity for empiricist or positivistic models, and its incapacity to do justice to qualitative or philosophical approaches.[10]

Other respondents interpreted the question in terms of the relative adequacy of each language as a vehicle for communication in their respective academic fields. Here, again, opinions were divided as to the value judgements attributed, although there was a remarkable consistency with regards to the characteristics believed to pertain to each language. Portuguese researchers tend to perceive English academic discourse as clear, precise, objective, concrete and grammatically simple,[11] or, conversely, as reductionist and semantically impoverished.[12] Portuguese, on the other hand, is characterised as semantically richer, more nuanced, more flexible and better able to express subjectivity and sentiment[13] - or negatively, as overly complex, elaborate, longwinded and subjective.[14] In fact, only one respondent offered a view that countered this polarity,[15] probably reflecting the poststructuralist influence in the area of Literary Studies in English.

---

[10] *"no domínio da Filosofia /…/, o inglês acaba por ser adequado para certas correntes (filosofia analítica) e mais penosa para outros domínios (metafísica clássica, por ex.)"; "a redução de quase toda a linguagem* [inglesa] *ao enunciado proposicional e o princípio empirista que subjaz à argumentação"; "…normalmente* [o inglês] *está associado a escolas de pensamento económico mais viradas para raciocínios matematizados e por vezes esvaziados de qualquer leitura crítica*", etc.

[11] *"A língua inglesa parece-me mais sintética e gramaticalmente mais simples"; "língua mais clara, objectiva, concisa"*; *"mais directa, sintética, menos ambígua"* ; *"mais objectiva e concreta…"*, etc .

[12] "*pobre e esquemática"; "escassa versatilidade semântica"; "obriga a reduzir a riqueza da informação documental em proveito da comunicação*", etc.

[13] *"A vantagem da língua portuguesa é a riqueza de vocabulário";"permite uma expressão mais rigorosa do pensamento e dos conceitos"*; "*mais emotiva, porque mais adjectivação"; "uma língua mais poética e dada a expressar ideias filosóficas";"domínio semântico, ductilidade face à novidade"*, etc.

[14] *"língua extremamente elaborada /…/ onde a riqueza do texto passa muito pela diversidade do vocabulário e complexa organização sintáctica da frase"*; "*torna-se barroca na escrita académica"; "faz muito recurso à retóricas desnecessárias";"mais palavrosa e literária";"língua menos objectiva (mais texto em média para transmitir a mesma ideia)"; "promove imprecisão de conceitos; uso de frases longas para conseguir expressar as ideias"*, etc.

[15] *"Nas últimas (2?) décadas, provavelmente devido a uma necessidade de autolegitimação, o inglês da minha área (Estudos Culturais e Estudos Literários) evoluiu no sentido de uma "complicação" formal que o torna próximo de um estilo "alatinado", quer ao nível do léxico, quer ao nível das estruturas sintáticas."*

3) Perceived reasons for the hegemony of English in academia

Question 3 asked respondents to give their opinions as to the reasons for the current hegemony of English in the academic world. Three options were given of which they could tick any number, or they could suggest other reasons under the category "Other". The reasons given were: (a) the structure of the English language, as more suited to academic discourse; b) the historic role of England and the United States in research; c) the current political and economic power of English-speaking nations in the world.

Far more researchers chose options b) and c) than a). Several respondents specifically made the point that they did *not* consider the English language more suited to academic production than any other language, and some philosophers and historians claimed that it was actually deficient for dealing with certain branches of their field in relation to Portuguese, German or French.[16] Several respondents claimed under the category of Other that the reason for the hegemony of English in the academic world was indeed linguistic, but nothing to do with it being particularly suited to the task; instead, they suggested that its dominance had more to do with the fact that it was already used as a lingua franca in other areas,[17] that it was an easy language to learn,[18] or because developments in the teaching of the language had encouraged its spread throughout academia.[19] Others suggested that the main reason for the hegemony of English was its relationship to business and technology, or to globalized culture in general;[20] while 4 people argued

---

[16] *"…a língua inglesa, devido à sua estrutura, é filosoficamente mais pobre que o português ou o alemão. Um caso evidente está, por exemplo, na impossibilidade de substantivar infinitivos verbais (traduzindo 'ser' por 'being'). Veja-se as dificuldades das traduções inglesas em traduzir aquilo a que Heidegger chamou a 'diferença ontológica': a diferença entre ser e ente, entre Sein e Seiendes"; "faltar-lhe a capacidade de construção fácil de palavras novas com em alemão para definir ou precisar conceitos sob o ponto de vista filosófico"; "a realidade histórica portuguesa tem muitas especificidades que a língua inglesa dificilmente traduz"*, etc.

[17] "*a língua inglesa é hoje o meio de comunicação mais global, e portanto deve ser o meio utilizado na divulgação do conhecimento científico.*"

[18] *"penso que se trata de uma língua com uma estrutura e vocabulário de fácil aprendizagem, com a qual os portugueses contactam no ensino secundário…".*

[19] *"o'treino' no trabalho científico /…/ leva a superar rapidamente alguma desvantagem que pudesse à partida existir."*

[20] *"o domínio da produção científica norte-americana /…/ não é alcançado necessariamente pela sua qualidade, mas pela força político-económica e cultural dos EUA…".*

that the United States invests more in research generally, which not only results in a greater proliferation of data in English but also means that it is able to attract the best researchers from Europe.

There were some challenges to the notion of hegemony. One anthropologist claimed that he did not believe that there was an English hegemony in academia at all,[21] while two philosophers and a historian pointed out that France (and Germany too in the case of philosophy) had also had an important historic role to play in their disciplines.[22] These comments are of special interest as they support my argument (Bennett, 2007a, 2007b) that there exists a rich humanities tradition in Continental Europe that has led to the development of a discourse that is quite different in structure and epistemology from the empirically-oriented EAD.

4) The effect of the English hegemony upon Portuguese researchers

Question 4 asked respondents whether they felt that Portuguese researchers were disadvantaged by the hegemony of English. 44.8% responded with a definitive Yes, 35.4% with No and 17.2% gave a balanced response in which they admitted some disadvantage but suggested that this was perhaps counterbalanced by the advantages of learning English. 5 respondents (2.6%) did not answer this question.

Some respondents justified their answers, although they were not specifically asked to do so. Of those that felt that Portuguese researchers are at a disadvantage, 24 argued that the hegemony of English meant that much of the scholarship produced in Portugal remained unread by the international community; 20 referred to the marginalisation of non-native speakers on the international academic stage; 17 complained that their lack of skill in English led to a loss of meaning, in both production and reception of information; and 16 argued that the hegemony of English

[21] *"Não creio haver hegemonia da língua inglesa no mundo académico."*

[22] "*Na área específica da filosofia, a língua inglesa não é ainda claramente dominante. Dependendo do trabalho específico que faz, o investigador pode usar uma outra língua para a publicação dos seus escritos internacionais. Os colóquios internacionais de filosofia, em Portugal e genericamente no estrangeiro, longe de admitirem apenas comunicações em inglês, admitem quase sempre comunicações em francês, em italiano, em castelhano e em alemão";"No domínio da Filosofia /…/ as línguas francesa e alemã têm um peso substantivo"; "o meio científico da minha área, História, tradicionalmente está mais ligada à língua francesa";*

resulted in additional costs for them, either due to the pressures of having to learn the language or the expense of having their work translated.

The "No" camp, on the other hand, reacted somewhat differently to the same situation. Of those that justified their decision, most (18) argued that the situation is inevitable as there is a fundamental need for a universal language of knowledge; for this reason, English should be viewed as a working language or internationally accepted code, perhaps analogous to a computer language, which a professional is obliged to master. 10 respondents acknowledged that this meant extra work for non-native speakers, but argued that learning another language was a challenge that brought benefits that far outweighed any disadvantages.

Of those that did not provide a clear-cut answer, a number of respondents (8) mentioned the disadvantages suffered by older academics, whose second language was French rather than English. They did point out, however, that scholars who had received their secondary education after the mid-1970s would have had 9 years of English or more, and would therefore be in a position to participate actively in the international research community. 1 respondent also claimed that the problem lay not in the hegemony of English but rather the closed nature of the Portuguese academic community, which younger generations were now trying to overcome.[23]

5) Portuguese researchers' habits as regards publication in English

Sections B and C of the questionnaire were concerned with gauging the extent and nature of Portuguese researchers' practices as regards publication of their work in English. They were asked if they had published in English, and those that had were asked to specify if they wrote directly in English, or if they wrote first in Portuguese and then had their text translated (and if so, by whom?).

It appeared that the majority of respondents (81.3%) had already published in English. Those that had not were asked to give a reason why. They could choose between: a) There is no need; my area of specialization is fully served by Portuguese or languages other than English; b) My

[23] *"O prejuízo advém não da predominância da língua inglesa (porque o meio científico da minha área, História, tradicionalmente está mais ligada à língua francesa) mas de algum fechamento à internacionalização que as novas gerações tentam ultrapassar."*

English isn't good enough; c) I don't believe that my articles could get published in an English-speaking journal; d) I have tried publishing in English but my articles were rejected for linguistic reasons; e) I have tried publishing in English but my articles were rejected for scientific reasons; f) Other reason. More than one reason could of course be chosen.

The most common reason given for failure to publish in English was a lack of confidence in their English. Of those that gave a different reason (Other), almost all indicated that they were planning to publish in English but had not yet got round to it, either because they were still at an early stage in their academic career or because the opportunity had not yet arisen. Of those that claimed that English was not necessary in their area because it was fully served by Portuguese or some other language, the disciplines are perhaps significant; indeed, two philosophers made the point that it is more common in their field to publish in French than in English.[24]

Of those that have published in English, the majority (75%) claim to have written texts directly in English, in some cases with revision by a native speaker (usually a colleague or acquaintance). However, many of these same authors have also resorted to translation on occasions. Around 50% of those that have published in English have had their Portuguese texts translated at some point, sometimes by themselves or by a non-native-speaker colleague/acquaintance (perhaps with native-speaker revision), by a native-speaker colleague/acquaintance or by a professional translator. 46.7% of the 77 researchers that have had their work translated have at some point used the service of professionals.

6) Style changes made by Portuguese scholars writing directly in English

Question 6 was designed to reinforce Question 1 by placing the same issue (i.e. the differences between Portuguese and English academic discourse) in a practical context. Addressed exclusively at those researchers that claimed to write directly in English, it asked whether their writing style changed when they were preparing a text in English, and if so, how. Of the 117 respondents that wrote in English, only 5 said that they were unaware of any differences, while another 5 said that they were limited

[24] *"predominantemente, a minha língua de trabalho é o francês"*; "*em Portugal, é aliás mais comum – embora esta situação tenda a alterar-se – publicar em francês que em língua inglesa*".

by lack of competence in the language. 28 responded briefly that they felt themselves to be constrained by the norms of the language or discourse, or by a different thought structure, without going into any further detail. The rest, however, were amazingly consistent in their descriptions of the alterations made to their discourse.

The characteristics cited can be divided into four main categories: Structure, General Orientation, Economy and Plainness of Style. 32 respondents claimed to alter the Structure of their texts, mentioning that, in English, the overall argument was clearer, more logical or more linear (15), the text as a whole and/or paragraphs would be more rigidly organized or standardized (8), and that their sentences were shorter with less subordination (9). As regards General Orientation, there were 26 references to changes in this area: 10 claimed to be more factual/ pragmatic/informative/technical in English, and concrete rather than abstract; 13 said they were more objective and made more use of the Passive, while 3 said they tried to be more explicit.

As regards style, there were 115 comments concerning economy and 32 concerning plainness. In the first category, 25 respondents claimed to be more precise and to-the-point in English ("*preciso*", *"directo*", *"incisivo*"), while 90 said that they used fewer words to express themselves (less redundancy, more concise/succinct/economical, "*sintético*", "*depurado*", *"expurgado*", etc). In the second, 13 said they used a style that was less elaborate and ornamented (*"menos requintado/ floreado/ precioso/ elegante / rebuscado /elaborado*" etc); 14 said they used a more limited vocabulary (sometimes expressed positively as "*correcto*" ["accurate"], sometimes negatively as "*pobre*" ["impoverished"]), while 5 claimed to use less rhetorical or figurative devices.

There were no opinions that contradicted these, which reaffirms the conclusion drawn from Question 1 as regards Portuguese researchers' attitudes to EAD in relation to Portuguese.

Discussion

One of the most interesting points to emerge from this survey is that many respondents did not seem to really understand the concept of "discourse" as distinct from "language" or "style". Some claimed that the features they noted were intrinsic to the languages in question while

others (a minority) said they depended upon the personal style or linguistic competence of individual authors. This in itself is significant, as it supports my intuition that there is (or has been until recently) little sense in Portugal of "academic discourse" as a community-defined entity that can be systematically taught and learned.

For example, there seems to be a very strong sense amongst respondents that the English language is inherently suited to science, but inferior to Portuguese when it comes to the expression of certain philosophical concepts. Portuguese, on the other hand, was consistently described as *intrinsically* poetic and non-scientific. Indeed, this polarity was so prevalent in the survey that it could almost be said to constitute a stereotype, with only one person (see Footnote 16) expressing a contrary view.

Several respondents asserted quite categorically that the dichotomy was due to the relative "richness" of the vocabulary in each language; English, they claimed, has a more limited or "impoverished" vocabulary than Portuguese, particularly as regards adjectives, which is why is unable to express subjectivity or be poetic. This is of course is manifestly untrue, given that English is generally considered to have the largest vocabulary in the world[25] and an extremely rich literary tradition. It does, however, reflect these researchers' experience of EAD, which of course restricts the lexical items that are effectively permitted in particularly disciplinary areas, and generally discourages the expression of subjectivity or use of figurative language.[26]

It seems, then, that the frontier between academic and literary writing in the humanities is somewhat blurred in Portugal, at least in the perceptions of the researchers surveyed. Indeed, the term "academic discourse" is notoriously difficult to translate into Portuguese, which in itself suggests that the concept might not be as clear cut as it is in English. The term used in the survey was *"discurso científico"*, on the grounds that *"científico"* in Portuguese has a much broader range of application than its cognate in English and is frequently used to refer to any research or systematic knowledge, irrespective of discipline. However, as we

[25] "The statistics of English are astonishing. Of all the world's languages /…/, it is arguably the richest in vocabulary. The compendious *Oxford English Dictionary* lists about 500,000 words; and a further half-million technical and scientific terms remain uncatalogued. According to traditional estimates, neighboring German has a vocabulary of about 185,000 and French fewer than 100,000," (McCrum et al. 1992).

[26] See the Survey of English Academic Style Manuals (Bennett, 2009).

have seen, a number of the respondents made a point of distinguishing between "scientific" and "philosophical" discourse, attributing markedly different characteristics to each. This would seem, then, to support my hypothesis that Portuguese discourse in the humanities is based on a quite different epistemology to EAD and characterised by features that are markedly different from what would be expected by English in the same fields.

As regards disciplinary differences, it is interesting to compare Portuguese researchers' responses to Question 1 (i.e. "To what extent is academic discourse in your field different from EAD?") with the results of the Corpus study (Bennett, 2010). By allocating a number between 0 and -3 to the responses offered in the questionnaire (*"Not different", "A little different", "Quite different" "Very different")*, these responses may be assimilated to the concept of Variance Factor used in the Corpus Study. This allows us to compare Portuguese academics' impressions of their discourse with the more objective data given by the Corpus study (Idem, Tables 1 and 2).

Thus, we can see that there are some differences between Portuguese researchers' perceptions of the discourse used in their respective disciplines and the information provided by the Corpus. The Economists, Educationalists and Philosophers seem to have exaggerated the difference between Portuguese and English academic discourse in their fields, in each case believing it to be a degree removed from what the Corpus suggests it to be. Historians and Literary scholars, on the other hand, have underestimated it, also by a degree. Geographers and Sociologists have got it about right on average, although the wide range of answers in their disciplines (as indeed occurred with all disciplines in which there were over 4 or 5 respondents) suggests a certain lack of agreement (or standardization?) within the various discourse communities. However, in all cases, the number of respondents per discipline was really too small to draw any significant conclusions.

As regards the responses to Questions 3 and 4, one of the most interesting aspects was the challenge raised by a few researchers to the basic premise that English holds hegemonic status in the academic world. Although these were a small minority (most respondents accepted the notion of an English hegemony unquestioningly), it is nevertheless significant that some Portuguese scholars look elsewhere for their academic inspiration other than to the Anglo-Saxon world. A number referred

specifically to the Continental tradition of philosophy led by Germany and France, to the French influence upon Portuguese academic discourse, and indeed to the fact that French was the second language in Portugal until the middle of the 20th century. Some implied that there were other influences operating upon their particular areas of knowledge besides the Anglo-American, while others mentioned Portugal's long insularity with regards to the international community. All of these factors have no doubt contributed to the persistence of an alternative approach to academic discourse that is in many respects alien to the Anglo-American tradition.

However, the responses given to Question 5 ("Have you published academic articles in English?") suggest that Portuguese researchers are now under considerable pressure to publish in English. Of those that have not done so, only 8 (22%) claimed not to feel the need. The rest implied that they intended to, but had not yet had the opportunity or felt restricted by lack of competence in the language.

Finally, as regards the methods used by Portuguese researchers to produce English texts, there are clearly a number of different approaches and many authors appear to have used different ones at different times. They include: writing the text directly in English; writing it in English with revision by a native speaker; writing in Portuguese and then translating it into English oneself; writing in Portuguese and having it translated by a non-native-speaker colleague or acquaintance, perhaps with revision by a native speaker; writing in Portuguese and having it translated by a native-speaker colleague or acquaintance; having it translated by a professional translator, or submitting the text in Portuguese to the publisher, who then has the text translated by "their" translator.

This means that the traditional dichotomy between Source Language/Original and Target Language/Translation does not really hold for academic discourse. In between these two extremes we have a whole range of intermediate texts: Portuguese texts written with translation in mind (which may be quite different in nature from those written for domestic consumption, given the level of awareness shown by Portuguese researchers of target-culture expectations); English texts written by non-native speakers; English translations of Portuguese texts done by non-native speakers; native-speaker revisions of non-native speaker English texts or translations, etc.

Moreover, the author/translator dichotomy is also undermined by the fact that many different people may have intervened in the text before the final version is reached.[27] The traces left by these interventions, and the extent to which such "meddling" is acceptable to academics operating within a humanities tradition where the concept of authorship still has something of a sacred aura, are also interesting issues in the context of the broader project of which this study is part.

Conclusions

Despite the limited nature of this survey, it has, I believe, allowed us an insight into Portuguese attitudes towards academic discourse and the hegemony of English, and revealed some of the strategies used by academics to project their own texts onto the international stage.

The main conclusions that can be drawn are as follows:

i. Portuguese researchers clearly perceive a difference between English and Portuguese academic discourse in almost all the disciplines covered by the survey, and the comments they make about that difference largely correspond to the findings of the Corpus study (Bennett, 2010) and the Survey of English Style Manuals (Bennett, 2009). However, this is usually expressed as an intrinsic difference between *languages*, which suggests that the concept of *discourse*, as a circumscribed, community-defined subset of language, is largely absent from their experience. This lack of clear-cut boundaries between discourses in Portuguese would account for many of the apparent differences between Portuguese and English textual practice in the academic domain.
ii. This lack of distinction between genres or discourses can probably be traced back to a Continental tradition of scholarship that is more holistic in its approach to knowledge than the Anglo-Saxon model (Bennett, 2007a, 2007b). Indeed, a number of respondents specifically point to the influence of French and German thought upon the humanities in Portugal.
iii. The evidence seems to be, however, that the English model is rapidly taking over from the Franco-German model in Portugal in all disciplines (except, perhaps, Philosophy and some restricted branches of History

[27] This confirms the findings by Lillis & Curry (2006) on the intervention of "literacy brokers" in foreign scholars' English-language texts.

and Literary Studies). The vast majority of respondents clearly felt the need to publish in English, and most of them acknowledge the hegemony of English, whether they sympathise with it or not.

iv. Although older Portuguese scholars were raised with French as a second language, most academics today seem to have a good command of English. This is revealed by the fact that over 80% of the respondents had published in English and over 75% of those claimed to have written their texts directly in English.

v. Nevertheless, translation is still required, although native speaker proficiency does not seem to be vital. Much of the translation that takes place in Portugal is done by non-native speakers, supporting Tribble's argument that "in academic writing, both authorship and gate keeping authority have shifted and the production and evaluation of these texts is no longer a native speaker monopoly" (2008:308). It may be significant that professional translators seem to be used more in disciplines like Art and History where the cultural difference between Portuguese and English is more marked (though further research is required before this can be asserted with any authority).

vi. Translation is no longer a binary activity involving two people (Author and Translator) and two texts (Source Text or Original, and Target Text or Translation). Rather it is a complex process in which many different people may intervene, and where the publishable version may occupy any position along a cline between the fully Source-Culture-oriented text and the fully Target-Culture-oriented text.

Overall, then, this survey has fulfilled its main purpose, despite the relatively small number of respondents. Not only has it largely confirmed my hypothesis of a clearly perceptible difference between Portuguese and English academic writing habits in the humanities, and provided useful data about translation practice in this domain, it has also revealed powerful tensions amongst the Portuguese academic community as regards attitudes to English and its hegemonic status in academia.

For this reason, it would be very interesting indeed to repeat the survey in a few years' time (ideally under more rigorous conditions and with a much larger sample). This would enable us to chart the changes taking place in Portuguese academic writing practice and find out how those tensions play out over time, within the broader context of globalization.

References

BENNETT, Karen. (2007a). "Galileo's revenge: Ways of construing knowledge and translation strategies in the era of globalization", *Social Semiotics, 17(2),* pp. 171-193.

BENNETT, Karen. (2007b). "Epistemicide! The tale of a predatory discourse", *The Translator 13 (2)*, pp. 151-169.

BENNETT, Karen. (2009). "English academic style manuals: A survey", *Journal of English for Academic Purposes 8(1).* pp. 43-53.

BENNETT, Karen. (2010). "Academic discourse in Portugal: A whole different ballgame?" *Journal of English for Academic Purposes,* 9: 21-32.

CANAGARAJAH, A. Suresh. (2002). *A Geopolitics of Academic Writing.* Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.

LILLIS, Teresa & Mary-Jane CURRY (2006). "Professional academic writing by multilingual scholars: Interactions with literacy brokers in the production of English-medium texts", *Written Communication*, *Vol. 23 No. 1*, pp. 3-35.

McCRUM, Robert, William CRAN & Robert MACNEIL, R. (1992). *The Story of English*. New York, Penguin, p.1

PENNYCOOK, Alastair. (1994). *The Cultural Politics of English as an International Language.* Essex, Longman.

PHILLIPSON, Robert. (1992). *Linguistic Imperialism.* Oxford, Oxford University Press.

SANTOS, Boaventura S. (2001). "Towards an epistemology of blindness: Why the new forms of "ceremonial adequacy" neither regulate nor emancipate", *European Journal of Social Theory 4(3): 251-279.*

SANTOS, Boaventura S. (2007). "Para além do pensamento abyssal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica das Ciências Sociais, 78: 3-46.*

SWALES, John. (1997). "English as Tyrannosaurus Rex", *World Englishes, 16 (3): 373-382.*

TARDY, Chris. (2004). "The role of English in scientific communication: Lingua franca or Tyrannosaurus Rex?" *Journal of English for Academic Purposes* 3: 247-269.

TRIBBLE, Christopher. (2008). "In this present paper…Some emerging norms in lingua franca English in the sciences?" *Proceedings of the 8th Teaching and Language Corpora Conference*, pp. 307-309. Lisbon, ISLA.

Atitudes linguísticas: uma pesquisa em escolas públicas de Juiz de Fora (MG – Brasil)[1]

Lucia F. Mendonça Cyranka *
Claudia Roncarati **

Resumo

Este artigo apresenta estudo com teste de atitudes de alunos, em relação a três variedades linguísticas do contínuo rural-urbano (BORTONI-RICARDO, 2004). Os resultados mostraram absoluta identificação dos alunos com a variedade rurbana que, oficialmente, está fora da escola, e não com a culta, o que configura um caso de prestígio encoberto (LABOV, 1972).

Palavras-Chave: Atitudes linguísticas. Dimensões de poder e solidariedade. Língua materna na escola.

1. Introdução

O presente artigo tem como foco central o estudo de atitudes linguísticas no contexto de escolas públicas da cidade de Juiz de Fora, um dos polos regionais do Estado de Minas Gerais, Brasil. Trata-se de um enfoque sociolinguístico no trabalho escolar com a língua materna buscando investigar atitudes linguísticas dos alunos que, por hipótese, teriam implicações no desenvolvimento de suas habilidades no uso das

* UFJF – Faculdade de Educação Juiz de Fora (MG) – Brasil. E-mail: lucia.cyranka@uol.com.br
** UFF – Instituto de Letras Rio de Janeiro - Brasil. E-mail: roncarat@uol.com.br

[1] Esse trabalho foi apresentado no VI Congresso Internacional da ABRALIN, em março de 2009.

variedades prestigiadas. Isso porque a distância que ainda existe entre o discurso acadêmico e a sala de aula, entre o prestígio da variedade culta da língua utilizada pela escola e os dialetos desprestigiados dos alunos pode gerar neles indisposições para o desenvolvimento dessas habilidades.

De fato, as novas perspectivas trazidas pelos avanços da Linguística nas últimas décadas desencadearam, no interior das escolas e na prática dos professores de Português, certa inquietação. Acreditamos que, hoje, uma parcela considerável desses professores entende a necessidade de mudar as perspectivas de seu trabalho relativamente à educação em língua materna, mas a transição da teoria para a prática ainda gera desconfortável sensação de incompetência projetada na resistência da parte de muitos deles, o que pode levar à cristalização de metodologias estéreis do ponto de vista do desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos.

Nesse sentido, compreender as atitudes linguísticas, isto é, investigar como os usuários avaliam a variedade utilizada por eles próprios, por seus interlocutores e pela escola, tendo em vista os traços correlacionados com sua posição social, ou ainda com as práticas de oralidade e letramento, pode abrir caminho para, entre outros, possibilitar a otimização da aprendizagem escolar e motivar o desenvolvimento de competências linguísticas, dentro de uma visão mais ecológica no ensino de língua.

A presente pesquisa não tratou propriamente da aquisição de habilidades linguísticas, mas da investigação sobre como os alunos, no quadro atual da escola brasileira, avaliam a variedade culta, prestigiada e o vernáculo da sua comunidade. Essa informação é importante para se definirem novos rumos para o tratamento escolar da língua materna.

2. As atitudes linguísticas

O estudo das atitudes linguísticas é uma das tarefas que a Sociolinguística se propõe, sendo mesmo uma das suas cinco questões fundadoras (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968/2006)[2], e se refere ao problema

[2] Utilizamos a versão 2006, que traz o texto traduzido para o português. A questão da avaliação linguística é um dentre os outros problemas: fatores condicionantes, transição, encaixamento e implementação.

da avaliação, relativo aos julgamentos subjetivos do usuário quanto à sua própria variedade linguística e à dos seus interlocutores.

As primeiras investigações sobre atitudes linguísticas remontam à década de 60, quando Lambert, Hodgson, Gardner e Fillenbaum (1960) investigaram a avaliação de jovens canadenses falantes de francês e de inglês, em relação às suas próprias línguas. O experimento, que passou a ser conhecido como *matched guise*, ou comparação de modalidades, como foi traduzido em português por Bortoni-Ricardo (1977), foi sofrendo modificações, ora quanto ao tipo de produção de estímulos (entrevistas, ao invés de leitura de textos, por exemplo) ora quanto à escala de avaliação. Em relação a esta última, a mais conhecida tem sido a do diferencial semântico, que consiste na construção de uma série de escalas bipolares de sete pontos, com adjetivos de valores opostos colocados em ambas as extremidades de cada escala. Desse modo, uma pessoa pode classificar uma amostra de fala numa escala como a que se segue:

Rápido __:__:__:__:__:__:__: lento

Construindo-se um conjunto de escalas desse tipo, obtém-se uma classificação múltipla de atitudes em relação a um estímulo. Como as respostas são marcadas por números nos traços da escala, pode-se chegar a um cálculo descritivo-demonstrativo das reações subjetivas dos falantes às amostras de fala e, consequentemente, aos dialetos dos sujeitos avaliados.

Essa metodologia tem também a vantagem de fazer emergir certas dimensões das escalas avaliativas. Duas delas, a de poder e a de solidariedade foram alvo de nossa pesquisa.

3. A pesquisa de campo

Nesta seção, apresentamos o relato da pesquisa, com a transcrição dos trechos de escuta oferecidos aos alunos para avaliação. Apresentamos também uma análise da variedade linguística de cada uma dessas falas.

Antes dessa apresentação, é preciso considerar que, para se entender a variação do português brasileiro, evitando-se o risco de se determinarem fronteiras rígidas entre as variedades linguísticas, Bortoni-Ricardo

(2004: 55) propõe três contínuos: o de urbanização, o de oralidade e letramento e o de monitoração estilística. Ela percebe a ecologia do português brasileiro, como um contínuo de urbanização, conforme ilustrado abaixo:

Contínuo de urbanização

---►

variedades rurais isoladas	*área rurbana*	*variedades urbanas padronizadas*

Como se observa nesse contínuo, os falantes *rurbanos* ficam situados entre os dois polos, rural e urbano. Trata-se de indivíduos "[...] migrantes da zona rural, que conservam muitos de seus antecedentes culturais, principialmente no seu repertório linguístico, e as comunidades interioranas residentes em distritos ou núcleos semi-rurais, que estão submetidos à influência urbana, seja pela mídia, seja pela absorção de tecnologia agropecuária." (BORTORNI-RICARDO, 2004, p. 52)

Para a construção do teste de atitudes, selecionamos falantes característicos de três pontos do contínuo rural-urbano. Esses falantes, todos naturais da cidade mineira de Juiz de Fora (MG), nos concederam entrevistas em que discorreram sobre o tema *Mudanças ocorridas, ao longo do tempo, na cidade ou bairro em que moram*. De cada uma, selecionamos pequenos trechos que apresentamos abaixo, seguidos dos traços considerados característicos da variedade linguística desses falantes, situando-os em cada um dos três pontos do contínuo[3].

Falante I – Mara (Variedade *urbana*)

Sob alguns aspectus, ela melhorô. Porém, é:::, u qui eu sintu mais falta é da, da relação qui havia:, (2.0) das pessoas nus bairrus. (1.5) Us bairrus eram-, é: centrus comunitárius. havia: aquela coisa di pidir a xícara di açúcar imprestada pru vizinhu, né?. Di: durmi um na casa du otru, di formá turminha,di jogá bola, a criançada si reunir, us adolescentis fazerem festinhas. I u centru, u centru é qui era u anônimu. Qui as pessoas si dirigiam au centru, para u comérciu, para u-, a-, uma-, u futing na na Halfeld, né, a paquerinha, mas nãu havia uma relação das pessoas qui moravam

[3] A escolha da convenção aqui utilizada para as transcrições foi sugeria pela Profª Drª Lucia Quental e é baseada em uma adaptação daquelas de Tannen (1993) e Shiffrin (1987).

> nu centru. U centru representava um pocu essa impessoalidadi. Qui achu qui agora ela vai si istendendu, vai tomandu us bairrus mais próximus du centru.

Trata-se de falante com 56 anos de idade. É professora de português da universidade local (UFJF), com Mestrado em Linguística em andamento, na época. Sempre residiu na cidade de Juiz de Fora (MG), onde nasceu.

Sua fala apresenta alguns traços graduais[4], comuns no português do Brasil, ao lado de outros característicos da variedade culta. Aqui podem ser observados alguns dos resultados do Projeto NURC/SP, apresentados por Preti (1997). Trata-se, justamente, da existência de um processo de interação entre uma fala tensa, "(...) marcada pela preocupação com regras de gramática tradicional[5], e uma linguagem popular, espontânea, distensa.". O autor acrescenta ainda (p. 20):

> Esse painel cultural e suas consequências linguísticas favorecem decididamente a linguagem popular, aumentam-lhe o prestígio. Pode-se afirmar que muitas de suas formas expressivas, embora em desacordo com a tradição gramatical, se incorporam definitivamente à linguagem oral urbana comum, incluindo-se também na fala das pessoas cultas e nas suas expectativas com referência aos interlocutores, durante uma interação. Assim, por exemplo, não seria mais possível a um falante culto, em qualquer tipo de situação interacional, evitar sempre o uso do pronome proclítico, em início de frase, como determina a gramática tradicional.

Vejamos alguns traços característicos dessa fala culta:

(i) as'pec[*tus*]; [*u*] [*ki*] *eu'sin*[*tu*]; '*bai*[*hus*]; [*dži*] *açúcar* [*ĩ*^{m}*pres'tada*].

Alçamento das vogais átonas [o] e [e], pós-tônicas e pré-tônicas, e em monossílabos átonos. Esse traço não é percebido pelos falantes e ouvintes do português. Leite e Callou (2004: 41) assim explicam essa variação:

---

[4] São traços graduais os que "[...] estão presentes no repertório de todos os grupos sociais, variando apenas a sua frequência e a maneira como se associam aos diversos estilos ou registros." (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 137).

[5] Certamente, o autor atribui aqui ao conceito de gramática tradicional o significado de norma.

> A opção por uma vogal baixa aberta, [ɛ] ou [ɔ], ou alta fechada, [i] ou [u], obedece a condicionamentos estruturais e sociais, sutilezas que passam desapercebidas aos falantes e ouvintes. O primeiro condicionamento é a presença de uma vogal alta ou baixa na sílaba acentuada, como em c[u]ruja e p[i]rigo, em vez de coruja e perigo, P[ɛ]lé e b[ɔ]lota, em vez de Pelé e bolota.

(ii) pe[dži{ø}] a xícara; dor['mi{ø}] um na casa do outro

Cancelamento de [R] em posição final, nas formas verbais de infinitivo. Esse traço comum a todas as variedades do português brasileiro está ligado às nossas raízes históricas. As línguas faladas pelos negros trazidos da África (nagô, bantu, umbundo, quimbundo, etc.), apesar de diferentes entre si, tinham um caráter comum: não possuíam o [R] final. Provavelmente, ao aprenderem português, os escravos negros não só não usavam o infinitivo com [R] final, como também transmitiram essa característica a seus descendentes e às pessoas com as quais conviviam. Dada a sabida influência de seu contato com a população de língua portuguesa, pode-se compreender por que esse traço fonético se generalizou, tornando-se mesmo um dos que diferenciam o português brasileiro do português europeu.[6]

(iii) melho[*'ro*]; [‘*otru*]; [‘*po*]*co*

A não articulação de [w] no ditongo [ow], desfazendo os ditongos decrescentes. Segundo Paiva, (1998:233), esta constitui a norma no português falado, em razão da existência de uma mudança totalmente implementada no sistema. A autora enfatiza:

> Reforça o caráter padronizado da pronúncia [o] para [ow] a baixa percepção do falante em relação à articulação deste ditongo. Solicitado a emitir julgamentos sobre o status de variantes como [va'sowra], [va'sora], o falante de português não percebe a diferença entre as duas, atribuindo a ambas o mesmo valor (cf. SANTOS, 1996).

---

[6] Informações obtidas na Conferência proferida pelo Prof. Dr. Mário Roberto Lobuglio Zágari, na XVIII Semana de Estudos Clássicos, em outubro de 2006, na Faculdade de Letras da UFJF.

Por isso a oposição entre as duas formas [meλo'row] – [meλo'ro] não é percebida no julgamento dos falantes dessa língua.

(iv) [*us*] *'bai*[*hus*] ['*ɛrãw*] *cen*[*trus*] *comuni'ta*[*riws*]; *us*] *adole'scen*[*tšis*] *fa'ze*[*rẽỹ*] *fes'ti*[*ñas*].

A presença, em todos os sintagmas nominais e verbais, dos morfemas marcadores de plural caracteriza essa fala como sendo exemplo de variedade culta. "O fenômeno sob estudo é abordado pela tradição gramatical brasileira como sendo de natureza obrigatória, com base explícita ou implícita, na escrita ou na fala de pessoas cultas, num registro formal ou coloquial tenso. [...] Consequentemente, o uso linguístico sem a obediência às regras de concordância gramatical é estigmatizado" (SILVA, SCHERRE, 1998:88).

(v) porém; *relação que havia*; *centros comunitários*; *as pessoas se dirigiam ao centro, para o comércio.*

Marca da variedade culta é também a presença de itens lexicais de uso menos frequente, ou até mesmo ausentes, nas variedades menos prestigiadas.

Como se vê, esse falante está dentro do que o projeto NURC-SP reconhece como falante culto. Reproduzimos aqui, mais uma vez, a identificação, feita por Preti (1997:26), do falante culto com o falante urbano:

> Em síntese, o que o *corpus* do Projeto NURC/SP tem-nos mostrado (e isso já na década de 70) é que os falantes cultos, por influência das transformações sociais contemporâneas a que aludimos antes (fundamentalmente, o processo de democratização da cultura urbana), o uso linguístico comum (principalmente, a ação da norma empregada pela mídia), além de problemas tipicamente interacionais, utilizam praticamente o mesmo discurso dos falantes urbanos comuns, de escolaridade média, até em gravações conscientes e, portanto, de menor espontaneidade.

A partir de agora, portanto, nos referiremos ao Falante I, Mara, como sendo um falante *urbano*/culto.

Falante II – Dª Mercedes (Variedade *rural*)

> Quandu eu mudei práqui, intãu Rusáriu di Mina era muitu bãu. Purque tem iscola, us meus fiu istudô aqui na iscola. Nunca deu pobrema, graças a Deus. I: Rusáriu di Mina abalô um mucado purque: u pessuau mudaru muitu, né? Mudaru muitu daqui. Aqui tem- treis, tem-, achu que treis quatru venda, intãu uns venderu muitu baũ, muitu amigu. Intãu a genti aqui vevi assim, vevi nu sussegu, né? graças a Deus. Purque eu vivu muitu dentru da minha casa. Intãu Rusariu di Mina abaxô um mucadu du tempu qui a genti intrô aqui. Purque aquelis mais véiu foi morrenu. Aquelis amigu mais véiu foi morrenu. intãu foi intranu us novu. Intãu us novu qui entra aí, a genti dá cum eis tudu. Mais num é quandu eu entrei aqui. Rusáriu di Mina num é quandu eu entrei aqui. Mais graças a Deus, a genti lá vai vivenu, na paiz di Deus, cum todu mundu. Mais Rusariu di Mina pricisa di mais um cadim di:, di força. né

Falante de 76 anos. Reside há mais de 50 anos naquele município, num de seus distritos, chamado Rosário de Minas, considerado zona rural. Nunca frequentou escola e é analfabeta, segundo declaração dela mesma.

Sua variedade linguística, como se pode constatar, tem características marcantes do falar rural. Vejamos:

(i) Rosário de Mina[ø]

A queda das consoantes finais [l], [r] e [s] pós-vocálicas no final do vocábulo é uma tendência geral da variedade não-padrão do português do Brasil. Porém a queda da sibilante final não-morfêmica, como no caso acima, sendo menos comum, se torna um traço descontínuo, distintivo do falar caipira e das variedades *rurbanas*. Bortoni-Ricardo (1985:54) oferece outros exemplos: [ˈonibus] - [ˈonibu] ;[ˈsimplis] - [ˈsimpli].

(ii) meus [ˈfiyu]; aqueles mais [ˈvɛyyw]

Nas formas assinaladas, está reiterada a vocalização da palatal lateral [λ], marca da variedade rural e que, segundo Bortoni-Ricardo (op. cit.:60), sofre o grau máximo de estigmatização, um dos estereótipos do falar caipira brasileiro. A autora lembra a reflexão de Labov (1972:180) a

respeito das variantes que se tornam estereótipos das falas estigmatizadas e identifica nessa um desses casos.

Nesses falares, a perda dessa palatal se dá pelo mesmo motivo por que se perde a nasal [ñ], como em [ˈbañu] - [ˈbãỹ]; [ˈgañu] - [ˈgãỹ]. Os fonemas / λ / e / ñ / são "débeis" na língua portuguesa.

(iii) meus [ˈ*fiyu*{ø}] *estu*[ˈ*do*]; *o pessoal muda*[*ru*]

Nos exemplos, há três formas não canônicas de concordância: no sintagma nominal, o morfema de plural apenas no determinante; as duas outras, nos sintagmas verbais: a ausência de concordância do verbo com seu sujeito, ainda que adjacente a ele, e a forma plural concordando com o sujeito coletivo. Trata-se de traços descontínuos[7], presentes de forma sistemática no mesmo falante, próprios do falar caipira, altamente estigmatizados.

O distanciamento da norma culta se radicaliza pelo processo de desnasalização na desinência da terceira pessoa do plural, no sufixo modo-temporal, (*muda* [*ru*]), sendo também essa marca acentuada da variedade, bastante estigmatizada. (BORTONI-RICARDO, op.cit.:52).

(iv) Pobrema

Na história da língua portuguesa, o fonema [l], como segundo elemento do grupo consonantal, passou a [r]: obligatione > obrigação; eclesia > igreja; blandu > brando; fluxu > frouxo; clavu > cravo. Esse é, portanto, um fenômeno visível na passagem do latim vulgar para o português europeu (COUTINHO, 1969:111-123).

Mollica e Paiva (1993:139) consideram esse fenômeno de rotacismo como um processo que possui raízes profundas na língua e cuja continuidade "[...] fornece razoável sustentação para a hipótese de que a permuta de [l] por [r] tenha configurado, em todos os estágios, um espaço variacional."

Quando o vocábulo, como no caso acima, possui mais de um [r] há forte tendência de ocorrer a queda de um deles por dissimilação,

[7] "Os traços descontínuos marcam o repertório de grupos isolados, de raízes rurais, e são muito estigmatizados." (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 13).

como em prora > ‘proa; [marmora’ria] - [marmoa’ria]; [proprie’tariw] - [propie’tariw] ; [‘propriw] - [‘propiw] (COUTINHO, op. cit.: 123-124).

Em seu estudo sobre os aspectos da fonética do dialeto caipira brasileiro em oposição à do português padrão do Brasil, Bortoni-Ricardo (1985:58), ao tratar do processo de alteração das líquidas, como no caso acima [pro’blema] - [po’brema], chama a atenção para o fato de que, embora seja esse um traço descontínuo bastante estigmatizado, ele pode ocorrer também no repertório de um falante da variedade padrão afetado por problemas de articulação. No caso desse falante, no entanto, aparecem outros traços característicos do falar rural, segundo o que sugere a autora, conforme estamos observando.

(v) a gente [vɛvi]

Segundo analisa Bortoni-Ricardo (op.cit.: 62-63), ainda que o lócus da variação das vogais, no falar rural, seja a sílaba pré-tônica, mudanças na vogal tônica “[...] parece serem restritas a formas verbais e provavelmente resultam de diferenças no sistema de regras morfofonêmicas do verbo na fala caipira, se comparadas às da língua padrão.”[8] Outros exemplos da autora: [a’sistši] - [a’sestši] ; [abi’tua] - [abi’toa].

(vi) aqueles mais [vɛyyw {ø}] foi morre[nu]

Aqui estão presentes três traços não-padrão: a vocalização da palatal lateral [λ]; a ausência de concordância nos sintagmas nominal e verbal; a assimilação de [d], na seqüência [nd], comum nas formas de gerúndio. Quanto a esse último, sabe-se que é comum em português. No Appendix Probi, documento do latim vulgar, lê-se: *grundio non grunnio*. Daí: *verecŭndia* > *vergonha*. Essa é, portanto, uma tendência antiga do português, que se mantém até hoje e constitui traço gradual presente também nas variedades urbanas.

Mattos e Mollica (1992:55), ao examinarem o fenômeno da assimilação [nd] em [no], constataram que ele é mais frequente entre os

[8] Changes in stressed vowels seem to be restricted to verb forms and probably result from differences in the system morphophonemic rules of Caipira as compared to those of the standard language.

gerúndios, acentuando-se mais entre os gerúndios fáticos (como em *tá entendeno?*).

(vii) os [nôvu]

As línguas neo-latinas perderam o traço quantidade (breves e longas) das vogais latinas. O espanhol transformou essa oposição em vogal vs ditongo. O que era breve, ditongou-se: pŏrtos > puertos; mŏrtos > muertos.

O português substituiu esse traço por [± altura]. Zágari (1988:75) assim explica essa última, que é uma das tendências da fonologização da altura, no começo da expansão romana:

> [...] a. com base no ESQUEMA 1, manutenção do par mínimo, no eixo do tempo, convertida a oposição até então existente, em oposição [± altura e/ou abertura]. Apenas, o que era um alofone, a pronúncia /e/ ou /ϵ / adquire um valor novo e imprescindível. O que era uma variação de gosto, de estilo ou de sociedade ou mesmo regional, passa a ser uma marca distintiva. A oposição [± quantidade] se reescreve, então, como [± altura].

Assim sendo a vogal breve latina, abaixa; sendo longa, alteia. Ocorre que, havendo um segmento [+alto] na sílaba subsequente, a tendência, ontem e hoje, é o alçamento. É o fenômeno da metafonia: nŏvu > novo (foneticamente [ˈnovu]); ŏssu > osso (foneticamente [ˈosu]). Do ponto de vista fonológico, /ŏ/ > /†/ > /o/, pela presença da vogal /u/ na sílaba subsequente da palavra latina, fonema com traço [+alto], que provoca o referido alteamento. No plural, consagrou-se, no português culto, a forma sem metafonia, confirmando-se a regra fonológica de substituição do fonema latino /ŏ/ por /†/ : nŏvus > novos (foneticamente [ˈn†vus]); ŏssus > ossos (foneticamente [ˈ†ssus]) [9]. A forma plural com metafonia, ossus – [ˈossus], característica da variedade rural, é muito estigmatizada.[10]

(viii) a gente dá com [ˈeys] [tudu]

[9] Informações obtidas em conversa informal com o Prof. Dr. Mário Roberto L. Zágari.

[10] Informação obtida em conversa informal com o Prof. Dr. Mário Roberto Lobuglio Zagari.

Neste exemplo, a lateral alveolar [l] em posição intervocálica desapareceu, ocorrência também característica do falar caipira, mas que, segundo Bortoni-Ricardo (1985:61), é restrita à forma plural de poucos morfemas muito utilizados, os pronomes pessoais e determinantes. Outros exemplos da autora: [ku'elis] - [kw'eys] ; [a'kelas]- [a'keas].

Observe-se também a falta de concordância do pronome indefinido com a forma pronominal eles.

ix) um [*mucadu*]

A expressão sempre foi *bom bocado*, quer dizer, *bom pedaço*. O problema é de natureza fonética, como [tã'bẽỹ] - [ta'mẽỹ]; [bõw bukadu] - [bõw mukadu]. A proximidade da nasal bilabial contamina a bilabial não-nasal, o que Martinet (1956:56) denomina *o princípio da economia*. Deve-se também levar em conta que a língua portuguesa tem grande força nasalizante. [11]

(x) mais um [kadžĩ]

Temos em [kadžĩ], dois fenômenos relativos ao vocábulo [bokadiñu]: a aférese da sílaba inicial [bo] e a redução do sufixo diminutivo *-inho*.

Este último é típico do falar mineiro (cf. *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais, carta 37)*, excluída a grande Belo Horizonte que, cidade nova, atraiu falantes de diversos lugares, processando-se aí o natural nivelamento dos diferentes traços linguísticos.[12] Nas outras regiões mineiras, no entanto, encontramos três variações: [kafeziñu] - [kafezĩw] - [kafezĩ][13], a segunda delas, típica do Norte do Estado. Trata-se de traço gradual, comum também nos falantes urbanos.

Falante III – Telma (Variedade *rurbana*)

> Juiz di Fora merolhô, melhorô bastanti. Purque antis num tinha ônibus, movimentu di ônibus nus bairru, hoji aumentô. Tem bastanti movimentu di ônibus né. Cê passa, cê fica isperanu, rapidim cê, consegui:, entrá

[11] Idem.

[12] Informação obtida em conversa informal com o Prof. Dr. Mário Roberto Lobuglio Zágari.

[13] Ribeiro, Zágari, Passini e Gaio (1977).

> nu ônibus i i prá cidade né. Ah agora festividades né. Parqui, nu Parqui Halfeld hoji tem-, hoji tem brinquedu pras criança, antigamenti num si via né. É: parqui né, diversões né. É: artesanatu, a genti vê-, passá vê i comprá as coisa boa né. Assim é: muitas coisas assim, atividadis né, qui a genti procura assim. Antigamenti procurava i num achava. Hoji procura acha né. Nu Parque Halfeld tem mais, agora eu achu a natureza lá também. Us jardins né. Teim muitas floris. né? Hoji u calçadãu fica muitu mais movimentadu nus finais di semana, coisas qui a genti num si via era u pessual passá u final di semana nu Parqui Halfeld cum mesinhas né, barzinhus né, batenu papu né. Tinha pocu movimentu. Milhorô muita coisa boa. Até hoji existem muita coisa boa. Daquelis tempu pra cá, hoji milhorô bastanti,im Juiz di Fora. Hospital também cresceu bastanti, né. Teim bastantes hospitais né. Quantus hospitais, né, construíram né, hoji im dia né. Depois da Santa Casa, teim a co-,depois da Cotrel né.

Falante de 41 anos. É filha de pais procedentes da zona rural do Município de Mar de Espanha (MG). Sua mãe é analfabeta. Sempre viveu na cidade em que foi entrevistada (Juiz de Fora, MG), em bairros caracterizados por serem de classe econômica pobre. Aquele em que reside atualmente tem também essa característica. Conseguiu completar apenas o primeiro segmento do Ensino Fundamental, pelo Supletivo[14]. Tem, no entanto, contato diário com falantes da variedade culta, pois trabalha nos serviços gerais da Faculdade de Educação da UFJF. Pode ser considerada, como se vê, falante *rurbana*, segundo propõe Bortoni-Ricardo (2004:52). Como se pode notar, ocupa posição mais à direita do contínuo *rural-urbano*.

Vejamos alguns traços característicos de sua fala:

(i) [*nus*] ‘*bai*[*hu*{ø}]; *pras crian*[*sa*{ø}];
as coi[*za*{ø}] [*bowa*{ø}]

Dentre as várias ocorrências de concordância verbal e nominal, aparecem, nesta fala, três em que a concordância não se dá. A queda do morfema marcador de plural é considerada um traço gradual, tendência

[14] No Brasil, o curso chamado Supletivo possibilita às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos regulares de Ensino Fundamental e Médio a oportunidade de se prepararem para a certificação em menor tempo.

geral da variedade não-padrão do português do Brasil. Sobre esse fenômeno afirma Bortoni-Ricardo (1985:54):

> A perda da consoante sibilante, que é usualmente a marca de plural, reflete uma tendência geral no português moderno do Brasil em privilegiar a forma singular em prejuízo de sua correspondente forma plural. Os marcadores redundantes de plural nas expressões nominais tendem ao apagamento com a preservação do morfema de plural apenas no primeiro determinante[15].

Em Scherre (2005:51), encontra-se uma síntese de seus estudos sobre a tendência em se preservar o determinante no plural, à esquerda do núcleo, como em *umas casinha* e *umas coisinha bonitinha*.

No trecho examinado, no entanto, houve apenas essas três ocorrências de não concordância nominal, o que a situa mais próximo do falar culto.

(ii) cê fica esper[*ãnu*]

Nota-se aqui a assimilação de [d], na sequência [nd], comum nas formas de gerúndio, traço gradual, comum nas variedades urbanas não-padrão, já comentado anteriormente.

(iii) [s*ê*] *passa*; *rapi*[džĩ]

Duas reduções também frequentes na fala coloquial das variedades urbanas: *você/cê* e *rapidinho/rapidim*. A segunda delas, rapi[džĩ], com a redução da última sílaba do sufixo *-inho*, como vimos atrás, é típica do falar mineiro. Trata-se de traços graduais, não estigmatizados.

(iv) Coisas que a gente não se via; *existem muita coisa boa*.

---

[15] Deletion of sibilant consonant, which is usually the plural marker, reflects a general trend in modern Brazilian Portuguese to privilege the singular form at the expense of its plural counterpart. Redundant markers of plurality in the noun phrase tend to be deleted and the plural morpheme preserved in the first determiner only.

Aqui, dois exemplos de hipercorreção:[16] sujeito representado, ao mesmo tempo por *a gente* e pelo pronome *se*, nesse último caso, revelando a preocupação em utilizar um verbo pronominal, construção própria da variedade culta, que vai se tornando um traço gradual, isto é, menos frequente no português coloquial do Brasil*; verbo existir no plural referindo-se a sujeito no singular – coisa boa*. A hipercorreção é indício do contato com falantes da variedade culta.

(v) Tem bastantes hospitais

Chama a atenção a preocupação desse falante em fazer a concordância do adjetivo *bastantes* que, por ser confundido com a forma adverbial *bastante*, frequentemente aparece sem o morfema de plural, nesse contexto. Esse procedimento, como vimos nos comentários de Barros (1997:35), apresentados na Seção 3.4, caracteriza a construção do falante culto, que faz a distinção, de forma competente, entre *bastante* e *bastantes*.

Chambers (1995:57) apresenta esta preocupação do falante como um indício de mobilidade social em processo, quando ele se preocupa em usar menos variantes não-padrão do que as pessoas de sua classe social, e até mesmo do que os falantes da classe à qual pretende ascender.[17]

A seguir, descrevemos a metodologia empregada na aplicação do teste de atitudes.

3. 1 Metodologia

Gravações de trechos dessas entrevistas foram apresentadas a alunos de 8ª série de escolas públicas da cidade acima mencionada. O critério adotado para a seleção das escolas foi o de localização geográfica: duas escolas situadas em bairros considerados centrais, que chamaremos de Escola "A" (pública federal) e a Escola "B" (pública estadual); uma situ-

[16] Bortoni-Ricardo (2004: 28) chama "[...] hipercorreção ou ultracorreção, o fenômeno que decorre de uma hipótese errada que o falante realiza num esforço para ajustar-se à norma-padrão. Ao ajustar-se à norma, acaba por cometer um erro."

[17] The upwardly mobile speakers not only use fewer non-standard variants than the people in the class in which they originated but also use fewer than the people in the class which they are emulating.

ada na periferia, próxima à zona rural, a Escola "C" (municipal); uma localizada na zona rural, a Escola "D" (também municipal). Para possibilitar a comparação de dois universos distintos, estendemos essa investigação a uma escola particular, que chamaremos de escola "E", situada no centro da cidade, zona nobre, do ponto de vista do comércio e do mundo dos negócios. No total, 135 alunos foram submetidos ao teste.

Os alunos foram informados de que a pesquisa com a qual solicitávamos que cooperassem focalizava estudos de linguagem. Oferecemos-lhes instruções por escrito, segundo as quais deveriam, depois de ouvir cada gravação, atribuir notas àquele falante, numa escala de 7 a 1 pontos, colocados junto aos adjetivos, em ordem decrescente de valor. Abaixo, reproduzimos o *lay-out* do teste:

FALANTE (I, II, III)
Inteligente _____: _____: ____: ____: ____: ____: ____
Honesto _____: _____: ____: ____: ____: ____: ____
Competente _____: _____: ____: ____: ____: ____: ____
Simpático _____: _____: ____: ____: ____: ____: ____
Rico _____: _____: ____: ____: ____: ____: ____
Boa pessoa _____: _____: ____: ____: ____: ____: ____

Os dados obtidos nos testes foram submetidos ao programa SPSS (Statistics *Package for Social Sciences*) e processados no Laboratório de Estudos Estatísticos na Saúde, do Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para a avaliação dos resultados, foi aplicada a *Análise de Variância* (ANOVA), que é um teste adequado para comparação de vários grupos de interesse, no presente caso, as cinco escolas selecionadas, para investigar se havia diferenças significativas entre as médias desses grupos.

3.2 Resultados

Os resultados mostraram que os alunos da Escola "A" (localizada em bairro central) foram os que mais se identificaram com o Falante I (variedade urbana, culta), atribuindo-lhe as melhores notas. Ao contrário, os alunos da zona rural (Escola "D") lhe atribuíram as piores.

Esse resultado parece apontar para um distanciamento (rejeição?) desses últimos alunos em relação à variedade linguística através da qual se consolida, na sociedade, a voz do poder. Por outro lado, em todas as escolas, as notas mais baixas foram atribuídas aos adjetivos da dimensão de poder (*inteligente*, *competente* e *rico*); as melhores, aos da dimensão de solidariedade (*simpático*, *honesto*, *boa pessoa*), o que sugere a relação variedade culta/dimensão de poder, no imaginário desses alunos.

Notou-se também, na média desse Falante I, uma oposição da Escola "A" tanto em relação à escola municipal da zona rural (escola "D"), quanto à Escola "E" (particular), o que pode significar tratamento diferenciado da escola "A", em relação a essa variedade culta.

O Falante II (*rural*) foi o mais bem avaliado pelos alunos da zona rural; ao contrário, os alunos da Escola "E" (particular) lhe atribuíram as piores notas, não se opondo, na média, aos alunos da Escola "A", mas aos das outras três escolas.

Esse, a nosso ver, é mais um forte indício do distanciamento dos alunos das escolas públicas da realidade do mundo letrado, em que se utiliza, em geral, a variedade culta, pelo menos, nos centro urbanos e, por isso mesmo, é mais acessível às classes sociais privilegiadas. Portanto essa parece ser uma reação subjetiva ao contexto que lhes diz pouco sobre seus ideais e sua cultura. Em contrapartida, fica evidenciada a forte identificação desses alunos com a variedade linguística de seu meio social e familiar.

A Análise de Variância do Falante III mostrou resultado surpreendente: identificação de TODOS os alunos das cinco escolas com essa variedade *rurbana*, intermediária entre a rural e a urbana, culta. Não se pôde concluir, estatisticamente, em relação a esse Falante, qual escola, ou quais escolas o avaliaram pior ou melhor, mesmo quando se observa os alunos da escola particular (a Escola "E"), trazida para servir de parâmetro avaliativo.

Outro dado interessante é a posição em que se colocaram os alunos da Escola "B" (estadual): foi a que menos constraste apresentou nos julgamentos dos três falantes, em relação às demais escolas. Esclarecemos que essa escola está situada em bairro central, porém seus alunos não residem aí, mas em bairros adjacentes, mais pobres, cujos moradores convivem com uma variedade linguística que se desloca mais para esquerda, no contínuo *rural-urbano*.

4. Conclusão

Os aspectos relevantes desta pesquisa foram:

(i) A identificação com o falante *rurbano* por parte de todo o universo dos alunos testados. Isso constitui uma evidência que é preciso reconhecer: há forte identificação desses falantes com a variedade linguística que, oficialmente, está fora da escola, o que configura um caso de *prestígio encoberto (LABOV, 1972)*.[18] É preciso que se promovam mudanças, nesse sentido, no trabalho escolar com a língua materna.

(ii) Identificação, por parte dos alunos, da variedade culta com a dimensão de poder, o que fica mais explícito em relação aos alunos da zona rural, que chegam a avaliá-la negativamente, como se viu. Isso tem consequências pedagógicas importantes, como anunciamos no início deste artigo e precisa, por isso mesmo, ser alvo de reflexão dos agentes escolares. Uma pedagogia comprometida com o desenvolvimento de habilidades linguísticas deve, adotando uma pedagogia da variação, reconhecer a legitimidade do vernáculo do aluno e fazê-lo tornar-se capaz de expandir suas competências a ponto de transitar pelos três contínuos – rural/urbano, de monitoração estilística, de oralidade/letramento – para que consiga se identificar também com a variedade culta da língua, prestigiada, alvo do trabalho escolar.

(iii) O último aspecto se refere à diferença de julgamento em relação às duas dimensões expressas pelos adjetivos, a de poder (*inteligente*, *competente*, *rico*) e a de solidariedade (*honesto*, *simpático*, *boa pessoa*). Nas cinco escolas, os adjetivos que se referem à dimensão de solidariedade receberam, em geral, as médias mais altas, havendo um distanciamento grande entre as notas atribuídas a esses adjetivos e os da dimensão de poder.

Isso corrobora a conclusão apresentada por Ryan (1979:155) segundo a qual há, entre os falantes, clara distinção entre "[...] status e prestígio, o valor de uma variedade orientada para a ascensão social, e a solidariedade, o valor de uma variedade orientada para a identificação com um grupo."[19] No caso do julgamento das falas pelos alunos-juízes, não podemos esquecer que todos pertencem à mesma faixa etária e ao

[18] A noção de *prestígio encoberto* foi proposta por Labov (1972), para explicar o desejo do falante de manter sua identidade no interior de seu grupo social.

[19] (...) status or prestige, the value of a speech variety for social advancement, and solidarity, the value of a variety for identification with a group.

mesmo nível de escolaridade, havendo entre eles, portanto, forte tendência a se identificarem com uma variedade linguística mais próxima da que utilizam na sua vida cotidiana, nos momentos de descontração e camaradagem.

Essa constatação vem ao encontro das conclusões de Labov (1987:145). Em suas pesquisas sobre o Ebonics (na época, BEV; hoje AAVE[20]), pôde ele se deparar com a dificuldade de se ensinar padrões fonéticos a alunos falantes de outros dialetos, sugerindo que os professores se limitassem àqueles gerais para a população como um todo. Ao se referir à "patota", ele afirma:

> A evidência aponta para o fato de que o adolescente da "patota", nas cidades do interior, institucionaliza resistência às normas, à ideologia e às práticas do sistema escolar. Essa resistência parece ser o resultado de um conflito político e cultural entre os falantes do vernáculo e as autoridades escolares. O comportamento linguístico dos membros da "patota" é um reflexo e um símbolo desse conflito.

A identificação com o falante *rurbano* por parte de todo o universo dos alunos testados, tanto os das escolas públicas quanto os da escola particular, constitui uma evidência que a escola deve reconhecer. Insistimos: mesmo os alunos das esccolas particulares, em geral, não se identificam com o falar culto, a única que a escola considera "certa", identificada, como se viu, com a dimensão de poder. É principalmente a variedade urbana comum, da dimensão de solidariedade, que eles reconhecem. Isso aponta para a necessidade de mudança de atitude no trabalho escolar com a língua materna.

Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de (1997), A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: definições e imagens. In: PRETI, D. (Org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP,. p. 29-43.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris (1977), *Reações dos falantes do português à concordância verbal não-padrão*. 1977. Dissertação (Mestrado)_Universidade de Brasília.

20 BEV – Black English Vernacular ; AAVE – African American Vernacular English

_____, (1985), *The urbanization of rural dialect speakers*: a sociolinguistic study in Brazil. Cambridge. Cambridge University Press.

_____, (2004), *Educação em língua materna*: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola.

CHAMBERS, Jack K. (1995), *Sociolinguistic theory*: linguistic variation and its social significance. Cambridge: Basil Blackwell.

COUTINHO, Ismael de Lima (1969), *Gramática histórica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.

LABOV, William (1972). *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

_____,. The community as educator. In: LANGER, J. (Ed.) (1987), *Proc. of the Stanford Conference on Language and Literature*. Norwood, NJ:Ablex, p. 128-146.

LAMBERT; Wallace E.; HODGSON, R.C.; GARDNER, Robert C.; FILLENBAUM, Samuel (1960), Evaluation reactions to spoken languages. *Journal of Abnormal Social Psychology*, n. 60, p. 44-51.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah (2004), *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Zahar.

MARTINET, André (1956), *Économie des changements phonétiques*. Paris: Franke.

MATTOS, Paula B; MOLLICA, Maria Cecília (1992), Pela conjugação das abordagens variacionista e difusionista. *Revista de estudo da linguagem*. Belo Horizonte, ano 1, v. 1, p. 53-64, jul.-dez.

MOLLICA, Maria Cecília; PAIVA, Maria da Conceição (1993), Da gênese dos grupos consonantais ao português contemporâneo. Terceira Margem. *Revista de Pós-graduação em Letras*, da UFRJ, v. 1, n.1, p. 136-140.

PAIVA, Maria Conceição de. Supressão das semivogais nos ditongos decrescentes. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline; SCHERRE, Maria Marta Pereira, (Org.). 2.ed. Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na Cidade do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. p. 217-236.

PRETI, Dino (1997), A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: _____. (Org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. p. 17-27.

RIBEIRO, José; ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio; PASSINI, José; GAIO, Antônio. (1977), *Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vol. 1.

RYAN, Ellen Bouchard. Why do low-prestige language varieties persist? In: GILES, H.; ST.CLAIR, R. N. (Ed.) (1979), *Language and social psychology*. London: Basil Blackwell. p. 145-157.

SANTOS, Emmanuel (1996), *Certo ou errado*?: atitudes e crenças no ensino da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Graphia.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Influência de variáveis sociais na concordância nominal. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline; SCHERRE, Maria Marta Pereira (1998), *Padrões sociolinguísticos*: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 239-264.

_____, (2005), *Doa-se lindos filhotes de poodle*: variação lingüística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola.

SHIFFRIN, Deborah (1987), *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press.

TANNEN, Deborah (Ed) (1993), *Framing in discourse*. Oxford : Oxford University Press.

ZÁGARI, Mário Roberto (1988), *Fonologia diacrônica do português*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin (2006), *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad.: Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco; posfácio: Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola.

Evidências para uma abordagem pancrônica da mudança linguística e da estabilidade: o caso do verbo *poder*

Lucia M. A. Ferreira*

Resumo:

Este trabalho discute alguns fenômenos relacionados à polissemia e à ambigüidade pragmática observadas no modal *poder* e no verbo latino *posse* à luz da hipótese da unidirecionalidade concreto > abstrato na mudança semântica no desenvolvimento diacrônico. São examinadas ocorrências dos verbos em períodos evolutivos diferentes da língua: (a) no português contemporâneo falado na cidade do Rio de Janeiro; (b) nas falas de personagens de Gil Vicente e de Antônio Ribeiro Chiado, autores do século XVI; (c) nas falas de personagens de Plauto nas peças *Amphitrvo* e *Asinaria*, escritas em latim arcaico, no século II a.C. A análise das ocorrências nas três sincronias evidencia que a configuração sintático-semântica do modal é basicamente a mesma há 22 séculos e que, portanto, os processos relacionados à polissemia e à ambigüidade pragmática do modal devem ser vistos como relações cognitivas que são estabelecidas pelos falantes independentemente da dimensão temporal.

Palavras-chave: verbo *poder*; estabilidade semântico-sintática; pancronia

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS; Rio de Janeiro, Brasil.T). lmaf@connection.com.br

Introdução

Do ponto de vista da mudança linguística, a rica polissemia dos verbos modais tem sido analisada a partir da hipótese de que os sentidos mais concretos, relacionados à realidade sócio-física do homem, dão origem aos sentidos mais abstratos de possibilidade e probabilidade, epistêmicos, relacionados a processos inferenciais. Ainda segundo esta hipótese, a trajetória concreto > abstrato na mudança semântica seria atestável no curso do tempo, na medida em que os sentidos mais concretos, lexicais, seriam mais antigos que os mais abstratos e gramaticalizados.

No que diz respeito ao estudo dos modais da língua portuguesa, Rigoni Costa (1995), a partir de estudo no português contemporâneo, considera que os sentidos de *poder* seriam pontos em *continua* de desenvolvimento que teriam se iniciado nos usos mais lexicais e concretos que posteriormente teriam se tornado mais abstratos.

Propostas acerca do isomorfismo entre o desenvolvimento histórico das construções com modais e a expansão dos usos são freqüentes no que diz respeito aos modais da língua inglesa. Como observam Bybee e Pagliuca (1985), há evidência de que o desenvolvimento semântico dos modais obedece a uma trajetória unidirecional de mudança, das modalidades orientadas para o agente para as modalidades epistêmicas. Os autores afirmam que o movimento oposto não é possível. As ocorrências mais antigas dos modais *can* e *could*, por exemplo, referiam-se à habilidade mental, enquanto as de *may* e *might* referiam-se à habilidade física. Todos estes verbos desenvolveram sentidos epistêmicos como marcadores de possibilidade.

A hipótese de que os sentidos epistêmicos, mais abstratos, são derivados dos sentidos de raiz, relacionados ao universo sócio-físico, também é defendida por Traugott (1989) e por Sweetser (1990). Esta autora apresenta evidência histórica, sociolinguística e psicolinguística de que os sentidos não modais adquirem sentido deôntico e posteriormente sentidos epistêmicos, como é o caso de *may*.

No caso do desenvolvimento dos modais ingleses, a hipótese de gramaticalização e abstratização gradual do sentido encontra evidência histórica para a postulação de que os modais, originalmente verbos plenos, com sentidos concretos, tornam-se progressivamente mais abstratos e baseados na atitude subjetiva do falante em relação à propo-

sição (cf. Traugott, 1989), seguindo tendências universais de mudança semântica. Estas postulações de mudança linguística prevêem não apenas estágios em que os sentidos fundantes e os novos convivem, mas também o desaparecimento dos sentidos fundantes.

Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) propõem trajetórias universais de sentidos modais. Segundo uma das trajetórias propostas (p.190), itens lingüísticos que se referem à capacidade física podem ser usados para expressar a capacidade mental, e assim passam a se referir à capacidade em geral, como é o caso do modal *may* do inglês. Segundo os autores, este parece também ter sido o caso de *posse* do latim, relacionado ao adjetivo *potens*, "forte" ou "poderoso", que deu origem a *pouvoir* no francês e a *poder* no português. Estes mesmos itens teriam continuado sua trajetória de desenvolvimento conforme as indicações do seguinte diagrama:

habilidade → possibilidade de raiz → possibilidade epistêmica
↘
permissão

Pesquisas de orientação pancrônica que visam comparar usos de itens lingüísticos em diferentes sincronias do português passaram a problematizar a hipótese de isomorfismo entre o desenvolvimento histórico e as relações sincrônicas entre itens polissêmicos, pois, em muitos casos, o que se observa é a estabilidade das configurações semântico-sintáticas e não a mudança (cf. Cunha, Oliveira & Votre, 1999); Votre 1999, 2000; Ferreira 2000, 2003; Ferreira, Cezário, Oliveira, Martelotta & Votre, 2001). Conforme aponta Votre (2000:86), estamos tão acostumados à tradição histórico-comparativa e neogramática, que privilegia a mudança, que "quase perdemos a capacidade de examinar o estável, o permanente, o duradouro". Muitas vezes, não nos é possível afirmar a derivação, mas sim perceber a relação entre sentidos, sem garantir qual seria o sentido fundante.

Para encontrar evidências favoráveis ou contrárias às hipóteses embasadas no princípio de unidirecionalidade concreto > abstrato na mudança semântica, verificada no desenvolvimento diacrônico, foram examinadas ocorrências dos verbo *poder* do português e *posse* "poder"

do latim em períodos evolutivos diferentes da língua: (a) no português contemporâneo falado na cidade do Rio de Janeiro;[1] (b) nas falas de personagens de Gil Vicente e de Antônio Ribeiro Chiado,[2] autores portugueses do século XVI; (c) nas falas de personagens de Plauto nas peças *Amphitrvo* e *Asinaria*, escritas em latim arcaico, no século II a.C . A primeira decisão que norteou a escolha dos dados analisados foi a de que seria dada preferência à língua oral. A presença constante do interlocutor, a possibilidade de retomar tópicos, realinhar pontos de vistas, corrigir e usar linguagem gestual são responsáveis pelo caráter mais dinâmico, criativo e inovador da língua falada.[3] Desta forma, numa tentativa de obter dados mais compatíveis com os da análise da amostra do português contemporâneo, optou-se pela utilização de textos de teatro, supondo-se que a fala dos personagens retrata, pelo menos parcialmente, a língua oral.

A interação sincronia/diacronia na investigação do dados lingüísticos

Nas diferentes trajetórias propostas para o desenvolvimento dos verbos modais do inglês, os diversos usos de cada um dos verbos são considerados conjuntos de funções relacionadas não apenas sincrônica mas também diacronicamente, visão fortemente defendida por Bybee (1988), para quem

> os estados sincrônicos devem ser entendidos a partir do conjunto de fatos que os gerou, isto é, devemos olhar para a dimensão diacrônica para

[1] Em Ferreira (2000), pesquisa que deu origem ao presente artigo, foram examinadas duas amostras no que diz respeito ao português contemporâneo: a amostra de língua falada na cidade do Rio de Janeiro que constitui o *corpus* D&G, organizado pelo grupo de pesquisa Discurso & Gramática, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ., disponível no endereço http://www.discursoegramatica.letras.ufrj.br/; a amostra que integra o banco de dados interacionais do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua – BDI- PEUL, organizada pela profa Cláudia Roncaratti, da Universidade Federal Fluminense, disponível no site http://www.letras.ufrj.br/peul/bdi.html.

[2] Integraram a amostra do século XVI os seguintes textos: de Gil Vicente, *Auto da Barca do Inferno*, *Auto da Barca do Purgatório*, *Auto de Inês Pereira*; de António Ribeiro Chiado, o *Auto das Regateiras*.

[3] Foram encontradas e analisadas 492 ocorrências de *poder* na amostra de português contemporâneo, 47 na de português do século XVI e 23 ocorrências do verbo *posse* na amostra do latim arcaico.

> descobrir como surgem as convenções da gramática se quisermos saber por que elas têm a forma que têm. (p.351)

De fato, no que diz respeito aos estudos da gramaticalização e da mudança linguística no português, Cunha, Oliveira e Martelotta (2003) observam a crescente frequência de estudos que incorporaram a dimensão diacrônica na investigação da regularização e da renovação do uso, complementando o fenômeno da variabilidade, tanto nos casos da variação estável quanto na variação que antecede a mudança. Considera-se então que os estudos passam a ter um caráter pancrônico: têm uma dimensão sincrônica, já que tratam de questões relativas à variação, que pode ser vista como um sistema independente da dimensão temporal, e também uma dimensão diacrônica, que envolve mudança.

Esta nova geração de trabalhos que vêm adotando a abordagem pancrônica da mudança e da gramaticalização acumulam evidências que apontam, por exemplo, para uma revisão do papel do princípio de unidirecionalidade na mudança semântica e sintática que envolve o processo de gramaticalização, especificamente no que diz respeito à visão de que as etapas previstas pelo princípio estão relacionadas à sucessão temporal.

Em trabalho acerca dos processos de gramaticalização dos verbos cognitivos do português, por exemplo, Votre (1999:22) observa que o português arcaico apresentava um uso mais integrado da construção *achar + infinitivo* do que o português contemporâneo. Este fato sugere que o princípio da unidirecionalidade deve ser considerado apenas um construto teórico que ajuda a formular hipóteses gerais a respeito de trajetórias possíveis, e deve estar sujeito a reformulações constantes.

Neste trabalho sobre os usos do verbo *poder* constatou-se que o português arcaico e o latim arcaico não apresentam evidências que comprovem a trajetória histórica postulada a partir do princípio da unidirecionalidade. Os usos e construções com *poder* identificados nas três sincronias são bastante estáveis, sugerindo, ao contrário, grande resistência às pressões históricas para a mudança.

A estabilidade semântico-sintática das construções com o verbo nas três sincronias examinadas reflete, por outro lado, a manifestação de processos lingüísticos mentais de caráter atemporal que, por isso, permaneceram constantes por tanto tempo, sem indicações de ruptu-

ras significativas em ocorrências do mesmo item em sincronias distintas. Neste caso, as tendências observadas seriam de caráter pancrônico, porque transcendem a dimensão temporal da dicotomia sincronia vs. diacronia.

Esta visão dos fenômenos que afetam as línguas independentemente da dimensão temporal está relacionada ao princípio do uniformitarismo, tomado emprestado da geologia do século XVIII e adotado pelos neogramáticos para desautorizar reconstruções linguísticas contrárias a princípios operativos nas línguas contemporâneas. Segundo o princípio do uniformitarismo, as propriedades gerais da língua são as mesmas ao longo da história e da pré-história humana (Matthews, 1997:390). Isto quer dizer que, dos processos observáveis hoje, pode-se inferir os processos que operaram no passado, como Karl Brugmann ressaltou em 1897:

> Ao explicar fenômenos lingüísticos pré-históricos devemos considerar apenas os fatores que podemos observar e analisar no período histórico do desenvolvimento lingüístico Os fatores que produziram as mudanças na fala humana cinco mil ou dez mil anos atrás não podem ser, em sua essência, diferentes dos que estão operando agora para transformar as línguas vivas. (*apud* Labov, 1994:22)

A aceitação do princípio do uniformitarismo como hipótese de trabalho no âmbito deste estudo permite que os processos relacionados aos usos e construções com *poder* sejam compreendidos não como unidirecionais na dimensão temporal, e sim como relações que são estabelecidas pelos falantes regularmente durante a interação, por analogia ou por contigüidade, independentemente da dimensão temporal. A trajetória de desenvolvimento do sentido modal deve, nesta perspectiva, ser entendida como uma força cognitiva pancrônica que motiva a polissemia do verbo em diferentes estágios de desenvolvimento da língua.

Os "sentidos" de *poder* e *posse*

A análise evidenciou que os sentidos normalmente atribuídos ao modal – capacidade, permissão, possibilidade – são determinados por fatores contextuais e pragmáticos.

Para a identificação dos fatores contextuais relacionados aos diversos sentidos contextualizados por *poder*, foram considerados, em primeiro lugar, os traços semânticos dinamicidade e controle, associados ao predicado que co-ocorre com *poder*. A ausência de dinamicidade caracteriza situações que permanecem inalteradas durante a sua vigência. A dinamicidade está associada a situações em que as entidades envolvidas realizam algo ou sofrem alguma alteração durante a sua vigência. O parâmetro controle, por outro lado, identifica se a situação é ou não controlada pelo primeiro argumento.

O argumento sujeito foi analisado segundo os traços [+/- animado] e [+/- humano]. Com relação a tipo de sujeito, foram considerados sujeitos determinados, indeterminados e ainda sujeito Ø em construções impessoais. São considerados sujeitos indeterminados aqueles que remetem a seu referente de forma vaga, imprecisa.

Outros elementos estruturais considerados na análise foram: as diferentes construções em que *poder* ocorre na amostra; a estrutura sintática da oração em que se encontra o verbo; o tempo, aspecto, modo e pessoa do verbo *poder*; forma verbal do verbo principal; e o tipo de enunciado: se afirmativo, negativo ou interrogativo.

É importante ressaltar que as categorias semântico-sintáticas acima relacionadas têm sido apontadas na literatura como os fatores do contexto lingüístico que contribuem para a contextualização do sentido modal.

Para a análise das categorias de sentido do verbo *poder* e de *posse*, consideradas classes de mensagens contextualizadas na interação do modal com elementos do contexto lingüístico e extra-lingüístico, muitas vezes de sentido indeterminado, foram postuladas categorias ambivalentes de sentidos que se situam ao longo de dois *continua* semânticos.

No *continuum* de inerência encontram-se os casos em que a ocorrência da ação está associada, de um lado do *continuum*, a propriedades inerentes ao sujeito e, do outro, a condições externas ao mesmo. No meio do *continuum* encontram-se os casos em que a realização do estado-de-coisas parece depender tanto de fatores inerentes ao sujeito quanto de fatores externos. Os exemplos (1), (2) e (3) foram considerados contextualizações da capacidade do sujeito para realizar o estado-de-coisas nas três amostras analisadas, o português contemporâneo oral

(*Corpus D&G)*, o português do século XVI (teatro vicentino) e o latim arcaico (teatro de Plauto):[4]

(1) e: o rapaz... é: não conseguiu resistir bem à cirurgia... não foi bem feita... e ele ficou:... paralítico... é::... ele hoje não pode mais nadar... não tem condições mais de praticar... os esportes que ele praticava... (*Corpus D&G)*

(2) Noivo: Eu estou sob vosso poder,
vós de mim podeis fazer
como fôr vossa vontade. (*Auto das Regateiras 1030)*

(3) *Ivppiter: Pergin autem? Nonne ego possum, furcifer, te perdere?*
Alcvmena: Noli amabo, Amphitrvo, irasci Sosiae causa mea. (*Amphitrvo 539)*

"Júpiter: Ainda continuas a insistir! Por ventura eu não posso te destruir, miserável?
Alcmena: Por favor, Anfitrião, não te irrites com Sósia por minha causa."

As ocorrências (4), (5) e (6) a seguir ilustram o outro extremo do *continuum* de inerência, ou seja, os casos em que o sujeito indeterminado contribui para a contextualização de uma (im)possibilidade mais genérica, independente de qualquer atributo do sujeito:

(4)... eu acho a minha escola muito legal... porque nela... tem inspetoras... professoras legais... tem... diretoras... cantina... que a gente pode comprar muita coisa lá... (...) na cantina... compra coisas... compra refrigerante... hambúrguer... biscoito... come... *(Corpus D&G)*

(5) Anjo: Pois não se pode escusar
a passada dêste rio,
nem a morte s'estorvar,
que é outro braço de mar
sem remédio nem desvio. *(Auto da Barca do Purgatório 66)*

(6) *Amphitrvo: Tun me, uerbero, audés erum ludificari?*

[4] Para a interpretação e tradução do texto latino contei com a orientação da profa. Lívia Lindóia Paes Barreto do Departamento de Letras Clássicas da Universidade Federal Fluminense.

Tune id dicere audes, quod nemo umquam homo antehac
Vidit nec potest fieri, tempore uno
Homo idem duobus locis ut simul sit? (*Amphitrvo 567)*

"Anfitrião: Como ousas, miserável, caçoar de mim, o teu senhor? Tu ousas dizer o que ninguém jamais viu e nem pode acontecer, que o mesmo homem esteja em dois lugares num só tempo."

A análise das ocorrências situadas no *continuum* de inerência indica que, quando a fonte de capacitação para a realização do estado-de-coisas é não-específica, não localizada ou simplesmente desconhecida ou não-identificada, como em (4), (5) e (6), o sentido codificado é o de possibilidade.

O outro *continuum* considerado na descrição das ocorrências de *poder* é o *continuum* de restrição, que compreende a permissão e a possibilidade. A identificação do sentido contextual de permissão está fortemente relacionada à presença de uma entidade a que Lyons (1977:843) denomina *fonte deôntica*, ou seja, uma pessoa, ou instituição, que cria a modalidade. Fontes deônticas fortes favorecem a interpretação das ocorrências como contextualização da permissão, enquanto fontes deônticas mais fracas determinam sentidos contextuais mais próximos da possibilidade. Os exemplos (7) e (8) a seguir foram considerados contextualizações da permissão:

(7).. .Heitor Lima é uma escola assim é muito rígida né você tem que entrar totalmente uniformizado se faltar alguma peça desse uniforme você não pode entrar né..(*Corpus D&G)*

(8)Inês: (...) Tôdas folgam, e eu não;
tôdas vêm e tôdas vão
onde querem, senão eu.
(...) São eu coruja ou corujo,
ou são algum caramujo
que não sai senão à porta?
E quando me dão algum dia
licença, como a bugia,
que possa estar à janela
é já mais que a Madanela
quando achou a aleluía. *(Auto de Inês Pereira 36)*

Alguns fatores contribuem para que as ocorrências acima sejam interpretadas como contextualizações da permissão. Em (8), por exemplo, o contexto situacional (a filha reclama das restrições impostas pela mãe dominadora, uma fonte deôntica forte) e a ocorrência de *poder* em uma oração introduzida por "que", com valor final, ligada à construção *dar licença*, de valor deôntico, sugerem que se trata do sentido da permissão. Não foram encontradas na amostra do latim ocorrências de *posse* significando a permissão, mas este fato não pode ser interpretado como indício de que este sentido não pudesse ocorrer naquela sincronia.

Ocorrências como as exemplificadas de (1) a (8) são geralmente consideradas de raiz por pelo menos duas razões: em primeiro lugar, referem-se a circunstâncias relacionadas ao universo sócio-físico e, em segundo, são, do ponto de vista diacrônico, consideradas fundantes, na medida em que teriam dado origem aos sentidos mais abstratos.

Além de aplicados ao domínio sócio-físico, foi observado que os enunciados com *poder* e *posse* aplicam-se também ao domínio epistêmico, onde a possibilidade tem caráter subjetivo e não-factual, conforme ilustrado nas ocorrências (9), (10) e (11) a seguir:

(9) I: nunca...pra falar a verdade...nunca digo que eu sei fazer alguma coisa...eu sempre parto do princípio que alguém sabe fazer melhor do que eu...posso não conhecer mas...alguém algum dia vai aparecer sabendo fazer melhor do que eu... (*Corpus D&G)*

=É possível [eu não conhecer]

(10) Pero: E esta de qu'anos será? *(referindo-se à idade da escrava)*
(...)
Velha: Não queira Deos que vos menta:
houve-a no tremos da terra;
pode agora ser essa perra
môça d'alguns cincoenta,
salvante s'a conta erra. *(Auto das Regateiras 806)*

= Pode ser que ela tenha uns cinqüenta anos/ É possível que tenha ....

(11) *Demaenetvs: Non esse seruus peior hoc quisquam potest*
Nec magis uersutus nec quo ab caueas aegrius. (Asinaria 118)
"Ninguém pode ser um escravo pior do que esse

Nem tão astuto nem tão difícil de quem você tenha que se precaver"

= Não é possível que alguém seja um escravo pior...

O uso de *poder* e *posse* nas ocorrências acima aplica-se ao domínio epistêmico na medida em que o verbo codifica a atitude subjetiva do falante diante da situação.

No que se refere à ocorrência de *poder* e *posse* em atos de fala manipulativos, as três amostras apresentam exemplos em que é possível observar que os falantes normalmente utilizam-se do modal e de outras categorias linguísticas para atenuar a força ilocutória do ato de fala:

(12) (Cla) Então se a gente pudesse se o senhor pudesse nos auxiliar com uma autorização ou indicar uma sala onde tivesse mais gente. *(Corpus D&G)*
(pesquisadora pedindo autorização para usar uma sala para gravar)

(13) Velha: E dar-vos-ei ũa escrava
que trabalha como zeina: *(égua)*
amassa e esfrega e lava.
Pero: E essa não se pode ver?
Velha: Sim, Jesu, logo ness'hora.
Cadela, saí ca fora! *(Auto das Regateiras 787)*
(*Pero Vaz pedindo para ver a escrava, parte do dote de Beatriz*)

(14) *Mercvrivs: Possum scire, quo profectus, cuius sis, aut quid ueneris?*
Sosia: Huc eo, eri sum seruus. (Amphitrvo 346)

"Mercúrio: Posso saber onde vais, a quem pertences ou por que vieste?
Sósia: Vou para lá. Sou servo de meu amo."
(Mercúrio pede informação a Sósia fingindo não conhecê-lo)

(15) *Ivppiter: Nimis iracunda es.*
Alcvmena: Potin ut[5] *abstineas manum? (Amphitrvo 903)*

"Júpiter: Estás muito irritada.
Alcmena: Podes tirar a mão de mim?"
(*Alcmena pede/ordena ao marido que se afaste dela)*

[5] Ernout e Thomas (1953) fazem referência a expressões formadas a partir de pote est 'é possível', como *potest ut* "pode ser que"e *potin ut* "é possível que".

Entendo que a interpretação dos exemplos (12) a (15) como atos de fala manipulativos seja decorrente de uma implicatura conversacional. Ao escolher a forma de codificação de seus atos de fala, os falantes implicam que estão levando em consideração princípios de polidez e estratégias de proteção à face negativa de seus interlocutores (cf. Brown & Levinson 87).

O uso de *potin ut* em atos de fala estaria, portanto, relacionado ao domínio da interação pessoal entre os parceiros da comunicação e não ao domínio do conteúdo ou ao epistêmico. A análise desses exemplos evidencia que basicamente as mesmas estratégias comunicativas e as mesmas inferências relacionadas ao uso de *poder* e *posse* vêm sendo usadas pelos falantes há muitos séculos.

O paralelismo na análise das três sincronias

As ocorrências que se situam no que se convencionalizou chamar de *continuum de inerência*, e que compreendem as contextualizações da capacidade e da possibilidade de raiz, apresentaram as mesmas características nas três amostras. As manifestações do sentido contextual da capacidade tendem a correlacionar-se com sujeitos animados, humanos e determinados, e predicados dinâmicos e controlados. Sujeitos inanimados e indeterminados, e predicados não-dinâmicos e não-controlados tendem a correlacionar-se com o sentido da possibilidade. Essas características contextuais não são consideradas condições necessárias para a atualização desses sentidos porque, em muitos casos, esses mesmos contextos apresentam-se opacos e não é possível determinar qual dos sentidos está sendo veiculado.

No que diz respeito ao sentido epistêmico, também ficou evidente que a amostra do teatro do século XVI apresenta um padrão de co-ocorrências sintático-semânticas semelhante ao encontrado na amostra contemporânea no que diz respeito à maioria dos fatores tomados como variáveis, como, por exemplo, a tendência a co-ocorrer com predicados não-dinâmicos e não-controlados. Destaca-se também nas duas amostras a freqüência de co-ocorrência dos verbos *poder* e *ser*, indicativa da integração conceitual entre os dois verbos. O fato de que não foram encontradas na amostra do século XVI algumas das evidências sintáticas do escopo amplo do verbo observadas no português contem-

porâneo, como, por exemplo, a construção *pode ser que...*, não pode ser interpretado como indício de que o verbo *poder* não fosse usado para expressar a possibilidade epistêmica naquele período. As paráfrases com *é possível que...,* e mesmo *pode ser que ...,* são instrumentos confiáveis na atribuição do sentido de *poder* nas duas amostras do português analisadas. Apesar da limitação da amostra do século XVI no que diz respeito ao número de ocorrências, os dados das duas sincronias indicam uma significativa estabilidade semântica e também sintática no que diz respeito ao sentido epistêmico dos enunciados com *poder*.

As amostras do português contemporâneo e do século XVI são também praticamente idênticas no que diz respeito às ocorrências situadas no *continuum de restrição*: a contextualização da permissão está relacionada a uma fonte deôntica forte e é pragmaticamente motivada. O fato de que este uso não foi observado na amostra do latim arcaico não pode ser atribuído à sua inexistência naquela sincronia.

Com relação aos sentidos orientados para a interação, foi observado que *posse>poder* é usado em formas cristalizadas utilizadas para atenuar possíveis tensões relacionadas a imposições feitas ao interlocutor em atos de fala como solicitações e ordens, nas três sincronias examinadas.

Do ponto de vista sintático, a grande maioria das ocorrências de *posse* co-ocorre com um predicador no infinitivo, da mesma forma que *poder* no português contemporâneo. Algumas ocorrências, no entanto, apresentam construções que ou se modificaram ou desapareceram no processo evolutivo do português, como uma construção em que o verbo *posse* está relacionado à noção de posse.[6]

Com relação ao escopo de *poder* e *posse,* o sentido epistêmico, mais subjetivo do que o de possibilidade de raiz, foi associado ao escopo mais amplo do verbo; nestes casos, o modal é externo à proposição e tem, conseqüentemente, escopo mais amplo do que, por exemplo, as ocorrências em que o verbo refere-se a algum atributo inerente ao sujeito. Na análise do português contemporâneo, são evidencias sintáticas do escopo mais amplo do verbo os casos em que o sujeito de *poder* é ora-

---

[6] Trata-se de uma ocorrência na fala em que Sósia relata os acontecimentos da guerra e o retorno a Tebas:

Sosia:[...] Quod numquam opinatus fui neque alius quisquam ciuium
Sibi euenturum, id contigit, ut salui poteremur domi: [...] (187)

Sósia: Porque jamais pensei, nem eu nem qualquer outro cidadão, que salvos tomássemos posse/fôssemos senhores de nossa casa.

cional, como, por exemplo, na construção *pode ser que*... e os casos em que a proposição é negada independentemente do modal. Na maioria das ocorrências, no entanto, o escopo mais amplo do verbo só pode ser evidenciado por intermédio de paráfrase. Na amostra do português do século XVI, por exemplo, as ocorrências mais fortemente associadas ao sentido epistêmico continham o verbo *ser* e era possível parafraseá-las por *pode ser que.... ou é possível que*. Não foram encontradas ocorrências de *posse* e *esse* na amostra latina[7] nem ocorrências em que a proposição pode ser negada independentemente do modal, mas a paráfrase no exemplo (11) indica que o verbo tem escopo mais amplo.

Discussão

Nesta breve descrição dos usos de *poder* e *posse* nas três amostras, pretendeu-se mostrar que os usos dos dois verbos refletem uma notável estabilidade semântica e sintática ao longo de 22 séculos. Esta constatação tem, contudo, implicações teóricas significativas.

As hipóteses correntes acerca do desenvolvimento do sentido modal prevêem trajetórias diacrônicas de abstratização. Entretanto, se tomarmos por base os dados aqui apresentados, podemos afirmar que as noções contextualizadas pelo verbo *poder* no português contemporâneo já estavam disponíveis em *posse* desde a fase arcaica da língua latina. Isto significa dizer que o possível desenvolvimento dos sentidos mais abstratos do modal (aplicados aos domínios epistêmico e interacional) a partir dos sentidos mais concretos (os sentidos de raiz) não poderá ser atestado a partir de registros lingüísticos.

Por outro lado, se os dados não confirmam a hipótese de anterioridade temporal de um sentido em relação ao outro, a estabilidade e continuidade semântica mostrada na análise de amostras de sincronias tão distantes entre si é forte evidência da relação cognitiva entre as noções expressas pelo verbo, ou seja, de relações estáveis entre dimensões concretas e abstratas de caráter atemporal existentes na mente dos falantes

---

[7] Há, por outro lado, evidência da co-ocorrência dos dois verbos em outra fase evolutiva do latim: o exemplo a seguir é de *Fedro*, I, 19, verso 9-10, escrito no século I da nossa era:
(...) si mihi et turbae meae
par "inquit,"esse potueris, cedam loco. (Phèdre, 1969)
"(...) se puderes ser igual a mim e à minha turba, eu cederei o lugar"

há pelo menos 22 séculos e que se atualizam a cada momento, em cada enunciado.

Nessa perspectiva, os fenômenos que envolvem os verbos *poder* e *posse* são explicados pelo princípio do uniformitarismo lingüístico, ou seja, a polissemia do modal é decorrente de tendências que permanecem constantes na língua, independentemente da dimensão temporal (cf Labov 1994), refletindo assim processos contínuos e estáveis que atuaram no passado e possivelmente continuarão a atuar. O ponto de vista aqui delineado insere-se, portanto, em uma visão pancrônica dos fenômenos relacionados à estabilidade na língua.

Referências bibliográficas

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness*: some universals in language usage (1987). Cambridge: Cambridge University Press.

BYBEE, Joan (1988). Semantic substance vs. contrast in the development of grammatical meaning. In: AXMAKER, S.; JAISSER, A. & SINGMASTER, H. (eds.) *Proceedings of the fourteenth annual meeting of the Berkeley Linguistics Society.*.

BYBEE, Joan; PAGLIUCA, William (1985). Cross-linguistic comparison and the development of grammatical meaning. In: FISIAK, J. (ed.) *Historical semantics;* historical word formation. Berlin: Mouton.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, William (1994). *The evolution of grammar*. Chicago: The University of Chicago Press.

CUNHA, Ma. Angélica F.;OLIVEIRA, Mariângela R.; MARTELOTTA, Mário E.(2003). Rumos da lingüística funcional. In: CUNHA, Maria Angélica F.; OLIVEIRA, Mariângela R. ; MARTELOTTA, Mário E. (orgs), *Lingüística funcional – teoria e prática.* Rio de Janeiro: DP&A.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine (1967). *Dictionnaire étymologique de la langue latine:* histoire des mots. Paris: Librairie C. Klincksieck.

FERREIRA, Lucia M. A. (2003). Estabilidade e continuidade semântica e sintática.In: CUNHA, Maria Angélica F.; OLIVEIRA, Mariângela R. ; MARTELOTTA, Mário E. (orgs), *Lingüística funcional – teoria e prática.* Rio de Janeiro: DP&A.

FERREIRA, Lucia M. A.A . (2000). *A estabilidade semântico-sintática do modal poder: evidências em três sincronias.* Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de doutorado.

FERREIRA, Lucia M. A; CEZÁRIO, M. Maura; RIOS de OLIVEIRA, Mariângela R.; MARTELOTTA, Mário E; VOTRE, Sebastião (2001). Uma abordagem pancrônica da sintaxe portuguesa .Niterói, *Gragoatá*, v.9, 135-154.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; RIOS DE OLIVEIRA, Mariângela; VOTRE, Sebastião, J. (1999). A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. *D.E.L.T.A*., v. 15, n. 1, p.85-111.

LABOV, William (1994). Principles of Linguistic Change. Oxford: Blackwell.

LYONS, John. *Semantics* 2 (1977). Cambridge: Cambridge University Press.

MATTHEWS, Peter (1997). *The concise Oxford dictionary of linguistics*. Oxford: Oxford University Press.

RIGONI COSTA, M. Cristina (1995). *Modalidade e gramaticalização:* estratégias discursivas na fala carioca. Rio de Janeiro, UFRJ. Tese de Doutorado

SWEETSER, Eve (1990). *From etymology to pragmatics;* metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs (1989). On the rise of epistemic meaning: an example of subjectification in semantic change. *Language* 65.

VOTRE, Sebastião J. (1999). *Cognitive verbs in Portuguese and Latin*.– unidirectionality revisited. Santa Barbara: Universidade da California,. (mimeo)

VOTRE, Sebastião J. (2000) A integração das objetivas diretas – a perspectiva pancrônica da integração função-forma na sintaxe do português. *Cadernos do CNFL*, 2, Rio de Janeiro: UERJ, p. 71-87.

Aspectos fonológicos e morfossintácticos da aquisição dos ditongos nasais em Português europeu[1]

M. João Freitas / Anabela Gonçalves / Fernanda Gonçalves*

Abstract

One single phonetic shape may be the output form of different phonological and/or morphosyntactic structures. In the case of nasal diphthongs in European Portuguese, lexical items from different word classes (in the present study, nouns, verbs and adverbs) may exhibit a word-final nasal diphthong, associated to different morphophonological and morpohsyntactic sequences: in the nominal and the adjectival paradigms, the use of the diphthong involves a morphophonological contrast in the singular and the plural forms, while in the verbal paradigm and in adverbs no allophonic nor allomorphic variation is attested. It is assumed that allomorphy is acquired in later stages of development. Thus, in case allomorphic variation plays a role in the acquisition of the nasal diphthong, we expect the structure to become stable earlier in verbs and adverbs than in nouns. However, it is known that nouns emerge earlier than verbs in the path of language acquisition, which predicts the earlier acquisition of the nasal diphthong in the former word class. Taking these two predictions into account, in this paper we aim at evaluating the role of the above mentioned grammatical aspects in the acquisition of nasal diphthongs. The data observed

* M. João Freitas (joaofreitas@fl.ul.pt) e Anabela Gonçalves (a.goncalves@fl.ul.pt): Universidade de Lisboa e CLUL, Lisboa, Portugal; Fernanda Gonçalves (frg@uevora.pt): Universidade de Évora e CLUL, Évora, Portugal.

[1] Este trabalho foi realizado no âmbito do projecto *Aquisição do Português europeu: Recursos e resultados linguísticos*, desenvolvido no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/LIN/68024/2006).

in this study show that the acquisition of a specific phonological structure may not be homogeneous across word classes: (i) a better performance for target nasal diphthongs in nouns and verbs than in adverbs was attested, which shows a contrast between lexical and functional words; (ii) within lexical word classes, nouns promote the acquisition of the structure studied, showing that the complexity associated to the nominal paradigm does not demote its acquisition. Considering the word class effect identified in the current study, our claim is that methodological procedures in the field of phonological acquisition should take into consideration morphosyntactic aspects when evaluating the acquisition of specific phonological structures.

Key words: L1 acquisition, phonology/syntax interface, nasal diphthongs, word class

1. Introdução

A investigação na área da aquisição da fonologia em língua materna centra-se, como esperado, na observação dos vários constituintes fonológicos, sendo as interacções entre domínios mais estudadas as que envolvem aspectos de natureza fonética, morfológica ou sintáctica. Normalmente, naquela área de investigação, uma dada estrutura fonológica é estudada em todos os itens lexicais seleccionados pela criança no domínio da produção; tanto quanto sabemos, não tem sido enfatizada, na literatura especializada, a necessidade de proceder ao estudo do desenvolvimento de um dado constituinte fonológico na sua relação com o paradigma sintáctico em que a palavra que o contém se insere. Neste trabalho, observamos a aquisição de uma estrutura fonológica específica – o ditongo nasal [ɐ̃w̃] – em três classes de palavras: os nomes, os verbos e os advérbios. O objectivo central é o de mostrar que o desenvolvimento de uma dada estrutura fonológica pode não ser homogéneo em todas as classes de palavras, contribuindo, deste modo, para a reflexão sobre a natureza das metodologias de prospecção de dados no domínio da aquisição da fonologia em língua materna.

Em Português Europeu (PE), o ditongo nasal [ɐ̃w̃] no paradigma nominal está associado a aspectos morfofonológicos de naturezas distintas, sendo a sua heterogeneidade nas formas do plural decorrente do funcionamento do material morfofonológica à esquerda do marcador de número, o que implica o processamento de variação alofónica/alomór-

fica (Mateus, 1975; Andrade, 1977; Mateus & Andrade, 2000; Mateus et al., 2003; Bisol, 2005; Villalva, 2008, entre outros). Pelo contrário, no paradigma verbal e no dos advérbios, o ditongo nasal não está submetido a variação alofónica/alomórfica. Uma mesma estrutura de superfície – o ditongo nasal [ɐ̃w̃] – tem, assim, diferentes naturezas em função da classe de palavras a que está associada. Neste trabalho, observaremos a variação associada à aquisição deste ditongo em PE, contribuindo com evidência empírica para o estudo da interface gramatical entre aquisição de estruturas fonológicas e aquisição de diferentes classes de palavras. Para o efeito, centrar-nos-emos neste ditongo do PE e no modo como esta estrutura é adquirida em função de duas grandes classes de palavras: lexicais (nomes e verbos) e funcionais (advérbios).

Alguns autores assumem que a variação alofónica, por decorrer das propriedades fonológicas da língua, é adquirida cedo no processo de desenvolvimento linguístico em língua materna, enquanto a alomorfia, por envolver a definição de classes de palavras, é adquirida mais tardiamente (Peperkamp & Dupoux, 2002; Hayes, 2004). Tendo em conta esta predição, esperar-se-á que a alomorfia inerente aos nomes legitime a aquisição tardia do ditongo nasal na classe dos nomes, pela complexidade gramatical que lhe é inerente, estabilizando esta estrutura mais cedo nas restantes classes, por não estar associada a alomorfia.

O ditongo nasal [ɐ̃w̃] pode ocorrer no PE tanto na periferia direita dos nomes como na dos verbos e dos advérbios. No paradigma nominal, como referimos, há a registar a presença de alomorfia, ao contrário do que acontece no paradigma verbal e no dos advérbios. Desta forma:

(i) no paradigma nominal, a adjunção de um [ʃ] para a formação do plural envolve a ocorrência de três formas do ditongo ([ɐ̃w̃ʃ]], [õ͡jʃ] e [ɐ̃͡jʃ]), por oposição à uniformidade de [ɐ̃w̃] nas respectivas formas do singular; esta variação é normalmente atribuída a diferentes propriedades do radical dos nomes (vejam-se os pares *irm[ɐ̃w̃]/irmanado; lim[ɐ̃w̃]/limonada; c[ɐ̃w̃]/canino*);
(ii) no paradigma verbal e no dos advérbios, cada item exibe exclusivamente um formato – o do ditongo [ɐ̃w̃] –, não alternando este com qualquer outra forma alomórfica.

Assim, a aquisição do ditongo nasal [ɐ̃w̃] resultará do domínio de diferentes aspectos morfofonológicos, em diferentes classes de palavras.

A questão de investigação que colocamos é a de saber se uma estrutura com características de superfície semelhantes, embora envolvendo diferentes propriedades fonológicas e morfossintácticas, é adquirida do mesmo modo quando associada a diferentes classes de palavras. Como já referimos, se, como prevêem alguns autores, a variação alofónica é adquirida cedo, por oposição à aquisição mais tardia da variação alomórfica, espera-se que os ditongos nasais associados a itens lexicais do paradigma nominal sejam adquiridos mais tardiamente do que os itens do paradigma verbal e os da classe dos advérbios, por interferência da informação gramatical relativa à variação alomórfica nos nomes. No entanto, sabe-se da literatura na área da aquisição que a classe dos nomes emerge antes da classe dos verbos (Gentner, 1982; Bates et al., 1995, entre outros), o que faz prever que a aquisição dos ditongos nasais no paradigma nominal ocorra antes da sua aquisição no paradigma verbal e no dos advérbios. Tendo em conta a contradição entre estes dois factos, pretendemos avaliar o seu impacto no processo de aquisição de [ɐ̃w̃] em PE, medido através do grau de variação na produção desta estrutura-alvo. Assumiremos, paralelamente, que um grau mais elevado de variação na produção implica maior instabilidade na representação da informação contida nos itens lexicais, no sistema da criança, entendidos como não integralmente especificados nos estádios iniciais de desenvolvimento linguístico (Fikkert, 2005, 2007, entre outros).

2. Metodologia

Neste trabalho, são observadas produções espontâneas de 8 crianças portuguesas entre os 0;10 e os 3;7. Os dados foram recolhidos com periodicidade mensal, em ambiente familiar, em sessões com durações compreendidas entre os 30 e os 60 minutos, por um período de um ano para cada criança. Trata-se, assim, de um estudo longitudinal-transversal, de base naturalista. As transcrições e sua codificação foram compiladas no formato CHILDPHON.[2] No estudo que aqui apresentamos, foram consideradas todas as produções contendo um ditongo nasal no item lexical alvo. Considerou-se correcta qualquer

[2] Base de dados concebida no Max Planck Institut e usada em Fikkert (1994) e Levelt (1994).

produção em conformidade com as estruturas do adulto; consideraram-se incorrectas todas as produções das estruturas em causa que não replicavam os formatos das dos adultos. As idades das crianças observadas são as registadas em (1):

(1) *Idades das crianças observadas*

João I	0;10.2	-	1;8.13
Inês	0;11.14	-	1;10.29
Marta	1;2.0	-	2;2.17
João II	1;9.11	-	2;8.27
Luís	1;9.29	-	2;11.2
Raquel	1;10.2	-	2;10.8
Laura	2;2.30	-	3;3.10
Pedro	2;7.0	-	3;7.24

3. Descrição dos dados

3.1. O ditongo [ɐ̃w̃] em diferentes classes de palavras no PE

Nos dados em análise, o ditongo nasal [ɐ̃w̃] ocorre na periferia direita de palavras do paradigma nominal (*balão, anão, cão*), na de palavras do paradigma verbal (*comeram, comerão*) e na de palavras do paradigma dos advérbios (*não, tão, então*). Esta homogeneidade associada ao formato do ditongo poderia levar-nos a colocar a hipótese de que a aquisição do ditongo em questão se processaria de forma idêntica, independentemente da categoria da palavra em que se encontra. Neste sentido, a estabilização do ditongo seria apenas determinada pelas suas propriedades fonológicas. As produções das crianças analisadas neste estudo, no entanto, não confirmam esta hipótese: como veremos nos dados que descrevemos de seguida, o comportamento das crianças não é homogéneo no que diz respeito à aquisição e à estabilização do ditongo nas três categorias referidas – nome, verbo e advérbio.

Considerem-se, em primeiro lugar, os valores percentuais e absolutos relativos às produções correctas em palavras da categoria *nome*, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Produções correctas do ditongo em nomes

	João I	Inês	Marta	João II	Luís	Raquel	Laura	Pedro
S1			38% (5/13)	40% (2/5)	80% (4/5)	100% (1/1)	86% (6/7)	100% (6/6)
S2			41% (12/28)	38% (5/13)	100% (1/1)		100% (3/3)	100% (1/1)
S3		0% (0/3)	73% (8/11)	100% (5/5)	82% (9/11)	50% (1/2)		67% (2/3)
S4		0% (0/4)	100% (8/8)	67% (4/6)	63% (5/8)	100% (1/1)	100% (4/4)	100% (5/5)
S5		0% (0/3)	100% (10/10)	81% (13/16)	100% (3/3)	100% (1/1)	50% (3/6)	100% (7/7)
S6		0% (0/6)	91% (10/11)	63% (5/8)	100% (3/3)	50% (1/2)	60% (3/5)	80% (4/5)
S7		0% (0/4)	100% (5/5)	64% (9/14)	83% (5/6)	100% (3/3)	50% (1/2)	100% (5/5)
S8		10% (1/10)	100% (7/7)	60% (6/8)	100% (4/4)	75% (6/8)	100% (3/3)	71% (5/7)
S9	0% (0/1)	88% (8/9)	86% (12/14)	71% (5/7)	100% (3/3)	0% (0/1)	100% (2/2)	100% (9/9)
S10		100% (2/2)	100% (2/2)	80% (4/5)	80% (4/5)	50% (1/2)	100% (7/7)	100% (4/4)
S11		83% (5/6)	75% (3/4)		33% (1/3)		100% (4/4)	86% (6/7)
S12	33% (2/6)		67% (2/3)		75% (3/4)		100% (3/3)	100% (3/3)

A observação do Quadro 1 permite-nos, desde logo, afirmar que a produção de nomes em que o ditongo nasal ocorre na periferia direita emerge precocemente na maioria das crianças: à excepção do João I e da Inês, todas as crianças produzem nomes deste tipo desde a primeira sessão.

Considerando as produções das crianças na sua totalidade, verifica-se que os valores de produções correctas oscilam entre 0% e 100%, sendo que quatro das oito crianças (o Luís, a Raquel, a Laura e o Pedro) apresentam valores entre 80% e 100% logo na S1. O número de produções correctas destas crianças ao longo das sessões indica que a aquisição do ditongo em nomes se encontra estabilizada, uma vez que só esporadicamente se verificam valores abaixo dos 75%. Note-se que, em todos os casos, se pode afirmar que a estrutura em questão se encontra adquirida, sendo os valores inferiores a 50% esporádicos (S11 – Luís e S9 – Raquel).

Relativamente às crianças que, nas primeiras sessões, apresentam valores inferiores a 50% (Marta e João II) ou não produzem nomes com o ditongo nasal na periferia direita (João I e Inês), é possível observar que o número inferior de produções desta natureza ou a sua ausência é seguida de um aumento exponencial e rápido. Assim, a Marta e o João

II apresentam na S1 valores que rondam os 40%, ultrapassando os 50% logo na S3, sessão a partir da qual os valores registados se situam entre os 60% e os 100%. Por sua vez, o João I e a Inês, que só mais tardiamente utilizam nomes com o ditongo nasal (S9, no caso do João, e S3, no caso da Inês), manifestam também uma tendência para um aumento exponencial e rápido a partir do momento em que integram no seu discurso nomes com este formato: o João passa dos 0% de produções correctas na S9 para os 33% na S12; a Inês passa dos 0% nas S3 a S7 para os 10% na S8, e para os 88% na S9.

O comportamento das crianças no que diz respeito às palavras do paradigma verbal é significativamente distinto daquele que exibem para as palavras do paradigma nominal, tanto em termos dos valores percentuais como dos valores absolutos. O Quadro 2, abaixo, reúne os valores percentuais e absolutos relativos às produções de verbos com o ditongo nasal [ɐ̃w̃] na periferia direita.

Quadro 2 – Produções correctas do ditongo em verbos

	João I	Inês	Marta	João II	Luís	Raquel	Laura	Pedro
S1							100% (5/5)	50% (1/2)
S2							0% (0/1)	67% (1/3)
S3					100% (2/2)		57% (4/7)	
S4					50% (1/2)	0% (0/1)	67% (2/3)	100% (4/4)
S5				50% (1/2)	80% (4/5)		86% (6/7)	
S6			100% (2/2)		60% (3/5)		30% (3/10)	75% (3/4)
S7			100% (2/2)	100% (2/2)	80% (8/10)		80% (4/5)	50% (1/2)
S8					56% (5/9)		75% (6/8)	0% (0/2)
S9			50% (1/2)	100% (1/1)	60% (6/10)	67% (2/3)	20 % (2/10)	33% (2/6)
S10				33% (1/3)	71% (5/7)	50% (1/2)	35% (7/20)	33% (1/3)
S11		100% (1/1)			67% (2/3)		47% (7/15)	33% (2/6)
S12					100% (1/1)		25% (2/8)	67% (2/3)

Um dos aspectos mais interessantes no Quadro 2 consiste no facto de os verbos com o formato em análise emergirem mais tardiamente

do que os nomes: apenas a Laura e o Pedro produzem verbos deste tipo desde a S1 (com interrupções nas sessões 3 e 5 do Pedro); as restantes crianças iniciam a utilização destas formas verbais entre a S3 (Luís) e a S11 (Inês), sendo que o João I não produz qualquer verbo com o ditongo em estudo.

As três crianças que manifestam um melhor nível de desempenho (Luís, Laura e Pedro) apresentam valores entre os 0% e os 100%, sendo o seu comportamento heterogéneo:

(i) as produções do Luís situam-se entre os 60% e os 100%, o que sugere que a estrutura se encontra adquirida, embora ainda não estabilizada, uma vez que, das 10 sessões em que se encontram verbos com o formato em análise, apenas em 4 os valores são superiores a 75%;
(ii) as produções da Laura situam-se entre os 0% e os 100%, alternando sessões com valores acima dos 50% com sessões em que os valores se situam entre os 20% e os 47% e registando-se decréscimos significativos da S1 (100%) para a S2 (0%), da S8 (75%) para a S9 (20%) e da S11 (47%) para a S12 (25%);
(iii) as produções do Pedro situam-se entre os 0% e os 100%, apresentando um desempenho inferior a partir da S8 (0%), que se mantém, embora com um valor mais elevado (33%), até à S11.

A Marta, o João II e a Raquel distinguem-se das três crianças acima referidas em dois aspectos. Em primeiro lugar, as ocorrências de verbos são mais esporádicas (3 sessões, no caso da Marta; 4 sessões, no do João, e 3 sessões, no da Raquel), alternando sessões em que são produzidas algumas formas verbais que, na estrutura-alvo, integram o ditongo com sessões em que não se regista qualquer produção de verbos deste tipo. Em segundo lugar, embora, em termos percentuais, o seu desempenho seja, na generalidade dos casos, superior ao das crianças anteriormente mencionadas, o valor absoluto de verbos produzidos por estas crianças é francamente inferior: a Marta produz 6 verbos, correspondendo as produções correctas a valores entre os 50% e os 100%; o João II produz 8 verbos, situando-se as produções correctas entre os 33% e os 100%; finalmente, a Raquel apresenta um total de 6 verbos, sendo que numa sessão o valor percentual de produções correctas é de 0%, mas nas duas outras sessões o mesmo valor situa-se entre os 50% e os 67%. Saliente-se

que, apesar destes valores percentuais, a escassez de formas produzidas não nos permite tirar ilações quanto à aquisição e à estabilização desta estrutura, nestas três crianças.

A Inês produz 1 única forma verbal, com o formato esperado, o que equivale a 100%. Este resultado mostra, como no caso do João I, que a relação entre a estrutura fonológica e a classe de palavras em questão não está disponível à data da conclusão da recolha de dados.

Considerem-se, finalmente, os resultados percentuais e absolutos relativos às produções correctas dos advérbios em que ocorre o ditongo [ɐ̃w̃] na periferia direita – Quadro 3.

Quadro 3 – Produções correctas do ditongo em advérbios

	João I	Inês	Marta	João II	Luís	Raquel	Laura	Pedro
S1			17% (1/6)	0% (0/4)	25% (1/4)	25% (4/18)	29% (2/7)	50% (2/2)
S2		0% (0/3)	60% (3/5)	50% (2/4)	100% (1/1)	33% (2/6)	29% (2/7)	33%(2/6)
S3		0% (0/10)	63% (5/8)	71% (5/7)	33% (2/6)	29% (2/7)	43% (3/7)	29% (2/7)
S4	0% (0/1)	0% (0/11)	50% (3/6)	60% (3/5)	50% (4/8)	25% (2/8)	40% (2/5)	33% (3/9)
S5		10% (1/10)	50% (1/2)	33% (1/3)	10% (1/10)	25% (3/12)	50% (5/10)	17% (2/12)
S6		0% (0/11)	25% (1/4)	50% (3/6)	0% (0/4)	23% (3/13)	20% (1/5)	33% (4/12)
S7		0% (0/18)	33% (2/6)	20% (1/5)	57% (4/7)	38% (5/13)	43% (3/7)	20% (1/5)
S8		21% (3/14)	60% (3/5)	20% (1/5)	30% (3/10)	39% (7/18)	33% (2/6)	38% (3/8)
S9		29% (2/7)	60% (3/5)	14% (1/7)	17% (1/6)	11% (1/9)	25% (2/8)	33% (2/6)
S10	50% (1/2)	40% (2/5)	67% (4/6)	20% (2/10)	100% (3/3)	14% (1/7)	45% (5/11)	57% (8/14)
S11	0% (0/2)	36% (5/14)	33% (2/6)		25% (2/8)		24% (4/17)	20% (1/5)
S12	0% (0/3)		25% (2/8)		14% (1/7)		22% (2/9)	14% (1/7)

Das oito crianças em estudo, apenas duas (João I e Inês) não produzem advérbios com a estrutura em discussão na primeira sessão, nunca sendo ultrapassado o valor de 50% de produções correctas ao longo das sessões. As restantes crianças produzem advérbios daquele tipo de forma ininterrupta desde a S1.

Embora em termos absolutos se verifique um número elevado de ocorrências deste tipo de advérbios, podendo mesmo ser produzidas 18

formas na mesma sessão (S7 – Inês; S1 – Raquel), os valores percentuais indicam que, nesta categoria sintáctica, a estrutura fonológica em avaliação não está estabilizada. Com efeito, na generalidade, os valores não ultrapassam os 75%, excepto em duas sessões da mesma criança (Luís – S2 e S10), em que se atinge o valor de 100%. Saliente-se, porém, que este valor percentual corresponde, nas duas sessões, a um total de 4 ocorrências, o que mostra que a produção correcta do advérbio é esporádica e, provavelmente, acidental, já que nas sessões seguintes se regista um decréscimo significativo: da S2 para a S3, passa-se de 100% para 33%; da S10 para a S11, passa-se de 100% para 25%.

Da observação do Quadro 3, conclui-se, ainda, que, ao longo das sessões, os valores não revelam uma progressão contínua relativamente à produção dos advérbios em estudo. Considerem-se, a título ilustrativo, os resultados da Marta: de 17% na S1, passa-se para valores iguais ou superiores a 50% nas S2 a S5; contudo, na S6, o valor desce para 25%,, voltando a atingir valores superiores a 50% nas S8 a S10. A partir desta última sessão, os valores descem progressivamente: S10 – 67%; S11 – 33%; S12 – 25%.

Os gráficos 1, 2 e 3 sintetizam, respectivamente, os resultados obtidos para a produção do ditongo nasal [ɐ̃w̃] nos nomes, nos verbos e nos advérbios.

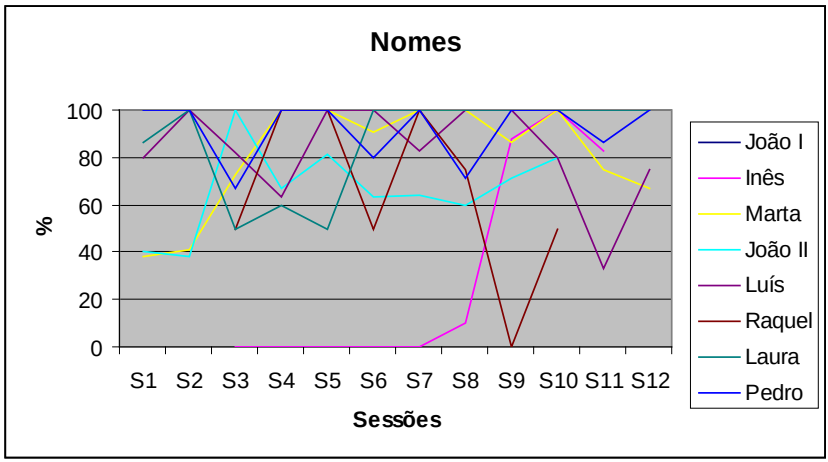


Gráfico 1 – Nomes

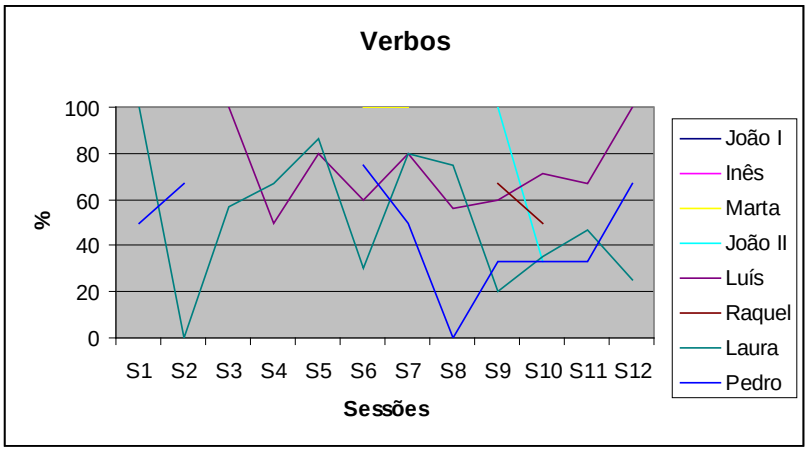


Gráfico 2 – Verbos

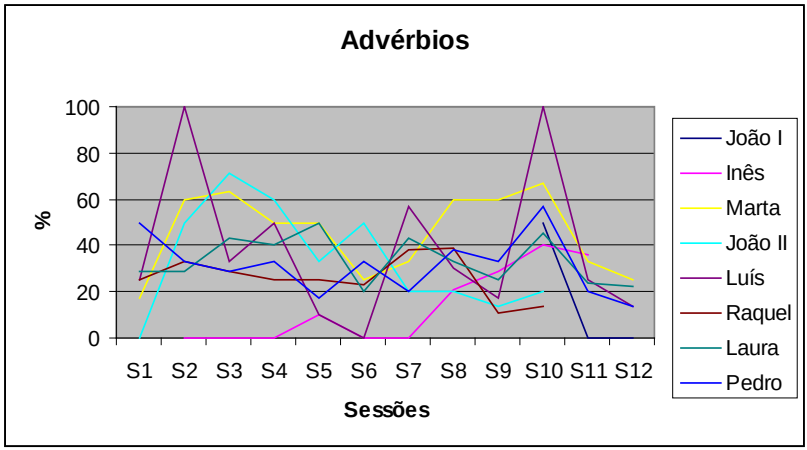


Gráfico 3 – Advérbios

Considerando os gráficos relativos às três categorias de forma comparada, pode concluir-se que o comportamento das crianças relativamente à aquisição do ditongo nasal [ɐ̃w̃] é diferenciado, sendo a variável *classe de palavra* relevante para dar conta do processo de aquisição desta estrutura fonológica. Na generalidade, as crianças exibem um melhor desempenho nos nomes e nos verbos do que nos advérbios, uma vez

que apresentam valores percentuais de produções correctas mais elevadas nas palavras das duas primeiras classes. Mais especificamente, valores correspondentes ao processo de estabilização da estrutura são atingidos por todas as crianças nos nomes e por algumas crianças nos verbos; nos advérbios, os valores mostram que as crianças ainda não iniciaram o processo de estabilização da estrutura fonológica nesta classe de palavras.

No que diz respeito aos nomes e aos advérbios, é registado um comportamento em espelho, encontrando-se os valores distribuídos uniformemente pelas oito crianças em cada uma das duas categorias: no caso dos nomes, os valores encontram-se tendencialmente acima dos 50%; no caso dos advérbios, situam-se tendencialmente abaixo deste valor. Por oposição, os verbos constituem a classe em que o comportamento relativamente à estrutura-alvo é mais instável quer na perspectiva do grupo de crianças observado, quer na do desenvolvimento longitudinal de cada uma das crianças.

3.2. Observações adicionais sobre desenvolvimento linguístico

A observação dos dados nos quadros 1, 2 e 3 revela que o desenvolvimento linguístico das crianças é mais homogéneo no caso dos nomes e dos advérbios (embora em sentidos opostos) do que no dos verbos.

No Quadro 1, relativo aos nomes, identificamos um comportamento das crianças em função da idade: à excepção da Marta, os valores acima dos 75% ocorrem associados ao final do segundo ano de vida (1;8 na Inês; 1;11 no João II; valores neste nível são registados à data do início da recolha de dados no Luís (1;9), na Raquel (1;10), na Laura (2;2) e no Pedro (2;7)). A idade parece ser, neste caso, um factor relevante para o desenvolvimento da estrutura em análise no paradigma nominal.

No Quadro 3, relativo aos advérbios, todas as crianças registam instabilidade até ao final da recolha de dados, estando as duas últimas sessões de cada criança sempre abaixo dos 40%. Pode, assim, dizer-se que, aos 3;7, a estrutura em observação é ainda problemática. Fica por demonstrar a existência de uma fronteira etária a partir da qual se dê a estabilização do ditongo nasal [ɐ̃w̃] na classe dos advérbios.

Os valores no Quadro 2 mostram que, nas crianças observadas, a idade não é um factor relevante para a aquisição da estrutura em estudo no paradigma verbal:

(i) o Luís (1;9 – 2;11) é a única criança que apresenta sistematicamente valores acima dos 50%;
(ii) as crianças mais novas (João I (0;10 – 1;8), Inês (0;11 – 1;10) e Marta (1;2 – 2;2)) apresentam um comportamento semelhante a duas crianças mais velhas, o João II (1;9 – 2;8) e a Raquel (1;10 – 2;10), com uma produção esporádica dos alvos em questão.
(iii) Para a Laura (2;2 – 3;3), registam-se valores maioritariamente acima dos 50% até à sessão 8, descendo os valores nas sessões 9 a 12; comportamento idêntico é registado no Pedro (2;7 – 3;6).

3.3. Os plurais dos nomes

Tal como foi referido na secção 1, os nomes, ao contrário dos verbos e dos advérbios, estão sujeitos a alomorfia no formato do ditongo nasal. Se, como prevêem alguns autores, a variação alofónica é adquirida cedo, por oposição à aquisição mais tardia da variação alomórfica ((Peperkamp & Dupoux, 2002; Hayes, 2004), esperar-se-ia que o ditongo nasal associado a itens lexicais do paradigma nominal fosse adquirido mais tardiamente do que nos itens do paradigma verbal e nos advérbios. Tal hipótese tem na base a complexidade gramatical atribuída pela alomorfia aos ditongos nasais nos nomes. Verificámos, na secção anterior, que esta complexidade não interfere na aquisição do ditongo nasal no seu formato no singular, sendo a classe de palavras a variável determinante para a estabilização de [ɐ̃w̃] (o ditongo é adquirido em primeiro lugar nos nomes).

Pesquisámos, em seguida, o modo como as crianças observadas neste trabalho adquirem os formatos dos ditongos nasais [ɐ̃w̃ʃ], [õjʃ] e [ɐ̃jʃ] no plural dos nomes. Os resultados da nossa procura não permitem, no entanto, dar conta da aquisição dos ditongos nos formatos do plural. Com efeito, em 18656 ocorrências, encontrámos apenas 6 produções do alomorfe [ɐ̃w̃ʃ] (3 em conformidade com o alvo), 28 produções do alomorfe [õjʃ] (17 em conformidade com o alvo) e 2 produções com o alomorfe [ɐ̃jʃ] (1 em conformidade com o alvo). Os dados espontâneos aqui inspeccionados mostram que estas estruturas são adquiridas

muito tardiamente, sendo processadas como marcadas no sistema linguístico em aquisição. A sua aquisição parece estar menos relacionada com a aquisição da marcação de número no paradigma nominal, que ocorre precocemente em PE (Freitas & Miguel, 1998; Soares, 1998; Freitas et al., 2001; Corrêa et al., 2005; Castro & Ferrari-Neto, 2007), e mais dependente do domínio destas estruturas gramaticalmente complexas, que envolvem o processamento de aspectos fonológicos e morfológicos em interacção (sobre a aquisição tardia destas estruturas, consulte-se Castro, 2008, 2009; Ramalho, Freitas & Gonçalves, 2009; Ramalho, 2010). O assunto carece de investigação adicional.

4. Discussão dos resultados e considerações finais

A descrição feita na secção 3 mostra que o grau de complexidade morfofonológica do ditongo nasal não explica o comportamento assimétrico exibido pelas crianças observadas. Mais especificamente, esperava-se que a alomorfia associada aos nomes tornasse a aquisição do ditongo nasal na sua forma do singular mais tardia, por oposição à mesma estrutura nos verbos e nos advérbios, que não apresentam variantes alomórficas. No entanto, os dados observados mostram que o ditongo nasal estabiliza primeiro na classe dos nomes; relativamente aos verbos e aos advérbios, os resultados obtidos mostram que a estrutura ainda não se encontra estabilizada à data da conclusão da recolha de dados. Contrariamente ao que ocorre com a forma do ditongo no singular dos nomes, a selecção de alvos lexicais com as três formas do plural é muito pouco frequente, mostrando que a sua aquisição é tardia, apesar de a formação do plural dos nomes ser precoce, em PE (Freitas & Miguel, 1998; Soares, 1998; Freitas et al., 2001; Corrêa et al., 2005; Castro & Ferrari-Neto, 2007).

Se, por um lado, a hipótese de que a alomorfia não promove a aquisição do ditongo nasal nas formas do singular não dá conta dos resultados, por outro lado, sabe-se da literatura na área da aquisição que a classe dos nomes emerge antes da classe dos verbos (Gentner, 1982; Bates et al., 1995, entre outros), o que permite colocar a hipótese de que a aquisição dos ditongos nasais no paradigma nominal ocorre antes da sua aquisição no paradigma verbal e no dos advérbios. Esta hipótese, efectivamente, dá conta dos dados observados. Assim, o ditongo [ɐ̃w̃] é adquirido de forma assimétrica, em função das diferentes classes de palavras:

(i) emerge e estabiliza em primeiro lugar na classe dos nomes;
(ii) na classe dos verbos, apenas 1 criança apresenta valores médios relativos ao processo de estabilização da estrutura, mostrando as duas crianças mais velhas uma regressão no processo de aquisição, no final da recolha de dados;
(iii) na classe dos advérbios, os valores revelam que as crianças observadas ainda não entraram no processo de estabilização do ditongo nasal.

A homogeneidade de superfície na estrutura fonológica em estudo está, assim, associada a heterogeneidade sintáctica e/ou morfossintáctica. Por um lado, a natureza lexical ou funcional das palavras é determinante na aquisição da estrutura fonológica em estudo, nomeadamente, verifica-se um maior sucesso na produção do ditongo [ɐ̃w̃] nos nomes e nos verbos do que nos advérbios. Por outro lado, especificações morfossintácticas permitem dar conta da assimetria que se regista entre os nomes e os verbos na aquisição do ditongo nasal. Desta forma, assumindo que (i) as manifestações de tempo e de concordância nas formas verbais são legitimadas por categorias funcionais (T e Agr), que, podendo estar presentes (subespecificadas) desde as produções iniciais, só são activadas à medida que as estruturas vão sendo adquiridas (Clashen, 1996; Lebeaux, 1988; Guasti, 2002; Soares, 1998; Gonçalves, 2004) e que (ii) o ditongo nasal nas formas verbais corresponde à 3ª pessoa do plural, que emerge mais tardiamente do que as formas do singular (Gonçalves, 2004), os resultados obtidos são os esperados, ou seja, verifica-se maior estabilidade da estrutura fonológica nos nomes do que nos verbos.

Em conclusão, colocámos inicialmente a questão de saber se uma estrutura fonológica com características de superfície semelhantes – o ditongo nasal [ɐ̃w̃] – é adquirida do mesmo modo quando associada a diferentes classes de palavras. Os resultados obtidos mostraram que a hipótese relativa ao efeito da alomorfia associada ao ditongo nasal no paradigma nominal não tem um efeito despromotor da aquisição e estabilização desta estrutura fonológica. Pelo contrário, a hipótese relativa ao efeito da variável *classe de palavras* mostrou dar conta dos dados tratados: a classe dos nomes, a primeira a ser disponibilizada na aquisição, é aquela em que os valores de produções correctas indiciam a estabilização da estrutura fonológica em estudo; na classe dos verbos, embora se

atinjam pontualmente valores de estabilização, o percurso das crianças é mais lento e mais instável; finalmente, nos advérbios, as produções correctas nunca atingem, até à data da conclusão da recolha dos dados, valores que indiciem a estabilização do ditongo. Paralelamente, os resultados obtidos ilustram a necessidade de reflectir sobre os procedimentos metodológicos adoptados na área de investigação da aquisição da fonologia em língua materna, uma vez que ficou demonstrado que a velocidade de estabilização de uma dada estrutura fonológica pode não ser idêntica em todos os paradigmas gramaticais.

Referências

ANDRADE, Ernesto D' (1977), *Aspects de la Phonologie (Générative) du Portugais,* Lisboa, INCM.

BATES, Elisabeth, Philip DALE & Donna THAL (1995), "Individual differences and their implications for theories of language development", in Paul Fletcher & Brian MacWhinney (eds.), *The Handbook of Child Language*, Oxford, Blackwell.

BISOL, Leda (2005), *Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*, Porto Alegre, EDIPUCRS.

CASTRO, Ana & José FERRARI-NETO (2007), "Um estudo contrastivo do PE e do PB com relação à identificação de informação de número no DP", *Letras Hoje*, 42:1.

CASTRO, Ana (2008) "Aquisição da Concordância Nominal por Crianças Portuguesas – Contributos da Linguística para a Terapia da Fala", Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, Centro de Linguística da UNL, ms.

CASTRO, Ana (2009) "Aquisição de Morfologia Plural em Português Europeu: sobre a Produtividade das Regras". Comunicação apresentada no XXV Encontro Nacional da APL, Lisboa, Outubro de 2009.

CLASHEN, Harald (1996), *Generative Perspectives on Language Acquisition,* Amesterdão, John Benjamins.

CORRÊA, Letícia, Marina AUGUSTO & José FERRARI-NETO (2005), "The early processing of number agreement in the DP: evidence from the acquisition of Brazilian Portuguese", in David Bamman, Tatiana Magnitskaia & Colleen Zaller (eds.), *Proceedings of the 30th BUCLD*, Somerville, Cascadilla Press.

FIKKERT, Paula (1994), *On the Acquisition of Prosodic Structure*, Leiden, HIL.

FIKKERT, Paula (2005), "Getting sound structures in mind. Acquisition bridging linguistics and psychology?", in Anne Cutler (ed.), *Twenty-First Century Psycholinguistics: Four Cornerstone,* Hillsdale, N. J., Lawrence Erlbaum.

FIKKERT, Paula (2007), "Acquiring phonology", in Paul de Lacy (ed.), *Handbook of Phonological Theory*. Cambridge, MA, Cambridge University Press.

FREITAS, M. João & Matilde MIGUEL (1998), "Prosodic and syntactic interaction: the acquisition of NP functional projections in European Portuguese", in Tina Cambier-Langeveld, Anikó Liptàk & Michael Redford (eds.), *Proceedings of Console* VI, Leiden, SOLE.

FREITAS, M. João, Matilde MIGUEL & Isabel FARIA (2001), Interaction between prosody and morphosyntax: plurals within codas in the acquisition of European Portuguese, in Jurgen Meisel & Barbara Hohle (eds.), *Approaches to Bootstrapping. Phonological, Lexical, syntactic and neurophysiological Aspects of Early Language Acquisition*, Amsterdam, John Benjamins.

GENTNER, Dedre (1982), "Why nouns are learned before verbs: Linguistic relativity versus natural partitioning", in S. A Kuczaj (ed.), *Language, Thought and Culture*, Vol. II, *Language development*. Hillsdale, N. J., Lawrence Erlbaum.

GONÇALVES, Fernanda. (2004), *Riqueza Morfológica e Aquisição da Sintaxe em Português Europeu e Brasileiro*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora.

GUASTI, M. Teresa. (2002), *Language Acquisition. The Growth of Grammar*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

HAYES, Bruce. (2004), "Phonological acquisition in Optimality Theory: the early stages", in René Kager, Joe Pater & W. Zonneveld (eds.), *Constraints in Phonological Acquisition,* Cambridge, Cambridge University Press.

LEBEAUX, David (1988), *Language Acquisition and the Form of the Grammar*, Dissertação de Doutoramento, University of Massachusetts.

LEVELT, Clara (1994), *On the Acquisition of Place*, Leiden, HIL.

MATEUS, M. Helena (1975/82), *Aspectos da Fonologia Portuguesa,* Lisboa, INCM.

MATEUS, M. Helena (2003), "Fonologia", in M. Helena Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Isabel Faria, Sónia Frota, Gabriela Matos, Fátima Oliveira, Marina Vigário & Alina Villalva, *Gramática da Língua Portuguesa,* Lisboa, Ed. Caminho.

MATEUS, M. Helena & Ernesto D' ANDRADE (2000), *The Phonology of Portuguese*, Oxford, Oxford University Press.

PEPERKAMP, Sharon & Emmanuel DUPOUX (2002), "Coping with phonological variation in early lexical acquisition", in Ingeborg Lasser (ed.), *The Process of Language Acquisition,* Berlin, Peter Lang Verlag.

RAMALHO, Ana Margarida, M. João FREITAS & Fernanda GONÇALVES (2009), "Aquisição do Plural nos Nomes Terminados em Ditongo Nasal", Poster apresentado no V Congresso da Associação Portuguesa de terapeutas da Fala, Lisboa, Novembro de 2009.

RAMALHO, Ana Margarida (2010), *A Aquisição do Plural em Palavras do Paradigma Nominal com Ditongo Nasal*. Dissertação de Mestrado, Univerisdade de Évora.

SOARES, Carla (1998), *As Categorias Funcionais no Processo de Aquisição do Português Europeu: estudo longitudinal da produção espontânea de uma criança de 1;2.0 aos 2;2.17 anos*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa.

VILLAVA, Alina (2008), *Morfologia do Português*, Lisboa, Universidade Aberta.

Estruturas cordenadas sem especificador realizado em português europeu[1]

Madalena Colaço[*] e Gabriela Matos[**]

Resumo

As orações parentéticas introduzidas por conjunções coordenativas exibem omissão do primeiro termo coordenado no interior do constituinte parentético. Levantam, assim, o problema do estatuto e da estrutura a atribuir à construção parentética. No presente trabalho mostraremos que há motivos para considerar que as orações parentéticas iniciadas por conjunções coordenativas são instâncias de coordenação. Centrando-nos especialmente nas orações parentéticas flutuantes, procuraremos ainda demonstrar que apresentam uma estrutura de coordenação regular, à excepção do facto de o primeiro termo coordenado ser um elemento sem realização fonológica cujo conteúdo é fixado pelo constituinte com o qual está nocionalmente relacionado na frase hospedeira.

Palavras-chave: Coordenação, orações parentéticas, omissão do primeiro termo coordenado, elipse.

[*] Professora Auxiliar do Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal, e investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Portugal.mmcolaco@gmail.com

[**] Professora Associada com Agregação do Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal, e investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Portugal.mgabrielamatos@yahoo.co.uk

[1] O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projecto PTDC/LIN/660202/2006, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Agradecemos os comentários dos revisores, em especial os de um deles, que nos permitiram precisar aspectos relevantes do presente texto.

1. Introdução

A coordenação está classicamente associada a estruturas que envolvem dois termos articulados por uma conjunção. Existem, no entanto, construções coordenadas que parecem pôr em causa esta assunção: as correlativas, (1); as de constituintes coordenados descontínuos, (2); a coordenação entre fragmentos discursivos distintos, (3); e as coordenadas parentéticas, (4). Todas estas construções têm em comum o facto de serem encabeçadas pela conjunção coordenativa, estando aparentemente ausente o primeiro termo coordenado:

(1) Vamos para a Faculdade [*ou de autocarro ou de metro*].
(2) O Luís foi ao cinema ontem, [*ou ao teatro*].
(3) Troufa Real reconhece a tutela do Ippar sobre aquela zona, mas defende que, face àquele plano **e** porque «não se está a construir nada de novo», não é necessária a autorização do Ippar.
[*E porque o Ippar não foi posto ao corrente das demolições do muro e das barracas, nem do projecto do novo espaço verde, Pinho Lopes pediu, esta semana, explicações a vários serviços da Câmara.*] (CETEMPúblico)[2]
(4) O documento aprovado ontem [– *e que será debatido por mais de mil delegados em representação de cerca de cem países* –] define ainda seis questões prioritárias para a Is no início do próximo século. (CETEMPúblico)

Dadas as especificidades associadas a cada uma das construções mencionadas, neste trabalho vamos centrar-nos no estudo das coordenações com constituintes parentéticos de natureza oracional, nomeadamente as exemplificadas em (4).

Tendo em conta a não realização do primeiro membro coordenado no constituinte parentético, são objectivos centrais deste trabalho: em primeiro lugar, determinar se as parentéticas iniciadas por conectores coordenativos são efectivamente instâncias de coordenação ou se, pelo contrário, são manifestações de um processo paratáctico distinto de formação de frases complexas (cf. secção 2); e, em segundo lugar, caracterizar a estrutura da oração parentética (cf. secção 3).

[2] CETEMPúblico (**C**orpus de **E**xtractos de **T**extos **E**lectrónicos **MCT**/**Público**) é um corpus de aproximadamente 180 milhões de palavras em português europeu, criado pelo projecto Processamento computacional do português (projecto que deu origem à Linguateca) após a assinatura de um protocolo entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) português e o jornal PÚBLICO em Abril de 2000.

Assumindo a existência de argumentos a favor da natureza coordenativa da construção parentética, discutiremos três hipóteses de configuração estrutural a atribuir à coordenação parentética – *Hipótese A:* a conjunção coordenativa toma como primeiro termo coordenado o constituinte ao qual a parentética se associa no interior da frase hospedeira (cf. secção 3.1); *Hipótese B*: a estrutura coordenada é, nestas construções, uma projecção deficitária formada apenas pelo núcleo conjuncional e o seu complemento (cf. secção 3.2); *Hipótese C*: a estrutura coordenada, nas construções em questão, encontra-se plenamente expandida, mas o primeiro termo coordenado é um constituinte sem realização fonológica (cf. secção 3.3).

2. A coordenação parentética

2.1. Propriedades gerais das construções parentéticas

A designação de *parentética* aplica-se a construções que exibem propriedades distintivas a vários níveis de análise:

Sintacticamente, podem produzir uma interrupção na estrutura da expressão hospedeira.[3]

Prosodicamente, apresentam frequentemente pausas que as delimitam e uma prosódia específica, com variação de frequência fundamental.

Semanticamente, exibem autonomia de conteúdo, apesar de usualmente estabelecerem um elo de significado com a expressão hospedeira.

Pragmaticamente, têm uma função comunicativa marcada: exprimem especificações ou comentários do locutor, ou visam estabelecer contacto entre os interlocutores.

Do ponto de vista da sua distribuição, existem dois tipos fundamentais de orações parentéticas, as fixas e as flutuantes, ilustradas pelas orações iniciadas por conectores coordenativos, respectivamente em (5) e (6), exemplos em que a coordenada parentética corresponde à sequência em itálico:

(5) a. O documento aprovado ontem – *e que será debatido por mais de mil delegados em representação de cerca de cem países* – define ainda seis questões prioritárias para a Is no início do próximo século. (= (4))

[3] Quirk *et al.* (1985) e Huddleston et al. (2002) distinguem entre parentéticas *intercaladas*, que interrompem a estrutura parentética da frase hospedeira, e parentéticas *apensas*, que ocorrem na margem do hospedeiro.

b. * O documento aprovado ontem define – *e que será debatido por mais de mil delegados em representação de cerca de cem países*– ainda seis questões prioritárias para a Is no início do próximo século.
c. *O documento aprovado ontem define ainda seis questões prioritárias para a Is no início do próximo século – *e que será debatido por mais de mil delegados em representação de cerca de cem países*.

(6) a. A Câmara do Porto – *e o Público reconheceu-o* – debateu-se com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas. (CETEMPúblico)
b. A Câmara do Porto debateu-se –*e o Público reconheceu-o*– com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas.
c. A Câmara do Porto debateu-se com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas – *e o Público reconheceu-o*.

As parentéticas fixas não têm mobilidade na frase em que estão albergadas, o *hospedeiro*, ocorrendo em adjacência ao constituinte com o qual estão nocionalmente relacionadas, designado *âncora.* As parentéticas flutuantes, pelo contrário, podem ocupar diversas posições no seu hospedeiro e não têm constituinte *âncora* (cf. (6)).

É tendo em conta esta caracterização que vamos proceder à análise das construções designadas na literatura como coordenadas parentéticas (cf., por exemplo, Kavalova 2007).

2.2. O estatuto das parentéticas iniciadas por conjunção coordenativa

A autonomia dos constituintes parentéticos face ao seu hospedeiro, particularmente evidente nas parentéticas flutuantes, suscita uma questão central: Serão as orações parentéticas iniciadas por conjunção um caso particular de coordenação ou, alternativamente, um processo paratáctico distinto de formação de frases complexas?

Há argumentos empíricos a favor do estatuto de conjunção coordenativa do conector que introduz as expressões parentéticas.

Em primeiro lugar, os conectores conjuncionais que iniciam as coordenadas parentéticas não podem surgir em contextos em que não é possível haver coordenação. É o que mostra o contraste, nos exemplos seguintes, entre as frases bem formadas em (a) e as marginais em (b):

(7) a. O documento aprovado ontem – *e que será discutido hoje* – clarifica as questões.
b. * O documento – *e que será discutido hoje* – clarifica as questões.
c. O documento – *que será discutido hoje* – clarifica as questões.
(8) a. Ele devia – *penso eu* – visitar a família mais frequentemente.
b. *Ele devia – *e* penso eu – visitar a família mais frequentemente.
(9) a. Podemos perguntar-lhes, *não é?*, se vão participar no workshop.
b. ??/*Podemos perguntar-lhes, *ou não é?*, se vão participar no workshop.

A parentética coordenada em (7) inclui uma oração relativa, *que será discutido hoje*, cujo antecedente é a expressão nominal *o documento* (veja-se (7c)). Como mostra a inaceitabilidade de (7b), por oposição à boa formação de (7a) e (7c), a presença da conjunção aditiva, *e*, precedendo a oração relativa só é legitimada pela ocorrência do sintagma participial, *aprovado ontem*, que constitui o correlato nocionalmente associável ao segundo termo da oração coordenada parentética, *e que será discutido hoje.* Por seu turmo, em (8), a oração parentética constitui um comentário do locutor, de valor evidencial (Rooryck 2001), ou seja, um comentário em que o locutor fornece ao seu interlocutor informação sobre o grau de fiabilidade da sua asserção expressa pela frase hospedeira; nestas circunstâncias, a presença de uma conjunção no início da oração parentética não é legitíma, pois na frase hospedeira não existe um correlato nocional da oração parentética (cf. (8b)). Quanto a (9), a interrogativa intercalada em (9a), *não é?*, visa essencialmente estabelecer o contacto entre o locutor e o seu interlocutor. A presença da conjunção disjuntiva em (9b) cancela este valor fático.

Em segundo lugar, alguns autores têm feito notar que os conectores conjuncionais que introduzem as parentéticas mantêm o valor semântico das conjunções coordenativas presentes na coordenação integrada padrão, ou seja (e.g. Blakemore 2005, Kavalova 2007): *adição, disjunção, contraste*. As frases (10)-(12) ilustram esta propriedade:

(10) O partido que ganhou – *e ganhou bem* – não atinge 50 por cento dos votos. (*Público*, 21/10/2008: 5)
(11) Torcato Sepúlveda, que, pelos vistos, se orgulha de ter nascido em Braga (*ou, pelo menos, escreve-o*) está muito mal enquadrado com as suas origens.

(12) Isto tornou-se claro quando os revoltosos (*mas não eram os capitães os verdadeiros insurrectos?*), foram libertados.

Quando ocorrem em contextos que não são adequados à expressão dos seus valores, as conjunções presentes nas parentéticas produzem resultados marginais (vejam-se os contrastes de aceitabilidade entre (11) e (13)) ou de diferente significado (confrontem-se (12) e (14)):

(13) a. ??Torcato Sepúlveda, que, pelos vistos, se orgulha de ter nascido em Braga (*e, pelo menos, escreve-o*) está muito mal enquadrado com as suas origens.
b. ??Torcato Sepúlveda, que, pelos vistos, se orgulha de ter nascido em Braga (*mas, pelo menos, escreve-o*) está muito mal enquadrado com as suas origens.

(14) #Isto tornou-se claro quando os revoltosos (*ou não eram os capitães os verdadeiros insurrectos?*), foram libertados.

Em (11) o valor alternativo de *ou* é compatível com a co-ocorrência da expressão *pelo menos*; porém, o mesmo não acontece com a conjunção aditiva *e* (cf. (13a) ou com a adversativa *mas* (cf. (13b)). Por seu lado, em (12), o valor contrastivo da parentética faz com que as expressões nominais *os revoltosos* e *os capitães* sejam interpretadas como denotando entidades distintas; pelo contrário, em (14), a oração disjuntiva introduzida por *ou*, que ocorre como aposto a *os revoltosos*, permite interpretar *os capitães* como uma expressão que designa a mesma entidade que o constituinte nominal *os revoltosos*.

Note-se que a natureza parentética de um constituinte não é suficiente para lhe retirar ou conferir um estatuto coordenativo ou subordinativo. Com efeito, a par de orações coordenadas parentéticas, como as que temos vindo a analisar, existem subordinadas parentéticas – vejam-se os exemplos seguintes, em que ocorrem uma oração relativa apositiva (cf. (15a)) e uma oração adverbial condicional (cf. (15b)):

(15) a.Esse médico, *que é uma sumidade*, conhece cura para essa doença.
b. Esse médico, *se não me engano*, é uma sumidade na matéria.

Finalmente, o estatuto de conjunção coordenativa do conector que introduz estas construções contribui para explicar o facto de que, mesmo

quando apresentam um elevado grau de mobilidade (i.e., quando estamos perante parentéticas flutuantes), as expressões parentéticas nunca podem preceder a frase hospedeira – compare-se (16a), em que estão indicadas entre parênteses as principais posições que a oração parentética pode ocupar na frase hospedeira, e (16b).

(16) a. A Câmara do Porto (*e o Público reconheceu-o*) debateu-se (*e o Público reconheceu-o*) com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas (*e o Público reconheceu-o*).
b. **E o Público reconheceu-o*, a Câmara do Porto debateu-se com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas. (CETEMPúblico)

Pelo contrário, outros tipos de construções parentéticas, como é o caso da adverbial condicional em (17a), admitem anteposição face à oração hospedeira (cf. (17b)):

(17) a. Esse médico (*se não me engano*) é (*se não me engano*) uma sumidade na matéria (*se não me engano*).
b. *Se não me engano*, esse médico é uma sumidade na matéria.

Admitimos, pois, que a impossibilidade de a coordenada parentética ocorrer anteposta à frase hospedeira decorre do facto de a presença da conjunção coordenativa obrigar a que se estabeleça uma relação entre o segundo termo da coordenação, expresso pela frase parentética, e a frase hospedeira ou um constituinte desta. A observação deste requisito permite marcar essa relação.

Em suma, as construções parentéticas iniciadas por conjunção coordenativa devem ser consideradas como casos específicos de coordenação.

3. A estrutura interna das orações coordenadas parentéticas

A observação dos dados empíricos em que ocorre coordenação parentética permite-nos, à partida, a colocação de três hipóteses no que diz respeito à estrutura interna do constituinte coordenado: (i) a conjunção coordenativa toma como primeiro termo coordenado o constituinte da frase hospedeira a que a parentética está associada; (ii) a estrutura coor-

denada é, nas coordenadas parentéticas, uma projecção deficitária constituída pela conjunção e o seu complemento; (iii) as orações coordenadas parentéticas apresentam uma estrutura plenamente expandida com dois termos coordenados, mas o primeiro não tem realização lexical.

Discutiremos cada uma destas hipóteses nas subsecções seguintes.

3.1. Contra-argumentos relativamente à Hipótese A

Prototipicamente, as estruturas de coordenção apresentam uma configuração estrutural como a representada em (18) (cf., por exemplo, Kayne 1994, Johannessen 1998), em que cada um dos termos coordenados funciona, respectivamente, como o especificador e o complemento seleccionado pelo núcleo funcional Conj(unção), e a estrutura resultante é interpretada como uma projecção de Conj, i.e., um ConjP[4]:

(18) $[_{\text{ConjP}}$[XP] [Conj [YP]]]

Consideremos a Hipótese A, formulada em (19), e a sua adequação às propriedades manifestadas pelas orações parentéticas:

(19) *Hipótese A*: A conjunção coordenativa toma como especificador (ou seja, como primeiro termo coordenado) o constituinte ao qual a parentética se associa no interior da frase hospedeira.

A Hipótese A parece, à primeira vista plausível para as parentéticas ancoradas, em que o constituinte parentético não pode dissociar-se daquele que modifica (cf. (20)-(21)):

(20) a. O partido que ganhou – *e ganhou bem* – não atinge 50 por cento dos votos.
b. *O partido que ganhou não atinge – *e ganhou bem* – 50 por cento dos votos.

(21) a. Isto tornou-se claro quando os revoltosos (*mas não eram os capitães os verdadeiros insurrectos?*) foram libertados.
b. *Isto tornou-se claro quando os revoltosos foram (*mas não eram os capitães os verdadeiros insurrectos?*) libertados.

[4] ConjP = Conjunctional Phrase.

Contudo, vários factos nos permitem argumentar a favor da exclusão do constituinte nocionalmente associado à expressão parentética como primeiro termo da estrutura coordenada tanto nas parentéticas flutuantes como nas fixas.

Antes de mais, nas construções que envolvem coordenação parentética flutuante, é frequente ocorrerem sequencialmente constituintes que não são de categorias habitualmente coordenáveis. É o que acontece nos dados seguintes:

(22) O Pedro, *e com razão*, evitou atrapalhar a Maria.
(23) «Em primeiro lugar, *e trata-se da conclusão mais forte*, parece indiscutível que se verificou um sério agravamento dos desequilíbrios internos à região, acentuando-se a concentração no litoral (...)» (CETEMPúblico)

Na verdade, apesar de não existirem restrições que limitem, à partida, a coordenação de categorias sintácticas distintas, é commumente aceite que os constituintes coordenados têm de ser semanticamente compatíveis. Vejamos que, em dados como os apresentados acima, é a presença de uma estrutura parentética que viabiliza a construção, como se nota pelo contraste que se estabelece entre (22)-(24) e (23)-(25):

(24) **O Pedro e com razão* evitou atrapalhar a Maria.
(25) **Em primeiro lugar e trata-se da conclusão mais forte* parece indiscutível que se verificou um sério agravamento dos desequilíbrios internos à região, acentuando-se a concentração no litoral.

Uma segunda evidência de que o constituinte que alberga a expressão parentética não constitui o primeiro termo coordenado relaciona-se com fenómenos de concordância envolvendo coordenação parentética apositiva (ancorada) (cf. Matos 2009). Nas construções em que ocorrem estruturas de coordenação copulativa padrão, quando os termos coordenados são categorias nominais com valor referencial distinto, os valores dos traços-Φ (i.e., de género e de número) associados à projecção ConjP resultam de uma combinação dos valores dos traços-Φ dos termos coordenados. Desta combinação, poderá resultar ou a criação de um novo valor (como acontece em (26) relativamente ao valor do traço de número) ou a prevalência de um valor sobre o outro (como

acontece em (27), em que o valor de 1ª pessoa prevalece sobre o valor de 3ª pessoa):

(26) a. *O Pedro e a Maria* foram ao jardim.
b. **O Pedro e a Maria* foi ao jardim.
(27) a. *Eu e ele* fomos ao jardim.
b. **Eu e ele* foram ao jardim.

O contraste entre (26a) e (26b) mostra que com sujeitos pré-verbais coordenados a concordância verbal se estabelece obrigatoriamente com os valores resultantes da combinação dos dois termos coordenados.

No entanto, em construções de coordenação parentética apositiva, contrariamente ao que acontece nas estruturas de coordenação padrão, a concordância verbal estabelece-se apenas com o constituinte nominal ao qual a expressão parentética se associa:

(28) Entretanto, eu – *e os milhares de pessoas que o leram no Público (da passada segunda-feira)* – vou-me contentando com as suas Cartas de Inglaterra. (CETEMPúblico)
(29) Muito bem, cada qual escolhe a festa – *e o modo de diversão* – que mais lhe convém. (CETEMPúblico)
(30) A decisão do Tribunal da Relação – *e agora a sua publicação* – acontece depois de o Ministério Público ter recorrido da sentença proferida pelo tribunal de primeira instância. (CETEMPúblico)

Um outro argumento contra a Hipótese A diz respeito à frequente dificuldade de identificação de um primeiro termo coordenado nas parentéticas flutuantes. Como mencionámos na secção 2.1, o comportamento das parentéticas coordenadas não é homogéneo quanto ao seu grau de mobilidade na frase hospedeira. Assim, a par das coordenadas parentéticas ancoradas num constituinte específico, existem as flutuantes, que podem associar-se sintacticamente a diversos constituintes da frase hospedeira. Esta possibilidade, juntamente com os factos referidos atrás, conduz-nos também à consideração de que o constituinte que a precede imediatamente não é o primeiro termo coordenado. Com efeito, aceitar tal ideia significaria aceitar que diversas expressões numa mesma frase poderiam ser o primeiro termo da coordenação que envolve a parentética, o que não nos parece adequado. Retomemos o seguinte exemplo:

(31) a. A Câmara do Porto – *e o Público reconheceu-o* – debateu-se com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas.
b. A Câmara do Porto debateu-se – *e o Público reconheceu-o* – com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas.
c. A Câmara do Porto debateu-se com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas – *e o Público reconheceu-o*.

Apesar de, no exemplo acima, a expressão *e o Público reconheceu-o* ser precedida por diversas expressões da frase hospedeira, a verdade é que se torna difícil aceitar que essas várias expressões constituam possíveis primeiros termos coordenados, já que a interpretação, a nível do conteúdo proposicional, das várias frases de (31) é a mesma: o constituinte que segue a conjunção está, em qualquer dos casos, semanticamente associado a toda a frase hospedeira, sendo toda esta, inclusivamente, retomada pelo clítico invariável que ocorre como complemento de *reconhecer*.

Um argumento adicional contra a hipótese que formulámos em A resulta da constatação de que, nas construções com coordenação de fragmentos discursivos, nem sempre o constituinte formado pelo núcleo coordenativo e o seu complemento estabelece uma correlação com um constituinte que ocorre num fragmento discursivo anterior contendo um possível termo coordenado. Com efeito, se, por um lado, em casos como o ilustrado em (32) é possível estabelecer uma relação entre os dois fragmentos de discurso produzidos, por outro lado, em situações como a ilustrada em (33) a legitimação do enunciado é feita apenas a partir do contexto situacional em que ele é produzido:

(32) A: – O Pedro não pode vir à reunião.
B: – *E agora o que fazemos?*
(33) [a Maria espera ansiosamente um telefonema do Pedro, que tarda; a Maria diz para si própria:]
– *E o Pedro não telefona!*

Assim, os dados apresentados mostram que, nas construções em estudo, o constituinte relacionado com a expressão parentética é exterior à estrutura de coordenação parentética. A representação (34) evidencia esta propriedade:

(34) A Câmara do Porto //[$_{Conj}$ p [$_{Conj}$ e] o Público reconheceu-o]]// debateu-se com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas.

Em suma, a Hipótese A não é adequada para dar conta da estrutura das construções parentéticas.

3.2. Contra-argumentos relativamente à Hipótese B

Analisemos seguidamente a Hipótese B, abaixo explicitada:

(35) Hipótese B: A categoria ConjP é, nestas construções, uma projecção deficitária, no sentido em que não projecta a posição de especificador. Assim, ConjP é, nestes casos, formado apenas pelo núcleo conjuncional e pelo seu complemento.

De acordo com esta hipótese, ConjP seria, nestes casos, representado em (36):

(36) [$_{ConjP}$ Conj$_{Y}$ [YP]]

A hipótese de as estruturas coordenadas poderem apresentar um único termo –-à direita da conjunção – suscita problemas a toda a teoria que caracterize a conjunção coordenativa como um núcleo funcional que selecciona obrigatoriamente dois (ou mais) termos.

Adicionalmente, na Teoria de Princípios e Parâmetros, essa hipótese levanta a questão da forma como a natureza categorial da estrutura coordenada é computada. Com efeito, prototipicamente uma estrutura coordenada é categorialmente transparente para efeitos de selecção por parte de um predicador externo – veja-se o contraste entre (37a), em que a selecção categorial do verbo é satisfeita pelos termos coordenados, e (37b), em que tal não acontece:

(37) a. Ele pensou [[$_{PP}$ **n**as crianças] e [$_{PP}$ **n**a mulher]]
b. *Ele pensou [[$_{NP}$ as crianças] e [$_{NP}$ as mulheres]]

Para dar conta desta propriedade, no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros admite-se que a conjunção coordenativa é um núcleo

funcional subespecificado que estabelece a sua natureza categorial no decurso da derivação sintáctica por concordância com um dos termos coordenados.

Duas propostas centrais foram avançadas na literatura para a coordenação em geral, ou seja, incluindo os casos em que as estruturas coordenadas exibem dois termos explicitamente realizados. Segundo uma das propostas, a especificação de traços categoriais da Conjunção é fixada a partir do segundo termo coordenado (Matos 1995, 2009), como em (38):

(38) $[_{\text{Conj.=}\mathbf{YP}}$ (XP) [$\text{Conj}_{\mathbf{Y}}$ [YP]]

De acordo com a outra proposta, a mais comummente aceite, a especificação dos traços categoriais da estrutura coordenada é estabelecida, pela operação de *Agree*, por uma relação de concordância entre o primeiro termo coordenado, que ocupa a posição de especificador de ConjP, e o núcleo Conj (Matos 1997, Johannessen 1998, Colaço 1998, 2005, 2006), como em (39):

(39) $[_{\text{Conj.=}\mathbf{XP}}$ [XP] [$\text{Conj}_{\mathbf{X}}$ [YP]]

Baseando-se em Chomsky (1995, cap.4), Matos (1995) assume que a relação de Especificador-Núcleo (*Specifier-Head*) não tem um estatuto privilegiado e que a verificação de traços (*feature checking*) pode processar-se localmente, pela operação de *Agree* em configurações de Núcleo-Complemento (*Head-Complement*). Adoptando esta análise, a não existência do primeiro termo coordenado é compatível com a computação de um valor categorial da estrutura coordenada. Segundo esta proposta, outros factores, que não a especificação categorial, determinarão a necessidade da presença do primeiro termo coordenado.

O mesmo não se passa, contudo, se considerarmos que a natureza categorial da estrutura coordenada é determinada pelo primeiro termo coordenado, como em (39). Neste caso, a presença de um primeiro termo coordenado (realizado ou nulo) é obrigatória, uma vez que, de acordo com o proposto em Colaço (2005, 2006), se torna indispensável para a instanciação dos valores de traços categoriais ilegítimos associados ao núcleo conjuncional.

Porém, só aparentemente as propostas ilustradas em (38) e (39) são inconciliáveis. Com efeito, poderíamos assumir que, em estruturas coordenadas com um só termo coordenado, ocorre a configuração (38), e que a configuração (39) é a opção não-marcada para as coordenações binárias padrão. Na verdade, nada obsta a que a operação de *Agree* opere tanto na configuração (38) como na (39). Outros casos de concordância, nomeadamente entre o sujeito e verbo flexionado (cf. (40) e (41)), atestam a disponibilidade de configurações similares:

(40) a. Chegaram os livros.
b. $[_{TP}\ [_{T\phi}$ chegaram$]\ [_{vp}\ v$-V $[_{NP\phi}$ os livros$]\ ]\ ]$
(41) a. Os livros chegaram.
b. $[_{TP}\ [_{NP\phi}$ os livros$]\ [_{T\phi}$ chegaram$]\ [_{vp}\ v$-V $[_{NP\phi}$ =$]\ ]\ ]$

Assim, a existência ou não de estruturas de coordenação com um só termo coordenado tem de ser adicionalmente fundamentada.

O argumento adicional crucial prende-se com as propriedades específicas caracterizadoras da classe de palavras designada por Conjunção. A aceitação da hipótese de que nas construções em estudo o núcleo Conj não projecta um especificador, sendo ConjP uma projecção deficitária, implica considerar que a unidade linguística que introduz o constituinte parentético não é, na realidade, uma "verdadeira" conjunção coordenativa, pois, por definição, a conjunção é uma unidade que articula dois termos entre si. Ora, como vimos na secção 2.2., há motivos para considerar que nas contruções parentéticas iniciadas por Conj estamos perante estruturas de coordenação.

Assim, a Hipótese B, de as coordenadas parentéticas terem uma estrutura deficitária, não é verdadeiramente apelativa.

3.3. Argumentos a favor da Hipótese C

Os argumentos apresentados nas secções 3.1. e 3.2. levam-nos a considerar que só uma hipótese como a seguinte permite dar adequadamente conta das construções em análise:

(42) *Hipótese C*: ConjP é, nas coordenadas parentéticas, uma projecção plena (ou seja, é formada por um núcleo, um especificador e um complemento), mas a posição de especificador é ocupada por um constituinte sem realização lexical.

A representação (43) permite visualizar a estrutura proposta, em que Ø simboliza o constituinte nulo que ocupa a posição de especificador de ConjP:

(43) $[_{\text{ConjP}}[_{\text{XP}}$ Ø] [Conj [YP]]

Os maiores obstáculos que esta hipótese de análise enfrenta são de natureza teórica, tendo em vista o quadro do Programa Minimalista.[5] Levantam-se essencialmente duas questões:

(44) (i) Como explicar que, nas construções em estudo, haja um requisito de omissão do primeiro termo coordenado?
(ii) Como legitimar a projecção ConjP, especificando os seus traços categoriais, dada a presença de um constituinte nulo na posição de especificador, cuja natureza categorial não é foneticamente evidente?

A presença de um constituinte a preencher a posição de especificador de Conj foi, em alguns trabalhos (cf. Colaço (2005, 2006), considerada como uma condição para a validação de traços categoriais com valores não instanciados (e, por isso, ilegítimos) associados, no léxico, ao núcleo conjuncional.[6]

Tais obstáculos não são, no entanto, incontornáveis. Centremo-nos nas orações parentéticas flutuantes, deixando para trabalho futuro uma análise das orações parentéticas fixas, que requerem um estudo mais aprofundado, nomeadamente no tocante ao tipo de constituintes que lhes pode servir de âncora.

A primeira questão, i.e. o requisito de omissão do primeiro constituinte nas expressões parentéticas, aproxima estas estruturas daquelas em que ocorrem elipses ((45)) ou proformas ((46)):

---

[5] Vejam-se, em especial os trabalhos de Chomsky 2001, 2004, 2008.

[6] Esta ideia foi utilizada, no referido trabalho, para justificar a impossibilidade de extracção do primeiro termo coordenado, derivando-se assim os efeitos de uma das estipulações da Condição da Estrutura Coordenada.

(45) a. O Pedro não leu esse livro mas a Maria já (~~leu esse livro~~).
b. O Pedro arranjou o carro e a Maria ajudou-o (~~a arranjar o carro~~).
c. O Pedro só irá ao cinema se a Maria também for (~~ao cinema~~).
(46) a. O Pedro não leu esse livro mas a Maria já *o fez*
b. O Pedro arranjou o carro e a Maria ajudou-o n*isso*.
c. O Pedro só irá ao cinema se a Maria também *o fizer*.

A realização lexical do material omitido ou a substituição da proforma pelo material que denota provocaria, nas frases em (45) e (46), uma repetição de informação que, por ser redundante, se tornaria inadequada, a menos que a sua produção cumprisse uma função enfática, discursivamente marcada. O contraste entre as frases em (45)-(46) e os exemplos em (47) ilustra esta propriedade:

(47) a. ?O Pedro não leu esse livro mas a Maria já leu esse livro.
b. ?O Pedro arranjou o carro e a Maria ajudou-o a arranjar o carro.
c. ?O Pedro só irá ao cinema se a Maria também for ao cinema.

A mesma razão poderá ser invocada para explicar a marginalidade provocada pela realização lexical do primeiro termo coordenado de uma estrutura de coordenação parentética flutuante. Como vimos na secção 3.1, a oração parentética flutuante está, do ponto de vista nocional, associada a toda a frase hospedeira. Assim, em exemplos como (48a) e (49a), o constituinte a ser realizado como primeiro termo coordenado corresponderia ao hospedeiro na sua integralidade, como exemplificado em (48b) e (49b):

(48) a. A Câmara do Porto – e o Público reconheceu-o – *debateu-se com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas*.
b. ??A Câmara do Porto – *A Câmara do Porto debateu-se com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas e o Público reconheceu-o* – debateu-se com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas.
(49) a. O desemprego – *e a crise económica não pára de aumentar* – é um flagelo que actualmente atinge muitas famílias.
b. ??O desemprego – *o desemprego é um flagelo que actualmente atinge muitas famílias e a crise económica não pára de aumentar* – é um flagelo que actualmente atinge muitas famílias.

Na verdade, a realização, em especificador do ConjP parentético, do conteúdo lexical que lhe está nocionalmente associado produz informação redundante que infringe princípios de economia computacional e pragmática, e dificulta o processamento linguístico no sistema periférico (de "performance") associado ao nível de interface Conceptual-Intencional.

No que diz respeito à segunda questão, o problema que se levanta diz essencialmente respeito à legitimação dos traços associados ao núcleo coordenativo Conj. No entanto, como foi referido atrás, trata-se de um problema que poderá ser eliminado se considerarmos que a categoria vazia no primeiro termo coordenado (seja ela uma elipse frásica ou uma proforma frásica) se encontra suficientemente especificada no que diz respeito a traços categoriais para permitir a herança dos respectivos valores pelo núcleo Conj. Esta especificação de traços poderá ser encarada como um efeito da relação de identidade que a expressão omitida mantém com o seu antecedente, no caso das parentéticas flutuantes, o constituinte frásico a que estão associadas e que corresponde, categorialmente, a um CP.

A impossibilidade de as coordenadas parentéticas serem integralmente antepostas à frase hospedeira, comportamento já anteriormente observado (cf. (16)) e aqui ilustrado em (50), parece corroborar a nossa análise:

(50) a. A Câmara do Porto – *e o Público reconheceu-o* – debateu-se com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas.
b. A Câmara do Porto debateu-se – *e o Público reconheceu-o* – com dificuldades financeiras relacionadas com uma quebra de receitas.
c. **E o Público reconheceu-o*, a Câmara do Porto debateu-se com dificuldades financeira relacionadas com uma quebra de receitas.

Com efeito, tomamos este comportamento como indicativo de que o constituinte nulo no primeiro termo coordenado não pode, simultaneamente, "preceder e comandar" o seu antecedente. Esse constituinte nulo manifesta, pois, uma propriedade característica de elementos pronominais e elipses.

Em suma, nas orações coordenadas parentéticas flutuantes, o conteúdo do termo coordenado omitido só é estabelecido pelo contexto linguístico presente na frase hospedeira.

Note-se que este comportamento não ocorre em todas as construções iniciadas por uma conjunção coordenativa, como mostram os fragmentos discursivos que retomamos em (51) e (52):

(51) A: – O Pedro não pode vir à reunião.
B: – *E agora o que fazemos?*
(52) [a Maria espera ansiosamente um telefonema do Pedro, que tarda; a Maria diz para si própria:]
– E o Pedro não telefona!

Nestes fragmentos discursivos, a recuperação do conteúdo do primeiro termo da estrutura coordenada pode ser feita quer com recurso ao contexto linguístico (ou seja, a expressões linguísticas presentes no discurso anterior), como em (51), quer ao contexto pragmático ou situacional prévio, como em (52). Este facto explica a possibilidade de elidir o primeiro termo coordenado em fragmentos de discurso autónomos.

O contraste entre os exemplos (50c) e (51)-(52) parece, pois, sugerir que a categoria vazia que ocupa a posição de primeiro termo coordenado em cada um destes dois casos é diferente. Sem pretendermos tirar uma conclusão definitiva, diríamos que, dado o facto de o conteúdo do primeiro termo coordenado na coordenação parentética flutuante não poder ser pragmaticamente estabelecido e ter de ser fixado pelo contexto linguístico, o elemento nulo que ocupa a posição de especificador de ConjP apresenta um comportamento mais próximo de um constituinte elíptico do que de um pronominal. O inverso se pode dizer do constituinte nulo que ocorre como primeiro termo nas expressões coordenadas que figuram em fragmentos discursivos. Neste caso, o constituinte nulo parece exibir as propriedades de um pronominal, uma vez que admite ver o seu valor denotativo estabelecido tanto por um antecedente linguístico como pelo contexto situacional prévio.

4. Observações finais

O tópico central do presente trabalho foi a estrutura interna das parentéticas oracionais coordenadas e a natureza do primeiro termo coordenado.

Como primeira etapa da nossa análise, considerámos, na secção 2, os contextos de ocorrência das parentéticas oracionais coordenadas, estabelecendo, em conformidade com a literatura, dois tipos fundamentais de parentéticas: as fixas e as flutuantes. Procurámos ainda demonstrar que existem argumentos para considerar que as orações parentéticas iniciadas por conjunção são um caso específico de coordenação, apesar da autonomia da expressão parentética.

Na segunda etapa da nossa análise, na secção 3, debruçámo-nos sobre a caracterização da estrutura de coordenação nas construções coordenadas parentéticas oracionais, centrando particularmente a nossa atenção nas parentéticas flutuantes. Apresentámos argumentos empíricos contra a hipótese de considerar como primeiro termo coordenado da construção parentética o constituinte que precede a conjunção. Mostrámos, igualmente, que, tanto de um ponto de vista teórico como empírico, não é plausível aceitar a hipótese de que as estruturas coordenadas parentéticas são deficitárias, sendo constituídas apenas pelo núcleo Conj e o seu complemento. Finalmente, tendo em conta a argumentação prévia, adoptámos uma terceira hipótese: as estruturas coordenadas parentéticas são plenamente expandidas, sendo constituídas por Especificador–Núcleo–Complemento, mas a posição de Especificador é ocupada por um constituinte sem realização fonológica.

Por fim, o confronto entre coordenadas parentéticas oracionais flutuantes e fragmentos discursivos sem o primeiro termo coordenado realizado mostrou-nos que o constituinte omitido nestes dois tipos de construções tem um comportamento diverso, o que sugere que corresponde a categorias diversas (uma elipse no primeiro caso e um pronominal no segundo), uma questão a ser explorada em investigação futura.

Finalmente, o nosso trabalho deixa em aberto o problema da natureza do primeiro termo coordenado omitido nas expresões parentéticas fixas e a questão da articulação da oração parentética com a frase hospedeira. Relativamente a este último aspecto, na literatura recente, têm sido apresentadas duas propostas fundamentais: a hipótese de ausência

radical de integração sintáctica da parentética no seu hospedeiro, ao qual é associado apenas no nível de interpretação semântica (cf. Huddleston et al. 2002, Haegeman 1988); e a hipótese de adjunção da oração coordenada parentética à frase hospedeira, defendida por Matos (2006, 2009) para o subcaso das parentéticas fixas ilustrado pelas orações coordenadas apositivas, e alargada por Colaço e Matos (2008) e Matos e Colaço (2008, 2010), às parentéticas flutuantes.

Tratando-se de uma questão transversal a todas as expressões parentéticas, o facto de, neste estudo, não nos termos debruçado sobre a articulação da parentética com a frase hospedeira não interfere directamente com o objecto que nos propusemos estudar: a estrutura interna das coordenadas parentéticas e a determinação da natureza do primeiro termo da coordenação.

Referências:

Blakemore, Diane, (2005), "*And*-Parentheticals". *Journal of Pragmatics*, 37:8, pp. 1165-1181.

Chomsky, Noam, (1995), *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press.

Chomsky, Noam, (2001), "Derivation by Phase", in Michael Kenstowicz, (ed.), *Ken Hale, A Life in Language*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, pp. 1-152.

Chomsky, Noam, (2004), "Beyond Explanatory Adequacy", in Adriana Belletti (ed.) *Structures and Beyond – The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 3. Oxford, Oxford University Press, pp. 105-131.

Chomsky, Noam, (2008), "On Phases", in Freidin, R., C. Otero, M-L. Zubizarreta. *Foundational issues in linguistic theory*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, pp. 133-166.

Colaço, Madalena, (1998), "Concordância parcial em estruturas coordenadas em Português Europeu", *Actas do XIV Congresso da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, APL, pp. 349-367.

Colaço, Madalena, (2005) *Configurações de Coordenação Aditiva: tipologia, concordância e extracção*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa, Universidade de Lisboa.

Colaço, Madalena, (2006), "Coordenação e movimento sintáctico: os dados do Português Europeu". *Letras de Hoje*, nº143. Porto Alegre, EDIPUCRS, pp. 75-97.

Colaço, Madalena & Gabriela Matos, (2008), "Coordenação com orações parentéticas em Português", Comunicação apresentada no 1º Workshop do Projecto Silent Categories in the Grammar of Portuguese (SILC), Lisboa, Novembro.

Colaço, Madalena & Gabriela Matos, (2009a), "Estruturas Coordenadas sem Especificador em Português Europeu: Defectividade vs "Elipse" do Primeiro Termo Coordenado", Comunicação apresentada VI Congresso Internacional da Abralin.Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil, Março.

Cyrino, Sonia & Gabriela Matos, (2006), "Anáfora do Complemento Nulo: anáfora profunda ou de superfície? Evidência do Português Brasileiro e Europeu", *Letras de Hoje,* Porto Alegre, EDIPUCRS, pp. 121-141.

Gonçalves, Anabela & Gabriela Matos, (2008), "Reestruturação e Anáfora do Complemento Nulo em Português Europeu", in Sónia Frota e Ana Lúcia Santos (orgs.) *XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística - Textos Seleccionados*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, pp. 207-223.

Gonçalves, Anabela & Gabriela Matos, (2009), "Ellipsis and Reestructuring in European Portuguese", in Enoch Aboh, Elisabeth Linden, Josep Quer & Petra Sleeman (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory*, Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, pp.109-129.

Haggeman. Lilian, (1988), "Parenthetical adverbials: the radical orphanage approach", in S. Chiba (ed.), *Aspects of Modern Linguistics*, Tokyo, Kaitakushi, pp. 232-254.

Huddlestone, Rodney, John Payne & Peter Peterson, (2002), "Coordination and Supplementation", in Rodney Huddlestone & Geoffrey Pullum, *The Cambridge Grammar of English*, cap. 15. Cambridge: Cambridge University Press.

Johannessen, Jane, (1998), *Coordination*, Oxford, Oxford University Press.

Kavalova, Yordanka,. (2007) "*And*-Parenthetical clauses", in Nicole Déhé & Yordanka Kavalova, (eds), *Parentheticals*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 145-172.

Kayne, Richard, (1994), *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.

Matos, Gabriela, (1995), "Estruturas Binárias e Monocêntricas em Sintaxe — algumas observações sobre a coordenação de projecções máximas". In *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística,* Lisboa: APL/ Edições Colibri, pp.301-315.

Matos, Gabriela, (1997), "Configurações Sintácticas em Estruturas de Colocação Simultânea de Clítico", in Ana Maria Brito, Fátima Oliveira, Isabel

Pires de Lima & Rosa Martelo (orgs.) *Sentido que a Vida Faz — Homenagem a Óscar Lopes*, Porto: Campo das Letras Editores SA, pp. 705-717.

Matos, Gabriela, (2006), "Coordenação, subordinação e adjunção" *Lição de Síntese para Provas de Agregação*. Universidade de Lisboa, Lisboa, 5 de Junho.

Matos, Gabriela, (2009), "Appositive Sentences and The Structure(s) of Coordination", *Romance Languages and Linguistic Theory 2006*, Amsterdam: John Benjamins, pp. 159-173.

Matos, Gabriela & Madalena Colaço, (2009), "The status of Conj in parenthetical coordination", comunicação apresentada no Colóquio do Going Romance 23, Nice, França, Dezembro.

Matos, Gabriela & Colaço, Madalena, (2010), "As orações coordenadas parentéticas flutuantes como uma instância de adjunção", *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: APL.

Quirk, Randolph, Sidney Greenbaum, Geoffrey Leech & Jan Svartvik, (1985), *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: Longman.

Rooryck, Johan, (2001), "Evidentiality", Part I. *Glot International*, Vol. 5, Nº4, pp. 125-133.

Frontiers of Cognitive Neuroscience: An interview with Marcel Just

Mailce Borges Mota*
Augusto Buchweitz**

In this interview, Professor Marcel Just, the D.O. Hebb Professor of Psychology and Director of the Center for Cognitive Brain Imaging at Carnegie Mellon University, discusses his research on the neurocognitive aspects of language comprehension and reflects on various aspects of language and cognitive neuroscience.

1. Introduction

At the end of the first decade of the 21st century we are witnessing with amazement the remarkable progress of cognitive neuroscience towards meeting what William James once posed as one of the greatest challenges of a science of the mind: to bridge the gap between human behavior and neural events. Language is the most prominent aspect of human cognition and, perhaps for this reason, it stands as one of the most challenging phenomena to be tackled by researchers interested in the brain bases of human cognition. But thanks to new, non-invasive brain imaging methods, groundbreaking discoveries in this area have been put forth, and key aspects of language and comprehension have now been elucidated. Professor Marcel Adam Just is the D.O. Hebb Professor of Psychology and Director of the Center for Cognitive Brain Imag-

* Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. mailce@cce.ufsc.br
** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. abuchweitz@gmail.com

ing at Carnegie Mellon University, in the United States. Well-known for his Capacity Theory of Comprehension, Professor Just has made major contributions to the area of reading and language comprehension through his work on individual differences in working memory. More recently, Professor Just proposed a comprehensive computational theory of cognition, called 4CAPS, aimed at quantifying and modeling the neural underpinnings of cognition, language, and autism. His current work makes use of neuroimaging techniques to investigate language, visual thinking, automaticity, dyslexia, and autism. The work developed in his laboratory has been published in the most prominent journals of the area of cognitive neuroscience and has been featured in celebrated TV programs. In this interview, Marcel Just discusses his research and reflects on his contributions to the field of cognitive neuroscience. Some of the work mentioned is referenced at the end of the interview. The interview took place in Marcel Just's lab in June 2009, during a visit of the first author who was, then, on sabbatical at the Brain and Language Lab, Georgetown University. We are very grateful to Professor Marcel Just for his collaboration.

2. Interview

Question: Please, briefly tell us about yourself, your educational background and how you came to be a cognitive neuroscientist.

Marcel Just: I got my undergraduate degree at McGill University of Montreal. It was very physiologically oriented. Donald Hebb was the senior faculty member there. Peter Milner was one of my teachers, Ronald Melzack, so people who really studied the biological faces of the brain. In some ways, Hebb is considered a father of modern cognitive neuroscience, trying to relate cognition and brain function. He wrote his famous book "The Organization of Behavior" - I think it was published in the late 40s (Hebb, 1949). In that book he tried to relate the different levels, brain function and neural function, to thought. So I did that and later, in graduate school, again, I had sort of a sub-specialization in Neuroscience.

Question: Where did you go to grad school?

Marcel Just. At Stanford, I got a Ph.D. at Stanford. But really the biggest opportunity came in the mid-90s in 1994, when there were high-performance MRI scanners available in Pittsburgh and I was very interested in relating cognition to brain function so that was just a big opportunity. I had a grant that freed-up some time and I learned how to do brain imaging with a man who is really a very expert neuroradiologist, Keith Thulborn, so I learned a lot from him.

Question: One thing that our students are always asking is how well-known researchers like you define some general concepts like language. So we would like to ask you for your definition of language.

Marcel Just. There is an old definition of a human communication system that allows complex thoughts to be expressed and communicated among people, and so on. I think the new thing is what we find through the study of cognitive neuroscience, understanding the neural basis of language, understanding some of the neural bases of language pathologies and understanding how the human brain may have developed language capabilities whereas other species didn't.

Question: What's special about language?

Marcel Just. The most obvious thing is that of course only humans really have it. But I think the biggest contribution of language to human thought is the ability to structure thoughts. Not just to think of A or B or C but to establish, formulate propositions, to relate simpler concepts to each other within a structured representation. I think that is the magic of language. I associate it very much with Broca's Area. Because that part of the left inferior frontal gyrus of the brain previously structured complex motor representations and I think that in evolutionary development a new brain system develops from, or borrows from a previous one that did a simpler version of the same function. That's really the magic of language. Of course, it is enormously facilitating for interpersonal communication, for establishing cultural norms, for literature, there's a lot of familiar things. But I think that it allows us to think more complex thoughts.

Question: What are the most important aspects of the Capacity Theory of language comprehension?

Marcel Just. I think one important facet of the Capacity Theory (Just & Carpenter, 1992) was the notion that people systematically differ in how much linguistic or structured information a person can hold in their mind at any one time, and this determined how they can process language. So that was an interesting and important thing. The other one was the notion of quantitative differences in information processing, and not just differences across individuals but the notion that your brain could be working harder or less hard at any one time. That's really what led me into brain imaging, because I had been working on a Capacity Theory that proposed that one sentence made your brain work harder than another sentence and with behavioral measures you couldn't really measure that at all, but with brain imaging, fMRI or PET, you can measure how hard your brain is working at any given time. Those pictures that you see in newspapers or magazines show hotspots in the brain, and usually focus on the locations of the hotspots, but what I found important and useful was the modulation of the "heat level," the harder you think the hotter the spot gets and that's measureable. I think our first fMRI paper was subtitled "What it means to be thinking harder"(Just, Carpenter, Keller, Eddy, & Thulborn, 1996). That came out of the Capacity Theory.

Question: What do you think these systematic differences in how much information people can process tell us about human nature, our species?

Marcel Just. It means that there are limitations on how hard we can think at any given time. It means that we can't think indefinitely complex thoughts, and that we can only increase our thinking power by chunking or learning and compressing information so that you can deal with it in a more efficient form. I think that's the value of skill, or education or training or however you gain these efficiencies so you can think more complex thoughts. I always think that nuclear physics isn't very complex if you know all the components and you can learn to compress them and get the chunks. In that sense nothing is very hard as long as you can

learn the components incrementally. It's a view of human thought, it's not whether you think of flowers or cars or highways, it's how complex an idea can you entertain at any one time.

Question: What's your view of current research on WM capacity and individual differences in brain activation?

Marcel Just. I don't think there is a huge amount of research in this area; we have started a little bit. I would put the issue slightly differently, and that is, what is it about brain function that is the basis of individual differences in thinking ability? And capacity is one of those. But there are other ways to look at it, in addition. We have been doing various kinds of studies of people who differ in language ability and ask what it is that distinguishes their brain function that is correlated with this language ability. So far we've focused on three entities in the brain, one corresponds roughly to capacity, and you find that people of higher capacity can perform a given task and make their brain work less hard. Another entity has to do with the coordination among the brain systems that perform the thinking task, like language, and you can measure how coordinated the different areas are. The third measure is adaptability or modifiability of the brain system as the task changes. So those are three properties of brain function that we're trying to relate to individual differences in language ability. It changes how you look at individual differences. It's not a behavioral or a performance look, but it's sort of a biological property that you're trying to relate to individual differences. So I think this field is really just starting, we have a couple of initial papers but we don't have a good answer yet.

Question: How do we approach differences in capacity from an educational perspective?

Marcel Just. It's a relatively mundane answer; it's sort of practice, doing things different ways, just the amount of time that a person spends thinking about something effectively in a guided way, in a structured way, affects their capacity, I think. So it's going to school, taking courses, being self-disciplined, accepting the disciplines of others, roughly speaking, it's being a good student. I think that's the best we can do. Being a good

student and finding good teachers, good training programs. I think that applies to children in elementary school to university students, people getting on-the-job training, people in the military. I don't think there's magic there, it's sort of training and practice, guided instruction, tutoring.

Question: So the challenge is finding the best conditions for learning and the best type of practice and training?

Marcel Just. Those are the conventional sort of educational research questions. Additionally you could now ask if you know what the desired neural end-state is. You could say "Here is what the brain of a biology expert looks like". You could conceivably do research to see if certain training programs will get you to that brain state faster. You asked about education and neuroscience. Instead of "teaching to the test," there's that expression teaching students to pass a particular kind of test, you could teach them so that their brain activates a particular way.

Question: Cognitive neuroscience these days can show us how psychological and cognitive phenomena are implemented in the brain, what's your position concerning the mind-body issue?

Marcel Just. I think it's gone away. It's so clear that the mind is in the brain and they're sort of one entity. The dualism is completely gone and science is just now mapping out the nature of the unity.

Question: Could you give a definition of mind and brain?

Marcel Just. Mind I think is psychology, phenomenology, what one thinks, what one feels, everyday thought, and brain is the tissues that produce those thoughts, the system.

Question: Please give us an overview of the research that is conducted in your lab. What you would say are the current major contributions of this research and the major challenges you have to face?

Marcel Just. We have a few different projects. One is on autism, attempting to determine the biological basis of Autism and it involves

the development of a theory of a systems connectivity, or underconnectivity (Just, Cherkassky, Keller, Minshew, 2004; Just, Cherkassky, Keller, Kana, Minshew, 2007) in autism and trying to explain the psychological disorder in terms of the underlying biological pathology. That's one and we study within that project, the social processes, and language and executive function and so on, so that's an interesting project. Another one is a more recent one by which we can identify individual thoughts that people have from their fMRI patterns (Mitchell, Shinkareva, Carlson, Chang, Malave, Mason, & Just, 2008; Just, Cherkassky, Aryal, & Mitchell, 2010). So far it's been limited to relatively simple individual concepts. So this has been different from other brain imaging studies because we are able to some extent decode what the activation corresponds to. It's not just the location but it has a certain informational meaning that we can now decode. So when we see a certain pattern of activation we can say "this person is thinking about holding an object" that he wants to eat and it's at that level of precision. And this is moving on to, besides, nouns that describe concrete objects to verbs that describe interpersonal interactions that Augusto Buchweitz has been working on such as "to insult" "to comfort" "to hug" "to praise" where at this point we can identify which of several classes of interactions (six or eight classes) the person is thinking about. We can identify from the person's brain activation whether it is a positive or a negative interaction, whether the person thinking about it is the recipient of the action or the agent of the action and whether it is a more overt kind of action like "hug" or a more implicit kind of action like "worship." So that's another project. Another one has to do with mapping the brain connectivity, the white matter and anatomical tracts in the brain that provide the anatomical connectivity using diffusion imaging (high angular resolution diffusion imaging) where we can trace out virtually all of the white-matter tracts in an individual's brain and relate it then to that person's thinking ability (Keller & Just, 2009). So, before, we talked about individual differences, one of the brain bases of IQ, or the correlates of IQ, is diffusion imaging measures of white matter being correlated with IQ. Another one of the projects studies processes in discourse comprehension, trying to relate discourse comprehension to brain systems that have particular specializations (Mason & Just, 2006). For example, one of the systems is what's called a Theory of Mind processing system, which relates to trying to under-

stand the thoughts or intentions of another person. When people read a narrative they attempt to understand the intention of the protagonist and you can see this in the activation of those brain areas that compute Theory of Mind. There are other circuits that involve integration of new information, like from the most recent sentence to be integrated with previous sentences, a circuit that allows you to form a mental visual image of what's being described in the passage, a circuit that monitors for coherence of what you're reading now with what you just finished reading. So this project on discourse comprehension relates those brain circuits to the comprehension of text, primarily narratives so far.

Question: What would you say are the challenges that this research imposes?

Marcel Just. Each project has its own challenge. One kind of challenge is the typical neuroscience challenge to measure something in more detail, with greater precision, at a lower level. It is a reductionist challenge, to do the diffusion imaging at higher resolution, to do the identification of thoughts for more complex thoughts. But a different kind of challenge that applies to all these areas is to construct a theory of brain function that integrates these many different kinds of findings, from our research, from other laboratories, to have really an understanding of how the brain works as a whole and not in just one little study at a time.

Question: So going back to the research on autism, how can we translate the findings of this research into therapy?

Marcel Just. To the extent that the underconnectivity theory is useful one wants to design therapies, activities that would encourage the communication between frontal and posterior areas of the brain. You give people tasks or games, activities that require frontal-posterior coordination, frontal area and posterior area. You practice over and over and you'd see if this practice improves the coordination. In one of the studies we found that in children with dyslexia a hundred hours of practice actually changed the white matter, and if that can apply to autism where there is a deficit in the white matter, then maybe this kind of therapy that

practices frontal to posterior communication could possibly improve the quality of the white matter.

Question: What would you say are the major contributions of cognitive neuroscience to our understanding of the language-brain relationship?

Marcel Just. One contribution is to identify the components of the system. I think it's very interesting to know that there is a component that, I think, builds and processes structured representations, which I associate with inferior frontal gyrus, and another area which retrieves stored knowledge, which I associate with Wernicke's area or left posterior superior temporal gyrus. There are other areas that have to do with motor functions, articulatory functions, and so on, so one of the contributions of cognitive neuroscience is that it identifies what the parts of the system are. The other contribution is an understanding of how the parts work together and that's something that wasn't really known before. It's interesting that sort of the first cognitive neuroscience milestone was in language when Paul Broca identified that frontal area with language production.

Question: Tell us about the current version of 4CAPS (Just & Varma, 2007).

Marcel Just. It's a computational system, a computational theory of the coordinated activity of the components of the cognitive system in the cortex. It accounts for a number of different kinds of thinking, language tasks, spatial tasks, executive tasks, multitasking. But you asked about the most recent, and the most recent is unpublished but it's an attempt to express a model of the underconnectivity in autism in 4CAPS terms, in a model that limits the communication bandwidth between the frontal and the posterior centers of the brain. And with that model we can simulate the lower coordination of brain activation in autism. We can do it on an individual basis. We can relate the degree of coordination in a person with autism to a measurement of their white matter.

Question: What would you like the layperson to know about your work on thought identification?

Marcel Just. I would say it has nothing to do with lie detection. I think it's extremely interesting to learn that we all have similar brain activation patterns for common concepts. I think it's extremely interesting that when you think of apple and when I think of apple extremely similar things are happening in our brains. And it points out how the fundamental commonality among human beings and their environment leads to a fundamental commonality into how we think. The other point I would make is that I don't think that this research has much to do with concerns about privacy. I think that you have to be very cooperative for someone to be able to identify your thoughts in an MRI scanner. I think it's extremely interesting to think that someday, imaginably, we can understand what another person is thinking; maybe a person with pathology and who for one reason or another can't speak or communicate so it's a potential brain-computer interface. And I think that language came into being, I'm sure, to allow people to communicate to each other because there was no other easy way to get thoughts from inside the brain of one person to the brain of another person, and now, for the first time we have a glimmer of a possibility of getting thoughts out of person's brain through a medium other than language. In a sense it's a problem with language: when you're talking you have a complex idea and you think, how will I express this in words? People who are articulate can do this, but it's conceivable that a technology will develop that will be able to identify people's thoughts without the benefit of language, and our thoughts that we want to make available to others we will be able to. So I think it's an exciting human possibility.

Question: What do you think should be the main research topics in the agenda of cognitive neuroscience for the next few years?

Marcel Just. I think it's a good idea for the agenda to be driven by societal needs. The major needs are sort of education and training, and medical. And I think that a lot of basic science answers will be developed by addressing questions of societal importance. So it would be useful to find out how to facilitate learning through neuroscience, how to facilitate education, training, and also to understand various kinds of brain pathologies and difficulties such as autism, dyslexia, Parkinson's, stroke damage, schizophrenia.

Question: What would you tell students who want to become researchers about the qualities they need to become one?

Marcel Just. I think two main qualities are curiosity and the ability to work hard. That applies to any science and not just cognitive neuroscience. Because I think that the main rewards in cognitive neuroscience and any science is finding out the answer to whatever question you have. And some people are very motivated by "finding out," that's what they want to do and I think those people might want to consider a scientific career. Not everybody is, some people want to help other human beings and that's another worthwhile goal, some people are interested in building things, and that's another worthwhile goal, but "finding out"… science is an ideal profession for somebody who wants to find out, to understand things.

3. Final remarks

The present interview takes the reader on a journey into the mind and scientific ideas of a prominent researcher in the field of cognitive neuroscience. It is, in a manner of speaking, a journey into the mind of one who "reads minds." From the evolution of cognitive neuroscience to insightful intuitions about the future of the field, to how science can change the ways humans learn, Professor Marcel Just gives an elegant, yet concise summary of past, present, and future in cognitive neuroscience in a manner that instigates further scientific curiosity and questions, and reaches out to future scientists. One of the points of the interview was to briefly elaborate on the investigation of the brain and how it processes language. The importance of understanding the neural basis of language comprehension and the psychological basis of human cognition is made evident not only in the aforementioned contributions to scientific knowledge, but also in how our new-found understanding can inform education and pedagogical practices. In a few words, how cognitive neuroscience gives back to teachers and students.

The diversity of the research being carried out at Carnegie Mellon and the Center for Cognitive Brain Imaging, or CCBI, provides a real-life example of how science moves forward with interdisciplinary collaboration, and by integrating new ideas, the desire to "find out" (in

the words of Professor Just himself) and new scientific questions. The emphasis on societal needs and the dissemination of information is one of the driving forces of the research at the CCBI and one of the reasons why the Center is so successful. In the words once spoken informally by the interviewee, "if you want to convince someone to give you money to do research, you have to promise something substantial in return." One of the returns is clearly in disseminating the findings not only in scientific periodicals, but also outside the walls of academia to those who pay the research bill.

Acknowledgments:

The authors would like to thank Dr. Marcel Just for his graciousness and scientifically fruitful answers to our questions.

References

Hebb, D.O. (1949), *The Organization of Behavior: A Neuropsychological Theory*, New York.

Just, M. A., & Carpenter, P. A. (1992), "A capacity theory of comprehension: Individual differences in working memory", *Psychological Review* 99, pp. 122-149.

Just, M. A., Carpenter, P. A., Keller, T. A., Eddy, W. F., & Thulborn, K. R. (1996), "Brain activation modulated by sentence comprehension", *Science* 274, pp.114-116.

Just, M. A., Cherkassky, V. L., Keller, T. A., Minshew, N. J. (2004), "Cortical activation and synchronization during sentence comprehension in high-functioning autism: Evidence of underconnectivity", *Brain* 127, pp. 1811-1821.

Just, M. A., Cherkassky, V. L., Keller, T. A., Kana, R. K., & Minshew, N. J. (2007), "Functional and anatomical cortical underconnectivity in autism: Evidence from an fMRI study of an executive function task and corpus callosum morphometry:, *Cerebral Cortex* 17, pp. 951-961.

Just, M. A., Cherkassky, V. L., Aryal, S., & Mitchell, T. M. (2010), "A neurosemantic theory of concrete noun representation based on the underlying brain codes", *PLoS ONE* 5, e8622.

Just, M. A., & Varma, S. (2007), "The organization of thinking: What functional brain imaging reveals about the neuroarchitecture of complex cognition", *Cognitive, Affective, and Behavioral Neuroscience* 7, pp. 153-191.

Keller, T. A., & Just, M.A. (2009), "Altering cortical connectivity: Remediation-induced changes in the white matter of poor readers", *Neuron 64*, pp. 624-631.

Mason, R. A., & Just, M. A. (2006), "Neuroimaging contributions to the understanding of discourse processes", In M. Traxler and M. A. Gernsbacher (eds.) (2006), *Handbook of Psycholinguistics*.

Mitchell, T. M., Shinkareva, S. V., Carlson, A., Chang, K-M., Malave, V. L., MASON, R. A., & JUST, M. A. (2008), "Predicting human brain activity associated with the meanings of nouns", *Science* 320, pp. 1191-1195.

Effectivity of perceptual training tasks: The case of the English voiceless plosives

Mara Silvia Reis*

Perceptual training has usually been used in studies that investigate whether there is a relationship between second language (L2) perception and production (Hazan et al., 2005; Pruitt et al., 2006). Empirical data has demonstrated that perceptual training is capable of altering the perception of non-native speech sounds and that its effect may carry over to production (Clarke & Luce, 2005). However, perceptual training has only been recently incorporated as a tool in L2 phonetic teaching. The present paper presents the results of a study involving perceptual training of voiceless plosives carried out with intermediate Brazilian learners of English as a foreign language (EFL). Although the measures of the voice onset time (VOT) of each plosive do not present an absolute value, it is documented that Brazilian Portuguese (BP) and English show different VOT patterns. The main aims of the study were to verify (i) whether eleven EFL students were able to perceive those differences, and (ii) whether perceptual training could affect both perception and production of non-native VOT values. The instruments for both pre- and posttests consisted of an identification and a discrimination task for assessing perception. Identification and discrimination tasks were also used in the perceptual training. Production was assessed through the use of word-list reading in both pre- and posttests, in BP and in English. The results suggest that (i) perceptual training can positively influence the identification of the differences between BP and English VOT values, and (ii) perceptual training can modify the production of the values of the VOT toward a more English pattern.

* Federal University of Santa Catarina, Brazil. marasreis@hotmail.com

1 Introduction

Within the world's languages, 88.9% (Kessinger & Blumstein, 1997) of them include the voicing distinction among consonants, and voice onset time (VOT) is a cue associated with this distinction. VOT is the length of time measured between the release of a plosive and the beginning of vocal fold vibration (Cho & Ladefoged, 1997). This time, usually expressed in milliseconds (ms), is decisive for accurate perception of the voiceless and voiced stops /p, t, k/ and /b, d, g/, respectively.

Three major VOT phonation types are frequently described in the literature (Lisker & Abramson, 1964): (a) negative VOT, also called voicing lead, in which the beginning of the vocal fold vibration precedes the release of the plosive, a time that ranges from -125 msec to -75 msec; (b) zero VOT, also called short voicing lag, in which the beginning of the vocal fold vibration is simultaneous, or almost simultaneous, with the plosive release, a time ranging from 0 to +35 msec; and (c) positive VOT, or long voicing lag, in which the plosive is released and there is a delay in the beginning of the vocal fold vibration, ranging from +35 msec to +100 msec.

Although there is not an absolute value for the VOT of each plosive, some researchers (Kent & Read, 1992; Toribio et a., 2005) point out that typical word-initial measurements in English range from 30 to 80 ms, /k/ having the longest VOT, about 80 ms, /t/ around 70 ms, and /p/ about 55 ms. On the other hand, Istre (cited in Klein, 1999) states that the approximate VOT values in Portuguese are 38 ms for /k/, 18 ms for /t/, and 12 ms for /p/.

English and Brazilian Portuguese (BP) have different realizations of voiceless stop VOT depending on the phonological context. While in Portuguese the voiceless stops tend to be produced with short voicing lag in any context, in English they are realized with long voicing lag in word-initial position and in stressed syllables. Thus, in these contexts, English /p/, /t/, and /k/ are aspirated as [p^h], [t^h] and [k^h].

Bearing in mind such differences between BP and English VOT, the present study aims to verify whether adult Brazilian learners of English as a foreign language (EFL) perceive these distinctions, and whether perceptual training with English voiceless stop can modify perception and production of /p/, /t/, and /k/.

2 Review of literature

Much of the research on the acquisition of VOT has dealt with the establishment and maintenance of phonetic categories, either in perception or production. In terms of cross-language studies, research has investigated the realization of VOT among languages that differ in patterns, such as English and Spanish (Flege, 1991; Flege, & Munro, 1994; Bohn & Flege, 1993; Flege & Eefting, 1987, 1988; Toribio et al., 2005), English and French (Saerens et al,. 1989; Hazan & Boulakia, 1993; Kessinger & Blumstein, 1997), and English and BP (Major, 1987; Sancier & Fowler, 1997; Rocca, 2003; Cohen, 2004).

Whether adult L2 learners are able to attain native-like VOT production is a controversial issue that researchers have been attempting to answer. While some authors argue that it is not likely to occur (Williams, 1980; Flege & Eefting, 1987, 1988), others, as Major (1987), found that the hypothesis of a sensitive period is not an impediment for native-like VOT production. Toribio and colleagues (2005) investigated the production of VOT by Spanish and English bilinguals and hypothesized that the production of these speakers could not be assessed in terms of monolingual norms, either in English or in Spanish. Indeed, Flege and Eefting (1987) found that Spanish-English bilinguals produced /p, t, k/ VOT values that were intermediate (57ms) to those observed for monolingual Spanish (26 ms) and monolingual English (87 ms).

Major (1992) reports that American English speakers living in Brazil for a period that ranged from 12 to 35 years had changed the patterns of both English and Portuguese VOT. Likewise, Sancier and Fowler (1997) found that a BP speaker living in the United States modified the VOT values, both in English and Portuguese, according to the language setting in which she was inserted. Rocca (2001, 2003), investigating factors that might influence the production of English VOT values by Brazilian bilingual speakers of Portuguese and English, found that bilinguals produced a VOT different from monolinguals of both languages.

In reality, VOT values are not isolated entities within any phonological system. Instead, the values are inclined to undergo influence from either segmental or suprasegmental factors, such as prosody, phonetic contexts, sentence and syllable stress, age, and speaking rate (Klein, 1999; Cohen, 2004). Perhaps the most influential factor in VOT varia-

tion is the speaking rate—the faster it is, the smaller the measurements tend to be (Schmidt & Flege, 1996). Cohen (2004) asserts that at a fast speaking rate there is an overlap in the short and long lag values, so that the identification between voiced and voiceless stops is problematical. Clark and Yallop (1990) claim that, due to speaking rate, the literature is inconsistent in defining VOT categories—while some studies define the long lag at around 40 ms, others affirm that is at 70 ms or more.

With regard to the relationship between perception and production of voiceless stop aspiration, Flege and Schmidt (1995), investigating Spanish bilingual speakers of English, found a significant correlation between the perception and production of VOT values. Rocca (2003) found that early bilinguals of BP and English do not separate the two phonological systems the way monolinguals do. Similarly, Cohen (2004) found a positive correlation between transfer of English VOT values to BP due to perception changes.

As regards studies with VOT perceptual training, Pisoni, Aslin, Perey and Hennessy (1982) examined the influence of training on the perception of a three-way VOT voicing contrast by monolingual speakers of English, a language that has only a two-way contrast. The results demonstrated the effectiveness of perceptual training on the categorization of the contrast not present in English. Other studies also examined adult English speakers training to discriminate a three-way voicing contrast (McClaskey et al., 1983; Tremblay et al., 1997), and found similar results of those of Pisoni et al. (1982). Rochet (1995) investigated whether perceptual training could modify Mandarin speakers' perception and production of the French /t/-/d/ contrast. He reports that both perception and production were positively affected by training. Clarke and Luce (2005) examined English speakers categorizing /t/-/d/ produced with short lag and prevoicing leading, respectively, by the use of a perceptual task. They found that perceptual criteria were adjusted for the alveolar contrast and that this adjustment was generalized to a different place of articulation—the velars /k/-/g/.

Therefore, these findings indicate that adults are able to learn to perceive and produce non-native speech contrasts through the use of perceptual training, and that training effects may transfer to phonetic contexts not included in the training set. However, to the best of my knowledge, no study has been carried out investigating the effects of

VOT perceptual training on perception and production of Brazilian EFL learners. Thus, the present exploratory study aims to shed some light on the issue and suggests the following hypotheses:

H1: The VOT means for /p/, /t/, and /k/ production in the L1 and the L2 are different in the pre and posttests;
H2: The VOT means for the production pretest and posttest will vary according to type of consonant;
H3: The means of the identification pretest and posttest are different;
H4: The means of the discrimination pretest and posttest are different.

3 Method, materials and procedures

3.1. Participants:

Eleven undergraduate students at the Universidade Federal de Santa Catarina participated in this study, nine majoring in *Secretariado* and two in *Letras*. Their ages ranged from 17 to 44 years, they had been studying English for an average of 4 years, and identified themselves as intermediate EFL speakers. No trainee had been to an English speaking country, nor did they report having any hearing or speaking impairment. In addition, two native speakers of English took the testing and training tasks in order to validate them and provide baseline scores.

3.2. Production tests:

Two word-reading production tests were given, one in Portuguese, in order to measure the participants' voiceless stop VOT values in this language, and a second in English. The latter test was carried out twice, as pretest and posttest, while the former was recorded at the time of the pretest only.

In both Portuguese and English production tests the participants recorded a list of 21 CVC words, 7 for each voiceless stop in word-initial position. In Portuguese the vowels were [i, ɛ, e, a, o, ɔ, u] and in English [i, ɪ, e, æ, ʊ, u, ʌ] (see Appendix for more details) Total recordings

resulted in 231 tokens for each production test, (21 tokens x 11 participants), 77 for each voiceless stop.

3.3. Perception tests:

Two perception tests were applied as pre and posttests—a discrimination and an identification test. The recordings of both tests were made by four adult American speakers of English, two male and two female, and four adult proficient Brazilian EFL speakers, two male and two female. The native speakers (NS) were instructed to produce the tokens with typical English VOT values, while the nonnative speakers (NNS) were asked to realize the tokens with typical BP values, although the words were in English. The stimuli of each test consisted of 48 randomized CVC words, 8 with each phoneme in word-initial position, and each word was repeated twice. Vowels in the /p/ context were /eɪ, eə, ɑ, aɪ, ɪ/, in /t/ were /i, i, e, aɪ, ɔɪ/, and in the context /k/ the vowels were /eɪ, ɔ, əʊ, ju/ (see Appendix). As a result, each pre and posttest provided 528 tokens to be analyzed (48 tokens X 11 participants).

Concerning the discrimination test, the 48 words were equally divided in terms of aspiration and gender. The number of same or different trials was also controlled; i.e., each /p/, /t/, and /k/ had 24 *different* and 24 *same* trials. The test lasted about 6 minutes and was given before the identification test in both times. The tokens were played with an interval of 1.5 second within trial and 3 seconds between trials. The participants heard the two words once and were asked to mark whether the sound of the first consonant of the two words belonged to the same category or if they were different.

As regards the identification test, which took around 4 minutes to be completed, the randomized words were presented in isolation, with an interval of 2 seconds between trials. The participants had to mark *yes* or *no* for native-likeness.

3.4. Perceptual training:

Four other adult American NS of English recorded the tokens for the perceptual training, two male and two female. Each talker recorded a set of 30 CVC words with the voiceless stops in word-initial position, 10

with each voiceless stop. Vowels were /æ, ɒ, e, i, u, əʊ, u, ʊ, ʌ/ in the context of /p/, /æ, ɔ, e, i, ɪ, u, ɒ/ for /t/, and /æ, ɑ, ɔ, ɒ, ʌ, i, e/ in /k/ (see Appendix). Originally, these 10 words had very high VOT values, even for the English pattern—a mean of 108 ms for /p/, 130 ms for /t/, and 145 ms for /k/. The values were then manipulated by the use of the software Audacity 1.2.4, all shortened to the standard BP values (as described by Istre, cited in Klein, 1999), a mean of 14 ms for /p/, 25 ms for /t/, and 39 ms for /k/.

A discrimination and an identification perceptual training tasks were given. The procedures and the design of the tasks were exactly the same as those of the tests. The difference is that now the tokens were all produced by NSs, the participants had feedback on the correct response after 3 seconds of the tokens' presentation, they were given an eight-trial familiarization practice before they carried out the tasks, and there were 60 trials in each task. Thus, a total of 660 tokens were collected (60 tokens x 11 participants) in each task. The discrimination training lasted about 10 minutes, while the identification, 8 minutes.

Pre-test and post-tests were exactly the same, none of the words were present in either the production test or in the training task. The production test had seven words with each plosive, whereas the training task had ten. In the context of /p/ and /k/, seven words were common to both tasks, and six words in the context of /t/ (more details in Appendix A).

The data collection originally consisted of a set of 231 words in the BP production test (21 words x 11 participants), and 231 words in the English production tests, both pre- and posttests. However, the analysis of the /t/ production demonstrated that when this consonant was followed by /i/ or /ɪ/, it was produced with long lag voicing values due to its palatalization. Because the affricate value of [tʃ] could cause misleading results for the /t/ VOT value, the word was removed from the production analysis. Thus, each production test had 20 words analyzed, 7 for /p/ and /k/, and 6 for /t/, resulting in a total of 220 words per production test.

> The data set of the perception tests consisted of 1056 trials for each test (528 in the discrimination test and 528 in the identification test—48 trials x 11 participants), while the perceptual training had 1320 trials (660 in the discrimination task and 660 in the identification task). The results were statistically analyzed in order to verify whether there was any significant difference in the participants' perception and production of English VOT values.

4 Results and discussion

As regards production tasks, Table 1 displays the results in the BP test, and English pre- and posttests, as well as the expected values in each language task. As can be seen, there was a general increase in VOT values from pre- to posttest, although the Portuguese ones are not consistent with the literature.

	/p/			/t/			/k/		
	Port.	Engl.		Port.	Engl.		Port.	Engl.	
Literature	12	55		18	70		38	80	
		Pre	Post		Pre	Post		Pre	Post
Mean VOT	17,27	18,55	31,36	23,55	32	36,91	46,55	46,36	55,18
SD	6.03	9.22	11.16	8.38	7.44	11.75	9.05	11.10	11.80

Table 1. Mean VOT values for the Portuguese production task (Port.), the English production pretest (Pre), and the English production posttest (Post). *SD*: Standard deviation.

Regarding H1, whether perceptual training could affect the production of individual voiceless stops, the means of each consonant were compared with their own means, in each test and in each time. Thus, the means of the production of /p/ in BP, for example, were compared with the means of /p/ in the English pre and posttests. Overall, the values for /p/, /t/, and /k/ seem to indicate that training had a positive effect on production, since the values are heading toward a more English pattern. However, not all consonants had a statistically significant improvement. On the one hand, an ANOVA shows that for /p/, training seems to have improved its production [$F(2,11)= 8.41$, $p<.003$], and the post hoc confirmed that there was a significant difference from the BP to the English posttest and from the English pre to posttest. Similarly, the improvement in the production of /t/ was statistically significant [$F(2,11)= 7.7$, $p<.011$], although only between BP and English pretest, and BP and English posttest.

On the other hand, the production of /k/ did not show a significant effect of training [$F(2,11)= 2.62$, $p<.103$]. Although there seems to be a movement toward the English values, no mean comparison yielded a significant difference. Thus, H1 is partially supported—perceptual training

seemed to have significantly affected the production of /p/ and /t/ only. Although the results did not achieve the English VOT pattern, after training all consonants had different values from BP to English posttest.

As regards H2, or whether the production in the pretest and posttest would vary according to type of consonant, no voiceless stop seemed to be more difficult, or easier, to be produced than the others (see Table 2).

	/p/		/t/		/k/	
	pre	post	pre	post	pre	post
Mean Z-score	2.60E-16	-2.77E-16	4.43E-16	1.837E-16	-3.35E-16	-4.54E-16
SD (df, *F*)	1 (2, 0)	1 (2, 0)	1 (2, 0)	1 (2, 0)	1 (2, 0)	1 (2, 0)

Table 2. Mean Z-scores the English production pretest (Pre) and the English production posttest (Post). *SD*: Standard deviation. df: degrees of freedom. *F*: ratio for ANOVA.

Since the individual values of each consonant are intrinsically different, it would not be possible to compare their means. The raw scores were then converted into Z-scores and, subsequently, the means of each consonant were compared with the means of the two other consonants, in each time. The results demonstrated that no consonant, in either pre or posttest, imposed more or less difficulty to be produced than others. Thus, H2 was not corroborated.

Concerning the results of the two perception pretests, Table 3 demonstrates that only identification seemed to be positively affected by treatment. While in the identification pretest the participants achieved a mean of 32.82, out of 48, in the posttest it increased to 42.82. A paired-sample *t*-test revealed that the difference is statistically significant ($t(10)= -4.94$, $p<.001$), which suggests that even short perceptual training may affect the identification of nativelike VOT in the voiceless stops. These results support H3, which suggests that the means of the identification pretest and posttest are different.

	Ident. pre	Ident. post	Dicr. pre	Disc. post
Mean	32.82	42.82	42.82	32.09
SD	7.22	2.4	2.4	6.69

Table 3. Number of correct responses, out of 48, in the identification pretest (Ident. pre), identification posttest (Ident. post), discrimination pretest (Disc. pre), and discrimination posttest (Disc. post). *SD*: standard deviation.

The discrimination test, on the other hand, showed a significant negative effect of training ($t(10)= 4.96$, $p<.001$). Not only did the participants attain a lower number of accurate responses in the posttest, they also varied more. Thus, H4, which predicts that means of the discrimination pretest and posttest would be different, is not confirmed.

The contrasting pictures of the identification and discrimination results suggest a number of pitfalls in the use of discrimination training. To start with, as several researchers point out (Jamieson & Morosan, 1986; Akahane-Yamada et al., 1999; Logan & Pruitt, 1995; Hardison, 2003), discrimination tasks may not be an appropriate perceptual training technique. The writers argue that discrimination tasks tend to enhance intraphonemic sensitivities, which does not promote robust category formation.

Furthermore, even though the design of the test and the training was the same, the fact that talkers from different L1 backgrounds were employed in each task may have made the discrimination task more complicated and, eventually, confused trainees' capacity for judgment. Table 4 presents participants' percentages of accurate answers in the identification and discrimination pre and posttest, as well as in the identification and discrimination training.

Tasks	Ident. Pre	Ident.train	Ident.post	Dis. pre	Dis. train	Disc. post
% of accuracy	68	69	89	89	62	66

Table 4. Trainees' percentage of accuracy in the identification pretest (Ident. pre), identification posttest (Ident. post), identification training (Ident. train), discrimination pretest (Disc. pre), discrimination posttest (Disc. post), and discrimination training (Disc. train).

As can be seen again, not only were the discrimination results poorer after training, they were also lower in the training task itself. These results seem to support the argument that discrimination tasks may not be adequate for the perceptual training of cross-language differences in voiceless stop VOT. An aspect that may be even more important is that the design used in the testing and training tasks was not adequate. Firstly, because in the testing tasks NSs and NNSs talkers provided the stimuli, while in the training tasks only NSs recorded the stimuli. When asked to produce the English words without aspiration, the talkers reported having great difficulties to produce the accurate vowels without the pre-

vious aspiration of the consonants. Baptista (personal communication, December, 2006), suggests that maybe the talkers had to access their BP phonological system in order to shorten the VOT values, which may have caused them to produce the vowels in a more BP manner as well. Thus, the present study's stimuli provided by NNSs for the testing tasks not only had unaspirated consonants, but also the entire word sounded less native-like. It turned out that the tests were much simpler to identify or discriminate than the training tasks.

Secondly, the NS who took the perceptual training tasks (which had only NS recordings) reported that the discrimination of aspiration is not an easy task, since short VOT values for voiceless consonants may appear in regular conversations, depending on speech rate, without any harm for native-likeness. The trainees, on the other hand, reported that the discrimination task was very difficult and frustrating. Since they were receiving feedback immediately after their choice, they could accompany their performance and, given that the performance was, in their opinion, unsatisfactory and they were obtaining much lower scores than in the pretest, it seems that they became discouraged and confused for the following discrimination posttest.

A last aspect of the training tasks that is worth mentioning is the trainees' and NSs' report on the *something else* than VOT values. They argued that even when the plosives had short values, they still could *feel* something in the consonant, different from words naturally produced with short voicing lag, which they associated with aspiration. Given that the original stop consonants were produced slowly and with exaggerated values, an average of 108 ms for /p/, 130 ms for /t/, and 145 ms for /k/, maybe the synthetic shortening was not able to reduce this trace of exaggeration, which was felt as aspiration. Thus, even though the NS stimuli were manipulated in order to approximate the English VOT values to the BP ones (a final average of 14 ms for /p/, 25 ms for /t/, and 39 ms for /k/), it seems that shorter values did not satisfy the trainees' necessity of cues in the perception training tasks.

It is important to keep in mind that different acoustic cues contribute to listener's recognition of features, as remarked by Kingston, Diehl, Kirk and Castleman (2008). Accordingly, apart from VOT values, closure time and the strength of release, to cite some cues that were not attenuated in the manipulation, could possibly explain why participants

noticed something else in the manipulated stimuli, when compared to natural stimuli with shorter voicing lag.

To sum up, despite all the limitations of the perceptual training, it seems that it was able to affect, to different degrees, both perception and production of voiceless stops. With the exception of /t/ followed by /ɪ/, in the production tests, all other contexts seem to be heading toward the English VOT patterns. Within the three hypotheses that involved effects of training, H1, H3 and H4, the first two were corroborated—the production of /p/ and /t/ and the identification of the consonants improved after training.

5 Conclusion, limitations and suggestions for further studies

As could be expected from an exploratory study, the results demonstrated a considerable number of drawbacks. A major concern is the lack of a control group and the limited number of participants. Any claim in favor of training effects may be disregarded as due to testing practice effect. Randomization of the stimuli in the pre and posttests could possibly minimize the practice effect. Also, unexpected moderator variables, such as participants' fatigue or eagerness, and the influence of learning maturation, may also be argued to have affected the results of a small group such as the one of the study. Also, a follow-up test could be applied in order to verify whether the effects of perceptual training were observable after a certain period.

Another important limitation is the inconsistency between the testing and training tasks. More than simply rejecting the appropriateness of discrimination test or training, perhaps, as discussed above, the use of talkers from different L1 backgrounds in the perception tests and perceptual training, probably made the discrimination task a puzzling exercise. Thus, further studies could work only with native stimuli in testing and training tasks, since nonnative stimuli seemed to have provided other cues rather than aspiration only. Also, these stimuli could be produced with different, but native-like, length of VOT lag. Then, if manipulation of the values were necessary, it could avoid leaving behind the trace of exaggeration that the trainees could still be able to feel as aspiration.

Another possibility is the use of only identification as testing and training tasks. This could guarantee, as some authors argue (Jamieson

& Morosan, 1986; Akahane-Yamada, et al., 1999; Logan & Pruitt, 1995; Hardison, 2003), that trainees would not face irrelevant intraphonemic categories, which in turn can mislead the establishment of new L2 phonemes. However, there seems to be some other possibilities in the use of discrimination tasks that make it worth investigating in future studies. For example, perceptual training could start with identification tasks up to a point in which the trainees demonstrated a high level of accurate answers, say 90% or 95%. It would be expected, perhaps, that at this level of accuracy the establishment of the new phonetic category had occurred. After this point, then, discrimination tasks could be implemented in stages. They could start with trials comparing only exaggerated differences, and gradually these differences could be diminished. Again, trainees could only advance to other stages in the discrimination task if they had obtained a high number of accurate responses. A design like this could, maybe, make it possible to verify generalization, i.e., whether the effect of one training task is transferred to another type of task.

Another aspect of generalization that could be further controlled and studied is the phonetic contexts. The present study did not use all vowel contexts possible either in BP or in English perception and production tests. Equally ignored, since it was not the aim of the study, was the analysis of whether the words that appeared in the perceptual training attained a higher perception score or were more accurately produced than words not present in the training.

Still regarding phonetic contexts, the influence of the following vowel on the production of the VOT has been investigated in several studies (Klatt, 1975; Chang, 1998), which demonstrated that aspiration tends to be shorter if followed by low vowels, and longer if followed by high vowels. Further studies could verify whether the type of preceding voicing lag can interfere in the production of vowels.

Future studies could still have short training tasks as the one in the present study, but in order to avoid the evident confusion that the discrimination training caused, maybe it could be extended in the number of training sessions, using only one consonant per session. Also, fewer but repeated words could be used instead of the eight words with each consonant as in the present experiment. Another procedure that could be investigated is the employment of the perception posttest on a different day from the perceptual training. The trainees of the present study

reported that they were not only confused by the training task, but also their memory was exhausted.

In terms of L2 learning, a study like this could investigate whether it would not be more profitable for native speakers of languages that have only the short and long voicing lag VOT, such as English, to perceive and produce VOT values of languages that have only prevoicing and short voicing lag, such as BP. As Bohn and Flege (1993) claim, English speakers seem to show more difficulty in distinguishing a short voicing lag from a prevoicing lag than a Spanish or Portuguese speaker to distinguish between short and long voicing lags.

Finally, in terms of L1, this type of perceptual training could be used by speech therapists with people who misunderstand and misproduce the plosives in any word-position. Perhaps, the confronting of /p/ and /b/, for instance, in discrimination and identification tasks could, eventually, improve both perception and production of these consonants in natural speech. The training task could be used as home-reinforcement for the sessions, which could, in turn, reduce the costs of the treatment.

Acknowledgment

This work was funded by CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Committee for Postgraduate Courses in Higher Education), a Brazilian governmental agency that sponsor projects in education. I am also grateful to the peer-reviewed suggestions and recommendations.

Appendix

1. Production Test: Brazilian Portuguese nonsense words

	/p/	/t/	/k/
1	pipe	tique	quique
2	pépe	téque	quéque
3	pêpe	têque	quêque
4	pápe	táque	Cáque
5	pôpe	tôque	Côque
6	pópe	tóque	Cóque
7	pupe	tuque	Cuque

2. English words in the Production Test, Perceptual Training, and Pre and Post-tests

/p/	Production Test	Perceptual Training	Pre and Post-tests
1	*Pete*	*Pete*	paid
2	*pitt*	*pitt*	pail
3	*pet*	*pet*	pair
4	*Pat*	*Pat*	parks
5	*put*	*put*	path
6	*poop*	*poop*	pie
7	*putt*	*putt*	pin
8		pop	pine
9		pope	
10		pot	
/t/	Production Test	Perceptual Training	Pre and Post-tests
1	*teat*	*teat*	tea
2	*tick*	*tick*	toys
3	*tech*	*tech*	tell
4	*tack*	*tack*	tent
5	*took*	*took*	tenth
6	*toot*	*toot*	tile
7	tut	tip	time
8		teen	teen
9		taught	
10		tot	

/k/	Production Test	Perceptual Training	Pre and Post-tests
1	*keep*	*keep*	cake
2	*kit*	*kit*	call
3	*kept*	*kept*	came
4	*cat*	*cat*	cold
5	*cook*	*cook*	cone
6	*coot*	*cot*	cube
7	*cut*	*cut*	cue
8		care	cute
9		caught	
10		core	

References

AKAHANE-YAMADA, R.; TOHKURA, Y.; BRADLOW, A. & PISONI, D. (1999) Does training in speech perception modify speech production? *Proceedings of the International Congress of Phonetic Sciences*, San Francisco: 1-7 August, 117-120.

BOHN, O.S. & FLEGE, J.E. Perceptual switching in Spanish/English bilinguals. *Journal of Phonetics*, *21*, 267-290, 1993.

BRADLOW, A.R.; YAMADA, R.A.; PISONI, D.B. & TOHKURA, Y. (1999). Training Japanese listeners to identify English /r/ and /l/: long-term retention of learning in perception and production. *Perception & Psychophysics, 61*, 977-985.

CHANG, S.S. (1999). Vowel dependent VOT variation. *Proceedings of the International Conference on Spoken Language Processing,* San Francisco.

CHO, T., & LADEFOGED, P. (1997). Variations and universals in VOT. *Fieldwork Studies of Targeted Languages V: UCLA Working Papers in Phonetics*, 95.

CLARK, J. & YALLOP, C. (1990). *An introduction to phonetics and phonology*. Oxford: Basil Blackwell.

CLARKE, C.M., & LUCE, P.A. (2005). Perceptual adaptation to speaker characteristics: VOT boundaries in stop voicing categorization. In *Proceedings of the ISCA Workshop on Plasticity in Speech Perception,* 23-26. London.

COHEN, G. (2004). *The VOT dimension: a bi-directional experiment with English and Brazilian-Portuguese stops*. Unpublished master's thesis. Florianopolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

FLEGE, J.E. & EEFTING, W. (1987). Production and perception of English stops by native speakers of Spanish. *Journal of Phonetics. 15*, 67-83.

FLEGE, J.E. & EEFTING, W. (1998). Imitation of a VOT continuum by native speakers of English and Spanish: evidence for phonetic category formation. *Journal of the Acoustical Society of America. 83:2*, 729-740.

FLEGE, J.E. & MUNRO, M.J. (1994). The word unit in L2 speech production and perception. *Studies in Second Language Acquisition*, *16*, 381-411.

FLEGE, J.E. & SCHMIDT, A.M. (1995). Native speakers of Spanish show rate-dependent processing of English stop consonants. *Phonetica. 52,* 90-111.

FLEGE, J.E. (1991). Age of learning affects the authenticity of voice-onset time (VOT) in stop consonants produced in a second language. *Journal of the Acoustical Society of America. 89:1*, 395-411.

HARDISON, D. (2003). Acquisition of second-language speech: Effects of visual cues, context, and talker variability. *Applied Psycholinguistics 24*, 495–522.

HAZAN, V. L. & BOULAKIA, G. Perception and production of a voicing contrast by French-English bilinguals. *Language and Speech, 36:1*, 17-38, 1993.

HAZAN, V., SENNEMA, A., IBA, M. & FAULKNER, A. (2005). Effect of audiovisual perceptual training on the perception and production of consonants in Japanese learners of English. *Speech Communication. 47*, 360-378.

ISTRE, G.L. *Um estudo do VOT em monolíngües brasileiros*. Florianópolis: UFSC. Unpublished paper. Florianópolis.

IVERSON, P., HAZAN, V. & BANNISTER, K. (2005). Phonetic training with acoustic cue manipulations: A comparison of methods for teaching English /r/-/l/ to Japanese adults. *Journal of the Acoustical Society of America 118*, 3267-3278.

JAMIESON, D. & MOROSAN, D.E. (1989) Training new, nonnative speech contrasts: A comparison of the prototype and perceptual fading techniques. *Canadian Journal of Psychology 43*, 88-96.

JAMIESON, D., & MOROSAN, D.E. (1986). Training non-native speech contrasts in adults: Acquisition of the English /θ/-/ð/ contrast by francophones. *Perception & Psychophysics, 40 (4),* 205-215.

KENT, R.D. & READ, C. (1992). *The acoustic analysis of speech.* San Diego: Singular.

KESSINGER, R. H. & BLUMSTEIN, S. E. (1997). Effects of speaking rate on voice-onset time in Thai, French, and English. *Journal of Phonetics. 25,* 143-168.

KINGSTON, J., DIEHL, R. L., KIRK, C. J., & CASTLEMAN, W. A. (2008). On the internal perceptual structure of distinctive features: The [voice] contrast. *Journal of Phonetics,* 28-54.

KLATT, D.H. (1975). Voice onset time, frication and aspiration in word-initial consonant clusters. *Journal of Speech and Hearing Research, 18,* 686-706.

KLEIN, S. (1999). *Estudo do VOT no Português Brasileiro*. Unpublished master's thesis. Florianópolis Universidade Federal de Santa Catarina.

LIEBERMAN, P. & BLUMSTEIN, S. (1993). Speech synthesis and speech perception. *Speech physiology, speech perception and acoustic phonetics*. New York: MSS Information Corporation.

LISKER, L. & ABRAMSON, A. (1964).A cross-language study of voicing in initial stops: stops: Acoustical measurements. *Word* , 20, 384-422.

LOGAN, J.S. & PRUITT, J.S. (1995). Methodological issues in training listeners to perceive non-native phonemes. In W. Strange (Ed.), *Speech Perception and Linguistic Experience: Theoretical and Methodological Issues,* (pp.351-376). Timonium, MD: York.

MAJOR, R.C. (1987). English voiceless stop production by speakers of Brazilian Portuguese. *Journal of Phonetics. 15,* 197-202.

MAJOR, R.C. (1992). Losing English as a first language. *The Modern Language Journal, 76,* 190-208.

MCCLASKEY, C.L., PISONI, D.B., & CARRELL, T.D. (1983). Transfer of training of a new linguistic contrast in voicing. *Perception & Psychophysics. 34*, 323–330.

ORTEGA-LLEBARIA, M.; FAULKNER, A. & HAZAN, V. (2001). Auditory-visual L2 speech perception: effects of visual cues and acoustic-phonetic context for Spanish learners of English. *Speech, Hearing and Language*, *13*, 39-51.

PISONI, D.B., ASLIN, R.N., PEREY, A.J., & HENNESSY, B.L. (1982). Some effects of laboratory training on identification and discrimination of voicing contrasts in stop consonants. *Journal of experimental psychology. Human perception and performance. 8*, 297–314.

PRUITT, J.S., JENKINS, J.J. & STRANGE, W. (2006).Training the perception of Hindi dental and retroflex stops by native speakers of American English and Japanese. *Acoustical Society of America 119(3),*1684–1696.

ROCCA, P.D.A. (2001). Fala e Local de Origem: uma questão de sotaque.*Intercâmbio – Uma Publicação de Pesquisas em Lingüística Aplicada, X,* 215-225. São Paulo: EDUC.

ROCCA, P.D.A. (2003). O desempenho dos falantes bilíngües evidências advindas da investigação do VOT de oclusivas surdas do inglês e do português. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada (19)2,* 303-328.

ROCHET, B. (1995). Perception and production of second-language speech sounds by adults. In W. Strange (Ed.), *Speech perception and linguistic experience: issues in cross-language research*. Timonium, MD: York Press, pp. 379-410.

SAERENS, M., SERNICLAES, W. & BEECKMANS, R. (1989). Acoustic versus contextual factors in stop voicing perception in spontaneous French. *Language and Speech, 32(4)*, 291-314.

SANCIER, M. I. & FOWLER, C. A. (1997). Gestural drift in a bilingual speaker of Brazilian Portuguese and English. *Journal of Phonetics, 25,* 421-436.

SCHMIDT, A.M. & FLEGE J. E. (1996). Speaking rate effects on stops produced by Spanish and English monolinguals and Spanish/English bilinguals. *Phonetica, 53*, 162-179.

STRANGE, W. & DITTMANN, S. (1984). Effects of discrimination training on the perception of /r–l/ by Japanese adults learning English. *Perception & Psychophysics, 36,* 131–145.

TORIBIO, A.J., BULLOCK, B.E., BOTERO, C.G. & DAVIS, K.A. (2005). Perseverative Phonetic Effects in Bilingual Code-Switching. In Randall S. Gess and Edward J. Rubin (eds.), *Theoretical and Experimental Approaches to Romance Linguistics.* 291–306. Salt Lake City: John Benjamins Publishing Company.

TREMBLAY, K., KRAUS, N., CARRELL, T.D., & MCGEE, T. (1997). Central auditory system plasticity: Generalization to novel stimuli following listening training. *Journal of the Acoustical Society of America* 102, 3762-3773.

WANG, X. & MUNRO, M. J. (2004). Computer-based training for learning English vowel contrasts. *System*, *34*, 539-552.

WILLIAMS, L. (1980). Phonetic variation as a function of second-language learning. In: G. Yeni-Komshian, J. Kavanagh & C. Ferguson (Eds.) *Child Phonology,* pp. 185-216. New York: Academic Press.

Gramaticalização de formas dêiticas no português do Brasil

Maria da Conceição de Paiva *
Maria Luiza Braga **

Resumo

Neste artigo, focalizamos a posposição da proforma *aí* a um sintagma nominal no português brasileiro contemporâneo. Sustentamos que esse fenômeno constitui a última etapa de um cadeia de outras mudanças encaixadas: 1 – a redução do sistema ternário de demonstrativos e 2 – a utilização dos advérbios locativos como reforço dêitico. Mostramos que, no processo de reforço dêitico, as proformas locativas são colocadas a serviço da distinção [+ esfera do locutor]/[– esfera do locutor], o que resulta na reorganização do paradigma de determinantes e pronomes demonstrativos. Num segundo momento, essa oposição é generalizada para contextos em que a proforma *aí* se pospõe a um SN, formando com ele uma unidade indissolúvel. Destacamos que essas etapas podem ser explicadas de uma forma mais integrada através de uma abordagem que prioriza a dimensão locutor sobre a dimensão espacial.

Abstract

In this paper we focus the postposition of the proform *aí* in a nominal phrase in contemporary Brazilian Portuguese. We claim that this phenomenon is

* Maria da Conceição de Paiva é professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Linguística da Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do CNPq. paiva@club-internet.fr

** Maria Luiza Braga é professora titular do Departamento de Linguística da Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pesquisadora do CNPq. malubraga@terra.com.br

the last stage in a chain of other embedded changes: a – the reduction of the demonstrative system; b – the use of place adverbs to reinforce the demonstrative constructions. We show that the use of place adverbial, mainly aí, (there), distinguish between [+ speaker sphere] / [– speaker sphere] and results in the reorganization of the demonstrative paradigm. This opposition is generalised to contexts in which the proform *aí* is postposed to nonimal phrases to indicate what is excluded from the speaker sphere. We highlight that these steps can be better explained by an approach which prioririzes the speaker dimension rather than the spatial dimension in the description of the deictic forms.

1 – Introdução

A descrição dos sistemas de demonstrativos se baseia geralmente em duas dimensões: distância e pessoa do discurso. Recentemente, diversos estudos têm demonstrado que uma descrição mais adequada desses elementos exige um quadro pragmático mais elaborado, centrado na noção de "esfera do locutor". (Laury, 1997, Marchello-Nizia, 2004a). Nesse quadro, o valor instrucional e espacial dos demonstrativos é reinterpretado com relação às noções de distância social e cognitiva que levam em conta a forma como o locutor define sua esfera de interesse e a saliência dos referentes. Assim, a referência locativa dos demonstrativos, mais do que determinada previamente, é constantemente negociada durante a interação verbal (Hanks 1992).

A noção de « esfera do locutor », de acordo com a abordagem de Laurie (1997), embora não exclua necessariamente a dimensão geográfica, não se identifica com ela. O conceito de esfera prioriza a dimensão subjetiva ou, nos termos de Marchello-Nizia (2004a:81), diz respeito à «l'appartenance sociale, familiale ou politique du locuteur, une possession propre reconnue, revendiquée ou assertée ou bien encore une relation de dilection affirmée». Trata-se da forma como o locutor define a acessibilidade cognitiva e social de um referente, situando-o na sua própria esfera ou numa esfera que lhe é externa. Envolve, portanto, uma relação pessoal, um posicionamento do locutor em relação aos referentes discursivos e aos estados de coisas descritos.

Essa abordagem enunciativa permite esclarecer diversas mudanças nos paradigmas de demonstrativos, como mostra Laury (1997) para o finlandês e Marchello-Nizia (2004a, 2004b) para o francês. Há evidên-

cias de que, no português brasileiro (PB daqui para a frente), o sistema tripartido de demonstrativos tende a ser reduzido a um sistema binário, pela neutralização entre as formas de primeiro (*este/isto)* e segundo grau (*esse/isso)*. Paralelamente, verifica-se um processo de reforço dêitico através da posposição de advérbios locativos a um N precedido de determinante demonstrativo (*esse menino aqui, esse menino aí*) ou aos pronomes demonstrativos (*isso aqui, isso aí*). Neste artigo, defendemos que esse processo, uma via possível de restauração de oposições neutralizadas, opera no sentido de reconceptualizar as bases do paradigma de demonstrativos, fazendo intervir um outro traço de oposição, o de esfera do locutor.

Um terceiro fenômeno num conjunto de movimentos relacionados aos elementos dêiticos, é a posposição da proforma *aí* a um sintagma nominal (Tavares, 1999, Braga e Paiva, 2003). Através da análise de dados do discurso oral, evidenciamos a interrelação entre essa construção e as estruturas com demonstrativo reforçado. A estrutura *demonstrativo N advérbio locativo* constitui um estágio intermediário em um processo de gramaticalização do advérbios locativo *aí* como clítico[1] relacionado à oposição [+ esfera do locutor]/[– esfera do locutor].

Os dados em análise neste artigo são representativos da modalidade falada do português brasileiro, na sua variedade carioca. Foram coligidos na Amostra Censo 1980, um *corpus* que integra o Banco de Dados do Peul (Programa de Estudos sobre o Uso da língua)[2]. Essa amostra é constituída de 64 entrevistas gravadas no período de 1980 a 1984, com falantes cariocas do sexo masculino e feminino, distribuídos de forma equilibrada por quatro faixas etárias e três níveis de escolaridade. Os dados levantados foram, numa primeira análise, submetidos a um tratamento estatístico que permitiu identificar as propriedades mais recorrentes das construções demonstrativas reforçadas e das construções SN + proforma *aí*.

---

[1] O termo clítico é empregado aqui para se referir a certas propriedades dessas formas locativas, como a sua posposição a um SN (o hospedeiro), com o qual passa a formar uma unidade indissociável. Estamos conscientes, no entanto, do fato de que esses elementos preservam características de formas livres, como a acentuação.

[2] O grupo PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, integra pesquisadores de diversas universidades brasileiras e vem, ao longo dos anos, se dedicando ao estudo da variação e mudança no português brasileiro. Para maiores informações, remetemos os interessados ao endereço www.*letras.ufrj.br/peul*

Nossa análise é desenvolvida em três etapas: na primeira, abordamos as distinções no paradigma de demonstrativos e a neutralização entre as formas de primeiro e segundo graus. A seguir, focalizamos o reforço dêitico e suas consequências sobre a reorganização do sistema de demonstrativos. Na terceira etapa, analisamos a posposição da proforma aí ao último elemento de um sintagma nominal, evidenciando suas motivações morfossintáticas e enunciativas. Nas conclusões, destacamos as relações entre as construções *det + N + advérbio locativo* e *SN + proforma aí* e interpretamos essa última à luz dos pressupostos da gramaticalização.

2 – Os paradigmas dêiticos no português do Brasil

Na visão mais tradicional, o português desenvolveu, paralelamente ao paradigma de pronomes pessoais, um sistema de demonstrativos e um sistema de advérbios locativos tripartidos[3], representado no quadro seguinte:

Quadro 1 – Sistema de demonstrativos e de advérbios locativos

Grau	**Sistema de demonstrativos**		**Sistema de advérbios locativos**	
	Determinantes	*Pronomes*	*Série en [i]*	*Série en [a]*
Grau 1	Este	Isto	Aqui	Cá
Grau 2	Esse	Isso	Aí	–
Grau 3	Aquele	Aquilo	Ali	Lá/Acolá

De acordo com um critério localista, as formas demonstrativas sinalizam diferentes pontos num continuum espacial, tomando como ponto de referência a pessoa do discurso (Cunha 1970 2001, Moura Neves 2000): as formas *esse* e *isso* indicam um grau intermediário de proximidade e, em princípio, se opõem, por um lado, às formas *este* e *isto*, indicativas de maior proximidade em relação a um centro dêitico, o locutor, e *aquele, aquilo,* que situa os referentes fora do alcance do locutor e do

[3] Uma evolução semelhante é a do espanhol (*este/esse/aquel*), galego (*iste, ise, aquil*), sardo (*custe/cusse, cullo*).

interlocutor. As formas demonstrativas do quadro 1 não se limitam a essa função indexical ou ostensiva, podendo atuar como elementos fóricos de ligação tanto com o discurso precedente como com o discurso seguinte (Diessel, 1999, Hanks, 1992).

Os sistemas de demonstrativos e de proformas locativas apresentam diversas simetrias, partilhando funções indexicais, sintáticas e distribucionais. De forma similar aos pronomes demonstrativos, os advérbios locativos possuem valor pronominal, podendo integrar a estrutura argumental de um verbo. Do ponto de vista funcional, operam no plano da segmentação do espaço dêitico, fornecendo instruções relativas à situação geográfico-espacial dos estados de coisas descritos. No plano discursivo, contribuem para a organização texual, estabelecando ligações fóricas e introduzindo enquadres locativos.

A simetria entre os dois sistemas é mais nítida na série de locativos terminados em [i], elementos dêiticos mais estáticos e mais pontuais. A série em [a], defectiva pela ausência da forma de segundo grau, indica sobretudo a orientação espacial. No estado atual do PB, a defectividade da série em [a] é crescente, se consideramos dois fatos de mudança: por um lado, a baixíssima frequência das formas *acolá* e *cá,* essa última confinada a expressões cristalizadas e, por outro, o enfraquecimento da diferença entre *ali e lá*, neutralizando a oposição entre estático e dinâmico.

Os valores *par defaut* das formas demonstrativas e das proformas locativas podem ser exemplificados tanto para a função ostensiva como para a função discursivo-textual:[4]

1) Pega *esta mala*, por favor (Numa situação em que o locutor está segurando a mala)

2) Então esse garoto – roubaram o – roubaram os óculos do – de um dos rapazes da República. Então, perguntaram a *este garoto* quem roubou. Ele disse: "eu sei quem roubou os óculos, mas não posso dizer, porque eles vão me massacrar."

3) Eu conheci um pescador antigo que... chamava-se Pedro. *Esse homem* saiu prá pescar e nunca mais voltou.

[4] Uma distinção precisa entre dêixis e anáfora está longe de ser simples. Nesta análise, de acordo com Lyons (1995), consideramos que a dêixis é prioritária em relação à anáfora. Para uma discussão mais aprofundada sobre essa questão, remetemos para Kleiber (1992), Lyons (1995).

4) É difícil de dizer. Sei que a gente pega *aquele caminho* de – indo para Paciência, aí a gente entra na primeira rua, vai direto.

5) Porque, pelo menos, as crianças desce e têm um espaço reservado para que elas brinquem. Têm a sua piscina, quadra de tênis e futebol eu acho que *isso* já melhora bastante, já dá para soltar bastante as energias.

6) ...morando num apartamento pequeno com cinco, dez pessoas dentro do apartamento. Então, para ela, *aquilo é* uma vida normal, porque ela nasceu e viveu assim.

7) Vem *aqui*, vem *aqu*i falar com o vovô.

8) Está gravando *aí* minha filha?

9) Quando eu entrei prá escola, eu ficava no meu cantinho. O cara *ali* num tinha muita possibilidade de passar não.

10) Fui para Sepetiba. Rompi na beira da praia com a minha família, ficamos *lá* curtindo.

A multifuncionalidade tanto das formas demonstrativas como das proformas locativas extrapola largamente esses valores *défaut*, na medida em que, a partir de um significado fonte, ostensivo e exofórico, se derivam outros como tempo e discurso. Como destaca Roncarati (2003b), elas se distribuem em um *continuum* que vai de [+ concreto] a [+ abstrato], uma gradação característica de processos de gramaticalização em direção a formas mais gramaticais ou partículas discursivas (Lyons 1977, Diessel 1999, Roncarati 2002, 2003b, Braga 2003, Braga e Paiva 2003, Braga e Paiva no prelo). Roncarati (2003a:149) identifica, na modalidade falada, usos dos demonstrativos como proforma pronominal, marcador gramatical e forma adverbial. Para a proforma *aí*, Braga (2003:162-163) relaciona empregos como dêitico espacial, elemento de ligação fórica, juntivo sequencial ou continuativo, operador de retomada ou fechamento de subtópicos e elemento clítico, atribuindo-os a sucessivos ciclos de reanálise.

É necessário considerar ainda que, no valor dêitico-instrucional dos elementos locativos, intervém uma gradualidade que não pode ser mensurada objetivamente. Se os elementos dêiticos do quadro 1 fornecem instruções geográfico-espaciais, eles o fazem através das avaliações de

um locutor e da forma como ele percebe a acessibilidade (física ou discursiva) dos referentes e dos estados de coisas. Seguindo Hanks (1992), podemos dizer que, se esses elementos recortam o campo dêitico, eles o transformam constantemente, de forma a redefinir o que Laury (1997) denomina de "esfera corrente do locutor".

De acordo com a proposta de Smith (1992), os paradigmas dêiticos são inerentemente subespecificados. Eles codificam traços mínimos que definem diferentes combinações das dimensões espaço e locutor, como no esquema 1:

Esquema 1:

Demonstrativos	este/isto	esse/isso	aquele/aquilo
Advérbios locativos	aqui	aí	ali/lá
	[+locutor]	[-locutor]	[-locutor]
	[– distância]	[– distância]	[+ distância]

Num sistema dêitico tripartido como o do português, essas duas dimensões interagem de forma complexa, resultando em oposições em que se destaca ora o critério distância ora o critério pessoa do discurso. Entretanto, esses dois parâmetros se revelam insuficentes para dar conta de todos os usos possíveis desses elementos no discurso oral. Uma descrição mais fina das diferenças entre as formas relacionadas no quadro 1 exige considerar as intenções comunicativas do locutor como ponto de partida para o uso das formas dêiticas.

Ainda de acordo com o esquema 1, as formas demonstrativas *esse* e *isso* e a proforma adverbial *aí* são duplamente negativas. Principalmente o traço [-locutor] parece estar subjacente à neutralização entre as formas demonstrativas de primeiro e segundo graus (*este/esse, isto/isso*) em PB (Cunha 1975, Mattoso Câmara Jr. 1979, Pavani 1987, Cid et alii 1986, Castilho 1978, 1993, Roncarati 2001, 2003a, 2003b). Em consequência, o sistema se reduz a dois graus de diferença, priorizando a dimensão geográfico-espacial na oposição proximal/distal, como no esquema 2:

Esquema 2

	Determinantes	Pronomes
Grau 1 [– distância]	esse/este	isso/isto
Grau 2 [+ distância]	aquele	aquilo

No paradigma dos advérbios locativos, é a proforma *aí*, igualmente menos marcada, que ganha terreno em detrimento das formas marcadas positivamente. Numa perspectiva enunciativa, podemos dizer que as formas de segundo grau se tornam mais *inclusivas,* obscurecendo a distinção entre locutor e interlocutor.

O enfraquecimento do traço [$_{-+}$locutor] favorece a expansão das formas *esse* e *isso,* ou seja, os termos menos marcados da oposição tomam o lugar dos elementos mais marcados. Essa redução encontra paralelo nos movimentos observados nos paradigmas de diversas línguas, como atestado, por exemplo, para o francês (Marchello-Nizia 2001, 2004a, 2004b) ou para a variedade torinesi do italiano (Vallauri 1997). No português, o fenômeno possui raizes em estágios anteriores da língua, pois, como destacam Teyssier (1982), Said Ali (2001 [1921]), Silva (1998), Mattos e Silva (1993), o sistema tripartido foi sempre instável e só se fixou por volta do século XV.

3 – Construções dêiticas reforçadas

A posposição de um advérbio dêitico aos grupos *Det demonstrativo* + N, como nos exemplos (11), (12) e (13), ou aos pronomes demonstrativos, como em (14) e (15) é um fenômeno já atestado por diversos autores (Cunha 1975, Pavani 1987, Castilho 1993, Roncarati 2001, Roncarati, 2003a, 2003b) [5].

11) Esse bairro aqui se atrapalhou muito com as chuvas?

12) Eu tive quinze ano com *esse barzinho aí.* Quando eu tive *esse barzinho aí...*

13) Aquele menino ali, ele estuda na minha escola também.

14) Aí passa um senhor de carro. "Que que houve minha filha?" Eu acabei de ser assaltada, moço. "Ah.! *Isso aqui* é assim mesmo.

15) Não sei não, mas *aquilo ali* não pertence ao jardim não.

---

[5] O processo de reforço dos demonstrativos não é uma inovação do português contemporâneo. Como mostra Mattos e Silva (1993), até o século XVI, o sistema apresentava, em paralelo com as formas demonstrativas simples, as formas reforçadas (*aqueste, aquesse, aquele*). Desse paradigma, sobreviveu apenas a forma de terceira pessoa *aquele.*

Esse reforço das estruturas demonstrativas poderia, *a priori*, ser interpretado como uma forma de compensar a neutralização destacada na seção 2, posição defendida, dentre outros, por Castilho (1978), Pavani (1987), Roncarati (2003a). Nesse sentido, o reforço dêitico através de advérbios locativos decorreria de uma tendência mais geral à convocação de elementos disponíveis no sistema para restabelecer oposições perdidas no curso da evolução (Givón, 1979, 1984). Essa interpretação é plausível, dadas as evidências de outras línguas, como o francês, ou a variedade italiana torinesi, em que o recurso aos advérbios de lugar permitiu recuperar a distinção proximal/distal (Marchello-Nizia 2001, 2004a 2004b, Vallauri, 1995).[6] Como defende Marchello-Nizia (2001), no francês, a sufixação dos advérbios *ci* e *lá* aos grupos nominais com o demonstrativo *ce*, permite restabelecer uma distinção semântica obscurecida pela coalescência entre *cest* e *cel* no início do século XIII.

Os exemplos (11) a (15) poderiam sugerir que tal é a função das estruturas demonstrativas reduplicadas no PB. O acréscimo de um advérbio reconstruiria a oposição [proximidade do locutor]/[proximidade do interlocutor], já que a oposição distal/proximal continua assegurada pela preservação das formas de distanciamento *aquele* e *aquilo*. De acordo com essa interpretação, resultaria o paradigma esquematizado em 3[7]:

Esquema 3

		Determinantes		Pronomes
Grau 1	esse	aqui	isso	aqui – proximidade do locutor
Grau 2		aí		aí – proximidade do interlocutor
Grau 3	aquele	ali	aquilo	ali – distância do locutor e do interlocutor

[6] Vallauri (1995) mostra que, em torinesi, a anexação de proformas locativas aos demonstrativos (*kust (si), kul* (*li), kul (lá*), opera no sentido de restabelecer uma oposição dêitica entre proximidade e distância.

[7] Estudos da mudança em tempo real de curta duração fornecem poucas evidências para essa interpretação. Roncarati (2003:45), por exemplo, ao comparar amostras da variedade falada no Rio de Janeiro em 1980 e em 2000, atesta índice significativamente mais baixo de reforço dêitico pelas formas adverbiais no segundo momento.

Duas evidências favorecem essa interpretação: a – a fixação de ordem nesses grupos nominais associada à coesão sintagmática entre o advérbio e o núcleo do sintagma, o que torna difícil, ou mesmo impossível, a interposição de um outro elemento; b – a similaridade de algumas propriedades sintáticas, funcionais e distribucionais entre as construções reforçadas e as construções não reforçadas. No que diz respeito à sua funcionalidade, aspecto mais decisivo a nosso ver, tanto as formas demonstrativas reforçadas como suas contrapartes não redobradas introduzem instruções dêitico-ostensivas e instruções textuais, reenviando seja a referentes presentes na situação comunicativa seja a referentes recuperáveis anafórica ou cataforicamente.

No entanto, há evidências de que os aspectos discursivos envolvidos no reforço dos demonstrativos são mais complexos e reconstroem apenas parcialmente o paradigma de três termos. A análise dos contextos de reforço dêitico permite destacar dois pontos: (1) as construções redobradas se submetem a restrições morfossintáticas e estão associadas a situações comunicativas específicas; (2) a posposição dos advérbios locativos nas construções demonstrativas introduz novos parâmetros de oposição, culminando numa reconfiguração do paradigma.

Antes de mais nada, é necessário ressaltar uma certa assimetria na distribuição das construções reforçadas. Se o processo se restringisse a restaurar a oposição [+ locutor]/[-locutor], e, em consequência, o paradigma tripartido, poder-se-ia esperar uma instalação progressiva, e mais ou menos simultânea, de redobro com todas as proformas locativas, o que não é o caso. No discurso oral, as proformas locativas em [i], todas potencialmente disponíveis para a função de redobro dêitico, apresentam diferenças distribucionais importantes: a proforma adverbial de primeiro grau *aqui* e as proformas adverbiais de terceiro grau *ali* ou *lá* são muito mais frequentemente convocadas para tal função do que o advérbio locativo *aí*.

Algumas propriedades sintático-semânticas das construções de reduplicação dêitica indicam restrições contextuais no processo de reforço dêitico. Considerando-se as características semânticas do núcleo do sintagma, observa-se que as estruturas reforçadas pelos advérbios *aqui, aí, ali* (ou *lá*) predominam com N marcados pelo traço [+ locativo, como exemplificam (11), (12), (14) e (15). Ainda que possível, o redobro

em SNs cujo núcleo é [-locativo], como no exemplo (13) acima e em (16) abaixo, é bastante escasso[8].

16) Mas lá não. Lá é copa do mundo. *Aquilo lá* é uma guerra: cada um – cada seleção vai para ali pra defender a sua pátria.

Tal particularidade permite supor que o processo de reforço nas construções demonstrativas é acionado em contextos específicos ("bridge context" segundo a formulação de Heine, 2002) pela compatibilidade entre os traços semânticos do SN e do dêitico locativo. Inicialmente restrito a esses contextos, o processo de reforço dos demonstrativos se estenderia a outros em que tal exigência é enfraquecida.

As especificidades enunciativas das construções *demonstrativo N advérbio locativo* fornecem, a nosso ver, evidências mais fortes quanto à forma como o reforço dêitico opera no sentido de uma reconceptualização do sistema. Antes de mais nada, destaque-se que a função do reforço dêitico depende, pelo menos em parte, dos traços inerentes de cada uma das proformas locativas. Consideremos inicialmente a construção *demonstrativo N aqui* ou *pronome demonstrativo aqui,* exemplificadas em (17) e (18):

17) Ah! *esse (pescador) aqui* está com um peixe bonito.

18) Que que houve minha filha?
Acabei de ser assaltada, moço! Ah, *isso aqui* é assim mesmo.

A reduplicação dêitica em (17) e (18) opera, numa primeira interpretação, na dimensão geográfica. As construções reforçadas com a forma de primeiro grau *aqui* sinalizam maior proximidade do referente, a foto do pescador em (17) e o local (a passagem subterrânea) onde ocorreu a agressão narrada pela falante, em relação ao centro dêitico. Nessa função dêitica, as construções com *aqui* não excluem necessariamente o interlocutor, visto que, nos dois casos, remete para um espaço físico comum a ambos. Em (17), o *pescador* está numa foto

[8] No exemplo (16), uma interpretação locativa não fica completamente excluída. O referente para o qual remete a forma reduplicada com *aquilo* (a copa do mundo), embora constitua um evento, pode ser, metonimicamente, interpretado como uma remissão a lugar (copa do mundo é o local onde cada um vai para defender seu país).

disponível no espaço visual do falante e do ouvinte; em (18), *isso aqui* é o ponto geográfico em que os dois participantes se encontram situados. Assim, essas construções podem ser consideradas inclusivas, no sentido de que criam um espaço físico compartilhado pelos participantes do discurso.

Na sua função de retomada anafórica, a construção reforçada por *aqui,* além de assegurar a acessabilidade do referente no contexto discursivo anterior, preserva sua importância na linha tópica do discurso. Tal é o caso em (19).

19) F – Ah! Eu acho que sim. Se todas fizessem assim, acho que todas aqui estavam morando em apartamento. Porque (essa) tendência da favela é crescer. Como você vê: os barracos de – de tábua estão sumindo! Você só vê – daqui a pouco *isso aqui* vira uma selva de pedra, não é?

Ao retomar o referente *favela* por *isso aqui*, a falante reforça sua centralidade em um discurso que versa sobre os problemas do bairro (favela) em que ela habita.

O reforço com as formas de segundo grau *aí* cumpre funções diferentes. Mais rara, a construção *esse aí* não sinaliza obrigatoriamente a proximidade do referente em relação ao interlocutor, como seria esperado de acordo com uma hipótese de restauração de um paradigma ternário. O exemplo (12), já citado, é prototípico. Não se trata de um barzinho (*esse barzinho aí*) geograficamente mais próximo do interlocutor. De fato, ao acrescentrar o advérbio dêitico *aí*, o locutor sinaliza seu distanciamento discursivo em relação ao referente codificado pelo grupo nominal. O SN *esse barzinho* situa o referente em uma situação passada com a qual o falante não está mais engajado. Mais do que precisar um ponto de localização espacial, o acréscimo da proforma locativa *aí* permite ao falante excluir um referente da sua esfera corrente.

No exemplo (20) essa propriedade funcional das construções demonstrativas reduplicadas com *aí* fica mais transparente.

20) Se é que... eu vejo que eu tenho fé em Deus, eu sei o que eu li na vida sagrada, quem foi Jesus Cristo, não faria isso, de jeito nenhum. Tanto que Jesus Cristo, quando nasceu, se deu muito presente, era ovelhas, era carneirinho, era uma série de coisa. Aí, o mundo está farto de saber disso, não é? Como é que o papa não recebe? Que vive, segundo dizem,

> eu não conheço, eu nunca fui lá, eu compro o peixe de acordo... eu vendo de acordo com o que eu compro, que ele vive numa cadeira de ouro, com sapato de ouro. Dizem *isso aí*, eu não sei, eu nunca vi.

A construção *isso aí* em (20) é uma anáfora que retoma um trecho de discurso no qual o locutor critica o papa por não ter recebido um presente que um fiel queria lhe oferecer: "vive numa cadeira de ouro, com sapato de ouro". Pelo acréscimo da proforma *aí* ao demonstrativo, o falante sinaliza seu descomprometimento com a veracidade dos fatos narrados, atribuindo-os a um agente indeterminado. Essa exclusão é reforçada na forma de indeterminação *dizem* e na insistência (*eu não sei, eu não vi*) de que ele não pode garantir a veracidade dos fatos. Assim, a construção *isso aí* contribui para demarcar a posição do falante, sua discordância em relação à atitude do papa, ou seja, distinguir entre o que reivindica como próprio, incluído na sua esfera pessoal (a discordância em relação ao papa) e o que exclui dessa esfera (o próprio evento). No exemplo em questão, a posposição da proforma *aí* ao último elemento do SN acrescenta um componente negativo ao que dizem os outros, reforçando, assim, a posição crítica do falante.

O reforço pelo acréscimo das proformas *ali* e *lá* se aproxima tanto das construções com *aqui* como das construções com *aí*. Por um lado, as construções *aquele ali/ lá* operam na segmentação do espaço dêitico, introduzindo uma instrução para situar um referente fora do espaço físico compartilhado por falante e ouvinte (maior distância), como em (21):

21) Ali embaixo, perto *daquela pedra ali.* Eu subi correndo, cheguei aqui em casa ...

Por outro lado, em enunciados como (22), as construções com *ali/ lá* sinalizam, mais do que uma coordenada físico-geográfica, o não alinhamento do locutor em relação a um referente ou um estado de coisas descrito.

22) Então, eu acho o seguinte: que muitas mulheres se acomodam, sabe? Por ter – por morar – por – sabe? [se] – se acomoda *aquilo ali* em ter um teto, em ter aquela comida e outras coisas, mas, naquela situação ali, tudo bem. Mas não – sabe? não – não pensa um amanhã de: "ah, eu vou construir, eu vou ajudar meu marido, eu vou fazer e acontecer, sabe? " Sei lá, Deus me livre. Eu não me acostumo *naquilo ali*, sabe? de jeito nenhum.! Não me acostumo mesmo. E graças a Deus, eu arrumei um marido que ele também é igual a mim, é evoluído.

No exemplo acima, a falante/locutora toma uma posição crítica em relação às mulheres que se acomodam ao pouco que possuem, sem buscar melhores condições de vida. Ao retomar anaforicamente o estado de coisas apresentado no discurso anterior, a construção *naquilo ali* sinaliza a oposição da falante, que, ao contrário, das outras mulheres, não se acomoda e luta ao lado do marido. Em outros termos, *naquilo ali* compreende um estado de coisas que se situa fora da esfera da falante. De uma forma metafórica, o distanciamento físico se torna um distanciamento discursivo, ou seja, a sequência reforçada por *ali/lá* se investe de um papel enunciativo similar ao das sequências com *aí* Ambas demarcam um espaço discursivo rejeitado pelo locutor, distinguindo entre posições reivindicadas, assumidas e posições rejeitadas[9].

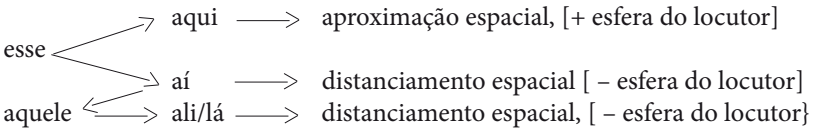
O reforço dêitico está, portanto, fortemente associado a contextos nos quais o falante salienta sua posição física ou discursivo-argumentativa, demarcando a sua própria esfera em relação à esfera do outro ou dos outros. Pode-se sugerir que o processo de reforço dêitico é inicialmente motivado por tal exigência comunicativa e que, gradativamente, tenha se estendido a uma função indexical. Essa interpretação permite integrar no mesmo quadro de referência teórica tanto a predominância do reforço por *aqui* como a escassez de reforço dêitico com o advérbio *aí*. A forma locativa de primeiro grau desempenha dupla função: permite destacar a pessoa do locutor e circunscrever o espaço físico que ele partilha com o seu interlocutor, preenchendo uma posição esvaziada com a neutralização entre *esse e este*. A escassez das sequências reforçadas com *aí,* por sua vez*,* decorre naturalmente da restrição funcional do redobro com essa proforma, que opera principalmente numa dimensão discursiva, não fornecendo instruções espaciais susceptíveis de reconstituir a oposição proximidade do locutor/proximidade do interlocutor.

Pode-se, assumir, portanto, que o reforço dêitico, mais do que uma estratégia para compensar a erosão de oposições distintivas, instaura novas oposições no paradigma de demonstrativos. Como foi destacado ao longo desta seção, o reforço pelos advérbios *aqui*, *aí e ali/lá* não pode ser considerado indistintamente. Se as sequências com a forma de primeiro grau precisam a proximidade (física ou discursiva) do referente em relação ao locutor, as sequências com as formas de segundo grau

[9] No exemplo (22), o sintagma demonstrativo *naquilo ali* poderia ser substituído por *naquela situação ali, sem prejuízo* do efeito argumentativo que caracteriza o trecho discursivo.

reintepretam a dimensão geográfica em termos de não alinhamento do locutor com o que é dito. Retomando a proposta de Laury (1997), instaura-se uma oposição entre [+esfera do locutor]/[-esfera do locutor] que dá proeminência à forma como o falante constrói sua identificação com os referentes introduzidos no discurso e com os estados de coisas descritos. A intervenção desse parâmetro no reforço das estruturas demonstrativas reorganiza o paradigma na forma esquematizada em 4:

Esquema 4



De acordo com o esquema 4, as construções demonstrativas reduplicadas reforçam a oposição proximal/distal, através de uma distinção mais nítida entre *esse/isso aqui*, por um lado, e *aquilo ali/lá*, por outro. Na dimensão discursiva, o parâmetro "esfera do locutor" instaura outra forma de oposição entre as formas: opõem-se *esse aqui,* por um lado, e *esse aí/aquele ali,* por outro. No plano enunciativo, a coalescência entre a formas reforçadas de segundo e terceiro graus reconfigura o sistema com base na dimensão locutor.

4 – As construções SN+ proforma *aí*

O terceiro fenômeno considerado neste artigo já foi atestado por outros autores (Martelotta 1994, Tavares 1999, Braga et alii 2001, Braga e Paiva 2003, Braga e Paiva no prelo) e consiste na posposição da proforma *aí* ao último elemento de um SN, ilustrado em (23) e (24):

23) Na época eu devia ter uns...uns dezessete anos, dezesseis. Mas foi muito homem! Já pensou se eles tivessem conseguido me pegar? Eles tinham acabado comigo! Hoje em dia eu tava até *com uma AIDS aí*, alguma coisa! Não fizeram nada, foi impressionante. Foi um milagre mesmo!

24) ... nunca encontraram nenhum vestígio, o cadáver dessa pessoa, nada. Sabe-se que ele é um morador daqui. Ele é *um senhor lá de idade*, saiu prá pescar e não voltou mais.

Embora suceptível de ocorrer com todas as formas adverbiais locativas relacionadas no quadro 1, o fenômeno em questão é particularmente produtivo com a proforma *aí*, podendo ser atestado, de forma mais incipiente, com a proforma *lá*. Essa restrição pode novamente estar ligada a traços inerentes de cada uma das proformas do paradigma adverbial locativo. De acordo com a caracterização do quadro 1, as proformas *aqui* e *ali,* sobretudo a primeira*,* preservam propriedades dêitico-instrucionais mais nitidamente do que as demais formas do paradigma adverbial. Enquanto essas formas são positivamente marcadas com relação ao traço pontual e asseguram a distinção proximal/distal, as formas *aí* e *lá* são negativamente marcadas para distância e, aparentemente, obscureceram sua função de instrução dêitica. Elas remetem a um espaço discursivo, um lugar construído metaforicamente, que exclui a presença do locutor.

No conjunto das formas terminadas em [i], a forma *aí* sofre uma perda mais nítida dos seus traços distintivos, principalmente o de proximidade em relação ao interlocutor, o que explica sua maior disponibilidade para o exercício de funções discursivas e pragmáticas. Em consequência, pode-se presumir uma interrelação entre as construções S*N* + *proforma aí* e as construções com demonstrativo reforçado, dado que, nos dois casos, a proforma se afasta das suas propriedades prototípicas ao tomar como escopo o núcleo do SN.

No que diz respeito às propriedades morfossintáticas, não há paralelismo entre as construções com demonstrativo reforçado e as construções S*N* + *proforma aí*. Enquanto as primeiras são inerentemente definidas, as segundas tendem a ser menos definidas, como já destacado por Tavares (1999) e Braga e Paiva (2003). O núcleo do SN que hospeda a proforma, mais frequentemente, é precedido de artigo indefinido, como em (23) ou admite uma interpretação menos específica, como em (25):

25) E – Que que tem de bom aqui, o que que tem de ruim?F – Olha, bom não tem nada; ruim tem fofoca, tem – não tem ninguém na rua, isso é péssimo sei lá, E quando tem – não – sempre tem! Tem um grupinho de mulher ali que fica ali, sabe? Para – antena ligada para ver se sai *alguma fofoquinha* aí.

Essa propriedade morfossintática espelha necessariamente as características informacionais desses SN's. Mais frequentemente, eles introdu-

zem um referente novo, embora possam igualmente retomar referentes já introduzidos no discurso. Nesse sentido, diferem das construções demonstrativas reduplicadas que desempenham um papel central na manutenção/persistência de referentes. Em contextos nos quais as construções S*N* + *proforma aí* introduzem um referente novo no discurso, esse é muitas vezes recuperável de inferências autorizadas pelo contexto pragmático. Assim, no trecho (23), o SN uma *Aids aí* pode ser inferido das associações autorizadas pelo próprio tópico que constitui a narração: uma tentativa de estupro.

O exemplo (25) ilustra o contexto mais prototípico das construções com posposição de *aí* ao último elemento do SN. No trecho em questão, muito dificilmente a proforma *aí* posposta a N admitiria uma interpretação geográfico-espacial. O sintagma *uma fofoquinha aí* reconceptualiza um referente já introduzido no discurso. A falante critica a vida no seu bairro e insiste sobre a recorrência de fofocas como um dos aspectos mais negativos do meio em que vive. Ela se exclui dessa situação, insistindo no fato de que não participa desses rumores. Assim, pode-se dizer que a presença da proforma *aí* sinaliza uma oposição entre a atitude dos outros e a sua própria atitude, ou seja, demarca a esfera da falante/locutora em relação ao bairro em que habita. A presença do locativo *ali* no contexto imediato reforça essa interpretação, pois colabora na introdução de um referente (*um grupinho de mulheres*) a quem é atribuído o interesse por fofocas.

Além de codificarem referentes com os quais o locutor não se identifica, ou associados a situações que ele rejeita, as construções S*N* + proforma *aí* se investem de uma conotação pejorativa que reforça sua função argumentativa. Os referentes excluídos da "esfera do locutor" são avaliados de forma negativa, o que justifica sua rejeição pelo locutor. Pode-se presumir, no entanto, que esse valor negativo seja derivado, motivado pela necessidade de justificar de alguma forma aquilo que é recusado.

Em muitos aspectos, o locativo *lá,* no trecho (24), admite interpretação similar. O SN *um senhor lá de idade* não é susceptível de uma interpretação estativa, parafraseável por uma oração com um verbo relacional (*um senhor de idade que está lá).* Discursivamente, a construção *N* + proforma *lá* acrescenta um atributo a um referente mencionado de forma imprecisa (*a pessoa, o morador),* redefinindo-o e, ao

mesmo tempo, excluindo-o da esfera social do falante. O referente é caracterizado em etapas sucessivas e torna-se o personagem central da narrativa (um afogamento acontecido há mais tempo). Outras propriedades do contexto são compatíveis com esse investimento enunciativo da proforma *lá*. A construção S*N* + *proforma* se insere em um contexto igualmente marcado pelo afastamento: trata-se de um fato situado no passado, distante do centro dêitico, e de um personagem não identificado ("sabe-se que ele é um morador daqui"). A distância social é assim reproduzida na distância discursiva e a forma *lá* anexada ao SN colabora na delimitação entre o fato narrado e o centro dêitico que é o locutor.

Assumindo que as proformas pospostas ao sintagma nominal acrescentam ao N um estatuto discursivo particular, marcando sobretudo o não alinhamento do locutor com o discurso em curso, podemos explicar de forma mais integrada a predominância das proformas *aí* e *lá* nas construções SN + proforma. Como já destacamos na seção anterior, as diferenças entre esses dois elementos dêiticos se neutralizam, na medida em que ambas assinalam sobretudo a distância discursiva do falante/locutor.

A similaridade entre as construções SN + proforma *aí* e as construções de reforço demonstrativo não se limitam ao plano discursivo-enunciativo. Assim como o processo de reforço demonstrativo, a posposição da proforma *aí* se submete a restrições sintagmáticas que indicam a coesão entre os elementos do sintagma. Nas construções S*N* + *proforma aí*, uma mudança na posição da proforma, anteposta ao verbo por exemplo (*prá ver se aí sai alguma fofoquinha*), acarreta mudanças de significado e ofusca completamente o papel enunciativo da proforma. A coesão entre o SN e a proforma impede ainda a interposição de elementos entre eles, indicando a possível constituição de uma unidade indissolúvel.[10]

5 – A gramaticalização de *aí*

Concluindo este artigo, retomamos os três fenômenos analisados até aqui, destacando suas relações e a forma como a utilização dos advérbios locativos pode ser interpretada em termos de um processo de gramati-

[10] De uma certa forma essa ligação entre N e advérbio locativo é mais forte do que a se verifica entre demonstrativo e N, dada a possibilidade de interpor um pronome possessivo entre os dois elementos (*Esse meu filho ou esse meu filho aqui*).

calização. O encaixamento entre redução no sistema de demonstrativos e reforço dêtico já foi assumido em outros trabalhos, em termos de uma hipótese de estratégia compensatória (cf., por exemplo, Roncarati 2003a). Neste ponto, alargamos essa interpretação, entendendo que as construções S*N* + proforma *aí* está encaixada[11] na matriz que envolve uma cadeia de mudanças interrelacionadas nos paradigmas de formas locativas.

Do que foi desenvolvido nas seções 3 e 4, é possível depreender diversas similaridades entre a posposição da proforma *aí* ao sintagma nominal e o processo de reforço dêitico. As duas construções se caracterizam pela coesão sintagmática dos elementos constitutivos do sintagma, a imposição de restrições morfossintáticas e o investimento das proformas locativas de propriedades discursivo-pragmáticas que a afastam do seu significado original e do seu uso adverbial. Embora possam ser estendidas aos demais membros do paradigma de proformas locativas, essas propriedades são particularmente notáveis com a proforma *aí*, o que merece maior atenção.

Pode-se presumir a emergência de um processo de gramaticalização através do qual o locativo *aí* migra da classe dos advérbios para integrar um outro conjunto de relações paradigmáticas, possibilidade já colocada em Braga e Paiva (2003). A forma *aí* desenvolve gradativamente um comportamento semelhante ao de um clítico que se aloja a N para sinalizar a oposição [+ esfera do locutor] [-esfera do locutor]. Essa trajetória advérbio > clítico é gradual, característica inerente dos processos de gramaticalização (Hopper 1991, Hopper e Traugott 1993, Heine et al 1991, Heine 2002), e tem como etapa intermediária a participação das formas locativas na reorganização do paradigma de demonstrativos. Nesse estágio, os locativos em geral, mas especialmente a proforma *aí*, encontram condições que reforçam seu papel discursivo e enunciativo. Essa trajetória poderia ser representada no esquema 5:

Esquema 5

Advérbios de lugar ⟶ reforço demonstrativo ⟶ clítico
Localização geográfica ⟶ [– +esfera do locutor]

[11] Para uma discussão mais detalhada da questão do encaixamento das mudanças linguísticas, remetemos o leitor para Weinreich, Labov e Herzog (1968), Labov (1994), Paiva e Duarte (2003).

De acordo com o esquema 5, o reforço dêitico/demonstrativo aciona uma mudança categorial e um conjunto de alterações semânticas que culminam no uso clítico da proforma. Os advérbios locativos, principalmente o advérbio *aí* se deslocam do plano físico para o plano discursivo, exprimindo uma atitude do locutor em relação a um referente do discurso. Inicialmente convocada para recuperar uma oposição neutralizada no paradigma de demonstrativos, a proforma adverbial *aí* estende funções discursivo-enunciativas de que se investiu nesse estágio. Tal generalização é possível pela perda de restrições que ainda operam no reforço demonstrativo, como a compatibilidade do traço [+ locativo] entre a proforma aí e o núcleo do SN.

Como foi destacado, o reforço dêitico, mais do que recuperar o sistema ternário, reforça a dimensão locutor, reconceptualizando-a na oposição enunciativa [+esfera do locutor] vs [-esfera do locutor]. Progressivamente, a proforma adverbial se generaliza, desligando-se do demonstrativo para se cliticizar a um sintagma nominal com a qual passa a constituir uma unidade indissolúvel. A esse movimento subjaz uma ressegmentação de fronteiras, uma reanálise, nos termos de Langacker (1977) ([*uma Aids] aí] > [uma AIDS aí]* que culmina na perda de autonomina da forma locativa.[12]

Essa reanálise é acompanhada de mudanças no sentido original da forma *aí*, na medida em que ela se afasta do seu sentido *défaut* de orientação espacial em relação à pessoa do interlocutor. As mudanças semânticas associadas à mudança categorial são motivadas por caracteríticas inerentes às formas locativas (demonstrativos ou advérbios), elementos frequentemente envolvidos em cadeias de mudança que seguem a trajetória universal [+ concreto] > [+ abstrato] (Heine *et al*, 1991, Heine, 2003, Bybee *et al*, 1994). A utilização dos dêiticos locativos para referência a categorias mais abstratas pode ser facilmente acionada pela granularidade envolvida na própria dimensão espacial, o que faz necessariamente intervir o locutor que a segmenta e a organiza de acordo com objetivos comunicativos específicos. Em outros termos, demonstrativos e locativos adverbiais, longe de codificarem pontos de ancoragem espacial objetivos e bem delimitados, fornecem instruções quanto à forma como o locutor percebe, segmenta a dimensão espacial

[12] De uma certa forma, essa coesão é maior do que a coesão entre determinante demonstrativo e N entre os quais se pode interpor, por exemplo, um pronome possessivo (Esse meu filho).

e avalia a acessibilidade dos referentes ou dos estados de coisas descritos (Lyons 1977, Hanks 1992, Diessel 1999).

Desse ponto de vista, a posposição de *aí* ao último elemento do SN resulta naturalmente da extensão metafórica destacada na seção 3: originalmente associados à ancoragem física dos eventos e estados descritos na predicação, as proformas locativas alargam seu sentido a fim de sinalizar a inclusão ou exclusão dos referentes da esfera enunciativa do locutor. Nessa interpretação, os elementos dêiticos adverbiais, embora obscureçam sua propriedade dêitica/instrucional, não se esvaziam semanticamente. Seria mais adequado falar de generalização de certas propriedades semânticas, dando lugar a uma redistribuição dos papéis pragmáticos e discursivos dos advérbios locativos.

Pode-se presumir ainda o papel central da forma *isso,* reforçada ou não reforçada, nessa trajetória. Como já destacado por Roncarati (2003b:151), o papel discursivo da proforma adverbial *isso* na ativação de referentes implícitos, tematicamente ancorados, ou seja, como anáfora associativa (Charolles, 1994, Marchuschi 2000) é crescente. Em muitos aspectos, essa forma se esvazia semanticamente e se investe de funções discursivas tais como avaliação, ênfase, contraste, desempenhando assim um papel de destaque na estrutura argumentativa.[13] Na sua função avaliativa-argumentativa, a forma *isso*, principalmente se reforçada pelo advérbio *aí*, constituiria um contexto que autoriza a reinterpretação em termos de [– esfera do locutor].

A existência de contextos ambíguos, como no trecho (26), em que uma interpretação locativa não fica inteiramente obscurecida, não chega a contradizer a trajetória de gramaticalização proposta.

26) E: Me conta, assim, as fofoquinha que sai aqui no bairro.
F – Ah, é tudo sobre garoto, sabe? Só sai – qualquer coisa começam a brigar por causa de garoto. Outro dia saiu *uma fofoca aí* que – eu nem estava na rua. Meu irmão estava aqui e eu estava ali no portão.

No trecho (26) duas interpretações se superpõem. A forma *aí* pode ser interpretada como elemento anafórico, remetendo a uma coordenada

[13] Roncarati (2001) identifica outras funções associadas à forma *isso* como as de ênfase e contraste.

espacial (*o bairro*), já introduzida através da intervenção do entrevistador. A proforma a*í* pode ser interpretada ainda como um recurso para dar proeminência à manifestação da subjetividade, na medida em que sinaliza o distanciamento da locutora em relação ao fato narrado (*saiu uma fofoca*), o que é reforçado na sequência do discurso (*eu nem estava na rua*). Necessariamente o SN ao qual é anexada a proforma *aí* se investe de um valor negativo, compatível com o objetivo crítico do discurso em questão. É essa superposição que permite dizer que o campo indexical, o espaço físico compartilhado (aqui = o bairro onde a falante reside) torna-se um espaço discursivo não compartilhado (*aí= lá*). Essa persistência de traços da forma fonte (Bybee et alii 1994) corrobora o pressuposto de que, nos processos de gramaticalização, a evolução de novos significados não apaga completamente os significados da forma fonte.

A "seleção" da proforma *aí*, dentre as demais formas do paradigma de locativos, encontra uma explicação natural no comportamento sincrônico desse elemento, dotado, como já destacamos, de acentuada multifuncionalidade (Braga 2003, Braga e Paiva no prelo)[14]. Em Braga e Paiva (2003), assumimos inclusive que a proforma *aí* constitui forma fonte para duas trajetórias de gramaticalização até certo ponto independentes: um processo de recategorização como marcador discursivo e um processo de cliticização[15].

A trajetória proposta (advérbios de lugar > reforço dêitico > clítico) evidencia a forma como a subjetividade intervém na reconfiguração de paradigmas que sinalizam coordenadas espaciais e no deslizamento categorial dos elementos que integram esses sistemas. O movimento em direção ao emprego da proforma *aí* como clítico se origina em um alargamento da noção de espaço que permite aos advérbios de lugar se investirem de um papel pragmático específico: eles demarcam o espaço discursivo-enunciativo do locutor em relação a um espaço discursivo-enunciativo que lhe é externo. Constitui, assim, mais um exemplo do que Traugott (1980) denomina componente expressivo da linguagem, que está na origem de diferentes fenômenos de mudança por gramaticalização.

---

[14] Através de uma análise em tempo real de curta duração, em que compara amostras da variedade carioca coletadas em 1980 e em 2000, Braga (2003:168) atesta um aumento no uso continuativo de *aí,* o que confirma a tendência desse elemento a se afastar dos seus usos prototípicos.

[15] Nos estudos sobre gramaticalização, o termo cliticização se refere ao processo de transformação de itens lexicais, mais livres, em elementos dependentes de um hospedeiro.

Referências

BRAGA, Maria Luiza e PAIVA, Maria da Conceição de (no prelo) *Multifuncionalidade categorial e funcional da proforma aí.*

BRAGA, Maria Luiza e PAIVA, Maria da Conceição de (2003) "Do advérbio ao clítico É isso aí" in Cláudia Roncarati e Jussara Abraçado (org) *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*, Rio de janeiro, 7Letras, pp. 206-212.

BRAGA, Maria Luiza (2003), "E aí se passaram 19 anos" in Maria da Conceição de Paiva e Maria Eugênia L. Duarte (org) *Mudança lingüística em tempo real,* Rio de Janeiro, Editora Contracapa, pp.159-174.

BRAGA, Maria Luiza et al (2001), "Aí e então e a hipótese da trajetória universal, in Maria Helena de Moura Neves (org), *Descrição do português*: *definindo rumos de pesquisa,* São Paulo, Cultura Acadêmica, pp. 13-23.

BYBEE, Joan et al (1994), *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world,* Chicago, The University of Chicago Press.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1979), *História e estrutura da língua portuguesa,* 3 ed., Rio de Janeiro, Padrão.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (1993), "Os mostrativos no português falado". In: Ataliba T. de Castilho (org.), *Gramática do português falado*, Campinas, Editora da UNICAMP/FAPESP, pp.119-147.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (1978), "Análise preliminar dos demonstrativos na norma culta de São Paulo", *Estudos Linguísticos* 1, pp. 30-35

CHAROLLES, Michel (1994) "Anaphore associative, stéréotype et discours" in C Schnedecker et ali (ed) *L' anaphore associative* : *Aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques*, Paris, Klincksieck. pp. 67-92.

CHAROLLES, Michel (1994), « Anaphore associative, stéréotype et discours » in:

CID, Odirce et al (1986), "Este e esse na fala culta do Rio de Janeiro", *Estudos Lingüísticos e Literários* 5, pp. 195-208.

CUNHA, Celso e F. Lindley Cintra (2001), *Nova Gramática do Português Contemporâneo,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

CUNHA, Celso Ferreira da (1975), *Gramática da língua portuguesa,* Rio de Janeiro, MEC/FENAME.

DIESSEL, Holger (1999), *Demonstratives: form, function and grammaticalization*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.

GIVÓN, Talmy (1984), *Syntax: a functional-typologica:introduction,v.1,*Amster dam,John Benjamins Publishing Company.

GIVON, Talmy (1979), *On understanding Grammar,* New York, Academic Press.

HANKS, William (1992), "The indexical ground of deictic reference" in Alessandro Duaranti and Charles Goodwin (ed) *Rethinking context*: l*anguage as an interactive phenomenon,* Cambridge, Cambridge University Press

HEINE, Bernd (2003), "Grammaticalization" in B. D. Joseph and R Janda (eds.) *The handbook of historical linguistics, Oxford,* Blackwell Publishing Ltd, pp. 575 – 601.

_____, (2002), "On the role of context in grammaticalization" in I. Wischer and G. Diewald (eds.) *New reflections on grammaticalization*, Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins, pp. 83-101.

HEINE, Bernd et al. (1991), *Grammaticalization: a conceptual framework,* Chicago, Chicago University Press.

HOPPER, Paul (1991), "On some principles of grammaticization" in Elisabeth C Traugott and B Heine (eds.) *Approaches to grammaticalization,* Amsterdam, John Benjamins, vol. I, pp. 17-35.

HOPPER, Paul and TRAUGOTT, Elisabeth. (1993), *Grammaticalization,* Cambridge, Cambridge University Press.

KLEIBER G. (1992), Anaphore-deixis: deux approches concurrentes, *in* M. A Morel e L Danon-Boileau (eds) *La deixis*, Paris, PUF, pp. 613-626

LABOV, Willian (1994), *Principles of linguistic change : internal factors*, v. 2, Cambridge, Blackwell Publishers.

LANGACKER, Ronald (1977), "Syntactic reanalysis" in Charles N Lee (0rg) *Mecanisms of syntactic change,* Austin/ London, University of Texas Press, pp. 57-139.

LAURY, Ritva. (1997), *Demonstratives in interaction: the emergence of a definite article in finish,* Amsterdan/Philadelphia, John Benjamins.

LYONS, John (1995), *Linguistics semantics*, Cambridge, Cambridge University Press.

LYONS, John (1977), "Deixis and anaphora" in T. Meyers (ed) *The development of discourse and conversation,* Edinburg, Edinburg University Press, pp.61-129

MARCHELLO – NIZIA, Christiane (2001) "Grammaticalisation et évolution des systèmes grammaticaux" *Langue Française* 130, pp. 33-41

MARCHELLO-NIZIA, Christiane. (2004a) "La sémantique des démonstratifs en ancien français : une neutralisation en progrès ? " *Langue Française* 141, pp. 69 – 84.

MARCHELLO-NIZIA, Christiane (2004b) "Deixis and subjectivity: the semantics of demonstratives in Old French (9th-12th century)" *Journal of Pragmatics* 37, pp. 145-181.

MARCUSCHI, Luís Antônio (2000), "Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita" in E. Gartner et al (ed) *Estudos de linguística do texto*, Frankfurt am Main, pp. 1220-1249.

MARTELOTTA, Mário E. (1994), *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional,* Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ.
MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1993), *O português arcaico*: morfologia e sintaxe. São Paulo, Contexto.
MOURA NEVES, Maria Helena de Moura (2000), *Gramática de usos do português,* São Paulo, Editora UNESP.
PAIVA, Maria da Conceição de e DUARTE, Maria Eugênia L. (2003), "Introdução; a mudança linguística em curso" in Maria da Conceição de Paiva e Maria Eugênia L. Duarte (org), *Mudança linguística em tempo real*, Rio de Janeiro, Editora Contra Capa, pp. 13-30.
PAVANI, Sílvia (1987), *Os demonstrativos este, esse, aquele no português culto falado em São Paulo,* Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP.
RONCARATI (2003a), "*Os mostrativos na variedade carioca*" in Maria da Conceição de Paiva e Maria Eugênia L. Duarte (org) *Mudança lingüística em tempo real,* Rio de Janeiro, Editora Contracapa, pp. 139-158
RONCARATI (2003b), "Domínios referenciais e a hipótese da trajetória universal in Cláudia Roncarati e Jussara Abraçado (org) *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*, Rio de janeiro, 7Letras, pp 123-131.
RONCARATI, Cláudia (2001), "Os mostrativos na variedade carioca falada" *in Relatório Final de Pesquisa apresentado* ao CNPq, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
SAID ALI, M (2001), *Gramática histórica da língua portuguesa,* Ed rev. e atual por Mário E.Viaro, Brasília, Companhia Melhoramentos/Editora Universidade de Brasília, [1921]
SILVA, Sílvia Santos (1998), *Demonstrativos na carta de Pero Vaz de Caminha*: *sistema tricotômico ou dicotômico?* Bahia, UFBa. Manuscrito.
SMITH, John Ch. (1992) "Trait, marques et sous-espécification: application à la deixis" in Marie-Annick Morel et Laurent Danon-Boileau (ed), *La deixis* : *colloque en Sorbonne*, France, PUF, pp. 257-264.
TAVARES, Maria Alice (1999), *Um estudo variacionista de **aí**, **daí**, **então** e **e** como conectores seqüenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*, Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC.
TRAUGOTT, Elizabeth (1980), "Meaning change in the development of grammatical markers", *Language Science* 2, pp. 44-61.
TEYSSIER, Paul (1982), *História da língua portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa
VALLAURI, Edoardo L. (1995), "Il sistema dei pronomi dimonstrativi dal latino al piemontese (varietà torines): una catena di trzione morfologica", *Dialetti e lingue nazionali: atti del XXVII Congresso,* Roma, Bulzoni/ Società di Linguistica.

WEINREICH, Uriel et al (1968), "Empirical foundations for a theory of language change" in W. Lehmann and Y Malkiel (org) *Directions for historical linguistics*, Austin, University of Texas Press, pp. 97-195.

A variação *ser/estar* num *corpus* alcobacense medieval
The variation *ser/estar* in a medieval corpus from Alcobaça

Maria José Carvalho*

Resumo

Trataremos, neste artigo, da variação entre *ser* e *estar*, observada num *corpus* de documentos portugueses medievais (de natureza notarial), seleccionado dos fundos do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (IAN/TT). Analisar-se-ão vários tipos de estruturas: (i) Estruturas descritivas de atributo semanticamente transitório; (ii) Estruturas atributivas locativas relativas; (iii) Estruturas atributivas locativas absolutas; (iv) Estruturas locativas geográficas; (v) *Seer/estar* + particípio passado; (vi) *Seer/estar* + adjectivo (ou equivalente); (vii) Perífrase verbal "estar em posse"; (viii) Perífrase verbal "estar por"; (ix) *Estar* como auxiliar em perífrases verbais com valor aspectual; (x) *Estar* equivalente a 'ficar', 'tornar-se'. Em termos gerais, conclui-se que o verbo *estar* difundiu-se sobre o verbo *ser*, em primeiro lugar nas estruturas atributivas locativas e só depois nas atributivas transitórias. Por outro lado, no interior das estruturas locativas, é nos contextos de estruturas locativas relativas (com advérbios e locuções de lugar) que *estar* se difunde mais rapidamente, uma vez que evidenciam uma maior tendência para a concretização. Tal constatação, a verificar-se em outro tipo de estudos, vem colocar em relevo o papel da Pragmática linguística em alguns estudos sobre gramaticalização.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (Portugal). majcarvalho@iol.pt

Palavras-chave: Gramaticalização, Pragmática histórica, Estruturas atributivas, Estruturas locativas, Periodização linguística.

Abstract

The article examines the variation between *ser* and *estar* as seen in a corpus of medieval Portuguese legal documents from the collection of the monastery of Santa Maria de Alcobaça (IAN/TT). Various types of constructions are analysed: (i) Descriptive structures of semantically transitory attribution; (ii) Locative relative attributive structures; (iii) Locative absolute attributive structures; (iv) Geographic locative structures; (v) *Seer/estar* + past participle; (vi) *Seer/estar* + adjective (or equivalent); (vii) Verbal periphrasis "*estar* em posse"; (viii) Verbal periphrasis "*estar* por"; (ix) *Estar* as auxiliary in verbal periphrasis with aspectual value; (x) *Estar* equivalent to 'ficar', 'tornar-se' ('to become'). In general terms, we conclude that the verb *estar* gained ground over *ser*, first in locative attributive constructions and only later in transitory attributives. Furthermore, within locative constructions, it is in the context of relative locatives (with adverbs and expressions of place) that *estar* spread most rapidly, since they show a greater tendency towards the concrete. This claim, to be verified in other studies, highlights the role of linguistic pragmatics in studies of grammaticalisation.

Key-words: Grammaticalization; Historical Pragmatics; Attributive constructions; Locative constructions; Linguistic periodization.

Introdução

O *corpus* em que baseámos a nossa pesquisa é constituído por cerca de 153 documentos notariais originais (por nós transcritos), oriundos dos fundos do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo), tendo sido seleccionados, fundamentalmente, de acordo com critérios de carácter histórico-cronológico (séculos XIII-XVI) e geográfico.[1] É, de facto, nossa convicção que é na

[1] Distinguimos os documentos redigidos no mosteiro dos que são originários dos coutos. A identificação do documento é feita através da indicação do ano, seguida da abrev./sigla do local onde foi redigido e do número que o acompanha na nossa edição (Carvalho, 2006). São as seguintes as abrev./siglas usadas e respectivos locais: Alc (Alcobaça), Alf (Alfeizerão), Alj (Aljubarrota), Alp (Alpedriz), Alv (Alvorninha), AM (Aldeia do Mosteiro), Cel (Cela), Evo (Évora de Alcobaça), MA (Mosteiro de Alcobaça), Mai (Maiorga), Ped (Pederneira), PP (Póvoa das Paredes), Sal (Salir do Mato), SC (Santa Catarina), SM (S. Martinho) e Tur (Turquel).

documentação notarial oriunda dos mosteiros que se poderá encontrar a génese da diversidade actual, na medida em que reflectem mais intensamente traços da língua oral da época. Estamos, no entanto, conscientes de que um estudo desta natureza não dispensaria uma comparação com o estado linguístico revelado por outras fontes documentais fidedignas, pesquisa que, por limitações de tempo e de espaço, não poderemos, neste momento, empreender.

Antes de nos ocuparmos do problema da variação *ser* ~ *estar* no português medieval, convém recordar o cenário das suas origens. Como é sabido, a penetração de SEDERE e STARE no âmbito de ESSE reflecte uma tendência para a *concretização* da língua oral quotidiana. Assim, aqueles verbos vão perdendo, por um processo de gramaticalização, os significados concretos primitivos que os identificam como verbos plenos ('estar sentado' e 'estar de pé', respectivamente), passando a verbos copulativos ou simples auxiliares em algumas línguas românicas, nomeadamente as ibéricas, em que a sua distribuição funcional se destaca relativamente a outras da Romania.[2] Recordamos o que, a este propósito, afirma José A. Peral Ribeiro:

> Se todas as línguas românicas, excepto o francês, conservaram, numa proporção mais ou menos larga, *stare* para designar uma situação durativa, nenhuma como o português e o espanhol deu a este verbo uma latitude tão vasta e complexa, produto de uma lenta evolução que, tendo começado por simples tendência, chegou a facto sintáctico especialmente importante (Ribeiro, 1958: 165).

O verbo ESSE, não especificando um estado, é o verbo da existência por excelência, não possuindo um significado limitado, concreto. É eventualmente por esse motivo que é substituído por STARE (mais preciso e rigoroso), quer como atributivo, quer como locativo/situativo. O fenómeno da gramaticalização a que aludimos consistiu exactamente na importância que STARE veio a adquirir como elemento gramatical, em detrimento do atenuamento e perda do seu valor lexical. Este fenómeno

[2] A perda do valor lexical de SEDERE restringe-se ao território ibérico, pois no italiano e no romeno este verbo mantém o seu sentido primitivo. Por outro lado, o italiano prefere ESSERE, reservando STARE para auxiliar da conjugação perifrástica (Ex: «*Sono* stanco», 'Estou cansado').

verificou-se pela intensificação do seu uso, que conduziu ao chamado "semantic bleaching".[3]

Este fenómeno de gramaticalização veio a ter consequências a nível da sintaxe, na medida em que desencadeou a perda de autonomia de STARE, ao contrário do que se verificou com a perda lexical de SEDERE, que, ao integrar certas formas de ESSE, não alterou a sua sintaxe.

Vejamos, então, a distribuição dos referidos verbos nos vários tipos de estrutura:

1. Estruturas descritivas de atributo semanticamente transitório

Analisaremos, em primeiro lugar, os contextos em que *ser/estar* se encontram com mais frequência, ou seja, aqueles em que estes verbos funcionam como cópula de predicativos, exprimindo "propriedades temporalmente limitadas de individual".[4]

---

[3] Entenda-se por "semantic bleaching" "a process whereby in specific contexts a lexical item is emptied of its lexical semantics and acquires a grammatical function" (Heine, 1993: 54). Os rótulos usados para este conceito têm sido vários, como por exemplo: "bleaching", "desemanticization", "semantic impoverishment", "generalization of semantic content", "abstraction", "decay" (*ibidem*: 89). Para uma visualização esquemática do chamado "bleaching model", consulte-se Heine, Claudi e Hünnemeyer, 1991: 109. À semelhança do que tem sido aceite (referimo-nos às teorias que explicam algumas transferências de sentido verificadas nos processos de gramaticalização como transferências metafóricas, sendo o exemplo mais referido na literatura o da perífrase *be going to* a partir do verbo *go*), reconhecemos que foi a partir do seu sentido figurado ('persistir', 'ficar') que STARE se aproximou de ESSE, vindo a substituí-lo, quer em estruturas atributivas quer em locativas. Esta substituição torna-se, como veremos, muito frequente no texto medieval quando é necessário precisar certas expressões, particularmente a localização. Quanto a SEDERE, tem em comum com STARE o sema da imobilidade, podendo também admitir o sentido figurado de 'permanecer quieto', 'ficar', aproximando-se, assim, de ESSE. Sublinhámos deliberadamente na tabela 1 deste artigo as formas medievais de presente do indicativo e de pretérito imperfeito resultantes de SEDERE (na sua maioria com o sentido de 'encontrar-se'): *ſija*, *ſijã*, *séé*, *ſia*, *ſya*, etc., cuja última ocorrência (de 1467) mantém o sentido primitivo 'estar sentado'. SEDERE terá vindo para o terreno de *ESSERE, não só por aproximação semântica mas também fonética. A este propósito, convém recordar que o português e o espanhol não conservaram algumas formas essenciais de ESSE, como o gerúndio e o infinitivo. Veja-se a tabela 1, que oferece inúmeros exemplos de *seendo* (< SEDENDO). Referindo-se às etimologias dos referidos verbos, afirma Rosa Virgínia Mattos e Silva: "o traço /+ transitório/ é próprio, desde a sua origem, a *estar*, enquanto em *ser* confluem o /+ transitório/ de *sedēre* e o /+ permanente/ de *esse*. Não é, portanto, sem razão histórico-diacrônica o uso de *ser*, tanto expressando o atributo permanente como o transitório e, ao definir-se a oposição no português, ter sido *estar* o verbo selecionado para expressar 'propriedades de individual temporalmente limitado', ou seja, a transitoriedade". (Silva, 2002: 110).

[4] A terminologia aqui utilizada é a de Maria do Socorro S. Netto, que, por sua vez, se baseia na *Gramática da Língua Portuguesa* de M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte e I. H. Faria (Netto, 1996: 178, n. 1). No ano seguinte, Rosa Virgínia Mattos e Silva complexificaria esta tipologia,

Tabela nº 1 – *Seer/estar* em estruturas descritivas de atributo semanticamente transitório

Documentos	*Ser* (< ESSERE; SEDERE)	Documentos	*Estar* (< STARE)
1289 MA 1	«preſentes *furũ*»		
1297 Cós 4	«*forõ* preſenteſ»		
1299 Alc 7	«preſente *fuy*»		
1305 Alp 11	«preſente *ffuy*»		
1307 Alp 13	«preſente *fuy*»; «preſenteſ *fo[rõ]*»		
1315 Alj 15	«preſẽte *foy*»; «preſẽteſ *forõ*»		
1328 Alv 20	«por q*ue*ſtõ preſente nõ ***ſija***»	1328 Alv 20	«*ſtãdo* ante cas Affon*ſo* Martijz»[5]
1334 Alf 25	«preſente *fuy*»		
1336 Alj 26	«preſẽte *foy*»		
1338 Alv 28	«preſſente *fuy*»	1338 Alv 28	«*eſtãdo* no adro ẽ preſença de mjn, Martin Do*mjguiz*»
1340 Ped 29	«*ſeẽdo* ẽ cõçelho»; «q*ue* ***ſija*** preſente»; «q*ue* ***ſijã*** preſentes»		
1343 AM 31	«preſſẽtes *fforã*»; «da adega da Trabalhya *aſſy* como ***séé*** cõ ſa louça»		
1343 Cós 32	«preſẽte *ffoy*»		
1346 SC 34	«preſentes *fforã*»; «*ſſééndo* en cõçelho»		
1346 Tur 35	«q*ue* a eſto preſſente *fuy*»; «*ſſééndo* en audiẽçia»; «*ſſééndo* preſente», 2 v.; «preſſentes *forã*»		
		1350 AM 36	«q*ue* preſente *eſtaua*»
1351 Alv 37	«*ſſendo* ẽ cõcelho»	1351 Alv 37	«q*ue* preſente *eſtaua*»
1355 Cel 40	«preſente *foj*»		

uma vez que o *corpus* que percorreu é também mais diversificado (Silva, 1997: 262). No mesmo artigo, alude à mais antiga atestação do verbo *estar* em atributo transitório na história escrita do português, e que se situa no *Testamento de D. Afonso II*: «…fiz mia mãda per que depos mia morte mia molier, meus filios…que Deus mi deu em poder ***sten en paz e en folgãcia***» (cf. p. 265 do artigo citado).

[5] Nesta estrutura e na seguinte (com o verbo *estar*) o foco é o estado transitório do sujeito e não a localização («ante cas» e «no adro»), apesar de ela poder ter condicionado a selecção do verbo.

		1356 MA 41	«q*ue* por nos *ſteu[er]*»
		1362 MA 44	«q*ue* por nos *ſteu[er]*»
		1363 MA 45	«q*ue* por nos *ſteu[er]*»
1366 MA 46	«preſent*e foj*»		
1372 MA 47	«preſent*e fuj*»		
		1383 Alj 53	«c*elarei*ro q*ue eſteuer* na granja d'Alcubaça»
1385 MA 54	«preſent*e ffuy*»		
		1386 MA 56	«q*ue* por nos *ſteu[er]*»
1388 MA 57	«preſent*e foy*»; «preſent*es forom*»		
1391 MA 59	«*seendo* hy dom frey Johã»	1391 MA 59	«*eſtando* hy preſentes»; «*eſtando* hy outroſy Affom*ſo* An*es*»
1392 MA 60	«preſent*e foy*»		
1393 Alj 61	«preſent*e foj*»	1393 Alj 61	«*eſtando* hy fr*ey* Alu*aro*»
1396 Ped 62	«*ſendo* hy Viçẽnte Ro*dri*gu*iz*»		
		1397 MA 64	«q*ue* p*er* os t*en*pos *ſteu[er]*»; «o q*ue* *ſteu[er]* ẽ a moega»
1402 MA 67	«*ſeendo* hy o mujto honrado»	1402 MA 67	«e *eſtando* aſſy o d*ic*to fecto»
		1402 Ped 68	«*eſtando* hy Martim Afonſo»; «*eſtando* no d*ic*to dia na Ribeira de Mar»; «po*r* q*ue* hy nõ *eſtaua* tabaljõ»
		1403 MA 69	«o d*ic*to noſſo oliual e podard*es* a d*ic*ta vinha q*ue* ora hi *ſta*».[6]
1405 MA 70	«preſent*e foy*»		
1408 MA 71	«cel*are*iro q*ue* ora *h[e]* (…) ẽ a noſſa c*elar*ia»		
1412 Ped 74	«preſẽteſ *erã*»; «preſẽt*e fuy*»	1412 Ped 74	«q*ue* preſẽte *eſtaua*»
		1414 Alv 76	«*eſtãdo* hy Gomez Affom*ſo*»

[6] A presença de dois advérbios, um de tempo e outro de lugar, faz-nos hesitar na classificação desta estrutura, mas o facto de o advérbio de tempo surgir sintacticamente em primeiro lugar conduz-nos a preferir a interpretação que dá relevo à noção de tempo (apontando, assim, para a transitoriedade).

1415 Ped 77	«pre∫ẽte *fuy*», 2 v.; «*∫∫ééndo* hy pre∫ẽtes»; «q*ue* pre∫ente ***sija***»	1415 Ped 77	«q*ue* pre∫ẽte *e∫taua*»; «*e∫tando* hy pre∫ẽte∫»; «*e∫tando* hy outro∫∫y pre∫ẽte»
1416 MA 78	«pre∫ente *foy*»; «*∫∫eendo* hy o honrado Senhor»; «q*ue* hy pre∫ẽte ***∫ia***»		
1419 MA 79	«*∫∫ẽedo* o dicto dom abade»		
		1421 Evo 80	«E *e∫tando* a∫y e∫to»
1422 MA 81	«pre∫ente *foy*»; «*∫ééndo* hy o dicto senhor»		
1422 MA 82	«pre∫ente *foy*»; «*∫eendo* hy o honrado Senhor»	1422 MA 82	«pre∫ente *e∫taua*»
1425 MA 84	«pre∫ente *foy*»; «*∫(een)do* hy»	1425 MA 84	«pre∫ente *e∫taua*»
		1426 MA 85	«*∫tãdo* hi os honrrados barões»; «q*ue* hi pre∫ente *∫taua*»
		1428 Alj 86	«*e∫∫tando* hy Gill Afom∫o»
		1428 MA 87	«*e∫tando* hi ffrey Steuã»
1429 MA 88	«pre∫ente *foy*»; «*∫eendo* hy frey Steuã de Ljma»	1429 MA 88	«q*ue* *e∫teuer* no dicto logo»
		1430 Cós 89	«*e∫tãdo* hy o dicto jujz»; «*∫tãdo* hy ∫teuã Annes»
1434 SC 91	«e *∫ẽedo* hj outro∫y»	1434 SC 91	«nõ q*u*ige∫e *e∫tar* por ella»
		1435 Alj 92	«*e∫tando* hy Pedre Annes»; «q*ue* hy de pre∫ente *e∫taua*»
1436 Alf 93	«*seendo* hi o muyto honrrado Senhor»		
		1437 Ped 94	«*e∫tando* hy os jujzes»
		1438 Ped 95	«*e∫tãdo* hi Joham Afom∫o de Gorizo»; «*e∫tãdo* hi o dito Gomez Eanes»
		1440 MA 96	«*e∫tando* hi Joham d'Euora»
		1442 SM 97	«*e∫tamdo* no dicto logo»

		1444 Alv 100	«q*ue* hi no p*re*ſent*e* *eſtaua*», 2 v.; «q*ue* no p*re*ſente *eſtaua*»
1447 Alj 101	«p*re*ſent*e* ffuy»		
1448 Alj 103	«*ſendo* hy Deego de Baruedo»		
1452 MA 106	«p*re*ſſente *foy*»; «p*re*ſſente *ffoy*»	1452 MA 106	«no p*re*ſſent*e* *eſtaua*»
1453 MA 107	«p*re*ſſẽt*e* *foy*»		
		1455 MA 108	«*eſtando* hi o mujto honrado»; «outroſſi *eſtando* hi»
		1456 MA 109	«*eſtando* hy o muyto honrado»
1459 MA 110	«*ſeẽdo* hi oσ honrrad*oσ* diſẽpt*oσ*»		
1459 MA 111	«*ſeendo* hy os honrrados relegioſos»		
		1462 Mai 114	«*eſtãdo* hy de p*re*ſẽt*e*»; «de p*re*ſẽt*e* *eſtauã*»
		1462 Alj 115	«q*ue* p*re*ſente*s* *eſtauã*»
		1465 MA 116	«hu q*uer* q*ue* *eſteue[r] des*»; «p*re*ſſente *eſtou*»
1467 Mai 117	«*ſẽdo* hy ho muyto honrrado»; «*ſemdo* em verdadeyro conhiçimẽto»;[7] «*ſendo* o dito s*enhor*»; «leuãtãdoſe logo o dito s*enhor* donde ***ſya***»; «q*ue* ora *ſam* na dita vylla h*e* ao dyãt*e* *forem*»	1467 Mai 117	«e outroſy *eſtãdo* hy Eytor Aluar*ez*»; «q*ue* p*re*ſẽteσ *eſtauã*»
1471 MA 119	«*seendo* h[*i*] ho honrrado»	1471 MA 119	«outroſy *eſtando* hi Fernam Lujσ»
1477 MA 121	«*seendo* hi oσ honrrad*oσ*»	1477 MA 121	«*eſtando* hi Nuno G*onçal*l*uez*»
1478 MA 122	«*ſſeẽdo* hi Fernãde An*eσ*»		
1478 MA 123	«*seendo* hi oσ honrrad*oσ*»	1478 MA 123	«*eſtando* hi Eſteuõ Machado»; «piſſueiro q*ue* p*re*ſente *eſtaua*»
1479 MA 124	«*seendo* hi oσ honrrad*oσ*»	1479 MA 124	«*eſtando* hi Eſteuõ Machado»; «q*ue* «p*re*ſente *eſtaua*»

[7] *Ser* aparece aqui com uma determinação abstracta, exprimindo uma situação ou estado intelectual.

1482 MA 125	«*era* pr*e*ſent*e*»; «*foran* pr*e*ſentes»; «*ſeẽdo* hy ho honrrado»	1482 MA 125	«*ſtando* hy os honeſt*os* rreligioſos»
1484 MA 126	«*seendo* hy oσ honrrad*oσ*»	1484 MA 126	«*eſtando* hi Johãm de Figeiredo»
1485 MA 128	«*seendo* hi oσ honrrad*oσ* rreligioſſoσ»	1485 MA 128	«*eſtando* hi Fernã Rod*r*jg*u*iz»; «*eſtando* hi oσ benefiçiad*oσ* della»; «q*ue* pr*e*ſent*e* *eſtaua*»
		1487 PP 129	«*eſtãdo* elle hy»; «q*ue* pr*e*ſẽtes *eſtauam*»
		1489 MA 130	«q*ue* de pr*e*ſſent*e* *eſtauã*»; «q*ue* pr*e*ſſẽte *eſtava*»
1490 MA 131	«*ſſendo* híj o R*e*v*eren*do padre»	1490 MA 131	«q*ue* pr*e*ſſentes *eſtavã*»
1491 Alj 132	«pr*e*ſentes *forõ*»	1491 Alj 132	«*eſtãdo* hy Alu*a*ro Djaz de Nabaes»; «outroſy *eſtãdo* hy Antam (…)»
1495 MA 134	«q*ue* pr*e*ſentes *forom*»; «*ſẽdo* hy os R*euerend*os padres»; «e outroſy *ſẽdo* hy de pr*e*ſent*e*»	1495 MA 134	«q*ue* no pr*e*ſent*e* *eſtava*»
1496 SM 135	«*ſeẽdo* hy ho d*ict*o Aluaro Andre»	1496 SM 135	«*eſtando* hy Aluaro Andre»; «que a todo pr*e*ſẽtes *eſtauam*»
1500 MA 136	«*ſẽdo* hos honrrados St*e*vam Machado»	1500 MA 136	«e outroſy *eſtãdo* hy A*ffonſſ*o Eann*e*s»
1502 MA 137	«pr*e*ſemtes *fforrom*»	1502 MA 137	«*eſtando* hy os R*eve-rend*os»; «*eſtando* hy de pr*e*ſent*e* Anrique (…)»
		1505 MA 138	«*eſtando* hy ho R*eu-eren*do»; «pr*o*ve q*ue* pr*e*ſente *eſtava*»; «q*ue* *eſtava* em mato bra-vio»; «e por aſy *eſtaar* ẽ mato manjnho»
1507 MA 139	«pr*e*ſentes *forrõ*»; «nõ *erra* pr*e*ſemt*e*»	1507 MA 139	«*eſtando* hy ho m*uy*to R*euerend*o»; «e outroſy *eſtando* hy Antãm Alu*a*rez»

1509 Ped 140	«q*ue* erã pr*e*ſentes»	1509 Ped 140	«*eſtando* hy Johã Gõ*ç*al*uez*»
1515 SM 141	«preſſentes *ſão*»; «*ffora* a todo preſente e nom *era* aquj»; «q*ue eram* preſentes»; «*sendo* hy Myguell Aluarez»		
1519 MA 142	«preſẽtes *forã*»; «nõ *era* preſẽte»; «*ſẽdo* hy os Reuerẽdos»		
1521 Ped 143	«*eram* preſemtes»; «*fuy* preſente»		
1522 MA 144	«*hera* preſẽt*e*»; «*era* preſẽt*e*»; «*foram* preſẽtes»; «ſſ*er* preſẽt*e*»	1522 MA 144	«*eſtando* hy o muyto homrado»
1526 Ped 145	«*ffor*ã presẽtes»	1526 Ped 145	«*eſtando* hy hos honrad*os* padres»
1527 MA 146	«*era* pr*e*ſente»	1527 MA 146	«*eſtando* híj os Reuerendos»; «que preſentes *eſtauã*»
1528 MA 147	«q*ue* hij *era* preſente»; «q*ue foram* preſentes»	1528 MA 147	«*eſtando* híj os mujto Reuerendos padres»
1529 MA 148	«q*ue* presẽtes *ffor*ã»	1529 MA 148	«*eſtamdo* hy ho R*euer*ẽdo»; «que p*r*esemte *estaua*»
1532 Tur 149	«q*ue* preſẽtes *forã*»; «q*ue fo-rãm* na d*i*ta vylla o ano paſado de bc xxxj anos»		
1536 SC 150	«que preſẽtes *ffor*am»	1536 SC 150	«*eſtamdo* ahy ho dito Ffernam d'All*uarez*»; «que preſſemte *eſtava*»
		1536 SC 151	«q*ue* preſẽtes *eſtavã*»; «*eſtamdo* hy o padre p*r*ior»
1541 Sal 152	«q*ue pr*esemtes *ffor*ão»	1541 Sal 152	«*eſtãodo* ahy Amryque Morejra»
		1565 Alc 153	«*estamdo* o feito nestes termos»

Uma análise atenta da tabela apresentada revela que *estar* nas estruturas em causa (com valor aspectual durativo ou transitório) começa a surgir em variação com *ser* a partir de 1350, apesar de antes dessa data aquele verbo copulativo já ser mobilizado, sobretudo se activado por

uma expressão locativa.[8] Entre 1350 e 1425 regista-se uma forte concorrência entre os dois, mitigada, apesar disso, pelo forte poder normativo dos formulários dos Prazos, que privilegiava os representantes de ESSE, verbo "por assim dizer, incolor" (Ribeiro, 1958:171). A única época em que o verbo mais preciso e rigoroso se sobrepõe ao chamado verbo de existência (ou atributivo) é a que corresponde ao período compreendido entre 1425 e 1450, altura em que os documentos, para além de serem maioritariamente redigidos nos coutos, revelam um carácter normativo fortemente relaxado. De facto, trata-se de um tipo de documentação com uma estrutura relativamente livre, e com particularidades gráficas e linguísticas muito diversificadas, decorrentes dos traços de identidade individuais que lhes emprestavam os tabeliães oriundos de zonas menos expostas à coerção imposta pelos formulários monásticos.[9]

A partir de 1450, as expectativas quanto a uma eventual mutação são, novamente, traídas pois *ser* não parece ceder. Vejamos, em gráfico de linhas, a evolução dos dois verbos copulativos, no eixo do tempo:

[8] Esta constatação confirma uma das conclusões preliminares de Rosa Virgínia Mattos: "*estar* com atributos transitórios parece ter-se firmado primeiro nos atributos do tipo locativo, generalizando-se depois para o outro tipo de atributo transitório" (Silva, 1987: 45). Dez anos depois, a análise de um extenso *corpus* ducentista permite-lhe chegar à mesma conclusão: "é pelos contextos locativos que se difundiu mais rapidamente o *estar* sobre o *ser* semanticamente transitório". (Silva, 1997: 264). Importa, de facto, recordar (para além das primeiras ocorrências a que aludimos) que a grande maioria das ocorrências de *estar* surge seguida do advérbio de lugar *hy*, denotando assim uma tendência geral para a concretização locativa, apesar de este advérbio surgir, igualmente, a acompanhar o verbo *ser*, mas com menor frequência.

[9] Referimo-nos, concretamente, à parte introdutória dos documentos, onde aparecem mencionadas as testemunhas, pois é aí que *ser* e *estar* surgem com maior profusão.

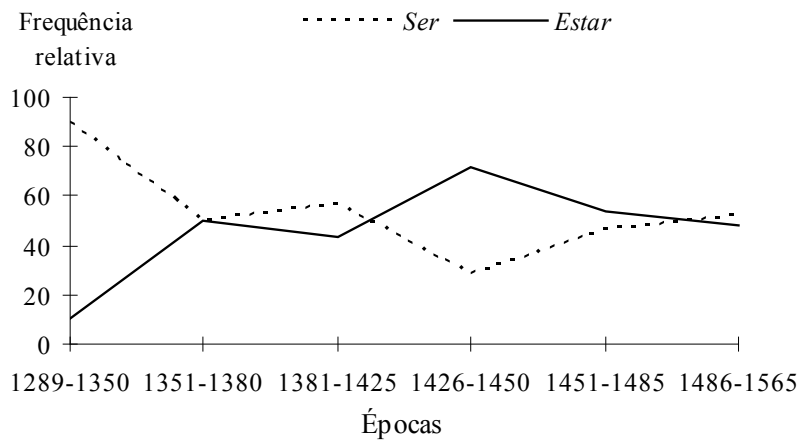


Figura 1 – Evolução de *ser* e *estar* em estruturas descritivas de atributo semanticamente transitório

Ao constatar-se a permanência de *ser*, para além do século XVI, na documentação notarial por nós seleccionada, poderá concluir-se que "o traço semântico de transitoriedade de *ser* (…) será já um resíduo arcaizante nos meados do século XVI" (Silva, 2002: 107). Contudo, propor "como indicador intralingüístico, entre outros, para delimitar o período arcaico, em relação aos inícios do moderno ou clássico, a definição da oposição entre *ser* e *estar* nas estruturas atributivas semanticamente expressão de transitoriedade: *ser* [+transitório], pelo menos entre 1540 e 1552" (*ibidem*, 116), só poderá, na nossa opinião, ter lugar se pensarmos em termos de periodização da língua escrita.

No *corpus* agora seleccionado, registam-se, ainda, em documentos tardios, as seguintes formas de particípio presente, historicamente representantes de STANTE latino:[10]

> «*eſtamte* ora neste mostei*r*o» (1529 MA 148); «*eſtant[e]* ao pre*ſ*ente» (1484 MA 126) e «*eſtantes* ao te*n*po de ora» (1489 MA 130).

[10] De acordo com Augusto Epiphanio da Silva Dias, "a forma verbal em *-nte*, representante do partic. do presente latino, empregava-se, no port. arch., como partic. do presente – até com compl. directo – , na qualidade de attributo, apposto, ou partic. Absoluto" (Dias, 1970: 244).

2. Estruturas atributivas locativas

Relativamente às estruturas de localização, seguimos a tipologia apresentada em 1987 por Rosa Virgínia Mattos e Silva, adoptada de B. Pottier:

> Sigo nessa classificação sugestões de B. Pottier nos seus estudos sintáticos e semânticos. Para melhor descrever os conteúdos de localização espacial os subdividi em localização absoluta (LEA) e relativa (LER). Enquanto na LEA a relação locativa entre o predicado e o sujeito expressa um fato absoluto, por ser permanente, não-transitório e imutável, na LER a relação locativa entre o predicado e o sujeito expressa um fato relativo, que pode ser transitório ou mutável, portanto não-permanente (Silva, 1987: 34).

2.1. Estruturas locativas relativas

Nas estruturas de localização apresentadas a seguir, os verbos *ser/estar*, como cópula de predicativos, vêm seguidos de advérbios de lugar ou locuções adverbiais do tipo: «contra», «a par de», «a ſoa», «de ffora», «áálem», «junto», «atras», «açerqua», «antre», «dentro», «ao pe de». São, portanto, estruturas que localizam um objecto relativamente **a um ponto de referência**. Observemos os exemplos:

Tabela nº 2 – *Seer/estar* em estruturas locativas relativas

Documentos	*Ser* (< ESSERE)	Documentos	*estar* (< STARE)
1289 MA 1	«q*ue* ***e*** a par da dita noſſa grãgya»		
		1297 Alc 5	«ſouereyra q*ue* ***eſta*** <u>*contr*a</u> a ſſerra»
		1304 Alc 10	«q*ue* ***ſta*** <u>a p*ar* de</u> a d*ict*a noſſa grãia»
		1315 Alj 15	«***ſta*** <u>a ſoa</u> adega da ordẽ»
		1343 AM 31	«caſſas q*ue* **e*ſtan*** <u>de ffora</u> da morada»
		1352 Ped 38	«q*ue* ***eſtã*** <u>a par do</u> p*o*rto do mar»
1356 MA 41	«q*ue ſom* iũtas cõ a torre»	1356 MA 41	«q*ue* ***eſta*** <u>áálem</u> <u>da</u> d*ict*a uinha»

		1380 Alv 52	«q*ue* ***eſta*** jũto cõ o d*icto* baçello»
		1397 MA 64	«q*ue* ***ſta*** atras as caſas»
		1456 MA 109	«que ***eſta*** açerqua deſte moeſtejro»
1460 MA 112	«q*ue he* acerca da ponte»		
1467 Mai 117	«q*ue h[e]* dentro no dito moſt*eyro*»		
		1477 MA 121	«q*ue* ***eſta*** antre elle e a parede»
		1502 MA 137	«q*ue* ***eſtaa*** jũto do camjnho»
		1522 MA 144	«que ***ſtam*** junto do forno»
		1527 MA 146	«que ***eſtã*** dentro no lugar do dito moeſt*eiro*»
		1541 Sal 152	«***eſta*** ao pe de hũa souereyra»

Tal como Rosa Virgínia Mattos e Silva, consideramos de importância capital nestes dados o "uso marcado de ESTAR (…) como verbo típico da estrutura situativa LER [localização espacial relativa]" (Silva, 1987: 35), que convive com um número reduzidíssimo de SER, nesses contextos. Assim, no *corpus* por nós seleccionado, desde os inícios do século XIV, "a selecção de *estar* já então dominava na expressão do que denomino localização espacial relativa" (*ibidem*, 44).

2.2. Estruturas locativas absolutas

Trataremos agora de analisar as estruturas locativas sem qualquer elemento de referência:

Tabela nº 3 – *Seer/Estar* em estruturas locativas absolutas (sem ponto de referência)

Documentos	*Ser* (< ESSERE)	Documentos	*Estar* (< STARE)
1291 Alc 3	«naſ abertaſ q*ue ſom* neeſſe h*er*damẽto»		
1321 Alc 17	«p*er* hu ***ſéén*** os marchos áá cabeça da Egua»; como ***ſéén*** os marcos p*er* o gran carril»; «o marcho q*ue* ***ſéé*** na coſta»		
1343 AM 31	«cõ todalas couſas q*ue* en ela ***séén*** porta sarrada»; «das alfayas q*ue* ***ſſéén*** nas qaſas»		
1352 Ped 38	«caſas hu deziã q*ue* a d*icta* ballea ***ſija***»; «a porta da caſa onde ***ſija*** a d*icta* ballea»; «caſas ẽ q*ue* ***ſija*** balea groſſa»; «a porta onde a d*icta* ballea ***ſija***»	1352 Ped 38	«q*ue* ***eſtaua*** ẽ as d*icta*s caſas»
1355 Cel 40	«*ſeẽdo* nas m*o*radas de mj»		
		1380 Alv 52	«matos ecãpos q*ue* no d*icto* baçelo ***eſtam***»
1391 MA 59	«ſe os vinhos q*ue* ***ſeu[er]em*** nas d*ic*tas ſuas adeguas»		
		1408 MA 71	«ẽ a d*ic*ta noſſa vinha e oliueiras q*ue* em ela ***ſtam***»
		1415 Ped 77	«hu ora ***eſta*** o portal»
		1419 MA 79	«q*ue* jazẽ e ***eſtam*** em hũa herdade»; «e oljueiras q*ue* em ellas ***eſtam***»
		1429 MA 88	«em q*ue* ***eſtam*** oljueiras»
		1452 MA 106	«as teſtadas dos mat*os* em q*ue* elas ***eſtam***»
1453 MA 107	«em q*ue* ***ſſom*** t*re*s caſas»	1453 MA 107	«hũu caſall em q*ue* ***eſtam*** t*re*s caſas»; «da caſa ẽ q*ue* ***eſta*** hũa fonte»
		1469 Cel 118	«q*ue* ***eſta*** em o d*ic*to logo»
		1484 MA 126	«e chaão q*ue* ***eſta*** no d*ic*to m*o*ſteir*o*»

		1485 MA 128	«oliueiraσ q*ue* em elle ***eſtam***»
		1489 MA 130	«os azãbugeyrros q*ue* agora hi ***eſtã***»
1519 MA 142	«na quall quỹtã *ſão* hũu aſẽ tamẽto de caſſas cõ hũa tore e lagar de vynho cõ hũa caſſa e erdades de pão, vynhas, olyuaes e aruores de fruyto e matas e poſyſões»	1519 MA 142	«q*ue* ***eſta*** no cartoreo»
		1521 Ped 143	«cõ todo o q*ue* em ella ***eſta***»
		1522 MA 144	«omde ***eſtaa*** a gram pireira»; «elle ***eſtaua*** em as sobr*e* craſtas do dito moeſt*eir*o»
		1532 Tur 149	«c*amjnh*o q*ue* ***eſta*** na praca»
		1541 Sal 152	«Cabeça Allta homde ***eſta*** hũ m*ar*quo»; «hõde ***eſta*** outro m*ar*quo»; «hõde ***eſta*** hũ carualho»; «allem da bamda do Vall Pequeno ***eſtaa*** outro m*ar*quo»; «hõde ***eſtaa*** outro m*ar*quo»; «cõ amtrellynha q*ue* diz ***eſtaa***»; «q*ue* <***eſta***> na Quabeça Allta»

Da análise da tabela ressaltam duas conclusões:

(i) As formas antigas do verbo SEDERE (*ſéén, ſéé, séén, ſſéén, ſija* e *ſeuerem)* persistem, no *corpus* alcobacense analisado, nas estruturas locativas até finais do século XIV (recorde-se que nas estruturas atributivas transitórias a última abonação do nosso *corpus* data de 1467).

(ii) A partir de cerca de 1380, o verbo *estar* assume-se como hegemónico, convivendo com ocorrências residuais de *ser*. É expressiva, a este propósito, a variação entre «*ſſom* tres caſas» e «*eſtam* tres caſas», ainda registada no documento 1453 MA 107.

As conclusões apontadas confirmam, assim, as análises efectuadas por José María Saussol no «Cantar de Mio Cid», que o levam, igualmente, a afirmar o seguinte sobre a origem da fixação funcional *ser/estar*: "*Estar*, en contraste con otras lenguas romances, penetra en el campo de acción de *ser* sobre todo bajo el aspecto de su función predicativa, como verbo de la localización, portador del contenido lexemático *hallarse*, *encontrarse*" (Saussol, 1977: 111).

2.3. Estruturas locativas geográficas[11]

Na tabela seguinte, apresentam-se os dados em que *ser* aparece em estruturas locativas geográficas:

Tabela nº 4 – *Seer* em estruturas locativas geográficas

Documentos	Formas (e contextos)
1313 Tur 14	«has q*u*aes *ſon* enna encruzelhada de ſan Nycolao»
1342 Alf 30	«no ſesmo da varzea hu *forõ* as vihãs»
1356 MA 41	«hũa noſſa vinha (…) a q*u*al *h[e]* en ſeſmarĩm»
1415 Ped 77	«hã de p*er* meyo hũa caſa q*ue he* na d*i*cta villa [Pederneira]»
1423 MA 83	«q*ue ſom* na d*ict*a rrua da Ramada»
1429 MA 88	«q*ue ſan* todos em t*er*mho do d*i*cto logo de Santarẽ»
1438 Ped 95	«dhũs herdam*ẽtos* q*ue ſſom* no d*i*to ter*m*o»
1453 MA 107	«q*ue he* na fregujſſya de ſantiago»
1455 MA 108	«os quaes *ſom* no canpo de ſantarẽ»
1460 MA 112	«q*ue ſom* no camjnho da Mayorga»
1462 Alj 115	«ſobre hũu chaao q*ue he* em t*er*mo do d*i*cto logo»
1478 MA 122	«e hũa t*er*ra cõ ſua caneira, a quall h*e* antre Mall Pica e a pont*e* noua»
1500 MA 136	«a ſua g*ra*nja do Cano q*ue* he ẽ ho julgado do d*i*c*t*o moſt*eyr*o»
1519 MA 142	«q*ue ſã* ẽ termo d'Alãquer»; «q*ue* he ẽ termo de Tores Vedras»; «q*ue* he ẽ termo da dita ujlla»

Neste tipo de estrutura, persiste o verbo *ser* em todas as ocorrências. Segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva, "embora a variação já existisse, é *ser* o verbo mais seleccionado para essa estrutura e ainda hoje é aí usado

[11] Neste tipo de estrutura (em alguns casos) é difícil de definir se se trata de estrutura locativa geográfica ou de uma simples estrutura locativa absoluta.

alternando com *estar* ('A cidade é no quilômetro 20'/'A cidade está no quilômetro 20'" (Silva, 1997: 264).

3. *Seer/Estar* + particípio passado

Um outro aspecto da auxiliaridade no português medieval diz respeito às estruturas que expressam o resultado da acção ou movimento e, portanto, que expressam o aspecto concluído. Com o particípio passado dos verbos *dizer, escrever e conter* (*he eſcrito*, *he dicto*, *he conteudo*, etc.) o auxiliar é invariavelmente *ser*. Este dado é curioso, quando confrontado com um outro, também oriundo de um documento notarial nortenho (séc. XIII), situado na colecção documental de Clarinda de Azevedo Maia: «Como *aquy* ***está escrito***» (59,28) (*apud* Silva, 1997: 276). O uso de *estar* é aqui pragmaticamente motivado, tendo em conta a existência do deíctico espacial *aquy*, que, ao apontar para uma concretização espacial, confere a esta estrutura um sentido locativo. Desta comparação poderá inferir-se que já desde o século XIII o verbo *estar* aparecia como auxiliar de particípio passado de verbos enunciativos na primitiva área galego-portuguesa; no *corpus* da zona Centro-Litoral por nós agora analisado não se documenta qualquer abonação. Terá certamente este fenómeno a sua explicação no carácter fortemente "normativo" da língua notarial desta zona. Analisemos os dados da tabela abaixo:

Tabela nº 5 – *Seer/Estar* + particípio passado

Documentos	*Ser* + particípio	Documentos	*Estar* + particípio
1321 Alc 17	«como *ſon* deuiſados e demarcados»; «como hora *ſon* mãteudas»; «como *ſeen* os marcos *poſtos*»	1321 Alc 17	«mãtéér a põte do Porto do Carro como ora ***ſta*** [mãteuda]»
1324 Alc 18	«o qual uos *he* a***ſſynáádo*** e *demarcado*»		
		1328 Alv 20	«***ſtauã*** ẽtreges»
1342 Alf 30	«q*ue ſon ſeſmadas*»		
1345 MA 33	«como *ſom* diuiſadas»		

		1359 MA 42	«como ***ſta*** toda ualada»; «como ***ſta*** ualada ſobre ſi»
		1380 Alv 52	«como ***eſta*** çarrado ſaberſy»
		1383 Alj 53	«q*ue* ora ***eſtam*** feitas»
1388 MA 57	«*ſom* ſituadas»		
1415 Ped 77	«a traue q*ue he* poſta»		
		1453 MA 107	«***eſta*** ſſytuado»
		1460 MA 112	«q*ue* ora ***eſta*** já poſto»
		1496 Sal 135	«aſy cõmo ***eſtam*** demarcadas»
		1502 MA 137	«ſegũdo ***eſtaa*** dem*ar*cado»
		1515 SM 141	«todo eſto ***eſta*** aſẽtado»
		1521 Ped 143	«***eſta*** aferrado», 2 v.
		1522 MA 144	«amdem melhoradas do que hora ***eſtam***» [melhoradas]»
		1536 SC 150	«p*er*a em ſſeu poder ***eſtar*** guardada»

A tabela nº 5 mostra como, no *corpus* agora seleccionado, já desde o século XIV *ser* e *estar* eram usados em variação, datando de 1415 a última abonação do auxiliar *ser*. A partir de 1450 (não possuímos dados para a primeira metade do século XV) o auxiliar aspectual para exprimir o aspecto concluído é, na nossa amostra documental, definitivamente *estar*. Em muitos casos, o emprego de *estar* encontra-se pragmaticamente motivado pela existência do deíctico temporal *(h)ora*.

4. *Seer/estar* + adjectivo (ou equivalente)

Foi já dito que a diferenciação entre *ser* e *estar* é um dos aspectos peculiares ao português e ao castelhano, constituindo uma característica básica em relação a outras línguas românicas. Essa diferenciação é particularmente marcada por matizes de difícil compreensão para os estrangeiros,

sobretudo quando esses verbos, no seu uso atributivo, são acompanhados de adjectivos. A origem da vacilação actual remonta já ao português medieval, como se pode verificar:

Tabela nº 6 – *Seer/Estar* + adjectivo (ou equivalente)

Documentos	*Ser* + adjectivo	Documentos	*Estar* + adjectivo
1305 Alp 11	«q*ue e* çerta»		
1419 MA 79	«ffoy vjnha e *he* morta»		
		1436 Alf 93	«***eſtaua*** bem ſanhoſo»
		1438 Ped 95	«e ***eſteue[r]*** ujuua»
1490 MA 131	«*ſom* muiỹ duujdoſ*os*»		
		1519 MA 142	«ora ***eſtauã*** vagas»
1521 Ped 143	«*ſerem* bem cõtemtes		
		1527 MA 146	«e que viſto per elles todos em cabido como ***eſtaua*** craro e notorio», 2 v.

Os dados expostos na tabela nº 6 são difusos e não autorizam o estabelecimento de cronologias muito seguras. Parece, todavia, que para expressar os estados inerentes (*morta*) ou os atributos de estado mental ou cognitivo (*certo*, *duvidoso*, *contente*), mesmo tratando-se de adjectivos relativos a situações do sujeito, concebidas como temporais, transitórias, houve uma preferência no português antigo pelo verbo *ser*, ao contrário do que se verifica no português actual.[12] Referindo-se à expressão do espanhol *Está claro*, José A. Peral Ribeiro crê ver "menor expressividade do português, porquanto 'ser claro' denota um aspecto imperfectivo, incolor, perante 'estar claro', perfectivo, mais preciso e enérgico" (Ribeiro, 1958: 175).[13] Para acompanhar qualidades ou atributos acidentais ou transitórios (*sanhoso*, por exemplo), por vezes associados a percepções sensoriais, usava-se o verbo copulativo *estar*. Quanto ao atributo «ujuua» em «***eſteu[er]*** ujuua», "viúva" não é, neste

[12] Segundo Peral Ribeiro: "A nossa língua caracteriza as qualidades inerentes mais consequentemente com *ser* do que a língua irmã" (Ribeiro, 1958: 175). Os usos de *ser* nos contextos apresentados (mesmo no exemplo em que vem seguido de *morta*, na medida em que o seu sujeito é marcado com o traço [- animado]) referem-se, todavia, a qualidades de carácter transitório.

[13] O exemplo da tabela nº 6 («e que viſto per elles todos em cabido como ***eſtaua*** craro e notorio», 1527 MA 146) poderá constituir um contra-exemplo.

contexto, uma qualidade inerente mas sim acidental, uma vez que se trata de um estado que se concebe como consubstancial ao indivíduo naquelas circunstâncias.[14] Torna-se, assim, evidente que o carácter essencial (permanente, inerente) ou acidental (transitório) de um atributo depende do modo como o sujeito o concebe num determinado momento, mudando, assim, consoante as coordenadas de tempo e de espaço em que o sujeito se situa.

5. Perífrase verbal "estar em posse"

A expressão analítica "estar em posse", em substituição da sua correspondente forma sintética *possuir*, surge, com frequência, no nosso *corpus*. É, todavia, curioso constatar que, no documento 1491 Alj 133, a expressão «*ſendo* nos aſy em poſe» convive com «veyo *eſtar* ho djto Fernã Carualho, p*ry*oll em *poſe* paçjfyca». Analisemos, assim, a tabela:

Tabela nº 7 – Perífrase verbal *ser/estar* em posse

Documentos	*Ser em posse*	Documentos	*Estar em posse*
		1328 Alv 20	«***ſtauã*** ẽ poſſe»; «***ſtauã*** ẽ poſe»
		1352 Ped 38	«***eſta*** ẽ poſſe d'auer»
		1414 Alv 76	«por q*ue* ***eſteu[er]om*** ſſenp*re* ẽ poſſe»; «como ſſenp*re* ***eſteu[er]om***»
		1430 Cós 89	«q*ue* ***eſtaua*** ẽ poſſe»
		1434 SC 91	«e ***eſtaua*** em poſſe»; «***eſteue*** em ſua poſe»
		1448 Alj 103	«***eſtam*** de poſe della»
1491 Alj 133	«*ſendo* nos aſy em poſe»	1491 Alj 133	«veyo *eſtar* ho djto Fernã Carualho, p*ry*oll *em poſe* paçjfyca de ſua egreya»
		1515 SM 141	«***eſtaua*** ẽ poſſe»

6. Perífrase verbal "estar por" ('concordar')

O verbo *estar* estendeu-se, igualmente, a outras perífrases, que mantêm ainda a sua actualidade. Está nesse caso a perífrase "estar por", que, tal

[14] O contexto é o seguinte: «E aqueeçẽdo q*ue* o d*i*to Gom*e*z An*e*s morreſſe p*ri*m*ei*ro q*ue* a d*i*ta ſſua molh*e*r, q*ue* ella em ſſua vida aja os d*i*tos h*er*damẽt*os* ſſe nõ caſſar, e ***efteuer*** ujuua».

como hoje, significava 'concordar': «e pormeterom de ***eſtarẽ*** *per*a ſẽpre p*er* aqello q*ue* (…) foſe detjrmjnhado» (1434 SC 91). É interessante constatar que, tal como nos exemplos do ponto anterior, esta perífrase surge num documento redigido num couto (Santa Catarina).

7. *Estar* como auxiliar em perífrases verbais com valor aspectual (com significado inceptivo ou exprimindo 'acção iminente')

Observemos a tabela:

Tabela nº 8 - *Estar* como auxiliar em perífrases verbais com valor aspectual (com significado inceptivo ou exprimindo 'acção iminente')

Documentos	Formas	Documentos	Formas
1297 Alc 5	«e do h*er*damẽto q*ue* ainda *e* por laurar»	1412 Ped 74	«q*ue* elle ***eſtaua*** **preſteſ** p*er*a a [a d*i*cta díuyda] rreçeber e dar q*u*itado della»; «e q*ue* agora ***eſtauã*** **per**a se averẽ de rrematar»
1342 Alf 30	«outras q*ue ſom p[er]a* ſeſmar»		

Os dados não são, de facto, conclusivos, devido à sua escassez. Sabemos apenas que o verbo *estar* em perífrases deste género está já documentado em princípios do século XV.

8. *Estar* equivalente a 'ficar', 'tornar-se'

Muito especialmente a partir da década de 80 do século XV surge, no *corpus* agora seleccionado, a expressão da cláusula formular «vir *estar* a todo cumprimento» em que *estar* vem a significar 'ficar', 'tornar-se'. Trata-se de um neologismo formular que veio suprir eventuais necessidades conceptuais e jurídicas:

Tabela nº 9 – Ocorrências da expressão formular «vir *estar* a todo cumprimento»

Documentos	Expressões formulares
1405 MA 70	«e *ſtardes* a todo *con*primẽto do d*erecto*»
1482 MA 125	«vījrem *eſtar* a todo cõprim*en*to de d*errei*to»
1489 MA 130	«e per ant*e* elle *eſta[r]* a todo *conpri*mẽto de d*errey*to»
1495 MA 134	«virẽ *eſta[r]* a todo *conprimen*to de d*errei*to »
1519 MA 142	«e p*er* ſua ſẽtẽça *eſtar* e p*or* ella ſe fazer exucuçã»
1529 MA 148	«e por suas sentenças *eſtar* e delas apelar»

Conclusões

Do confronto entre os dados relativos às estruturas locativas no seu conjunto e os que se referem às estruturas atributivas transitórias, ressalta que *estar* difundiu-se sobre *ser*, em primeiro lugar nas estruturas atributivas locativas e só depois nas atributivas transitórias. Por outro lado, no interior das estruturas locativas, é pelos contextos de estruturas locativas relativas (com advérbios e locuções de lugar) que *estar* se difunde mais rapidamente, uma vez que evidenciam uma maior tendência para a *concretização*. Assim, se nestas estruturas o verbo *estar* leva de vencida o verbo *ser* desde finais do século XIII, princípios do século seguinte, nas estruturas locativas absolutas os dados indiciam que apenas a partir de 1380 tal mutação teve lugar.

As conclusões a que o estudo deste *corpus* conduziu, a verificarem-se em outros tipos de pesquisa e de *corpora*, vêm colocar em relevo o papel dos factores pragmáticos em alguns estudos sobre gramaticalização, contribuindo, assim, para valorizar "the often neglected effect of pragmatics on syntax" (Schulte, 2003: 387).

Referências

Carvalho, Maria José (2006), *Documentação medieval do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (sécs. XIII-XVI). Edição e estudo linguístico*. [Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

Dias, Augusto Epiphanio da Silva (1970), *Syntaxe histórica portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora [5ª edição].

Heine, Bernd (1993), *Auxiliaries. Cognitive Forces and Grammaticalization*. New York, Oxford, Oxford University Press.

_____, Bernd / Claudi, Ulrike / Hünnemeyer, Friederike (1991), *Grammaticalization. A Conceptual Framework.* Chicago and London, The University of Chicago Press.

Netto, Maria do Socorro Sepúlveda (1996), "Ser/Estar". In: Rosa Virgínia Mattos e Silva (org.), *A carta de Caminha. Testemunho lingüístico de 1500*. Salvador, Universidade Estadual de Feira de Santana, Empresa Gráfica da Bahia e EDUFA.

Ribeiro, José A. Peral (1958), "*Essere, sedere e stare nas línguas românicas", *Boletim de Filologia*, vol. XVII, fasc. 1-4, pp. 148-176.

Saussol, José María (1977), *"Ser" y "Estar". Orígenes de sus funciones en el «Cantar de Mio Cid»*. Publicaciones de la Universidad de Sevilla, nº 39.

Schulte, Kim (2003), "Pragmatic Relevance as Cause for Syntactic Change. The Emergence of Prepositional Complementizers in Romance". *In*: Barry Blake and Kate Burridge (eds.), *Historical Linguistics 2001. Selected Papers from the 15th International Conference on Historical Linguistics, Melbourne, 13-17th August 2001*. (Current Issues in Linguistic Theory 237). Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 2003, pp. 377-389.

Silva, Rosa Virgínia Mattos e (1997), "Observações sobre a variação no uso dos verbos ' ser', 'estar', ' haver', 'ter' no galego-português ducentista", *Estudos linguísticos e literários* , nº 19, pp. 253-286.

_____, Rosa Virgínia Mattos e (1987), "'Ser', 'estar', 'jazer', 'andar' no português trecentista", *Arquivos do Centro Cultural Português,* vol. XXIII, Lisboa/ Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 31-47.

_____, Rosa Virgínia Mattos e (2002), "A definição da oposição entre 'ser/estar' em estruturas atributivas nos meados do século XVI", *in*: Rosa Virgínia Mattos e Silva e Américo Venâncio Lopes Machado Filho (org.), *O Português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador/Feira de Santana, ed. da UFBa/UEFs, pp. 103-117.

A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino em Portugal (Lisboa, 1786)

Rolf Kemmler / Carlos Assunção / Gonçalo Fernandes*

Resumo
Se bem que seja bastante pouco conhecida, a gramática intitulada *Breve Compendio da Gramatica Portugueza para uso das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitaçaõ de Lisboa* (1786) merece especial destaque por não somente ser a primeira gramática escrita para o ensino feminino, mas também por ser a primeira gramática escrita por uma mulher. Face à única referência de uma autoria por uma pessoa chamada F.C., o artigo visa enquadrar a obra no contexto histórico-cultural, esclarecendo a questão da autoria e expondo alguns dos traços mais interessantes da gramática.

Palavras-chave: historiografia linguística - gramática portuguesa - ensino feminino

1. Introdução

Dentro do considerável número de estudos no ramo dos estudos de historiografia linguística, uma das gramáticas portuguesas menos conhecidas é o *Breve Compendio da Gramatica Portugueza para uso das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitaçaõ de Lisboa* (1786). Face à importância da obra para a história cultural de Portugal consideramos,

* Investigadores do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

por isso, pertinente relembrar e enquadrar a obra no devido contexto histórico, passando a analisar, em segundo plano, as propostas pertencentes ao campo da ortografia.

2. O impacto da obra na literatura de especialidade

Devido à natureza rara da obra, é de notar que, anteriormente ao ano de 2000, o *Breve Compendio* (1786) não teve nenhum papel de relevo no campo dos estudos da historiografia linguística portuguesa, tendo-se limitado os conhecimentos sobre a obra às referências bibliográficas fornecidas por Inocêncio:

> 368) *COMPENDIO (BREVE) DE GRAMMATICA PORTUGUEZA para uso das meninas que se educam no mosteiro da Visitação de Lisboa, por uma religiosa do dito.* Lisboa, na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo 1786. 8.° gr. de VI-64 pag.(Silva, 1859, vol. II: 93).

Ao olharmos para a referência bibliográfica de *Breve Compendio* (1786), notamos que Inocêncio reproduz fielmente o rosto, tendo, porém, adaptado a ortografia das informações bibliográficas ao sistema usual que vigorava no seu tempo.[1]

O único estudo que aproveita da obra para fazer uma análise é Schäfer-Prieß (2000) que, perante a óbvia falta de referências secundárias, fontes explícitas e informações sobre a receção, fornece as seguintes informações destinadas a esclarecer a questão da autoria:

> Über die Autorin, die das Vorwort mit "F.C." unterschreibt, ist nicht mehr bekannt als das, was sie selbst im Titel der Grammatik angibt, nämlich Nonne im *Mosteiro da Visitação* in Lissabon zu sein. Der Orden der *Visitandinas* (Salesianerinnen, Frauen von der Heimsuchung Mariens), 1610 von François de Sales und Jeanne Françoise de Chantal begründet, war 1784 von Teodoro de Almeida nach Portugal gerufen worden, wo er sich der Erziehung der weiblichen Jugend widmen sollte. Das erste portugiesische Kloster entstand in Belém, wo die Autorin offenbar Grammatik

[1] Sem qualquer informação adicional, esta informação de Inocêncio foi retomada com a mesma ortografia por Cardoso (1994: 30), sem, aliás, os parênteses a redor da palavra *breve*.

> unterrichtete. Inocêncio da Silva (II, 93) nennt das Werk ohne weiteren Kommentar (Schäfer-Prieß, 2000: 28).[2]

O testemunho da investigadora alemã evidencia que, em finais dos anos noventa, somente se dispunha de pouquíssimas informações sobre o mosteiro das visitandinas, falta esta que foi suprida com os estudos que Zulmira Santos fez sobre o oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804).[3] Assim, a investigadora portuguesa consegue fornecer as seguintes informações detalhadas sobre os inícios das visitandinas em Lisboa:[4]

> Embora tivesse chegado a Portugal numa data já muito avançada no século e pouco propícia à instalação de novas congregações religiosas, sendo o alvará de fundação de 30 de Janeiro de 1782 e a chegada efectiva de 16 de Dezembro de 1783, como acima se assinalou, a Ordem da Visitação nasceu em Annecy, na Saboia, em 1610, sob os auspícios de S. Francisco de Sales e da sua discípula Joana Frémyot de Chantal (Santos, 2004: 988).[5]

---

[2] Veja-se a tradução em Schäfer-Prieß (no prelo: cap. 1.7.3): "Sobre a autora, que assina o prefácio com as iniciais «F. C.», nada mais se sabe do que aquilo que ela própria indica no título da Gramática, ou seja, que é freira do Mosteiro da Visitação, em Lisboa. A ordem das Visitandinas (Salesianas, monjas da Visitação de Maria), fundada em 1610 por Francisco de Sales e Jeanne Françoise de Chantal, tinha sido chamada, em 1784, por Teodoro de Almeida, para se dedicar à educação da juventude feminina. O primeiro convento português estava situado em Belém, onde a autora, manifestamente, ensinava Gramática. Inocêncio (II, 93) nomeia a obra sem mais comentários". Caeiro (1989: 78), que normalmente mostra ser bem informado sobre a história dos mosteiros e conventos de Lisboa, apresenta uma informação divergente ao indicar que o convento das visitandinas terá sido "(...) fundado em 1714 pelo Padre Teodoro de Almeida". É óbvio que a data da fundação, atribuída a Teodoro de Almeida (1722-1804), não pode estar certa, uma vez que o próprio oratoriano somente nasceu oito anos depois da suposta fundação.

[3] Os estudos de Zulmira Santos culminaram na elaboração de um volumoso estudo intitulado *Literatura e Espiritualidade na Obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*. Agradecemos à autora a gentileza de nos disponibilizar um exemplar da obra sem o qual não poderíamos ter completado o artigo na presente forma. Para a história das visitandinas em Lisboa é de suma importância a transcrição integral do manuscrito *Historia da Fundação do Mosteiro da Vizitação em Lisboa: No anno de 1784* (A.N.T.T. Livraria, MS 661), cf. HFMVL em Santos (2007: 465-629).

[4] Veja-se também, embora de forma muito mais resumida, Adão (1997: 192-194).

[5] Veja-se também Almeida (1970: 100-101) que fornece as seguintes informações sobre o período imediatamente a seguir à chegada das religiosas visitandinas francesas a Belém: "Dirigiram-se logo ao convento da Estrela, onde as esperavam a rainha e El-Rei; e de lá passaram dias depois ao mosteiro da Encarnação, onde se demoraram quarenta dias para aprenderem alguma coisa de língua portuguesa; e logo ali aceitavam noviças. Entretanto apressava o Padre Teodoro as obras do convento em Belém, de modo que dele tomaram posse as religiosas no dia 28 de Janeiro de 1784, véspera da festividade de S. Francisco de Sales".

Ao passo que foram cinco as fundadoras,[6] que se tinham deslocado de França para Lisboa, o mosteiro das visitandinas contou, até 1789, com 39 religiosas, das quais duas teriam falecido em 1787 e 1788,[7] tendo a primeira noviça tomado o hábito apenas em Junho de 1784 (HFMVL em Santos, 2007: 551).[8] É de grande interesse que o mosteiro tenha sido fundado com o destino único a servir para o ensino feminino, tendo, como Santos (2002: 76) constata de forma muito pertinente, por isso sido o "(...) primeiro estabelecimento que em Portugal se dedicou expressamente à educação de meninas nobres (...)". Verifica-se, porém, que os inícios do ensino no mosteiro das visitandinas foram bastante modestos:

> Aliás, mesmo o ensino das meninas nobres para que o mosteiro se encontrava especialmente vocacionado – nos termos do alvará "se entende mui particularmente á educação de donzelas nobres" - começou apenas em 26 de Julho de 1784, com um grupo restrito de cinco alunas e, em 3 de Dezembro de 1786, nas palavras do Marquis de Bombelles, não havia ainda "parmi elles des filles de fidalgos, ce qui serait nécessaire pour que les grandes familles de ce pays s'interesassent à la prosperité de ce nouvel établissement" (Santos, 2004: 992).

Se bem que o mosteiro somente tenha contado com cinco alunas no primeiro ano da sua atividade letiva,[9] consta que a nova instituição

---

[6] Segundo informa HFMVL em Santos (2007: 512-513) as fundadoras foram cinco religiosas e uma criada: «(...) sor Thereza Augusta de Bernex eleita Superiora; sor Maria Jozefa Ferrée Assistente, sor Jozefa Victoria Valet, sor Maria Felicidade Valet. Religiozas professas do Primeiro Mosteiro da Vizitação de S. Maria de Annessy, e sor Jozefa Rozália Greyfié Professa do segundo, eleitas para cooperaram [sic!] na Fundação do novo Mosteiro em Lisboa, e sor Francisca Jozefa Lavorel Veleira (...)». Note-se que a superiora Teresa Augusta de Bernex já tinha ocupado o cargo de madre superiora no mosteiro-mãe de Annecy (HFMVL em Santos, 2007: 480), pelo que manteve correspondência com Teodoro de Almeida sobre a fundação do mosteiro que se encontra reproduzida no mesmo documento.

[7] Segundo HFMVL em Santos (2007: 498), a madre superiora Teresa Augusta de Bernex faleceu em 24 de Novembro de 1787, a irmã Maria Francisca Couceira faleceu em Fevereiro de 1788.

[8] É interessante a seguinte informação de Santos (2004: 992) sobre a estratificação social das noviças: "No quadro das informações particulares sobre cada noviça, parece legítimo concluir que nenhuma pertencia à nobreza, situação que se manteve até 1804, e salvo o caso não identificado mas que deverá ser o de Maria Francisca Couceiro que levou consigo quatro mil cruzados, nem sequer a extractos sociais materialmente favorecidos".

[9] No início do livro V sobre o pensionado, HFMVL em Santos (2007: 551) refere os nomes das primeiras cinco alunas que frequentaram o ensino no mosteiro: «Entrarão nesse dia [isto é, no dia de St. Ana = 26 de Junho de 1784, RK] 5 Meninas: D. Maria do Carmo e Aguiar que hoje se acha Professa: Mademoiselle Dufour que hoje se acha em França na companhia de sua Irmãa, e

de ensino feminino tenha adquirido algum interesse nos anos seguintes (mesmo que tal não tenha sido o caso com a nobreza que inicialmente constituía o público-alvo na nova fundação). Foi para acompanhar esta atividade didática que se redigiram tanto o *Breve Compendio* (1786) como o *Methodo para a geografia: Offerecido às religiosas da visitação de Santa Maria de Lisboa* (1784)[10] que costuma ser atribuído ao próprio Teodoro de Almeida, enquadrando-se ambas as obras na ideologia subjacente às atividades pedagógicas das visitandinas no capítulo *Da Educação* do referido manuscrito:

> Como já o numero de meninas he bastante, já se pode ver qual he a sua educação. Ensinão-lhes a ler, escrever, contar e a Religião. Alem disso se lhes ensina a Grammatica Portugueza, a qual lhes serve de muito, e de porta para as Gramáticas Franceza, Italiana, Latina, Ingleza, por que todas estas Linguas se lhes ensinão por principio, se as querem aprender: também se lhes ensina a cozer, meia, renda e bordar de branco e de oiro e matizes: e ultimamente solfa Cravo e Geografia (HFMVL em Santos, 2007: 604).

3. A obra e a sua autora

Numa edição única, o *Breve Compendio* foi impresso em 1786 pelo impressor lisboeta António Rodrigues Galhardo. Na verdade, porém, a obra não chegou a ser divulgada senão no ano seguinte, nomeadamente em finais de Julho de 1787, como testemunha o anúncio publicitário na *Gazeta de Lisboa:*

> Sahírão á luz: Sermões do P. *Theodoro d'Almeida*, da Congregação do Oratorio, e da Academia Real das Sciencias, da Sociedade Real de *Londres*, e da de *Biscaia*: 3 vol. em 8.º grande, a 400 reis cada hum em papel, e 500 reis encadernados.
>
> Breve Compendio da Grammatica *Portugueza* para o uso das Meninas, que se educão no Mosteiro da Visitação de *Lisboa*, por huma Religiosa

as tres Irmans Silveiras: que ainda hoje persistem com muito adiantamento e satisfação de seus Pais. Depois disto forão entrando varias Meninas nobres e algumas Illustres que fazem numero de 41».

[10] Em confirmação da autoria, veja-se Silva (1862, vol. VII: 305): "22) *Methodo para a geographia. Offerecido ás religiosas da Visitação de Sancta Maria de Lisboa.* Lisboa, na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo 1787. 8.º de XVIII-212 pag., e mais 8 innumeradas de indice das materias. - Em portuguez e francez. Sahiu tendo sómente no frontispicio as iniciaes T. A. O. S. P. N., que de certo se interpretam: Theodoro de Almeida, Oratoriano de S. Philippe Nery".

> do mesmo Mosteiro, em 8.º a 100 reis encadernado. Vendem-se na loja da Impressão Regia á Praça do Commercio; na da Viuva *Bertrand*, aos *Martyres*; na dos Irmãos *Marques*, na rua Bella da Rainha; e na Portaria do Convento das *Necessidades* (*GL* 30, Sábado 28 de Julho de 1787: [IV]).[11]

Ora, o próprio facto de ser uma obra de pouca envergadura que traz no título os indicadores *Breve* e *Compendio*, permite desde logo concluir que esta gramática somente pode fazer numa abordagem forçosamente resumida da matéria linguística. Considerando que esta caraterística da obra não reduz o seu valor como documento da historiografia linguística, nada nos faz, em contrapartida, esperar grande quantidade de conteúdos novos de que se pudesse julgar que tenham influenciado a tradição gramaticográfica posterior.

Se esta gramática em princípio merece menos atenção por causa da lição gramatical, são antes as próprias circunstâncias da sua existência que a tornam digna de atenção: Trata-se da primeira *Grammaire des Dames* em língua portuguesa, tendo a obra sido escrita por uma mulher para um público-alvo do sexo feminino,[12] o que faz com que a obra seja um monumento linguístico único dentro da historiografia linguística portuguesa, merecendo, para além disso, um lugar de destaque dentro da história da gramaticografia europeia![13]

3.1 Francisca de Chantal Álvares: a primeira autora de uma gramática portuguesa

No que respeita ao rosto, o *Breve Compendio* é uma obra anónima, sendo a autora identificada unicamente através das palavras "*Por huma Religioza do mesmo Mosteiro*" e na abreviatura do nome F. C. no fim do segundo prefácio. No primeiro destes interessantes paratextos, a autora dirige-se às confreiras que se dedicam ao ensino básico das meninas:

---

[11] Uma vez que também os três volumes com os sermões de Teodoro de Almeida foram impressos por António Rodrigues Galhardo e considerando que estes volumes datam de 1787, julgamos pertinente aventurar a hipótese que a impressão e divulgação da gramática poderá ter sido custeada pelos sermões do oratoriano.

[12] Este facto já foi realçado por Schäfer-Prieß (2000: 86).

[13] Também no espaço de língua alemã, para o qual Dobnig-Jülch / Staudinger (1994) identificaram 21 obras de 16 autores ao longo do século XVIII, somente pôde ser identificada uma única obra atribuível a uma mulher, ficando patente pela bibliografia de Beck-Busse (1994) que a contribuição feminina para a produção metalinguística do século XVIII é negligenciável.

PREFACÇAÕ

A's Religiozas encarregadas da educaçaõ das Meninas.

ESTA occupaçaõ (minhas amadas Irmãs) em que vos tem posto a obediencia, he bem verdade que vista com os olhos do Amor proprio he das mais injucundas, e talvez trabalhoza; porém consideradas com os olhos do Amor de Deos, he das mais agradaveis; porque della rezulta ao Senhor muita gloria, ás vossas discipulas grande felicidade, e ao publico huma utilidade importantissima. Da vossa boa educaçaõ rezulta que a Republica tem admiraveis Mãis de familias; e daqui vem a principal perfeiçaõ dos Cidadãos e o Bem do Estado. O Publico, he boa testemunha dos frutos que a França tem tirado da Educaçaõ que nos vossos Mosteiro [sic!] dais, e a Alemanha, a Saboia, a Italia, e ultimamente a Hespanha, e naõ vos pode negar a justa razaõ que tendes, para esperar que neste nosso terreno naõ seja infructifera a vossa cultura.

Para facilitar a intelligencia na Lingua Franceza, que quereis ensinar por principios, e na Italiana, e na Latina, mostra a experiencia que o methodo mais facil, suave, e util, he começar pela Gramatica da Lingua materna; na qual he facillimo advertir na Organizaçaõ das partes da Oraçaõ, que compoem a boa Linguagem que nenhum ignora; conhecida pois esta Organizaçaõ das partes da Oraçaõ, he facillimo depois applicar as regras geraes e transcendentes a qualquer outra Lingua estranha. Deste modo me mostra a experiencia que os passos saõ suavissimos, e que o adiantamento he grande. Para esse fim compilei dos bons Grammaticos que há, hum brevissimo rezumo, para as vossas discipulas, que espero que seja mui util, ao menos naõ vos será desagradavel o dezejo que tenho em facilitar a instrucçaõ das que a vem buscar no nosso Mosteiro, para utilidade sua, e gloria de Deos, que he e deve ser o fim das nossas acçoens.

D.S.B.[14] (Álvares, 1786: [III-IV]).

Neste primeiro prefácio, dirigido às outras religiosas do mosteiro, empenhadas no ensino linguístico, a autora deixa claro que o fim da educação é a formação de boas mães de família que contribuam para o bem comum através dos conhecimentos adquiridos na escola. Não podendo esperar da autora uma pretensão emancipatória no sentido moderno das correntes feministas dos séculos XIX e XX, os esforços educativos destinavam-se a aperfeiçoar as vidas das educandas tanto

[14] Julgamos que se trate da fórmula D*eus* S*eja* B*endito*.

do ponto de vista espiritual como secular.[15] No que respeita às línguas, a autora mostra estar convencida de que um ensino linguístico eficaz se deve basear em sólidos conhecimentos da língua materna, passando depois ao estudo das outras línguas, nomeadamente do francês, do italiano e do latim.[16]

Vejamos o outro prefácio que se dirige às alunas:

A's Meninas Educandas.

> O Vosso principal cuidado (minhas queridas filhas) deve ser semeiar na terra fertil dos vossos poucos annos, os principios da vossa felicidade solida; felicidade que vos satisfaça neste mundo, e que vos prepare para a do outro: ora esta felicidade consiste em cultivar bem o vosso animo com as maximas da Christandade, e com a applicaçaõ as Artes e Linguas que vos podem procurar ao mesmo tempo neste mundo a estimaçaõ, e evitar a ruina que a ociozidade, e ignorancia, e má cultura costumaõ cauzar em ordem ao outro. Esta Grammatica vos fará conhecer milhor a vossa Lingua nacional, e escrever com acerto, falar propriedade [sic!]; e tambem vos dispoem para saberdes por principios a Lingua Franceza, Italiana, e Latina, se disso fizerdes gosto: daqui se segue o tomares gosto á liçaõ dos bons Livros, e receber delles a utilidade que tiraõ as pessoas bem instruidas. Nisso dareis gloria a vossos Pais, consolaçaõ a vossas Mestras, e satisfaçaõ á vossa alma por toda a vida, na qual naõ cessareis de louvar a Deos, por vos dar a boa educaçaõ que aqui tendes. Isto vos dezeja quem vos ama, e por tudo seja Deos Bemdito.
>
> Desta que muito vos ama em J. C.
> F.C (Álvares, 1786: [V-VI]).

Neste interessante paratexto, a autora dirige-se diretamente às alunas, explicando-lhes que a felicidade material e espiritual dependem de uma boa formação nos campos das 'artes' e das 'línguas'. A gramática deixa, neste sentido, de servir como veículo para o ensino do latim

[15] Observa-se, neste contexto, que não está patente no *Breve Compendio* (Álvares 1786) qualquer noção de negar às educandas femininas as capacidades genéricas de compreensão ou discutir a inteligência das mulheres, como a vemos documentada para o espaço de língua alemã na discussão da *Querelle des Femmes,* mencionada por Dobnig-Jülch / Staudinger (1994: 164).

[16] Neste contexto, Schäfer-Prieß (2000: 86) constata de forma muito pertinente que nesta obra o latim deixou de ser alvo único dos esforços de ensino linguístico, tendo recuado para detrás do francês e do italiano. É curioso, no entanto, que o inglês, que ainda fora mencionado no referido capítulo *Da Educação*, deixasse de fazer parte do número das línguas que eram objeto de ensino, mesmo a nível facultativo.

como fim do ensino básico, mas serve para que as alunas possam aprender a sua 'língua nacional' nos planos escrito e falado. Para além disso, estes conhecimentos indispensáveis podem servir na aprendizagem das línguas francesa e italiana (que eram as principais línguas modernas de cultura) e do latim. Perante o papel da mulher em finais do século XVIII torna-se óbvio que a finalidade deste ensino não terá sido o de preparar as meninas para uma carreira académica, senão o de prepará-las para o seu papel como esposas e mães bem-educadas, para, enfim, corresponder de melhor forma ao papel que a sociedade civil e eclesiástica lhes impunha.

Com a modéstia de uma religiosa, a única forma como se identifica a autora é através da abreviatura F. C. no trecho que acabamos de citar. Ora, nada admira que Schäfer-Prieß (2000: 28) não tenha conseguido identificar a autora, uma vez que não dispunha das informações que somente foram disponibilizadas graças às investigações de Zulmira Santos (2007). A informação que nos permite estabelecer a autoria é a seguinte:

> Seguio-se a quarta Noviça que hé a Irmãa Francisca de Chantal Alvares que no seculo se chamára Anna Ignacia do Coração de Jesus, de quem já falámos no principio desta Historia; porque Deos muitos annos antes a tinha preparado para a Vizitação, como então vimos. Esta Religioza destinada a ensinar Meninas educandas, álem de todas as obras de mãos, que pertencem a huma educação perfeita, como hé o bordar de branco, de oiro, e de matizes; renda e todas as mais curiosidades, lhes fez huma Gramatica Portugueza para lhes ensinar a lingua materna com perfeição, e lhes ensina o Francez, o Italiano, e o Latim. A guerra que o Demonio fez a esta Noviça foi na escuridade interior, e na saude fraquissima. Em 1800 foi eleita superiora.[17]
>
> […]
>
> Já a este tempo estava estabelecido o seminario de Educação a que chamão pensionado: como este tinha sido hum dos motivos mais fortes que moverão a soberana a conceder a faculdade para a Fundação, cuidárão logo as nossas Fundadoras em pôr em execução este projecto; e no dia 26 de Julho do mesmo anno de 84 em que começára a Fundação, se principiou com a educação das Meninas que lhe dérão principio: a Primeira foi D. Maria do Carmo de Souza Gama e Aguiar, que depois de trez annos e meio de educa-

[17] Ao ser certa esta data, deve-se pôr em questão uma data de redação de 1792/1793 proposta (entre outros lugares dentro da mesma obra) por Santos (2007: 429).

> ção se fez Religioza com extraordinaria victoria e desprezo do mundo, como abaixo diremos: a segunda foi Madamoisella Du Fourg: as outras forão as tres Irmans Silveiras: e com estas sinco começou a Irmãa Jozefa Victoria Valet a trabalhar na educação das Meninas em Portugal, ajudando a a Irmãa Francisca de Chantal Alvares, ainda Noviça, e algumas criadas, por quanto não havendo ainda Irmans Conversas, foi precizo admitir criadas que servissem á Comunidade, e as Meninas (HFMVL em Santos, 2007: 558).

Estes trechos da *Historia da Fundação do Mosteiro da Vizitação em Lisboa* confirmam claramente que a autora até agora conhecida meramente como F.C. não é outra pessoa senão a Irmã Francisca de Chantal Álvares[18] que se chamara Ana Inácia do Coração de Jesus antes de se tornar religiosa visitandina. É especialmente digno de nota que Francisca de Chantal Álvares não só elaborou a gramática, mas também chegou a dedicar-se ao ensino linguístico das pensionistas enquanto ainda era noviça. Impõe-se, portanto, a questão: Onde é que Ana Inácia do Coração de Jesus terá adquirido os amplos conhecimentos linguísticos que lhe são atribuídos enquanto religiosa? Ora, logo no início da obra, o historiador das visitandinas dá a resposta a esta pergunta:

> Corria o anno de 1760; e o Padre Theodoro d'Almeida da Congregação do Oratório foi obrigado a sahir da corte por razões politicas do Gabinete: pouco podia elle então pensar que Deos o escolhia por instrumento da sua grande obra, que não vinha então ao pensamento humano. Foi o seo desterro para a cidade do Porto, donde Deos tinha determinado escolher uma pedra muito importante para este espiritual edifício. Alli o buscou huma donzella por nome Anna Ignacia do Coração de Jesus e se entregou á sua direcção, sem que nenhum delles pensasse o que Deos delles tinha determinado fazer. Deos Senhor nosso com as Luzes, e chamamento da sua graça foi dispondo o coração daquella donzella para a virtude, e o Padre Almeida observando os caminhos do Senhor, dirigia os passos da sua confessada segundo Deos lhe inspirava.
>
> Passados tempos foi obrigado a sahir da Congregação do Porto o Padre Manuel Alvares, irmão desta donzella, homem douto, porem muito enfermo, e quis ver, se na liberdade e dezafogo da sua casa podia o seu animo melancólico achar mais alivio, e as suas molestias mais refrigerio, do que no aperto de huma Comunidade; e como os Congregados de S. Filipe

[18] Parece óbvio que os nomes 'Francisca de Chantal' devem ser considerados como homenagem à fundadora da ordem, a Santa Jeanne-Françoise Frémyot de Chantal (1572-1641).

> de Neri não tem voto algum, que os ligue, sahio da Congregação para a sua casa com permissão de voltar quando quizesse: nella vivia em companhia de sua irmãa que era esta Donzella, de quem falamos; e como era preciso que a conversação fosse mui frequente, e faltasse materia, a quem tinha criação livre de espírito frívolo do Mundo, onde as vidas alheias são sempre objecto jucundo, posto que nocivo á conversação humana, o Padre Manuel Alvares se applicou a ensinar a sua irmãa a Lingua Francesa, e depois a Italiana, e depois traduzir o Latim. Era esta donzella prendada nas obras das suas mãos, e nada via, que com a sua reflexão, e estudo não pudesse imitar: porem o que com maior gosto, e maior ardor aprendia de seu irmão, era a virtude solitaria. Deste modo, esta Donzella trabalhava (sem o saber) nos desígnios de S. Francisco de Sales, de quem era sumamente devota como também de S. Joanna Francisca; tanto assim que crescendo com o tempo a devoção, e tendo falecido seu irmão, e seu Mestre, meditava hir para França para ter a consolação de ser filha de S. Francisco de Sales, o que nem por pensamentos ella cuidava, que o pudesse conseguir em Portugal […] (HFMVL em Santos, 2007: 465-466).

Em resposta, pois, à nossa pergunta, o texto citado esclarece que Ana Inácia do Coração de Jesus não só foi confessada por Teodoro de Almeida enquanto este estava desterrado no Porto (de 1760 até 1768; veja-se Santos, 2007: 372) mas que também era a irmã (supostamente mais nova) do oratoriano portuense Manuel Álvares de Queirós (1739-1777).[19] Dado que o seu irmão fez parte da elite cultural portuense da época, pouco admira que a irmã Ana Inácia do Coração de Jesus não só tenha beneficiado com o convívio o irmão e o confessor a partir da segunda metade da década de 1760, mas que igualmente tenha tirado proveito dos conhecimentos linguísticos do irmão filósofo. Devido à veneração pelas ordens salesianas que o documento histórico lhe atribui, é igualmente coerente que tenha entrado no noviciado no mosteiro das visitandinas na Ajuda que foi fundado sete anos depois da morte do irmão.

[19] Em Inocêncio encontramos as seguintes informações: «P. Manuel ALVARES (2.º), ou MANUEL ALVARES DE QUEIROZ, Presbytero da Congregação do Oratorio do Porto, da qual parece sahíra ao fim de alguns annos. Assim o indica o facto de haver juntado ao seu nome o segundo appellido 'Queiroz', de que como congregado não podia fazer uso, em vista dos estatutos respectivos. Ignoro ainda a sua naturalidade, nascimento, obito, etc. - E.» (Silva, 1860, vol V: 352-353). Para além destas escassas informações sobre o 'Filosofo Nortenho', veja-se Andrade (1982: 491--497) e Gomes (1997). Com um vencimento anual de 450$000 réis que recebeu desde 1768 no âmbito das Reformas Pombalinas do Ensino, este professor régio de filosofia do Porto fez parte do grupo de professores mais bem conceituado e mais bem remunerado da época (para a lista de vencimentos veja-se Andrade, 1984: 892).

3.2 Conteúdo e estrutura

Como já foi mencionado, o *Breve Compendio da Gramatica Portugueza* data de 1786, tendo um total de [VI], 51, [III] páginas.[20] A estrutura interna da obra já foi exposta por Schäfer-Prieß (2000: 28; no prelo: cap. 1.7.4), pelo que remetemos a esta informação. Também o conteúdo linguístico foi devidamente analisado pela investigadora alemã, sendo a obra enquadrada na produção metagramatical portuguesa da época. Dado que as observações de Schäfer Prieß se limitam quase inteiramente à definição das partes da oração (que consta ser o critério mais tangível para a comparação de gramáticas diferentes), sem, aliás, localizar as possíveis fontes imediatas da obra, faremos a seguir uma breve exposição dos capítulos III (*Da Sillaba, e Acentos*; págs. 45-48) e IV (*Da Ortografia*; págs. 48-51).

3.2.1 A prosódia no *Breve Compendio*

O capítulo III encontra-se dividido em dois parágrafos, o § I. com as considerações gerais sobre a sílaba e os acentos (págs. 45-47) e o § II. com uma *Advertencia para o verso* (págs. 47-48).[21] Perante o pouco espaço que ocupam estas observações, torna-se óbvio que a autora somente queria fornecer as informações mais básicas nestes campos. O capítulo III principia logo com a distinção das sílabas em longas e breves:

> A Sillaba governa a pronuncia das Vogaes: humas são *longas*, e outras *breves*:
>
> Chamamos longas áquellas, cujo som he carregado, e mais diuturno; as breves aquellas, cujo som he mais brando, e ligeiro; como se vê quando

[20] Como é costume, as indicações em parênteses retos referem-se às páginas sem paginação explícita. Devem-se, por isso, corrigir as referidas indicações fornecidas por Inocêncio e Schäfer-Prieß (2000: 28). Note-se que Schäfer-Prieß omitiu na sua contagem das páginas tanto o rosto como a página em branco.

[21] As considerações versificatórias principiam com as seguintes considerações: "A Versificaçaõ portugueza, tem como toda a outra versificaçaõ, certo numero de Sillabas, porém as longas, e as breves fazem sua differença" (Álvares, 1786: 47). A seguir, a autora apresenta umas regras sobre a contagem das sílabas e sobre a boa construção do verso e termina com o seguinte resumo: "Estas coisas naõ se daõ por regras infalliveis, e fóra de disputa, só pertendemos aqui dar huma simples noçaõ ás Meninas da sua lingua, e abrirlhes com isso a porta para o que se lhes há de depois ensinar na lingua Franceza, Italiana, e Latina" (Álvares, 1786: 48).

> digo *vou para o Pará,* os primeiros tres ás *a a a* saõ breves; o ultimo *a* he longo (Álvares 1786: 45).

Neste trecho inicial, a gramaticógrafa demonstra ter conhecimento do conceito da tonicidade, pois emprega o termo 'longo' para as sílabas tónicas e 'breve' para as sílabas átonas. Na compreensão da autora, o acento segue logo à sílaba, pelo que se apresenta a seguinte explicação do acento:

> *Acentos.*
>
> Costumamos na lingua Portugueza carregar as longas com hum acento *agudo*, como se vê em *Pará*, que sobe debaixo para sima, inclinando para a direita.
>
> Nas vogaes breves naõ se poem acento; o acento *grave*, que he deste modo *à*, subindo debaixo para sima, inclinando para a esquerda.
>
> Além do acento agudo, e grave, temos o circumflexo, que he assim *ô* (Álvares 1786: 45-46).

Esta descrição dos acentos permite concluir que a autora não distingue os planos gráfico e fónico. Assim, numa mistura dos dois planos, ela parece considerar na primeira afirmação que o acento agudo se usa em todas as sílabas tónicas, mas veremos adiante que ela própria reconhece a existência de sílabas fechadas.[22] Quanto aos outros acentos, torna-se óbvio que a autora não atribui nenhuma função distintiva ao acento grave, reconhecendo, por outro lado, o uso do acento circunflexo em sílabas tónicas fechadas. Vejamos então a proposta do inventário vocálico apresentado pela gramaticógrafa:

> A
>
> Nós temos dois *a a*: hum longo, ou agudo, outro breve, que se vem na palavra *Máta*, em que o primeiro he longo e agudo, o segundo breve (Álvares 1786: 46).

A consideração de duas vogais centrais pela autora evidencia que ela considerava uma vogal tónica <a, -á-> ao lado de <-a, -a->, ou seja,

[22] Julgamos que se deve, portanto, tratar de um engano. No entanto, esta afirmação servia para que as alunas pudessem entender que cada ocorrência de um acento agudo (ou mesmo de um dos outros dois acentos gráficos) indicava que se tratava de uma sílaba tónica.

a vogal central aberta [a] face à vogal central fechada [ɐ].[23] É óbvio que esta descrição de uma vogal tónica face à vogal átona não corresponde ao sistema fonológico do português, uma vez que, pelo menos hoje, os fonemas /a/ e /ɐ/ se observam, no português de Portugal, tanto em posição tónica como em posição átona (para o sistema das vogais orais em posição tónica e átona cf. Kemmler, 2001: 134-139).

E

> Nós temos em portuguez tres pronuncias differentes do *E*, que vem a ser *E* aberto, *E* fechado, *E* mudo; o exemplo de todos tres quando digo *Este pé*. O primeiro *e* he fechado, o segundo he mudo; porque quasi que se não ouve, se fallamos depressa; o terceiro he agudo (Álvares, 1786: 46).

Na descrição das realizações fonéticas que corresponderiam ao grafema <e>, a autora abandona o ponto de vista da tonicidade como critério principal e deixa claro através da própria terminologia[24] que considera como '*E* fechado' a vogal anterior médio-fechada [e] e como '*E* aberto' a vogal anterior médio-aberta [ɛ],[25] bem como a vogal central neutra [ə]. Já que a distinção das duas vogais anteriores médias não é nenhum dado propriamente novo, é digno de nota que a autora testemunha a tendência de uma realização zerofónica de <e> em posição átona, quando o som é realizado na fala rápida.

O

> Temos na lingua Portugueza tambem tres pronuncias de *O*.
>
> Temos *O* aberto, *O* fechado, *O* mudo: seja exemplo quando digo *Oh Pôrto*, o primeiro (*ó*) he aberto, o segundo *o* he fechado, o terceiro quasi que se naõ ouve,se fallamos depressa.
>
> Os *ós* mudos equivocaõ-se no som com *u*; e os sinaes em *o* se pronunciaõ quasi sempre como *u: Antonio* e *Antoniu* se pronunciaõ da mesma forma (Álvares, 1786: 46).

---

[23] A redução da vogal central para a vogal central fechada já foi documentada pelo fonólogo renascentista Fernão de Oliveira (1536); veja-se Kemmler (2001: 160).

[24] O uso da terminologia advinda do grau de abertura na fonação remonta pelo menos a D. Luís Caetano de Lima (1736), como se pode ver em Kemmler (2007: 328).

[25] Através da identificação da vogal <-e> em *Pé* como som agudo, Álvares (1786: 46) também identifica a sílaba como tónica. O mesmo não acontece, porém, com a sílaba tónica de *Este*.

Também no campo das vogais posteriores médias, Álvares (1786: 46) testemunha claramente que se observam os sons [ɔ] e [o]. No que respeita, porém, ao grafema <-o> em posição átona final a autora constata não só a possibilidade de uma realização zerofónica, mas também a realização 'quase sempre' como [u].[26]

I, e U

> Estas duas vogaes tem como todas as outras o poderem ser longas ou breves (Álvares, 1786: 47).

No que respeita às vogais <i, u>, Álvares não fornece dados novos mas limita-se a constatar que as vogais [i], [u] têm realizações tónicas e átonas.[27]

3.2.2 A Ortografia no *Breve Compendio*

Como não podia deixar de ser, o tratamento que a nossa autora dá à exposição da ortografia é muito limitado, não passando, na verdade, de umas ideias gerais sobre esta parte da gramática e um breve tratado sobre as letras maiúsculas e as consoantes duplas, respetivamente. Vejamos, então, as considerações da autora sobre a ortografia:

Da Ortografia.

> COnvem que as Meninas logo que começaõ a aprender a escrever, comecem a reparar nas regras mais principaes, para evitar os erros mais grosseiros: para o que convem copiar palavra por palavra, e letra por letra algum livro impresso, v.g. o seu catecismo, ou qualquer outro; e irem á aposta entre si, para ver qual comette menos erros em huma pagina (Álvares, 1786: 48-49).

Neste trecho introdutório sobre a aprendizagem da ortografia, são essencialmente duas estratégias didáticas que a autora aconselha às suas alunas. Por um lado, ela propõe que as alunas copiem um livro impresso

[26] Trata-se, portanto, de mais um documento comprovativo da redução vocálica em posição átona, conforme postulada por Teyssier (2007: 69), "por volta de 1800 este sistema já havia sofrido uma modificação importante no que se refere às vogais realizadas como [ę] e [o] em posição átona, tanto pretônica (m*e*ter, m*o*rar) como final (pass*e*, pass*o*)".

[27] Nem neste contexto, nem no capítulo sobre a ortografia a autora faz qualquer referência sobre as realizações semivocálicas ou semiconsonantais [j], [w].

(de preferência do seu catecismo)[28] e que concorram entre si para ver quem escreve melhor. Para além destes conselhos gerais, "as regras mais principaes de que precizaõ, e que lhes podem ser uteis saõ as seguintes" (Álvares, 1786: 48-49):

§ I.
Das Letras grandes.
Regras.

1. NUnca se escrevem letras grandes no meio da palavra.
2. Escrevem-se nos nomes proprios, como Antonio, Francisco, &c.
3. Escrevem-se nos nomes, cujo significado he grande, como v. g. *Deos, Rei, Princepe, Monarca*.
4. Tambem se faz isso, quando queremos que se attenda mais áquelle nome, por ser a materia de que se trata naquelle escrito. Esta regra naõ he geral.
5. Tambem se deve pôr letra grande no principio da Oração: e toda a vez que as palavras antecedentes fecharaõ o sentido: quando se poz ponto, se deve começar com letra grande.

Naõ será erro pôr letra grande, depois de dois pontos; porque estes ás vezes terminaõ bastantemente o sentido; mas naõ he o commum (Álvares, 1786: 49-50).

As regras da escrita de letras maiúsculas são bastante simples e, com a exceção lógica da proibição do uso de maiúsculas no interior de uma palavra, reduzem-se na essência aos casos em que se podem utilizar. Assim, as letras maiúsculas encontram emprego em formas onomásticas e honoríficas, podendo, porém, também ser utilizadas para destacar palavras e conceitos importantes (como é o caso com a palavra 'Meninas' ao longo de Álvares, 1786). Também as ideias da autora sobre as consoantes duplas são bastante simples:

§ II.
Das Letras dobradas.
Regras.

1. NUnca se poem letras duplicadas no principio da palavra, nem no fim della.

[28] Julgamos que deverá tratar de Pouget / Colbert (1770) ou de uma das suas reedições. Veja-se Kemmler (no prelo: cap. 3.2).

> 2. Quando a letra duplicada tem diverso som do que simples, basta o ouvido para nos ensinar se ella deve duplicar-se; por isso escrevemos differentemente, *morou*, e *morreo*; e tambem *mira*, e *mirra*.
>
> 3. Quando porém a letra duplicada tem o mesmo som que a simples, como se vê nos *ff, ll, ss, pp,* &c. alguns modernos despresaõ as letras duplicadas como inuteis; e assim naõ se deve condemnar como erro o *omitti-las.*
>
> Outros seguem a Ethimologia do latim e duplicaõ as consoantes, quando no latim se duplicaõ; por isso escrevemos *elle, aquelle, offendeo, supprimio,* &c. Quem naõ sabe latim, está mal para seguir esta regra, e deve governar-se pelo uso dos bons livros.
>
> 4. Nunca se duplica huma consoante junto de terceira consoante: v. g. se digo Henrique, ainda que a pronuncia do *r* he forte, e pedia dois *rr*; com tudo, como está imediato ao *n*, naõ se devem escrever dois *rr*, mas sómente hum *r*.
>
> Quando a palavra naõ cabe na regra, e he preciso parti-la; póde partir-se entre sillaba e sillaba; ou tambem no meio da consoante duplicada, v. g. *of-fendeo; il-lustrou, op-primio, aquel-le,* &c. D.S.B. (Álvares, 1786: 50-51).

No sentido destas quatro regras, as consoantes duplas não podem ocorrer no início nem no fim de uma palavra (1.), nem quando seriam seguidas por outra consoante (4.), podendo, portanto, ocorrer unicamente em contexto intervocálico no sentido <VCCV>. É óbvio que o caso mencionado em (2.) diverge de (3.), pois trata-se de uma oposição fonológica /ï/ ~ /R/ ao passo que a questão da grafia de consoantes duplas como <ff, ll, ss, pp> constitui o estabelecimento de uma facultatividade no uso das normas ortográficas,[29] o que, aliás, faz bastante sentido, uma vez que o latim como língua básica para o conhecimento das formas etimologizantes não era, por norma, o fim do ensino linguístico das visitandinas.[30]

Se bem que o assunto não seja mencionado expressamente, parece que a autora aplicava o mesmo princípio às letras cultas como as consoantes mudas e o grafema grego <y>, pois observamos ao longo dos trechos citados que a gramaticógrafa escreve coerentemente *Ortografia* e *Sintaxe*, mas também *Sillaba,* e *Ethimologia*.

---

[29] Baste olhar para o título *Breve Compendio da Gramatica Portugueza* com apenas <m>, em vez de *Grammatica*.

[30] Parece óbvio que Álvares (1786: 50) se dirige às irmãs quando afirma que estas não devem condenar as alunas no caso da omissão destas consoantes.

4. Conclusão

Com o presente artigo conseguimos relembrar uma das gramáticas portuguesas menos conhecidas do século XVIII. Ao contrário do que se verifica com a maioria das gramáticas portuguesas, não se trata de uma obra escrita para um contexto educativo geral, mas sim elaborada dentro de um contexto bem definido, tendo sido utilizada como manual de ensino linguístico da língua materna de que usufruíam as alunas porcionistas das religiosas do Mosteiro de Santa Maria da Visitação de Lisboa.

Através do esclarecimento do significado da sigla F.C., junto com uma referência expressa que atribui a autoria, foi possível identificar uma das religiosas do referido mosteiro como autora: trata-se de Francisca de Chantal Álvares, religiosa do Mosteiro da Visitação desde 1784 e madre superiora do mesmo mosteiro desde 1800. Consta que se chamava Ana Inácia do Coração de Jesus na vida secular e foi irmã do 'filósofo nortenho' Manuel Álvares Queirós, tendo nascido, tal como o irmão mais velho, na freguesia de Santa Marinha (Vila Nova de Gaia).

Uma breve análise das noções prosódicas e ortográficas que se expõem no fim da obra permite concluir que a autora tinha conhecimentos nestas áreas, pois fez uma escolha marcadamente prática tanto das questões tratadas como dos conceitos que foram apresentados às meninas. As ideias prosódicas e ortográficas expostas, no entanto, não são oferecidas com a mesma forma simplista que se conhece de *Grammaires des Dames,* por exemplo, da tradição franco-alemã: na presente obra, a autora fez uma escolha dos aspetos que julgou indispensáveis para o sucesso escolar do seu público-alvo. Francisca de Chantal Álvares manteve-se, por fim, fiel ao título ao garantir que a essência da gramática portuguesa fosse exposta num compêndio breve, resistindo à tentação de adotar o sistema ortográfico etimologizante que ela própria parece ter julgado como impróprio.

Referências

Adão, Áurea (1997), *Estado absoluto e ensino das primeiras letras, As escolas régias* (*1772-1794),* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (Textos de Educação).

Almeida, Fortunato de (1970), *História da Igreja em Portugal, Volume III*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Lisboa, Livraria Civilização-Editora.

Almeida, Teodoro de (1787), *Methodo para a geografia, Offerecido às religiosas da visitação de Santa Maria de Lisboa, por T. A. O. S. P. N.,* Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

[Álvares], F[rancisca] de [C]hantal (1786), *Viva † Jesus* / *BREVE COMPENDIO* / *de* / *GRAMMATICA PORTUGUEZA* / *para o uso* / *Das Meninas que se educaõ no Mosteiro* / *da Vizitaçaõ de Lisboa.* / *Por huma Religioza do mesmo Mosteiro.* // LISBOA / Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, / Impressor da Real Meza Censoria. / Anno M DCC LXXXVI. / *Com licença da mesma Real Meza*.

Andrade, António Alberto Banha de (1982), *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa,* Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda (temas portugueses).

Andrade, António Alberto Banha de (1984), *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771): (Contribuição para a história da pedagogia em Portugal), 1.° Volume (A Reforma), 2.ª Parte*, Coimbra, por ordem da Universidade (Acta Universitatis Conimbrigensis).

Beck-Busse, Gabriele (1994), "La grammaire française dédiée à mes jeunes amies, bibliographie raisonnée de manuels de la langue française à l'usage de la jeunesse féminine (1564-1850)", *Histoire Èpistomologie Langage* vol. 16/II, pp. 143-168, disponível em http,//kaali.linguist.jussieu.fr/HEL_public_domain/HEL_16_2/HEL_16_2_ pp009-033.pdf (consultado em 18 de Janeiro de 2010).

Caeiro, Baltazar Matos (1989), *Os Conventos de Lisboa*, Lisboa, Distri Editora.

Cardoso, Simão (1994), Historiografia *Gramatical* (*1500-1920), Língua Portuguesa - Autores Portugueses*, Porto, Faculdade de Letras do Porto (Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas; Anexo 7).

Dobnig-Jülch, Edeltraud / Staudinger, Susanne (1994), "Frauen + (viel) Grammatik = (viel) Frauengrammatik? Zur Verbreitung und Typologie spezieller Grammatiken im 18. Jahrhundert", *Histoire Èpistomologie Langage* vol. 16/II, pp. 143-168, disponível em http,//kaali.linguist.jussieu.fr/HEL_public_domain/HEL_16_2/HEL_16_2_ pp143-168.pdf (consultado em 18 de Janeiro de 2010).

GL (1787) = Obra referenciada como *Gazeta de Lisboa*.

Gomes, João Pereira (1997): "ÁLVARES (Manuel)", em: Cabral, Roque / Caeiro, Francisco da Gama / Freitas, Manuel da Costa / Morujão, Alexandre Fradique / Oliveira, José do Patrocínio Bacelar e / Paim, António (Directores) (1997): *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, A-D*, Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, cols. 201-202.

HFMVL em Santos (2007) = "Historia da Fundação do Mosteiro da Vizitação em Lisboa: No anno de 1784", em Santos (2007: 465-629).

Kemmler, Rolf (1996), "Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa: O texto metaortográfico e a periodização da ortografia do século XVI até aos prelúdios da primeira reforma ortográfica de 1911", Magisterarbeit im Fach Romanische Philologie I (Portugiesisch), vorgelegt an der Neuphilologischen Fakultät der Eberhard-Karls-Universität Tübingen, Prof. Dr. Brigitte Schlieben-Lange, im März 1996.

Kemmler, Rolf (2001), "Para uma História da Ortografia Portuguesa: O texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911", *Lusorama* vol. 47-48, pp. 128-319.

Kemmler, Rolf (2007), *A Academia Orthográfica Portugueza na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, Frankfurt am Main, Domus Editoria Europaea (Beihefte zu *Lusorama*; 1. Reihe, 12. Band).

Kemmler, Rolf (no prelo), "Die Eschola Popular das Primeiras Letras von Jerónimo Soares Barbosa (1796)", artigo submetido para publicação em *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft.*

[Pouget, François Aimé] / Colbert, Charles Joachim ([1]1770), *CATECISMOS / DA DIECESE / de / MONTPELLIER / impressos por ordem / DO BISPO / CARLOS JOAQUIM COLBERT*, / *traduzidos na lingua portugueza / para por elles se ensinar / A DOUTRINA CHRISTA / aos meninos nas escolas / dos reinos, e dominios / DE PORTUGAL.* // LISBOA / NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA. / Anno m d c c l x x. / *Com licença da Real Meza Censoria, / E PRIVILEGIO REAL.*

Santos, Zulmira C[oelho dos] (2002), "Percursos e formas de leitura 'feminina' na segunda metade do século XVIII", *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas* vol. 19, pp. 71-110.

Santos, Zulmira C[oelho dos] (2004), "Para a história da educação feminina em Portugal no século XVIII, a fundação e os programas pedagógicos das visitandinas", em, Ribeiro, Jorge Martins / Silva, Francisco Ribeiro da & Helena Osswald & Maria Antonieta Cruz (eds.) (2004), *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 3, pp. 985-1001, em, http,// ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5030.pdf (consultado em 21 de Janeiro de 2010).

Santos, Zulmira da C[onceição] T[Trigo] G[omes] M[arques] C[oelho dos] (2007), *Literatura e Espiritualidade na Obra de Teodoro de Almeida (1722--1804)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia; Ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

Schäfer-Priess, Barbara (2000), *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300).

Schäfer-Priess, Barbara (no prelo), *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822, Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*, Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e actualizada pela autora.

Silva, Inocêncio Francisco da ([1]1858-1972), *Diccionario Bibliographico Portuguez, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil;* [a partir do vol. IX, *continuado e ampliado por Brito Aranha*], 23 vols., Lisboa, Na Imprensa Nacional. Obra reeditada em reprodução fac--similada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.[31]

Teyssier, Paul ([3]2007), *História da Língua Portuguesa*, tradução de Celso Cunha, São Paulo, Martins Fontes.

[31] Visto tratar-se de uma obra fac-similada com a paginação do original e sendo todo o conjunto conhecido pelo nome genérico de "Inocêncio", prescinde-se de fazer menção aos volumes elaborados por Venceslau Brito Aranha (vols. IX-XXII) ou Ernesto Soares (vol. XXIII), citando-se p. ex. como "Silva (1858, vol. I)" ou Silva (1972, vol. XXIII).

Le passé simple/l'imparfait et leur co-texte: examen de quelques éléments co(n)texuels demandeurs de perfectivité ou d'imperfectivité

Sílvia Lima Gonçalves Araújo*

Résumé

Dans cette étude, nous prétendons montrer qu'il y a un lien entre la valeur (aspectuelle) du PS et de l'IMP et celle des adverbiaux aspectuo-temporels, qui rend leur association possible (si ces valeurs sont compatibles) ou inacceptable (si elles sont contradictoires). Ainsi, parallèlement aux éléments co(n)textuels qui favorisent, voire exigent une forme imperfective comme l'imparfait, d'autres éléments favorisent, au contraire, l'emploi d'une forme perfective comme le PS. Mais il nous faut, tout de même, signaler que certains adverbes aspectuels (par exemple *déjà* ou *encore*) n'ont pas de vraies incompatibilités avec ces deux temps, puisqu'ils donnent lieu en discours à deux effets aspectuels possibles: une valeur durative compatible avec l'IMP et une valeur itérative compatible avec le PS. Il faut préciser, par ailleurs, que l'imparfait peut apparaître dans des contextes typiquement perfectifs, ce qui donne lieu à des effets stylistiques.

Mots-clés: imparfait, passé simple, perfectivité/imperfectivité, adverbiaux aspectuo-temporels

Abstract

The aim of this study is to demonstrate that there is a clear correspondence between the aspectual value of the PS or the IMP and the value of temporal/aspectual adverbials aspect, which renders the combination of these elements

* Universidade do Minho, Département d'Études Romanes, Braga, Portugal. Je tiens à remercier les deux réviseurs anonymes pour leurs remarques qui se sont avérées précieuses pour améliorer ce texte. Je reste seule responsable des erreurs et autres imperfections éventuelles. saraujo@ilch.uminho.pt

acceptable (when these values are compatible) or inacceptable (when they are incompatible). It is our intention to prove that, along with the co(n)textual elements that require the use of an imperfective form such as the IMP, there are others that, on the contrary, require the use of a perfective form such as the PS. However, we will see that there are some aspectual adverbs (such as *déjà* or *encore*) that can co-occur with both tenses because, according to the context, they signal two different aspectual values: a durative value compatible with the IMP and an iterative value compatible with the PS. Finally, we will show that the IMP can occur in a typically perfective context, originating stylistic values.

Keywords: imparfait, passé simple, perfectivity/imperfectivity, temporal/aspectual adverbials.

1. Introduction

En ce qui concerne des langues comme le français où la notion de perfectivité n'est pas grammaticalisée comme dans les langues slaves au niveau du système verbal, il est pertinent de se demander si cette notion trouve son expression et si, oui, comment elle se manifeste. Un simple coup d'œil sur le français montre que le couple aspectuel *perfectif/imperfectif* est traditionnellement appliqué à l'opposition passé simple (PS) vs imparfait (IMP), appelée aussi "passé défini" vs "passé indéfini". Si l'on met dans le même panier les "deux perfectivités", celle du PS et celle des temps composés, par exemple du passé composé (PC), on en arrive à dire comme Vet (1981: 110) que le système verbal du français comporte une forme "imperfective" (l'IMP), s'opposant à deux formes "perfectives" (le PS et le PC), le futur compris.

2. Note sur la terminologie utilisée

L'introduction de ces valeurs, en l'occurrence la perfectivité du passé composé (mais ce pourrait être l'"imperfectivité" de l'imparfait) correspond à un **choix énonciatif**[1]; la catégorie du perfectif et de l'imperfectif reflète, en effet, le choix (objectivement conditionné) du sujet parlant (ou du sujet qui écrit) entre deux formes de voir l'action dénotée par

[1] Si le «mode de procès» ne fait pas l'objet d'un choix de la part du locuteur, l'aspect grammatical, par contre, en est un; donc, comme l'a fait remarquer Golian (1979: 114), «l'aspect grammatical est une modalité qui exprime la manière dont se déroule le procès»,

le verbe: le point de vue qui la présente comme un tout indivisible (le perfectif) ou celui sans référence à la totalité de l'action (l'imperfectif)[2]. Le perfectif est fermé, il présente la situation comme complète. L'imperfectif est ouvert, il présente la situation comme incomplète.

On peut évidemment nous reprocher d'appliquer les catégories d'analyse d'un certain groupe de langues (en l'occurrence ici, l'opposition aspectuelle *perfectif/imperfectif* des langues slaves) à la description d'une langue (comme le français) dont l'organisation temporelle et aspectuelle n'est pas structurée de la même façon[3]. Comme le soulignent Mounin (1968: 317) ou bien encore Culioli et Desclés, 1981, il est bien sûr illusoire de chercher à plaquer artificiellement, lors de la description du fonctionnement d'une langue particulière, des notions réimportées de l'étude d'autres langues. Nous sommes conscients que les faits de langue ne s'ordonnent pas en fonction de catégories préexistantes et universelles et que la seule méthode saine consiste à partir du fonctionnement des formes que comporte la langue.

Aussi adopterons-nous de préférence une approche sémasiologique afin de donner une extension minimale au concept d'aspect, et cela pour deux raisons: tout d'abord, il nous semble peu judicieux de donner une grande extension à un concept dont tous les linguistes s'accordent à souligner le flou; ensuite parce que ce concept nous semble correspondre à des phénomènes disparates. Nous nous efforcerons donc de purifier le concept d'aspect, en le réduisant à son noyau dur: nous distinguerons, à

---

[2] Citons B. Comrie: "[...] la perfectivité indique le point de vue d'une situation comme un tout (single whole) sans distinction des différentes phases qui composent cette situation alors que l'imperfectif attire l'attention essentiellement sur la structure interne de la situation" (cf. B. Comrie, *op. cit.*, p.16).

[3] En français, comme dans d'autres langues romanes (cf. Campos, 1984; voir aussi Comrie, 1976: 62), la distinction imperfectif/imperfectif ne se manifeste pas lexicalement, contrairement à ce qui se passe dans les langues slaves, mais au niveau du système grammatical, notamment à travers l'opposition entre les temps verbaux qui expriment le passé, et plus exactement entre l'IMP auquel on associe très souvent une valeur aspectuelle imperfective et le PS associé fondamentalement au perfectif. Il existerait, dans cette perspective, ce que Fuchs (1986: 48) appelle une "équivalence interlinguale: celle du couple aspectuel imperfectif/perfectif russe (ex.: *Ja pil/Ja vypil*) et du couple temporel IMP/passé défini en français (ex.: *Je buvais/Je bus*)". Le commentaire de Guillaume (1969: 48, note 8) est à cet égard tout à fait éclairant: "Si l'on change de langue […] la même différenciation (peut) appartenir ainsi dans l'une au système de l'aspect et dans l'autre au système des temps, cependant que, dans les deux, elle aboutit pratiquement, sa nature n'étant pas modifiée par la différente position qu'elle occupe, au même résultat, au même "effet de sens" […]. L'opération de pensée dans les deux cas est finalement la même […] mais elle n'est pas la même originellement".

la suite de De Both-Diez (1985: 6-7) ou de Comrie (1989), deux modes de procès, à savoir les **procès TÉLIQUES** et les **procès ATÉLIQUES**[4], et deux aspects, à savoir l'**aspect PERFECTIF** et l'**aspect IMPERFECTIF**. La terminologie *perfectif/imperfectif* est ambiguë et doit être employée avec précaution. Bien que Pollak (1976), Campos (1993: 65-68; 1994) ou Co Vet (1981: 116 et 1994: 3) la réservent à l'aspect (grammatical), d'autres linguistes l'emploient pour le mode de procès.

Retenons, pour le moment, que le mode de procès d'un verbe concerne les caractéristiques virtuelles, hors contexte, d'une situation, l'aspect une occurrence actuelle, dans un contexte particulier de cette situation[5]. Illustrons cela par un exemple. Hors détermination contextuelle et cotextuelle, le procès *jouer* est **atélique** parce qu'il "peut être prolongé sans jamais atteindre une borne au-delà de laquelle l'expression cesse de renvoyer à la même situation" (Comrie, 1989: 58) (ex. (1a) *quand j'ai regardé par la fenêtre, Jean jouait tranquillement*), mais il peut se transformer en verbe **télique** lorsque le schéma syntaxique est télique, c'est-à-dire lorsque l'idée d'une fin temporelle est exprimée par le complément d'objet direct: ainsi, dans un contexte particulier, la phrase (1b) *(hier), Jean a joué la finale de Roland Garros*, qui concerne une occurrence concrète du procès *jouer*, est **perfective** parce que l'événement linguistique décrit, dans cette séquence, est perçu globalement, c'est-à-dire comme étant achevé à un certain moment sur l'axe temporel. Par contre, la phrase (1c) *Jean jouait la finale de Roland Garros (quand ...)*, qui concerne une autre occurrence du même prédicat virtuel, est **imperfective** parce qu'elle est perçue partiellement de l'intérieur, en ce sens qu'elle présente l'action dans son déroulement[6]. Et que dire d'une

---

[4] Comrie (1989) remplace les termes télique et atélique par télétique et non-télétique. Une action désignée par un verbe peut être ou ne pas être limitée par un ***télos***, c'est-à-dire un terme indépassable au-delà duquel cette action ne peut continuer, à moins d'être recommencée. Ceci permet de distinguer des verbes *téliques* et *atéliques*. La distinction aspectuelle télique/atélique coïncide avec celle effectuée par différents auteurs à la suite de Vendler 1957, entre les expressions renvoyant à des états ou à des processus (atéliques) et les expressions renvoyant à des événements (téliques), c'est-à-dire soit à des accomplissements, soit à des achèvements.

[5] Comme l'écrit, à ce propos, François (1983: 86): "La télicité est donc *virtuelle*, c'est la combinaison avec l'aspect qui l'*actualise*" (c'est nous qui soulignons).

[6] - L'IMP ("**jouait** *la finale de Roland Garros*") a ici une valeur de processus en cours dans le passé, et en tant que processus, rien n'est dit sur le terme du processus (cf. aussi Imbs, 1960: 90; Duchacek, 1966: 166-167 et Monnerie, 1979: 40); il s'en suit que la télicité à l'œuvre ici est seulement une *télicité potentielle* (l'utilisation d'un temps "du passé" n'est donc pas suffisante pour rendre la télicité effectivement réalisée car elle peut rester simplement une *télicité effective* seulement visée

phrase comme: (1d) *(l'année prochaine), Jean jouera la finale de Roland Garros*? On s'accordera pour reconnaître que le futur exprime ici un événement **perfectif**, c'est-à-dire un événement perçu mentalement dans son intégralité. Cette perfectivité est d'autant plus évidente que le procès se présente au PS[7]: (1e) *(ce jour-là), Jean joua la finale de Roland Garros*. Il s'agit ici aussi d'un procès vu comme un accomplissement total ou complet, du début jusqu'à la fin, et à ce titre indivisible.

(cf. à ce propos la distinction établie par Desclés (1993: 36-42) entre **télicité potentielle** et **télicité effective**). On notera, par ex., qu'une expression d'événement, qui au PS implique que le terme est atteint, mise à l'IMP perd cette implication (cf. Garey, 1957: 109). Tandis que *il vint dîner chez Marie* implique que "il a dîné chez Marie", *il venait dîner chez Marie* n'en dit rien: "il n'a peut-être pas dîné chez Marie." Cela correspond bien à l'invariant de l'IMP: alors que le PS induit le franchissement réel d'une limite intérieure (cf. Pollak, 1976: 297; Culioli, 1980: 192), d'où un effet de sens [+ factuel], la zone de validation d'un procès avec un IMP est toujours bornée à droite avec une borne ouverte. Par conséquent, l'IMP n'est jamais un événement (selon les termes de Desclés, 1991: 179 ou 1993: 35); il peut renvoyer à un état descriptif (cf. Maire-Reppert, 1991: 109-112) ou à un processus en cours (*ibid.*, p. 122-125) ou encore à une classe ouverte d'événements identiques (*Jean fumait la pipe* = il avait l'habitude de fumer la pipe). Un seul emploi de l'IMP pourrait renvoyer à un événement (perfectif): ex. *cinq minutes plus tard, le train* ***déraillait****;* nous avons ici une valeur que Maire-Reppert (1991: 115-121) qualifie de 'nouvel état': l'IMP est, dans ce cas, l'indicateur d'une occurrence d'un événement que l'on peut gloser comme suit: *cinq minutes plus tard, le train* ***a déraillé*** ou ***déraillа***. Mais en employant l'IMP, on focalise l'attention non pas sur l'occurrence de l'événement (tel serait le cas si on recourait au PS) mais sur l'état nouveau, i.e. sur les conséquences qui s'attachent à cet événement.

[7] Cela suffit à rejeter la terminologie selon laquelle les formes simples exprimeraient l'aspect inaccompli. En effet, nombreux linguistes (Benveniste, 1966: 273 ss; Martin, 1971: 48, entre autres) réservent le terme accompli pour caractériser l'aspect des **formes composées** qui expriment le processus verbal, après son achèvement, dans son extension (on a alors affaire à ce que Guillaume appelle l'aspect transcendant: ex. *j'ai mangé, j'avais mangé*, etc.) et le terme inaccompli pour désigner les **formes simples** qui expriment ce même processus dans son intériorité, dans sa tension (dans ce cas, on a affaire à l'aspect immanent qui suscite l'image de la durée intérieure de l'événement non outrepassée: ex. *je mange, je mangeais*, etc.). On comprend mieux à présent pourquoi certains linguistes rejettent cette terminologie (accompli/inaccompli), bien qu'elle semble, à première vue, à la fois claire et pertinente pour qualifier l'opposition des aspects. Vassant (1988: 42) la critique, car 1° "il n'existe pas de terme pour désigner les formes surcomposées", ce en quoi elle a raison, et 2° parce que le PS semble exprimer, dans nombre de cas, l'accomplissement total, l'achèvement, alors qu'il est censé, en tant que forme simple du verbe, exprimer, dans le cadre de cette terminologie, l'inaccompli. Celle-ci semble, en effet, peu opératoire, car comme l'écrit Campos (1993: 68), "les désignations accompli et inaccompli supposent des valeurs de prétérit". Or, comme nous venons de le voir, "rien ne s'oppose à ce qu'un événement localisé, avec une **valeur de postériorité**, par rapport à un point localisateur soit perçu, à partir de ce point, comme un tout **fermé** et **complet**" (c'est nous qui soulignons et traduisons du portugais). Pour éviter ces dangereuses confusions (entre aspect inaccompli/temps simples et aspect accompli/temps composés), nous avons jugé préférable de recourir aux termes de *perfectif/imperfectif*: de par leur neutralité en ce qui concerne les valeurs temporelles, ils sont mieux à même de nous sortir de l'impasse où nous accule l'emploi des termes *inaccompli/accompli*.

Étant donné que la corrélation établie entre, d'une part, les procès téliques et le PS et, d'autre part, les procès atéliques et l'IMP n'est pas absolue[8], il faut se fonder sur d'autres facteurs contextuels pour déterminer si un événement est perfectif ou imperfectif. Ces facteurs se présentent souvent, mais pas toujours sous la forme d'adverbiaux aspectuo-temporels et se répartissent en deux catégories: les éléments co(n)textuels perfectivisants et les éléments co(n)textuels imperfectivisants.

3. Éléments co(n)textuels perfectivisants

Pour signifier la perfectivité, on a recours, en français, à toutes sortes de marqueurs perfectivisants.

3.1. Compléments adverbiaux qui indiquent la borne finale ou les deux bornes du procès

Dans les exemples qui suivent, les compléments adverbiaux qui explicitent (1a) la borne finale de l'intervalle (ex.: *jusqu'à deux heures*), (1b) les deux bornes de l'intervalle (ex.: *du matin jusqu'au soir*) exigent par leur signifié même que le temps verbal prenne en compte la limite terminale de la situation décrite par le procès:

> (2a) Le cinq juin 1989, Jules *attendit* [/∗*attendait*] **jusqu'à** 5 heures (ex. de Vetters, 1993: 15).
> (2b) Personne n'aima Néron parce que -**dès le début de son règne; et jusqu'à la fin**- cet homme *fut* [/∗*était*] un tyran terrible (ex. de Molendijk, 1983: 25).

Dans ces deux exemples, les marqueurs adverbiaux *jusqu'à cinq heures* et *dès le début de son règne, et jusqu'à la fin* indiquent, en effet, que l'événement est saisi dans sa globalité (on peut donc dire qu'il est perfectif) et excluent, de ce fait, l'IMP. Il semble donc que ces compléments ne se contentent pas de la forme imperfective (ou neutre, selon

[8] En français, les temps révèlent de nettes affinités avec certaines classes aspectuelles, et des incompatibilités vis-à-vis d'autres classes aspectuelles. Cela est vrai, par exemple, pour l'imparfait qui s'emploie dans une très large mesure avec des procès atéliques et assez peu avec des procès téliques. Mais le français se distingue du russe par exemple où l'aspect perfectif n'est compatible qu'avec des procès téliques.

Vetters 1993) de l'IMP, mais exigent la forme (marquée) perfective du PS[9]. Dans la mesure où ils présentent eux-mêmes des affinités sémantiques avec l'aspect perfectif, de tels compléments peuvent non seulement confirmer la **télicité notionnelle** (cf. Bouscaren *et al.* 1993) des procès intrinsèquement téliques mais aussi -tel est le cas ici- assigner à des procès notionnellement atéliques (cf. *supra* ex. (2a) *attendre;* ex. (2b) *être)* une **télicité énonciative (ou contextuelle)** qui a pour effet de perfectiviser ces derniers. Ici, une opération de recatégorisation entre en jeu, qui conduit les deux procès atéliques -*attendre/être*- à prendre le trait sémantique [+perfectif/+télique] inhérent à chacun des compléments mentionnés ci-dessus; cette recatégorisation explique, entre autres, l'emploi du PS (*attendit/fut*) dont la perfectivité neutralise le mode de procès non transitionnel des deux verbes en jeu.

Il faut, bien sûr, préciser que les compléments qui induisent la borne terminale ou les deux bornes du procès n'excluent pas toujours l'IMP. En effet, lorsque ce type de complément est pris dans une phrase indiquant une répétition régulière ou habituelle, on emploie, si cette répétition est regardée de l'intérieur, l'IMP:

> (2c) Emile Maugenest fut curé d'Issoudun depuis 1861 jusqu'en 1871. Le Père Chevalier le remplaça en 1872. Jusqu'en 1880, il avait sa chambre au Sacré-Coeur où il travaillait le matin à son courrier et à ses livres. Il venait manger au presbytère et y *restait* **jusqu'au soir**.
> (2d) Je n'avais que 14 ans. Le maçon s'appelait Marcel comme moi. Je *travaillais* **depuis le matin huit heures, jusqu'au soir cinq heures** (exemples trouvés sur Internet)

3.2. Compléments adverbiaux duratifs

Les compléments adverbiaux qui fournissent une indication de durée sans spécification de la localisation temporelle, *pendant 2 heures*, *en 3 jours*, *toute l'année*, etc... invitent, eux aussi, à se représenter le procès dans sa totalité, ce qui constitue une demande de perfectivité. Ces adverbes sont à verser dans la catégorie des inclusifs anaphoriques ou polyvalents

[9] Dès lors, on imagine les catastrophes didactiques que peuvent provoquer des "règles" du genre "l'IMP exprime une durée" (cf. Imbs ,1961: 81) chez les apprenants de français langue étrangère, et l'on comprend qu'ils soient tentés de mettre systématiquement à l'IMP des verbes comme *durer*, *attendre*, *rester*,...

et en tant que tels doivent être couplés à une information référentielle, donnée par exemple par un adverbe autonome[10] (cf. Borillo, 1998):

> (3a) La guerre de Cent Ans -qui *dura* [/∗*durait*] d'ailleurs **116 ans**- fut surtout amenée par la rivalité entre Philippe VI et Édouard III. (ex. de Molendijk, 1990: 11))

ou par un adverbe déictique (du type de *hier*):

> (3b) Hier, il *a marché* [/∗*marchait*] pendant 2 heures

Bien que *la guerre de Cent Ans* fournisse, à l'instar de *Néron* dans (2b), une référence temporelle, le PS s'impose ici pour des raisons aspectuelles: malgré la neutralité de l'IMP (défendue par certains linguistes, notamment par Vetters, 1993), on constate qu'il est difficile, voire impossible de le combiner avec un complément de durée qui mesure l'étendue de l'intervalle (*116 ans*). Si l'on considère, au contraire, que l'IMP est fondamentalement imperfectif, on comprend d'autant mieux son incompatibilité avec les compléments perfectifs qui ou bien mesurent la durée totale de l'intervalle (cf. ex. (3a) *116 ans*), ou bien spécifient les deux bornes de l'intervalle (cf. ex. (2b) *dès le début de son règne, et jusqu'à la fin*).

3.3. Compléments adverbiaux ponctuels

Les compléments qui indiquent qu'un événement se réalise instantanément favorisent également une représentation perfective du procès:

> (4a) **tout à coup**, le garçonnet, sans prévenir, *pivota*. (Céline, *ibid*, p. 198);
> (4b) **à l'instant** je le *trouvai* abominable de me déranger (...) (Céline, *ibid*, p. 445);

[10] Précisons que l'adverbial est autonome lorsqu'il est localisé par rapport au calendrier. Borillo (1998: 137) distingue parmi les adverbiaux repérés de manière autonome les adverbiaux de **date complète** (*le 3 octobre 1969, en 1968*, etc.) et les adverbiaux de **date indéterminée** (*à une certaine époque, une fois, un jour*, etc.). Selon cette linguiste, les adverbiaux non autonomes peuvent être répartis en deux groupes selon qu'ils sont repérés par rapport au moment de l'énonciation ou par rapport à un autre point de référence: les premiers sont des adverbiaux **déictiques** (*aujourd'hui, demain*, etc.), les autres des adverbiaux **anaphoriques** (*la veille, le lendemain*, etc.). Cette linguiste précise qu'il y a une autre classe, celle des adverbes **polyvalents** (qui fonctionnent aussi bien comme déictiques que comme anaphoriques, par ex.: *en octobre, à 9 heures*, etc.).

Dans ce cas, il est difficile de regarder l'événement de l'intérieur parce qu'il n'a pas de durée. On peut donc employer le PS (*pivota*, *trouvai*) qui saisit l'événement dans sa globalité.

Mais l'emploi de l'IMP est également possible et constitue un exemple-type de l'IMP narratif: ((4a') *Tout à coup le garçonnet (...)* ***pivotait****;* (4b') *à l'instant je le* ***trouvais*** *abominable* (...)). Dans ce contexte particulier, l'interaction entre les différents éléments du cotexte se révèle complexe. L'apparition de cet IMP dépend crucialement de la présence d'un complément de temps en début de phrase (Klum, 1961; Tasmowski-De Ryck, 1985).

Bres (2005) rappelle que l'imparfait n'est pas ici la forme attendue, mais qu'il remplace un PS qui est le temps orthonymiquement[11] utilisé. Le passé simple paraît en effet plus naturel que l'imparfait qui semble au contraire tendanciellement discordant. Le sémantisme ponctuel d'un verbe comme <trouver (abominable)> ou <pivoter> entre en conflit avec le caractère non limitatif de l'IMP. Les effets de sens qui en résultent ont pour but d'effacer la borne inhérente au procès (voir Gosselin, 1996). L'imparfait dans son tour narratif donne pourtant l'impression d'être devenu perfectif (cf. Bres, 2005: 20).

Mais il est bien évident que cet IMP ne produit pas le même effet de sens qu'un PS avec lequel il alternerait dans ces contextes, laissant à ce dernier l'effet de vision globale[12], nette et froide, sans plus, et se réservant l'expression du "gros plan", dans un mouvement au ralenti de notre caméra mentale. En effet, l'emploi de l'IMP produit un effet particulier: les situations ponctuelles du type de celles décrites en (4a')-(4b') semblent étirées et prolongées[13] à la manière des séquences ralenties dans un film. Ce sera cet IMP affectif dont les grammaires ne parlent pas toujours qui a pour effet de rendre la scène plus frappante.

---

[11] La notion d'orthonymie est empruntée à Chevalier et Delpart, 1995. Comme le note Patard (2007: 194, note 19), appliquée à l'emploi des temps verbaux, cette notion signifie donc qu'un tiroir est la forme attendue dans un co(n)texte donné.

[12] En effet, comme le rappelle Touratier (1996: 104): «la valeur propre du passé simple n'est pas véritablement de réduire à une sorte de point dépourvu de durée un événement passé, mais de le présenter comme un fait, c'est-à-dire comme un événement isolé et délimité dans sa globalité de fait objectif, ainsi que peut l'être une date dans un livre d'histoire».

[13] En effet, comme le note Sthioul (1998: 212), même lorsque l'action n'a en fait aucune durée, le locuteur la présente «comme étalée sous les yeux du lecteur», le procès est «dilaté» (Klum, 1961: 114).

3.4. Adverbes de quantification numérique

D'autres facteurs de perfectivité peuvent entrer en jeu, en particulier si l'événement est compris comme la somme d'une série d'événements dont chacun conserve potentiellement le caractère terminatif d'un procès discret[14], d'où l'emploi d'adverbes numéraux (du type *2 fois*, *3 fois*, *plusieurs fois*, etc.,) qui se rapportent uniquement à une itération contingente, factuelle, spécifiée. Cela signifie que l'événement a effectivement eu lieu et il n'y a donc pas moyen de le traiter comme étant en cours:

> (5a) Une femme *se retourna* [/∗*se retournait*] **deux fois**, sourit à Thérèse. (Mauriac, *Thérèse Desqueyroux*, p. 182).
> (5b) Au cours de cette seule journée, la tête redoutée *apparut* [/∗*apparaissait*] **vingt-trois fois** sur le mur (...) (Aymé, cité par Jacquenod 1988: 204).

S'il est vrai que ces adverbes de quantification numérique (cf. *supra deux fois/vingt-trois fois*) ne peuvent se combiner ni avec le présent (?*une femme* ***se retourne*** *deux fois* (..)) ni avec le PS (*?(...) la tête redoutée* ***apparut*** *vingt-trois fois sur le mur*) pour donner lieu à une lecture habituelle, il est vrai aussi qu'il suffit d'ajouter une indication temporelle comme *par semaine* ou *par mois* pour que l'on ait un adverbe de fréquence similaire à *souvent*, *rarement*, etc., qui autorise à ce moment-là une interprétation habituelle, parce qu'elle fournit une sorte de fréquence moyenne sur une certaine période (Mourelatos, 1978; Hoepelman et Rohrer, 1980): (5b') (...) *la tête redoutée* ***apparaît/apparaissait*** *vingt-trois* ***par jour/par semaine/par mois***; cf. aussi "*la femme de ménage* ***passait*** *chez eux trois fois* ***par semaine*** *pour laver (...)*" (Céline, *ibid*, p. 252) ou "*À heures précises, deux fois* ***par semaine****, il* ***déclenchait*** *des véritables orages magnétiques par-dessus la tête des mélancoliques rassemblés tout exprès dans une pièce bien close et bien noire*" (Céline, *ibid*, p.415): en ajoutant une telle indication temporelle, on imperfectivise la pluralité occurrentielle ici en jeu, ce qui autorise l'emploi du présent ou de l'IMP.

---

[14] Pour une description de la typologie tripartite des procès (en *discret-dense-compact*), voir Franckel et Paillard, 1991.

3.5. Cas de recatégorisation d'un procès de type non-transitionnel

Pour perfectiviser un procès de type non-transitionnel, on peut également procéder à une espèce de recatégorisation de ce procès, en recourant, entre autres, à des compléments suggérant l'écoulement dans le temps (ex. *le lendemain, quelques secondes plus tard* (5a)) ou la réalisation instantanée (*soudain, tout à coup, du coup* (5b)):

> (6a) **quelques secondes plus tard**, Pierre *fut* sous le chapiteau (cité par Vetters ,1996: 116)
> (6b) Dans la colonie argentine, elle *sut* se rendre **du coup** extrêmement populaire (Céline, *ibid*, p.80).

On remarquera que ce processus de recatégorisation du procès peut également avoir lieu en l'absence de tout adverbe:

> (6c) Elle ne *sut* que répondre, (...) (Mauriac, *ibid*, p. 179);
> (6d) Je *compris* que je ne devais plus tirer sur la ficelle (...) (Bourkhis, *ibid*, p. 83);
> (6e) Considérés à distance ces temps du Tarapout ne *furent* en somme qu'une sorte d'escale interdite et sournoise (Céline, *ibid*, p. 362).

Si l'on s'en tient à tous ces exemples, force est de constater que le PS appliqué à une phrase qui dénote un état rapproche celui-ci d'un événement télique qui annule la valeur préférentielle normalement induite par ce type de procès (à savoir une valeur aspectuelle imperfective) au profit d'une valeur opposée. Comme nous l'avons vu, les procès /compact/ sont en principe caractérisés par le fait qu'ils ne changent pas. Voilà pourquoi, nous lisons si souvent, surtout dans la grammaire traditionnelle, que les verbes d'état préfèrent l'aspect imperfectif tandis que les procès dynamiques préfèrent l'aspect perfectif. Or, comme nous venons de le voir, il peut arriver qu'il y ait quand même changement, et dans ce cas cette transition entre les deux états est considérée comme un événement perfectif[15] (et ponctuel), ce qui permet l'emploi du PS.

---

[15] On notera, toutefois, que dans certains cas, le PS ne qualifie pas l'intervalle dans sa globalité, mais qu'il a une valeur inchoative (cf. Guenthner *et al*., 1978), au sens où il focalise plutôt la transition entre deux états: cf. ex. *Thérèse leva les yeux et* ***fut étonnée*** *de sa figure dans la glace*. *Thérèse fut étonnée* (à la place de "*fut étonnée*" on pourrait très bien avoir "*s'étonna*").

Ici encore, il faut admettre que toutes sortes d'éléments perfectivisants (cf. p. ex. groupes prépositionnels dans (6a) ou (6b)) recatégorisent l'ensemble de la phrase, qui transmet son trait [+transitionnel] ou [+télique] au groupe verbal. On remarquera que le mode de procès non-transitionnel d'un verbe comme *savoir* par exemple peut être confirmé par l'imperfectivité de l'IMP (cf. *infra* (7a)) ou bien neutralisé par le PS perfectif (cf (7b)):

> (7a) Ma mère *savait* que nous viendrions (= elle était au courant: état, circonstances).
> (7b) Ma mère *sut* que nous viendrions (= *apprit:* fait nouveau, événement).
> (exs de De Both-Diez, 1985: 8))

En se combinant avec l'IMP, le verbe *savoir* exprime son sens primaire (cf., *supra* (7a)), mais il n'a plus le même sens lorsqu'il est conjugué au PS, car il devient perfectif en présence de cette forme temporelle perfective. Cet autre sens s'accorde avec cette nouvelle valeur aspectuelle: *il sut que … = il apprit que*. Le mode de procès (ou **aspect lexical**) semble donc se trouver sous la dépendance de l'**aspect morphologique** (dit aussi **aspect grammatical** ou **aspect flexionnel**), car, comme le montre Martin (1971: 78), «l'information aspectuelle véhiculée par la désinence est capable de changer à tel point le contenu aspectif du lexème qu'il peut en être quasiment inversé».

C'est cette "réciprocité" entre l'aspect et ce que nous appelons ici le type de procès qui permet de rendre compte de certaines agrammaticalités, telles que:

> (8a) L'enfant *se noyait* quand son père lui *tendit* une perche.
> (8b) *L'enfant *se noya/s'est noyé* quand son père lui *tendit/a tendu* une perche[16]

Comme le montrent les exemples ci-dessus, l'interaction entre aspect et types de procès peut également entraîner des faux-sens, des contre-sens, ou même des non-sens. Le non-sens contenu en (8b) tient au fait que le PS (tout comme le PC) implique à la fois la borne initiale et

[16] En revanche, l'énoncé *L'enfant se noya/s'est noyé au moment même où son père lui tendait une perche* est tout à fait naturel, car il établit une relation de coïncidence entre les deux événements.

la borne finale du procès. Aucun événement ne peut donc venir l'interrompre. En (8a), l'événement "*il se noyer*" ne s'est pas entièrement réalisé puisque notre connaissance du monde nous dit que "se noyer" implique la mort de la personne en question. Or, le contexte montre que celle-ci est saine et sauve. Il faut donc employer l'IMP.

Dans (8b) la noyade a effectivement eu lieu, d'où le non-sens. Ces deux exemples démontrent suffisamment que la différence entre le PC, le PS et l'IMP est linguistiquement pertinente. Si *il se noyait* n'est pas la même chose que *il se noya* ou *il s'est noyé* —du fait de l'impossibilité de dire ∗*Il se noya/s'est noyé mais il ne se noyait pas* (alors qu'il est possible de dire *Il se noyait, mais il ne s'est pas noyé*) ou du fait de l'impossibilité de dire ∗*Il se noya/s'est noyé, mais on l'a sauvé* (alors qu'on peut dire *Il se noyait, mais on l'a sauvé*) —, et si par ailleurs *il se noyait* et *il se noya/s'est noyé* se rapportent tous les trois à la même tranche temporelle (le passé), on est obligé de conclure qu'entre les trois formes il y a une différence autre que temporelle.

4. Éléments co(n)textuels imperfectivisants

Mais on peut distinguer également, en français, toutes sortes de marqueurs imperfectivisants; nous n'en citerons ici que quelques-uns. De prime abord, il est tentant de rendre compte de l'emploi habituel bien connu de l'IMP en faisant de ce dernier le symétrique dans le passé du présent (cf. Martin, 1971: 89 et suiv.; Brunot, 1922: 773-778; Wagner & Pinchon, 1962: 361-365).

4.1. Répartition trame/arrière-plan

Comme il a été souligné ci-dessus, cette valeur de "présent actuel translaté" est codée en français par une forme d'IMP:

> (9) Nous *étions* [/∗*fûmes*] à l'étude quand le proviseur *entra* [/∗*entrait*] (Flaubert, ex. cité par Vetters, 1993: 26)

Cet exemple illustre, on le rappelle, le schéma d'incidence (d'après Pollak, 1976): pendant un événement à l'IMP (qui sert de décor ou d'arrière-plan ainsi que le définit Weinrich, 1973) un événement (de "premier plan")

au PS survient[17]. La valeur aspectuelle sous-jacente à ce type d'énoncé est, on l'a vu, imperfective. Ainsi, le procès à l'imparfait *étions à l'étude* sert d'arrière-plan à l'avancée du récit portée par le passé simple [*entra*].

4.2. Subordonnées temporelles introduites par *pendant que*

On pourrait en dire de même de *pendant que* qui introduit une subordonnée temporelle appartenant très souvent (mais non obligatoirement) à l'arrière-plan ou au décor:

> (10a) Elle remonta à sa chambre, et **pendant que** je l'*embrassais* [/**embrassai*], elle dit: (...). (Nerval, ex. cité par Vetters, 1993: 15);
> (10b) **Pendant qu'**elle *était* [/**fut*] dans sa chambre, le médecin arriva. (Maurois, ex. cité par Togeby, 1982:371)
> ou bien encore:
> (10c) Voilà que **pendant qu'**on *se parlait* [/**parla*] bien agréablement (...), survint l'entracte. (Céline, *ibid*, p. 354).

Comme le souligne Leeman (2003: 27), *pendant que* suppose une certaine durée accomplie mais non la saisie de la totalité de l'accomplissement. On comprend alors pourquoi cette conjonction est, à l'instar des conjonctions *tandis que, alors que* ou *depuis que*, incompatible avec

---

[17] Le phénomène aspectuel du schéma d'incidence qui explique l'emploi de l'IMP et du PS dans l'ex. (9) ci-dessus a été traduit, en effet, par l'opposition décor (arrière-plan)/changement (premier plan) qui entre dans la description prototypique du PS et de l'IMP. Mais comme nous l'avons souligné ci-dessus (en recourant à un ex. de Molendijk (1990: 12) —(a) *J'aperçus une lueur multicolore qui, brusquement, **traversait** le ciel*— l'IMP (*traversait*) se trouve clairement au premier plan. Parallèlement, on constate que le PS n'indique pas toujours qu'il y a changement. Il peut saisir dans leur globalité des états permanents pour une période très longue sans envisager de changement: ex. (b) *Louis XIV **fut** roi de 1643 à 1715*. Cet ex. est également possible avec l'IMP *était*: (c) *Louis XIV **était** roi (quand il épousa Marie-Thérèse)* (ex. (b) et (c) de Beck-Busse, 1990: 19). Le choix entre PS et IMP dépend de ce que l'on veut exprimer: le PS *fut* caractérise le règne de Louis XIV dans son ensemble (on décrit la situation à partir d'un moment postérieur au règne de Louis XIV); l'IMP *était* décrit un moment particulier de son règne (on emploie son règne comme décor sur le fond duquel un événement se produit (*quand il épousa Marie-Thérèse*) et donc comme étant en cours au moment où celui-ci se produit. D'autre part, il reste à montrer qu'arrière-plan et perfectivité ne s'excluent pas, ce qu'on voit aussi dans les deux exs suivants: (d) *Une légère brume flotta sur Capri pendant que **dura** cette histoire* (Peyrefitte, ex. cité par Togeby, 1982: 371); (e) *En 1882, il s'installa dans la ville même où Charles Martel **arrêta/?arrêtait** les Arabes. Il y rencontra son épouse future*. (Molendijk, 1990: 251), où le PS *arrêta* y est employé dans une subordonnée relative restrictive, un contexte typique d'arrière-plan.

le PS[18], comme en témoigne l'inacceptabilité des formes [/∗*embrassai*], [/∗*fut*] et [/∗*parla*] dans les exemples (10a)-(10c) donnés ci-dessus. Dans ces trois exemples, *pendant que* impose, en effet, une lecture imperfective. Cette linguiste (*op. cit.*) s'empresse d'ajouter qu'il suffit de passer de *pendant que* à *pendant tout le temps que* ou seulement *tout le temps que* pour que le PS redevienne possible:

> (11a) *Pendant tout le temps qu*'il **demeura** à la cour de Dresde, Louis de Silvestre se fit estimer autant par ses talents, que par sa personnalité et il se fit des amis distingués.
> (11b) *Tout le temps que* **dura** les rencontres, Édouard I[er] et son armée restèrent à proximité en cas de troubles[19].

Comme on peut le constater, le PS est compatible avec ces conjonctions qui supposent la mise en simultanéité durative des deux événements, dès lors que ces derniers sont mis en relation dans leur globalité.

Ces brèves considérations à propos de L'IMP sont à même d'expliquer pourquoi ce dernier ne se combine pas, sauf dans une acception habituelle, avec *pendant*[20] ou avec des locutions temporelles du type de *3h à 5h* (cf. (11c) *?Paul dansait pendant deux heures*; (11d) *?Paul dansait de 3h à 5h*), et pourquoi il refuse, lecture habituelle toujours exceptée, les adverbes de quantification numérique[21] (cf. ∗*Paul dansait trois/plusieurs fois*): dans les deux cas, l'exigence de situation imperfective (inachevée) qui le caractérise se trouve contredite.

A titre d'illustration immédiate, prenons le célèbre exemple tiré de Marcel Proust:

---

[18] On trouve pourtant des exemples avec le PS: (a) son mari la plaignit **pendant qu**'elle *vécut* et la regretta longtemps après sa mort; (b) une légère brume flotta sur Capri **pendant que** *dura* cette histoire. Comme le note Vetters (1996: 122) à qui nous empruntons ces exemples, le narrateur a fait appel au PS car il a préféré mettre l'accent sur la globalité au lieu d'insister sur le fait que l'événement décrit par la subordonnée est en cours au moment où l'événement décrit par la principale se produit. En (a), on voit, par exemple, que c'est la mort de la femme qui permet de saisir sa vie dans sa globalité.

[19] - Les exemples (11a)-(11b) proviennent de l'encyclopédie *wikipédia*, disponible sur Internet.

[20] Lire la note (32).

[21] L'IMP n'est pas, comme on le dit parfois trop sommairement, le temps de la durée mais de l'action envisagée en dehors de son commencement et de sa fin. C'est pourquoi il ne peut jamais s'employer avec l'indication numérique de la durée, car si la durée peut être mesurée, c'est qu'elle est révolue. Dès lors, on peut dire: *Il habitait Paris pendant la guerre*, mais non: *Il habitait Paris pendant dix ans.*

(12a) Longtemps, *je me suis couché* de bonne heure. Parfois, à peine la bougie éteinte, mes yeux se fermaient si vite que je n'avais pas le temps de me dire: "je m'endors". (Proust, *Du côté de chez Swann*, p. 1).

Le PC, qui ouvre le roman, exprime ici une suite habituelle d'événements identiques qui se situent dans une longue durée. Cet exemple indique bien que le PC dans un récit est tout à fait compatible avec la durée.

Remarquons, d'ailleurs, que l'on n'a pas une libre combinatoire entre les imparfaits, passés simples (ou passés composés) et les adverbes comme *longtemps, pendant longtemps* et *depuis longtemps*:

(12b) **Pendant longtemps (/longtemps)**, je *me couchai*/je *me suis couché* de bonne heure.
(12c) **Pendant longtemps (/longtemps)**, ?je *m'étais couché* de bonne heure.
(12d) **Pendant longtemps (/longtemps)**, il *se coucha*/s'*est couché* [/*se *couchait*] de bonne heure.
(13) **Depuis longtemps**, il *se couchait* [/**se coucha*/**s'est couché*] de bonne heure.

Dans un énoncé comme (12a) *pendant longtemps (/longtemps), je me suis couché de bonne heure*, que l'on peut paraphraser par (12a´) *Pendant longtemps, j'ai eu l'habitude de me coucher de bonne heure*, l'adverbe de référence temporelle *pendant longtemps* fonctionne comme un adverbe inclusif. *Longtemps* correspond ici à *pendant longtemps* et ne fonctionne pas comme indicateur de l'habitualité, mais comme simple marqueur de la durée de la fréquence (d'où la glose proposée ci-dessus: cf. (12a')).

La preuve en est fournie par la difficulté de trouver l'IMP dans (12c) et (12d). Il semble, en effet, que ces compléments ne se contentent pas de la forme imperfective de l'IMP, mais exigent la forme perfective du PS. Si ce dernier peut contenir une idée de durée, celle-ci est indécomposable et ses limites en sont implicitement ou explicitement connues. Mais dire que les limites sont toujours impliquées dans la perfectivité ne signifie pas, on l'a vu, que le PS implique le résultat du procès mais seulement qu'il en donne une vue globale (Vet, 1980: 80). La preuve en est apportée par la combinaison possible avec *pendant* (*longtemps*) qui sai-

sit l'événement dans sa globalité[22]: cf. *supra* exemples (12b) et (12d), ou bien (14) elle *regarda* **longtemps** la goutte de porto au fond du verre de Bernard (Mauriac, *ibid*, p.182) ou bien encore l'exemple classique (15) il *plut* [/∗*pleuvait*] **pendant** quarante jours (cf. Culioli, 1980: 187).

4.3. Le circonstant temporel *depuis* + *durée*

En revanche, *depuis longtemps* construit un intervalle continu qui contient sa borne gauche de début, ce qui implique un début, c'est-à-dire une première occurrence d'un événement qui appartient à une classe ouverte (à droite) d'événements habituels. Lorsque *depuis* introduit une durée (ex. *depuis longtemps, depuis deux jours*) ou une datation déictique (ex. *depuis mardi*), le premier point est, d'une façon ou d'une autre, construit rétroactivement à partir de T_0, ce qui entraîne une incompatibilité avec le mode de fonctionnement du PS (cf. *infra,* exs (16a)-(18a)):

(16a) ∗**depuis longtemps**, je *finis*
(17a) ∗Luc, je ne le *vis* pas **depuis mardi/depuis deux jours**
(18a) ∗Il *plut* **depuis deux jours** (à comparer avec l'ex. (15) ci-dessus où l'on peut avoir (disons même, on *doit* avoir): Il *plut* **pendant** quarante jours)

Doit-on en conclure que ces adverbes n'ont une fonction référentielle que lorsqu'ils s'accompagnent du présent[23] ou du passé composé? Observons les exemples suivants:

---

[22] Toutefois, il est intéressant de comparer les exemples (12b)-(12d) ci-dessus à l'exemple suivant, où la combinaison de l'IMP et un complément perfectif (cf. *infra pendant tout ce* temps) est possible: (a) *Pendant un siècle, des hommes comme Hudson observèrent Vénus, sans pouvoir interpréter les phénomènes bizarres qu'ils enregistrent. **Pendant tout ce temps**, les Vénusiens **se préparaient/?préparèrent*** (ex. cité par Vetters, 1993: 16). Molendijk suggère que la présence du complément perfectif *pendant tout ce temps* montre que l'IMP *se préparaient* n'est pas imperfectif mais perfectif. Toutefois, la différence d'acceptabilité entre (12b)-(12d) et (a) surprend. En théorie, le PS et l'IMP devraient tous deux être possibles dans (a): l'un parce que le complément de temps indique que l'événement est saisi dans sa globalité, l'autre parce que ce même complément fournit une référence temporelle. Ce qui rend le PS mal approprié dans ce contexte est le fait que, vu le lien étroit entre PS et nouvelle référence, son emploi suggère l'introduction d'un nouveau point de référence (cf. Kamp & Rohrer, 1983) alors que *pendant tout ce temps* n'est pas un nouvel intervalle, mais la reprise anaphorique de *pendant un siècle* qui est l'espace de temps dans lequel l'événement au PS *observèrent* se situe.

[23] - Il n'est pas sans intérêt de souligner que l'emploi du présent ne convient pas à toutes les constructions du type P depuis Q: il est susceptible de recevoir une diversité de significations selon les

(16b) ∗**depuis longtemps**, j*'ai fini*
(17b) Luc, je l'*ai vu* deux fois **depuis mardi**
(17c) ?Luc, je l'*ai vu* deux fois **depuis trois jours**
(17c') Luc, je **ne** l'*ai vu* **que** deux fois en trois jours
(18b) ?il *a plu* **depuis deux jours**
(18c) il *pleut* **depuis deux jours**

Contrairement à ce qu'on pourrait croire, l'interaction de *depuis* avec des verbes au PC ou au présent engendre une organisation complexe de contraintes dont nous nous proposons de dégager les principes essentiels. On remarquera, tout d'abord, que l'insertion d'une durée du type *longtemps* (ou *peu de temps*) rend très difficile l'antéposition de *depuis*. Il suffit de comparer par exemple *J'ai fini depuis longtemps* et l'ex. (16b) ci-dessus qui n'est possible qu'au prix de fortes contraintes intonatives (insistance marquée sur *depuis longtemps*) impliquant en fait une véritable inversion de la thématisation.

Une différence d'attestabilité plus ténue peut être ressentie entre (17b), éventuellement perçu comme un peu plus naturel que (17c) (auquel on préférera, de toute façon, (17c')). Notons, en effet, qu'en (17c) —où *depuis (trois jours)* introduit une durée —, c'est T_0 qui est fixé comme point de référence stabilisé à partir duquel se construit rétroactivement la localisation du premier point marqué par *depuis* (*trois jours*). La sous-classe est alors plus fortement délimitée que dans le cas d'une datation (cf. *depuis mardi* en (17b)), dans lequel le premier point est construit directement (même si une relation déictique ancre en dernier ressort ce premier point à T_0). En l'absence de marqueurs supplémentaires du type *ne … que* (cf. (17b')), signalant explicitement le traitement exhaustif de la sous-classe de t délimitée par *depuis*, l'exigence d'exhaustivité paraît donc moins contraignante dans le cas où

types de procès avec lesquels il entre en co-occurrence. Contrairement aux procès à bornes séparables (cf., *supra*, ex. (18c)), les procès à bornes confondues entrent difficilement dans la construction P depuis Q au présent, sauf dans le cas d'une situation itérative ou habituelle (p. ex. (1a) *il disparaît sans cesse depuis ce matin*). Il semble donc que le présent prenne une valeur aspectuelle différente en fonction des types de procès en jeu: durative avec les procès à bornes séparables, itérative avec les procès à bornes confondues. En revanche, ces derniers entrent sans difficulté dans la construction P depuis Q au PC, *indépendamment* de la valeur ponctuelle ou durative de Q. Dans ce cas, la durée exprimée par *depuis* ne porte pas sur le procès puisqu'il s'agit d'un procès à bornes confondues, donc sans caractère duratif, mais sur son résultat qui dure jusqu'au moment de l'énonciation T0 ((1b) *il a disparu depuis hier matin* ou (1c) *il est parti depuis deux jours)*).

depuis introduit une datation que dans celui où il introduit une durée, impliquant une délimitation dont T_0 constitue alors le dernier point (Franckel, 1989: 189). Mais ce qui importe ici plus particulièrement c'est l'incompatibilité du PS avec cette introduction par *depuis* d'une datation ou d'une durée.

En observant, finalement, les exemples (18b) et (18c), nous constatons que le présent et le PC entraîne des contraintes différenciées: c'est ainsi par exemple que (18c) *Il pleut depuis deux jours* est nettement plus naturel que (18b) *Il a plu depuis deux jours* (ou (7j"") *Depuis deux jours, il a plu*). Si l'une des constantes du fonctionnement de *depuis* tient à ce qu'il confère un statut à l'ensemble de la sous-classe qu'il délimite (cf. Franckel, 1989: 189-205) —du coup, *depuis* entraîne une opération de "raboutage" (terme suggéré par Culioli), i.e. un traitement *point par point* de cette sous-classe— on ne s'étonnera pas d'observer un effet immédiat de cette première contrainte à travers le caractère problématique d'énoncés comme (18b): ce dernier devient toutefois acceptable si on ajoute soit des marqueurs intonatifs — *ce qu'il a pu pleuvoir, depuis deux jours!* (à la forme exclamative, cet énoncé est interprétable comme marquant la haute intensité de la pluie)—, soit des marqueurs du type *sans arrêt, ne pas cesser de Vinf* qui ramènent la localisation de P dans la zone délimitée par *depuis — depuis deux jours, il a plu* ***sans arrêt****; depuis deux jours, il* ***n'a pas cessé*** **de** *pleuvoir.*

Avec un imparfait, *depuis* se comporte plutôt comme un anaphorique, nécessitant, par conséquent, une spécification de T_3 dans un énoncé antérieur:

(19) **depuis vingt ans** qu'elle vivait là, jamais elle n'*avait ouvert* ses fenêtres, (...) (Céline, *ibid*, p. 253).
(20) **depuis vingt ans** au moins, il me *poursuivait* ce désir (*id.*, *ibid.*, p. 470)
(21) **depuis un mois**, il ne *travaillait* plus (ex. de Borillo, 1983: 113)

Dans toutes ces constructions à l'IMP, *depuis* ne définit plus l'intervalle temporel en fonction de T_0, mais en fonction du point de référence par rapport auquel le récit situe les faits.

4.4. Du côté de l'itération et de l'habitualité

Il est à noter, par ailleurs, que les notions d'*ítérativité*, de *fréquence*, d'*habitualité*, etc, n'ont pas tout à fait la même origine selon le temps de la phrase. L'hypothèse qui nous semble la plus satisfaisante est que l'habitualité par exemple s'établit plus facilement avec les temps présent et IMP qu'avec les PS et PC (cf. p. ex. Ducrot, 1979; Dupont, 1986). On peut certes admettre l'idée que l'habitualité se combine avec tous les temps grammaticaux et assigne par conséquent l'opérateur habituel (*hab*)[24] non seulement à *Pierre lisait le journal tous les jours*, mais aussi, comme le fait Nef (1986: 184) qui propose ces exemples, à *Pierre lut le journal tous les jours* et *Pierre a lu le journal tous les jours*, la différence entre les trois énoncés se faisant par un second opérateur aspectuel (respectivement *imperfectif*, *perfectif* et *parfait*).

On observera toutefois que le passage de l'IMP aux deux autres temps grammaticaux du passé s'accompagne d'une perte de la généricité, définitoire des phrases habituelles[25] telles que Kleiber (1987) les a

[24] Cf. Nef (1986: 182) pour qui "hab μ signifie que le locuteur de μ présente l'événement exprimé par μ comme répété et exprimant une propriété de l'individu auquel l'événement est attribué".

[25] Pour Kleiber (1987: 112), les phrases habituelles se rangent du côté des phrases vraies pour un intervalle (durée), telles que *Max a joué au tennis tous les dimanches de mai à août, Paul est allé à l'école à pied tous les jours du mois dernier*, etc., et s'opposent à celles qui sont vraies à un intervalle (ponctuel) comme *Paul mourut à 3 heures* et à celles qui sont vraies dans un intervalle (inclusion) comme *Paul a construit une maison en 1985*. Comme le remarque, à juste titre, ce linguiste (*ibid*., p. 206) qui lie la durée à l'habitualité, celle-ci "n'est qu'une **fréquence présentée comme vraie à tout moment de l'intervalle** auquel elle s'applique. Bref, il s'agit d'une fréquence rendue stative et non d'un événement changé en état". En effet, pour cet auteur (*ibid*, p. 116), si les habituelles sont des phrases vraies pour un intervalle, elles ne peuvent être que des phrases fréquentatives et non simplement des itératives. Au contraire d'une phrase itérative (ex: (a) *Paul est allé 10 fois/plusieurs fois à l'école à pied, le mois dernier*) qui présente une situation comme étant vérifiée à deux, trois … plusieurs reprises *à l'intérieur* d'un intervalle temporel, une phrase fréquentative (ex: (b) *Paul est allé quelquefois/souvent à l'école à pied, le mois dernier*) présente l'itération comme s'étendant sur *tout* l'intervalle temporel. L'adverbe temporel *le mois dernier*, d'inclusif dans (a), devient ainsi adverbe duratif dans (b). Le caractère inclusif des itératives ne s'accompagne, en effet, d'aucune contrainte sur la façon dont se répartit la pluralité occurrentielle dans l'intervalle: que Paul ait été 10 fois en un jour du mois dernier à l'école à pied, ou au début de l'intervalle, importe peu pour la vérité de l'énoncé (a). Au contraire, la durée de la situation décrite par la phrase habituelle occupe, tout comme dans les phrases fréquentatives, tout l'intervalle temporel qui sert de point de référence. Ainsi dans *dans sa jeunesse, Paul allait à l'école à pied*, le point de référence que constitue l'adverbe temporel *dans sa jeunesse* découpe un intervalle qui coïncide avec la durée de la situation *aller à l'école à pied* pour Paul. Le fait que l'intervalle pour lequel vaut l'habitualité présentée soit en même temps l'intervalle de référence exclut évidemment la possibilité d'avoir deux adverbes temporels différents, dont l'un spécifierait la longueur de l'intervalle pour lequel vaut la situation habituelle et l'autre indiquerait le point de

définies. Les schémas simplifiés de Nef (1986: 184) ne doivent pas tromper: les trois énoncés ne se différencient pas seulement par l'opposition aspectuelle *perfectif/imperfectif/parfait*. Les énoncés au PC et au PS ne permettent en effet guère les inférences contrefactuelles de l'énoncé à l'imparfait: ils rapportent uniquement une fréquence contingente, factuelle (comme celle évoquée ci-dessus à propos des exemples (5a) et (5b)). En substituant à l'IMP de (22a) le PC, on fait disparaître en même temps le sens habituel inhérent à l'énoncé suivant:

(22a) ***L'année dernière***, Paul *allait* au cinéma (ex. de Ducrot, 1979: 18)
(22b) ***L'année dernière***, Paul *est allé* au cinéma

L'énoncé (25b) semble perdre, en effet, le caractère non contingent et l'aspect de phrase vraie à tout moment de l'intervalle. L'explication de la valeur aspectuelle de l'énoncé (22b) n'est donc pas identique à celle de (22a).

4.4.1. Longueur de l'intervalle et situation dénotée

La différence se situe au niveau de l'intervalle de référence (*l'année dernière*). Celui-ci est ouvert dans (22b) à l'opposition duratif/inclusif, alors que dans (22a), il est nécessairement duratif à cause de l'IMP. Une lecture itérative de (22b) peut certes s'appuyer sur la norme sociale qui donne une fréquence plus élevée (une fois par semaine?), mais une interprétation non itérative n'est pas exclue[26] (Kleiber, 1987: 166): en effet théori-

référence. Ceci explique que l'on ne trouve pas de correspondant habituel à une phrase comme *L'année dernière, Paul allait à l'école à pied pendant deux mois*, où une situation vraie pour un intervalle (*aller à l'école à pied pendant deux mois*) est incluse dans l'intervalle découpé par *l'année dernière*.

[26] En revanche, un exemple du type (a) *Paul **est allé** à l'école à pied l'année dernière* semble requérir une lecture plurielle (fréquentative). En effet, comme le note Kleiber (1987: 165), si cet énoncé ne semble pas pleinement adéquat pour renvoyer à un occurrence d'*aller à l'école à pied* placée dans l'intervalle d'une année, c'est parce que l'existence dans un an d'autres sous-intervalles «scolaires» possibles (c'est-à-dire des moments où on va à l'école) fait que la période d'un an paraît être un intervalle de repérage inclusif inadéquat. Si l'on rétrécit la période de référence choisie ((b) *Paul **est allée** à l'école à pied le mois dernier*), le problème est plus complexe, car (b) est susceptible de deux interprétations possibles de l'adverbe *le mois dernier.* Si celui-ci apparaît comme inclusif, nous n'avons pas affaire à une pluralité d'occurrences (*il y a eu le mois dernier une situation où Paul est allé à l'école à pied*). S'il est pris comme duratif, nous sommes en présence d'une itération qui apparaît comme fréquentative parce qu'elle vaut pour toute la période de référence donnée (*le mois dernier, quand il fallait à l'école, Paul est allé à l'école à pied*). Tout comme en (a), la lecture

quement, l'énoncé (22b) devrait pouvoir être lu comme (22b'): *l'année dernière, Paul est enfin allé au cinéma* (c'est dans de tels énoncés que l'on peut apprécier l'utilité du numéral *une fois*: (22b") *l'année dernière, Paul est allé une fois au cinéma*) car l'on sait que l'occurrence d'*aller au cinéma* pour une personne ne se situe pas dans un intervalle fixe. Certains y vont une fois (ou même plus) par jour, d'autres une fois par semaine, d'autres encore une fois par mois ou par an seulement, d'autres enfin pas du tout. On a par là-même aussi bien *hier, Paul est allé au cinéma* que *le mois dernier* ou *l'année dernière*, *Paul est allé au cinéma* pour exprimer une occurrence de Paul allant au cinéma.

L'énoncé (22a) –à l'IMP– induit, au contraire, un effet itératif qui est donné directement comme fréquence puisqu'il s'agit d'une itération vraie pour toute la période de référence donnée (*l'année dernière*)[27]. Cette itération[28] n'a pas, on l'a vu, les mêmes attributs ni la même systématicité dans l'énoncé (22b) –au PC–. Ducrot (1979: 18-19) a remarquablement analysé cet effet à propos de l'IMP. Voici ce qu'il écrit sur le sens itératif d'un énoncé comme (22a): "Si nous avons tendance à lire (22a) comme itératif, c'est parce que nous hésitons à caractériser l'année entière de Paul par le fait qu'il est allé une fois, en tout et pour tout, au cinéma. Remplaçons *allait au cinéma* par *se mariait*: la lecture répétitive perd alors toute nécessité, même si on pense que l'on peut se marier plusieurs fois par an". Autrement dit, dans des énoncés comme (22a) ou comme (23) *à cette époque, Paul prenait* [/**prit*] *son café avec moi* (où l'on a affaire, contrairement aux exs. (5a) et (5b) mentionnés ci-dessus, à une pluralité occurrentielle non spécifiée, saisie de l'intérieur), le sens habituel naît du sentiment qu'un seul événement d'*aller au cinéma* ou *prendre son café* ne peut pertinemment se dérouler durant tout l'intervalle de référence *l'année dernière* ou *à cette époque*. Il est clair que ce sont des éléments pragmatiques, plus particulièrement les connaissances encyclopédiques du destinataire sur les situations dénotées, qui jouent un rôle très important dans le choix entre l'interprétation dura-

durative paraît plus naturelle que la lecture inclusive en (b). En effet, si l'on entend renvoyer à une situation unique, le numéral *une fois* paraît plus approprié (*Paul est allé une fois à l'école à pied, le mois dernier*), comme on a déjà eu l'occasion de le signaler à propos de l'exemple (22b").

[27] Lire la note (26).

[28] On notera, tout de même, que l'exemple (22a) peut également renvoyer à la lecture de «procès unique», si l'on l'inscrit dans un contexte particulier du type: (22a') *l'année dernière, Jean allait au cinéma quand je l'ai croisé*.

tive ou inclusive de l'intervalle temporel qui sert de cadre de référence à ces situations.

4.4.2. Adverbes de fréquence

Précisons, tout de même, que la discordance entre un événement ponctuel (du type *partir*, *tomber*) et un intervalle temporel sensiblement plus long (ex.: *à cette époque*, *quand il était jeune*, etc.,) ne suffit pas toujours à elle seule pour permettre une itération présentée sous forme de fréquence[29] (cf. *infra* (24a)). Dans ce cas, il faut suppléer des adverbes (cf. *infra* (24b)) que les linguistes réunissent sous l'étiquette d'*adverbes de quantification temporelle* (Lewis, 1975) ou d'*adverbes de fréquence* (Rohrer, 1980) comme *souvent*, *rarement*, *toujours*, *quelquefois, généralement*, *habituellement*, *une fois par semaine*, etc:

(24a) ***à cette époque**, Pierre *tombait*
(24b) **à cette époque**, Pierre *tombait* **souvent**

Remarquons que lorsque ces adverbes de fréquence (*souvent*, *toujours*, etc,) indiquant une itération non spécifiée apparaissent en même temps que les compléments perfectivisants (*de 3h à 5h*, *du matin jusqu'au soir*) décrits ci-dessus, l'interprétation est qu'un événement perfectif s'est

[29] Une interprétation singulative devient, en effet, possible si l'événement décrit est suffisamment important (ex.: *à cette époque, Colomb découvrit l'Amérique*). Précisons, tout de même, qu'avec les phrases fréquentatives, on observe une interaction entre la longueur de l'intervalle et le type d'événement dénoté. Aussi n'est-il pas étonnant qu'en substituant à l'adverbe temporel duratif *le mois dernier* de l'énoncé (a) *Paul est allé souvent à l'école à pied, le mois dernier* un adverbe renvoyant à une période d'une journée seulement, on obtienne un énoncé jugé peu naturel, parce que la dimension de l'intervalle n'est pas estimée être assez longue, eu égard à nos connaissances sur le prédicat concerné, pour permettre d'établir une fréquence: (b) *?Paul est allé souvent à l'école à pied, hier*. Un prédicat comme *tousser*, par contre, dans la même situation temporelle fait parfaitement l'affaire, parce que nous savons que l'événement qu'il dénote peut avoir lieu un nombre de fois suffisamment grand en une journée pour que cet espace temporel puisse servir de cadre de référence fréquentielle: (c) *Paul a souvent toussé hier*. Ainsi, l'intervalle *hier* peut déclencher une "pluralité occurrentielle présentée comme une fréquence" pour *tousser*, mais pas pour *aller à l'école à pied*, ce que rend tangible le contraste d'acceptabilité entre (b) et (c). On notera que pour les phrases itératives du type ((5a) ou (5b) présentées ci-dessus, il n'y a, au contraire, aucune relation entre la longueur de l'intervalle, le type de situation dénotée et le nombre d'occurrences asserté. Le changement d'intervalle n'a aucune répercussion sur l'itération (Kleiber, 1987: 117): celle-ci reste valide quelle que soit la période de référence inclusive choisie: ex. *Paul est allé dix fois à l'école à pied, hier/le mois dernier/le trimestre dernier/l'année dernière/dans sa vie*.

produit un nombre indéfini de fois de sorte que l'ensemble est interprété comme étant imperfectif:

(25c) **à cette époque**, Pierre *étudiait* [/∗*étudia*] toujours de 8h à 10h.

Comme le remarque, à juste titre, Patard (2007: 304), les procès fréquentatifs constituent une demande cotextuelle favorable à l'IMP, mais rien n'interdit de représenter globalement un procès fréquentatif, comme le fait le PS. En guise d'illustration, voici un exemple que nous avons emprunté à cette linguiste:

(26) Même, **jusqu'au départ de la compagnie**, elle *alla* **souvent** les voir jouer, les applaudissant à propos, comme quelqu'un qui s'y connaissait. (Gautier, *Le Capitaine Fracasse*)

Évidemment, comme le précise Patard (*op., cit*), l'emploi du PS avec les procès fréquentatifs est nettement plus contraint qu'avec l'IMP, car le PS impose une délimitation au procès fréquentatif qui par définition s'étend sur une durée indéterminée, d'où le fait qu'il soit plus rare. En (26), c'est le circonstant *jusqu'au départ de la compagnie* qui impose une borne finale au procès fréquentatif *aller* souvent.

Comme le note également Patard (2007: 321), il est intéressant de voir que la présence de l'adverbe fréquentatif *régulièrement* dans l'exemple qui suit suffit à elle seule à remettre en cause la demande perfective de globalité provenant du circonstant *en deux ans*:

(27) on a vu **régulièrement** le volume du récif qui *était multiplié* par trois **en deux ans**.

En effet, sous l'effet d'un seul élément co(n)textuel demandeur d'imperfectivité (dans ce cas, il s'agit de: *régulièrement*), le procès *être multiplié,* borné par le circonstant *en deux ans*, acquiert une valeur fréquentative. Du coup, l'acte d'*être multiplié* n'est plus délimité dans le temps par l'adverbial *en deux ans* et accepte donc d'être saisi par une forme imperfective. La demande de perfectivité d'un circonstant peut donc disparaître au profit d'une demande d'imperfectivité émanant d'un autre élément du co(n)texte.

5. Effets de sens de *déjà* et *encore* dans leur mise en relation avec des verbes à l'IMP et au PS

Dans les lignes qui suivent, nous étudions brièvement comment la combinaison des adverbes *déjà* ou *encore* avec différents temps verbaux influence l'interprétation aspectuelle des énoncés. En effet, ces adverbes possèdent en français moderne un éventail particulièrement large d'emplois plus ou moins différents[30]. Il s'agit notamment de deux emplois aspectuels, continuatif et itératif.

5.1. L'adverbe *déjà*

On notera, tout d'abord, que l'une des fonctions de l'adverbe *déjà* est de permettre l'emploi de l'IMP dans des contextes qui, en son absence, seraient perfectifs. Comparons:

(28a) Mais **dès qu'**elle fut étendue près de lui, il *se rapprocha*

et

(28b) Mais **dès qu'**elle fut étendue près de lui, **déjà** il *se rapprochait* (Mauriac, *ibid*, p. 62).

En effet, comme le souligne Vetters (1996: 124) à qui nous empruntons les exemples (28a) et (28b), le marqueur *dès que* ne relie (presque) jamais un PS et un IMP. C'est pourquoi, on trouve deux PS dans l'exemple (29a). Mais il est intéressant de constater qu'il est possible d'imperfectiviser le deuxième événement («il *se rapprocha*» en (28a) → «**déjà** il *se rapprochait*» en (28b)) en ajoutant, comme le fait Mauriac, l'adverbe *déjà*. Cet emploi ne signifie pas pourtant que *déjà* soit un indice fiable de l'imperfectivité. Comme le remarquent à juste titre Hoepelman et Rohrer (1980), *déjà* connaît, en combinaison avec à l'IMP[31], un effet de

[30] Sur les valeurs de *encore* et *déjà*, le lecteur se reportera aux études de Fuchs, 1988.

[31] Comme le note Sthioul (1998: 213), l'IMP narratif admet, comme l'IMP type, l'insertion d'un *déjà* portant sur l'ensemble de la proposition (*Le train quitta Genève. Quelques heures plus tard, il* ***entrait*** *déjà en Gare de Lyon*), ce qui semble montrer que sa valeur imperfective est conservée. Mais cet auteur s'empresse d'ajouter que contrairement à l'IMP type (cf. *supra*, exs (11c)-(11d)), l'IMP narratif admet également l'insertion d'un complément de temps déterminant la durée totale du procès (ex: *le lendemain, Paul* ***travaillait*** *pendant dix heures d'affilée*). Les discussions

sens continuatif qui «désigne un procès proche du début, insistant en somme sur le fait que le procès a commencé» (Camussi-Ni, 2006: 170):

(29) Il était de bonne heure, et cependant il y *avait* **déjà** dans l'appartement des visiteurs et même des visiteuses, qui, quoique vêtues de velours, couvertes de cachemires et attendues à la porte par leurs élégants coupés, regardaient avec étonnement, avec admiration même, le luxe qui s'étalait sous leurs yeux. (Alexandre Dumas, *Dame des camélias,* p.13)

Il s'ajoute à cet effet de sens que Muller (1975: 32) qualifie d'*inchoatif* «un jugement du locuteur sur la précocité du procès, une présupposition selon laquelle il aurait dû ou pu débuter plus tard» (Camussi-Ni, 2006: 17). Avec cet emploi de *déjà*, le procès est saisi en un point de son cours d'où l'on constate qu'il s'est au moins en partie déroulé. Cet adverbe appelle donc une saisie imperfective du procès, ce à quoi l'IMP répond positivement (cf. *infra*, ex. (34a)) et le PS négativement, comme en témoigne l'inacceptabilité de la séquence qui suit:

(30) *Quand Pierre entra, Marie *dormit* **déjà** (Vetters, 1996: 124)

Combiné avec un verbe au PS[32], *déjà* ne peut, en effet, désigner une phase initiale interne au procès, mais renvoie à la totalité d'un procès susceptible de se reproduire:

(31) De plus, de janvier à juin 2004, il y *eut* **déjà** quatre grèves dans le domaine de l'assurance publique des soins de santé, … (ex. trouvé sur Internet).

Précisons que cette valeur itérative de *déjà* s'impose également lorsque cet adverbe est mis en relation avec un verbe au passé composé ou au plus-que-parfait:

(32) — Fripouille! qu'elle m'insultait moi directement, tu peux t'en aller! Fous ton camp, je te l'*ai* **déjà** *dit*! C'est pas la peine de rester!... J'irai

portant sur le fait de savoir si l'IMP narratif marque une vision sécante (imperfective) ou globale (perfective) semblent donc pouvoir se dérouler sans fin, tant il est vrai que cet IMP narratif paraît en lui-même paradoxal.

[32] La rareté de ces emplois a, tout de même, amené certains linguistes à un verdict d'incompatibilité de *déjà* et du passé simple.

pas chez les fous!... Et chez les Soeurs non plus que je te dis !... (Céline, *ibid*, p. 298)

(33) On en *avait* **déjà** *vu* nous des villes bien sûr, et des belles encore, et des ports et des fameux même. Mais chez nous, n'est-ce pas, elles sont couchées les villes, au bord de la mer ou sur les fleuves, elles s'allongent sur le paysage, elles attendent le voyageur, tandis que celle-là l'Américaine, elle ne se pâmait pas, non, elle se tenait bien raide, là, pas baisante du tout, raide à faire peur. (Céline, *ibid*, p. 214)

Dans les énoncés (32) et (33), c'est, en effet, sur le fait qu'une éventualité a été effectuée au moins une fois précédemment que le locuteur met accent en recourant à l'emploi de *déjà*. Dans le contexte de (32), en recourant à *déjà*, autrement dit en insistant sur l'antériorité de l'éventualité *Fous ton camp, je te l'ai* ***déjà*** *dit*!, le locuteur peut exprimer son énervement ou sa colère envers son interlocuteur qui semble ne pas l'avoir suffisamment pris au sérieux. Comme le note Tahara (2006: 100), il faut un contexte particulier sur la base duquel l'interlocuteur peut parvenir à récupérer cette intention du locuteur pour que *déjà* transmette non seulement l'antériorité d'une éventualité mais aussi ainsi une telle attitude du locuteur.

5.2. L'adverbe *encore*

Les remarques que nous venons de tisser à propos de *déjà* s'appliquent également à l'adverbe *encore.* En effet, deux valeurs peuvent également être assignées à cet adverbe, à savoir une valeur aspectuelle qui indique la continuité du procès constaté à un moment de référence, ce qui suppose que le procès est en partie accompli et en partie inaccompli:

(34a) Quand Marie téléphona, Jean *dormait* **encore** (Hoepelman & Rohrer, 1980: 126)

Dans cet exemple, *encore* demande donc une représentation imperfective du procès qui coïncide bien avec l'effet de sens de «saisie interne du procès» qu'autorise l'imparfait.

Mais il est trivial de constater que les valeurs de *encore* ne sont plus les mêmes si l'on change de temps, en particulier si l'on passe à un temps composé ((35a) *Jean a* ***encore*** *dormi*), qui peut induire un bornage et,

de ce fait, bloquer la valeur durative. En effet, en (35a), le PC est un indice fort qui conduit à privilégier l'interprétation répétitive de *encore*. Comme le remarquent, à ce propos, Hoepelman et Rohrer (1980: 134), «l'emploi du PC avec *encore* duratif est du moins aussi aberrant que d'employer *encore* duratif avec une qualité inchangeable (*Jean est encore mort*)». On notera que l'ajout dans les énoncés (35b) *Jean a encore dormi* ***après mon départ*** et (35c) *Jean a encore dormi* ***pendant une heure*** d'un seul circonstanciel (*après mon départ* ou *pendant une heure*), s'il facilite quelque peu l'interprétation durative, surtout en (35c), n'est en tout cas pas suffisant pour bloquer l'interprétation répétitive: les deux interprétations sont possibles, et correspondent à deux portées différentes du circonstanciel. En revanche, la combinaison de ces deux circonstanciels en (35d) *Jean a encore dormi pendant une heure après mon départ* contrebalance complètement l'influence du temps verbal, puisque c'est l'interprétation durative qui est alors dominante.

Il est important de souligner, à ce point de la discussion, que l'existence d'exemples comme ceux donnés ci-dessus (cf., *supra*, exs (35a)-(35d)) montre bien que la valeur aspectuelle préférentielle normalement induite par un temps verbal peut être soit confirmée (convergence) soit infirmée (divergence) par les valeurs construites par les autres indices contenus dans l'énoncé. Ces convergences et ces divergences doivent pouvoir être prédites, en particulier il faut pouvoir distinguer les cas où une divergence de valeurs se résout en dominance d'un indice sur un autre (i.e. grâce à une opération de recatégorisation) et ceux où a lieu une pluralité interprétative sans conflit (cf. *supra*, les cas d'ambiguïté: exs (35b) et (35c)).

Comme le note Camussi-Ni (2006: 176), l'énonciateur peut, pour peu qu'il veuille s'en donner la peine, renforcer le sens itératif de *encore* en faisant appel à d'autres éléments qui indiquent la répétition des procès, en particulier au préfixe *re-* en début de verbe:

(36) Et je *repensais* **encore** au colonel, brave comme il était cet homme-là, avec sa cuirasse, son casque et ses moustaches, on l'aurait montré se promenant comme je l'avais vu moi, sous les balles et les obus, dans un music-hall, (…) (Céline, *ibid*, p. 22)

La discontinuité qu'implique cette interprétation itérative peut également être mise en valeur par le décompte du procès ajouté par *une fois* ou *un coup*:

(37) Ces maisons du faubourg qui limitaient notre parc *se détachaient* **encore** une fois, bien nettes, comme font toutes les choses avant que le soir les prenne. (Céline, *ibid*, p. 81)
(38) Et on l'*abandonnait* **encore** un coup dans son réduit à se protéger. (Céline, *ibid*, p. 294)

Ces mêmes mécanismes (emploi du préfixe *re-*, ajout de *une fois*) semblent servir également à accentuer l'interprétation itérative de *encore* lorsque cet adverbe est mis en relation avec un verbe au PS:

(39) Chaque matin, nous le revîmes, et le *revîmes* **encore** le médecin-chef, suivi de ses infirmières. (Céline, *ibid*, p. 101)
(40) La figure de ce Robinson *m'apparut* **encore** une fois avant que j'éteignisse, voilée par cette résille d'insectes. (…) (Céline, *ibid*, p. 196)

Associé à un verbe au PS, l'adverbe *encore* nous place normalement dans l'itérativité et non pas dans la continuité d'une certaine action[33]. En effet, à l'instar des exemples (37)-(38), les exemples (39) et (40) reçoivent une valeur répétitive où *encore* est alors glosable par *une fois de plus* ou *encore une fois* (Franckel, 1989: 215, 257), (Gosselin, 1996: 237-238). Il est important de noter que la valeur itérative de *encore* admet le PS[34] (cf. *supra,* exs. (39)-(40)) alors que la valeur durative de *encore* semble exclure ce temps verbal:

(34b) *quand Marie téléphona, Jean *dormit* **encore**

En effet, en (34a), l'implication qu'une partie du procès s'est écoulée sans précision concernant l'achèvement du procès invite à se représenter le procès dans son cours, ce qui constitue une demande d'imperfectivité (on com-

[33] Ainsi que l'explique Vet (1980: 154), «la raison de la lecture itérative doit être cherchée dans l'aspect perfectif [du PS], qui empêche l'idée d'une continuation ininterrompue».

[34] C'est souvent le temps verbal employé qui nous permet de déterminer la valeur de *encore*: (a) il y **pensait** encore, (b) il y **pensa** encore. (a) signifie qu'il n'avait pas encore fini d'y penser tandis que (b) signifie qu'il y a pensé une fois de plus.

prend, dès lors, l'inacceptabilité de (34b)). Un dépouillement attentif d'un corpus littéraire semble indiquer, néanmoins, que le PS perfectif n'exclut pas, avec l'adverbe *encore*, l'idée de durée saisie globalement de l'extérieur:

(41) Deux heures sonnèrent. J'*attendis* **encore** un peu. La pendule seule troublait le silence de son bruit monotone et cadencé. (Alexandre Dumas, *Dame des camélias*, p.308)
(42) Il *marchait* très vite. Il n'y *avait* personne. Il *hâta* **encore** le pas (Pascal Quignard, *Les escaliers de Chambord*, cité par Costea 2009: 773).

Comme le note Costea (2009: 773) à qui nous empruntons l'exemple (42), l'adverbe *encore*, associé à un verbe au PS (*hâta*), marque, dans cet exemple, l'aspect duratif. En effet, en combinaison avec cet adverbe, ce verbe nous conduit à l'idée d'une continuité d'une certaine action: si le personnage marche vite, c'est qu'il hâte le pas. Comme il n'y avait personne dans la rue, il continue de hâter le pas. L'action au PS (*hâta*) est en progression temporelle par rapport à l'action à l'IMP (*marchait*) et cette interprétation est rendue possible grâce à la présence de l'adverbe *encore*. L'IMP *avait* semble arrêter le temps pour introduire une description. De même, en (41), *encore* indique que l'action de *attendre,* commencée avant (que les deux heures sonnent), continue après (cette indication temporelle) pendant une certaine période de temps (*un peu*). Dans les deux cas, il s'agit d'un procès qui s'inscrit dans une durée (plus ou moins longue) que l'on saisit dans son ensemble et non pas dans son déroulement interne, ce qui exige la forme perfective du PS.

6. Considérations finales

Comme le montrent tous les exemples ci-dessus, le français ne grammaticalise pas explicitement l'opposition entre perfectif et imperfectif, mais il met à notre disposition des marqueurs susceptibles de perfectiviser ou d'imperfectiviser un événement. Comme nous avons essayé d'en rendre compte, il existe, en effet, des adverbiaux aspectuo-temporels qui permettent d'exprimer des valeurs aspectuelles comparables à celles portées par les préfixes dans les langues slaves.

Les exemples que nous avons examinés dans cette étude supposent qu'il y a un lien entre la valeur (aspectuelle) du PS et de l'IMP et celle

de ces adverbiaux, qui rend leur association possible (si ces valeurs sont compatibles) ou inacceptable (si elles sont contradictoires). Ainsi, parallèlement aux éléments co(n)textuels qui favorisent, voire exigent une forme imperfective comme l'imparfait, d'autres éléments favorisent, au contraire, l'emploi d'une forme perfective comme le PS.

La caractérisation aspectuelle de l'IMP s'avère donc appropriée lorsqu'on examine les conséquences dans les distributions qu'il autorise ou empêche: ce temps représente l'action décrite par le verbe dans son cours sans donner à voir sa borne finale. Il s'avère de fait compatible avec les adverbes tels que *depuis (que)* ou *pendant que*, qui montrent qu'une certaine durée est accomplie sans que soit prise en compte la totalité de l'événement. La caractérisation du PS selon laquelle ce temps implique une vision globale, incluant la borne de fin est, elle aussi, confrontée à un certain nombre de propriétés formelles, en particulier sa compatibilité avec des adverbiaux temporels qui saisissent les événements non pas dans leur déroulement mais dans leur globalité. Il est bien clair que les différents compléments adverbiaux interagissent de façon importante avec les temps verbaux, en déterminant en partie la distribution des formes verbales en fonction de leur valeur perfective ou imperfective, et en produisant, à leurs contacts, divers effets de sens contextuels. Les exemples (35a)-(35d) analysés ci-dessus nous montrent, d'une forme très claire, que la valeur aspectuelle d'une forme verbale est bien souvent déterminée et modifiée par son co-texte adverbial.

Comme nous avons essayé de le montrer, il faut toujours tenir compte de l'ensemble du contexte, surtout lorsque nous avons affaire à un adverbial qui n'est pas un indice univoque pour l'emploi du PS ou de l'IMP. En effet, on trouve plusieurs compléments adverbiaux qui ne semblent pas avoir de vraies incompatibilités avec ces deux temps. On a vu, par exemple, que les adverbes aspectuels *déjà* et *encore* peuvent apparaître aussi bien avec l'IMP qu'avec le PS car ils donnent lieu en discours à deux effets aspectuels possibles: un effet *duratif* selon lequel le procès est conçu comme déjà en partie accompli et un effet itératif où *encore* est alors paraphrasable par *encore une fois* et *déjà* par *déjà une fois*.

C'est, on l'a vu, dans leur emploi duratif que ces adverbes favorisent une forme comme l'imparfait dans la mesure où ils renvoient, dans ce cas, à un moment interne au procès, proche de sa limite initiale (*déjà*) ou proche de sa limite finale (*encore*). Cependant nous avons pu consta-

ter que l'adverbe *encore* combiné avec un verbe à l'IMP peut également recevoir un effet de sens itératif (cf., *supra*, exs (36)-(38)). C'est cette interprétation itérative qui s'impose normalement lorsqu'un verbe au PS est mis en relation avec les adverbes *déjà* et *encore*. Mais l'analyse d'un échantillon d'énoncés extraits d'un corpus littéraire permet de constater qu'en combinaison avec *encore*, le PS n'exclut pas l'idée de continuité d'une certaine action qui peut être mentionnée explicitement (cf., *supra*, «il marchait très vite» dans l'ex. (42)) ou être récupérable par le lecteur (cf. ex. (41)) dans le contexte linguistique de gauche (avant). Cette action qui se prolonge grâce à la présence de l'adverbe *encore* s'inscrit dans une durée plus ou moins longue que l'on saisit globalement de l'extérieur; en effet, comme on l'a indiqué à plusieurs reprises dans cette étude, le fait que «les limites du procès dit au PS soient définies implique qu'on ne puisse faire abstraction de ces limites en désignant un procès «en cours de déroulement»» (Camussi-Ni, 2006: 180).

Il est donc difficile d'élaborer des règles pour l'emploi du couple IMP/PS en se fondant uniquement sur la compatibilité avec les adverbiaux aspecto-temporels. En effet, nous avons vu par exemple que l'emploi narratif de l'imparfait correspond à un usage stylistique de ce temps où son offre aspectuelle (imperfective) entre en interaction discordante avec un co(n)texte demandeur de perfectivité (cf. *supra*, exs (4a')-(4b')). On a pu constater également que la demande de perfectivité d'un adverbial («en deux ans», cf. *supra* ex. (27)) peut disparaître au profit d'une demande d'imperfectivité émanant d'un autre élément du co(n)texte («régulièrement»), ce qui permet de résoudre l'apparente dissonance entre ces deux éléments co(n)textuels.

Il est donc important de bien comprendre que les indices de perfectivité ou d'imperfectivité ne peuvent pas être appliqués de façon mécanique, mais nous avons tenu à montrer, dans cette étude, que l'IMP se différencie du PS par sa valeur aspectuelle imperfective et que cette différence a des répercussions extrêmement importantes sur le fonctionnement des deux temps. Il serait intéressant de poursuivre cette étude afin de montrer plus précisément en quoi le trait [–perfectif] de l'IMP lui permet de nombreux effets longtemps considérés comme étranges par la littérature linguistique (c'est le cas des emplois hypocoristique, préludique, forain, de réalisation antidatée).

Références bibliographiques

BECK-BUSSE, G. (1990), «La généricité aspectuelle: les states», In M. Bracops (éd), *Généricité, spécificité et aspect. Équivalences* 17-18, pp. 19-30.

BENVENISTE, E. (1966), "«Être» et «avoir» dans leurs fonctions linguistiques", In *Problèmes de linguistique générale*, vol. 1, Paris, Gallimard, pp. 187-207.

BONDY, L. (1959), Principes et méthodes, *Le Français Moderne*, 27, 3, pp. 173-198.

BORILLO A. (1998), «Les adverbes de référence temporelle comme connecteurs temporels de discours», In S. Vogeleer, A. Borillo, C. Vetters, M. Vuillaume (eds) *Temps et discours*, Louvain la Neuve, Peeters, pp. 131-145.

BORILLO, A. (1983), «Les Adverbes de Référence Temporelle dans la Phrase et dans le Texte», *DRLAV* Revue de Linguistique, 29, pp. 109--131.

BOUSCAREN, J.; DESCHAMPS, A.; MAZODIER, C. (1993), «Éléments pour une typologie des procès», *Cahiers de recherche en grammaire anglaise*, tome 6, Université de Paris 7, Ophrys, pp. 7-34.

BRES, J. (2005), *L'imparfait narratif*, CNRS-éditions.

BRUNOT, F. (1922), *La pensée et la langue, méthode, principe et plan d'une théorie nouvelle du langage appliqué au français*, Paris, Masson et Cie.

CAMPOS, H. C. (1984), "Pretérito Perfeito Simples / Pretérito Perfeito Composto: uma oposição aspectual e temporal", *Letras Soltas,* 2, pp.11-53.

CAMPOS, M. H. C. (1993), *Semântica e enunciação. Conteúdos programáticos, métodos, referências,* Universidade Nova de Lisboa.

CAMUSSI-NI, M.-A. (2006), *Analyse formelle et conceptuelle des formes verbales du français contemporain: à la croisée du passé simple et de l'imparfait, du futur et du conditionnel, les concepts «±potentiel» et «±défini»*, Thèse de Doctorat, Université Rennes 2.

CHEVALIER, J.-C.; DELPART, M.-F. (1995), *L'Horlogerie de Saint-Jérôme*, Paris, L'Harmattan.

COMRIE, B. (1976), *Aspect: An Introduction to the Study of Verbal Aspect and Related Problems*. Cambridge UK: Cambridge University Press.

COMRIE, B. (1989), "Perfectif et télétique", *Travaux de linguistique* 19, pp. 57-66.

COSTEA, D. (2009), «*encore-* modifieur temporel, adverbe d'aspect et présuppositionnel. Le rôle de l'adverbe *encore* dans la séquence textuelle», communication présentée lors de la *International Conference «European Integration – Between Tradition and Modernity»*, EITM – 3rd Edition, Târgu – Mures, pp. 768-774.

CULIOLI, A.; DESCLES, J.-P. (1981), *Systèmes de représentations linguistiques et métalinguistiques. Les catégories grammaticales et le problème des langues*

peu étudiées, Collection ERA 642, Laboratoire de Linguistique Formelle, Paris, Université Paris VII.

CULIOLI, A. (1980), «Valeurs aspectuelles et opérations énonciatives: l'aoristique», In J. David; R. Martin; B. Pottier (eds.) *La notion d'aspect*, Recherches linguistiques V, Metz, pp. 182-193.

DE BOTH-DIEZ A.-M. (1985), *L´aspect et ses implications dans le fonctionnement de l´imparfait, du passé simple et du passé composé au niveau textuel.* In *Langue Française 67*, Paris: Larousse, pp. 5-23.

DESCLES, J.-P. (1980), «Construction formelle de la catégorie grammaticale de l'aspect», In J. David; R. Martin; B. Pottier (eds.) *La notion d'aspect*. Paris, Klincksieck, pp.195-237

DESCLES, J.-P. (1991), "Archétypes cognitifs et types de procès", In C. Fuchs (éd.) *Les typologies de procès*. Paris: Klincksieck, pp. 171-195.

DESCLES, J.-P. (1993), "Remarques sur la notion de processus inaccompli", *Sémiotiques* 5, 31-55.

DUCHACEK, O. (1966), "Sur le problème de l'aspect et du caractère de l'action verbale en français", *Études de linguistique appliquée* 3, pp. 161-184.

DUCROT, O. (1979), «Note sur l'Imparfait», *Linguistische Berichte* 60, pp. 1-23.

DUPONT, N. (1986), «Valeurs aspectuo-temporelles du passé composé en français dans le système de l'indicatif», In S. Remi-Giraud and M. Le Guern (eds.), *Sur le verbe*. Lyons, Presses Universitaires de Lyons, pp. 61-90.

FRANCKEL, J.-J. (1989), *Étude de quelques marqueurs aspectuels du français*. Genève, Droz.

FRANCKEL, J.-J.; D. PAILLARD (1991). «Discret - dense - compact: vers une typologie opératoire», In C. Fuchs (éd.) *Les typologies de procès*. Paris: Klincksieck, pp. 103-136.

FRANÇOIS, J. (1983), "La résurgence des catégories aristotéliciennes "energeia" et "kinesis" dans les discussions actuelles autour du mode d'action télique", *DRLAV* 28, pp. 79-96.

FREED, A. F. (1979), *The Semantics of English Aspectual Complementation*. London, Reidel.

FUCHS, C. (1988), «*Encore, déjà, toujours*: de l'aspect à la modalité», In *Temps et aspects*, Actes du colloque CNRS, Paris, 24-25 octobre 1985, Paris, Peeters (NSP 19), pp.136-148.

FUCHS, C. (1986), «L'ambiguïté et la paraphrase en psycho-mécanique: L'exemple de l'imparfait», In P. Le Goffic (ed.), *Points de vue sur l'imparfait*. Caen: Centre d'Études Linguistiques de l'Université de Caen, pp. 43-54.

GAREY, H. B. (1957), "Verbal Aspect in French", *Language* 33, pp. 91-110.

GOLIAN, M. (1979), *L'aspect verbal en français*, Hamburg, Helmut Buske Verlag.

GOSSELIN, L. (1996), *Sémantique de la temporalité en français. Un modèle calculatoire et cognitif du temps et de l'aspect*. Duculot (Collection Champs Linguistiques), Louvain-la-Neuve.

GUENTHNER, F., J. HOEPELMAN; C. ROHRER (1978), «A note on the Passé Simple», In C. Rohrer (ed) *Papers on Tense, Aspect and Verb Classification,* Tübingen, Gunter Narr Verlag, pp. 11-36.

GUILLAUME, G. (1969), *Langage et science du langage*, Nizet, Paris.

HOEPELMAN, J.; C. ROHRER (1980), «*Déjà* et *encore* et les temps du passé du français», In J. David et R. Martin (éds), *La notion d'aspect*, Paris, Klincksieck, pp. 119-145.

IMBS, P. (1960), *L'emploi des temps verbaux en français moderne,* Paris, Klincksieck.

JACQUENOD, C. (1988), *Contribution à une étude du concept de fiction*. Berne, Peter Lang.

KAMP, H., ROHRER, C. (1983), "Tense in Texts", In R. Bäuerl, C. Schwarze, A. Von Stechow (eds.), *Meaning, Use and Interpretation of Language*, Berlin/ NewYork, De Gruyter, pp. 250-269.

KLEIBER, G. (1987), *Du côté de la référence verbale. Les phrases habituelles.* Berne, Éditions Peter Lang.

KLUM, A. (1961), *Verbe et adverbe*. Stockholm: Almqvist & Wiksell.

LEEMAN, D. (2003), «Le passé simple et son co-texte: examen de quelques distributions», *Langue française*, Volume 138, Numéro 1, pp. 20-34.

LE GOFFIC, P. (1995), «La double incomplétude de l'imparfait», *Modèles linguistiques* 16, 1, p. 133-148.

LEWIS, D. (1975), "Adverbs of Quantification", In E. Keenan, Editor, Formal Semantics of Natural Language, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 3–15.

MAIRE-REPPERT, D. (1991), *Le temps de l'indicatif du français en vue d'un traitement informatique: imparfait,* Paris, Centre d'analyse et de mathématique sociales CNRS, EHESS Paris-Sorbonne.

MARTIN, R. (1971), *Temps et aspect. Essai sur l'emploi des temps narratifs en moyen français*, Klincksieck.

MOLENDIJK, A. (1983), «Les notions de perfectivité et d'imperfectivité dans l'explication de l'emploi du passé simple et de l'Imparfait», *Neophilologus* 67. pp. 21-34.

MOLENDIJK, A. (1990), *Le Passé simple et l'imparfait: une approche Reichenbachienne*. Amsterdam and Atlanta: Rodopi.

MONNERIE, A. (1979), "Aspect et sens des verbes", *Le français dans le monde* 143, pp. 36-42.

MOUNIN, G. (1968), «Problèmes terminologiques de l'aspect», *Linguistica Antverpiensa* 2, 317-328.

MOURELATOS, A. (1978), "Events, processes and states", *Linguistics and Philosophy,* vol. *2*, pp. 415-434.
MULLER, C. (1975), «Remarques syntactico-sémantiques sur certains adverbes de temps», *Le Français Moderne* 43, pp.12-38
NEF, F. (1986), *Sémantique de la référence temporelle en français moderne*. Nancy: Peter Lang.
PATARD, A. (2007), *L'un et le multiple. L'imparfait de l'indicatif en français: valeur en langue et usages en discours*. Thèse de doctorat de 3ème cycle en sciences du langage.
POLLAK, W. (1976), «Un modèle explicatif de l'opposition aspectuelle: le schéma d'incidence», *Le français moderne* 44, pp. 289–311.
ROHRER, C. (1980), «L'Analyse Logique Des Temps Du Passé En Français: Comment on peut appliquer la distinction entre nom de matière et nom comptable aux temps du verbe», *8th International Conference on Computational Linguistics, Proceedings of COLING* '80, September 30 - October 4, 1980, Tokyo, Japan, pp.122-126
STHIOUL, B. (1998), «Temps verbaux et point de vue», In J. Moeschler (dir.) *Le temps des événements. Pragmatique de la référence temporelle.* Paris, Éditions Kimé, pp. 197-220.
TAHARA, I. (2006), «Adverbes temporels et point de vue: le cas de *déjà* et *bientôt*», *Tranel,* nº 45, pp. 99-113.
TASMOWSKI-DE RYCK, L. (1985), «L'imparfait avec ou sans rupture», *Langue Française* 67, pp. 59-77.
TOGEBY, K. (1982), *Grammaire française*, Copenhague, Akademisk forlag.
TOURATIER, C. (1996), *Le système verbal français*, Paris, Colin.
VASSANT, A. (1988), "Le passé simple dans le système aspectuel du verbe français", *L'information grammaticale* 38, pp. 40-44.
VENDLER, Z. (1957), *Linguistics and Philosophy*, Ithaca, N.Y., Cornell University Press.
VET, C. (1981) «La notion de monde possible et le système temporel et aspectuel du français», *Langages*, 64, pp.109-123.
VET, C. (1980), *Temps, aspects et adverbes de temps en français contemporain,* Genève, Droz.
VETTERS, C. (1996), *Temps, aspect et narration,* Amsterdam/Atlanta, Rodopi.
VETTERS, C. (1993), «Passé simple et imparfait: un couple mal assorti», *Langue française* 100, pp. 14-30.
VLACH, F. (1981), «La sémantique du temps et de l'aspect en anglais», *Langages* 64, pp. 65-79.
WAGNER R.-L.; J. PINCHON J. (1962), *Grammaire du français classique et moderne*, Paris, Hachette.
WEINRICH, H (1973), *Le temps*, Seuil, Paris.

Análise da dupla concepção discursiva – oral e escrita – em manuscritos setecentistas

Soélis Teixeira do Prado Mendes *

Resumo

Neste artigo será feito um pequeno percurso sobre a relação oralidade-escrita a fim de que seja possível fazer a discussão sobre a dupla concepção discursiva nos manuscritos – inquéritos judiciais – recolhidos em arquivos públicos das cidades de Ouro Preto (antiga Vila Rica) e de Sabará (antiga Vila de Sabará) e exarados por escrivães portugueses.

Palavras-chave: *manuscritos; oralidade-escrita; concepção discursiva*.

1 – Introdução

Para realização da pesquisa de nosso doutoramento[1], foram transcritos 14 inquéritos (processos-crime) produzidos por escrivães portugueses[2], em 1700-1750 (século XVIII), em Vila Rica (atual Ouro Preto) e na Vila

* Faculdade de Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Pará, Marabá, Pará, Brasil, soelismendes@ufpa.br ou soelismendes@gmail.com.

[1] O assunto a ser tratado neste artigo constitui parte do resultado de nossa tese de doutoramento – *Combinações lexicais restritas em manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: escrita e oral* – defendida em 2008, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), e que contou com o apoio do programa de bolsa-sanduíche realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[2] Dos treze escrivães, constatamos, através de cartas de nomeações localizadas em arquivos de Minas Gerais (Arquivo Público Mineiro) e de Lisboa (Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino), que oito deles eram originários do Norte de Portugal. Para os demais, não conseguimos localizar-lhes a origem, mas acreditamos que também eles deveriam ser de Portugal, em função da história da administração nas terras do ouro.

Real de Sabará (atual Sabará) – período que marca o início da colonização das *Minas Geraes* com a busca desenfreada pelo ouro nessas vilas, e localizados no Arquivo do Pilar, em Ouro Preto, e na Casa Borba Gato, em Sabará. Este número de inquéritos não possuía uma justificativa específica, tratou-se de uma quantidade que julgamos ser razoável para alcançar os objetivos pretendidos pela tese, pois é preciso considerar que tais processos, principalmente os de Vila Rica, eram extensos e possuíam, em média, 30 fólios (frente e verso), já os de Sabará eram menores e continham, em média, 06 fólios (frente e verso).

Após a digitalização das imagens de todos os documentos, providenciou-se a transcrição diplomática dos manuscritos que consiste numa reprodução do texto manuscrito, preservando as características originais e respeitando-o em sua integridade: na grafia, nas abreviações, nas ligaduras, em todos os sinais e lacunas, preservando, inclusive, quaisquer erros do escriba ou escrivão (Spina, 1994), pois queríamos proceder a um mínino de interferência no texto. Para essa transcrição, foi proposto um conjunto de normas que atendesse a essa demanda.

E, finalmente, era necessário que o documento possuísse características próprias para um texto a ser pesquisado, diferentemente daqueles que são simplesmente editados, e, para tanto, providenciamos-lhe uma formatação com a numeração de linhas na margem esquerda de 5 em 5 (Cf. Cohen *et al*, 1998).

Dentre os objetivos propostos (e alcançados) pela tese, destacamos (i) comprovar que manuscritos setecentistas sob análise possuem uma dupla concepção discursiva: escrita e oral; (ii) mostrar que os traços de oralidade se manifestaram não só na concepção, mas também na superfície do texto, por meio de frasemas (também conhecidos por expressões idiomáticas – Eis) e de semifrasemas. Para os limites deste artigo, apenas vamos discutir por que defendemos que os manuscritos sob análise possuem uma dupla concepção discursiva.

2 – A relação entre oralidade-escrita

Por meio de um percurso histórico, verificamos que, inicialmente, os estudos linguísticos viam a relação entre as duas modalidades de língua de forma polarizada; isto é, todas as características estabelecidas até então para comparar oralidade-escrita tinham como base o ideal

da escrita, atribuindo a esta maior autonomia e supremacia que aquela, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – A relação polarizada

fala	escrita
pensamento concreto	pensamento abstrato
raciocínio prático	raciocínio lógico
contextualizada	descontextualizada
implícita	explícita
redundante	condensada
não-planejada	planejada
predominância do "modus pragmático"	predominância do "modus sintático"
fragmentada	não-fragmentada
incompleta	completa
pouca densidade informacional	densidade informacional
predominância de frases curtas, simples ou coordenadas	predominância de frases complexas, com subordinação abundante
pequena freqüência de passivas	emprego freqüente de passivas
poucas nominalizações	abundância de nominalizações
menor densidade lexical	maior densidade lexical
dependente	autônoma
imprecisa	precisa
não-normatizada	normatizada

Adaptação de Koch (2000, p. 62) e Marcuschi (2001a, p. 27).

Nessa perspectiva, a fala, usada para fins comunicativos na modalidade oral, caracteriza-se pelo uso da língua na sua forma de sons sistematicamente articulados e significativos, e pelos aspectos prosódicos que envolvem uma série de recursos expressivos de outra ordem: a gestualidade, os movimentos do corpo e a mímica. Já a escrita, usada para fins comunicativos com certas especificidades materiais, caracteriza-se por sua constituição gráfica. Sob esse ângulo e com base na tabela 1, chega-se à conclusão de que a escrita é o resultado de um processo, sendo, então, estática; enquanto a fala é o processo, ou seja é mais dinâmica.

Essa visão polarizada, conforme Marcuschi (2001a, p. 42), baseia-se no código e não nas características dos textos produzidos; ou seja, não considera os usos discursivos e as condições de produção textual. O autor entende *condição de produção* como "a atividade de produtores/receptores de textos situados em contextos reais e submetidos a decisões que seguem estratégias nem sempre dependentes apenas do que se convencionou chamar de *sistema lingüístico*." Na pesquisa desenvolvida, acrescentamos a essa noção o grau de letramento dos agentes sociais envolvidos na produção dos inquéritos judiciais, mas essa questão não será aqui discutida.

Grande parte das pesquisas citadas anteriormente foi feita com base em textos de conversação espontânea (da oralidade) em comparação com textos em prosa expositiva (da escrita), e, nesses casos, é de se esperar que ambas se oponham. Isso porque não só pertencem a fenômenos discursivos, em princípio distintos, mas especificamente porque pertencem a gêneros diferentes. Essa diferenciação está ligada aos processos, às condições e aos objetivos de produção textual nos quais tais gêneros foram produzidos. Assim, as características apresentadas na tabela 1 colocam a conversação espontânea e o artigo acadêmico nas extremidades de uma linha reta. Mas é preciso considerar que, no intervalo entre esses extremos, há um contínuo no qual situam-se diferentes gêneros, que se aproximam de uma ou de outra ponta. Ou seja, nem todas as características estabelecidas com base no ideal da escrita são típicas de uma ou de outra modalidade. Com base nisso, linguistas de fins da década de 80 e 90 estabelecem a visão do contínuo tipológico entre essas modalidades.

2.1 A visão do contínuo tipológico

Numa corrente contrária à visão polarizada da oralidade-escrita, a partir dos anos 80, pesquisadores defenderam a tese de que a fala e a escrita possuíam mais semelhanças que diferenças, e por isso ambas estão inseridas num *contínuo tipológico*.

Tannen (1982,1984) propõe diferenças entre as estratégias das duas modalidades que para ela são fundamentais: i) a fala depende quase que exclusivamente do contexto, enquanto a escrita é descontextualizada; ii) os recursos paralinguísticos e não-verbais (gesto, entonação, conhe-

cimento compartilhado, etc.) permitem a coesão na linguagem oral, já na escrita a coesão se dá através de elementos lexicais (conjunções, locuções conjuntivas, dêiticos, etc.) e de estruturas sintáticas complexas. Embora reconheça as particularidades de ambas as modalidades, afirma que estratégias da fala podem ser encontradas na escrita, tal como podem ser encontradas estratégias da escrita num texto oral mais tenso. Segundo a autora, as diferenças formais ocorrem em função do gênero e do registro linguístico, e não em função da modalidade.

Chafe (1982) analisa duas modalidades pertencentes ao extremo de um *contínuo* – língua oral informal e língua escrita formal – e chega à conclusão de que, apenas nesse caso extremo, existem diferenças que são definidas a partir de fragmentação e integração do discurso. Tannen (1985), ampliando a discussão do contínuo tipológico, analisa uma narrativa escrita e outra falada referentes ao mesmo evento produzidas por uma mesma pessoa. Segundo ela, na narrativa escrita, a participante da pesquisa fez uso de um "conjunto de traços que são esperados na escrita, juntamente com outros que são esperados na fala." Após fazer uma análise desses "achados", a autora propõe a noção de um contínuo oral-escrito, ou mais precisamente, um contínuo de foco no envolvimento pessoal/conteúdo da mensagem. Em outras palavras, para ela, a oralidade partilha traços com a escrita, quando o foco está no conteúdo (por exemplo, em uma aula); já a escrita possui mais traços em comum com a fala, quando o foco está na relação interpessoal. Tanto para Chafe (1982) como para Tannen (1985), o envolvimento que o falante/ escritor tem com seu ouvinte/leitor no evento é que vai definir as características comuns entre ambas as modalidades.

Entre nós brasileiros, Decat (1984), com objetivo de checar a validade da dicotomia *planejado x não-planejado* proposta por Ochs (1979), chega à conclusão de que há uma mesclagem de características entre os pólos – escrita e oralidade – e que a predominância de uma ou de outra característica dependerá de diferentes fatores, dentre eles: o tópico do discurso, a maior ou menor tensão do falante no momento da comunicação, o grau de intimidade entre o falante e ouvinte, etc.

Biber (1988) não separa em grupos distintos textos orais de textos escritos. Ao contrário disso, reúne diferentes gêneros orais e escritos que possuem alguma relação entre si, sob seis diferentes dimensões: (i) produção com interação *vs*. produção informacional; (ii) preocupações

narrativas *vs.* não-narrativas; (iii) referências explícitas *vs.* referências dependentes do contexto; (iv) expressão explícita de persuasão *vs.* não-explícita; (v) informação abstrata *vs.* não-abstrata; elaboração informacional 'on-line' *vs.* informação elaborada. Para ele, não há qualquer caracterização linguística ou situacional da fala e da escrita que seja verdadeira para todos os gêneros falados e escritos, pois os representantes de um gênero e de outro podem ser muito similares ou diferentes entre si. Segundo o autor, não é possível uma caracterização homogênea da fala e da escrita nas suas relações, o que implica tratá-las numa escala contínua.

O trabalho de Koch & Österreicher[3] (*apud* Österreicher, 1994) chama a atenção para o fato de que a diferença entre tais modalidades devem ser analisadas sob duas perspectivas fundamentais. A primeira diz respeito ao *meio* utilizado para a comunicação; isto é, um enunciado pode se manifestar através do *meio sonoro* ou *gráfico*. A segunda está ligada ao modo da concepção discursiva que pode ser oral ou escrito. Assim, temos o seguinte esquema:

meio de manifestação	{	sonoro gráfico	modo da concepção discursiva	{	oral escrito

Para os autores, a oposição medial entre fônico e gráfico representa uma dicotomia bem definida: o enunciado ou é fônico ou é gráfico. Já as diferenças na concepção linguística cobrem um contínuo limitado por dois extremos que vão desde expressões típicas orais muito informais, chamadas de linguagem de proximidade ou imediatez comunicativa, para extremamente elaboradas ou linguagem de distância.

Todas as pesquisas aqui discutidas propõem uma nova visão que permite observar a fala e a escrita numa relação de semelhança, e não mais de diferenças, abandonando as dicotomias polarizadas de até então. No entanto, também essa visão do contínuo passou a ser revista, porque subliminarmente, diziam os críticos, ainda vigorava a polaridade entre oralidade-escrita, e postulou-se a necessidade de levar em conta uma série de elementos que se interpenetram nessa relação; é isto que vamos a seguir.

---

[3] KOCH, P.; ÖSTERREICHER, W. *Gesprochene sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch.* Tübingen, Niemeyer, 1990.

2.2 nova visão do contínuo tipológico

Oralidade-escrita e os gêneros textuais

Marcuschi (2001a) propõe um modelo de análise do contínuo no qual oralidade e letramento[4] são consideradas práticas sociais com características próprias, mas que não se referem a dois sistemas linguísticos diferentes. Marcuschi assume que fala e escrita, nesse modelo, são modalidades de uso da língua, embora as relações sintáticas em ambas sejam "de ordem um pouco diferente".

O autor também propõe que as diferenças sejam analisadas a partir de gêneros textuais, os quais, segundo Bakhtin (1992, p. 262), são "tipos relativamente estáveis de enunciados, marcados sócio-historicamente", visto que estão diretamente relacionados às diferentes situações ou esferas sociais. O gênero, que constitui uma classe aberta, possui uma existência concreta expressa em diferentes designações e se manifesta em textos orais e escritos (Marcuschi, 2001b). O autor acredita que as diferenças entre fala e escrita se dão num contínuo tipológico das práticas sociais de produção textual, no qual existe um conjunto de variações em diferentes planos, conforme demonstra o gráfico a seguir:

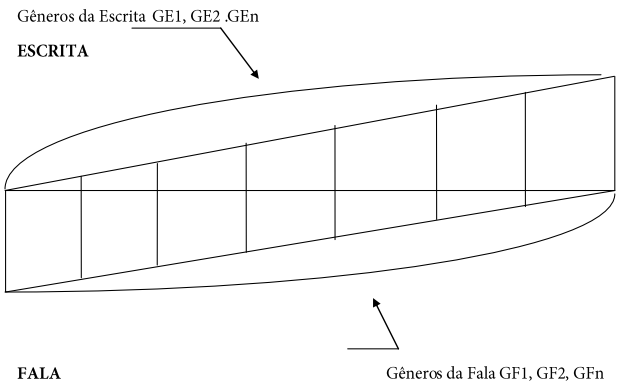


Figura 1 – Fala e escrita no contínuo dos gêneros textuais (MARCUSCHI, 2001a)

[4] De acordo com Soares (2003, p.65), dizer o que é letramento exige que se reúna numa única definição tudo o que o termo envolve, que é uma ampla variedade de "conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais". Letramento envolve duas grandes dimensões: a individual e a social: a primeira focaliza a simples "posse individual das tecnologias mentais complementares de ler e escrever". Já na segunda dimensão, letramento é um "conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social." (2003, p. 65).

A figura 1 mostra as duas modalidades da língua – a fala e a escrita – e seus diversos gêneros textuais (GE, GF) que estão dispostos sequencialmente num contínuo, respectivamente, na fala e na escrita. Cada uma das linhas verticais representa o limite de cada gênero textual, que, posto um ao lado do outro, se afasta de um dos pontos de referência e se aproxima do outro. O GF1 caracteriza uma espécie prototípica da fala, sendo a conversação espontânea um tipo de texto genuinamente oral. GE1, por sua vez, caracteriza uma espécie prototípica da escrita, e a publicação acadêmica em revista específica ou em livro é seu representante.

Como GE1 e GF1 estão dispostos em pontos diferentes do contínuo, Marcuschi (2001a) sugere que eles não devem, por conseguinte, ser elementos de uma comparação, a menos que o objetivo seja determinar diferenças entre eles. Para essa comparação, o autor sugere analisar/confrontar outras produções de diversos domínios discursivos em condições naturais e espontâneas de GF1 e GE1, ou em situações formais de GF1 e GE1, nesse caso seriam constatadas menos diferenças. Concordamos que haja textos orais mais próximos do pólo da escrita ou gêneros escritos mais próximos do pólo da fala, mas gostaríamos de acrescentar que categorias de texto de um mesmo gênero podem apresentar proximidades diferentes. Isto é, em nossa tese, cotejamos dois textos de um mesmo gênero – inquéritos judiciais civil *vs*. inquéritos eclesiásticos – ambos pertencentes ao *corpus* da pesquisa, que parecem ser diferentes quanto ao uso da concordância variável. Sem aprofundarmos muito na questão em função do limite deste artigo, apenas adiantamos que um texto "pende" para o pólo da fala, enquanto o outro, para o da escrita.

2.3 – Os inquéritos judiciais e a concepçõ discursiva oral e escrita

2.3.1 Os autos de devassas e os sumários de testemunha de querela

Os manuscritos sob análise possuem apenas um testemunho e são apógrafos, pois os escrivães deveriam se basear no modelo instituído pela lei portuguesa e nos depoimentos das testemunhas. Em algumas passagens do texto, o punho do escrivão é substituído pelo punho do juiz ordinário, quando este, depois de ouvidas as testemunhas, oferece a sentença; e, na parte final, há uma espécie de fiscalização feita por ouvi-

dores. Para esses dois últimos casos, em função da recorrência de uma estrutura textual, supõe-se que também se trate de punhos apógrafos; como o texto dessas autoridades não constituía o foco de interesse desta tese, não nos debruçamos com muito rigor sobre ele.

gênero autos de devassa era, segundo Pereira e Souza, 1806, p. 20, "a informação do delicto tomada por authoridade do Juiz para castigo dos delinquentes, e conservação do socego público". Havia dois tipos: as "geraes", que eram expedidas sobre delitos incertos, e as "especiaes" que supunham a existência do delito, mas desconhecia-se o agressor; ambas só poderiam ser tiradas em casos expressamente determinados em lei. Já o o sumário de testemunhas de querela, segundo o mesmo autor, era um tipo de delação feita em juízo competente acerca de algum fato criminoso, por interesse particular (quando feita pelas partes ofendidas) ou público (quando feita por qualquer pessoa do povo.); podia ser *simples* ou *perfeita*. Aquela referia-se a uma queixa ou denúncia sem a prestação do juramento, nomeação de testemunha e prestação de fiança às perdas e danos decorrentes da acusação, quando injusta ou falsa. A *perfeita* era uma queixa ou denúncia feita com juramento e, se fosse cumprida, era cercada de todas as demais formalidades e exigências legais (DE PLÁCIDO E SILVA, 1984). A querela diferia da devassa no que diz respeito à citação do réu, pois enquanto nesta ele apenas era citado após serem ouvidas as testemunhas, naquela a citação era feita após lavrado o auto, e as formalidades do juramento e nomeação de duas ou três testemunhas terem sido realizadas.

Um auto de devassa, de acordo com Lemos (2003), seguia uma espécie de modelo e era constituído de dez partes:

(i) *sumário* – apresentação do crime por parte do escrivão;
(ii) *termo de abertura* – a autuação, na qual o juiz ordinário dava conhecimento do delito, com dados sobre o dia, hora e local, no caso das especiais, ou o fato suposto que em função do dever de ofício deveria indagar; no caso das devassas gerais, mandava que se procedesse a investigação;
(iii) *auto de corpo de delito* ou *fé as feridas* ou *certidão*- nesta parte há uma descrição das feridas de que a vítima fora acometida;
(iv) *assentada* – indicavam-se o dia e local em que os depoimentos estavam sendo tomados, além do nome do juiz ordinário, tabelião e, às vezes, o registro do alcaide responsável pela notificação das tes-

temunhas; esse procedimento era repetido a cada interrupção das inquirições;

(v) *testemunhos* trata-se dos depoimentos propriamente ditos, sob o juramento dos Sant *pronúncia* – trata-se da sentença dada pelo juiz ordinário depois do exame do corpo de delito e inquirição das testemunhas os Evangelhos, o ritual discursivo era marcado pela qualificação das testemunhas – nome, cor (em nosso *corpus* esse dado nem sempre aparece), condição social, local de morada, ofício, idade e, em algumas vezes, fazia-se referência ao estado civil e à procedência da testemunha; a seguir perguntava-se sobre o conhecimento do fato. Em todos os *testemunhos* seguia-se esse ritual discursivo até o diseque, a partir daqui é dada voz às testemunhas; o encerramento é feito pela volta do discurso marcado pelas fórmulas, seguidas das assinaturas do juiz e da testemunha;

(vi) *pronúncia* – trata-se da sentença dada pelo juiz ordinário depois do exame do corpo de delito e inquirição das testemunhas;

(vii) *conclusão* – encerramento da devassa por parte do escrivão;

(viii) *termo de data;*

(ix) *conta* – tratava-se do registro dos gastos com o processo;

(x) *vistas* – tratata-se de uma espécie de auditoria feita nos processos pelos ouvidores:

As partes do sumário eram em número reduzido e se limitavam a:

(i) *termo de abertura*
(ii) *testemunhos*
(iii) *conclusão*
(iv) *termo de data*
(v) *conta* – nem todos os sumários apresentam esta parte.

A natureza formular de todas as partes poderia anular a dupla concepção discursiva neste tipo de gênero. No entanto, a parte dos *testemunhos*, embora nela também encontremos fórmulas de abertura e de encerramento do discurso, é mais flexível que as demais, já que ali se dá voz às testemunhas. Isso porque, como se verifica, o escrivão desprende-se dos rituais desse tipo de escrita no momento da tomada do depoimento, no qual não era permitido "pòr, nem escrever, nem deixar de escrever mais palavras, ou menos, das que lhe forem dita*s pelos querelosos*." Assim, de todas as partes da devassa e do sumário, é no *testemunho*

que acreditamos encontrar a concepção discursiva oral, além da escrita, conforme veremos a seguir.

2.3.2 A concepção discursiva : oral e escrita

No intervalo entre os diversos domínios discursivos das duas modalidades, os textos se entrecruzam sob muitos aspectos e, muitas vezes, constituem domínios mistos. Para analisar as relações mistas ou mescladas que há entre os gêneros oral e escrito, Marcuschi (2001 a) parte do modelo proposto por Koch & Österreicher (1990), do qual já falamos anteriormente, no que diz respeito às duas perspectivas que distinguem fala-escrita: a primeira relaciona-se ao *meio* utilizado para a comunicação; isto é, um enunciado pode se manifestar através do *meio sonoro* ou do *meio gráfico,* e a segunda está ligada à *concepção*, ou ao modo como o discurso foi concebido: oral ou escrito. Analisemos a figura a seguir :

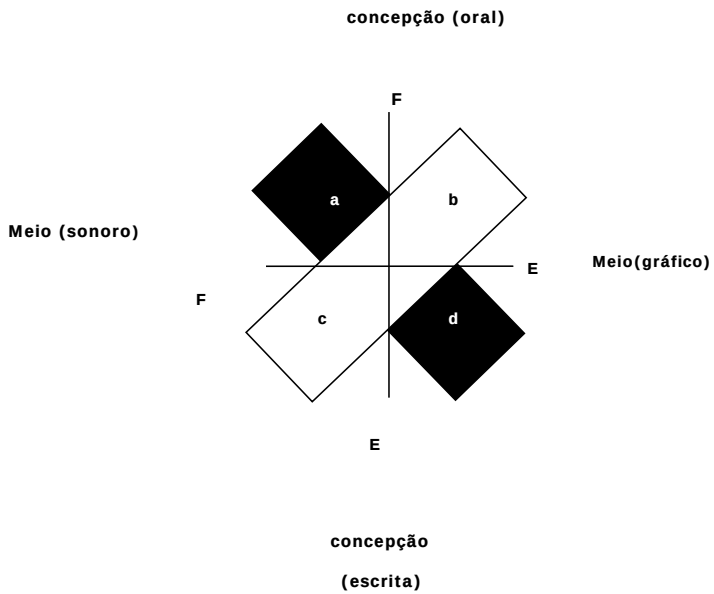


Figura 2 – Representação da oralidade e escrita pelo meio de produção e concepção discursiva. (Marcuschi, 2001a, p. 39)

Por meio dessa figura podem ser feitas as seguintes análises: o domínio "a" é o tipicamente falado, seja em função do meio, seja em função da concepção discursiva; o domínio "d", que representaria a contraparte de "a", é o tipicamente escrito. Já os domínios "b" e "c" referem-se aos domínios mistos, ou seja, aqueles nos quais se dariam as mesclas de modalidades (Marcuschi, 2001 a, p. 39). O autor, então, distribui os gêneros conversação espontânea, artigo científico, notícia de TV e entrevista publicada na Revista *Veja*, na tabela abaixo:

Tabela 2 – Gêneros textuais distribuídos conforme o meio de produção e a concepção discursiva.

Gênero textual	**Meio**		**Concepção discursiva**		**Domínio**
	sonoro	gráfico	oral	escrita	
Conversação espontânea	**x**		**x**		**a**
Artigo científico		**x**		**x**	**d**
Notícia de TV	**x**			**x**	**c**
Entrevista publicada na Revista *Veja*		**x**	**x**		**b**

Os gêneros 'notícia de TV' e 'entrevista publicada na Revista *Veja*' pertencem aos domínios "c" e "b", sendo, então, mistos, ou seja, tanto o *meio* como a *concepção discursiva* possuem características dos domínios "a" e "d". O autor, então, declara que o contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade – fala e escrita_ quanto às estratégias de formulação textual. Tais estratégias, segundo Marcuschi, determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textual-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade, etc. A figura 3 abaixo apresenta os gêneros considerados pelo autor como mistos e que estão distribuídos dentro da figura pontilhada. Entende-se como estratégia de formulação textual os

procedimentos discursivos aos quais os interlocutores recorrem para resolver, contornar, ultrapassar e impedir problemas ou barreiras de compreensão no desenvolvimento da construção enunciativa (Hilgert, 1996); mas, em nossa tese, essas estratégias foram entendidas como o uso da estrutura linguística, que pode ou não ser uma opção de uso por parte do falante/enunciador.

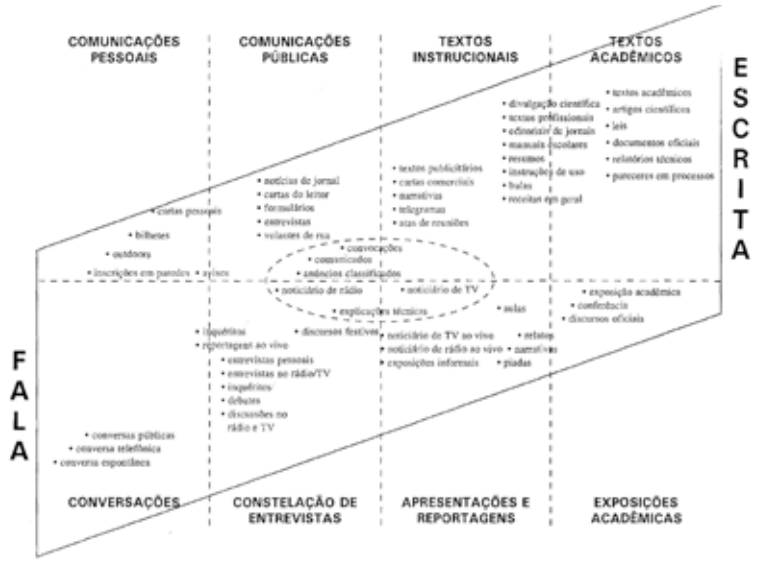


Figura 3 – Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita. (Marcuschi, 2001a, p. 41).

Agora vejamos se a denominação dada aos gêneros de domínios mistos (aqueles cuja concepção discursiva é diversa da manifestação) é suficiente para nomear o gênero textual – inquéritos judiciais civis e eclesiásticos – objeto de nossa pesquisa. Se alocarmos tais textos numa tabela semelhante à de no. 2, teremos uma situação diversa, porque a concepção discursiva deles é dupla, conforme:

Tabela 3 – Os inquéritos judiciais distribuídos conforme o meio de produção e a concepção discursiva.

Gênero textual	Meio		Concepção discursiva		Domínio
	sonoro	gráfico	oral	escrita	
Inquéritos judiciais civis		**x**	**x**	**x**	**b, c**
Inquéritos judiciais eclesiásticos		**x**	**x**	**x**	**b, c**

Em ambos os casos, a concepção discursiva é escrita, porque a confecção de um auto de devassa seguia uma espécie de modelo, conforme mecionamos anteriormente. O tabelião seguia um ritual baseado numa tradição discursiva cuja orientação era dada pelas Ordenações do Reino de Portugal[5], e em alguns inquéritos civis[6] encontramos resquícios de expressões latinas (destacadas nos exemplos) nos *termos de abertura*:

(1) (...) *elledito Juis lheReseberaodito* | *autodedevasa quemandara* | *fazer elhoResebera* ***Sedenqua*** | ***antum****tanto quantodedi* | *reitoheradeResebere* (...) [linhas 39-40];

ii) (...) *queelledito juis*|*ordenario Mandarafaser*| ***ex oFisio****porparte dajustisa*| (...) [linhas 759-760].

Mas, nos *testemunhos,* apenas nas partes inicial e final há uma estrutura formular e recorrente em todos os processos, conforme: (as partes destacadas marcam a presença do modelo):

(2) ***Eperguntadoelletestemunhapelo | conteudonoautodecorpode | dellito disse quesabe***

peloouvir dizer | *aAntonio GomesdeMello, Sua mulher* | *eSogra quea m[†.]lher dePedroEnes* | *Pelloma daSylva, eqoutras pessoas*| *muitas, que em cazadoditoAnto*|*nio GomesdeMello estava huma* | *mullata por nome Suzana*

[5] Ordenações são as ordens, decisões ou normas jurídicas avulsas e compilações de antigas leis portuguesas em códigos_ Afonsino, Manuelino e Filipino – e que vigoraram em Portugal do século XV ao XIX.

[6] Os excertos que serão apresentados a seguir foram extraídos de nossa tese de doutoramento.

Maria, | *quetratava comoEscrivaõ da* | *camara davilladocarmo Luis da* | *FonsecaRibeiro, equeindo o morto*|*acazadeste perguntandolhepor* | *ella, lhe dissera oquelheparecera*| *equeporessa cauza, lheescrevera*| *o[†.]orto humacarta adita Mullata,* | *dequeella naõficarasatisfeita* | *detalsortequepublica Mente des*| *compuzeraaodito morto* | *dizendo[corroída] que [corroída] naõ fosse* ||

[corroídas] homem [†.....] [†.....]| *omandaramorrer [corroídos]* | *eque comestaspalavras ficara* | *Su[corroído] detal Sorte quedella sepRezumira avia tensaõ* | *queem(sy) [†.....], equeoutro* | *Sim andava napertençaõ de* | *cazarcomella hum AmaroDom*[es]. | *official decarapina comotambém* | *omesmodefu(n)to, equeadita mul-* | *lata Seacomselharacom odito Amaro* | *Dom*[es]*., equeseentendia ser este o mal* | *feitor, eque por esta cauza Setremia* | *comofoi emocaziaõ destadevassa* | *ouvindodizer queseestavatirando* | *seaSustara eRetirara equeeste* | *malleficio ofizera humcarijó,*

oumullato | *queelletestemunhanaõconhecede* | *mandodododi*[to]*. AmaroDomingues* | *eque outroSim ouvira aJosedacosta* | *viandante nocaminho camarada* | *deAiraõ deoLiveira morador emCaza* | *dePaschoal Correa, queodito Jose* | *dacosta vira estarodito Amaro* | *Domingues conversandocom* | *humcarijo, emtalforma que*| *pelasações quefazia edepoisdo* | *dellito feito entendia queninguem* ||

[corroída a 1[a]. linha] | [corroídas] *odito carijo pelaapRi* | *ençaõ que[corroído]dito Josedacosta fize[corroído]* | *dasaçoes quemuito observava* | ***emaes naõdissedodito auto eassi* | *noucom odito Juis ordinario* | *Luis daSylvaesouzaoescrfevy**** | [AP-2055-2073]

A parte central, conforme se depreende, é a única que não segue um modelo, porque se altera a cada depoimento, o que torna o texto mais livre e mais imprevisível em relação às outras partes do processo. Em função disso, vamos admitir que a concepção de grande parte desses *testemunhos* é oral, uma vez que o texto escrito surge a partir de depoimentos dados por meio da inquirição do juiz ordinário e/ou do escrivão à testemunha. Tanto os sumários de testemunhas quanto as devassas civis e eclesiásticas possuem essa dupla concepção discursiva: as partes que contém textos formulares têm como origem um texto escrito; já nos *testemunhos* teremos, em grande parte, uma origem oral.

Tendo em vista tais peculiaridades, verifica-se que é necessário ampliar a definição de *gêneros mistos* ou *mesclados* dada por Marcuschi (2001a). Assim, admitimos como **mistos ou mesclados os gêneros que possuem uma dupla concepção discursiva – oral e escrita – e que se manifestam apenas através de um dos meios de produção, o gráfico**.

Essa caracterização que fizemos dos textos que compõem o *corpus* de nossa pesquisa (textos de dupla concepção discursiva) vai de encontro à posição do gênero *inquéritos* indicada na figura 3. Isso porque, de acordo com ela, esse gênero estaria mais próximo do ponto da modalidade FALA; no entanto, achamos que os *inquéritos*, em função das características discutidas, devem estar contidos na área pontilhada da figura na qual constam os gêneros mistos ou mesclados.

Como os *inquéritos civis (autos de devassa e sumário de testemunhas)* que foram alvo de análise em nossa pesquisa foram considerados gêneros mistos, ou que possuem uma dupla concepção discursiva, e que se manifestam através do meio gráfico, questionamos se nesses gêneros, em especial na parte de concepção oral, não seria possível detectar indícios de oralidade na formulação da escrita, e que fatores poderiam interferir nessa operação, mas essa questão não será apresentada aqui.

Vimos, neste artigo, que o modelo de Marcuschi (2001a) apresentou limitações para análise do *corpus*, dado que o foco de sua análise não é a diacronia; mas é possível fazer algumas adaptações. Em nossa pesquisa, para a relação oralidade-escrita, assumimos que as semelhanças e diferenças entre essas modalidades se dão num contínuo tipológico de diferentes gêneros textuais que, colocados um ao lado do outro, se afastam de um dos pontos de referência e se aproximam do outro, em função de características próprias do gênero (concepção discursiva e meio de produção), aliadas ao grau de letramento dos escrivães que estão imbricadas nessa relação.

3 – Considerações finais

Não existe outra forma de pesquisar uma língua oral pretérita que não seja através de textos escritos, já que a contribuição da tecnologia com a invenção dos gravadores é algo recente. Por isso, nesse tipo de estudo, uma questão básica sempre se coloca, seja de forma explícita ou subliminar: qual o grau de representatividade que os textos escritos têm da língua oral do período em que foram exarados?

A pesquisa que desenvolvemos em nosso doutoramento procurou responder, de alguma forma, a questão acima expressa. A sugestão que propomos ao pesquisador diacrônico é que ele procure identificar a concepção discursiva dos manuscritos e/ou documentos impressos que

são o objeto de sua análise. Naturalmente, que esse não deve ser o único caminho, haja vista a também necessidade de avaliar as condições de produção do texto, em especial, quando isso for possível, o grau de letramento dos amanuenses ou escrivães.

Em nossa pesquisa de doutoramento procuramos mostrar que é possível estudar a relação escrita-oralidade em manuscritos de língua pretérita desde que, conforme já anunciavam os estudiosos da história das línguas românicas, "seja considerado um conjunto de fatores" que atuam simultaneamente para esse estudo, aos quais acrescentamos: a análise da concepção discursiva dos gêneros textuais, caracterização sócio-histórica na qual se envolvem os "escreventes", as condições de produção textual, entre outros. Para os limites deste artigo, propomo-nos a analisar a relação oralidade-escrita nos inquéritos judiciais (autos de devassa e sumários de testemunho de querela) e verificamos que de todas as partes que compõem esses documentos aquela referente aos *testemunhos*, em que há mescla de um registro formular baseado num ritual proposto pelas Ordenações Portuguesas, e o registro das vozes das testemunhas, nos permite afirmar, além de se tratar da parte mais densa dos inquéritos, que esses documentos possuem uma dupla concepção discursiva: com base em registros escritos e em depoimentos coletados via oralidade.

Referências

BAKHTIN, M. (1992), *Estética da criação verbal*. SP: Martins Fontes.

BIBER, D. (1988), *Variation across speech and writing*. Cambridge University Press.

CHAFE, W. L. Integration and involvement in Speaking, Writing, and oral literature. In: TANNEN, D. (org.) (1982), *Spoken and Written Language : exploring orality and literacy*. New Jersey : ABLEX.

COHEN, M. A.A.M. *et al.* (1998), 'BTLH – Banco de textos para pesquisa em lingüística histórica – dados de Barra Longa- MG'. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*. Vol. 2. SP: Humanitas/FFLCH/USP, p. 119-142.

DE PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário Jurídico*. Vol, II; Rio de Janeiro: Forense, 1984.

DECAT, M.B. N. Discurso planejado e discurso não-planejado: análise contrastiva de alguns aspectos do português oral. In: MAGRO, M.C.; LIBERATO, Y.G. (1984), *Ensaios de Lingüística_ Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura*. Ano VI – No. 11, FALE/UFMG.

HILGERT, J.G. Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual. In: CASTILHO, A.T. (org.) (1996), *Gramática do Português falado: as abordagens.* Volume III. SP: Ed. Unicamp, p. 99-115.

KOCH, I.V. (2000), *O texto e a construção dos sentidos*. SP: Contexto.

LEMOS, C. S. (2003), *A Justiça local: os juízes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808)*. BH:UFMG/FAFICH, Dissertação, 280p.

MARCUSCHI, L. A .(2001 a) *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. SP: Cortez.

_____ Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: SIGNORINI, I. *et al.* (orgs.) (2001 b), *Investigando a relação oral/escrito*. SP: Mercado de Letras, p. 23-50.

MENDES, S.T.P. *Combinações lexicais restritas em manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: escrita e oral*. Tese (Doutoramento em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

OCHS, E. (1979), Planned and unplanned discourse. In: GIVON, T. (org.) *Syntax and Semantics.* New York, Academic Press, v. 12, p. 51-79.

ÖSTERREICHER, W. (1994), El español en textos escritos por semicultos, competencia escrita de impronta oral en la historiografía indiana. In: Lüdtke, J. (org.) *El español de América em el siglo XVI* – Actas del Simposio del Instituo Ibero-Americano de Berlín, 23 y 24 de abril de 1992. Vervuert : Iberoamericana.

PEREIRA E SOUZA, J.J . *Primeiras Linhas sobre o processo criminal*. 3ª. ed. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1806.

SOARES, M. (2003) *Alfabetização e letramento*. SP: Contexto.

SPINA, S. (1994), *Introdução à Edótica*. 2ª. ed. SP: Edusp/ Ars poética.

TANNEN, D. The oral/literate continuum in discourse. In : TANNEN, D. (ed.) (1982), *Spoken and written language : exploring orality and literacy.* Volume IX. Norwood, N.J. Ablex.

_____ Spoken and written narrative in english and greek. TANNEN, D.(ed.) (1984), *Spoken and written language : exploring orality and literacy.* Volume XII. Norwood, N.J. Ablex.

_____ Relative focus on involviment in oral And written discourse. In: OLSON, D. R. et al. (1985), *Literacy, language and learning. The nature and consequences of reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press.

Uma abordagem semântica dos verbos simétricos do PB

Teresa Cristina Wachowicz*
Lara Frutos**

Resumo
Os verbos simétricos são definidos na literatura como os que atribuem papéis temáticos equivalentes aos argumentos que selecionam. Neste artigo, desenvolvemos a hipótese de que, no PB, esse comportamento não é homogêneo, seguindo o pressuposto 'fuzzy' de atribuição temática de Dowty (1991). Além disso, apresentamos a restrição aspectual de total assimetria em verbos *accomplishments*. Evidenciamos também diferentes leituras nas estruturas transitiva e intransitiva, que definem o seu comportamento.

Palavras-chave: semântica, aspecto, verbos simétricos

0. Introdução

Nosso objeto de investigação neste trabalho é o comportamento de verbos que parecem selecionar argumentos com comportamentos semelhantes na significação da sentença. Verbos como *casar*, *conversar*, *partilhar*, só para iniciar nossa exemplificação, requerem dois participantes que desempenham papéis semelhantes na situação. Em 1, João

*Professora da Universidade Federal do Paraná – Brasil (UFPR), Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas. tecacw@gmail.com
**Mestranda em Linguística da Universidade de São Paulo - Brasil (USP). lara_frutos@yahoo.com.br

e Maria são, em um primeiro momento[1], igualmente agentes, ao passo que em 2, João é agente, e 'o livro' não pode desempenhar esse mesmo papel:

(1) João casou com Maria.
(2) João escreveu o livro.

A evidência sintática mais intuitiva da existência dessa classe de verbos é a possibilidade de eles aceitarem a paráfrase na forma intransitiva, com coordenação do sujeito e complemento e a ocorrência opcional do pronome reflexivo 'se', ao passo que os demais verbos não admitem essa reescrita:

(1') João e Maria (se) casaram.
(2') * João e o livro (se) escreveram.

A literatura da área nomeia esses verbos como 'simétricos' (Dowty, 1991, Carlson, 1998), e toma como critério central de definição a atribuição homogênea de papel temático a dois argumentos verbais. Em 1, ambos – sujeito e complemento - seriam igualmente agentes. Uma noção parasita à dos verbos simétricos é a de reflexividade, que se traduz pela ação verbal do sujeito que recai sobre ele mesmo. No caso do PB, esse comportamento temático singular fica garantido pela posição de argumento afetado, que pode ser preenchida pelo pronome 'se', ou então permanecer vazia (Cyrino, 1996), em ocorrências fartamente verificadas no PB (Ilari et al., 1996, Godoy, 2008, Bandeira, 2007)[2]. Alguns verbos simétricos admitem a reflexividade (3), ao passo que outros não (4):

(3) João e Maria (se) juntaram.
(4) João e Maria (*se) transaram.

O objetivo deste artigo é investigar o comportamento semântico dos simétricos à luz de dois critérios: o lexical e o sintático. Com relação à análise semântico-lexical, nossa hipótese é a de que há simetria de atri-

1 A seção 2.1 deste trabalho tem como objetivo discutir as interpretações variadas para 1.

2 A seção 1.1 apontará a dissociação entre os conceitos de 'simetria', 'reciprocidade' e 'reflexividade'.

buição temática, mas ela não é homogênea, sobretudo se comparadas as formas transitiva e intransitiva (1 e 1'), o que nos sugere um tratamento 'fuzzy' de papéis temáticos (Dowty, 1991). Ainda sob a perspectiva lexical, levantamos a hipótese de que há uma restrição aspectual: verbos accomplishments (Vendler, 1967, Dowty, 1979) não podem ser simétricos, justamente por exibiram forte assimetria entre sujeito e objeto, já que o objeto dos accomplishments participa necessariamente da medida temporal do evento (Tenny, 1994).

Com relação à análise de seu comportamento semântico-sintático, nossa hipótese é a de que há ambigüidade presente tanto na forma transitiva quanto na forma intransitiva. Na forma transitiva 1, tem-se duas possibilidades: a de que Maria é, como João, agente, e a de que Maria perde a força de agente com volição. Essa situação nos requer novamente uma teoria 'fuzzy' de papéis temáticos (Dowty, 1991). Na forma intransitiva 1', tem-se outras duas possibilidades: a de que Maria e João se casaram entre si, por um lado, e a de que João teve seu casamento com uma pessoa e a de que Maria teve também seu casamento com outra pessoa, cada um com o seu par, de outro lado. O pronome 'se' aqui mantém seu comportamento recíproco, mas numa rede de leituras entrecruzadas que dependem centralmente de um tratamento algébrico para o plural (Heim et al., 1991, Link, 1983).

A seção 1 do artigo refere-se às questões lexicais dos simétricos, ao passo que a seção 2 explora as leituras das suas formas transitiva e intransitiva. Na conclusão, sinalizamos o que fizemos e as principais questões teóricas que nortearam nossas reflexões.

1. O léxico

Se estamos assumindo que existe uma classe de verbos simétricos, então acreditamos no léxico, no sentido de que há um conjunto de informações que advém dele. Logo, a questão central então se configura: Quais são essas informações? Derivada dessa, aparece uma questão secundária: O que a sintaxe faz com essas informações?

Para responder a essas questões, concentrar-nos-emos em duas hipóteses: 1) a simetria como uma combinação de propriedades lexicais temáticas dos verbos; 2) a restrição lexical da impossibilidade de comportamento simétrico dos verbos accomplishments.

1.1. A simetria

A categoria dos simétricos é um tema já bastante explorado na literatura. No entanto, eles aparecem muito mais freqüentemente como evidência para a discussão sobre teorias de papéis temáticos.

Carlson (1998), por exemplo, defende que os papéis temáticos, como categorias gramaticais pertinentes, têm função na individuação de eventos. O problema lingüístico que o autor apresenta para a defesa de sua proposta é o dos predicados simétricos, que ele subcategoriza em 'aparentemente simétricos'(skick 'quicar', marry 'casar', meet 'encontrar', argue 'discutir', agree 'concordar'), 'não-simétricos' (embrace 'abraçar'), os simétricos que dependem da natureza semântica dos NPs (collide 'colidir'), e os que são estativos simétricos (is similar 'ser semelhante', is identical 'ser idêntico').

Carlson assume um 'princípio' segundo o qual "an event has at most one entity playing a given thematic role" 'um evento tem pelo menos um indivíduo jogando um dado papel temático'. Logo, numa espécie de 'slogan' teórico, Carlson condiciona a individuação de evento à presença de um agente: TWO AGENTS, TWO EVENTS 'DOIS AGENTES, DOIS EVENTOS'(Carlson, 1998: 40).

Dowty (1991), por sua vez, formula uma teoria de papéis temáticos que nos interessa mais de perto aqui. O autor resgata a noção de 'predicados simétricos' como contra-exemplo à postulação chomskyana da unicidade de atribuição temática (ou atribuição-θ), para reforçar sua proposta de tratamento 'fuzzy' de papéis temáticos. Se, para Chomsky (1981: 36), cada NP argumento recebe um e exatamente um papel-θ, e um mesmo papel-θ não pode ser atribuído a dois NPs argumento pelo mesmo predicado, então o comportamento dos simétricos é um problema.

Por outro lado, Dowty expõe uma crítica às intermináveis listas com absoluta falta de consenso de papéis das teorias anteriores (Gruber, 1965, Fillmore, 1968, etc., apud Dowty, 1991), e assume uma concepção lexicalista-composicional, baseada em funções semânticas prototípicas. Assim, a atribuição temática do verbo ao argumento não é um fenômeno discreto e isomórfico. Utilizando-se da teoria de protótipos de Rosch (2004), papel temático passa a ser um conjunto de acarretamentos lexicais hierarquizadose e composicionalmente configurados, que definem

um protótipo de categoria temática. Dowty fecha as categorias temáticas em duas: proto-agente e proto-paciente. As propriedades temáticas conforme Dowty (1991) são as seguintes:

Para o proto-agente:
a) tem envolvimento volicional no evento
b) tem 'sentience' (ou controle) (ou percepção)
c) causa um evento de mudança de estado de outro participante
d) tem movimento (relativamente à posição de outro participante)
e) (existe independentemente do evento nomeado pelo verbo)[3]

Para o proto-paciente:
a) submete-se a mudança de estado
b) é tema incremental
c) é afetado causalmente por outro participante
d) está estacionário relativamente a outro participante
e) (não existe independentemente do evento)

Uma extensa análise de configurações argumentais comprova a tese de Dowty, desde predicados parcialmente simétricos até alternâncias dativa e locativa. Ao final do texto, o autor também defende que a distinção dos intransitivos inacusativos (chegar, morrer, cair) vs. inergativos (sorrir, caminhar, falar) não é puramente sintática (inacusativos só têm objeto e inergativos só têm sujeito), mas tem motivação temática: os inergativos têm volição[4].

A teoria de papéis temáticos de Dowty é especialmente interessante para nós porque prevê propriedades temáticas projetadas pelo léxico verbal a seus argumentos. A atribuição temática é que vai ser composicional e dependente de combinações 'fuzzy' dessas propriedades. Voltemos, então, aos simétricos.

3 Em Dowty (1991), as propriedades em e) vêm entre parênteses porque acompanham critérios discursivos e não propriamente semânticos.

4 Aqui, Dowty associa 'agenciamento' e 'volição', evidenciando a tendência de estruturas inergativas a esses primitivos. Não há, contudo, justificativas teóricas. Nesse sentido, referimos Talmy (2001: 509-542) e sua proposta de fundamentação cognitiva das propriedades semânticas. Para o autor, a noção psicológica de 'volição' caracteriza o participante agente (*João corre*), assim como a noção de 'intenção' define o participante causador de um resultado (*João quebrou o vidro*), e a noção de 'indução' justifica estruturas de causa indireta (*João cortou o cabelo* = João foi ao cabeleireiro, que cortou seu cabelo).

Na forma intransitiva, o verbo atribui o mesmo conjunto de propriedades de agente aos dois participantes. Retomando 1' e 3, reescritos abaixo como 5 e 6, os verbos 'casar' e 'juntar' projetam pelo menos as duas primeiras propriedades de proto-agente ((a) e (b)) aos indivíduos envolvidos na ação – João e Maria:

(5) João e Maria (se) casaram.
(6) João e Maria (se) juntaram.

Com outros verbos, considerados simétricos (7 a 9), sobretudo na forma intransitiva, o mesmo fenômeno pode ser observado. Em 9, no entanto, não só as propriedades (a) e (b) de agente são verificadas, mas também (d), pois ambos os participantes se movimentam. Em 9, portanto, há dois agentes mais prototípicos:

(7) João e Maria conversaram.
(8) Marcos e Cida discutiram.

(9) Schumacher e Montoya colidiram.

Com relação aos predicados simétricos estativos, assim nomeados na literatura, podemos prever simetria de atribuição temática. Porém, esse caso não é contemplado pro Dowty (1991), pois a sistematização dos proto-papéis só explica eventos agentivos. Numa teoria de papéis temáticos como a de Cançado (2002), por exemplo, a atribuição de papel estativo pode ocorrer, o que justificaria a estrutura argumental {E, E} (papel estativo e estativo para dois argumentos do verbo) (Godoy 2008), para verbos como (10) a (12):

(10) O horário do meu trabalho e o horário da escola coincidem.
(11) O meu primo e você se parecem.
(12) A minha tese e o seu trabalho (se) harmonizam.

Há também simetria temática verificada em posição de complemento verbal. Em 13 e 14, por exemplo, os verbos parecem selecionar necessariamente complementos plurais, atribuindo-lhes pelo menos as propriedades (a) e (c) do proto-papel de paciente. Em 15 e 16, as pro-

priedades requeridas de proto-paciente são (a), (b) e (c), pois os complementos funcionam como temas-incrementais (Krifka, 1992):

(13) João juntou a ponta da rede e o engate do barco.
(14) Marta separou o recheio e a massa.

(15) O mecânico soldou a maçaneta e o tambor da chave.
(16) O pintor mesclou o laranja e o verde na imagem de fundo.

Em outras situações de simetria em complemento, as propriedades de proto-paciente necessitam ser substituídas por papel estativo (Godoy, 2008):

(17) O professor comparou as primeiras e as últimas provas.
(18) O poeta associou crítica social e lirismo.

Godoy (2008) apresenta um tratamento temático para sentenças com verbos simétricos, baseado fundamentalmente na teoria de Cançado (2002), incluindo extensas listas de casos com comportamento variado. O trabalho, porém, atribui a simetria a um comportamento sintático e a 'reciprocidade' ao léxico verbal. Nossa posição aqui é que a simetria é justamente lexical e que a reciprocidade é que é sintática.

Há três noções que se relacionam fortemente à questão temática e que, em nossa análise, ganham efetivamente estatutos diferentes: a simetria, a reciprocidade e a reflexividade. O primeiro fenômeno, como defendemos, é lexical, ocorrendo na atribuição de um mesmo papel temático a mais de um argumento. O segundo, da reciprocidade, é sintático, ocorrendo quando a agentividade de um participante recai sobre outro e a mesma ação se dá em sentido contrário. A reciprocidade mantém-se com o pronome 'se' não-reflexivo ou com estruturas do tipo 'um no outro' (o 'each other', de Heim et al., 1991): '*João e o aluno se esbofetearam*'; '*Os meninos se tatuaram um no outro*'. Quanto à reflexividade, fenômeno morfo-sintático, um indivíduo age e sofre a ação do verbo; ocorre com o pronome reflexivo 'se', necessariamente co-indexado ao sujeito (Ilari et al, 2002: 128): *João*$_i$ *matou-se*$_i$.

Voltando aos exemplos 13 a 18, não há como intuir reciprocidade entre os complementos verbais, como defende Godoy (2008). Em 14,

por exemplo, não há ação mútua entre 'o recheio' e 'a massa', apenas simetria de atribuição temática a ambos.

Além disso, o que os exemplos acima nos sugerem é que há simetria verbal traduzida no comportamento temático dos verbos, mas ela não é homogênea. Se o verbo atribui simetricamente papel de agente a dois participantes, a seleção de propriedades pode variar, conforme observado em 7 a 9. Se o verbo atribui simetricamente papel de paciente a dois participantes, as propriedades também variam, conforme observado em 13 a 16. Isso sugere uma gradação de simetria entre os verbos: fortemente simétricos (mais propriedades) e fracamente simétricos (menos propriedades). Logo, a simetria depende da seleção de pelo menos uma propriedade dos proto-papéis de Dowty (1991), mas não pode ser considerada homogênea. Só uma teoria 'fuzzy' de papéis temáticos como a de Dowty pode nos sinalizar a melhor saída para esse comportamento não-homogêneo dos simétricos.

Mas há mais uma observação sobre a informação lexical dos simétricos: a accionalidade do verbo. A próxima seção tratará dessa questão.

1.2. A restrição aspectual: accomplishments não são simétricos

As teorias aspectuais costumam postular uma distinção básica para o tratamento do aspecto: o aspecto lexical e o gramatical. O primeiro ficaria por conta das informações inerentes ao verbo que são pertinentes à sua configuração temporal (telicidade, homegeneidade, dinamicidade (Bertinetto, 2001); o segundo ficaria por conta das informações relativas à completude ou não de um evento, já ancoradas no continuum temporal, o que na literatura é mais conhecido como a oposição perfectivo vs. imperfectivo. Para o assunto deste trabalho, interessa-nos apenas o aspecto lexical dos verbos.

A terminologia adotada aqui sobre o aspecto lexical é amplamente explorada na literatura desde Vendler (1967), tradição teórica conhecida como 'Aktionsarten'. O autor, comprometido com a filosofia analítica inglesa, re-inaugura a tradição aristotélica das classes kinesis 'processo' e energeia 'ação' em quatro categorias aspectuais: estados, atividade, *accomplishments* e *achievements*. Classes aspectuais (ou accionalidade) são definidas como "the particular way in which that verb pressuposes and involves the notion of time" (Vendler, 1967: 107) 'a forma particular

com que o verbo pressupõe a noção de tempo'. Logo, é importante frisar que as informações lexicais aspectuais estão pressupostas no verbo[5].

Numa sistematização em traços semânticos primitivos (Bertinetto, 2001), os verbos de estado têm configuração temporal durativa e homogênea, com sujeito não-agente; os de atividade são durativos e homogêneos, mas requerem sujeito agente; os accomplishments são durativos com sujeito agente, mas não são homogêneos – trazem a noção inerente de mudança de estado do objeto; os achievements, por fim, não são homogêneos com sujeito agente, mas são não-durativos, ou pontuais.

Tabela 1: As classes vendlerianas definidas por traços semânticos

traço / classe	durativo	homogêneo	dinâmico	exemplos
Estado	+	+	-	*Conhecer Saber Acreditar Ter Desejar Compreender*
Atividade	+	+	+	*Correr Andar Nadar Empurrar um carro Dirigir um carro*
Accomplishment	+	-	+	*Pintar um quadro Desenhar uma roda Construir uma casa Escrever um livro*
Achievement	-	-	+	*Notar Achar Alcançar Morrer*

Dentre os desdobramentos posteriores do tratamento lexical ao aspecto, o trabalho que nos esclarece a restrição aspectual para os verbos simétricos é o de Tenny (1994). A autora propõe que o aspecto lexical seja determinante na projeção da estrutura argumental do verbo.

5 Assumimos aqui a proposta de Rothstein (2004), em que a acionalidade é uma propriedade semântica dada pelo léxico verbal enquanto telicidade/atelicidade é uma propriedade atribuída ao predicado. Segundo essa proposta, apesar de um predicado como 'construir casas' ser considerado atélico - já que é formado de um verbo e um complemento nu plural -, o verbo 'construir' é considerado um verbo accomplishment, que carrega um traço de telicidade.

Ou seja, há um subconjunto de propriedades aspectuais universais que alguns verbos trazem – nomeadamente os achievements e accomplishments - e que são pertinentes à estrutura sintática da sentença. Essas propriedades aspectuais são o instrumento para o mapeamento entre semântica lexical e sintaxe.

Por exemplo, os verbos accomplishment, com estrutura transitiva, apresentam dependência temporal em relação ao objeto direto, em detrimento dos verbos atividade de estruturas transitivas como 'empurrar o carrinho'. Nos termos da autora, o objeto direto participa de um princípio do mapeamento aspectual, formalizado na Restrição de Medida do Argumento Interno Direto (MOC): Ele, e só ele, e um só, dá a medida do evento (Tenny, 1994: 11), para três tipos de verbos: 1) de tema incremental (construir, assar, etc.) – em que o objeto direto tem sua constituição construída durante o evento -, de mudança de estado (descascar, limpar, etc.) – em que o objeto direto sofre mudança de estado física que acompanha a duração do evento - e de trajetória (escalar, declamar, cantar, etc.) – em que a extensão do objeto direto é percorrida para a duração do evento.

Detalhe: os verbos que dependem de alguma forma do objeto direto para definir sua configuração temporal – nomeadamente os accomplishments – não admitem simetria temática, justamente por exibirem um forte comportamento assimétrico entre sujeito (agente) e objeto direto – que tem variados papéis temáticos, mas que, sob o ponto de vista aspectual, é quem vai determinar a duração do evento. No teste das formas transitiva vs. instransitiva, por exemplo, os accomplishments não admitem coordenação dos argumentos[6]. Nos termos de Dowty (1991), os argumentos dos verbos accomplishments não compartilham nenhuma das propriedades projetadas pelo verbo:

(19) João construiu a casa. / * João e a casa construíram.
(20) Marta assou o bolo. / * Marta e o bolo assaram.

6 As leituras figuradas da forma intransitiva não serão consideradas nesta análise, embora as julguemos possíveis.

(21) Vera descascou a laranja. / * Vera e a laranja descascaram.
(22) A mãe limpou a mesa. / * A mãe e a mesa limparam.
(23) João escalou a montanha. / * João e a montanha escalaram.
(24) Laura declamou o poema. / * Laura e o poema declamaram.

Para todas as formas transitivas de 19 a 24, não há nenhuma propriedade de proto-agente que possa ser interpretada no objeto: nenhum deles a) tem envolvimento volicional no evento; b) tem 'sentience' (ou controle); c) causa um evento de mudança de estado de outro participante; d) tem movimento (relativamente à posição de outro participante). Por outro lado, não há nenhuma propriedade de proto-paciente que possa ser interpretada no sujeito: nenhum deles a) submete-se a mudança de estado; b) é tema incremental; c) é afetado causalmente por outro participante; d) está estacionário relativamente a outro participante. Isso evidencia que os verbos accomplishments são totalmente assimétricos.

Com relação a outras classes aspectuais (estados (25), atividades (26), achievements (27)), vemos uma flexibilidade bem maior para a simetria, alguns exibindo forte simetria e outros não:.

(25) a. João parece com Pedro. / João e Pedro (se) parecem.
b. João sabe matemática. / *João e matemática se sabem.
(26) a.Laura transou com Paulo. / Laura e Paulo transaram.
b. Carlos empurrou o carrinho. / Carlos e o carrinho se empurraram.
(27) a. Marcos casou com Paula. / Marcos e Paula (se) casaram.
b. João tocou no amigo. / João e o amigo se tocaram.

Em 25a, 26a e 27a temos verbos simétricos pertencentes às classes estado e atividade e achievement, respectivamente, alternando entre as formas transitiva e intrasitiva. Já em 25b, 26b e 27b temos verbos não-simétricos pertencentes a essas mesmas classes, mostrando que verbos não-simétricos não aceitam a alternância entre a forma transitiva e intrasitiva. Note-se que apesar de as duas formas em 27b serem possíveis, elas são semanticamente correspondentes

A partir dessa análise preliminar, fica evidenciado um forte comportamento sintático dos verbos simétricos, que é a independência em relação ao objeto direto. Isso nos sinaliza uma hipótese interessante sobre o papel da preposição na leitura da simetria temática. Mas isso não é

assunto para os limites deste trabalho. Com relação ao objeto direto, a análise também nos mostra que é ele que tem forte papel na constituição temporal do evento. A relação entre a estrutura transitiva e o papel do objeto direto no aspecto poderia ser checada em outras classes aspectuais, que não os accomplishments, mas o recorte deste trabalho também aponta limites aqui. Vamos nos limitar aqui nos verbos simétricos. Vamos às suas leituras dependentes de estrutura sintática.

2. A ambigüidade das estruturas transitiva e intransitiva

2.1. A forma transitiva

Se, na seção anterior, nós explicitamos a noção de simetria, com teoria temática fuzzy que a explica, bem como com a restrição aspectual que a delimita, nesta seção pretendemos expor as leituras possíveis das formas transitiva e intransitiva das sentenças com verbos simétricos.

A forma transitiva exibe possibilidades de leitura que afetam apenas o grau de participância temática dos argumentos. Em 1, por exemplo, repetida aqui como 28, lêem-se duas situações: a primeira em que Maria e quer casar com João e a segunda em que Maria não tem volição. Independente das leituras relativas a Maria, João parece estar numa situação em que é agente com volição, o que fica relativamente assegurado pela posição de sujeito:

(28) João casou com Maria.

Novamente, se retomarmos a teoria de atribuição temática fuzzy, de Dowty (1991), teremos saída para sinalizar a assimetria possível na forma transitiva. O sujeito João apresenta pelo menos as duas primeiras propriedades de proto-agente (tem envolvimento volicional no evento e tem 'sentience' (ou controle))[7]. Já o argumento preposicionado Maria

7 Godoy (2008 apresenta um tratamento interessante para essa reconhecida assimetria, já nomeada na literatura (Dowty, 1991, Ilari, 1987, apud Godoy, 2008), baseado em Cançado, 2005: o argumento externo – sujeito – ganha o rótulo de desencadeador com controle (DC), enquanto o argumento interno oblíquo – preposicionado – ganha o rótulo de desencadeador apenas (D). A estrutura argumental temática de do verbo 'casar' fica representada como CASAR: {DC, D}. Julgamos que a propriedade da volição é central na discussão interpretativa.

pode até ter controle da situação, mas a volição parece ser uma propriedade enfraquecida pela estrutura sintática transitiva.

Já que estamos na esteira de um tratamento aspectual para os simétricos, a mesma desproporção é verificada em outros verbos achievements:

(29) João cruzou/topou/empatou com Lara.

A desigualdade de atribuição temática também é observada junto a verbos atividade:

(30) João conversou/brigou/flertou com Maria.

No entanto, algumas especificidades da morfologia derivacional de alguns verbos atividade podem comprometer a sentença para uma leitura mais simétrica:

(31) João duelou/dialogou com Luís.

Para os verbos de estado, por fim, a assimetria diminui, mesmo porque as propriedades temáticas aqui serão só estativas, fugindo à possibilidade de tratamento fuzzy de Dowty, que restringe a atribuição aos papéis de proto-agente e proto-paciente8. Nesse sentido, os estativos são os mais simétricos na forma transitiva:

(32) O medo coexiste com a coragem.
(33) João parece com o irmão.
(34) Minha idéia diverge da tua.
(35) Meu horário coincide/corresponde/combina com o teu.

Novamente, parece haver uma restrição morfológica de alguns afixos, nomeadamente o prefixo latino co- (=junto), de 35, que fixa a idéia de simetria. Esse grau de detalhamento teórico, longe de ser desinteressante, fugiria sobremaneira aos objetivos deste trabalho.

8 No entanto, na proposta de Dowty, os estativos podem ser definidos pela ausência de propriedades: sua atribuição é o 'default' das sentenças de ação.

2.2. A forma intransitiva

Na forma intransitiva, a estratégia de coordenação dos argumentos confere-lhes um estatuto mais simétrico do que a forma transitiva. A desigualdade relativa às propriedades temáticas se enfraquece. Em 36, por exemplo, não cabe mais uma discussão que leve em conta o papel da volição da interpretação da sentença:

(36) João e Maria (se) casaram/cruzaram/toparam/encontraram.

A simetria fica ainda mais forte com verbos simétricos de atividade:

(37) João e Maria conversaram/brigaram/flertaram.

Para os simétricos de estado, em razão da natureza restrita a argumentos estativos, a forma intransitiva mantém a simetria verificada na forma transitiva:

(38) O medo e a coragem coexistiram.
(39) João e o irmão (se) pareceram.
(40) Minha idéia e a tua divergiram.
(41) Meu horário e o teu coincidiram/corresponderam/combinaram.

No entanto, há uma possibilidade de interpretação - não muito comum, mas perfeitamente aceita em alguns contextos pragmáticos e/ou discursivos – que distribui a predicação do verbo simétrico para cada indivíduo atômico denotado pelo sujeito plural. Especialmente com o verbo 'casar', a predicação pode cair sobre os dois indivíduos 'João' e 'Maria', na leitura em que eles casaram entre si, mas também pode cair sobre 'João', subentendendo-se que ele casou com uma terceira pessoa, e também sobre 'Maria', subentendendo-se que ela casou com uma quarta pessoa: cada um no seu casamento. Podemos nomear a primeira leitura de 'coletiva', e a segunda de 'distributiva'. A leitura distributiva pode ser confirmada através de extensões das sentenças que exibem nominalizações ('o casamento de João', (42)), anáforas indiretas ('os colegas agredidos' (43), 'suas medalhas' (45)) e sintagmas quantificados ('mais namoradas', (46)), etc.:

(42) João e Maria (se) casaram. O casamento do João foi em maio e o da Maria em junho.
(43) João e Pedro brigaram no emprego. Os colegas agredidos não foram demitidos, mas eles foram.
(44) Priscila e Vera flertaram na festa, mas não conseguiram ficar com ninguém.
(45) Murilo e Bernardo lutaram. Ambos ganharam suas medalhas.
(46) Juca e Mário namoraram muito durante a juventude, mas Mário teve mais namoradas de fora da cidade.

Com relação aos verbos simétricos de estado, essa leitura fica impossível, sobretudo se forem consideradas especificidades morfológicas, o que se comprova com a impossibilidade de tentativa de distribuição sobre o sujeito plural (47-48):

(47) O medo e a coragem coexistiram: ?o medo coexistiu com a tristeza e a coragem com alegria.
(48) Minha bolsa e o teu sapato combinaram: ?a minha bolsa com o meu lenço e seu sapato com a sua blusa.
(49) A minha conta e a tua (se) equivaleram: ?a minha ao que eu esperava e a sua ao que você esperava.

Naturalmente, a leitura em que cada agente do sujeito coordenado de 42 a 46 participa de um evento diferente é menos aceita e de difícil interpretação. A situação pragmática e/ou discursiva tem de ser bastante específica para garantir a leitura. Mas ela não é impossível. Então, estamos diante de um impasse: O que garante a simetria entre argumentos coordenados na posição de sujeito, que é projetada pelo verbo via atribuição temática?

Nossa resposta é que essa ambigüidade não está apenas no verbo; não é uma dupla leitura de alguns verbos simétricos. O que garante a ambigüidade é a estrutura do sintagma nominal plural do sujeito. No caso dos verbos simétricos estativos, o que restringe a ambigüidade também não é sua simetria, mas sim seu traço aspectual não-dinâmico. Quer dizer, o verbo continua projetando simetria nos argumentos, o que varia é a leitura do plural – entre as leituras coletiva e distributiva. Essa análise necessita de um tratamento para plurais e eventos que seja algebricamente estruturado em reticulados (Link, 1983; Lasersohn, 1995). Vamos por partes.

Para verbos simétricos dinâmicos, o sujeito plural com estrutura reticular possibilita uma representação para a leitura coletiva e distributiva. Um reticulado é uma estrutura algebricamente construída através da operação de soma. O sintagma 'João e Maria', por exemplo, tem em sua denotação tanto átomos quanto a soma; seu reticulado é uma estrutura como a figura 1:

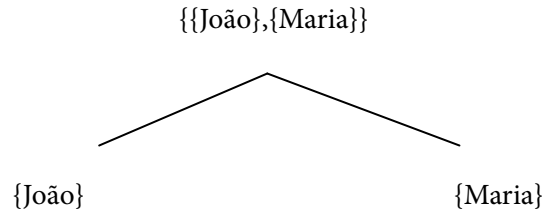


Figura 1: estrutura em reticulado para o plural 'João e Maria'

Para a leitura coletiva de 'João e Maria (se) casaram', o verbo simétrico 'casar' predica sobre a soma {João, Maria}, ou sobre o indivíduo plural da denotação de 'João e Maria'. Isso nos possibilita inclusive discutir a hipótese de Carlson (1998), explicitada acima, que condiciona a individuação de evento à atribuição de papel temático: dois agentes, dois eventos. Aqui no caso da leitura coletiva, a atribuição de agente recai sobre um indivíduo da denotação, o que nos permite contar um evento só. O fato de os falantes interpretarem dois participantes vem da própria natureza plural de uma soma.

Para a leitura distributiva, o verbo simétrico 'casar' predica sobre os átomos da estrutura reticular: {João} e {Maria}. Nos termos de Carlson, isso possibilitaria a interpretação de dois eventos: o evento de 'João' casar com uma pessoa, e o evento de 'Maria' casar com outra pessoa. Se a pragmática precisa de leituras possíveis para situações de uso diferentes, a estrutura reticular apresenta uma saída para formalizar essas ambigüidades no nível semântico.

Naturalmente, a estrutura reticular dá respostas a plurais mais complexos, sinalizando diferentes alternativas. Em 50, por exemplo, as múltiplas leituras possíveis estão sinalizadas na Figura 2. Pragmaticamente, a leitura restringe-se ao subconjunto dos átomos isolados (51)[9]:

9 Em um modelo de interpretação M = <D, A, Π, [[ ]] >, tal como proposto por Heim et al. (1991), em que D é o domínio dos indivíduos, e A é o domínio dos átomos, podemos prever a interpre-

(50) João, Maria e Carlos (se) casaram no ano passado.
(51) Meus três filhos, João, Maria e Carlos, (se) casaram no ano passado.

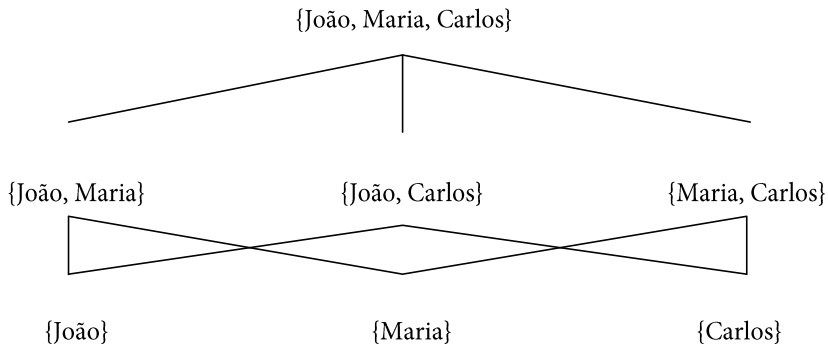


Figura 2: estrutura em reticulado para o plural 'João, Maria e Carlos'

Mas em algum momento, ainda para a interpretação distributiva, a análise tem de garantir que a cada átomo de 50 deva corresponder um evento de casar. Em termos intuitivos, a predicação do VP também precisa contemplar a ambigüidade coletivo vs. distributivo. Em outras palavras, precisamos de uma semântica do VP que estruture eventos em reticulados também.

A associação da representação em reticulados para o VP já foi teoricamente sinalizada na literatura: Bach (1986), por exemplo, na esteira da intuição de .Carlson (1981), propõe tratamento algébrico aos moldes do reticulado para classes de eventualidades baseadas na terminologia de Vendler (1967). Posteriormente, a mesma perspectiva serve de base à distinção télico vs. atélico dos tratamentos aspectuais (Krifka, 1998). Mas é em Lasersohn, 1995 que se propõe a dupla estrutura reticular, tanto para NPs sujeito quanto para VPs, para expor um tratamento à rede de interpretaçãoes possíveis entre o coletivo e o distributivo.

Alguns verbos simétricos dinâmicos, que podem ser escalonados no tempo, como os atividade (lutar, flertar, etc.) e o achievement (casar),

---

tação para nossas ambigüidades. Heim et al. (1991) têm o propósito de dar conta de anáforas recíprocas do inglês do tipo 'each other', em 'The spies suspectec each other'. Em termos gerais, 'each' tem leitura distributiva e seleciona o subconjunto A, e 'other' tem papel 'reciprocador', permitindo com que a predicação do VP recaia sempre sobre indivíduos pares e distintos.

participam do que Lasersohn nomeia como estrutura algébrica de eventos. A evidência lingüística do autor para tratar eventos como somas é o comportamento, no inglês, de advérbios como together 'junto' e alternately 'alternadamente': só uma representação reticular dá conta das suas operações[10].

Nesse sentido, os eventos das sentenças 42 a 46 também têm representação reticular, aos moldes das Figuras 1 e 2. Então, para ler uma sentença como 'João e Maria (se) casaram', em sua interpretação distributiva (41), os eventos correspondentes aos átomos {João} e {Maria} estariam associados a eventos também atômicos da denotação do VP '(se) casar'.

Com relação à restrição da leitura distributiva para os simétricos estativos (47 a 49), a resposta também se concentra na proposta reticular para eventos. O mapeamento entre estrutura reticular dos sujeitos não encontra mais correspondência na estrutura de eventos, simplesmente porque os verbos estativos não podem ser contados, discretizados, ou escalonados no tempo, porque não são dinâmicos nem télicos, o que inviabiliza uma estrutura reticular como as Figuras 1 ou 2 para verbos como 'coexistir', 'combinar' ou 'equivaler'.

Como sinalizamos acima, a questão da leitura distributiva ganha especial tratamento com recurso de representação algébrica para nomes e verbos. Mas há questões que não foram contempladas. Os simétricos achievement, como 'cruzar', 'topar', 'encontrar' parecem também não licenciar a leitura distributiva:

> (52) João e Maria (se) cruzaram/ toparam/ encontraram na esquina,? cada um com o seu cônjuge.

De fato, há mais informações semânticas nesses verbos que provavelmente bloqueariam a leitura distributiva. Sinalizamos uma saída num tipo de tratamento semântico que considere domínio espacial como parte do modelo teórico, pois em 52, percebe-se que a interpreta-

---

10 O modelo de interpretação seguido por Lasersohn é uma 10-tupla M = <I, E, ≤E, T, ≤T, τ, L, ≤L, σ, F>, em que se preveem os domínios dos indivíduos (I), dos eventos (E), uma relação de ordem parcial (o que resulta na mereologia ou no reticulado) (≤E), o domínio dos tempos (T), a relação de ordem parcial entre os intervalos (≤T), a função de homomorfismo de E para T (τ), o domínio das localizações espaciais (L), a relação de ordem parcial entre os espaços (≤L), a função de homomorfismo entre E e L (σ) e o domínio dos predicados sobre indivíduos (F), respectivamente.

ção depende de um só espaço que seja ocupado pelos participantes do evento. Remetemos a discussão ao modelo teórico proposto por Lasersohn (1995). Estender a nossa análise neste ponto, nesta altura, extrapolaria os limites deste trabalho.

3. Conclusão

Nosso objetivo neste trabalho foi apresentar um tratamento semântico para os verbos simétricos do PB. Nosso foco de investigação recai sobre particularidades lexicais e semânticas - fundamentalmente com justificativas aspectuais. Assim como no caso da própria definição de simetria verbal, em que assumimos uma restrição de natureza aspectual (seção 1.2), nesta última seção 2.2, que trata do caso das leituras possíveis com verbos simétricos, também acabamos por justificá-las através de traços aspectuais.

A questão aspectual, especialmente no que se refere ao aspecto lexical, se configura, então, como um forte aparato teórico que pode dialogar com diferentes fenômenos lexicais, sintáticos e semânticos. Há, de fato, uma distinção pertinente entre aspecto gramatical e lexical. O primeiro traz a informação semântica da completude ou não do evento (aspecto perfectivo e imperfectivo, respectivamente), o que a tradição da literatura chama de 'ponto de vista' (Smith, 1997) ou 'perspectiva' (Talmy, 2001): o olhar mental que o falante deposita sobre o evento. Já o aspecto lexical carrega informações de ordem sintática: a informação sobre o traço ±homogêneo (Bertinetto, 2001), por exemplo, dispara automaticamente uma estrutura argumental em que se prevêem um sujeito causador e um objeto resultante. Em poucas palavras: o aspecto lexical faz sintaxe; e o gramatical, não.

É o aspecto lexical que fundamentou neste trabalho as restrições de simetria: accomplishments não são simétricos. A mesma informação poderia ser relacionada, nesse caso, à propriedade de 'causa de mudança de estado em outro participante', da proposta de Dowty (1991). É também o aspecto lexical que restringe alternâncias verbais: accomplishments de tema incremental não admitem alternância causativa: **O livro leu*.

Este, efetivamente, é um amplo terreno de investigação, em que se filia o presente trabalho e em que pretendemos focar nossas próximas perguntas – não poucas.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Grace dos Anjos Freire (2007), Presença/ausência de SE nas posições sujeito e objeto: um estudo variacionista com dados do VARSUL do Paraná. Tese de doutorado. Pós- Graduação em Letras – Lingüística. Curitiba, 259 págs.

BERTINETTO, P. M. (2001), "On a frequent misunderstanding in the temporal aspectual domain: the 'perfective-telic confusion", in CECHETTO, C. et alii (ed.). *Semantic Interfaces: reference, anaphora and aspect*. Stanford, CSLI Publications.

CANÇADO, Márcia (2005), "Posições Argumentais e Propriedades Semânticas", in DELTA, Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 21, n. 1, pp. 23-56.

CARLSON, Greg (1998), "Thematic roles and the individuation of events", in ROTHSTEIN, S. (ed.). *Events and grammar*. Kluwer, pp. 35-51.

CARLSON, Lauri (1981), "Aspect and quantification", in Tedeschi, P. J.; Zaenen, A . (ed.). *Syntax and Semantics*. New York, Academic Press, Inc, v. 14. pp. 31-64.

CHOMSKY, Noam (1981), *Lectures on Government and Binding*, Foris, Dordrecht.

CYRINO, Sônia M. L. (1996), "O objeto nulo no português brasileiro". DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 12, n. 2, pp. 221-238.

DOWTY, David (1979), *Word meaning and montague grammar*. Dordrecht: Reidel, 1979.

_____. "Thematic proto-roles and argument selection", in Language, 67, no. 3, pp. 547-619, 1991.

GODOY, Luísa A. G. (2008), Os verbos simétricos no PB: interface sintaxe-semântica lexical. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Belo Horizonte, 77 págs.

HEIM, Irene & LASNIK, Howrad & MAY, Robert (1991), "Reciprocity and Plurality". *Linguistic Inquiry* 22, n. 1, pp. 63-101.

ILARI, Rodolfo & FRANCHI, Carlos & NEVES, Maria Helena Moura & POSSENTI, Sírio (2002), Os pronomes pessoais do português brasileiro falado: roteiro para análise, in CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida (Orgs.). Gramática do Português Falado, v. IV – Estudos Descritivos. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2ª. ed.

KRIFKA, Manfred (1992), "Thematic relations as links between nominal reference and temporal constitution", in Sag, I. A.; Szabolcsi, A. (Ed.). *Lexical matters*. Stanford, CSLI lecture notes, n. 24, p. 29-53.

LASERSOHN, Peter (1995), *Plurality, conjunction and events*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

LINK, Godehard (1983), "The logical analysis of plural and mass terms", in Baüerle, R; Schwarze, C. ; von Stechow , A . (ed.) *Meaning, use and interpretation of language. Berlin*, New York, de Gruyter. p . 302-323.

ROSCH, Eleanor (2004), "Principles of categorization", in AARTS, Bas; DENISON, David; KEIZER, Evelien; POPOVA, Gergana (Eds.). Fuzzy Grammar – a reader. Oxford, New York, Oxford University Press.

ROTHSTEIN, Susan (2004), *Structuring Events: A Study in the Semantics of Lexical Aspects*. Oxford, Blackwell Publishing

SMITH, Carlota S. (1997), *The parameter of aspect*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

TALMY, Leonard (2001), *Toward a Cognitive Semantics*: *concept structuring systems*. Vol. I. Cambridge, Mass: The MIT Press.

TENNY, Carol (1994), *Aspectual roles and the syntax-semantics interface,* Dordrecht/Boston/Londo, Kluwer Academic Publishers.

VENDLER, Zeno (1967), *Linguistics in philosophy*, Ithaca (NY), Cornell University Press.

VERKUYL, Henk Jan (1999), *Aspectual issues - studies on time and quantity*. Stanford, CSLI Publications.

Gêneros e Tipos de texto: aproximações e distinções[1]

Vera Lúcia Paredes Silva[*]

Abstract

This article deals with the concepts of discourse genre and text types, their correlation and the difficulties in applying these notions to the analysis of real texts. From the theoretical point of view it is based on Bakhtin's conception of discourse genre, plus some ideas from Swales, Adam and Bronckart. Evidence is shown through the analysis of a personal letter and a newspaper article.

Key-words: discourse genre, text types, segmentation

1. Introdução

A questão dos gêneros e tipos de texto tem despertado cada vez maior interesse por parte dos lingüistas e dos professores de língua portuguesa no Brasil. Até algum tempo, havia certo preconceito em utilizar o termo *gênero*, muito associado aos estudos literários. Hoje em dia, especialmente depois da proposta dos novos referenciais nacionais para o ensino de línguas (PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais), que

[*] Professor Associado do Depto. de Lingüística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.Pesquisador do CNPqveraparedes@terra.com.br

[1] Agradeço os comentários dos avaliadores, ressalvando que as falhas remanescentes são, naturalmente, de minha responsabilidade.

destacam o papel dos gêneros para a leitura e produção de textos, ficou "moderno" falar desse assunto, conforme Marcuschi 2008.

Nosso interesse pelo tema surgiu a partir da coleta de material para um estudo sociolingüístico do uso de pronomes sujeito em *cartas pessoais*.(cf.Paredes Silva 1988). Ainda que estivéssemos diante do mesmo gênero – *cartas* – e sub-gênero – *pessoais* – , o que permitia excluir as *cartas circulares*, as *de apresentação* , *de recomendação*, e outras mais, defrontamo-nos com grande diversidade, não só de temas, mas dos atos de fala que as cartas pessoais realizavam. Tal diversidade também se refletia nas estruturas que veiculavam, por exemplo, cartas narrativas/descritivas, em que se relatavam viagens, descreviam lugares; cartas predominantemente injuntivas, em que se davam conselhos; ou ainda cartas que simplesmente pediam ou davam rápidas notícias. Deparamo-nos, assim, com essa relação de diversidade dentro de uma suposta unidade.

A partir de então, os gêneros e tipos textuais passaram a ser objeto de consideração sistemática em nossas análises sociolingüísticas, fosse pela escolha do corpus a investigar (de artigos jornalísticos, entrevistas, cartas,etc), fosse pela tipologia textual, tomada como uma variável .(cf. Paredes Silva 2007, 2008, 2009). Nesse caso, deparamo-nos com a tarefa de atribuir categorias distintas, como exige a análise de variáveis sociolingüísticas, a algo que se nos apresenta como um contínuo: o texto.

Nessa perspectiva, este artigo pretende discutir algumas questões relacionadas ao estudo dos gêneros e dos tipos textuais, particularmente quando aplicado a análises empíricas, que tomam por base textos cujo gênero é facilmente identificado, mas cujos tipos textuais que o constituem podem estar superpostos ou imbricados, dificultando segmentações.

Assim, este artigo se inicia com a discussão de algumas conceituações fundamentais: como entendemos *gênero de discurso* ou *gênero textual* e *tipo de texto.* Discute-se, em seguida, como esses conceitos ao mesmo tempo se interrelacionam e as dificuldades de trabalhar com eles em análises empíricas. Finalmente, para ilustrar nossos pontos de vista, são apresentadas análises de dois textos pertencentes a gêneros distintos: uma *carta pessoal* e um *artigo de opinião*, cujos originais transcrevemos no texto.

2. A análise de Gêneros

O primeiro autor cuja menção se impõe ao falar-se de *gênero* é Mikhail Bakhtin (1895-1975), especialmente em seu ensaio traduzido como "Os gêneros de discurso", publicado no livro *Estética da criação verbal* (2003).[2] Sua concepção de gênero revela preocupação com o momento da produção e recepção do discurso, seu caráter interacional, dialógico. Pode-se dizer que para o autor, o gênero está no centro das questões lingüísticas: afirma que todos nós assimilamos formas da língua somente em formas de enunciados. Ou seja, aprender a falar é aprender a construir enunciados:

> " A língua materna – sua composição vocabular e sua estrutura gramatical – não chega ao nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas mas de enunciações concretas que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva viva com as pessoas que nos rodeiam. Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas das enunciações e justamente com essas formas.As formas da língua e as formas típicas de enunciados, isto é, os *gêneros de discurso (grifo meu)*, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas. Aprender a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas)."(Bakhtin, 2003:282-283)

Um ponto problemático de sua definição é o uso do termo *enunciado*, por tratar-se de tradução. Na versão em inglês é usada a palavra *utterance;* na tradução portuguesa, feita diretamente do russo, o tradutor em nota justifica sua opção pelo termo *enunciado*, afirmando que Bakthin emprega o mesmo termo *viskázivat* tanto para o ato de produção do discurso como para o discurso produzido. No ensaio citado, os *gêneros* aparecem definidos como "formas típicas de enunciados" ou ainda "tipos relativamente estáveis de enunciados", entendendo-se, portanto, *enunciado* tanto como a produção do discurso, como o discurso produzido historicamente situado.O que importa é que o enunciado é uma unidade da comunicação discursiva, distinto da *oração*, unidade da língua enquanto sistema.

---

[2] Cita-se no correr do texto a edição brasileira (2003). De acordo com Caryl Emerson e M.Holquist, editores da tradução inglesa (1986), o artigo teria sido originalmente escrito entre 1952 e 1953.

Observe-se que, apesar de usar a expressão *tipos* de enunciados nas conceituações acima citadas, Bakthin não encaminha sua discussão para uma tipologia, ou para uma classificação de sequências textuais, à maneira de Jean-Michel Adam (1992), por exemplo.A expressão usada pelo autor é sempre gêneros *de discurso.* Reconhece, ainda três elementos determinantes num gênero: conteúdo temático, estilo e construção composicional.

Bakthin distingue gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos). Os primeiros, segundo o autor, se formam nas condições da comunicação discursiva imediata, como a *conversa*, que ele chama de diálogo cotidiano, o *relato do dia-a-dia*, a *carta*. Já os gêneros secundários (complexos) "surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado" (op.cit.:263), o que seria o caso dos *romances*, dos *gêneros acadêmicos* de um modo geral, dos *anúncios*.

Observe-se que essa divisão não corresponde necessariamente a uma oposição fala/escrita, ou seja, não identifica os gêneros primários à fala e os secundários à escrita, uma vez que a *carta* é considerada um gênero primário; já gêneros acadêmicos expressos oralmente, como a *palestra* são tidos como secundários.

Quanto à questão da superposição de gêneros, Bakthin afirma que muitos gêneros secundários, em seu processo de formação, absorvem e reelaboram diversos gêneros primários. Nesse ponto, a questão é mais conduzida pelo autor para o âmbito da literatura, e o exemplo dado é o do gênero *carta,* inserido no gênero complexo *romance*. Nesse caso, diz ele, a carta não perde suas características, mas perde sua relação direta com a realidade, deixa de ser um acontecimento do cotidiano, para ter relevância apenas no romance. Essas combinações, no entanto, nos permitem justamente confirmar a estabilidade dos gêneros, tal como o autor ressalta.

Deve-se, contudo, a Bakthin a ampliação do interesse pelos gêneros, do âmbito das esferas literária e retórica, para todas as práticas de linguagem da vida cotidiana. Para o autor, o que constitui um gênero é sua ligação com uma situação social de interação, não os seus traços formais.

Outro autor que merece ser mencionado num estudo de gêneros, agora nos Estados Unidos, é John Swales, a quem muito se deve a expansão do campo de pesquisa identificado como Análise de Gêneros (*Genre Analysis*) na Linguística. Tomamos aqui como referência sua obra de 1990. Swales dedica-se à análise principalmente dos gêneros desenvol-

vidos no domínio acadêmico – artigos, resenhas, resumos, etc. e seu trabalho é bastante direcionado para a lingüística aplicada ao ensino de línguas.

Sua concepção de *gênero* é fortemente influenciada pela visão etnográfica de Dell Hymes (1974). Este autor relaciona gêneros com eventos de fala, compreendidos como um tipo de evento comunicativo, dirigido a um objetivo. Ao mesmo tempo, reconhece que os gêneros apresentam uma estrutura esquemática, uma organização, quer dizer, o gênero só se realiza em textos completos. Ao propor o que chama de " uma definição operacional de gênero", apresenta-o como "uma classe de eventos comunicativos."

O que distingue os chamados *eventos comunicativos* é o fato de neles a língua desempenhar um papel significativo e indispensável. É o caso de uma *conferência* ou uma *conversa telefônica*, por exemplo, mas não de uma atividade esportiva, como um jogo de futebol.Em outras palavras, atividades em que a fala é incidental não são eventos comunicativos. Assim, a noção de evento comunicativo compreende não só o discurso propriamente dito e seus participantes, mas o papel desse discurso e o contexto de sua produção e recepção, assim como suas associações históricas e culturais. Ainda para o autor, o principal critério que transforma uma classe de eventos comunicativos num gênero é um conjunto compartilhado de propósitos comunicativos.

Uma possível objeção a seu foco no propósito comunicativo como elemento central de um gênero é que este seria um traço menos explícito e mais difícil de demonstrar do que traços formais. Ao mesmo tempo, a investigação dos gêneros sob esse aspecto vai exigir do pesquisador uma atitude mais aberta e independente, evitando classificações simplistas e apriorísticas, baseadas em traços de estilo e crenças previamente adquiridas.

Chegamos, assim, a uma concepção de *gênero* em que o que prevalece é a função comunicativa. Mas os aspectos composicionais não ficam esquecidos: a proposta de Swales de um modelo de análise que leve em conta os chamados movimentos retóricos do texto [3]contempla os aspectos organizacionais.

---

[3] O modelo CARS (create a research space) foi desenvolvido por Swales a partir de introduções de artigos de pesquisa e posteriormente estendido a outros gêneros, inclusive no português (cf. Motta-Roth 1995, Biasi-Rodrigues 1998).

Note-se, porém, que em *Genre Analysis* , o autor não usa a expressão *tipo de texto*, nem menciona componentes narrativos, argumentativos, expositivos, ou outras categorias de descrição da mesma ordem. Pelo contrário, até chama a atenção para o risco de se lançar mão de categorias apriorísticas, como em "certas tipologias textuais." (op.cit.:39)

O autor chega a fazer um jogo de palavras, em inglês, ao dizer que mais do que uma classificação (*classification*) de gêneros, o que se pretende é o esclarecimento (*clarification*), algo que auxilie escritores e leitores na sua tarefa de produção/compreensão de textos.

2. Gêneros e tipos de texto

Como se viu, a discussão de Bakthin se situa num plano mais teórico, conceitual; já a de Swales está mais direcionada para as aplicações ao ensino, particularmente de inglês como segunda língua. Em ambos os autores, porém, pode-se dizer que a questão central é o *gênero,* não os *tipos de texto*.

Existem, contudo, na linha anglo-saxônica, trabalhos mais voltados para a análise de dados reais. Nesse sentido, um autor que lida com a questão dos *gêneros* e *tipos de texto* é Biber (1988,1995). Partindo da análise empírica de vários gêneros, faz o levantamento de um amplo conjunto de traços lingüísticos em todos eles (por exemplo, tempos verbais, uso de pronomes de 1ª. , 2ª. ou 3ª. pessoa, nominalizações, modalizadores, etc). Em outra etapa, examinando a co-ocorrência de determinados traços, define *dimensões* através das quais os gêneros podem variar. Por exemplo, envolvimento vs. informatividade, referência explícita vs. situacional, etc.O autor distingue *gênero* de *tipo,* estabelecendo que as categorias de *gênero* "são determinadas na base de critérios externos, relacionados ao propósito do falante e ao tópico. São atribuídas na base do uso, e não da forma."(Biber 1988:170) Mas reconhece que é também possível agrupar textos com base na forma lingüística:

> Em nosso trabalho, distinguimos *gêneros* de *tipos de texto*: *gêneros* caracterizam textos na base de critérios externos, enquanto *tipos de texto* representam agrupamentos de textos que são semelhantes na forma, independente do gênero. Por exemplo, um artigo acadêmico sobre a história da Ásia representa uma exposição acadêmica formal, em termos do propósito

> do autor, mas sua forma lingüística pode ser narrativa e mais semelhante a alguns tipos de ficção do que artigos acadêmicos de engenharia. (Biber, op. cit :170)

Mas é na linguística francófona que vemos mais detalhada a preocupação com a estrutura composicional do texto. A questão das tipologias textuais é colocada em termos de sequências por Jean Michel Adam 2001[1992]. A *sequência* se caracteriza como uma estrutura cujas partes se ligam entre si e ao todo. Ao mesmo tempo, a sequência goza de certa autonomia, pois é "dotada de uma organização interna que lhe é própria"(op. cit.:28)

Ao definir o texto como uma estrutura seqüencial, o autor busca dar conta da heterogeneidade composicional. Partindo do princípio de que dificilmente temos textos homogêneos, isto é, constituídos unicamente de uma sequência ou de sequências do mesmo tipo, é possível analisá-las na sua relação de inserção e dominância.

Entre nós, Marcuschi (2000,2002,2008) é um autor que se tem dedicado à questão dos *gêneros textuais* articulando-a aos *tipos textuais*, a partir de seus estudos sobre as relações fala-escrita. Estabelece, por um lado, *tipos textuais*, definidos a partir da natureza lingüística de sua composição, resultando numa "meia dúzia de categorias conhecidas como *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*" (Marcuschi 2002:22); por outro lado, caracteriza os *gêneros* como uma noção propositalmente vaga e relacionada a características sócio-comunicativas.

Assim, vemos que há uma forte tendência a se adotar o termo *gênero* (de discurso ou textual) para a caracterização de um modo de condução discursiva associado a uma situação comunicativa, enquanto os *tipos de texto* seriam analisáveis pelos seus aspectos formais.

Nossa própria posição a respeito desta distinção retoma colocações feitas em Paredes Silva 1997, reformulando-as em alguns aspectos. Embora mantendo os critérios ali estabelecidos, aplica com maior rigor a distinção entre *tipos de texto* e *gêneros de discurso*.

Desse modo, entendemos os *tipos textuais* como estruturas disponíveis na língua, com marcas lingüísticas específicas , identificadas principalmente com base no sistema de tempo/aspecto/modo do verbo, e ainda na centração em determinada pessoa do discurso (1ª, 2ª, e 3ª) , na tendência semântica a predicados de natureza mais verbal ou nominal,

à ordenação predominantemente lógica ou cronológica, entre outros aspectos.

A conjugação dessas propriedades linguísticas nos conduz a um conjunto limitado de *tipos textuais.* Alguns desses *tipos* são consensuais (narrativo, descritivo, argumentativo) e integram igualmente outras tipologias.(cf. Adam, Marcuschi, já citados) A essas categorias acrescentamos o *expositivo*, o *injuntivo* e o *expressivo*, este último marcado pela centração na primeira pessoa e pelo uso de verbos de natureza mais subjetiva (perceptivos, cognitivos,volitivos) nas formas de presente do indicativo[4].

A título de exemplificação de nossa proposta, consideramos que uma estrutura *narrativa* será caracterizada preferencialmente pelo verbo no pretérito perfeito do indicativo, em predicados com verbos de ação, em torno de eventos centrados na primeira ou terceira pessoa, sintaticamente organizada em orações com juntura temporal.

Já uma estrutura *injuntiva*, embora tenha em comum com a narrativa a organização seqüencial, será direcionada para a segunda pessoa, ou terá uma construção impessoal, uma vez que são as etapas do processo que interessam mais (e não o ator). O verbo se apresenta preferencialmente no modo dos diretivos, o imperativo, mas pode-se apresentar também nas formas de infinitivo ou de futuro. Sintaticamente predominam as orações independentes.

Por outro lado, de nosso ponto de vista, os *gêneros* correspondem a uma atualização dessas estruturas (potencialmente disponíveis na língua) em circunstâncias concretas de comunicação. Dos casos acima mencionados, temos a *história* como realização prototípica da *narrativa* e o *manual de instruções* como exemplo de uso no discurso de estruturas *injuntivas.* Dado o caráter sócio-interacional do gênero, e dada a diversidade de situações comunicativas com que nos defrontamos, daí decorre uma multiplicidade de gêneros de discurso. No entanto, são até mais facilmente identificáveis pelos usuários da língua do que as estruturas/ tipos de texto que os constituem.

Por exemplo, ao girarmos o botão de um rádio e passarmos rapidamente por várias estações não teremos dificuldade de , em poucos segundos, identificar se se trata de uma transmissão esportiva, uma pre-

[4] Não incluímos a classificação *dialogal*, de Adam, por considerá-la problemática, numa perspectiva que considera toda manifestação lingüística dialógica (cf. Bakhtin op. cit).

gação religiosa, um noticiário ou uma propaganda. Ou seja, os *gêneros* fazem parte de nossas atividades sócio-interacionais. Já os *tipos de texto* dos quais se constituem requerem uma análise lingüística mais detalhada, o que nos leva à próxima seção.

3. Superposições e segmentações

A questão das superposições desses conceitos e da dificuldade de segmentação de textos reais vem à tona quando se trabalha com análises de dados, como exige uma abordagem como a variacionista.

Numa perspectiva variacionista laboviana, quando se buscam correlações entre a escolha de formas alternativas (ou seja, as variantes em fenômenos variáveis), e traços do contexto, no seu sentido mais amplo, os *gêneros e tipos de texto* têm-se revelado influentes na seleção das formas alternantes.

Considere-se, por exemplo, a variação na referência à segunda pessoa do singular no português carioca. As formas *você* e *tu* se alternam no uso coloquial, sendo este último acompanhado de verbo na terceira pessoa (*tu viu*), uso visivelmente não-padrão. Trata-se de um emprego que se vem expandindo, mas em nosso estudo ficou evidenciado que era necessária uma situação comunicativa de interação face-a-face para registro dessas ocorrências, uma vez que outros gêneros, como a *entrevista sociolingüística,* não se mostraram satisfatórios para a obtenção daquele tipo de dado.(cf. Paredes Silva 2003)

Da mesma maneira, Gryner 1990, em sua tese de Doutorado sobre as diferentes expressões de construções hipotéticas em português, para elicitar dados, orientou suas entrevistas para temas polêmicos (aborto, pena de morte, por exemplo), que fizessem emergir seqüências argumentativas. Também num trabalho empírico, Decat 1993 mostra haver correlação entre as formas de articulação de orações e textos de diferentes tipos.

Desse modo, tanto os gêneros de discurso como os tipos de texto tem-se mostrado influentes nas escolhas gramaticais (cf. Paredes Silva, 2003, 2007).

A questão das *superposições*, no plano dos gêneros, nos leva de volta a Bakthin (op. cit.), com sua proposta de distinguir gêneros primários e secundários. Nesse caso, o autor está considerando a possibilidade de

superposição de *gêneros* , não de *tipos de texto*. Equivale a dizer, superposição de situações comunicativas. Essa é sem dúvida uma situação mais complexa, e envolve gêneros mais abrangentes. Por exemplo, tomemos um gênero do cotidiano (não-literário) como a *entrevista*. Numa entrevista pode haver *histórias*, que correspondem à realização prototípica do tipo de texto narrativo, mas que se distinguiriam, enquanto gênero, por não se tratarem de simples *relatos*, mas marcarem claramente seu ponto, sua razão de ser, como propõe Polanyi (1982). Teríamos, assim, um gênero inserido em outro, mas o que prevalece enquanto situação comunicativa é o evento entrevista.

O exemplo mais constante de Bakthin se aplica à esfera literária: o *romance* – gênero secundário, porque complexo (p.305), formado por diferentes gêneros primários transformados (réplicas de *diálogos*, *relatos cotidianos*, *cartas*, etc)

Outra dificuldade surge a partir do momento em que raramente temos homogeneidade na constituição de um gênero. Em outras palavras, a estrutura composicional dos gêneros abarca, via de regra, sequências de diferentes tipos. Mesmo um gênero com tradição bem estabelecida, como um *conto de fadas*, alterna sequências narrativas e descritivas. Alguns poderão até defender que a descrição faz parte da narração, dificilmente tendo vida própria.

Assim, o que impera no estudo dos gêneros é a heterogeneidade, o que nos leva ao segundo ponto polêmico: como realizar a *segmentação* de um texto (que é um todo), necessária à análise variacionista de fenômenos gramaticais, como por exemplo, a presença ou ausência de pronome sujeito numa sequência?

Até que ponto se pode dizer que uma sequência é de determinada natureza, por exemplo, narrativa ou descritiva? Ou deve-se considerar a inserção da descrição na narração? Qual a extensão desejável para a segmentação? A oração ou o período são unidades sintáticas, portanto, inadequadas. Adam (op.cit.) propõe que se trabalhe com proposições e macro-proposições, por exemplo. Outra alternativa seria trabalhar, na escrita, com o parágrafo , mas este não se revela uma unidade confiável. Talvez a organização tópica do texto conduza a uma melhor delimitação.

Além disso, há gêneros que se prestam muito mais ao hibridismo de tipos do que outros. A *carta pessoal* ilustra essa mescla na escrita, a *entrevista sociolinguística*, na fala. Outros gêneros podem apresentar

maior homogeneidade, no sentido de representarem prototipicamente um tipo de texto – veja-se o caso de um *manual de instruções*, por exemplo, como realização característica do *tipo injuntivo*.

Para ilustrar com dados reais o que aqui se expõe, são apresentados a seguir dois exemplares de gêneros diferentes: uma *carta pessoal* e um *artigo de opinião*, e são discutidos alguns aspectos da sua composição, em termos da tipologia textual e sua segmentação.

4. A título de exemplo

Exemplo 1– carta pessoal (Otto Lara Rezende[5])

> Lisboa, 26 de maio de 1969.
> Cyro amigo,
> Gostei de saber que o Castelo topa a candidatura à Academia... Sim, senhor! Olhe: essa história de "depois do Otto" já é minha velha conhecida. Há lá dentro uns oito que gentilmente declararam o mesmo... O último foi o João Cabral. A título pitoresco, correndo, com pressa, como sempre ando, conto-lhe o episódio confidencial. O Rebelo, de passagem aqui, numa certa madrugada fria, de boina e piteira, quando era candidato o Antonio Olinto (que me escrevera a respeito, para eu entregar, inclusive uma carta eleitoral ao Jorge Amado, que aqui também se encontrava), o Rebelo, dizia, a certa altura, me perguntou se, quem sabe, não era o caso, etc. etc. O Jorge, no dia seguinte, já conversado pelo colega acadêmico, veio com uma conversa sobre "a minha geração" (minha, minha), etc. Lembrou o nome do velho Braga (que, de resto, é mais velho que diabo, nove anos do que eu), ao que informei o que eu sabia: "O Rubem não quer quebrar a virgindade do Espírito Santo, que nunca deu um acadêmico..." Foi aí que me lembrei do nome do João Cabral. Telefonei-lhe para sonda-lo e ele riu, riu, riu – riu 37 dólares no telefone internacional. Só se for depois de você, dizia ele, chamando-me de senador, sei lá por que esse apelido. No dia seguinte, com receio de ser uma "fria", o João aceitou – e elegeu-se, como você viu, por unanimidade. Dito isto, conte ao Castelo que conheço bem os precedentes e entendo essa história de " depois do Otto"... Quem sabe não está aí um "abre-te Sésamo"?... Bom, meu caro Cyro, estou escrevendo às pressas e já fui interrompido várias vezes, inclusive agora para conversar com o reitor

[5] As cartas pessoais de escritores da literatura brasileira moderna por nós investigadas foram obtidas nos arquivos da Casa de Ruy Barbosa, Rio de Janeiro. Acrescente-se, ainda, que o escritor Otto Lara Rezende era adido cultural na Embaixada brasileira em Lisboa na ocasião.

da Universidade da Paraíba, como os brasileiros viajam! Gostei de receber sua cartinha, êta cartinha gostosa. Sobre outros pormenores da sua justa eleição, aí conversaremos, num bate-papo descansado, pois não demoro muito por cá. Estou partindo quarta-feira para um giro europeu, a começar por Paris. Helena vai comigo. Um pequeno problema surgiu hoje: a nossa Heleninha, nos seus lindos dez meses, está doente pela primeira vez. Mas suponho que seja coisa passageira, dentes ou gripe, pois o tempo mudou e hoje está mais fechado do que a minha alma. Raios, há um jornalista português a me chamar agora lá fora – é um dos sujeitos mais chatos que há no mundo! Cyro, eu sou um atrai chatos! Que azar! O sujeito, esse, fala empolado e com uma convicção caricata – incrível! Um dia desses, esgotada a minha paciência, mato-me ou me torno assassino, pois sinto que com a idade, exauri as minhas reservas de paciência e tolerância. (...)

Bom, lá vou eu cumprir o dever amargo, ó dólares custosos! Onde há paz, sombra sossego e água fresca, Cyro? Se souber, me avise. Lembranças à Lolita, aos meninos, aos amigos visívies (chegou a ver o tal diplomata de que lhe falei?) e, para você, alegre pela sua eleição (quando a posse?) , o abraço amigo do

Otto

Esta é uma carta pessoal com estrutura atípica, em termos das seções que a compõem (cf. Paredes Silva 1988): ela não se inicia por uma *seção de contato* canônica, que geralmente consiste em pedir ou dar notícias da saúde e da família, pedir desculpas pela demora da resposta, fazer referências ao momento da escritura da carta e outras rápidas interlocuções dessa natureza. Nesta, o emissor limita-se a fazer breve referência a uma informação provavelmente transmitida em carta anterior[6].

No texto em tela, o tópico inicial é a eleição para a Academia Brasileira de Letras e o autor faz uma narrativa, em que é possível identificar todos os componentes (ou fases) apontados por Labov 1972, ou seja: resumo ("conto-lhe o episódio confidencial"), orientação (caracterização dos personagens e localização), complicação (o disse-me-disse sobre as candidaturas), resolução (João elegeu-se) e mesmo coda ("Quem sabe não está aí um abre-te Sézamo?") , que traz a "conversa" de volta ao presente. Há ainda avaliações, nos discursos citados e nas exclamações do emissor. Não resta dúvida, portanto,de que estamos diante de uma nar-

[6] Observe-se que os traços acima referidos vão surgir depois do marcador *Bom.*

rativa completa.Aliás, o próprio autor anuncia que vai apresentar "um episódio confidencial".

Note-se que o autor não faz uso de parágrafos nesta carta, exceto o último, que separa a *seção de despedid*a. Mas em seguida à sequência narrativa, há reticências que parecem servir para separação dos tópicos discursivos e então se inicia uma verdadeira *seção de contato* ("escrevo às pressas", "gostei de sua cartinha' ,etc). A partir daí os tópicos vão se sucedendo e mudando rapidamente, como se costuma verificar em cartas entre amigos (cf. Paredes Silva 1988). Assim também os tipos textuais acompanham essas mudanças, alternando-se entre o expressivo (na reação ao jornalista), pequenos segmentos narrativos (sobre a doença da filha), projetos de viagem (cf. Paredes Silva 2009).

Mas, se considerarmos, com Swales 1990, o propósito comunicativo como a razão principal do gênero, devemos reconhecer que a narrativa inicial tem um peso maior que as demais notícias fragmentadas da carta. Não o relato em si mesmo, mas a intenção de, a partir dele, estabelecer uma posição: o emissor não acredita nos que afirmam que só se candidatam à Academia depois dele. Em outras palavras, mesmo havendo ali uma sequência claramente narrativa, ela está a serviço de uma intenção argumentativa, qual seja, defender um ponto. E este parece o propósito dominante nesta carta.

Exemplo 2 – artigo de opinião[7]

Bem pior que a encomenda - Dora Kramer

De todos os críticos à política de juros altos, o que exibe desempenho mais inadequado é, de longe, o vice-presidente da República, José Alencar. Coerente, pois diz agora exatamente o que dizia no governo anterior, Alencar parece não se ter dado conta de que de lá para cá houve uma mudança crucial na situação: ele agora é governo, com todos os ônus e os bônus resultantes dessa condição.

Eleito apenas para substituir o titular da presidência em suas ausências e não para comandar políticas nem capitanear movimentos, a menos que receba diretamente uma tarefa específica, suas declarações tem o condão

[7] Os artigos de opinião por nós analisados, assim como outros gêneros jornalísticos, fazem parte do acervo do Projeto PEUL (Programa para Estudos do Uso da Língua)/UFRJ e encontram-se disponíveis no site www.letras.ufrj.br/peul.

de fragilizar a posição daquele a quem deve obediência, fidelidade e sobretudo, discrição. Notadamente quando no exercício do cargo.

Depois de passar uma semana tentando pressionar o Comitê de Política Monetária a baixar a taxa básica em termos dignos do mais radical dos radicais do PT, José Alencar pareceu cair em si quando o presidente Luiz Inácio da Silva viajou para o Peru. Produziu, então, sua melhor manifestação desde a posse: " Nada a declarar".

Agora, enquanto Lula diz em Genebra a única coisa que pode ser dita no momento – que os juros estão altos mas que não se promovem reduções nas taxas a poder de bravatas – José Alencar volta a perder a noção do cargo que ocupa e, não satisfeito em usar indevidamente a cadeira presidencial para discordar, ainda o faz em termos absolutamente impróprios.

Auto-referido, afirma que na reunião anterior do Copom os juros foram mantidos onde estavam por "pirraça" pessoal dos técnicos contra suas reclamações. Ou seja, desqualifica a equipe presidencial com uma descortesia impar. Não bastasse, defende que o Banco Central adote decisões " políticas". Quer dizer, vai na contramão das regras adotadas mundo afora e às quais,com a proposta de autonomia para o BC, o Brasil busca se adequar.

O vice-presidente não acha que esteja criando constrangimento ao governo, pois, segundo ele, faz parte de uma família onde considera perfeitamente normal que se tenham opiniões diferentes. De fato, divergências são normais em quaisquer grupos, sejam eles familiares, políticos ou administrativos.

Mas, em geral, quando a intenção é apenas divergir para ajudar, sem que haja no gesto nenhum resquício de disputa, o que se faz é "discordar para dentro". Manifestações insistentes de desagrado em tom e termos que extrapolam os limites do respeito à competência profissional da outra parte configuram-se contendas entre adversários.

Torna-se ainda mais desagradável a posição do vice-presidente, quanto mais fidalgo é o tratamento que ele recebe daqueles sobre os quais lança a suspeita de não estarem dando conta do serviço para o qual foram escolhidos.(...)

Se alguém com ascendência sobre José Alencar não fizer ver a ele que sua função é exatamente limitada pelo exercício da contenção verbal e gestual, hoje são os juros, mas amanhã o vice poderá se valer da ocupação temporária da cadeira presidencial para de autorizar outras posições do titular do cargo. Trata-se de um filme já visto, com roteiro de turbulências e final nada feliz.

O *artigo de opinião* é o outro gênero com que se ilustram as idéias aqui expostas. Segundo Cunha 2002, nele se expõe o ponto de vista de

um jornalista ou de um colaborador do jornal, "num texto *claramente argumentativo* (grifo meu). Comentando algo já dito, manifestando sua opinião sobre acontecimentos que já são notícia, o artigo de opinião é um gênero no qual o dialogismo é raramente mostrado." (Cunha 2002:170[8]).

Um aspecto identificador do gênero em causa é a sua própria localização espacial, na página de *Opinião* do jornal. De acordo com Rodrigues 2005, o interlocutor do gênero é principalmente o leitor das classes sociais A e B , porque nos jornais destinados às classes populares não se encontra este gênero.

Desde a Antiguidade clássica (Aristóteles, *Ars Retorica*) a estrutura da argumentação é tradicionalmente dividida em quatro partes, a saber, exórdio (ou introdução); narração (argumentação propriamente dita); provas (sustentação através de comprovação) e peroração (conclusão) (apud Gryner 2000). Outros autores nos mostram que, se sintetizada, a sequência argumentativa pode ser reduzida a premissas e conclusão (Adam 2001) ou, ainda, posição e sustentação (Schiffrin 1981).

O exemplo escolhido para ilustração, da jornalista Dora Kramer, publicado no Jornal do Brasil em 2003, nos permite identificar algumas dessas características. Diferentemente do exemplo anterior (carta pessoal), aqui os parágrafos são bem marcados e contribuem para a reafirmação do ponto central.

Logo no primeiro parágrafo é apresentada a posição da jornalista, com sua justificativa, de maneira bastante clara: o vice-presidente tem um comportamento inadequado, porque esquece que agora é governo. O segundo parágrafo reitera a posição inicial, pois tem como tema o fato de as declarações do vice-presidente fragilizarem o presidente.

No terceiro parágrafo , entretanto, aparece uma pequena seqüência que se pode caracterizar como narrativa, porque tem uma ordenação cronológica, apresentando uma sucessão de fatos, no passado. Do ponto de vista gramatical, isso se reflete no uso de circunstanciadores temporais e do verbo no pretérito perfeito. Os fatos apresentados, no entanto, se oferecem como eventuais contra-argumentos (Houve uma semana em que o vice-presidente se comportou melhor), uma espécie de concessão à defesa de ponto de vista oposto.

---

[8] A última observação da autora diz respeito a uma comparação feita, no artigo citado, entre *artigos de opinião* e *notícias*, nas quais a representação de outros discursos é mais explicitamente mostrada através do uso do discurso citado.

Do quarto parágrafo em diante, retoma-se a linha principal da argumentação, reiterando-se a sustentação da tese lançada inicialmente: o que predomina no vice é o "mau comportamento" e o uso de termos impróprios ao cargo. O fato de este artigo de opinião (mas não todos, necessariamente) ser monotemático certamente ajuda na manutenção do teor argumentativo.[9]

A conclusão da jornalista assume o tom de advertência: se alguém não tomar uma providência, (não controlar o comportamento do vice) teremos problemas. Nesse caso, temos inclusive uma oração que funciona à semelhança de uma coda – "Trata-se de um filme já visto."

Nesse caso, a breve seqüência narrativa do terceiro parágrafo é inserida no texto argumentativo à guisa de argumento, visando a confirmar uma posição (ou ressaltar a única circunstância em que não se observou o comportamento criticado). Trata-se de um caso de heterogeneidade textual, com encaixamento do narrativo no argumentativo. O propósito é claramente o mesmo do início ao fim: demonstrar que o comportamento de Jose´Alencar é inadequado para o cargo que ocupa.

5. Considerações finais

A partir da breve análise dos dois gêneros que nos serviram de exemplo – a *carta pessoal* e o *artigo de opinião* – discutimos alguns aspectos associados à heterogeneidade de tipos textuais em um mesmo gênero e levantamos algumas das dificuldades de segmentação dela decorrentes. Destaque-se que a heterogeneidade é, de fato, o padrão predominante, e não a homogeneidade, conforme, aliás, já afirma Adam 2001.

Alguns gêneros parecem mais propensos à heterogeneidade textual, como é o caso da *carta pessoal*. Isso fica evidente na comparação entre os dois exemplos discutidos. Constata-se, ainda, que a dificuldade maior em lidar com a diversidade composicional interna aos gêneros reside em traçar limites claros entre as sequências identificadas na composição de cada gênero. Para isso, é preciso estabelecer qual a unidade tomada como critério.

Constatamos, por exemplo, que , mesmo na escrita, o parágrafo ortográfico não pode ser tomado como parâmetro para tal segmenta-

[9] Nesse sentido, ele é bastante distinto do exemplo anterior, da carta pessoal

ção, dada a irregularidade com que é usado. Também a oração ou o período, enquanto unidades sintáticas (e não discursivas), não se revelam apropriados[10].Por outro lado, a maior ou menor unidade temática do texto pode ser um vetor auxiliar da análise. Textos que permitem grande variedade temática como *cartas pessoais* e *entrevistas* (particularmente as sociolingüísticas) transitam por maior variedade de tópicos, o que ajuda a promover a passagem, muitas vezes gradual e quase imperceptível, de um tipo textual a outro.

Marcas textuais, como localizadores temporais, operadores argumentativos, ou mesmo marcadores discursivos importados da fala para a escrita menos formal[11] podem funcionar como elementos delimitadores das sequências. Na carta pessoal analisada, há a inserção de um episódio narrativo, nitidamente definido. Mas acaba prevalecendo o propósito argumentativo, mesmo com a sucessão de outras sequências mais próprias de uma carta pessoal (a expressiva, por exemplo).

Já no artigo de opinião examinado, há claro predomínio do tipo argumentativo ao longo de todo o texto, estando a curta seqüência narrativa a seu serviço. Nesse caso, há conjugação mais explícita do propósito do gênero como um todo e da tipologia textual predominante.

Como se vê, o exame de dados reais traz muitas dificuldades e desafios ao analista que deseja trabalhar com as categorias de *gênero* e *tipos de texto* e suas correlações, alguns dos quais foram aqui apenas apontados. Não nos basta identificar e distinguir *gêneros e tipos*, mas são acima de tudo suas complexas articulações que representam um desafio para o analista do texto.

Referências

ADAM, J-M. *Les textes: types et prototypes.* Paris, Nathan, 1992.

_____. *Les textes: types et prototypes – récit, description, argumentation, explication et dialogue.* Paris, Nathan, 4ª.ed.2001

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso In: *Estética da criação verbal.* São Paulo, Martins Fontes, 2003.

_____.The problem of speech genres. In: *Speech Genres and Other Late Essays.* Austin, The University of Texas Press, 1986.

[10] A propósito, discordamos da análise apresentada em Marcuschi 2008:156-7

[11] É o caso de *Bom,* usado como iniciador na carta pessoal.

BIBER, D. *Variation across speech and writing.* Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

_____. *Dimensions of register variation.* Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

BONINI, A *Gêneros textuais e cognição*. Florianópolis, Ed. Insular,2002.

BRONCKART, J-P. *Atividade de linguagem, textos e discursos.*São Paulo, Educ, 1999.

CUNHA, D. C. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONISIO, A. , MACHADO, A.R. & BEZERRA, M.A. (orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2002

DECAT, B. *Leite com manga morre: da hipotaxe adverbial no português em uso.* Tese de Doutorado. PUC/SP, 1993

DIONISIO,A. , MACHADO, A.R. & BEZERRA, M.A. (orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2002.

GRYNER, H. *A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais do português.* Tese de Doutorado. UFRJ, 1990.

_____. A seqüência argumentativa: estrutura e funções. *Veredas* v.4(2) jul-dez.2000

KARWOSKI, A.M., GAYDECZKA, B. & BRITO, K. (orgs.) *Gêneros textuais. Reflexões e ensino.*Palmas, Ed. Kaygangue, 2005.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. , MACHADO, A.R. & BEZERRA, M.A. (orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2002

_____. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização.*S.Paulo, Editora Cortez, 2000.

_____.*Produção textual, análise de gêneros e compreensão.*São Paulo, Parábola, 2008

MEURER, J.L. BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D. (orgs.) *GÊNEROS teorias, métodos, debates.* São Paulo, Parábola, 2005.

PAREDES SILVA, V.L. Forma e função nos gêneros de discurso. *ALFA* vol. 4 (n.esp.) 1997

_____. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, C. & ABRAÇADO, J. (orgs.) *Português Brasileiro: Contato lingüístico, heterogeneidade e história.* Rio de Janeiro, 7 Letras, 2003.

_____. *Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal.* Tese de Doutorado. UFRJ, 1988

_____. O uso da anáfora zero em textos jornalísticos. *Cadernos de Pesquisa em Lingüística* da PUCRS vol.3 n.1, Porto Alegre, Nov.2007

_____. Narrativa projetada. *Anais do V SIGET* (Simpósio Internacional de Estudo de Gêneros Textuais) Universidade de Caxias do Sul, agosto/2009. (CD)

_____ & MARTINS, Ana Paula P. O uso de SN's definidos e demonstrativos como rótulos em entrevistas jornalísticas. *Lingüística* n.5 Revista do Programa de Pós-graduação em Lingüística da UFRJ, 2008.

POLANYI, L. Linguistic and social constraints on storytelling. *Journal of Pragmatics*,6:509-24, 1982.

RODRIGUES, R.H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER et alii. *GÊNEROS: teorias, métodos, debates*. São Paulo, Parábola, 2005.

SWALES, J.M. *Genre analysis.* Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

Les voies d'avenir de la langue galicienne à l'ère de la globalisation

Xosé Ramón Freixeiro Mato*

Résumé

Après avoir présenté le galicien comme une langue historiquement minorisée sur son propre territoire par la pression séculaire de l'espagnol, cet article analyse les chemins qui se présentent pour le futur, avec leurs avantages et inconvénients. D'abord, dans un processus d'assimilation culturelle comme celui qui se produit en Galice, le bilinguisme, actuellement existant, renforce l'espagnol comme langue dominante et, de ce fait, ce bilinguisme devient transitoire et conduit au monolinguisme de l'espagnol. Face au bilinguisme, les discours sur le monolinguisme et le plurilinguisme suscitent polémique et leur pratique même pose des difficultés. Par contre, le sesquilinguisme offre des avantages évidents pour le combat contre l'impérialisme linguistique, soit de l'espagnol, soit de l'anglais. Et, finalement, sont étudiés l'écolinguisme et la défense des droits linguistiques comme le cadre le meilleur où inclure la survie des langues minorisées et du galicien en particulier.

Mots-clef : Langue galicienne, bilinguisme, plurilinguisme, sesquilinguisme, écolinguistique.

Resumo

Após a apresentação do galego como uma língua historicamente minorizada no seu próprio território pela pressão secular do castelhano, neste artigo anali-

* Universidade da Coruña (Galiza), Departamento de Galego-Portugués, Francés e Lingüística. freixei@udc.es

sam-se alguns caminhos que se lhe abrem para o futuro, com as suas vantagens e inconvenientes. Em primeiro lugar, num processo de assimilação cultural como o que se está a produzir na Galiza, o bilinguismo actualmente existente potencia o espanhol como língua dominante e converte-se numa situação transitória que conduz ao monolinguismo nesta língua. Face ao bilinguismo, os discursos sobre o monolinguismo e o plurilinguismo suscitam controvérsia e apresentam dificuldades para a sua plasmação na prática. Pelo contrário, o sesquilinguismo oferece vantagens evidentes para o combate contra o imperialismo linguístico, bem seja do espanhol, bem seja do inglês. E, por último, estudam-se o ecolinguismo e a defesa dos direitos linguísticos como o melhor marco em que enquadrar a sobrevivência das línguas minorizadas e do galego em particular.

Palavras-chave : Língua galega, bilinguismo, plurilinguismo, sesquilinguismo, ecolinguística.

Abstract

Besides presenting Galician as a historically viewed minority language in its own territory due to the secular pressure of Castilian, this article also analyses some future possibilities for the language, as well as their advantages and disadvantages. In a process of cultural assimilation like that about to take place in Galicia, the existing bilingualism increases the strength of Spanish as a dominant language and gives rise to a transitory situation which leads to monolingualism in this language. Against bilingualism, the discussion about monolingualism and multilingualism provokes controversy and presents difficulties when attempting to put it into practice. On the other hand, sesquilingualism has evident advantages in the struggle against linguistic imperialism, be it of Spanish or of English. Finally, ecolingualism is studied as a defence of linguistic rights and as the most appropiate framework for the survival of minority languages and in particular of Galician.

Keywords : Galician language, bilingualism, multilingualism, sesquilingualism, ecolinguistics.

1. Introduction

Le galicien a été une langue parlée par la majorité au cours des siècles derniers dans la société galicienne, mais une langue socialement mino-

risée par la présence dominante de l'espagnol. Même si elle perd lentement et progressivement des locuteurs, elle se maintient jusqu'à nos jours où elle se transforme en langue minoritaire sans perdre sa condition de langue minorisée. Telle est la situation à l'ère de ce qu'on appelle aujourd'hui la globalisation ou mondialisation qui, selon Fernández Rei (2003 : 23), se caractérise par l'uniformisation des modèles économiques et culturels au niveau planétaire. Nous pouvons donc affirmer que le galicien, en tant que langue minorisée, a déjà été victime de la globalisation avant même qu'on ait commencé à employer ce terme. La minorisation linguistique est une conséquence de l'apparition et de la consolidation de l'état moderne au XVIII[e] siècle, comme l'affirme *Euromosaic* (1997 : 23), ce texte témoigne également de l'existence préalable de langues minoritaires auxquelles il faudrait ajouter les langues minorisées, comme le montre le cas du galicien. Étant donné que le phénomène de la "globalisation coloniale" débute entre le XV[e] et le XVI[e] siècle (Fernández Rei, 2003 : 24), accroissant la dépendance politique, les inégalités sociales et la perte des identités culturelles associées également à la mobilité sociale, on peut donc considérer que le galicien est entré lui aussi dans ce processus depuis la fin du Moyen-Âge.

Selon Constenla (2003 : 53), les études postcoloniales se bornent aux nations et aux communautés non occidentales qui par le passé ont été victimes du colonialisme et de l'impérialisme de l'Occident, dont l'agression a supposé un violent choc culturel "raisonnablement magnifié par la distance"[1]. Ces mêmes études ont tendance à oublier les cas de domination politico-culturelle, très souvent au caractère violent, produits dans des territoires plus proches des états coloniaux, voire même à l'intérieur de ces états, quoique dans des régions périphériques. Lafont définit cette situation comme 'colonialisme intérieur'. Constenla de son côté, en ce qui concerne les nations sans État d'Europe, parle de 'postcolonialisme intérieur' et de 'colonialisme ou impérialisme politique et linguistique' lorsqu'il se réfère au cas concret de la Galice et du galicien (Constenla, 2003 : 54-55).

Tout ce processus historique a évolué, avec des modalités différentes, du XVI[e] siècle jusqu'aux 25 dernières années du XX[e] siècle, moment où des changements significatifs sont introduits. Lorsque la Galice réussit

[1] Toutes les traductions du galicien ou d'autres langues romanes en français sont responsabilité de l'auteur de l'article. Sont maintenues les citations originales en anglais.

à se doter d'institutions d'autogouvernement après la fin de la dictature franquiste et qu'elle adopte son Statut d'Autotomie (1981), le Parlement galicien ne tarde pas à voter la Loi de Normalisation Linguistique (1983), toujours en vigueur, qui consacre légalement le besoin de prendre des mesures visant à la "normalisation" de la langue galicienne. L'objectif principal de cette normalisation cherche à redonner au galicien la normalité perdue à la fin du Moyen-Âge moment où l'espagnol s'impose comme langue du pouvoir. Plus de 25 ans se sont écoulés et, même si le galicien a obtenu une normalité dans certains domaines –spécialement dans celui de la culture, de la politique et de l'enseignement–, il n'a pas récupéré, dans l'ensemble de la société, de locuteurs ; au contraire, on assiste à une perte accélérée d'utilisateurs surtout en milieu urbain et parmi les jeunes. C'est pourquoi aujourd'hui le modèle de normalisation suivi est remis en question et on constate également une évidente désorientation quant au chemin à suivre à l'avenir (Sarille, 2007).

2. Bilinguisme et assimilation culturelle

Posant un regard externe sur la Galice et sa langue, Beswick (2007) a constaté qu'il existe encore un sentiment d'infériorité associé au galicien, sentiment qui ne peut être effacé du jour au lendemain, elle affirme aussi qu'il n'est "in any way the language of advancement, prestige and 'cool' at the present time". Beswick admet que la promotion du galicien comme valeur centrale de la communauté ethnique est digne de louange quoique ceci ne garantisse pas sa survie dans une culture globale comme celle d'aujourd'hui. Le galicien doit perdre son caractère rural et s'associer au progrès social et culturel. Néanmoins d'après elle, le castillan doit aussi jouer un rôle important pour que les deux langues puissent coexister sans conflit en Galice :

> Of course, Castilian still has a valuable role to play, but in accordance with the stated aims of *bilingüismo harmónico*, the increased use of Galician should complement rather than conflict with the use of Castilian, and in doing so, enhance a sense of ethnic viability alongside the pervading sense of 'Spanishness'. The maintenance and the use of both languages *does* reflect the political, social, cultural, and linguistic reality of the region. Attempts to establish monolingualism in Castilian or in Galician would not" (Beswick, 2007 : 249).

Cependant, le seul choix unilingue possible à l'avenir en Galice, d'après ce qu'indique la dérive actuelle de la situation sociolinguistique, est le monolinguisme en espagnol. Conformément aux objectifs du 'bilinguisme harmonieux' (Regueiro Tenreiro, 1999) que cet auteur invoque, il semble clair que le galicien resterait dans une position subordonnée par rapport à la langue de l'État. La politique linguistique consisterait donc à promouvoir le galicien dans certains domaines mais sans causer de conflit afin de préserver "l'harmonie", c'est ainsi que le galicien "serait une langue protégée, mais subordonnée à l'espagnol" (Regueira 2006 : 85). En fait, c'est ce qui s'est produit sous le gouvernement du *Partido Popular* avec Manuel Fraga à la Présidence de la Xunta de Galicia (1989-2005) et avec Regueiro Tenreiro à la Direction générale de la Politique Linguistique (1989-2000). C'est pendant cette période que le galicien a subi le grand recul signalé par la *Carte Sociolinguistique de la Galice 2004* (*Mapa Sociolingüístico de Galicia 2004*, MSG-04) (González, 2008). Une politique linguistique qui a comme objectif de promouvoir un bilinguisme équilibré ne parviendra qu'à renforcer la langue dominante, dans ce cas précis l'espagnol (Recalde, 1997 : 32). Il faut également prendre en considération que le bilinguisme est jugé de façon positive "lorsqu'il s'agit de favoriser la maîtrise des langues internationales", mais qu'il est jugé de façon négative "lorsqu'il s'agit de promouvoir la maîtrise des langues régionales, socialement minorisées ou à diffusion limitée" (Fernández Paz, Lorenzo Suárez & Ramallo, 2008 : 103).

Dans ce sens, la philosophie politique du bilinguisme harmonieux développée en Galice, avec de brèves interruptions, depuis la mise en place de l'autogouvernement et que Lorenzo (2005) a qualifié de "plan linguistique de faible intensité", se rapproche de ce que d'autres ont dénominé 'négligence bénigne' (Nettle & Romaine, 2000 : 153 ; Casanova, 2006 : 130), expression utilisée au départ pour désigner une politique de non-intervention de la métropole dans des contextes coloniaux et qui définit les langues comme des entités en changement permanent et à des trajectoires imprévisibles. Ces langues meurent parce que ceux qui les parlent ont pris conscience de leur desactualisation et en ont choisi d'autres avec de meilleures chances de travail et de progrès économique et social. Il s'agirait donc d'un changement qualitatif dont le 'seul' inconvénient serait la perte d'un héritage culturel spécifique, un effet secondaire inévitable du progrès. Nous sommes à la lisière de l'idéolo-

gie de l'impérialisme ou du nationalisme linguistique espagnol (Moreno Cabrera, 2008 : 106-109) où les usagers, dans le cas présent les Galiciens, renoncent volontairement à leur propre langue parce que le castillan leur semble plus attirant et améliore leurs conditions de vie (Lodares, 2000 : 197).

En réalité, un tel bilinguisme déguise sous des allures de démocratie l'assimilationnisme culturel et linguistique, déjà mis en œuvre dans les processus coloniaux, comme le dit explicitement Alvar (1971 : 39) lorsqu'il parle de l'alphabétisation et de la castillanisation du Pérou : "ici, comme au Mexique, les résultats du bilinguisme sont identiques : tout d'abord, la langue officielle s'établit aux côtés de la langue indigène ; ensuite, elle l'érode et, finalement laisse entrevoir sa complète extinction". L'acquisition d'une langue considérée comme meilleure non seulement devient un besoin de communication mais elle sert également à améliorer le statut social d'une personne et contribue à atteindre des objectifs politiques :

> Le bilinguisme doit être encouragé dans tous les points prévisibles pour être efficace sur la durée [...]. Il s'agit de créer, ni plus ni moins, une nouvelle conscience du progrès des communautés (avantages d'un niveau de vie supérieur, bénéfices de la médecine et de l'hygiène, etc.) et également, grâce à ces bénéfices immédiats, d'incorporer les groupes marginaux au développement progressif du pays. Il faut qu'il en soit ainsi pour améliorer les conditions de ceux qui vivent dans la misère et pour le développement équilibré des nations en marche, qui sont lestées par le poids de milliers de personnes étrangères à l'œuvre entreprise par la collectivité. Ces avantages indéniables et –désormais– incontournables exigent d'autres sacrifices (Alvar, 1971 : 49).

Il nous semble aisé de déduire que ces sacrifices à faire impliquent l'anéantissement de langues et de cultures qui enrichissent le patrimoine de l'humanité. Même si le texte auquel appartient cette citation fait référence au contexte colonial, le discours linguistique qui en dérive a, lui aussi, été appliqué au galicien, au catalan, et au basque par certains représentants d'une idéologie très répandue, contraire à leur normalisation, qualifiant même de sinistres "tous ces mouvements et ces efforts, aujourd'hui fréquents, pour enfermer les gens dans des langues minoritaires" (Salvador, 1987 : 66). Il s'agit d'en finir avec la diversité linguisti-

que en utilisant l'assimilation culturelle ; c'est pourquoi cet auteur affirme que Valle-Inclán, lorsqu'il écrit en castillan avec des mots empruntés au galicien, a réussi "le miracle d'incorporer de façon substantielle le galicien à cette koinè linguistique surprenante et variée que nous appelons langue espagnole ou espagnol littéraire" (Salvador, 1987 : 23).

Crystal (2003 : 107-135) fait remarquer précisément que la cause de la mort des langues est d'abord due à des facteurs qui supposent un danger physique pour les personnes puis à des facteurs qui changent les cultures ; une langue meurt si plus personne ne la parle, mais une communauté peut rester vivante tout en perdant sa langue. On associe à ce phénomène l'expression 'd'assimilation culturelle', qui pour l'auteur repose sur le fait qu'une culture dominante exerce une influence sur une autre et provoque la perte du caractère propre de cette dernière, car ses membres changent de comportement et prennent de nouvelles habitudes. La domination peut être la conséquence d'une invasion démographique importante, mais aussi de la supériorité militaire ou de l'hégémonie économique, la taille du groupe envahisseur n'étant pas déterminante. En définitive, la langue devient l'emblème de cette hégémonie et prend la forme d'une langue officielle. Le processus d'assimilation culturelle est accompagné ou renforcé par des facteurs tels que la société de consommation, l'urbanisation, l'homogénéisation, la perte d'autonomie de la communauté locale ou encore l'aliénation qui provoque un manque de contrôle sur sa propre destinée et sur les décisions prises à distance. Dans ce contexte, la langue de la culture dominante s'infiltre partout, renforcée par la pression des moyens de communication, notamment la télévision, avec un effet qualifié par Krauss (1992 : 6) de "an incalculably lethal new weapon" et de "cultural nerve gas" et qui a pour effet l'érosion de la connaissance, des pratiques traditionnelles et l'homogénéisation culturelle.

Lorsqu'une culture en assimile une autre, la séquence d'événements qui touchent la langue en danger semble toujours être la même partout. Crystal (2003 : 120-123) indique trois phases à cet égard. Dans un premier temps les locuteurs subissent une "immense pression" politique, sociale ou économique pour parler la langue dominante. Cette pression peut s'exercer de façon indirecte par des mesures d'incitation, des recommandations et des lois, ou bien directement par l'imposition des courants de mode, des groupes de pression etc. Le résultat en est une

période de bilinguisme émergent, qui constitue la seconde phase, où les gens deviennent de plus en plus compétents dans la langue dominante sans perdre de compétence dans leur langue d'origine, qui commence aussitôt à perdre du terrain. C'est ainsi qu'arrive la troisième phase, où la génération des jeunes devient de plus en plus compétente dans la maîtrise de la nouvelle langue et s'identifie d'avantage à elle en même temps qu'elle sous-estime sa propre langue. Cette séquence d'événements "s'accompagne d'habitude d'un sentiment de honte par rapport à l'usage de la vieille langue aussi bien de la part des parents que de leurs enfants", de sorte que les parents vont moins l'utiliser avec leurs enfants, jusqu'à ce que, au bout d'une génération ou quelquefois au bout d'une dizaine d'années, le bilinguisme d'une famille "peut devenir un semi-bilinguisme auto-conscient et, plus tard, devient un monolinguisme qui rapproche un peu plus cette langue de son extinction" (Crystal, 2003 : 121). Le bilinguisme serait donc l'étape intermédiaire avant la substitution linguistique, comme l'ont affirmé des sociolinguistes réputés (Calvet, 1993 : 73 ; Ninyoles, 2005 : 41-44) et comme on l'observe dans le cas du galicien d'après les données qui découlent des sondages d'opinion :

> Le fait qu'il y ait des pourcentages élevés de monolinguisme en castillan en ce qui concerne la langue maternelle (et à la première génération, aussi la langue habituelle) et des niveaux extrêmement bas de monolinguisme en galicien parmi les descendants de bilingues permet d'interpréter le bilinguisme d'un point de vue intergénérationnel comme une étape de transition entre le monolinguisme en galicien et le monolinguisme en castillan (Recalde, 2004 : 370).

Peut-on appliquer à la Galice ce procédé triphasé d'assimilation culturelle et linguistique ? Il semble, à grands traits et avec une séquence temporelle propre, que oui. Une population étrangère en provenance de la Castille, bien qu'en nombre réduit, a occupé au Moyen-Âge toutes les sphères du pouvoir –politique, religieux, militaire et économique– et a imposé sa langue comme langue officielle dans la pratique ; une forte pression a été exercée par la suite pour l'utilisation de la langue exogène, qui a favorisé l'apparition d'un bilinguisme émergent, évoluant vers le monolinguisme en espagnol des classes élevées dès le XIX^{e} siècle. Aujourd'hui, après un processus graduel, ce monolinguisme s'impose parmi les plus jeunes et en milieu urbain. Cependant il est clair que les

époques sont différentes, car le développement de la première et de la deuxième phase a été très lent, plus de 500 ans, notamment à cause du caractère rural et de l'isolement géographique et politique de la Galice ; mais il est aussi évident que l'accélération du processus dans la dernière phase est surtout dû à ce que Krauss (1992 : 6) appelle "assimilatory education" et "electronic media bombardment", en particulier par la télévision. En ce moment les points forts du galicien viendraient de ce que Ninyoles (2005 : 43) appelle les "secteurs ruraux monolingues". Mais en Galice ces secteurs montrent des signes d'abandon du monolinguisme en galicien, comme le souligne le MSG-04 (González, 2008 : 52). Celui-ci note "une forte chute dans le milieu rural, qui passe de 55.3 % à 40.7 %". Ninyoles affirme aussi ensuite qu'à partir du moment "où ces secteurs commencent à parler les deux langues, nous sommes face au début de la disparition de la langue minoritaire". Voilà donc encore une dérive dangereuse pour l'avenir du galicien.

Il faut se demander maintenant s'il est possible d'arrêter le processus d'assimilation culturelle et linguistique. Crystal (2003 : 122) affirme que c'est dans la deuxième phase, celle du bilinguisme émergent qu'on peut obtenir de réels progrès –freiner, arrêter ou inverser le processus–, et, par conséquent, c'est là qu'il faut concentrer les efforts. Selon lui, le bilinguisme permettrait la coexistence sans affrontement, les deux langues ayant des raisons différentes d'être présentes : la langue dominante est attirante et nécessaire parce qu'elle facilite le mouvement externe de la communauté indigène et qu'elle tisse des liens de compréhension entre les deux mondes, "sans lesquels le progrès serait insignifiant". La langue dominée, au contraire, ne permet pas la communication internationale ou interculturelle mais exprime "l'identité des personnes qui la parlent comme membres d'une même communauté", elle encourage les liens familiaux, préserve les relations sociales et les liens historiques, elle donne aux personnes le sentiment d'appartenir à une même 'lignée', rôle que la langue dominante ne peut remplir. C'est ainsi qu'arrive la proposition de bilinguisme salutaire de l'auteur, état dans lequel les deux langues sont perçues comme "complémentaires et sans concurrence entre elles". Néanmoins, si ce scénario se met en place, la deuxième phase "durera sans doute assez longtemps", en revanche si les personnes ont honte de leur langue et emploient la langue dominante autant que possible, "la deuxième phase sera de courte durée" (Crystal, 2003 : 123-124). C'est-

à-dire le bilinguisme qu'il appelle salutaire, et qui au fond ne s'éloigne pas beaucoup du bilinguisme harmonieux, ne garantirait pas la survie d'une langue minorisée ne permettant, probablement, que d'en reporter l'échéance.

Le galicien a vécu pendant des siècles dans cette deuxième phase de bilinguisme émergent ; c'était en réalité une situation de diglossie ainsi que la sociolinguistique galicienne l'a traditionnellement définie (García Negro, 1991 : 72-92). Toutefois il n'a pas été possible de changer de façon substantielle les attitudes par rapport à la langue dominée pendant cette longue période, comme le préconisait Crystal, et il n'a pas été possible non plus de surmonter les préjugés linguistiques historiquement en vigueur, et qui en partie persistent encore aujourd'hui en Galice surtout parmi les jeunes (González, 2003). Le galicien est, peut-être, déjà plus proche de cette troisième phase d'où, selon le professeur gallois, il est plus difficile de sortir. Pour y parvenir, le galicien possède un atout absent dans la plupart des langues dominées auxquelles fait allusion le professeur Crystal et qui jusqu'à présent n'a pas été correctement exploité. Le galicien, quoique langue dominée, possède, outre la fonction identitaire sur le territoire où il est né, une fonction de communication et d'interaction internationale propre à de nombreuses langues dominantes. En effet, cette langue s'est répandue partout à travers les colonisateurs portugais et, à l'heure actuelle, avec les variantes logiques et sous l'appellation de portugais, elle est parlée au Portugal, au Brésil, et aussi en Afrique et en Asie. Voici un autre galicien possible (Rodrigues Fagim, 2001), ou plutôt un nouvel argument effectif pour que le galicien survive sur son propre territoire d'origine. Cette voie réintégrationniste, sur laquelle nous ne nous étendrons pas, doit être convenablement utilisée ; il est temps de la considérer comme la dernière possibilité de sauvetage de la langue étant donné l'évolution de ces dernières décennies (Roca, 1997).

3. Monolinguisme vs. Plurilinguisme

Certains auteurs commencent à envisager comme anachroniques le maintien des objectifs du monolinguisme et du monoculturalisme dans un contexte d'européanisation et de globalisation croissantes, vue la dérive que subit la langue galicienne, et étant donné que c'est la seule langue en danger en Galice, car l'espagnol ne va disparaître ni à court

terme ni à moyen terme (Subiela, 2002 : 171). Dans ce sens, partant d'une justification de la défense d'un 'monolinguisme actif ou défensif', entendu comme une acceptation du galicien comme langue unique et habituelle de communication en Galice, sans pour cela nier l'existence du bilinguisme et encore moins la mise en pratique d'un 'monolinguisme social', Monteagudo (2002 : 33-43) prône le plurilinguisme comme l'issue à la situation actuelle et s'aventure même à proposer cette solution d'avenir pour le galicien :

> L'ensemble des Galiciens sera bilingue productif en galicien et en castillan, une grande majorité maîtrisera aussi l'anglais, et différents secteurs de la population auront des compétences réceptives ou productives en français et en allemand. Le galicien s'approchera du portugais et les contacts s'intensifieront avec le Portugal et les pays lusophones, au point que les compétences dans la première langue, complétées par un petit effort, habiliteront à maintenir une intercommunication fluide avec les locuteurs de la seconde langue. Cet avenir passera par la consolidation du galicien comme langue domestique qui conquerra et gardera une situation prédominante dans un certain nombre de secteurs tout en admettant l'usage du castillan, et le choix de celui-ci et/ou de l'anglais dans d'autres. (Monteagudo, 2002 : 42-43).

Les concepts de bilinguisme et de plurilinguisme sous-entendus dans cette citation appellent quelques précisions appliquées au contexte galicien. Le terme 'bilinguisme' sans autre explication suscite méfiance et suspicion parmi les défenseurs de la normalisation de la langue galicienne. En effet, ce terme est invoqué d'ordinaire par ceux qui dans la pratique prônent un galicien subordonné à l'espagnol, ou tout simplement un monolinguisme dans celui-ci, sachant que l'adoption sans remise en question du discours bilingue, va toujours favoriser la langue dominante et va se retourner contre le galicien. En réalité, au contraire de ce que l'on pense généralement, "ce sont les promoteurs du galicien dans la société qui travaillent pour que la Galice soit une communauté bilingue, comme alternative à une communauté monolingue en castillan" (Subiela, 2002 : 171). Sur un plan strictement théorique, les gens qui défendent le castillan prônent la défense du bilinguisme, bien qu'ils soient essentiellement monolingues dans cette langue et pensent le rester à l'avenir. Dans les pages précédentes on a pu voir que dans une situa-

tion telle que la galicienne, le bilinguisme peut être l'étape préalable au monolinguisme dans la langue dominante.

Face à d'autres discours comme celui du monolinguisme en espagnol, en galicien (ou en galicien-portugais ou en portugais) et celui du bilinguisme avec le galicien dans une position de dominé, Lorenzo (2008 : 28-30) signale comme voie d'avenir pour le galicien le discours du 'plurilinguisme', après avoir considéré que la société actuelle est une société globalisée, que l'espagnol ne va pas disparaître de la Galice et que la relation entre langue et identité est plus complexe qu'une simple attribution univoque. Il signale également comme un élément essentiel de la récupération du galicien le renforcement du prestige social de cette langue ainsi que de ceux qui la parlent, c'est-à-dire, qu'il faut avancer dans 'l'acquisition de pouvoir' *(empowerment)* de la langue galicienne, car une langue qui a du prestige social "mobilisera les consciences, les efforts et les investissements individuels", alors que l'absence de prestige linguistique contribue à un manque de motivation aussi bien pour son apprentissage que pour son utilisation. Il considère les éléments suivants comme importants afin d'augmenter le pouvoir sociolinguistique du galicien : la conservation du groupe social de *galégophones* dans sa proportion actuelle comme base démographique solide, l'acquisition de nouveaux locuteurs comme un sous-groupe important pour leur motivation identitaire et pour leur profil socio-démographique, l'implication des classes moyennes urbaines, car la survie du galicien va se jouer dans les villes, et la participation et le soutien, dans ce processus, des élites économiques et sociales. À partir de là, l'auteur considère nécessaire de chercher une voie propre pour la récupération du galicien, d'éviter de "transposer des concepts et des modèles" venus d'ailleurs sans les remettre en question, d'assumer une responsabilité partagée qui ne fasse pas du gouvernement la réponse à tous les problèmes, "de pratiquer une politique linguistique peu invasive" fondée sur quelques obligations très claires et d'exécution obligatoire. Il insiste sur la nécessité d'une action planificatrice, créative et originale ayant comme axe central la dynamisation sociolinguistique. Pendant la durée du processus "un consensus social et politique maximal" est nécessaire. L'auteur considère à cet égard que le discours du plurilinguisme "peut constituer un point de départ pour concerter les positions auxquelles s'identifierait une majorité de la population" (Lorenzo, 2008 : 30).

Cependant, ce consensus n'existe pas aujourd'hui, car de même qu'avec le bilinguisme, le terme 'plurilinguisme' suscite encore de la méfiance dans les milieux sociaux et les personnes engagées dans la défense du galicien, qui craignent qu'une fois de plus ce discours ne soit utilisé pour justifier la soumission du galicien et la domination de l'espagnol. Dans ce sens, García Negro (2000 : 28-39), oppose la démonisation du monolinguisme considéré comme "l'horizon d'un processus normalisateur" ou pratiqué dans des espaces délimités, à l'adoption pleine d'un "unilinguisme unicolore et exclusif des institutions publiques dépendantes de l'État". De même est sanctifié le bilinguisme à condition qu'il ne le soit que pour les locuteurs des langues minorisées, mais jamais pour ceux de la "langue par excellence, l'espagnol". Même au niveau européen notre auteur constate l'exaltation d'une pluralité linguistique, mais des lois très contraignantes se chargent de démentir et d'empêcher cette pluralité, de sorte que les langues qui font l'objet d'une protection spéciale deviennent au fur et à mesure des langues 'régionales', 'locales' et 'minoritaires'. L'auteur rappelle que, même lorsqu'on utilise l'expression 'apprendre des langues' on fait toujours référence aux langues des grands états, en particulier l'anglais, et non aux langues minorisées ; et elle se demande pourquoi certaines personnes ressentent le besoin d'être polyglottes "tandis que d'autres demeurent confortablement installées dans leur unilinguisme hégémonique, efficace, très répandu, sans conflits, ni inconvénients ni turbulences, sans bruit dans leur communication" (García Negro, 2000 : 37). Thomason (2001 : 33) constate également que le fait de maîtriser plus d'une langue aux États-Unis est un signe d'intelligence et d'éducation privilégiée, "but only if the possessor of this skill is a native speaker of English".

Sanmartín Rei (2009 : 49-66) a recours à son tour au monolinguisme social comme facteur de cohésion de la société galicienne dans le sillon des chemins de l'enthousiasme marqués par les "Irmandades da Fala" et, plus concrètement, par Ramón Vilar Ponte ; mais la défense d'une telle société monolingue ralliée par sa propre langue n'a rien à voir pour l'auteur avec la possibilité et les avantages de connaître un bon nombre de langues. Elle nous met en garde : lorsque tout en défendant le galicien on parle de la nécessité et des bontés du plurilinguisme, la confusion est servie, car si les secteurs de la population les mieux formés peuvent et doivent connaître des langues différentes, le galicien doit aussi être parlé

et remis à la place de l'espagnol, de façon que les citoyens soient compétents dans leur langue, car sans son usage réel, les Galiciens n'ont pas d'avenir en tant que peuple. Tout en reconnaissant l'existence du droit au choix linguistique individuel et de la défense du plurilinguisme associée au rétablissement social du galicien, elle considère cependant "qu'il existe un problème de forces, d'efforts, de temps, d'investissements, d'engagements..., qui vont toujours à l'encontre du galicien". Elle oppose l'arme du plurilinguisme, utile pour se situer dans le monde et élargir ses connaissances, à l'arme du monolinguisme social "comme base fondamentale de l'amalgame, de création d'une masse sociale pour notre pays". C'est la seule arme qui tente d'obtenir une homogénéité linguistique, culturelle et sociale, et la seule capable de garantir l'avenir de notre langue. Il ne s'agit pas de parler une seule langue, mais que les citoyens "utilisent le galicien comme un espace symbolique partagé" (Sanmartín Rei, 2009 : 50-51).

Prétendre mélanger l'intention de transformer le galicien en langue par excellence du pays au développement de connaissances linguistiques hétérogènes est, pour l'auteur, une stratégie de confusion qui relève du manque de planification linguistique. Plutôt que de décrire la réalité, qui conduit au monolinguisme en espagnol, il faudrait la modifier au moyen d'une intervention sociolinguistique qui devrait avoir une incidence sur l'homogénéité linguistique en galicien. Elle est malgré tout consciente qu'il y a de moins en moins de possibilités d'intervention parce que la société galicienne s'en va vers un "lent suicide linguistique" contre lequel il faut se rebeller. Elle ne partage pas l'idée de renoncer à la défense du monolinguisme social qui serait une alternative viable pour la survie du pays, comme le suggère Subiela (2002 : 171) ; elle ne parie pas non plus sur une société plurilingue, telle que la voit Monteagudo, vision prospective exposée auparavant, et qu'elle qualifie d'utopique. L'auteur décèle plusieurs dangers dans le discours où la création de contextes plurilingues s'oppose à la défense d'une société monolingue : (i) dans la plupart des situations, le plurilinguisme se limite à une présence de l'espagnol et renforce la doctrine du bilinguisme harmonieux, son remplacement par l'anglais n'offrant aucun avantage ni d'éthique ni de justice –l'impérialisme linguistique– car l'anglais arrive par l'intermédiaire de l'espagnol et ne sert qu'à renforcer sa présence ; (ii) la seule fiction de plusieurs langues coexistant sans problèmes –où sont-elles ?,

se demande l'auteur– produit de sérieux doutes "sur le fait que la langue est notre signe principal d'identité, ce qui fait de nous des Galiciens et des Galiciennes, ce qui nous construit comme différents", ce qui mène à se contenter du slogan "aussi en galicien" ; et (iii) le discours du plurilinguisme est en ce moment utilisé pour cacher le conflit et justifier l'inaction alors que la politique linguistique de l'État espagnol "reste d'un monolinguisme récalcitrant et restrictif ". C'est pourquoi l'auteur insiste sur l'union entre le territoire et la langue, considérant cette dernière comme un espace social partagé :

> Il s'agit donc, de récupérer les mots, de les défendre, et de nous les réapproprier ; dans ce sens, la défense d'un territoire avec une seule langue propre est fondamentale pour que les traitements soient efficaces. Nous devons nous reconnaître symboliquement dans un espace qui utilise une langue qui lui est propre, ainsi que d'autres qui ne le sont pas, plus elles seront nombreuses, variées et hétérogènes, mieux ce sera pour notre santé (Sanmartín Rei, 2009 : 56).

La défense du monolinguisme social comme philosophie d'avenir pour la préservation du galicien n'implique donc pas, selon l'auteur, de fermer la porte à la présence d'autres langues en Galice. Quelques lignes avant cette citation, elle reconnaît qu'une "campagne pour le plurilinguisme aurait du sens pour garantir la loyauté linguistique des *galégophones* qui ainsi pourraient être compris". C'est une façon d'adhérer, bien que sans le dire ouvertement, au 'plurilinguisme passif ou réceptif ' proposé par Moreno Cabrera (2006) comme formule pour la préservation de la diversité linguistique et, en particulier, celle des langues minorisées dans l'État espagnol et en Europe. Nous allons à présent nous arrêter un instant sur cette intéressante formule.

4. Sesquilinguisme *vs*. Impérialisme linguistique

Le professeur Moreno Cabrera fait une proposition concrète contre le monolinguisme impérialiste et « l'oligoglossie » afin de défendre la diversité linguistique dans le monde à partir du miracle de la Pentecôte comme solution aux problèmes linguistiques dont les origines remontent à Babel. Ce miracle se résume à une compréhension mutuelle entre les personnes qui parlent des langues différentes, tout en repré-

sentant également une revendication du plurilinguisme. Les galiléens communiquaient dans leur propre langue et ils étaient compris par des personnes qui parlaient des langues différentes, c'est ce que l'auteur prend comme point de départ pour proposer un 'plurilinguisme passif ou réceptif ' comme alternative à l'oligoglossie et à la domination de l'anglais. Pour désigner ce type de plurilinguisme opposé au 'plurilinguisme actif' –les personnes d'une communauté avec plusieurs langues seraient capables de les parler toutes– l'auteur introduit le terme de 'sesquilinguisme', déjà utilisé par les traducteurs du *Cours de linguistique Moderne* de Hockett en 1971 pour le terme anglais 'semi-bilingualism', et formé à partir du latin *sesqui*, 'moitié', qui leur semble plus convenable que 'semi-bilinguisme' ; celui-ci donnant l'impression qu'il s'agit d'une capacité incomplète. Le sesquilinguisme est défini par Moreno Cabrera comme la capacité de comprendre une langue sans la parler ou sans la gesticuler ; il veut dire par là qu'il s'agit d'un monolinguisme productif accompagné d'un bilinguisme ou d'un plurilinguisme réceptif. Toutefois, pour que le sesquilinguisme devienne un instrument d'intercommunication plus efficace, il propose de le développer dans une direction concrète, qu'il nomme 'sesquilinguisme coopératif ', atteint lorsqu'une personne qui parle sa propre langue prend en considération les connaissances de la langue de son auditeur "pour l'adapter de façon à faciliter la compréhension ou, du moins, ne pas la gêner" (Moreno Cabrera, 2006 : 63).

Vu de cette façon, le sesquilinguisme coopératif permet, d'après l'auteur, la coexistence des langues sur un plan d'une plus grande égalité et lui semble particulièrement adéquat pour l'appliquer au sein de l'Union Européenne (UE), car il peut contribuer bien d'avantage à équilibrer l'usage des différentes langues. À partir du modèle de 'sesquilinguisme coopératif génétique' –celui que l'on rencontre parmi les usagers de langues appartenant à la même famille linguistique–, Moreno Cabrera a conçu un programme de sesquilinguisme, fondé sur une formule mathématique pour les 21 langues officielles de l'UE en 2005, regroupées en neuf familles linguistiques, auxquelles il a ajouté d'autres langues à ce moment-là non officielles ; et enfin les langues dites minorisées, y compris le galicien. Il a fait de même pour les langues des signes de divers groupes européens de sourds. Moreno Cabrera (2006 : 72) prétend ainsi ruiner les "prophéties de mauvais augure des apôtres

du monolinguisme sur la non-maniabilité, le coût exorbitant et l'inefficacité" de certaines institutions européennes devant travailler avec tant de langues et démontrer que non seulement le labeur des interprètes n'augmenterait pas mais qu'il serait autrement plus facile et flexible. Le modèle de sesquilinguisme peut, certes, préserver la diversité linguistique de l'Europe, les langues minorisées y compris, et de fait c'est déjà mis en pratique dans les pays nordiques –La Suède, le Danemark, La Norvège– (cf. la préface de J. Schmitt-Jensen en Schmidely & Alvar & Hernández, 2001 : 15) ou même en Afrique. Cette méthode présente l'avantage que la totalité ou, du moins, la majorité des personnes composant un groupe politique plurilingue comprennent toutes les langues de cette communauté même si elles ne les parlent pas. Au contraire, le concept de plurilinguisme actif, où toutes les personnes de cette communauté parleraient toutes les langues qui s'y emploient, est un objectif peu réaliste. Le sesquilinguisme permettrait, donc, l'usage réel de toutes les langues dans une société plurilingue, tout en encourageant le plurilinguisme. Il n'y aurait de ce fait aucun locuteur obligé de renoncer à sa langue de peur de ne pas être compris.

Cette proposition de sesquilinguisme devient tout spécialement avantageuse pour la Galice, car avec peu d'efforts on peut acquérir de hautes compétences dans les variétés galicienne, portugaise, brésilienne, et même africaine du système linguistique galicien-portugais (Sánchez Rei : 2008), tout en augmentant la compétence passive dans d'autres langues latines d'Europe. Si on ajoute à cela la connaissance, ne serait-ce que passive, de l'anglais, la situation linguistique de cette communauté pourrait devenir enviable : maîtrise active du galicien-portugais et de l'espagnol et passive d'autres langues latines ainsi que de l'anglais. Mais le sesquilinguisme peut également contribuer à préserver la pluralité linguistique à l'intérieur de l'État espagnol, car si le système éducatif espagnol était enrichi par l'acquisition de compétences passives dans les différentes langues de l'État, personne ne se verrait obligé d'utiliser une langue autre que la sienne. Et sans aucun doute en Galice cette acquisition éliminerait les obstacles ou les excuses à la complète normalisation de la langue galicienne, puisque personne ne pourrait prétexter sa méconnaissance.

Le pari exclusif sur l'anglais, ou ce qui revient au même, concentrer tous les efforts, les financiers aussi, sur l'apprentissage de cette

langue, suppose, d'un côté, une reddition devant l'impérialisme linguistique, toujours lié au pouvoir économique et militaire dominant à chaque période et, de l'autre, renoncer à l'enrichissement culturel que nous apportent les langues proches. Est-il logique ou raisonnable, aussi bien en termes culturels qu'économiques, qu'un Espagnol, un Français, un Italien et un Portugais par exemple, aient recours à l'anglais pour communiquer entre eux ? Ils pourraient le faire avec beaucoup moins d'efforts dans leur propre langue, tout en contribuant au maintien de la diversité culturelle et linguistique qui caractérise l'Europe et, en définitive, à la défense de la biodiversité et de l'écologie, car les langues en font partie également. De fait dans Schmidely & Alvar & Hernández (2001) ces langues sont étudiées comparativement dans une direction que nous pouvons bien qualifier de sesquilinguiste. Umberto Eco (1994 : 292-293) avançait déjà dans le même sens il y a quelques années en affirmant qu'une Europe polyglotte ne réside pas dans le fait que les personnes parlent aisément de nombreuses langues, mais que, dans le meilleur des cas, chacun puisse parler la sienne et être compris par son interlocuteur.

On ne remet donc pas en question la valeur actuelle de l'anglais dans les relations internationales. Cependant, son importance indubitable, ne doit pas s'opposer à la défense de la diversité linguistique et ne doit pas servir non plus d'excuse pour nier le rôle d'autres langues, parce qu'à ce moment là on légitime l'impérialisme linguistique, une des principales causes de la mort des langues. La suprématie d'une langue sur les autres, fruit de la conquête militaire, politique ou économique, a été qualifiée par Calvet (1993), qui se fonde sur l'expérience de l'impérialisme raciste de l'Occident, de 'colonialisme linguistique' et de 'glottophagie'. Selon Moreno Cabrera (2008 : 144-145) l'idéologie nationaliste coloniale a pour développement logique 'l'idéologie nationaliste impérialiste', qui sur le plan linguistique a fini par dégénérer "de façon quasi inévitable en une espèce de mégalomanie, de delirium tremens, qui englobe dans ses rêves d'empire" toute l'humanité, comme c'est déjà arrivé avec "la construction du mythe de l'espagnol comme langue universelle. Phillipson (1992 : 47) parle directement de English linguistic imperialism, qui a lieu lorsque la domination de l'anglais est affirmée et maintenue par la mise en place et la reconstitution continue d'inégalités structurelles et culturelles entre l'anglais et d'autres langues. Néanmoins, et tout en res-

tant dominant, l'impérialisme de l'anglais n'est pas le seul. En fait, l'idée que l'imposition de la langue aille de pair avec la domination politique vient de loin, comme le démontre la grammaire castillane de Nebrija, de 1492 qui ressasse le parallélisme entre langue et empire et qui traite de barbares les gens qui ne parlent pas sa langue ; ce qui est un exemple de racisme linguistique (Freitas, 2008 : 76), également visible dans les processus de colonisation de l'Amérique, de l'Afrique et de l'Asie. Voici un autre exemple plus proche dans le temps : les pays colonisateurs et impérialistes ont créé des institutions pour étendre leur domination linguistique dans le monde, The British Council, l'Alliance Française, Goethe Institute, Instituto Camões ou l'Institut Cervantès. Ce dernier, tout comme les deux précédents, ne se consacre pas précisément à l'étude de la vie et de l'œuvre du grand écrivain (Moreno Cabrera, 2008 : 146), mais à étendre la domination de l'espagnol dans le monde comme représentant institutionnel "d'une idéologie nationaliste castillane centraliste dirigée depuis Madrid et assumée en partie par le monde hispanique et tout à fait évidente dans la RAE [Real Academia Española]" (Moreno Cabrera, 2008 : 158).

Dans la réalité, comme l'affirme Edwards (1994 : 104), "all imperial powers have, directly or indirectly, made their languages attractive and sometimes necessary to conquered or colonized groups". C'est-à-dire, tous les pays impérialistes ont tenté d'imposer leur langue grâce à différentes stratégies. L'Espagne, qui a étendu sa domination à d'autres continents, n'a pas été une exception, le Portugal non plus, qui a emmené le galicien –déjà avec la dénomination de portugais– en Amérique, en Afrique et en Asie. Mais lorsque cette expansion a débuté, à la fin du Moyen-Âge, les différents royaumes de la Péninsule n'étaient pas unifiés et la Castille, à ce moment-là de plus en plus hégémonique, a dû conquérir et coloniser, parmi d'autres, le royaume de Galice (Freixeiro, 2002 : 52-60 ; Constenla, 2003 : 54-55) pour assurer son pouvoir sur la Péninsule Ibérique. C'était l'époque appelée 'dressage et castration' dont parle l'homme politique et écrivain galicien Castelao (1961 : 37) –"La Galice est restée soumise à un régime de colonie conquise, indigne d'exercer ses droits politiques. Les *Rois Catholiques* ont dressé la noblesse et châtré le peuple"–. Il se fait ici l'écho des paroles de l'historien officiel des Rois Catholiques, l'aragonais Jerónimo Zurita. La Galice devient une province presque aussi lointaine que les territoires colonisés d'outre-mer.

C'est le début d'un processus d'assimilation et de répression linguistique encore en vigueur au XX[e] siècle (Freitas, 2008) et qui, par d'autres voies et avec de nouvelles stratégies, continue aujourd'hui, exigé par un capitalisme économique qui cherche de nouveaux marchés dans le monde à travers la domination culturelle sans renoncer à ceux qu'il possède déjà (Moreno Cabrera, 2008 : 171-172).

Permettre l'aboutissement du processus de substitution linguistique en Galice, équivaut à succomber à l'impérialisme linguistique espagnol après des siècles de résistance dans des conditions objectivement pires que celles d'aujourd'hui, quoique favorisées par l'isolement et par le caractère majoritairement rural de la population. L'impérialisme de l'anglais, tout aussi indésirable, ne semble pas supposer à l'heure actuelle un réel danger pour la survie du galicien, du moins à court et à moyen terme : dans tous les cas le danger viendrait de l'espagnol. Dans le dilemme entre assassinat et suicide des langues (Edwards, 1994 : 102-104), il est clair que si le galicien était assassiné son *killer language* serait sans aucun doute l'espagnol et non pas l'anglais, qui seulement à très long terme pourrait devenir à son tour la langue assassine de l'espagnol tout comme des autres langues des grands états. Cependant, la transformation indubitable aujourd'hui de l'anglais en langue franche internationale ne garantit pas qu'elle va le rester dans un avenir plus ou moins lointain. En effet, le français a été jusqu'à la fin de la première guerre mondiale la langue de la diplomatie. Et si dans les prochains siècles un changement mondial d'ordre économique et militaire survenait, qu'une nouvelle puissance émerge, sa langue pourrait aussi devenir la nouvelle langue franche, si elle n'a pas été assassinée auparavant par l'anglais. Cette langue pourrait même être le galicien-portugais si cette puissance était le Brésil pourvu qu'il ne se soit pas soumis avant à l'empire de l'anglais. Mais quelques soient les hypothèses nous serons toujours sous la menace d'un impérialisme linguistique et face à la perte de la diversité linguistique dans le monde, synonyme de la diversité culturelle (Comellas, 2006).

5. L'écolinguistique et les droits linguistiques des êtres humains

Il faut donc chercher d'autres alternatives qui ne supposent pas la domination de certains peuples et de certaines cultures sur d'autres et qui

favorisent la continuité de la richesse ethno-linguistique et culturelle déjà existante. Une possibilité serait d'accepter une langue artificielle comme véhicule pour la communication internationale, soit l'esperanto, soit une autre parmi les diverses propositions existantes (Moure, 2005). De toute façon il faudrait passer des d'accords entre les nations ou les états si l'on veut être efficace, ce qui ne paraît pas être le cas pour l'instant. Le sesquilinguisme que l'on vient d'analyser, est une autre alternative partielle et facile à appliquer notamment dans le contexte de l'Union Européenne, selon la formule proposée par Moreno Cabrera (2006 : 63-73). Mais celui-ci peut s'intégrer dans une alternative globale à la situation actuelle de destruction continue de la pluralité linguistique. Il s'agit de l'écolinguistique ou écologie des langues (Bastardas, 1996) et donc de la défense des droits linguistiques comme faisant partie des droits des personnes (Skutnabb-Kangas, 2000 et 2001 ; Skutnabb-Kangas & Phillipson & Rannut, 1994), philosophie dans laquelle il faut inclure la défense et la préservation du galicien.

En partant de l'hypothèse de l'adaptation des moyens de parler aux conditions spécifiques du contexte, Mühlhäusler (2001 : 135) soutient que la diversité linguistique "emerges as a vast repository of accumulated human knowledge and experience" ; de même que les courants marins ou les couches de glace gardent la mémoire des changements climatiques à court et à long terme et que les livres constituent la mémoire des cultures écrites, les langues humaines contiennent la mémoire de la capacité de l'invention humaine, de l'adaptation et des habiletés pour la survie. Pour expliquer comment les langues s'adaptent au changement des conditions environnementales, Mühlhäusler étudie des cas de mobilité (émigration, mouvements de réfugiés, tourisme etc.) où les locuteurs de certaines langues se sont établis dans des lieux où ces langues n'étaient pas parlées auparavant. Il prétend ainsi combattre la perspective égalitaire défendue par de nombreux linguistes affirmant que toutes les langues ont la capacité de dire ce que leurs locuteurs ont besoin d'exprimer. Il cherche à démontrer, au contraire, que les langues diffèrent considérablement dans leur capacité d'expression et que l'adaptation de n'importe quelle langue à un nouveau contexte "takes several generations of speakers" (Mühlhäusler, 2001 : 140). Il en arrive à la conclusion que les personnes ne peuvent contrôler que ce qu'elles connaissent et ne connaissent que ce qui pour elles a une expression

linguistique. Lorsqu'elles se sont retrouvées dans un contexte nouveau et inconnu où il a fallu développer la connaissance et les recours linguistiques nécessaires pour vivre, les conséquences négatives des colonisations humaines ont été nombreuses pour l'environnement à cause des actions et des pratiques qui allaient à l'encontre de la nature ; dans une première étape une énorme destruction a lieu et, après de longs processus d'apprentissage, on arrive à un rapprochement entre l'entourage de la langue et de la connaissance et l'environnement, ce qui suppose assez souvent atteindre une coexistence équilibrée. L'île de Norfolk en est un exemple : 200 ans n'ont pas été suffisants pour adapter la langue à la complexité écologique de l'île, très riche en espèces endémiques. C'est ainsi que les îliens ont contribué involontairement à une sévère dégradation environnementale de la faune et de la flore, de sorte qu'ont disparu 95% des forêts tropicales, de grandes superficies sont désormais envahies par des plantes exotiques féroces. L'auteur conclut en affirmant que les langues "are repositories of past experience and once lost, a great deal of effort will be required to recover what has been lost with them" (Mühlhäusler, 2001 : 143).

Nous n'allons pas dire de la Galice qu'elle est une île dont l'expérience serait comparable. Cependant, son isolement séculaire aussi bien géographique –elle est entourée de montagnes et par la mer– que politique –elle a été surnommée le royaume oublié– a favorisé que pendant les siècles d'une lente castillanisation du monde urbain, la campagne soit restée presque imperméable aux influences étrangères et que ses habitants soient monolingues en galicien, langue en parfaite harmonie avec son territoire. La pénétration progressive de quelques interférences linguistiques dans le langage populaire et rural n'a pas touché significativement le lexique patrimonial de la vie campagnarde et maritime, qui encore aujourd'hui conserve une grande vitalité. Mais ces derniers temps, la pression du castillan est de plus en plus intense et elle touche aussi le monde rural, où l'usage monolingue du galicien est désormais en-dessous de 50 % (González, 2008 : 52). Il semble désormais que le processus de substitution linguistique s'accélère aussi en milieu rural ce qui peut briser définitivement l'équilibre entre langue et écologie. En effet, comme l'affirme Posey, sans les conditions favorables à la préservation de la diversité linguistique, la transmission des connaissances sera brisée et avec elle le maintien de la biodiversité au niveau local ; même

si une partie de cette connaissance locale peut être conservée en cas de perte ou de détérioration de la langue, "the richness of traditional ecological knowledge can be conserved only through the maintenance of language diversity". Dans le cas du galicien, sa possible disparition en milieu rural supposerait la perte irréparable d'une connaissance environnementale liée indissociablement à la langue. D'où le besoin et le droit à l'autodétermination et au contrôle des propres ressources :

> The integral (holistic) nature of knowledge systems has been shown to be linked to land and territory. Thus, it is impossible to discuss conservation of cultural and linguistic diversity without discussing the basic rights of local peoples and their self-determination and control over their own lands and resources (Posey, 2001 : 395).

Cette citation nous conduit au cœur du débat linguistique en Galice et du rapport entre langue, territoire, individu, et leurs droits respectifs. López de Castro Ruíz (2002 : 98-104), en ce qui concerne les principes juridiques de territorialité et de personnalité, pense que autant la Constitution espagnole que le Statut d'autonomie galicien optent pour un modèle mixte, car ils n'ont pour base ni la personne –l'exercice des droits linguistiques ne s'étendant pas à tous les citoyens ni sur tout le territoire sauf pour les hispanophones– ni le territoire, la suprématie constitutionnelle de l'espagnol empêchant "l'intégrité culturelle et la pleine normalisation linguistique". Il souligne cependant "qu'il y a des possibilités de promouvoir des lois et une politique linguistique qui avance dans la reconnaissance d'un cadre territorial sur la base du binôme juridique 'langue propre–normalisation linguistique', respectant au maximum les droits linguistiques individuels". On a déjà vu comment Sanmartín Rei (2009 : 56) considérait incontournable la défense d'un territoire avec sa propre langue pour mener à bien une politique linguistique judicieuse. Monteagudo (2002 : 32-33), de son côté, ne voit pas viable l'inversion du modèle napoléonien : 'une langue, une nation, un état'. En effet, personne ne prend plus ce modèle en considération, mais plutôt d'autres modèles avec des perspectives différentes cherchant à préserver les langues minorisées. À l'ère de la globalisation, la transnationalisation de l'économie et les nouvelles technologies de la communication causent une rupture de la situation traditionnelle "qui permettait de maintenir les individus dans un certain monolinguisme fonctionnel ; elles conduisent

de plus au bilinguisme ou à la polyglottisation fonctionnelle", comme l'écrit Freitas (2008 : 85-86). Il se fait ici l'écho d'Albert Bastardas, qui propose de dépasser la dichotomie entre territorialité et personnalité grâce au principe de la subsidiarité : tout ce qui peut être réalisé par une langue 'locale' ne doit pas être fait par une langue plus 'globale'. Ceci permettrait de développer la connaissance massive d'autres langues mais en accordant, quand c'est possible, la prééminence fonctionnelle à la langue de chaque groupe linguistique historiquement constitué. Bastardas introduit ainsi le principe des fonctions spécifiques ou exclusives pour les langues locales. Elles devraient couvrir tous les domaines sans perte de prestige, situation où il s'approprie le concept de 'diglossie positive' et nouvelle étape qu'il qualifie de 'Glocal' et qui serait appelée a dépasser la dichotomie entre ce qui est local et ce qui est global. Dans ce sens, González Reboredo (2001 : 241) affirme que seules les nations et les groupes ethniques qui réussiront une synthèse raisonnable entre globalisation et localisation –"qui parviendront à la *glocalisation*"– pourront survivre dans la différence, "les autres se trouvant réduits à de simples sous groupes avec des restes qui, au mieux, deviendront des reliques des vieilles identités particulières".

Le caractère hypercentral de l'anglais et le processus actuel de mondialisation, qui "représente une nouvelle menace pour nos langues non-normalisées" (Constenla, 2003 : 64), mettent en évidence le besoin d'insister sur la défense de la diversité écologique pour préserver les langues, mais aussi pour la propre survie de l'humanité, car les dommages à l'un des éléments de l'écosystème auraient des conséquences imprévisibles pour l'ensemble. Tout comme la diversité a en elle-même le potentiel pour réussir une adaptation, l'uniformisation peut endommager les espèces. Ceci est aussi valable pour les langues, puisque la diversité linguistique est indissociable de la diversité biologique. Du point de vue de la défense de la langue galicienne, il faut défendre le plurilinguisme, non pas compris comme une présence désordonnée et égalitaire de plusieurs langues sur son territoire, où le galicien doit être considéré comme une langue propre et un facteur de cohésion sociale, mais comme une idée opposée à la stratégie monolingue, monoculturelle et destructrice mise en place aujourd'hui dans les sociétés post-industrielles, qui tue la créativité et l'innovation (Skutnabb-Kangas, 2000 : 19-20). L'uniformisation linguistique, loin de nous rendre plus libres et plus humains, nous ferait

ressembler d'avantage aux animaux, qui "en sont encore au langage universel", comme l'a dit Afonso Daniel R. Castelao (1961 : 43). Elle s'accompagnerait d'une uniformisation culturelle, qui en finirait avec la créativité humaine et, loin d'apporter la paix, elle apporterait très probablement le totalitarisme (Nettle & Romaine, 2000 : 199).

Cette diversité culturelle et linguistique est aujourd'hui menacée et les locuteurs des langues minoritaires et minorisées sont discriminés, parfois ils ne peuvent même pas s'identifier avec leur langue. Skutnabb-Kangas & Phillipson (1994 : 71), affirment : "[s]peakers of more than 6000 languages are not entitled to education, nor to administration of justice or public services through the medium of their mother tongue", se voyant donc privés de leurs droits linguistiques. C'est pourquoi les défenseurs de la diversité et de l'écologie des langues considèrent que les droits linguistiques font partie des droits de l'homme et comme tels doivent être défendus. C'est pourquoi aussi en 1994 a débuté l'élaboration de la *Universal Declaration of Linguistic Rights* (cf. Skutnabb-Kangas & Phillipson, 1994 : 98-100) qui "permet de reconnaître l'égalité du statut de toutes les langues, tout en mettant l'accent sur le rôle irremplaçable de celles-ci dans l'identité individuelle et collective des communautés" (Casanova, 2006 : 139). Paraphée de façon solennelle en 1996 avec le soutien moral et technique de l'UNESCO, cette même année elle a été adoptée à l'unanimité par le Congrès des Députés espagnol et par le Parlement galicien, bien que se produisent encore des "infractions légales" et des "refus catégoriques à l'utilisation, chez nous, en public du galicien, tout comme les lois sont censées protéger" (García Negro, 2000 : 52). Dans ce sens, il faut rappeler qu'en Galice, encore en 2009, les droits des *galégophone*s ne sont pas les mêmes que ceux des hispanophones, car on impose aux Galiciens le devoir constitutionnel de connaître l'espagnol, alors qu'on ne reconnaît à leur langue que le droit à l'usage ; droit qui, dans la pratique, rencontre bien des obstacles, en particulier dans le domaine de la justice et aussi, pour des raisons différentes, dans celui de l'enseignement (Nogueira López : 2008).

Il faut donc avancer en Galice dans la défense des droits linguistiques des *galégophone*s ; droits qui, à l'heure actuelle, ne sont pas garantis et qui risqueraient de perdre du terrain si les mesures régressives en matière linguistique, annoncées par le nouveau gouvernement élu

le premier mars 2009, devenaient réalité. Il faut également rattacher cette défense à l'écolinguistique comme alternative à la globalisation parce que la langue autochtone fait partie de l'écosystème galicien et parce qu'elle reflète une vision du monde propre et différenciée. Dans ce sens, c'est un élément essentiel de l'identité singulière de la communauté où elle est née. Sa préservation contribue à la défense de l'écologie et de la biodiversité, tandis que sa mort pourrait provoquer leur destruction.

6. Conclusion

La langue galicienne est une langue minorisée dont l'avenir est menacé par son immersion dans un processus de substitution linguistique de plus en plus rapide. Concernant les langues en conflit sur son territoire, il existe plusieurs alternatives pour la Galice de demain : l'impérialisme linguistique de l'espagnol ou de l'anglais ; le monolinguisme en espagnol ; le bilinguisme avec prépondérance du galicien ; le bilinguisme avec subordination du galicien ; le monolinguisme en galicien –avec la variante de monolinguisme en galégo-portugais– ; le plurilinguisme actif, le plurilinguisme passif ou sesquilinguisme, l'écolinguisme, le réintégrationnisme, etc. Parmi les impérialismes linguistiques seul celui de l'espagnol peut éliminer le galicien à moyen terme, car celui de l'anglais n'est pas, à l'heure actuelle, une menace réelle pour le galicien ; le bilinguisme avec le galicien en position dominante n'existe pas aujourd'hui et il est peu probable que cela arrive à l'avenir ; c'est la domination de l'espagnol qui est en vigueur en ce moment, et celle-ci ira très certainement en augmentant. En ce qui concerne les monolinguismes possibles, seul celui de l'espagnol est viable à moyen ou à long terme, si les conditions actuelles sont maintenues ; tandis que le sesquilinguisme, et un certain degré de plurilinguisme dépendront, eux, des politiques linguistiques qui s'implanteront dans les prochaines années. De toute façon, un seul de ces termes ne suffira pas à définir une situation aussi complexe.

Tout en rejetant l'impérialisme comme alternative antiécologique et contraire à l'éthique, il faudra prendre en compte, pour l'avenir du galicien à l'ère de la globalisation, des situations différentes qui très probablement vont continuer à exister et dont il faudra tirer le meilleur profit

: un monolinguisme actif ou défensif en galicien (Monteagudo, 2002 : 33) dans le secteur linguistiquement le plus conscient de la société galicienne ; un monolinguisme institutionnel en galicien comme élément de cohésion sociale et comme espace symbolique partagé (Sanmartín Rei, 2009 : 49) ; un bilinguisme avec le galicien en position dominante chez les locuteurs qui ont le galicien comme langue habituelle, même s'ils utilisent l'espagnol dans certains contextes ; un bilinguisme avec le galicien dans une situation dominée –bilinguisme harmonieux– chez les personnes qui ont l'espagnol comme langue habituelle et qui deviennent de plus en plus compétentes en galicien, et le parlent dans des contextes propices –espace favorable à augmenter le nombre de galégophones habituels, si ces contextes sont bien entretenus– ; un monolinguisme par facilité en espagnol où le galicien serait assumé comme langue officielle par les hispanophones habituels sans engagement vis-à-vis de leur communauté ; un sesquilinguisme dans le système éducatif impliquant une familiarisation avec les variantes galégo-portugaises et des compétences passives dans les langues latines les plus proches, outre la connaissance de l'anglais et/ou d'autres langues... Il faudra tenir compte aussi d'un monolinguisme résistant en espagnol dans les secteurs minoritaires de la société qui s'opposent idéologiquement au galicien.

En définitive, le galicien, langue nationale de la Galice et dénomination d'origine du système linguistique galégo-portugais, doit se consolider comme langue naturelle et propre du pays grâce au progrès résolu du processus de normalisation linguistique mis en place au cours des années précédentes, quoiqu'avec peu de volonté de la part du pouvoir politique et sans succès auprès de la société. Il faut ajouter à cela une ouverture générale de la société galicienne au Portugal et aux pays lusophones, dans les domaines culturel, économique, sportif ou encore dans celui de l'information. C'est avec ce rapprochement et avec un ferme compromis de la société et des forces politiques envers le galicien que l'on pourra inverser sa dangereuse dérive vers son extinction et que l'on pourra changer sa situation actuelle de langue viable mais potentiellement en danger, en une langue sûre.

Références

Alvar, M. (1971) : Bilingüismo e integración. *Revista Española de Lingüística*, 1/1, 25.

Bastardas i Boada, A. (1996) : *Ecologia de les llengües. Medi, contactes i dinámica sociolingüística*. Proa, Barcelona.

Beswick, J. E. (2007) : *Regional Nationalism in Spain. Language Use and Ethnic Identity in Galicia*. Multilingual Matters, Clevedon/ Buffalo/ Toronto.

Calvet, L.-J. (1993) : *Lingüística e colonialismo. Pequeno tratado de Glotofaxia*. Laiovento, Santiago de Compostela.

Casanova, I. (2006) : *O Destino das Línguas : que futuro no espaço da UE?* Universidade Católica, Lisboa.

Castelao, [A. D. Rodríguez] (1961) : *Sempre en Galiza*. Edición "As Burgas", Buenos Aires.

Comellas, P. (2006) : *Contra l'imperialisme linguístique : a favor de la linguodiversitat*. La Campana, Barcelona.

Constenla Bergueiro, G. (2003) : A situación do galego : do colonialismo á mundialización. In : Bringas, A. & B. Martín (eds.) : *Nacionalismo e globalización : lingua, cultura e identidade*. Servizo de Publicacións da Universidade, Vigo, pp. 53-69.

Crystal, D. (2003) : *A morte das linguas*. Galaxia, Vigo.

Eco, U. (1994) : *La Búsqueda de la Lengua Perfecta en la Cultura Europea*. Crítica, Barcelona.

Edwards, J. (1994) : *Multilingualism*. Penguin Books, London.

Euromosaic. Producción e reproducción dos grupos lingüísticos minoritarios da UE (1997). Xunta de Galicia/ CILL Ramón Piñeiro, Santiago de Compostela.

Fernández Paz, A. & A. M. Lorenzo Suárez & F. Ramallo (2008) : *A planificación lingüística nos centros educativos*. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.

Fernández Rei, F. (2003) : As linguas románicas minorizadas e o seu futuro na era da globalización. In : Bringas, A. & B. Martín (eds.) : *Nacionalismo e globalización : lingua, cultura e identidade*. Servizo de Publicacións da Universidade, Vigo, pp. 25-52.

Freitas Jovino, M. P. (2008) : *A represión lingüística en Galiza no século XX. Aproximación cualitativa á situación sociolingüística de Galiza*. Xerais, Vigo.

Freixeiro Mato, X. R. (2002) [1997] : *Lingua galega : normalidade e conflito*. Laiovento, Santiago de Compostela.

García Negro, M. P. (1991) : *O galego e as leis. Aproximación sociolingüística*. Edicións do Cumio, Pontevedra.

García Negro, M. P. (2000) : *Direitos lingüísticos e control político*. Laiovento, Santiago de Compostela.

González González, M. (dir.) (2003) : *O galego segundo a mocidade. Unha achega ás actitudes e discursos sociais baseada en técnicas experimentais e cualitativas*. Real Academia Galega, A Coruña.

González González, M. (dir.) (2008) : *Mapa sociolingüístico de Galicia 2004*. Vol. 2 : *Usos lingüísticos en Galicia*. Real Academia Galega, A Coruña.

González Reboredo, X. M. (2001) : A construcción de referentes de identidade etno-nacional. Algunhas mostras sobre Galicia. In : X. M. González Reboredo (coord.) : *Etnicidade e nacionalismo. Simposio Internacional de Antropoloxía (Santiago de Compostela, 17-19 de abril de 2000)*. Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, pp. 201-247.

Haugen, E. (1972) : *The ecology of language. Essays by Einar Haugen*. Stanford University Press, Stanford.

Iglesias Álvarez, A. & F. Ramallo (2003) : Relocalización, identidades e linguas periféricas : o caso galego. In : Bringas, A. & B. Martín (eds.) : *Nacionalismo e globalización : lingua, cultura e identidade*. Servizo de Publicacións da Universidade, Vigo, pp. 117-132.

Krauss, M. (1992) : The World's Languages in Crisis. *Language*, 68, pp. 4-10.

Lodares, J. R. (2000) : *El paraíso políglota. Historias de lenguas en la España moderna contadas sin prejuicios*. Taurus, Madrid.

López de Castro Ruíz, H. (2002) : Identidade cultural e dereitos lingüísticos : a lei e a trampa. In : *A normalización lingüística a debate*. Xerais, Vigo, pp. 83-130.

Lorenzo Suárez, A. M. (2005) : Planificación lingüística de baixa intensidade : o caso galego. *Cadernos de Lingua*, 27, pp. 37-59.

Lorenzo Suárez, A. M. (2008) : A situación sociolingüística do galego : unha lectura. *Grial*, 179, pp. 19-31.

Maffi, L. (2001) : Language, knowledge and indigenous heritage rights. In : Maffi, L. (ed.) : *On biocultural diversity. Linking language, knowledge and the environment*. Smithsonian Institution Press. Washington/ London, 412-432.

Monteagudo, H. (2002) : A lingua galega na sociedade : descrición da situación actual e perspectivas de futuro. In : *A normalización lingüística a debate*. Vigo, Xerais, Vigo, pp. 7-46.

Monteagudo, H. & X. M. Bouzada (coords.) (2002) : *O proceso de normalización do idioma galego (1980-2000)*. Volume 1. *Política lingüística : análise e perspectivas*. Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela.

Moreno Cabrera, J. C. (2000) : *La dignidad e igualdad de las lenguas. Crítica de la discriminación lingüística*. Alianza, Madrid.

Moreno Cabrera, J. C. (2006) : *De Babel a Pentecostés. Manifiesto plurilingüista*. Horsori, Barcelona.

Moreno Cabrera, J. C. (2008) : *El nacionalismo lingüístico. Una ideología destructiva*. Península, Barcelona.

Moure, T. (2005) : *Outro idioma é posible. Na procura dunha lingua para a humanidade*. Galaxia, Vigo.

Mühlhäusler, P. (2001) : Ecolinguistics, linguistic diversity, ecological diversity. In : Maffi, L. (ed.) : *On biocultural diversity. Linking language, knowledge and the environment*. Smithsonian Institution Press, London, pp. 133-144.

Mühlhäusler, P. (2003) : *Language of Environment. Environment of Language. A Course in Ecolinguistics*. Battlebridge Publications, London.

Nettle, D. & S. Romaine (2000) : *Vanishing voices. The extinction of the world's languages*. University Press, Oxford.

Ninyoles, R. L. (2005) : *Idioma e poder social*. Laiovento, Santiago de Compostela.

Nogueira López, A. (2008) : Dereito á educación. Garantía de competencia lingüística e contido dos dereitos lingüísticos. In : Álvarez Yagüez, J. & S. Lago Peñas (coords.) : *A convivencia plural : dereitos e políticas de xustiza*. Escola Galega de Administración Pública, Santiago de Compostela, pp. 85-99

Phillipson, R. (1992) : *Linguistic Imperialism*. Oxford University Press, Oxford.

Posey, D. A. (2001) : Biological and cultural diversity. The inextricable, linked by language and politics. In : Maffi, L. (ed.) : *On biocultural diversity. Linking language, knowledge and the environment*. Smithsonian Institution Press, Washington/ London, pp. 379-396.

Recalde, M. (1997) : *La vitalidad etnolingüística gallega* (= *Lynx. Documentos de trabajo*, 9). Centro de Estudios sobre Comunicación Interlingüística e Intercultural, Valencia.

Recalde, M. (2004) : Os fenómenos da desgaleguización e a (re)galeguización en Galicia. In : Álvarez Blanco, R. & F. Fernández Rei & A. Santamarina (eds.) : *A Lingua Galega : Historia e Actualidade*. Instituto da Lingua Galega & Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, pp. 357-370.

Regueira, Xosé Luís (2006) : Política y lengua en Galicia : la 'normalización' de la lengua gallega. In : Castillo, M. & J. Kabatek (eds.) : *Las lenguas de España. Política lingüística, sociología del lenguaje e ideología desde la Transición hasta la actualidad*. Vervuert-Iberoamericana, Madrid, pp. 61-93.

Regueiro Tenreiro, M. (1999) : *Modelo harmónico de relación lingüística. Estudio en Galicia*. TresCetres, A Coruña.

Rodrigues Fagim, V. (2001) : *O galego (im)possível. Radiografia de umha regeneraçom inconclusa*. Laiovento, Santiago de Compostela.

Salvador, G. (1987) : *Lengua española y lenguas de España*. Ariel, Barcelona.
Sánchez Rei, X. M. (2008) : O português popular europeu dos séculos XVI-XIX e a sua importância para o estudo do Galego Médio. *Revue Romane*, 43/2, pp. 248-272.
Sanmartín Rei, G. (2009) : *Nos camiños do entusiasmo. Calidade da lingua e planificación lingüística*. Xerais, Vigo.
Sarille, X. M. (2007) : *A impostura e a desorientación na normalización lingüística*. Candeia Editora, Santiago de Compostela.
Schmidely, J. (coord.) & M. Alvar & C. Hernández (2001) : *De una a cuatro lenguas : del español al portugués, al italiano y al francés*. Arco Libros, Madrid.
Skutnabb-Kangas, T. (2000) : *Linguistic Genocide in Education - or Worldwide Diversity and Human Rights?* Lawrence Erlbaum Associates, London.
Skutnabb-Kangas, T. (2001) : Linguistic human rights in education for language maintenance. In : Maffi, L. (ed.) : *On biocultural diversity. Linking language, knowledge and the environment*. Smithsonian Institution Press, Washington/ London, pp. 397-411.
Skutnabb-Kangas, T. & R. Phillipson (1994) : Linguistic human rights, past and present. In : Skutnabb-Kangas, T. & R. Phillipson & M. Rannut (eds.) : *Linguistic human rights. Overcoming linguistic discrimination*. Multilingual Matters, Clevedon, pp. 71-110.
Skutnabb-Kangas, T. & R. Phillipson & M. Rannut (eds.) (1994) : *Linguistic human rights. Overcoming linguistic discrimination*. Multilingual Matters, Clevedon.
Subiela, X. (2002) : Política lingüística en Galicia. In : *A normalización lingüística a debate*. Xerais, Vigo, pp. 131-171.

Percepção e produção de vogais anteriores do inglês por falantes nativos de mandarim
Andréia Schurt Rauber
Anabela Rato
Ana Lúcia Silva

Discourse-agreement features, phasal C and the edge: A mimimalist approach
Ángel Jiménez Fernández

A percepção de vogais do alemão por bilingues luso--alemães: remigrantes sofrem erosão fonológica?
Cristina Flores
Andréia Schurt Rauber

Português Médio: uma fase de transição ou uma transição de fase?
Esperança Cardeira

Os lemas em '-acção' e a base IV do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990
Francisco Miguel Valada

Sintaxe e prosódia na organização da estrutura frasal do português: um estudo da distribuição sintática entre advérbios e complementos
Gabriel de Ávila Othero

Representações étnicas na imprensa americana: A construção do outro na cobertura jornalística do 11 de Setembro
Isabel Ermida

Os conflitos linguísticos no mundo: a situação no Quebeque
Jony Do Mar

Academic writing practices in Portugal: survey of Humanities and Social Science researchers
Karen Bennett

Atitudes linguísticas: uma pesquisa em escolas públicas de Juiz de Fora (MG – Brasil)
Lucia F. Mendonça Cyranka
Claudia Roncarati

Evidências para uma abordagem pancrônica da mudança linguística e da estabilidade: o caso do verbo *poder*
Lucia M. A. Ferreira

Aspectos fonológicos e morfossintácticos da aquisição dos ditongos nasais em Português europeu
M. João Freitas
Anabela Gonçalves
Fernanda Gonçalves

Estruturas cordenadas sem especificador realizado em português europeu
Madalena Colaço
Gabriela Matos

Frontiers of Cognitive Neuroscience: An interview with Marcel Just
Mailce Borges Mota
Augusto Buchweitz

Effectivity of perceptual training tasks: The case of the English voiceless plosives
Mara Silvia Reis

Gramaticalização de formas dêiticas no português do Brasil
Maria da Conceição de Paiva
Maria Luiza Braga

A variação *ser/estar* num *corpus* alcobacense medieval
The variation *ser/estar* in a medieval corpus from Alcobaça
Maria José Carvalho

A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino em Portugal (Lisboa, 1786)
Rolf Kemmler
Carlos Assunção
Gonçalo Fernandes

Le passé simple/l'imparfait et leur co-texte: examen de quelques éléments co(n)texuels demandeurs de perfectivité ou d'imperfectivité
Sílvia Lima Gonçalves Araújo

Análise da dupla concepção discursiva – oral e escrita – em manuscritos setecentistas
Soélis Teixeira do Prado Mendes

Uma abordagem semântica dos verbos simétricos do PB
Teresa Cristina Wachowicz
Lara Frutos

Gêneros e Tipos de texto: aproximações e distinções
Vera Lúcia Paredes Silva

Les voies d'avenir de la langue galicienne à l'ère de la globalisation
Xosé Ramón Freixeiro Mato

24/1

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

ISSN 0807-8967